

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração

Henrique Leão Coelho

PARECE CONSTRUÇÃO E JÁ É RUÍNA:
Para a Crítica de uma Utopia Nacional-
desenvolvimentista

Belo Horizonte

2022

Henrique Leão Coelho

**PARECE CONSTRUÇÃO E JÁ É RUÍNA:
Para a Crítica de uma Utopia Nacional-desenvolvimentista**

Versão Final

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Paes de Paula

Coorientador: Prof. Dr. Antônio José Lopes Alves

Belo Horizonte

2022

Ficha Catalográfica

C672p Coelho, Henrique Leão.
2022 Parece construção e já é ruína [manuscrito] : para a crítica de uma utopia nacional-desenvolvimentista/ Henrique Leão Coelho. – 2022.
657 f.

Orientador: Ana Paula Paes de Paula.

Coorientador: Antônio José Lopes Alves.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

Inclui bibliografia (f. 645-657) e apêndice.

1. Filosofia marxista – Teses. 2. Ideologia – Teses. 3. Conservantismo – Teses. 4. Brasil – Política econômica. I. Paula, Ana Paula Paes de. II. Alves, Antônio José Lopes. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. IV. Título.

CDD: 335.411

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG. – LVR/121/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **HENRIQUE LEÃO COELHO**, REGISTRO Nº 294/2022. No dia 12 de julho de 2022, às 17:30 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 10 de julho de 2022, para julgar o trabalho final intitulado "**PARECE CONSTRUÇÃO E JÁ É RUÍNA: Para a Crítica de uma Utopia Nacional-desenvolvimentista**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Profª. Drª. Ana Paula Paes de Paula, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de julho de 2022.

Profª. Drª. Ana Paula Paes de Paula

ORIENTADORA - CEPEAD/UFMG

Prof. Dr. Antônio José Lopes Alves

Coorientador - COLTEC-FAE/UFMG

Profª. Drª. Ana Selva Castelo Branco Albinati

ICH/PUC Minas

Prof. Dr. Ivan Cotrim

PUC-SP

Prof. Dr. Ranieri Carli de Oliveira

UFF - Campus Rio das Ostras

Profª. Drª. Maria Goreti Juvencio Sobrinho
IFSP - Campus São José dos Campos



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Jose Lopes Alves, Membro**, em 12/07/2022, às 22:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ranieri Carli de Oliveira, Usuário Externo**, em 12/07/2022, às 22:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Selva Castelo Branco Albinati, Usuário Externo**, em 12/07/2022, às 22:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Goreti Juvencio Sobrinho, Usuário Externo**, em 12/07/2022, às 23:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Paes de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 13/07/2022, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Cotrim, Usuário Externo**, em 18/07/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1540836** e o código CRC **793AC345**.

AGRADECIMENTOS

O senso das proporções para registrar o agradecimento certamente me faltará. Por isso, fazê-lo de maneira sintética é a saída parcial contra a convicção das desproporções, da inexatidão da análise. Ademais, o registro do agradecimento se torna sempre menos efetivo e vivo que sua expressão colada à vida cotidiana. Por isso, dar conta das respostas no âmbito que realmente importa: o âmbito efetivador da vida, onde subjetividade e objetividade se tonificam.

Dessa forma, ficam aqui os registros pálidos de um agradecimento, em verdade, cheio de vida, cores, nuances, cheiros, dores, reviravoltas, mãos, pensamentos, amores. Aos familiares que ergueram a mais vasta rede de aconchego e dedicação amorosa, minha salvaguarda. Ao nosso quintal na rua Estrela Dalva ou próximo à Lagoa, templos onde aprendi com vocês a devoção pelos encontros, onde descobri que o encanto é real e alcançável, onde adivinhei o que “brilha mais”. Em especial, Adete, Ana, Maria Ângela, José Edward, Fatinha, Dinha, Dani, Andrea, Paulo, Tel, à família Prado, Ricardo, Almir, Gilvan, Beth, Pedro, André, Luísa, Gabriel, Camila, Paula, Paul, Polly, Fia, Laia, Liane, Fátima, Dilé, Miltinho, Napó, Horácio, Delma, Dudu, Fabíola, Fabiana, Auro, Raul, Renato, Gizely, Aline, André, Alysson, Elaina. À companheira Priscila Campinho, fonte imensurável de companheirismo, insigne anelamento do maior amor, coconstrutora de horizontes. Aos amigos e amigas, em especial, Nicole, Amata, Paulinha, Pampinha, o Albergue de Mainha, Yuri, Vini, Marcos, Raíssa, Rangel, Juninho, Nedson, Matheus, Daniel, Wesley, Palu e Krishna, sabedores verdadeiros, cada um, de nossa incansável e grandiosa relação, sabedores dos trajetos trilhados, sabedores reais da importância dos braços dados nas superações dos extremos e abismos.

À professora Ana Paula, que com generosidade e paciência me possibilitou a rara oportunidade de desenvolver um trabalho cheio de sentido e em caminho intelectual que considero adequado. Ao Professor Antônio José Lopes Alves, que conduziu a orientação longe de quaisquer viciações mesquinhas que campeiam gloriosas pelos terrenos inseguros, inconfiáveis, chantageadores e depressivos da vida acadêmica. Reitero minha admiração e agradecimento pela disposição, pelas correções e caminhos sugeridos. Aos membros da banca (Ivan Cotrim, Maria Goreti Sobrinho, Ana Selva Albinati e Ranieri Carli), importantes e monumentais intelectuais que iluminam sendas e consciências, diante das mil-e-uma teratologias advindas de um capitalismo em decomposição.

RESUMO

A Tese em questão efetiva uma crítica ontológica do atualizado nacional-desenvolvimentismo vocalizado e sustentado pelo proeminente e intelectualizado político e autor Ciro Gomes. Sendo esse o objetivo central, apresenta-se como objetivo adjacente a retomada de pontos altos do conjunto ideológico relativo ao nacionalismo reacionário/conservador no Brasil, o que contribuirá, executados os contornos e circunscrições de ideologias alheias, com a escavação da especificidade da ideologia de C. Gomes. É preciso respaldar que a crítica ontológica foge de assertivas que dão autarquia ou autonomia absoluta para a consciência, o pensamento, a ideação, a intelecção. Crítica ontológica significa a captação da gênese, especificidade e função de uma práxis social ou de uma teleologia-ideologia presente na pletera de práxis sociais que configuram uma sociabilidade. Logo, para a consecução da crítica ontológica sobredita, torna-se necessária, uma apreensão da realidade efetiva particular do capitalismo brasileiro, isto é, a concreção ou particularização máximas do modo de existência do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: marxismo; crítica ontológica; ideologia; conservadorismo; nacional-desenvolvimentismo

ABSTRACT

The thesis in question carries out an ontological critique of the updated national-developmentalism vocalized and supported by the prominent and intellectualized politician and author Ciro Gomes. This being the central objective, it is presented as an adjacent objective the resumption of high points of the ideological set related to reactionary/conservative nationalism in Brazil, which will contribute, once the contours and circumscriptions of alien ideologies are carried out, with the excavation of the specificity of the ideology of C. Gomes. It is necessary to support that ontological criticism flees from assertions that give autarky or absolute autonomy to consciousness, thought, ideation, intellection. Ontological criticism means capturing the genesis, specificity and function of a social praxis or a teleology-ideology present in the plethora of social praxis that configure a sociability. Therefore, in order to achieve the aforementioned ontological critique, an apprehension of the particular effective reality of Brazilian capitalism becomes necessary, that is, the maximum concreteness or particularization of the Brazilian capitalism's mode of existence.

Keywords: marxism; ontological critique; ideology; conservatism; national-developmentalism

EPÍGRAFE

A inteligência da manipulação é a inteligência da burguesia contemporânea. Neste grau de generalização as burguesias subordinadas da periferia não constituem exceção ou figura negativamente privilegiada. O predicado negativo que as especifica está em que, da lógica universal de suas necessidades, carecem precisamente da inteligência de transformação que nunca tiveram nem podem vir a ter. Dito de outro modo, a inteligência manipuladora é para as burguesias centrais, hoje, a forma substitutiva da sua inteligência de transformação de ontem, enquanto para as burguesias periféricas é a expressão da sua única inteligência. Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral de hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado. (CHASIN, 2000, p. 174)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	(p.11)
CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS MARXIANOS: A CONCREÇÃO DA MISÉRIA ALEMÃ	(p.32)
1.1 A apreensão marxiana: ontologia e método	(p.32)
1.2 A Burguesia da Via-prussiana: a configuração do novo pela linhagemdo velho..	(p.53)
1.3 Marx contra a utopia nacionalista?	(p.76)
CAPÍTULO 2 - A CONFIGURAÇÃO DA VIA COLONIAL DO CAPITALISMO: UM RETRATO DO ELO DÉBIL HIPERTARDIO	(p.90)
2.1 A fisionomia desvelada da atrofia	(p.90)
2.2 Elementos da miséria brasileira	(p.118)
2.3 Em meio à mundialização	(p.127)
CAPÍTULO 3 - A IDEOLOGIA CONSERVADORA/REACIONÁRIA NACIONALISTA NO SOLO SOCIAL DA VIA COLONIAL	(p.136)
3.1 A regressividade integralista: A Vocação Nacional em Plínio Salgado e Gustavo Barroso	(p.137)
3.2 A industrialização nacionalista bonapartista: Vargas e Azevedo Amaral	(p.169)
3.3 A industrialização nacionalista democrática: Celso Furtado e o ocaso nacional-desenvolvimentista.....	(p.187)
3.4 A tessitura ideológica do 1964 e o Caso Golbery: Objetivos Nacionais e a Verdadeira Democracia.....	(p.206)
3.5 FHC: o corolário da subordinação contra o “nacional-populismo”	(p.238)
CAPÍTULO 4 – NASCEDOUROS DE UMA UTOPIA.....	(p.250)
4.1 Os Ferreira Gomes e a “vocação política”	(p.253)
4.2 Governo das Mudanças, Ferreira Gomes e o CIC: o dilema epistemologista entre modernização e tradicionalismo	(p.260)
4.3 A SUDENE, o fim do “milagre econômico”, o II PND e o “nacionalismo de circunstância”	(p.285)
4.4 Os primeiros gorjeios de C. Gomes: o político intelectualdo intelecto político..	(p.339)

CAPÍTULO 5 - O ARAUTO DA RENOVAÇÃO BUROCRÁTICA E DA REFUNDAÇÃO ECONÔMICA	(p.362)
5.1 No país dos conflitos contra as elites patrimonialistas	(p.362)
5.2 Da alternativa prática ao neoliberalismo ao consenso do choque neoliberal.....	(p.384)
5.3 Um desafio chamado Brasil e outras utopias.....	(p.400)
CAPÍTULO 6 - CIRO GOMES SOB AS RUÍNAS DO PLANO REAL	(p.419)
6.1 Do remédio doloroso à má gestão do Real: discursos e entrevistas de 1995 a 2002.....	(p.419)
6.2 As transformações do capital: delimitando algumas utopias.....	(p.435)
6.3 Brasil e a plaga neoliberal nos 80/90: a consolidação da subordinação.....	(p.450)
CAPÍTULO 7 - A COMPLEIÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTISMO MODERADO	(p.490)
7.1 A transição sem ruptura: discursos e entrevistas de 2003 a 2006.....	(p.490)
7.2 Da transigência à intransigência: discursos e entrevistas de 2007 até 2010	(p.503)
7.3 O último ato: discursos e entrevistas de 2011 a 2016.....	(p.518)
CAPÍTULO 8 - PROJETO NACIONAL: A EPOPEIA DAS INCOMPLETUDES (p.537)	
8.1 Algumas influências recônditas	(p.537)
8.2 O Novo-desenvolvimentismo: do levante das classes médias à coalizão Desenvolvimentista.....	(p.556)
8.3 O inventário de uma Nação Adiada.....	(p.588)
CONSIDERAÇÕES FINAIS	(p.620)
BIBLIOGRAFIA	(p.641)
APÊNDICE	(p.654)

INTRODUÇÃO

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau. (Carta de Engels a J. Bloch, 1890)

A discussão engelsiana sobreposta nos impele a debater o caráter ontoprático da *ideologia* como bem remontam Lukács (2012) e Chasin (2009) aos textos de Marx. Partindo da tessitura teórica clarificadora dos autores em tela, pode-se desentranhar da obra marxiana, a abstração de “ideologia” como meio pelo qual os indivíduos reconhecem seus problemas sociais e dão respostas aos mesmos, isto é, tomam consciência de conflitos pertinentes a determinado momento e local e se orientam para dirimi-los. Como na dicção marxiana do *Prefácio de 59*, as formas ideológicas são o que levam os homens à consciência de suas lutas em determinado solo social, buscando, a partir de posições circunstanciadas objetivamente, a resolução ideo-prática (mais parcial ou mais radical, mais conservadora ou disruptiva) das problemáticas societárias. O enrijecimento que igualiza, absolutamente, ideologia à falsa consciência, dessa feita, tramita pela negligência em análise imanente do texto marxiano, infringindo a determinação ontológica da ideologia e revigorando o prisma gnosiológico unilateralmente.

A ideologia configura engenho social bastante abarcado no novelo da filosofia e, principalmente, da ciência social. Segundo Ester Vaisman (1996), a literatura sobre o tema, consigna, de modo geral, que Destutt de Tracy foi o configurador da expressão ideologia como “estudo das ideias”, no entanto, foi em Bacon que essa empreitada do saber arranhou ponto de arranque robusto. Na plethora de obras teóricas sobre a ideologia, como afirma Vaisman, duas inflexões aneladas são hegemônicas 1) o critério gnosiológico para o juízo do “ideológico” 2) e a generalização da ideologia como engodo ou falsa consciência. Desse modo, retida ao parâmetro gnosiológico, a ideologia enforma trato bastante estreito, julgada prioritariamente pelo arrimo conteudista, envergando sua posição não por meio de uma função e liame ontopráticos (CHASIN, 2009). O que, a rigor, nos impacta, é que o próprio Marx se tornou figura preponderante nas asseverações mais distintas (marxistas ou não) sobre ideologia, revertendo o autor alemão a cunhador unilateral da “teoria da ideologia” como “falsa consciência” (ou, por outro lado, como autor que não deu trato sistemático à ideologia). Aliança precipitada, possibilitada pela averiguação desfibrada da obra do autor, em que o escrutínio real da letra marxiana funcionaria como antídoto destruidor da tergiversação forjada como premissa.

Na constelação filosófica e científica marxiana, “ideologia” perfaz parte na plethora da sociabilidade, retendo possível função efetiva em seu novelo reprodutivo. Desse modo, a ideologia só pode ser apreendida na totalidade articulada socialem movimento, de modo que o histórico-imanente é o conjunto da entificação social total, baseado em determinadas relações sociais de produção, que engendra as possibilidades e necessidades de práxis sociais e suas inclinações ideológicas intrínsecas. Dessa feita, como afirma o autor alemão em *A Ideologia Alemã*, a ideologia não tem uma autonomia absoluta, nem pode ter uma história própria, isto é, não pode ser considerada como inteiramente desprendida, embora possua uma multifacética especificidade (autonomia relativa) a depender dos “pôres teleológicos” específicos (LUKÁCS, 2012). Por conseguinte, a ideologia só pode ser apreendida no histórico-imanente determinado, na plethora das categorias humanas em seu multiverso de objetividades e subjetividades erigidas, logo, jamais eflúvio plenipotente do espírito dotado de desprendimento inteiriço e autoengendrado, abstração arbitrária à instauração marxiana, isto é, desfiguração do próprio movimento do real, assim como o apreendemos (MARX, 2007).

Averiguando a conexão ontológica da ideologia, com base no renascimento e retomada lukasciana da teoria marxiana autêntica, Vaisman (1996) expõe, em certo grau de

concordância com essa perícia heurística, que são as ideações dos “pôres teleológicos secundários” que podem vir a configurar a “superestrutura ideológica”, remetendo à prédica engelsiana supracitada. Práxis sociais (“pôres teleológicos secundários”) que agem – o que lhe especifica - sobre o ser social, sobre a subjetividade, consciência e comportamento, desenvolvendo especificidade como atividade humana (política, direito, arte, teoria etc.) e erigindo posição na reprodução de uma sociedade peculiar em que o complexo econômico engendra uma plataforma “infraestrutural”, solo social ou base material que de forma alguma basta para a perquirição de uma realidade efetiva determinada, particular.

Essa abstração razoável de largo alcance também não resolve o problema da especificação de cada pôr teleológico secundário que *pode* vir generalizar uma ideologia, é certo, trama multifacética de reconhecimentos e respostas aos conflitos histórico-sociais, que arregimenta a reprodução ou aponta para a ruptura de uma sociedade específica, mas demonstra sua ampla função ontoprática, isto é, que os insumos ideológicos não são mero viço evanescente, eflúvios ou miasmas, discursos soltos, mas pensamento ou consciência, intelecções/ideações que pavimentam a atividade sensível/prática/efetivadora do conjunto de indivíduos ativos em circunstâncias determinadas (CHASIN, 2009).

A ideologia, contudo, não se estabelece apenas nas sociedades classistas, uma vez que, segundo Vaisman (1996), é possível tomar casos de sociedades despidas da divisão social do trabalho para remontar que ali “alguns tipos de produção ideológica” também vivificaram (a partir, portanto, de conflitos peculiares a essa fase pré-classista). Logo, onde se manifesta o ser social há problemas a resolver e respostas que visam a sua solução (VAISMAN, 1996), ainda que esses problemas complexifiquem sua natureza contraditória com os conflitos da “pré-história” (MARX, 2007) da humanidade, quer dizer, com os conflitos adstritos à divisão social do trabalho, com os conflitos propriamente classistas. Em suma, o critério da ideologia é ontoprático e diz respeito à função que a ideação *pode* tomar na pletora da reprodução da sociabilidade (mais especificamente, como teleologia dos pôres teleológicos secundários), isto é, no novelo de indivíduos ativos que demandam, a cada momento, repor as bases materiais de sua sociedade de onde emergem possibilidades e necessidades para surgir, para a gênese das variadas atividades humanas e do pensamento ideológico atinente.

Debulhando a obra marxiana, Vaisman (1996) remonta à confirmação dessa abstração no próprio filósofo de Trier, uma vez que, conforme a autora, o autor de *A Ideologia Alemã* confirma que a “ideologia é um aspecto da história”, doravante, da totalidade social em movimento. Ademais, acrescentamos, se Marx, no texto sobredito (embora, não publicado), afirma que “quase toda ideologia se reduz à concepção distorcida”, pode-se depreender que há ideologia que *não* consigna distorção, deturpação da processualidade e nexos das formas de ser (falsidade), invalidando o critério gnosiológico dominante, como se pode entender.

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. (MARX, 2007, p.86-87)

No conjunto da obra sobredito (*A Ideologia Alemã*), contudo, é o procedimento peculiar do especulativismo, âmago da filosofia neohegeliana, que se apresenta como uma falsidade ideológica, dado que a empreitada refratária desse idealismo é a inversão ontológica do mundo real (VAISMAN, 1996), colocando a consciência como momento preponderante, fonte fulcral que enreda, peremptoriamente, a realidade sem respeito às relações objetivas, ou seja, “inversão entre ser e ideia”. Dessa feita, os termos ideólogo e ideologia alcançam, especificamente, nessa obra, o procedimento dos neohegelianos (VAISMAN, 1996), uma *falsidade específica* que desdenha o movimento material, a interatividade objetivada, porquanto toma a historicidade como movimento da ideatividade hipostasiada. Em suma, segundo Vaisman, o termo advém na obra marxiana específica (*A Ideologia Alemã*) como classificação mais estreita de ideologia, classificação pejorativa da filosofia alemã neohegeliana (algo que escapa a Lukács, segundo a autora), ou mesmo como crítica de outros procedimentos adstringidos pelo especulativismo como em Proudhon (*Miséria da Filosofia*), assim como ganha, em destaque no famoso *Prefácio de 59*, um sentido mais geral de “consciência dos conflitos históricos” a partir de determinados “horizontes” (VAISMAN, 1996), isto é, posições sociais, o que pode englobar ideologias e práxis das mais variadas capacidades

gnosiológicas, inclusive, distintas da teoria especulativista e, portanto, não aderentes à simplificada tese da “falsa consciência”.

Feita essa exposição, destaca-se que concerne à *leitura imanente* o diapasão de rastrear toda estrutura interna do objeto social ideológico. Ademais, extrusado o núcleo e anatomizado o esqueleto do objeto ideológico, tem-se matéria concentrada que pode ser fundamental para localização mais ampla da posição do objeto ideológico na tessitura social em perquirição. J. Chasin, a exemplo, fará ampla explicação, com base nas assertivas de Lukács, de que parte da ideologia decadente burguesa (Irracionalismo Moderno, neste caso) não é, sublinhando nossa explicação, apenas uma falsidade deliberada, uma impostura filosófica evanescente, quanto antes se trata de uma impossibilidade epistemológica de classe em disputa social. Em síntese, porque em termos ontopráticos, para determinadas posições de classe, não passa a ser mais compreensível (ou passa a ser refringente) a alteração de certos nexos e relações da sociedade, que indicam o fenecimento de sua posição, de modo tal, que só se apegando ao desespero irracionalista pode conceber e intervir, reagindo reacionária e mistificadamente às modificações refratárias. Vejamos o trecho em que J. Chasin retoma e cita, generosamente, G. Lukács:

“como o nosso pensamento está sempre na dependência da nossa situação social e em conexão com ela, surgiram sempre na história novas situações nas quais algumas classes e importantes pensadores que as representavam reagiram em certos casos de tal modo que chegaram a condenar as novas conexões e o novo curso da sociedade a partir do ponto de vista da velha razão. (...) na Revolução Francesa, os defensores da classe feudal daquela época colocaram-se várias vezes numa postura irracionalista, enquanto que, ao contrário, o feudalismo, no tempo de Tomás de Aquino, não era absolutamente irracional. Tomás de Aquino, com boas razões, compreendeu o feudalismo simplesmente como algo que estava de acordo com a razão, porque ele, na realidade social, expressou muito bem a racionalidade (na forma do 'se é isto ... então é aquilo') do seu tempo. Mas a práxis de Marat e de Robespierre não podia ser acolhida no sistema racional das classes feudais: surge assim, da situação social, aquilo que chamamos de irracionalismo". Ou sob uma forma mais sintética: "É evidente que este problema surge em cada uma das fases do conhecimento, quer dizer, cada vez que o desenvolvimento social e, portanto, a ciência e a filosofia se veem obrigadas a dar um salto para frente, para dominar os problemas reais que se colocam. O que indica por si que a opção entre a ratio e a irratio não é nunca um problema filosófico 'imanente'. Na opção de um pensador entre o novo e o velho não decidem, em primeiro plano, as considerações filosóficas ou mentais, senão a situação de classe e a vinculação a uma classe" (CHASIN, 1978, p. 608)

Em outras palavras, marxianamente, no ensejo da captação da realidade efetiva, há uma primazia do ser em relação à consciência (deixemos claro: o ser é sua condição de possibilidade), o que acarreta na indicação de que o problema do irracionalismo – e da decadência ideológica burguesa em todas as suas facetas - não é uma questão de escolástica (MARX, 2007), mas um complexo ligado à processualidade das sociedades, e que, em sua modificação, faz emergir possibilidades/necessidades para que as posições sociais mais adversas ao perecimento, engendrem o reconhecimento ideativo do real de forma adstringente, degradada e irracional. Dessa forma, remetemos ao dinamismo objetivo e à fundamentação ontoprática do conhecimento articulado à determinação social do pensamento, o que demonstra, outrossim, em lineamentos gerais, a posição ativa da consciência na trama societária e seus revolvimentos de toda sorte. No colo de Lukács, dissolvendo a abstração, Chasin retomará que as épocas de transição social são mesmo aquelas em que a peia irracional se engata e engalana, isto é, urdidura ideativa e prática que aparece e manifesta-se como grito, agonia e estertor de uma classe social recalcitrante em decadência:

A história nos ensina que as épocas em que mais se acentua a credulidade, o milagrismo e a superstição não têm que ser, por força, aquelas em que a civilização declina. (...) E - para dar mais um exemplo, bem eloqüente - o ponto culminante do delírio contra as bruxas não é, nem muito menos, o período mais sombrio da Idade Média, mas o momento da grande crise que marca o trânsito da Idade Média à época moderna, o período de Galileu e de Kepler. (...) A nota comum a estas épocas de delírio social, de superstição e milagrismo levadas ao extremo reside em que são sempre épocas de agonia da velha ordem social, de uma cultura arraigada de há séculos, e, ao mesmo tempo, épocas transidas pelas dores do parto do novo (LUKÁCS apud CHASIN, 1978, p. 609)

É dessa forma que o autor húngaro define que não há uma “ideologia inocente”, uma vez que a ideologia tem gênese e função bem determinadas no novelo da sociabilidade. A imanência irracionalista das ideologias das classes “renitentes” apresenta em si uma malha representativa/reflexiva em descompasso com o real, ainda que não em descompasso integral, mas variável em cada caso, porém como cerne ideativo, salvaguardando um mundo em deterioração e procurando impedir ou macular o mundo

nascente, negligenciando e contrapondo-se ao ímpeto mais racional possível de um tempo.

Dessa forma, só na inspeção das concreticidades particulares históricas se pode definir como o caldo ideológico, em sua maior racionalidade ou irracionalidade surge, ou seja, é a totalidade social articulada com base no complexo econômico que dá a regência e os veios por onde as classes hasteiam bandeiras e ideários múltiplos em relação ao desenvolvimento da sociedade. Doravante, a racionalidade e a irracionalidade das consciências históricas não podem ser explicadas em um volteio “imanentista da consciência”, em um gnosiologismo tosco, mas pelo ardor efetivo da reciprocidade entre os variados complexos sociais e a reprodução de uma totalidade articulada social em um período histórico definido, isto é, nexos entre totalidades parciais em processualidade. O irracionalismo, para esmiuçarmos mais o exemplo, em sua variedade teórica e em sua interioridade significativa apresenta-se como uma rejeição da compreensão do mundo, ou mesmo, como uma pretensa forma superior de compreendê-lo, qual seja, a suprarracional:

E Lukács especifica, e é o que mais de perto, neste momento, nos importa: "O desprezo do entendimento e da razão, a glorificação rasa e simples da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a repulsa do progresso social, a mitomania etc. são outros tantos elementos que podemos descobrir sem dificuldade, com pequenas diferenças, em todo irracionalista" (CHASIN, 1978, p.610)

Insistindo no exemplo supracitado caro ao nosso pano de fundo, pode-se asseverar que há um procedimento pelo qual a ideologia burguesa decadente na figura do “irracionalismo” é o comboio ideológico que transforma o problema em solução (CHASIN, 1978). Na medida em que, demarca-se, não admite a possibilidade do conhecimento racional, afirma essa insolubilidade como referência central da solução, como forma mais elevada do conhecimento. O que ocorre não é uma simples denegação do saber, voluntarista e manhosa, resta claro, mas uma denegação que se frutifica como recalitrância socialmente necessária, isto é, como possibilidade de uma classe em fenecimento reivindicar sua existência através da suposta impossibilidade do conhecimento racional das entificações em emergência, adequando-se à pura impossibilidade ou às formas outras de apreensão reacionárias e mistificadoras.

Entendido, pois, está o irracionalismo como a recusa, socialmente determinada, da racionalidade, que tem por quadro

geral e fundamento a resistência e a rejeição ao socialmente novo, bem como a perspectiva de um movimento de regressão ao historicamente velho. Recusa da racionalidade que parte da "necessária e insuperável, porém sempre relativa discrepância entre a imagem mental e o original objetivo", exatamente para desqualificar a razão, desconsiderando o caráter aproximativo de todo conhecimento (...) Desqualificação da razão cujo "ponto de partida consiste em que os problemas diretamente colocados ao pensamento, em cada caso, enquanto problemas não resolvidos, se apresentam sob uma forma em que parece, à primeira vista, como se o pensamento, os conceitos falhassem em face da realidade, como se a realidade enfrentada pelo pensamento constituísse um para além da razão (da racionalidade do sistema de categorias, do método conceitual até então utilizado)". A partir disto o irracionalismo faz com que "o pensamento se detenha e retroceda ante a dificuldade", operando de tal forma que "a necessária constelação de fatores que aqui se manifesta (o fato, concretamente, de que esta situação tenha que repetir-se necessariamente em cada um dos passos decisivos de avanço) se converta em uma situação por princípio insuperável", com que "a incapacidade de determinados conceitos para captar uma determinada realidade se hipostasie até convertê-la na incapacidade do pensamento, do conceito, do conhecimento racional (CHASIN, 1978, p. 611)

Por via dessas elucubrações, chegamos à plataforma bastante interessante, qual seja, do entendimento seminal de que a própria ideologia, infletindo à falsidade gnosiológica, se consigna como um “necessário social” adstrito a certas classes e momentos históricos determinados. Em outros termos, a manipulação ou mistificação do conteúdo social representado se expressa não como simples miasma volitivo, peçonha intelectual isolada, porém como concepção de mundo de classe, donde a determinação social do pensamento e a ação ontoprática nas disputas sociais. Se a manipulação e a mistificação são as vigas ideológicas marcantes do capitalismo em sociabilidade decadente e de burguesia contrarrevolucionária, isso deve ser entendido como uma degradação de uma totalidade concreta em movimento, posterior ao domínio burguês no campo econômico e político, tracejando cercas e limites à sua antiga envergadura revolucionária e progressista (quando essa postura existiu).

Faz-se relevante, doravante, dado o que foi levantado até agora, marcar as possibilidades ideológicas de conceber o caráter ontonegativo do valor e a possibilidade de superação do capital (COTRIM, 2008). A ontonegatividade do valor diz respeito, dessa feita, ao fato de a relação social do valor, matriz da sociedade capitalista, não ser “inexpurgável”, quer dizer, não ser um traço inerente de toda forma de ser do devir humano. Segundo Ivan

Cotrim, essa problemática perpassa por Marx desde seus tempos de juventude, quando se dá incipientemente sua crítica ontológica à economia clássica. O próprio autor alemão apontará uma divisa entre a produção teórica *ascendente-progressista* da posição burguesa e a sua inversão ou ocaso *decadente-apologético*. Karl Marx, sobre a transição ascendência-decadência burguesa, expressava-se com as duras menções aos apologetas, “espadachins mercenários”, aqueles a quem a verdade tornava-se artigo supérfluo, quando não, elemento repulsivo, infletido à investida manipulatória e deformativa do real, que se tornava ordem do dia para a fase/via contrarrevolucionária da sociabilidade burguesa. Tornou-se pernicioso, destarte, toda a investigação sobre as determinações múltiplas e articuladas do ser social, aparecendo como ideologia socialmente necessária, a tergiversação sobre os nexos, relações e movimento imanente da morfologia capitalista.

Ivan Cotrim (2008) demonstra como em grandes pensadores da fase *ascendente* da sociabilidade burguesa, a demonstração de uma natureza humana essencializada é fundamental para consecução da sociedade que tem no valor uma naturalidade inescapável. A entificação do individualismo burguês, ou melhor, a substituição da forma de ser social feudalista desde seus aspectos econômicos aos contornos ideológicos protagonistas, adequa também o elemento singular do ser social, quer dizer, a personalidade ao seu aspecto burguês. O individualismo, marco de uma subjetividade mais livre, porque mais marcada de elementos singulares e possibilidades de subjetivações-objetivações, mais igualizada, na medida em que os privilégios feudais são expurgados, enforma, ao final, aquilo que foi designado por Marx como “mônada egoísta” que toma a todos e tudo como mera coisa, mero meio, posto que propriamente reduzidos à coisificação, mera mercadoria no circuito do capital, isto é, indivíduos atomizados e contrapostos. Indivíduos que interagindo, atomizados e contrapostos, alavancam sua sociabilidade pela troca interna ao mercado expandido, à venalidade geral, onde tem-se por pressuposto sua reificação e sua condição de títere. Ao passo que se edifica a aparência de sujeitos autodominantes, livres, iguais e proprietários, se esconde a perda dos meios objetivos de vida (em que pese que o indivíduo agora não esteja imiscuído aos meios de produção ou subsumido absolutamente a uma comunidade), isto é, configuração social em que suas capacidades são subtraídas, reduzidas e extrusadas em força de trabalho para o capital, ou seja, capacidades unilateralizadas como força de trabalho barganhada/vendida em função do movimento do capital.

O novo trançado do complexo econômico erige o campo de possibilidades no qual as esferas “superestruturais” irão se desenvolver. Fica claro que “campo de possibilidades” não indica mecanicismo, mas configura *base* de onde as outras práxis sociais se sustentam, mantendo, cada uma, sua especificidade e força de ação no conjunto reprodutivo que só podem ser apreendidas *post festum*, como já afirmamos. As ideologias encampadas no multiverso da forma de ser capitalista, no que tange ao campo da filosofia, terão, no século XVII e XVIII (COTRIM, 2008), grande inflexão à tematização de uma natureza humana agregada ao núcleo do individualismo – conformação da subjetividade propriamente burguesa. O fundamento natural da constituição da individualidade – segundo essa filosofia - adequa-se ao devir emergente que reponha pela objetivação gradativa da forma de ser capitalista, ou seja, as incursões da esfera da filosofia, em reciprocidade meandrada com o momento econômico, plasma as diversas filosofias modernas que reconhecem e respondem ao “mundo novo”, no decurso das novas necessidades e possibilidades da reprodução da sociabilidade ascendente – a burguesa. Trata-se dessa forma, segundo a obra de Ivan Cotrim (2008), de marcar que grande parte do que pode ser considerada a teoria clássica moderna da burguesia (ideologia *progressista*) está de acordo com uma posição daquele momento histórico, isto é, uma posição que gerou concepções maximamente revolucionárias dentro das possibilidades da época e diante dos nexos e relações, então configurados na forma de ser feudalista em periclitamento.

Por outro lado, a abordagem filosófica liberal que constrói os indivíduos a partir dos limites individuais decalca nestes, características evidenciadas pela diversidade humano-societária de um definido momento histórico, atribuindo-as à natureza humana, como se fossem propriedades intrínsecas aos homens e independentes do processo sócio-histórico que as gerou e desenvolveu. (COTRIM, 2008, p.40)

Nesse sentido, essas teorias apresentam-se majoritariamente de forma a-histórica (embora, Hegel reponha a historicidade em seu Idealismo Objetivo), uma vez que naturalizam/essencializam uma natureza humana que, em verdade, é “natureza humana” do momento que ascende como forma social revolvente. Vejamos que esse processo apresenta, em seu comboio histórico, correções e incorreções gnosiológicas, avanços e equívocos, de modo tal que tanto os acertos como os erros são proporcionados por uma fase da sociabilidade em que o conhecimento mais correto é necessário como insumo

ideológico revolucionário, ao mesmo tempo que sustenta limites intransponíveis dessa mesma forma de ser. A classe burguesa, que brada e hasteia o momento revolucionário não é infundavelmente revolucionária, pois sua própria forma de ser lhe impugna de renovar seu construto radical de mundo. Assim, segundo Paço Cunha (2015), a envergadura filosófico-científica apresenta-se como ambígua na medida em que porta em si a possibilidade de “atravessar a aparência”, mas também de adensar a camada fetichizadora com suas objetivações – o que não lhe é único.

O processo filosófico e científico *ascendente-progressista* burguês posto como esfera parcial de uma totalidade em movimento, configura, não obstante seus acertos gnosiológicos e sua função ideológica, também um percalço à apreensão global da vida genérica concreta (COTRIM, 2008). A postulação trans-histórica burguesa-progressista acaba por encobrir como o patrimônio material e cultural humano foi se formando a partir de uma legalidade social imanente, isto é, a instauração do humano pela sua própria autoconstrução prática. A devastação da funcionalidade e protagonismo das ideologias anteriores (feudalistas) não albergou, ao “passe de mágica”, a comprovação última e racional da vida humana, mas angariou conquistas científicas tendo como lastro movente preponderante as necessidades expansivas do capital, do comércio, da manufatura e da grande indústria, ao passo que também, dentro dos limites da *posição* (ALVES, 2010) burguesa em questão, formulou novas acepções que “mostrar-se-á desistoricizado e naturalizado como modo perpétuo de ser do homem, que portaria desde sua origem determinadas características, sejam racionais ou passionais, intrínsecas”, isto é, “por dotação natural” (COTRIM, 2008, p.41). Trata-se, por conseguinte, de uma conquista apenas parcial no campo da ideologia que avoluma a autoconsciência humana quanto ao seu próprio desenvolvimento, tendo o racionalismo e o humanismo como marcos, mas que não despede de toda ou qualquer tergiversação do real. Podemos constatar como o próprio mercantilismo pré-capitalista e a configuração das Monarquias Absolutistas passaram por sociabilidades advindas da afirmação de elementos supostamente naturais dos indivíduos. Vejamos o extenso trecho:

O tema central do direito alcança a estrutura política, particularmente quando de sua defesa do estado absolutista e do poder onipresente do soberano; conforme Jelerup, para Grotius, “o soberano tinha permissão de matar e rapinar pessoas inocentes, mesmo durante a paz”; esse poder não se limitava ao país de origem do soberano, mas às suas conquistas, conforme as normas do direito internacional: “Se você fosse um civil inocente atacado, justamente, dessa forma, deveria aceitar a guerra como

um estado das coisas e buscar conforto nas orações a Deus, porque você não teria permissão para desobedecer a nenhum soberano, o seu ou o que pilha o país inimigo”. Para Grotius era necessário suportar “a rapacidade e a luxúria dos governantes” tal qual se suporta as intempéries climáticas: as chuvas excessivas, as secas tórridas, ou outra calamidade natural qualquer. Grotius manteve-se muito próximo de Hobbes no plano da filosofia política; no período que esteve exilado em Paris, tornou-se seu mais influente amigo. Eles concordavam que o amor cristão deveria ser purgado da política, pois não estava reservado aos indivíduos o exercício da bondade cristã, já que o mundo estava à mercê do constante litígio entre eles. Também não cabia o exercício da liberdade, embora o livre arbítrio fosse natural à alma humana, pois os indivíduos desistiram do seu direito natural à liberdade quando criaram o contrato para instalação do estado civil outorgando “todos os direitos ao soberano do estado, em troca de proteção”. Vemos que os fundamentos naturais dos indivíduos, a expansão mercantilista, a propriedade privada, a delegação do poder dos indivíduos, por meio do contrato, à soberania inquestionável e absolutista do estado e o habeas corpus são temas cuja contemporaneidade Grotius divide com Hobbes. Este, por seu lado, irá aprofundar os questionamentos e afirmar posições, definindo mais e melhor que o primeiro o quadro categorial que se desenha nesse período; ao mesmo tempo, Hobbes estará dando maior visibilidade ao estado de natureza dos indivíduos, revelando com mais consistência os fundamentos naturais que permeiam as explicações da sociabilidade humana. (COTRIM, 2008, p.43)

Como buscamos informar, o problema ideológico remete à consecução explicativa dos solos sociais embaixadores e de suas concretas particularidades. O Irracionalismo Moderno já exemplificado – a destruição da razão, como designou Lukács em livro seminal de 1954, albergando essa faceta da *decadência ideológica burguesa* – consignou-se não apenas no terreno da arte (tendo o romantismo como inflexão pioneira, e doravante, as vanguardas), mas também na filosofia e ciência social. Em termos sintéticos, executou uma tentativa de “escapar das reais determinações do movimento da realidade” (COTRIM, 2009, p.39). Nessa medida, compilou larga e profícua teia teórico-ideológica em campos elevados e distintos da cultura (arte, filosofia e ciência), que, ao estertor da captação da realidade efetiva, apresentou/apresenta uma diversificada crítica mistificadora e reacionária, que desembocou em uma *apologia indireta* à própria sociabilidade do capital (por vezes, contribuindo para o recrudescimento e brutalização dessa sociabilidade). Ao cabo, a desenvoltura dessa crítica oblíqua e romântica, subjetivista e irracionalista, avoluma o caldo ideológico favorável à burguesia contrarrevolucionária, que já respalda sua teratologia diuturna na economia e na política,

força teórica incinerante da gama civilizatória de sua fase ascendente, como veremos, a exemplo, no estudo das ideologias conservadoras/reacionárias brasileiras.

A insígnia da *destruição da razão*, complexo renitente da ideologia reacionária-mistificadora irracionalista, é sintoma, não mecânico, da estagnação e esgotamento civilizatório da peça capitalista; forma de ser em que a burguesia ascendente, no campo material e cultural, é retirante. Posição que encerra, por conseguinte, uma revolta ou rebeldia alheia, isto é, ao arripio da captação reta das mediações sociais em sua articulação concreta, porém formulação ideativa que não é mera prostração, contudo, tergiversadora. Em que pese alguma possível correção gnosiológica, é ainda destruidora da racionalidade do conjunto da forma de ser, obnubiladora de sua processualidade, efervescente oposição adstringida que confunde e corrompe a modificação das categorias humanas no seu multiverso subjetivo e objetivo. Nas esferas da práxis social filosófica e da práxis social científica, podemos notar abalos e impactos relevantes, que, da mesma forma, conduzem ao “desvio do caminho que conduz à sua verdadeira superação”, quer dizer, supressão da forma de ser capitalista. Consoante a isso, pode-se dizer que “a postura subjetivista presta um serviço às forças reacionárias da burguesia como classe dominante” (COTRIM, 2009, p.40).

Ainda no concerto acabrunhado da sociabilidade burguesa decadente, que auspicia a multiplicidade de contornos do rebaixamento ideológico, deve-se repor uma outra vertente bastante anunciada e anatomizada por Lukács, qual seja, o Racionalismo Formal. Em variados momentos de sua obra (do jovem ao maduro Lukács), o autor magiar referenciou e defenestrou a vertente (também adstrita à decadência ideológica burguesa), tendo momento especial em sua parte primeira da *Ontologia*. Sob o epíteto de “miséria da razão”, esta empreitada científica acabrunhada demonstrou os supostos ocaso e falência dos debates ontológicos, servindo, funcionalmente, ao novelo ideológico necessário da obnubilação e manipulação da rede causal essencial da sociabilidade burguesa maturada, infundindo no pleito teórico uma pragmática *apologia direta* ao capitalismo. Perpassando, principalmente, pelo positivismo, neopositivismo e estruturalismo, o autor marxista demonstrou o caráter tópico, epidérmico, e, por isso, construto ideativo que responde aos anseios da consciência histórica à maneira de ideologia conservadora-manipulatória, sendo serva dos interesses práticos do cotidiano burguês e erigindo epistemologismos/modelos de monta. Aqui, não podemos notar seus empecilhos maiores e específicos ao desvelamento da dialética do ser social, importando

dizer, em feitiço sumário, traços positivistas na ciência social como a imputação do naturalismo anti-humanista (como poderá se ver também no campo de uma literatura meticulosa, mas reificadora) junto à apologia do “fim da história” nas amarras de um evolucionismo abstrativante; o empirismo como legitimação cientificista e a armação discursiva gnosisoepistêmica imperante; a declaração mendaz da neutralidade axiológica; e a hipóstase parcelar das diversas esferas do ser social esgarçando a tessitura do ser social urdida, em verdade, pelas práxis em determinação recíproca, especificidade e função própria na totalidade articulada.

se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou conscientemente não deseja ir além desse nível, então sua atividade transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática. (LUKÁCS, 2012, p.35)

A peso de exemplo, no campo da arte, na literatura análoga a essa tendência decadente da *apologia direta*, podemos retornar ao texto *Narrar ou Descrever?* de Georg Lukács, no qual o autor húngaro afirma que a posição formalista naturalista no romance é, antes de tudo, uma posição política, qual seja, aquela que ativa pressupostos conservadores, fazendo papel anti-humanista ao produzir uma síntese confusa entre “dialética da natureza” e “dialética do ser social”, instâncias ontológicas dotadas de diferenças cruciais (ainda que isso não cancele a inter-relação entre as duas instâncias ontológicas). Dessa forma, uma descrição paisagística-naturalista da realidade, um “realismo” ingênuo sem aceção dos nexos sociais, isto é, uma congregação inóspita de casualidades e acontecimentos acidentais. Cheguemos mais a fundo ao quadro e aspecto debilitantes do naturalismo, tomado por Lukács como a quarta fase do romance (COTRIM, 2009). Sobretudo, a conexão social dos fatos é vigorosamente obscurecida por esse método literário (com aporte e reciprocidade na ciência positivista), de modo que as determinações sociais aparecem de maneira abstraída, isolada e sequencial, isto é, ao modo de uma expressão arbitrária. A relação entre os cenários humanos e suas *ações* (COTRIM, 2009) só pode ser alvorecida, quando os objetos sociais e as relações sociais são *figurados* com o tônus humanista, particular e adequado, que revela propriamente a

vida humana como *ação* circunstanciada (e circunstanciadora) por outras objetivações históricas, e não como encadeamento de “coisas mortas”. Isto é, não se resolve a objetivação da arte como um inventário ou acervo descritivo (que homogeneíza e faz tudo equivaler), por mais nuance e talento técnicos imprimidos, quanto antes, subsumindo a descrição à narração de realidade efetivas, onde a trama é substanciada pela reciprocidade das *ações* humanas que revelam o *típico*, e a sociabilidade é desvelada, por excelência, como “mundo humanamente configurado” presente nas *particularidades* figuradas.

Enfim, resta claro, depois dessa explanação, que uma posição ideológica burguesa sobre a plataforma do capitalismo desenvolvido (objetividade maturada) e esgotado de possibilidades civilizatórias – ainda que isso não implique necessariamente na derrogação absoluta dos avanços nas forças produtivas sociais – deve engajar-se em uma posição tendencialmente manipulatória ou mistificadora (mesmo, quando ativa o impasse de uma “crítica romântica”). Nesse caso, a realidade efetiva precisa ser reduzida à esquema (manipulação ideativa das legalidades imanentes do próprio real), ou mesmo, distorção irracionalista de seus nexos e relações, de modo que as lógicas específicas dos complexos articulados de maneira determinada, sejam rompidas ideativamente (fenômeno que marca a “*decadência ideológica burguesa*”). Isso remete a (necessidade de) um estudo científico preciso da forma de ser capitalista, isto é, abstração razoável de seus elementos universais, como a concreção de suas entificações particulares dotadas de elementos singulares. No entanto, como demarcamos a contento, a posição (ALVES, 2010) daqueles que desenvolvem a apreensão filosófica e científica do ser-em-si aparece como condição societária do conhecimento, porém, nunca autonomamente, e sim, dependente, decerto, e primordialmente, da maturação da objetividade.

Em suma, devemos sintetizar, assim, que no desenvolvimento da ideologia burguesa há dois momentos marcantes: um que vai do renascentismo a Hegel (ascendente) e outro (decadente) que tem sua gênese por volta de 1830-1848 (COUTINHO, 2010). A gestação dessas fases distintas só pode ser compreendida por meio da já aclarada imersão das formas da atividade ideativa humana coladas ao solo social, portanto, modelando-se como ideatividade-prática social cravada em base de relações materiais entre indivíduos ativos. A ideologia burguesa, transpassada por conquistas progressistas, da fase ascendente, teve no racionalismo humanista e na historicidade, produtos espirituais de fundamental introjeção no campo das práxis sociais da cultura, diante do revolucionamento burguês sobre a sociabilidade feudal, contra a política aristocrática, contra o estatuto religioso,

contra o poder divino-hereditário e as demais concepções de mundo, voltadas à manutenção/reprodução perene desta forma de vida social baseada na servidão.

Interessada na superação das diretrizes ideológicas feudais, constitutivos de um modo de reprodução social adstringente à classe burguesa, dotava-se a ideologia burguesa de relativa objetividade frente às acepções aristocrático-religiosas da mundaneidade, abrindo a própria sociabilidade humana à razão do homem (COUTINHO, 2010). Nesse sentido, diante de um racionalismo e humanismo (limitados, como vimos), punha-se a legalidade imanente do mundo em questão, apresentando-a como livro aberto à contemplação de sua própria imanência. É possível afirmar que, diante de outra classe dominante, a burguesia representasse – em primeiro momento e em capitalismo de tipo clássico - uma força movedora da libertação humana, uma classe portadora da resolução objetiva dos conflitos sociais em prol da universalidade do gênero.

Observamos, contudo, que se a tarefa revolucionária, progressista, ascendente conta com uma rede ideológica potencialmente objetiva (porque socialmente necessária da verdade em seu embate histórico concreto), pode também, em circunstâncias diversas da processualidade concreta humana, traçar um novo enredo reconhecedor dos problemas sociais variados, já que articulados sobre bases materiais diferentes do período revolucionário (transmutação à sociabilidade decadente e seu torneio ideológico); o que “não indica mecanicismo”, degeneração do materialismo marxiano insigne. Como já aditamos, em momento anterior, “a envergadura científica apresenta-se como ambígua na medida em que porta em si a possibilidade de ‘atravessar a aparência’, mas também de adensar a camada da imediaticidade com suas objetivações”, de modo que, como já abordado, tanto na arte, quanto na filosofia e na ciência, persevera a ambiguidade desfeticizadora e feticizadora, de modo que, só na pletora das determinações recíprocas e na essência desenvolvida de cada sociabilidade se pode divisar e deslindar os atributos e contornos da enervação ideológica. Assim, ainda que de modo premente, comprimido, deixamos pilares de nossa discussão vindoura.

É preciso demarcar, por fim, diante desse panorama, que não resta em Marx uma “crítica romântica” ao capitalismo, algo adstrito, de certa forma, ao decadentismo do “dobrar de sinos pela ciência econômica burguesa” sob a qual “não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim, se é útil ou prejudicial ao capital”. Ao contrário, o autor alemão seria um crítico severo do “romantismo” como senda ideativa crítica às

formas de ser do capitalismo. O aspecto “romântico”, mais próximo à seara reacionária-mistificadora, dirige-se ao ensejo de um “lamento mais ou menos trágico diante do capitalismo em consolidação” que consigna uma crítica resignada (SARTORI, 2018, p.36), ou o que foi designado por Georg Lukács por “inconformismo conformado”, enervação bastante distinta da verve marxiana. Isso quer dizer que uma espécie de “anticapitalismo romântico” (LUKÁCS, 1968) não leva a crítica à sociedade presentemente entificada ao seu limite, ao seu paroxismo. O “anticapitalismo romântico” e o capitalismo convivem como um verdadeiro oxímoro (uma oposição que se reforça mutuamente), uma vez que essa teia ideológica, que o autor húngaro indicará nas esferas da filosofia, da ciência e da arte, não apreende com correção ou *intentio recta* (LUKÁCS, 2012) as determinações que perfazem a sociabilidade do capitalismo (em que pese, ademais, as raias das particularidades). Marx, por sua vez, traceja e edifica uma obra ao arrepio da “crítica romântica”, tendo em vista que a objetivação teórica do autor alemão acerta com maior retidão as determinações essenciais sem as quais a supressão (*Aufhebung*) do capital e do capitalismo torna-se impraticável, isto é, sem mistificações paramentadas de tipo nostálgicas, pessimistas ou solipsistas (românticas) etc.

Isso se dá, não só porque, efetivamente, e explicitamente, não exista qualquer “coletivismo” em Marx e em Engels; isto se dá, não só devido ao fato de confluírem o desenvolvimento da individualidade e o “de todos” na sociedade comunista; em verdade, aquilo do que é criticado Marx (de modo infundado) pela “espadacharia apologética” – de ser um “igualitarista” que nivela as individualidades – não é tanto o que defende o socialismo marxiano, mas o que o autor critica com bastante rispidez. Neste sentido, já adiantamos: algo como uma “ética socialista”, se possível (Cf. LUKÁCS, 2015; SARTORI, 2018 b) – não entraremos na questão aqui –, não teria por base tanto o igualitarismo radical, como quer Gerald Cohen em seu “marxismo analítico” (2008), mas a confluência entre a individualidade, vista no “desenvolvimento livre de cada um” e a coletividade, trazida no “desenvolvimento livre de todos”. (SARTORI, 2018, p.38)

Isso significa que, em Marx, não pode haver uma “crítica resignada” ou “romântica”, uma vez que “O ‘desenvolvimento livre de cada um’, segundo Marx, só vem com a supressão da valorização do valor e, portanto, do próprio capital” (SARTORI, 2018, p.39), isto é, Marx apreende as categorias concretas que entificam a totalidade articulada da forma de ser capitalista, e pondera sobre a superação dessa morfologia. Além do mais, “ele diz respeito à maneira pela qual, no modo de produção capitalista, os indivíduos são

atomizados em meio ao processo reprodutivo em que se tem a autovalorização do valor” (SARTORI, 2018, p.40), o que confirma que o valor, como também a relação-capital não podem ser tomados de maneira trans-histórica. Assim, no perfilado das categorias concretas, na processualidade das formas de ser, é preciso anatomizar o “devir homem do homem” sem qualquer alçada metafísica, redução manipulatória a esquemas prontificados logicistas e/ou trans-históricos, nem mesmo mistificações, elevações de narrativas subjetivistas e irracionistas (mesmo que, parcialmente, críticas). Ao contrário, é necessário saber, para apreender o presente e sua supressão, que “compreender o papel da individualidade em Marx supõe ter-se em conta de modo cuidadoso a relação dela com imposição da lei do valor” (SARTORI, 2018, p. 40) para que não se desfira um golpe em falso, uma investida fragmentária aos consequentes deletérios da vida burguesa, isto é, a “crítica resignada” que não chega aos fios essenciais que vinculam individualidade e sociabilidade. Assim:

Ao mesmo tempo, a compreensão real da obra marxiana implica em saber que não é só o atomismo burguês que aparece no processo contraditório de desenvolvimento capitalista; tem-se também aquilo que traz a possibilidade da supressão de certas figuras da individualidade e da sociabilidade, como as burguesas. Ou seja, simultaneamente ao aparecimento da atomização e de certa “luta de todos contra todos”, tem-se também a possibilidade de surgimento de “indivíduos universais” (Cf. MARX, 2011 a). (SARTORI, 2018, p.40)

O socialismo é uma possibilidade concreta. Marx, portanto, não enreda qualquer inflexão romântica ou utópica. Nem mesmo, inflete a uma posição moral, uma vez que a moralidade revigora um dever-ser anuviado em relação à essência do ser social. O socialismo não é um cântico, nem sequer uma esperança, mas uma possibilidade efetiva permitida pela vida genérica concreta efetivada e obstruída pela mesma forma de ser social que vige e regencia a vida humana. Não é de outra forma que a “crítica resignada” (romântica) se efetiva como inócua já que não vai ao núcleo de legalidade imanente da inóspita sociabilidade burguesa. As possibilidades concretas configuradas neste evoluir contraditório, através das quais pode se dar o “surgimento de indivíduos universais”, passam ao largo, incólumes, descuidadas pelo “inconformismo conformado” (crítica romântica) que mais se aliança a um grito messiânico de mártir ou a um suspiro agonístico: o estertor do desertor.

Como historiador e crítico da economia clássica, Marx descobriu e escreveu, pela primeira vez, a história dessa decomposição. Sua caracterização sumária, feita por Marx (no que diz respeito ao período 1820-1830), torna-se, ao mesmo tempo, uma exposição e uma crítica rica e multilateral da decadência ideológica da burguesia. Esta tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico. Esta luta de classe, diz Marx, “significou o dobrar de sinos pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário ou não aos regulamentos da política. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética”. Desta forma, Lukács destaca a posição de Marx sobre a virada ideológica do pensamento burguês, que se inicia pelo afrontamento das teorias de Ricardo. (...) Observemos ainda que os fundamentos da “economia vulgar” (conforme a batizou Marx), que se implanta com Jevons, após o encerramento da economia política clássica, irá sustentar-se na subjetivação do valor de troca e na suposição de que as relações de troca são impulsionadas pelo valor utilidade (valor de uso); além disso não poderá mais tratar a realidade capitalista como tal, isto é, contraditória e injusta, pois historicamente já se patenteou a noção de que o capital não irá reverter essas condições, como supunham os economistas clássicos, portanto cabe de fato à economia vulgar a defesa e conservação incondicional do capital, confirmando com isso, conforme Lukács indica, aquele percurso de decadência ideológica do pensamento burguês. (COTRIM, 2008, p.152)

Expomos, assim, a necessidade da concreção de cada sociedade capitalista para o estudo que agora engendramos, isto é, que se demanda fugir ao esquematismo de replicar o conflito de classes, como, por exemplo, ocorrido na entificação clássica francesa ou inglesa. No caso brasileiro, destaca-se, não se engendrou uma sociabilidade ascendente e uma burguesia revolucionária, mas afinada congenitamente à conciliação pelo alto com as antigas oligarquias, o que não indica, todavia, uma assimilação absoluta entre elas, isto é, assertiva simplória que derroga qualquer conflito nesse trânsito. J. Chasin assume, de maneira geral, um “conflito abrandado e velado”, donde se revela um travejamento ideológico específico como representação dessa permuta complexa de concessões, resistências e acordos entre classes dominantes, que perpassa pela abstração razoável da “conciliação pelo alto”:

De modo que o que se grifa é que as relações, no Brasil, entre o capital industrial e o capital agrário, e todas suas implicações,

têm de ser examinadas no fluxo particular em que se pôs o capitalismo brasileiro no seu todo. Em termos mais precisos, adiantando um pouco o que se deixará, na sequência, ainda que em pequena medida, menos abstrato: na particularidade da formação do capitalismo brasileiro, tendo este se constituído através do que chamaremos, *provisoriamente*, de via prussiana, e sendo marcadamente próprio desta a conciliação entre o historicamente velho e o historicamente novo, de tal forma. que o novo paga pesado tributo ao velho, no seu processo de emergência e vigência, o confronto entre as componentes agrária e industrial do modo de produção capitalista, no caso brasileiro, teria forçosamente que assumir modalidade específica; digamos assim, formas abrandadas e veladas. Consequentemente, o equívoco de tematizá-lo sob o prisma exclusivo de um princípio geral abstrato é muito menor do que aquele que se efetiva ao dá-lo simplesmente por inexistente, sob a escusa de que no plano das relações mais superficiais, no plano das manifestações empíricas, não emergem evidências similares às produzidas nos casos clássicos. (CHASIN, 1978, p. 619)

Todavia, assim como o próprio J Chasin e demais autores marxistas, procuraremos demonstrar, a seguir, que a *via prussiana*, apreendida no concerto teórico da *miséria alemã* por Marx, não pode solucionar definitivamente a concreção do caso brasileiro, o que nos imantará ao tratamento e atualização da *via colonial* de objetivação do capitalismo, solo social do ideário a ser criticado por nossa Tese, em que se deve ter em conta, prioritariamente, que:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecipada por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o 'cidadão' e a comunidade democrática. Os movimentos nesse sentido, ocorridos no século passado e no início deste século [20], foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade política. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária - o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um 'grande mundo' democrático - contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 2011, p. 144)

O escopo do nosso texto perpassa, portanto, o fenômeno social designado por “decadência ideológica burguesa”, e apresenta como proposta, abarcar parte dessa múltipla inflexão ideal contrarrevolucionária burguesa, em sua diferença específica e em suas implicações, no solo social particular e forma de ser capitalista estatuída por J. Chasin como “via colonial de entificação do capitalismo”. Mais especificamente, trata-se de investigar as determinações da repaginação do ideário *nacional-desenvolvimentista*, a partir do autor e político Ciro Gomes, que atila uma panaceia ideológica, conquanto esteja congraçada na esteira da pressuposição da inexorabilidade do capitalismo. Trata, sobretudo, de dar mais um passo na representação científica, que reproduza ideativamente a cadeia dos insumos ideológicos adstringidos ou decadentes que agiram/agem na reprodução da sociabilidade capitalista brasileira, isto é, que participaram e participam da consciência e resposta aos conflitos inerentes à processualidade particular nacional de um capitalismo *sui generis*.

Em suma, superada a Introdução sobre o tema da ideologia, da fundamentação ontoprática do conhecimento e da determinação social do pensamento, passaremos ao: Capítulo 1, no qual abordaremos nossa posição rente ao pensamento de escol marxiano e a sua particularização da miséria alemã e sua crítica ao nacionalismo alemão; Capítulo 2, em que abordaremos a diferença específica da miséria brasileira, totalidade articulada social na qual emerge o pensamento criticado por esta Tese; Capítulo 3, onde esboçaremos uma trajetória do pensamento nacionalista, no Brasil, no século XX, em figuras fundamentais; Capítulo 4, no qual faremos as marcações biográficas de Gomes, questionaremos a literatura sobre o político, e esmiuçaremos o verdadeiro bojo histórico de nascimento do autor e político, assim como o sumo de suas primeiras assertivas; no Capítulo 5, faremos a leitura imanente de seus três primeiros livros; no Capítulo 6, abordaremos suas assertivas, de diversas fontes, até o estertor do governo FHC, como pontuaremos as transformações no capitalismo brasileiro; Capítulo 7, onde abordaremos as assertivas do autor, durante o decurso dos governos petistas; no Capítulo 8, abordaremos mais algumas influências de seu ideário, o Plano de Governo do autor e político nas eleições de 2018, como faremos a leitura imanente de seu último livro. Nas Considerações Finais nenhuma novidade há de ser pontuada, vez que a crítica ontológica, congregando gênese, especificidade e função do pensamento esmiuçado, deve estar elaborada no conjunto do texto.

CAPÍTULO 1

APONTAMENTOS MARXIANOS: A CONCREÇÃO DA MISÉRIA ALEMÃ

1.1 A apreensão marxiana: ontologia e método

Convictamente, no primeiro momento, carece repontar de modo fulgurante algo basilar: não há qualquer filosofia da história na teoria marxiana. Dessa feita, não há história como túnel luminoso e, previamente, construído por onde passam os homens e mulheres, em que as formas de sociedade configuram apenas capítulos de um todo destinado a um fim. Ademais, não há uma teoria da história em Marx, no sentido de um esquema prontificado e acabado da processualidade das formas de ser, assertiva distante de significar que não há uma concepção de história em Marx, como ficará claro mais à frente. Nesse sentido, se em algum momento pode-se falar de uma inadequação entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e a forma social (relação de produção específica) em que elas se desenvolvem, não se trata de um esquema estanque que explica todas as mutações das sociabilidades, mas de um caráter possível do desenvolvimento das sociedades concretas.

Assim, da mesma maneira, a contradição de classes não é um elemento inexpurgável do ser social, mas um aspecto inerente às configurações societárias onde trabalho alienado e propriedade privada se determinam reciprocamente, cabendo apreender a especificidade histórica de cada sociedade de classe, por excelência. Não é perdulário definir que, “Nesse sentido, o que identifica um dado modo de produção e, por isso mesmo, o diferencia dos demais é um tipo específico da articulação social que deve ser reproduzida para sobrevivência da comunidade, uma dada relação de produção” (MACHADO, 2018, p. 170). Nessa linha:

Ora, foi somente quando os grandes proprietários ingleses expulsaram os servos de suas terras, tornando-os livres das relações de dependência pessoal e dos laços diretos com os meios de produção, que o capital entrou em cena pela primeira vez na história humana. Uma vez expropriados de todos os meios e garantias de sobrevivência, os antigos trabalhadores diretos se converteram em massas destinadas ao mercado de trabalho ou à mendicância e ao roubo. (MACHADO, 2018, p. 141)

Dessa feita, a tônica marxiana passa longe de uma codificação estanque ou logicista, como demonstramos na epígrafe de Engels, em nossa Introdução. Marx, por certo, o que

caracteriza abundantemente a riqueza de sua obra, não é um autor epistemologista, isto é, que se arrima em armações discursivas a priori, arquitetadas mentais a priori, ofertas de modelo a priori. Nosso autor nodal, mesmo ao concatenar lineamentos mais gerais das sociedades humanas, o faz como ponto de partida (logo, insuficiente) da especificação das sociedades tratadas, um escrutínio dedicado que busca a delimitação da peculiaridade das articulações da realidade efetiva, em especial, da sociedade capitalista. Nesse processo de escavação da objetividade, abarcando a universalidade concreta do capitalismo, abrolha não somente a categoria do valor, assim como os produtos sob a forma mercadoria, mas a generalização da produção voltada para a troca, para o mercado e, fundamentalmente, a relação-capital onde se tem por fio vermelho a valorização do valor:

Para que os homens se relacionem entre si na forma capital, não basta a acumulação de dinheiro e a formação de capitalistas potenciais em um polo. É necessário encontrar, no polo oposto, uma massa de indivíduos disponíveis para trabalhar, o que pressupõe um processo histórico que dilacerou aquela unidade originária entre homem-comunidade-natureza ao dissolver todas as relações sociais que atam os indivíduos aos meios e materiais determinados de trabalho. (...) E mais ainda. Como o grau de exploração, no caso da sociedade burguesa, manifesta-se na forma da taxa de mais-valia, isto é, na relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário, não interessa ao capitalista o volume absoluto de produtos que este consegue extorquir, mas o volume relativo, isto é, a proporção em que o trabalho se divide em tempo de trabalho excedente e necessário. (MACHADO, 2018, p. 145-256)

Com isso, ousamos demarcar a preocupação ontológica marxiana com as formas de ser, determinações de existência, enfim, categorias concretamente existentes, ao contrário de elucubrações meramente gnoseoepistêmicas ou instrumentais teóricos-metodológicos de aplicação estrita ou ampliada a várias sociedades. Quanto a isso, precisamos, de modo bastante breve e limitado, vaticinar sobre outras acepções com largo espargimento que destoam dessa posição que admitimos como a mais loquaz com o pensamento marxiano. Em todo caso, valeria apontar, por exemplo, as prédicas e argumentações que consignam uma aproximação entre Marx e Hegel, isto é, um vínculo lógico Marx-Hegel que, por vezes, pode corromper a teoria do primeiro. Assim, “Se, no entanto, são inquestionáveis certas relações entre o pensamento de Marx e o de Hegel – bem como os avanços na compreensão de *O capital* à luz deste último, como intuía Lênin –, a maior parte dos

comentadores, dando um passo adiante”, extrapolando o vínculo acima aludido, “procurou entrelaçar, em distintas direções, o conjunto da estrutura de *O capital* com aquela da *Ciência da lógica* de Hegel” (MACHADO, 2018, p. 240), o que configuraria, por assim dizer, uma inflexão “marxista hegeliana”. Trata, sobretudo, de um forcejamento ideativo que travejou vincos excessivos entre a obra de Hegel supracitada e obra magna de Marx, enquanto a primeira preserva um purismo logicista, uma dialética da ideia em torno de si mesma, que jamais poderia ser encontrada nesses termos na obra marxiana.

uma ciência que toma o pensar puro enquanto conteúdo do próprio pensar. Somente em um estágio posterior de seu sistema, após o desdobrar imanente desse domínio puramente conceitual –, possível, segundo Hegel, graças ao Absoluto pressuposto –, veremos emergir o domínio da natureza e do Espírito, no interior do qual se encontra a história, a arte, a religião e a própria filosofia. Todos esses domínios, em verdade, momentos internos da Ciência da lógica, ainda que, nesse nível da exposição, estejam colocados apenas em si, apenas em potência. (MACHADO, 2018, p. 42)

Dessa feita, “sendo a Lógica, para Hegel, o momento em-si do Espírito, o princípio que contém potencialmente todas determinações da realidade, é compreensível que este desdobrar dos pensamentos puros preceda, em sua exposição, todos os demais domínios da realidade, incluindo todas determinações materiais e históricas”. Logo, “A Ciência da lógica, portanto, seria o movimento de autoexposição do pensamento, ainda que tomado enquanto algo dotado de vida e, por isso mesmo, contrário à lógica formal, cujos conteúdos estáticos e mortos se sobrepõem ao sensível e ao material” (MACHADO, 2018, p. 242). A dialética hegeliana se apresenta como dinâmica lógica do conceito que pode ser exposta, inclusive, antes de qualquer remetimento à exterioridade. Ressaltamos que esse talhe é distinto do presente na obra marxiana, em que as categorias são categorias concretamente existentes, e que a lógica específica do objeto específico é a apreensão de uma organização social histórica, portanto, que o pleito logicista dado por si só não poderia ser reivindicado. Nesse sentido, é que a possibilidade de um purismo categorial em Marx como indicação do travessão hegeliano de Marx deve ser denegada. Em posfácio de Marx a *O Capital*, a declaração fatal da diferença de suas “dialéticas”:

Meu método dialético, por sua fundamentação, não só é diferente do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo do pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo

contrário, o ideal não é nada mais do que o material transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX apud CHASIN, 2009, p. 181)

Nesse bojo argumentativo, “Acontece que, em sua *Ciência da lógica*, vemos exatamente esse desdobrar puro dos conceitos, uma derivação dialética que, em sua forma lógica, precede ontologicamente todas formas de sua manifestação, toda exterioridade”. Nessa empreitada, “Ao pressupor um sujeito Absoluto que se exterioriza no curso da história, Hegel pôde partir de um conceito: o ‘Ser, puro ser, sem nenhuma outra determinação’, ‘pura abstração’ ou, em uma palavra, o ‘Nada’ e, então, deduzir imanentemente os demais conceitos: não-ser, devir e assim por diante” (MACHADO, 2018, p. 243). Vê-se que a Ideia, ser puro indeterminado, traz em si sua trama e enreda as próprias realizações históricas (domínio da natureza e do espírito) como momento de sua imanência e autoengendramento.

Na forja marxiana, entretanto, não se pode indicar nada “ontologicamente anterior à história”, fenecendo o vínculo lógico suposto. Ainda que a exposição marxiana em sua obra magna não seja aquela que demonstra o encadeamento exatamente histórico das categorias tratadas, tampouco pode ser apreendido como jogo de conceitos que se revelam em detrimento dos nexos e relações da realidade efetiva. A relação-capital não é um mero frontispício, uma malha opaca que oblitera um âmago lógico precedente. No escrutínio do autor de Trier, “as categorias se sucedem no interior de *O capital* segundo a ‘estruturação no interior da moderna sociedade burguesa’, seja qual for a ordem em que se desenvolveram historicamente na sucessão das diversas formas de sociedade”. Mas, nunca abandonando essa perquirição, “da primeira à última linha, o objeto de Marx em *O capital* é sempre o modo de produção capitalista considerado em sucessivos níveis de abstração e concreção” (MACHADO, 2018, p. 245) sem que Marx esteja debulhando-se autonomamente nelas, quer dizer, a lógica específica ou legalidade imanente tratada demanda pressupostos e comparações históricas sem as quais a articulação peculiar que está sendo exposta por Marx ficaria sem arrimos.

Em verdade, para Marx, não é suficiente a constatação de que o capital é um produto histórico, mas também uma configuração histórica específica que, enquanto tal, apenas pode ser adequadamente compreendida tendo em vista as formas sociais pretéritas. Este aspecto distingue Marx radicalmente de toda tradição precedente da *economia política*, que sob hipótese alguma desprezava o fato de que a forma de organização social

moderna era um produto histórico, no entanto, sustentava que todas transformações ocorridas no interior da história poderiam ser compreendidas com base em leis universais. (MACHADO, 2018, p. 247)

O que é preciso definir é que a ontologia marxiana, assim requerida, tem pouso na apreensão da vivacidade concreta das mutações humanas e é delas subsidiária, não sendo jamais imputação de um instrumental heurístico estanque, anterior ao trato da realidade efetiva e sua respectiva interatividade. O caráter histórico-imanente da letra marxiana diz respeito ao modo pelo qual as categorias no devir humano vão se metamorfoseando, empreendendo formas sociais específicas e, só por isso, histórico-sociais, exigindo a especificação de cada sociedade, como bem o faz Marx, em grandes avanços, desde suas jovens asseverações em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* às maduras linhas de *O Capital*. A historicidade não é um terreno à parte, ou mesmo, um fluxo por onde as renovações sociais vão seguindo trajeto premeditado, mas a modificação das categorias humanas em seu multiverso objetivo, condição para as subjetivações de cada sociedade determinada. Formas sociais que não podem ser dadas, a priori, por pontos de chegada previsíveis e inexoráveis, nem de impossível reentificação, isto é, trajeto da materialidade social que não é forjado por forças alheias às ações dos indivíduos ativos circunstanciados por objetividades sociais já existentes.

as categorias e suas conexões reproduzidas no pensamento possuem caráter ontológico na medida em que não são frutos de articulações lógicas, mas determinações da própria coisa, ou em outros termos, elas expressam o desvelamento da lógica intrínseca dos complexos do ser; a história, por sua vez, não é compreendida como o conjunto de leis e regras que determinam *de forma extrínseca* o movimento do ser em geral, mas é o efetivo e concreto processo de transformação das categorias. (FORTES, 2016, p. 42)

Segundo as linhas até aqui aduzidas, podemos, portanto, nos contrapor a autores marxistas que extrapolaram a ligação existente entre Marx e Hegel. Nessa risca, a obra de Marx concentra evasiva robusta da lapidação mentalizante, da hipóstase da subjetividade e da metafísica, porquanto modo de granjear a malha integrativa do objeto faceado que exige trilhas próprias, do que, por isso, faz ganhar como epíteto, pela pena chasiniana, de “analítica das coisas”. No mesmo tom, “como esse percurso de contínua historicização ou concreção das categorias abstratas pode ser trilhado, de modo

genuinamente materialista, sem recorrer continuamente às formas históricas precedentes” é uma incisiva nuclear e cortante, e “problema que deixamos para os adeptos do marxismo lógico-hegeliano resolverem” (MACHADO, 2018, p. 282). Um exemplo desse engatamento logicista equivocado é encontrado por Chasin, em Georg Lukács, em suas obras de 1957 (*Introdução a uma estética marxista*) e 1963 (*Estética*), a despeito de sua insigne contribuição que o demarca como “maior marxista do século XX” para o próprio J. Chasin.

De outra parte, efeito e valor negativos no caso da tentativa, inteiramente mal sucedida, de estabelecer um denso vínculo lógico entre Marx e Hegel, exatamente porque não há como ligar esses dois autores, no plano lógico, por meio de arrimos textuais diretos, não só porque estes efetivamente inexistem, mas também porque os pronunciamentos marxianos a respeito desautorizam essa velha hipótese, bem como, exponencialmente, suas declarações relativas à própria atividade científica apontam para rumos inteiramente diversos, como será mostrado ao final dessas considerações. Em verdade, Lukács sabia muito bem que não dispunha da argamassa necessária - escritos marxianos pertinentes ou, pelo menos, razoavelmente indicativos, ainda que esparsos e fragmentários, e nem mesmo, em último caso, de simples alusões cromáticas - que pudesse documentar e servir de fundamento à tese do vínculo lógico. Tanto assim é que quase chega a ser tocante, mas não convence jamais, sua reiteração em lastimar que Marx não tenha realizado o desejo de mostrar o que há de racional na Lógica de Hegel. (CHASIN, 2009, p. 177)

Também, no caso do marxista hegeliano Christopher Arthur, pode-se ver o designado vínculo lógico grassando de alguma forma. Nesse caso, se trata de uma separação rígida entre elementos de uma “dialética histórica” que atina para condições de “ascensão” e “queda” das sociabilidades, e de outro lado, uma “dialética sistemática”, que se basta a si mesma, podendo assim, serem esmiuçadas como compartimentos distintos, autônomos, isto é, uma posição de apanágio formalista. Tem-se, na *Nova Dialética* de Arthur, dessa feita, um espelhamento excessivo na *Lógica* de Hegel, equivocado, que passa a prismar de modo bastante refratário a empreitada marxiana em *O Capital*. Em panorama:

No período recente, tem crescido a literatura sobre a conexão entre as dialéticas de Hegel e Marx, destacando-se, em primeiro lugar, aqueles autores que, como Erwin Marquit, George Boger, Igor Narski, James Lawer, Ronald Rieve e Sean Sayers, aceitam a inversão marxista da dialética hegeliana, assim como os esforços de Lênin para lê-la materialisticamente. Outro movimento tem sido levado a cabo pela chamada escola de Uno-

Sekine, que inclui John Bell, Robert Albritton e Thomas Sekine, os quais, inspirados na obra do economista japonês Kōzō Uno, propõem uma leitura hegeliana singular de *O Capital*. Um terceiro movimento está composto pelos partidários da Nova Dialética, que, como Christopher Arthur, Enrique Dussel, Geert Reuten, Mario Báez, Patrick Murray e Tony Smith, pretendem “construir uma dialética *sistemática* de forma a articular as relações d[o] capitalismo, em oposição à dialética histórica que estuda a **ascensão e a queda** de sistemas sociais” e, assim, “reconstruir” a obra de Marx. (GONTIJO, 2011, p.2)

No caso do autor em questão, as categorias em *O Capital* ganham um sentido puramente sistemático, formal, que poderia ser exposto sem o recurso a qualquer incursão histórica. Uma cadeia de relações internas, quer dizer, uma articulação categórica seria exposta por Marx, então, em sua obra magna, fazendo valer de uma sucessão de estágios de saturação expositiva em que a estrutura da totalidade vai se delineando, se completando. Nesse bojo, as categorias vão se imantando na lavra expositiva, como maneira de desvelamento da articulação geral, em que cada categoria abstraída fica unilateralizada se não exposta na dinâmica total exigida.

Segundo Gontijo (2011, p.9), mesmo essa perspectiva de Arthur romperia com uma coerente posição marxista hegeliana, sendo uma posição formalista aristotélico-kantiana, pois o processo expositivo não parte de abstração retirada à força que vai se complementando a partir do saturamento de determinações particularizadoras até à totalidade; em verdade, o processo expositivo assimilado por Marx de Hegel teria como mote que: “Da mesma forma que a semente não é parte arrancada da árvore, mas sua síntese não desenvolvida, tampouco o universal concreto como ponto de partida resulta de uma ‘abstração violenta’ que o tenha arrancado da totalidade”, e assim “tornando-o ‘necessariamente caracterizado de modo inadequado’”. Uma posição correta junto a Hegel seria a de que: “A sua única inadequação reside no seu caráter não desenvolvido”. Quer dizer, “Se a verdade é sistema, como corretamente sustenta Arthur, o sistema como totalidade desenvolvida não está dado pelo resultado final do desenvolvimento lógico que se inicia no universal concreto, mas inclui o ponto de partida e o desdobramento de suas categorias seminais”.

Assim, segundo o autor formalista, “[a] lei do valor não é algo que esteja na origem, quer lógica, quer histórica, é algo que vem a ser nas determinações formais da totalidade capitalista” (ARTHUR apud GONTIJO, 2011, P.5). Vejamos, pois, que,

equivocadamente ou não, o paralelo com a *Ciência da Lógica* ganha, nesse autor, um aspecto bastante direto, superando um mero empréstimo ou influência da dialética hegeliana na dialética marxiana em seus termos de exposição (*Darstellung*):

Neste ponto, Arthur (2004, p. 79) identifica um paralelo entre o movimento da troca de mercadorias ao valor e a “Doutrina do Ser” da *Ciência da Lógica* de Hegel, entre o desdobramento do valor em dinheiro e mercadoria e a “Doutrina da Essência” e entre o capital e a “Doutrina do Conceito”. Para começar, segundo ele, a mercadoria “é valor na forma de ‘Ser’” (idem, p. 89), e as categorias marxistas de ‘permutabilidade’, ‘montante’ e ‘valor de troca’ correspondem às categorias hegelianas de qualidade, quantidade e medida, enquanto “a exposição dialética propriamente começa com a mais abstrata e indeterminada noção” (ibidem). “Dada a troca, podemos falar das mercadorias em termos da oposição elementar entre Ser e Nada” – “[e]las têm seu **ser** nos circuitos da troca; mas ainda não revelam **nada** sobre si mesmas que garantam seus status” (p. 90). O valor, porém, como “um tipo de ‘material’ homogêneo subjacente aos diversos formatos corporais das mercadorias” (Arthur, 2004, p. 95), “meramente implícito”, “uma imagem evanescente” e, assim como o Espírito hegeliano é “uma essência que é verdadeiramente real somente através de formas específicas de sua auto manifestação necessária”, “tem de ganhar realismo em suas formas desenvolvidas de aparecer posteriores. Isso é o que torna o dinheiro necessário”. (GONTIJO, 2011, p.6)

Ainda, no empenho de nossa localização, podemos nos colocar, brevemente, “contra” autores marxistas como Louis Althusser, por exemplo. No caso do autor estruturalista, abarcando suas teses mais espargidas (1960, 70, sem adentrar no mérito do “materialismo aleatório” da década de 80), pode-se afirmar que pretendeu promover um desembaraço da dialética marxiana em relação à hegeliana, mas vincando Marx ao estruturalismo (ROCHA, 1976). Althusser consignou uma “leitura sintomal” de Marx que, em detrimento de elucubrar o que Marx gostaria de ter dito, um liame psicológico, toma as virtualidades do texto, sua expressão menos transparente e decodifica significados não aparentes. Ou como ele mesmo advertiu, uma “leitura culpada”, como Marx teria feito de Hegel, Smith, Ricardo. Despida e desdobrada, a teoria, tem-se no âmago de sua lavra uma *problemática* que orienta o fazer ideativo. E, rompida a *problemática* que está subentendida na obra, tem-se um momento grave da irrupção.

Para Althusser, dessa feita, a irrupção gradativa de *problemática* em Marx passa a tomar corpo em 1845, sendo um traslado que demanda a apreciação contínua, a revisão do trajeto teórico ao seu apanágio de ciência da história (ROCHA, 1976). Marx teria sido,

nessa primeira e ideológica fase, marcado por uma influência de Kant, Fichte e Feuerbach, admitindo uma antropologia da natureza humana, que, segundo nossa aceção, inexistente, dado que Marx, mesmo ao usar termos feuerbachianos, em 1844, não se alimenta das mesmas noções abstrativas do último. Assim, segundo se tem na obra althusseriana, o traslado das *problemáticas* em Marx pode ser desvelado como passagem entre ideologia pré-marxista de problemáticas burguesas e ciência marxista renovada por outra posição e *problemáticas*. Nesse comboio, advém, segundo esse autor, uma modificação de liame não somente conceitual, mas também metodológico (ROCHA, 1976). Marx faz erigir uma teoria – materialismo histórico – no lugar das ideologias e filosofias da história anteriores, e rompe com a identificação com a *problemática* feuerbachiana (THÉVENIN, 2010). Mas, faz erigir também uma “teoria da prática teórica”, uma dimensão epistemológica própria, portanto, um materialismo dialético.

No aspecto epistemológico, a ideologia é definida como o outro da ciência, i.e, a ciência surge como uma ruptura, uma descontinuidade do senso comum, da ideologia. Para Althusser, há uma ruptura epistemológica na obra de Marx a partir de 1845, quando se inicia um novo continente científico, a ciência da história (ou materialismo histórico) e, em estado prático, uma nova filosofia produtora de conhecimento (materialismo dialético). (MOTTA; SERRA, 2014, p. 127)

Althusser considera a causalidade estrutural como dinâmica a explicar a totalidade articulada. Combinação de contradições que se tensionam entre si e que vigem, demarca-se, *sobredeterminadas* pela unidade. A conceituação althusseriana invoca noções como “autonomia relativa” e “eficácia própria”, o que, da parte althusseriana, evita travejamentos economicistas e unilateralizações de dimensões parciais. Porém, dentro de um enredo estruturalista, o autor parece não adotar propriamente as linhas marxianas, por exemplo, para o tratamento acurado da conformação subjetiva, mas sim a conceitualização psicanalítica lacaniana da interpelação, Sujeito e da inconsciência, e seu conceito de ideologia supostamente (equivocadamente) marxista.

Nesse diapasão, “Não há, para Althusser, indivíduo, noção ideológica constituída pela modernidade capitalista, mas sim sujeitos: o indivíduo é sempre um sujeito desde o seu nascimento quando lhe é conferido um significado (um nome)”, mas não o sujeito centrado cartesiano, isto é, “não é dotado de uma consciência autônoma já que é sempre sujeitado a algo (um Sujeito) que o interpela cotidianamente, sem que perceba a existência desse mecanismo de sujeição que, em última instância, reproduz as relações de poder”.

Para Althusser, poder-se-ia falar de sujeito descentrado, multifacetadamente interpelado pelo Sujeito, mas inadvertido, inconsciente, ou seja, “Há sempre, de acordo com Althusser, o mecanismo de reconhecimento-desconhecimento na constituição dos sujeitos pelas interpelações: o sujeito reconhece-se em um discurso”, mas “desconhece esses mecanismos interpelatórios dos quais reproduz (ou transforma) as relações de poder da sociedade” (MOTTA; SERRA, 2014, p. 130-131).

Sobre o tema da ideologia e ciência, fica estabelecido: a primeira como reconhecimento prático-inerte, a segunda como conhecimento; vejamos, dessa feita, que isso não incorre em simplória divisão entre falso/verdadeiro (embora, em seu *Ler O Capital*, a sua acepção não seja tão meandrada, seja uma bifurcação mais cientificista). A ideologia possui força reprodutiva, como o autor passa longe de negar, mas como insumo inconsciente do estar no mundo, rejunte ou cimento da ação prática-inerte adstritos às tendências sociais. Portanto, Althusser não recai em assertivas que igualam ideologia a epifenômeno, nem que despedem o peso reprodutivo superestrutural, mas evidencia ideologia como argamassa da realidade vivida, como insumo passivo que anela os homens na vida prática. Ideologia, em Althusser, aparece, portanto, como algo inexorável, pois liga ideativa que, em seu dotamento inconsciente, precisa existir como concatenação reprodutiva de uma sociedade; insumo inconsciente e maleável que já apresenta problemáticas que serão diferentemente faceadas pelo insumo científico, que não pode, em todo caso, simplesmente substituir e derrogar o ideológico.

Assim, “Segundo Althusser, a prática teórica não comporta somente a prática teórica científica, mas também a prática teórica pré-científica, i.e, ideológica. Para ele, a prática teórica de uma ciência diferencia-se sempre claramente da prática teórica ideológica da sua pré-história”. Nesse ensejo, “essa distinção toma a forma de uma descontinuidade ‘qualitativa’ teórica e histórica que ele designa, inspirado em Bachelard de ‘corte epistemológico’” (MOTTA; SERRA, 2014, p. 128). Distinção, essa, como tocamos na Introdução, impertinente à letra marxiana. Concebemos esse acendramento (e não substituição maniqueísta), essa “descontinuidade qualitativa” entre ideologia e ciência, como um desdobramento althusseriano advindo de sua “leitura sintoma!”.

Isso significa, para Althusser, que as correntes filosóficas do empirismo, da fenomenologia e do idealismo, seriam ideologias. O mesmo pode-se dizer sobre o funcionalismo, a etnometodologia e o neo-institucionalismo no campo das

Ciências Sociais. A prática teórica seria estabelecida em três momentos: o primeiro seria o da Generalidade I constituída da matéria-prima ideológica que será transformada em um conceito científico (Generalidade III) por meio dos conceitos já constituídos, que é a Generalidade II (MOTTA; SERRA, 2014, p. 128)

Vislumbremos o que foi concebido até aqui: a determinação ontoprática do pensamento, a determinação social do pensamento, dotação das ideações localizadas sempre em totalidades sociais articuladas determinadas, como bem edificamos, em nossa Introdução, para tratar da “decadência ideológica burguesa”. Ademais, rejeitamos os desdobramentos estruturalistas-psicanalíticos de Althusser, assim como a anuência entre historicidade e logicismo hegeliano em Marx, que podem ser encontradas tanto em Christopher Arthur e em certas obras de Georg Lukács. Todos esses lineamentos gerais da filosofia marxiana não são mais do que abstrações razoáveis de largo alcance, porém referentes à escavação própria da objetividade capitalista, que abrolha na obra do autor alemão concatenada à sua tripla crítica ontológica a Hegel, aos pós-hegelianos e aos economistas clássicos, desde os anos de 1843/1844 (CHASIN, 2009).

No escopo da escavação da objetividade capitalista, encontramos também exposto um importante lineamento geral, desde o conteúdo dos *Manuscritos de 44*, qual seja, a noção de que “um ser não objetivo é um não-ser”, rejeitando, como já aduzido, algo “ontologicamente anterior à história”, isto é, história como processualidade não teleológica das formas de ser. Quanto a isso, cabe dizer que a *objetividade* é um traço do ser, isto é, o ser é objetividade, não é algo distinto da própria objetividade, algo dotado de substância metafísica não contaminada pelos marcos da objetividade determinativa, como vimos em Hegel. O ser é ele mesmo objetivo e se põe como objeto para um terceiro, isto é, relacionalidade vivaz e imanente ao seu caráter objetivo. Em suma, ser é ser objetivo, é apresentar-se como objeto e ter para si objetividades que não a sua própria, de outra natureza, mas compostos na unidade do multiverso ontológico de instâncias de objetividades.

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser natural, não faz parte da essência da natureza. Um ser que não tem nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não é por sua vez objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser como *objeto* seu, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é objetivo (MARX, 1999, p. 570)

O mesmo é concebido por Marx ao demonstrar seu afastamento de Feuerbach, posto que arauto de uma teoria materialista ainda cativa de pressupostos idealistas. Fazemos um declínio breve nas *Teses sobre Feuerbach* para alinhar e reiterar como a concepção histórica e materialista de Marx é distinta. Texto, este, resta claro, encontrado por Engels em caderno marginal que não possuía consecução de uma obra acabada. O texto detém forma simples e pouco encontrada em Marx, em aforismas, o que reitera também uma ausência de teleologia expositiva. Feitas as ressalvas necessárias, não se esconde, porém, que articulado à textura geral dos outros escritos, *Teses* apresenta valiosa síntese de achados mais elaborados no restante da obra marxiana. Escrito por Marx, durante a primavera de 1845, foi redigido e publicado pela primeira vez, em folheto à parte, em 1888, por Engels, como apêndice da edição de seu *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã*.

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade *objetiva* [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, na *Essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica-suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (MARX, 2007, p.537)

Sem extenuar o parágrafo, composto de muitas determinações significativas e explorações multiversas, Marx quer aqui, como abre o texto, destacar o defeito inerente ao materialismo criticado. Notadamente, trata-se do materialismo de Feuerbach, jovem hegeliano, que lhe foi o mais útil, acertado e profícuo entre todos, até certo período (1844), o que é facilmente apreensível pela ácida exegese aos outros hegelianos. O “defeito” é, em verdade, uma fraqueza de apreensão feuerbachiana, uma debilidade de reconhecimento da realidade efetiva, isto é, conceber o objeto somente como algo que a ser percebido/contemplado (passividade da sensibilidade, aspecto do sensível objetual) e não como algo resultante da trama ativa prática/sensível da humanidade, produto da

atividade humana efetivadora (atividade sensível). O aporte viabilizado por essa passagem é de fundo bastante importante, uma tônica incontornável do pensamento marxiano: o ressoar da práxis social como fulcro criador de plena importância, donde a atividade sensível aparece como momento efetivador (CHASIN, 1988) do “mundo dos homens”.

O que está sendo exposto é o brio contemplativo e idealista do materialismo intuitivo de Feuerbach, sua seiva de passividade, a partir da qual o homem é aplacado pela sensibilidade objetal. O mundo humano aparece, dessa forma, sem qualquer fulcro criador prático apreendido no seio da própria interatividade humana. O materialismo, de fundo mecanicista e contemplativo, dá autarquia ao sujeito e ao objeto, e assume um translado automático, qual seja, a intuição como trânsito formador na interação desses polos apartados. Em sintonia, o autor de Trier indica que o Idealismo prevaleceu como concepção definitiva sobre a atividade do homem e que, subsumido ao novo Idealista, esse materialismo amedrontado fica refém da atividade humana sinonimizada à atividade teórica, simplesmente.

A doutrina materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Por isso, ela necessariamente chega ao ponto de dividir a sociedade em duas partes, a primeira das quais está colocada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária. (MARX, 2007, p. 537-538)

Feuerbach não consegue, dessa feita, compreender a atividade humana como objetivante, como criadora de objetividades sociais, como plasma transformador da materialidade já existente, por isso, não pode sequer perceber sua atualização pelas candentes extrusões da “mão” humana. Portanto, dá autarquia indevida à objetividade, isto é, a concebe de maneira fetichizada e autoengenderada. A práxis social é vaso comunicante entre objetividade e subjetividade, mas, no materialismo feuerbachiano, esses polos são concebidos de maneira meramente desgarrada. A atividade efetiva que modifica circunstâncias, modifica, portanto, as circunstâncias da atividade humana, atualizando o modo de ser do conjunto de práxis sociais.

Reencetando a crítica marxiana: é pungente no materialismo mecanicista o pensamento de que homens diferentes são frutos de condições objetivas diferentes. Fica anulada, porém, a genética dos momentos objetivos, isto é, que essas condições objetivas são diferentes por múltipla modificação e atualização da atividade do homem, sobretudo, quando se pensa a “prática revolucionária”. Feuerbach limita o “homem”, o “gênero/espécie” [*Gattung*], então, ao pensamento e à percepção, negando-lhe a atividade de criação efetiva e ativa da realidade, o que obnubila a unidade prática entre subjetividade e objetividade, pensamento e atividade prática/sensível, circunstâncias e práxis social.

Feuerbach parte do fato da autoalienação [*Selbsentfremdung*] religiosa, da duplicação do mundo num mundo religioso, imaginado, e um mundo real [*wirkliche Welt*]. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Ele ignora que, após a realização desse trabalho, o principal resta ainda por fazer. Sobretudo o fato de que o fundamento mundano se destaca de si mesmo e constrói para si um reino autônomo nas nuvens é, precisamente, algo que só pode ser esclarecido a partir do autoesfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Ele mesmo tem, portanto, de ser primeiramente entendido em sua contradição e, em seguida, por meio da eliminação da contradição, ser revolucionado na prática. Assim, por exemplo, depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser criticada na teoria e revolucionada na prática. (MARX, 2007, p. 538)

Trata-se aqui, em espetacular exemplificação, de repor na contextura ontoprática o lugar da elaboração ideativa, momento atinente à práxis social em uma “família terrena” peculiar, determinada. A crítica à religião de viés neohegeliano demonstra a certa “projeção do homem no céu”, martela a “família sagrada”, sua substância gnosiológica mistificadora e inversora. Marx situa, contudo, que, é nas contradições da vida terrena, na “família terrena”, que pode nascer a “vida sagrada”, e mesmo ser entendida em sua função em relação à “contradição” efetivada na vida humana concreta mesma. Ou seja, é preciso ir além da crítica gnosiológica da falsidade da vida sagrada, mas identificar e criticar o status da vida terrena que condiciona o nascimento da ideologia religiosa. É preciso criticar e eliminar a contradição que torna o homem refém do engodo, porém sem abstrair ou hipostasiar o engodo ideativo, quanto antes o compreendendo na constelação das práxis humanas, na qual o pensamento aparece como momento interno da práxis,

interagindo com a atividade sensível e com as legalidades iminentes de uma sociabilidade configurada (por vezes, contraditoriamente). Marx ainda acrescentaria na tese **VII** que “Feuerbach não vê, portanto, que o ‘sentimento religioso’ é, também, um produto social e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence, na realidade, *a uma forma determinada de sociedade*” (MARX, 2007, p.538).

Como aditamos, esse materialismo é chamado por Marx de materialismo perceptivo/intuitivo. Não consegue reproduzir as categorias concretamente existentes, a ossatura objetividade-subjetividade, fazendo desta, elemento caudatário da primeira. O homem, típico desse materialismo incipiente, conceitualmente, não plasma e nem se autoplasma pela atividade sensível e consciente; materialismo que reveste a canga contemplativa e condescendente, conveniente ao traçado Idealista e à moção mentalista do humano, solapando o lugar concreto e concretizante da ideação jungida à atividade sensível que reproduzem as sociedades determinadas, condição de possibilidade da constituição das individualidades. Vê-se que mesmo nos *Manuscritos de 1844*, Marx já ultrapassara Feuerbach - ao contrário do que promulga Althusser - embora fosse renitente em utilizar os termos deste, como o já citado *Gattung*:

Deve-se sobretudo evitar fixar novamente a "sociedade" como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. A exteriorização da sua vida - ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida comunitária, realizada em união com outros - é, pois, uma manifestação e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que - necessariamente - o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou que a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou mais geral (...) Vê-se pois, como somente no estado social, subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e passividade deixam de ser contrários e perdem com isso seu modo de existência como tais contrários; vê-se como a solução das mesmas oposições teóricas só é possível de modo prático, só é possível mediante a energia prática do homem, e que por isso, esta solução não é, de modo algum, tarefa exclusiva do conhecimento, mas uma tarefa efetiva da vida que a filosofia não pode resolver, precisamente porque a tomava unicamente como tarefa teórica. (MARX, 1999, p.38)

Endossamos na Introdução o que as linhas do autor alemão fazem revelar: o pensamento humano não pode ser tomado de forma autoengendrada, como arroubo que paira nos ares, mas deve ser entendido no conjunto de ideações e efetivações do ser social,

circunstanciado, pois, por uma sociabilidade concretamente configurada e inter-relacionado a outras instâncias objetivas, como o ser orgânico e inorgânico. A vida humana é essencialmente prática, de modo que a forma de orientação da prática – os insumos ideativos-ideológicos - deve ser analisada imbricada com o “como” a sociedade se reproduz em determinada morfologia ou forma de ser. É, por conseguinte, nessa plethora de práxis sociais articuladas de uma sociabilidade configurada em que a consciência e as potências da subjetividade se conformam. Ainda:

Feuerbach, não satisfeito com o pensamento abstrato, apela à contemplação sensível; mas ele não apreende o sensível [die Sinnlichkeit] como atividade prática, humano-sensível.

Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. *Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado.* Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso:

1. a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – isolado.
2. por isso, nele a essência humana pode ser compreendida apenas como “gênero” [*Gattung*], como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos de modo meramente natural. (MARX, 2007, p. 538, grifos nossos).

Vê-se que a crítica da “generidade muda” reitera a submissão do materialismo feuerbachiano à montanha Idealista, já que, segundo essa ordenação, o indivíduo ganha em si o brasão da humanidade, de maneira isolada, inatista, pela abstração do ser-espécie. A querela não é meramente ocasional: faz parte do materialista adstringente, o caráter anti-humanista, que isola o ser humano singular da realidade humano-genérica. Desdobra-se a humanidade em ser abstrato individual, colocando em parênteses o duplo fazimento dinâmico das relações sociais e da subjetividade.

O ponto mais alto a que leva o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos singulares na “sociedade burguesa”. (MARX, 2007, p. 539)

Como supracitado, o materialismo intuitivo concebe indivíduos isolados, dotados a priori de uma humanidade abstrata. Desse modo, tanto a humanidade quanto os objetos sociais ainda precisam de um “pontapé” Idealista, de uma injunção metafísica causadora. Na tese

X, “O ponto-de-vista do antigo materialismo é a sociedade ‘burguesa’; o do novo materialismo, a sociedade humana ou a humanidade socializada” (MARX, 2007, p. 539), Marx reverbera a posição contrária ao materialismo intuitivo que, da posição burguesa, prossegue apologizando o indivíduo atomizado, em-si-mesmo, franqueando a concepção do novo materialismo como o humano em autoedificação, isto é, “a sociedade humana ou a humanidade socializada”. Para corolário, fonte de alvoroçada polêmica e distorções, a tese **XI** dá fechamento aos aforismas substancialmente articulados, donde só uma leitura isolada e deletéria pôde lhe revirar o conteúdo pelo centrismo da prática desajuizada, indicando qualquer impertinente voluntarismo, praticismo. Vê-se em “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de transformá-lo” (MARX, 2007, p.539) o tónus exclamante de uma frase famosa. Apreciando as articulações do texto, porém, nada indica um arroubo “voluntarista”, mas, novamente, a atividade prática da transformação que só pode ser efetivada, quando a interpretação alcança seu máximo representativo do real. Ou como dito, antes em sua tese **II**, o critério da verdade é a prática, remetendo ao fato de que as “interpretações erradas” são, de todo modo, antessala da impotência transformativa.

Em suma, tratou-se de destacar que “a ontologia marxiana não é uma resolução de caráter absoluto, nos moldes do sistema convencional, mas a condição de possibilidade de resolução do saber.” E que “orienta e é orientado pela ciência e pela prática universal dos homens. Orienta e é orientada, guia e é guiada, corrige e é corrigida”. Assim, “não é um absoluto inquestionável, uma certeza estabelecida por dedução a partir de axiomas, de uma vez para sempre” (Chasin apud Vaisman, 2001, p. IX). Ademais:

A ontologia estatutária não se apresenta como as elaborações altamente sistemáticas, e especulativas, consagradas pela tradição filosófica, mas somente aparece referida às questões específicas enfrentadas pelo padrão de cientificidade de Marx. Ou seja, como tematização ou reflexão atinente àquela dimensão mais geral das coisas analisadas. Examinada ou apontada por Marx sempre no interior da escavação efetiva das formas de ser, na particularidade concreta dos objetos faceados, nunca como momento sistemático de natureza absoluta contraposta ou superposta a eles. Deste modo, um conjunto sintético e provisório dependente prioritariamente da decifração dos traços específicos dos entes e processos. O fazer científico marxiano inclui, como momento seu, a indicação do modo como aparece aquela dimensão referente ao universal, mas sempre de modo subordinado ao desvendamento das formas de objetividade social, cada uma com suas peculiaridades e determinações. (ALVES, 2008, p. 68)

O procedimento marxiano subentendido é o mesmo que sua resolução metodológica que indaga diretamente a coisa e pode ser designado por teoria das abstrações (CHASIN, 2009). Enervado por esse modo de pesquisa ou investigação sem ditames epistemologistas, como demarcado, ou seja, sem fecundação autônoma do conhecimento em relação ao problema ontológico, o “método” científico marxiano, por assim dizer, avança do abstrato à particularização, das abstrações razoáveis de mais largo alcance, às determinações mais peculiares e particulares, de uma forma de ser específica. A razoabilidade tem como virtude a comparação, a escavação dos elementos determinativos das entificações que, em sua processualidade, só podem ser alcançadas, com correção, pelo escrutínio devidamente preocupado com a totalidade articulada definida, com a realidade efetiva determinada, a coisa que existe por si à revelia da idiosincrasia ou argúcia do pesquisador.

O vislumbre de uma “resolução metodológica” na heurística marxiana só pode vir calcado no debate da plataforma ontológica histórico-materialista inaugurada pelo autor renano, a verdadeira filosofia do imanente. Fica claro, dada a primazia do objeto já constatada, que Marx não parte de um método no sentido logicista ou “epistemologista” (CHASIN, 2009). A gama operativa do conhecimento segue as trilhas pisadas pelo próprio ente. Destarte, fica vedado o alinhamento epistemologista, pois o atributo marxiano é a apreensão das próprias categorias existentes em seus nexos e relações, as determinações de existência. O próprio autor alemão demonstra em linhas claras que não basta partir de lineamentos mais gerais, isto é, que essas asseverações são abstrações iniciais de um longo caminho de concreção de modos de vida sociais definidos, portanto, à prioridade ontológica da atividade vital, produtiva, é preciso, por excelência, afinar a particularização, apreender as relações de produção sociais peculiares em que o trabalho se enreda.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. Pode-se distinguir os homens dos animais

pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. *Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos.* Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX, 2007, p. 87, grifos nossos)

Enfim, como buscamos demonstrar, visto pelo prisma “epistemologista”, pode-se afirmar que não há uma “questão de método” em Marx. Não há uma precípua investigação isolada da cognição conhecedora, nem posteriormente, uma arquitetura mental, uma armação discursiva, uma oferta de modelo a priori. Desse modo, a querela do método científico/epistemologia em Marx se resolve na medida em que o conhecimento é sensibilidade posta na própria existência prática humana (CHASIN, 2009), capacidade de um tipo de ser, uma lida incontornável com as objetividades no decurso plásmico das transformações e reentificações societárias. Não se trata, a partir do constatado, de forma definitiva, de aventar uma possível lacuna em Marx. O problema decisivo é que a questão do “conhecer” não pode ser separada da unidade, da totalidade, ou seja, a dimensão ontológica é que ordena os problemas epistemológicos que, de fato, existem e só ganham sentido nela. A dupla via do “epistemologismo” não pode possuir, dessa feita, um tratamento marxista: a questão do conhecimento e a questão do método hipostasiadas.

Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão Marxiana. (CHASIN, 2009, p.89)

Assim, alerta-se para “a peculiaridade do tratamento marxiano desses temas, de modo que a ausência de equacionamento convencional do assunto é apenas o sinal negativo da completa reconversão e resolução positivas que a matéria encontra na reflexão marxiana”, mesmo “que só tratada ocasional e esparsamente, tanto que à mesma não foi reservado um único texto exclusivo e sistemático que delineasse os contornos de sua fisionomia”. Todavia, “atentando para momentos fundamentais da elaboração fragmentária de Marx a esse respeito, é possível captar e expor as linhas mestras de sua concepção em quatro tópicos”:

- a fundamentação ontoprática do conhecimento;
- a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto;
- a teoria das abstrações;
- a lógica da concreção. (CHASIN, 2009, p. 249)

Em síntese, “a conjunção cognitiva ideal depende do encontro entre um sujeito plasmado em *posição* adequada à objetivação científica, ou seja, portador de ótica social em condição subjetiva de isenção, e de um objeto desenvolvido”, quer dizer, “perfilado na *energeia* de seu complexo categorial estruturalmente arrematado”. Cabe ainda o esforço singular do pesquisador, ou seja, “de que modo específico atua, no encontro intrincado dessa dupla processualidade, o sujeito cientificamente interessado”. Ademais “Entre as dificuldades que se opõem ao trabalho científico, Marx, referindo-se à análise das formas econômicas (mas a observação, obviamente, pode ser generalizada para todo o âmbito das formas humano-societárias), inclui o fato de que nessas investigações ‘não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos’”. Logo, deve-se partir sem microscópios, laboratórios e experimentos empíricos, por conseguinte, “Marx assegura categoricamente que, nessa esfera, ‘a força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir ambos’. É, então, com essa aludida capacidade mental de escavar e garimpar as coisas que o sujeito opera cognitivamente” e “por meio dela é que ‘a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real’” (CHASIN, 2009, p.121).

A razoabilidade de uma abstração se manifesta, pois, quando retém e destaca aspectos reais, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados. A razoabilidade está no registro ou constatação adequado, "através

da comparação”, do que pertence a todos ou a muitos sob diversos modos de existência. Trata-se, pois, de algo geral extraído das formações concretas, posto à luz pela força da abstração, mas não produzido por um volteio autônomo da mesma, pois seu mérito é operar subsumida à comparação dos objetos que investiga. (CHASIN, 2009, p. 124)

As abstrações razoáveis não são “um volteio autônomo”, um tipo, pois tratam de “operar subsumida à comparação dos objetos que investiga” buscando “aspectos reais, comuns às formas temporais de entificação”, daí sua razoabilidade. Servem como as abstrações mais gerais que destacam os elementos comuns de morfologias peculiares. Assim, circunscrevem as constatações mais universais de uma sociabilidade específica (como o movimento necessário da relação-capital no capitalismo, por exemplo). A *diferença específica* pertinente a cada sociabilidade precisa ser apreendida, donde a exigência da escavação do que é próprio de cada época. Proceder por analogias seria ceder às *abstrações irrazoáveis* já que seria uma forma de eclipsar as *diferenças específicas* de cada forma de ser. Outro ponto que aparece com importância para consignar as abstrações razoáveis: não se trata de ir à realidade em sua aparência ou imediaticidade, pois assim, só se traria à abstração categorias vazias, sem articulação, formulando uma representação, por vezes, caótica. Deve-se ir, então, no empenho do atravessamento da imediaticidade ao curso de chegada aos problemas essenciais, garimpando, primeiramente, as abstrações razoáveis da malha categorial da sociedade. Logo após, um caminho de retorno é percorrido: das abstrações atingidas pela força abstrativa, sem arrimo logicista, à malha do concreto, quer dizer, demonstração do movimento total e imanente que torna o concreto verdadeira processualidade multifacetada e articulada, síntese de múltiplas determinações, arco da intensificação ontológica. Esse seria o caminho para concreção: chegada ao concreto pensado tendo no próprio ser, em sua maturação peculiar, o fulcro orientador do conhecimento.

A consideração das diferenças é, pois, uma exigência fundamental, decorrente do critério ontológico de abordagem, tendo presente que a distinção ou a identidade de certa formação de qualquer tipo é dada, precisamente, por aquilo que a diferencia dos elementos gerais e comuns copertinentes às demais que integram o mesmo conjunto. Tomando por exemplo as linguagens, Marx argumenta: "Se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que as diferencia desses elementos gerais e comuns". Por decorrência,

ignorar a diferença essencial é perder de vista os objetos reais e com isso o horizonte do pensamento de rigor, tal como os economistas que naturalizam e perenizam a sociedade capitalista, pondo de lado exatamente o que nela é específico: "Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos, que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo" (CHASIN, 2009, p. 125)

1.2 A Burguesia da Via-prussiana: a configuração do novo pela linhagem do velho

Buscando esmiuçar uma importante concreção marxiana, vamos ao enalço do caso alemão, da *Miséria Alemã*, para demonstrar, desde já, aqueles elementos semelhantes à *Miséria Brasileira*, inobstante, como demonstraremos no capítulo em seguida, a concreção do caso brasileiro dissolva essas abstrações razoáveis, caracterizando com mais precisão a *via colonial* de objetivação do capitalismo, solo social do ideário que será criticado por esta Tese. Na seção seguinte, ainda no interior da *via prussiana*, não deixaremos de notar que o próprio Marx, em texto bastante negligenciado, também alçou a crítica ao *nacionalismo* alemão de Friedrich List, figura teórica que aparece consensualmente como precursor de teses *nacional-desenvolvimentistas*, ideário específico de nossa crítica ontológica.

Para tratar da *Miséria Alemã*, podemos recorrer, em primeiro lugar, ao pequeno, porém monumental texto marxiano: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*. Marx descerra o texto afirmando que a crítica da religião na Alemanha está terminada; outrossim, aduz, a crítica irreligiosa é o pressuposto de toda crítica. Ademais, nesse contexto, o “erro profano” está trincado, ameaçado, desde que se realizou a crítica de seu reflexo celestial, do “erro celestial”. Isso porque, nas palavras do autor de Trier, “A existência profana do erro está comprometida, depois que sua *celestial oratio pro aris et focis* foi refutada”. Ao desferir o golpe crítico irreligioso, “O homem, que na realidade fantástica do céu, onde procurava um super-homem, encontrou apenas o *reflexo de si mesmo*, já não será tentado a encontrar apenas a *aparência* de si, o inumano, lá onde procura e tem de procurar sua autêntica realidade” (MARX, 2010, p.145), logo, crítica irreligiosa impele a consequências críticas mais coerentes e exigentes, observando o “mundo profano” como sua plataforma seminal.

A crítica à religião é, em primeiro momento, uma luta contra a própria “aparência humana” posta nos céus, elevada a essência ou causa do mundo terrenal; a crítica da

religião, como bem se mostrou em ideólogos alemães, a desmascara e demonstra como reflexo celestial do próprio homem, alcandorado, onipotente e onisciente, elevado a sobreordenação transcendente inelutável. Porém, na letra marxiana, a crítica da religião é, sobretudo, a crítica da fantasmagoria celestial, do erro celestial que, em seu diapasão ontológico, influte o olhar à matriz geradora: a terrenalidade determinada de uma sociabilidade, o solo social da religião e das demais fantasmagorias socialmente necessárias.

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*. (MARX, 2010, p.145)

Marx, sob auspícios de suas preocupações ontológicas, derroga, desde o início, portanto, a crítica meramente gnosiológica, acusatória do pensamento invertido religioso, fazendo por exigência o estudo da vida concreta dos indivíduos, o mundo dos homens, sua efetiva vida genérica, e sua própria natureza invertida, na qual o indivíduo vige como títere de uma lógica específica que aparece como “sujeito automático”, condições que o arrastam a reboque, base social para a gênese da múltipla consciência invertida. Desse modo, a crítica à religião, a *crítica irreligiosa* é uma crítica incipiente, indireta, ao “erro profano”, ao mundo humano invertido donde abrolha a consciência invertida.

Sem debulhar todos os elementos acerca da religião (como miséria e protesto oblíquo), isto é, sem perquirir, ao máximo, a miséria e manifestação específica religiosa no bojo de sua histórica base social classista, cumpre, outrossim, demonstrarmos como a linha argumentativa de Marx influte ao solo alemão. A crítica da religião, resta claro, é só o início crítico que deve acendrar para crítica do próprio “vale de lágrimas” que necessita do suspiro religioso, ao passo que, como transparece, o parâmetro marxiano é a crítica ontológica, em que especificidade, gênese e função de uma atividade humana são apreendidas em uma totalidade social articulada determinada e não como atividade autorreferenciada. Não se olvida, por conseguinte, que “A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em *germe*, a *crítica do vale de lágrimas*,

cuja *auréola* é a religião”. O paradeiro marxiano é o da revolução ontoprática em que “A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol”. Nessa seara, “A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo” (MARX, 2010, p.146), ou nem pode, em momento determinado, girar em torno de si, seja porque a maturação social impede o conhecimento mais apurado do real ou porque a posição de classe exige o obnubilamento, como argumentamos em nossa Introdução.

Logo, depois de efetivada a crítica do céu passa-se à crítica da vida terrena (porque é a vida terrena que deve explicar o “céu”, sobretudo), mostrando sua condição de origem e exigência de emersão dos estranhamentos celestes e profanos; consigna-se, assim, a crítica também da diversas formas de estranhamento na malha ideativa do aquém, de modo que “A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*” (MARX, 2010, p. 146). Nesse diapasão, Marx é incisivo ao divisar que os pós-hegelianos unilateralizam o veio crítico ao estranhamento religioso, precarizando a razão de ser da esfera religiosa em termos da inversão presente propriamente na vida genérica concreta. Marx explica porque isso se dá tendo em conta, justamente, a *miséria alemã*. Vejamos.

Em termos gerais, na dicção marxiana, a Alemanha rasteja, imberbe e vacilante, à crítica da política, posto que se encontra atrasada em suas próprias condições efetivas, e na própria política, francamente anacrônicas ao novelo de complexos sociais do capitalismo clássico; quando já viceja a crítica-prática à burguesia e ao mundo burguês em outros países (clássicos), ainda titubeia a crítica teórica à aristocracia, à religião e ao poder divino, no solo alemão engessado e atrasado.

Se nos ativermos ao *status quo* alemão, mesmo que da única maneira adequada, isto é, negativamente, o resultado permaneceria um *anacronismo*. Mesmo a negação de nosso presente político é já um fato empoeirado no quarto de despejo histórico das nações modernas. Se nego as perucas empoadas, fico ainda com as perucas desempoadas. Quando nego a situação alemã de 1843, não me encontro nem mesmo, segundo a cronologia francesa, no ano de 1789, quanto menos no centro vital do período atual. (MARX, 2010, p.146)

O atraso teórico alemão não é indiciário, senão, da *miséria alemã*, de uma monta teórica relativamente loquaz, a despeito de ser crítica limitada, influxo teórico emergente em um

terreno de liame prático-progressista depauperado; o crítico alemão é contemporâneo apenas filosoficamente do que no capitalismo clássico viceja, há muito, edificado na prática como mundo burguês acabado e, destaca-se, já não sem perigos práticos fatais. Como atesta Marx, ao debulhar a *miséria alemã*, o capitalismo na Alemanha só sorveu de seus elementos efetivantes decadentes, portanto, só se encontrou com essa forma de ser social, quando a entificou no dia do sepultamento da “sociedade da liberdade”; em outras palavras, onde não restam mais elementos ascendentes, revolucionários e progressistas.

Tomamos parte nas restaurações das nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados primeiramente porque outras nações ousaram fazer uma revolução e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contrarrevoluções; no primeiro caso, porque nossos senhores tiveram medo e, no segundo, porque nada temeram. Tendo nossos pastores à frente, encontramos-nos na sociedade da liberdade apenas no *dia do seu sepultamento*. (MARX, 2010, p.146)

Os teóricos alemães estão na fronteira? Na fronteira de um mundo burguês inacabado, ou melhor, em entificação como *via prussiana*, o que impele os progressistas às bandeiras que, no arrebol do capitalismo na metade do século 19, já configuram bastião do atraso, da dominação escusa burguesa. Marx afirma que a Alemanha teve medo das revoluções vizinhas e executou uma restauração monárquica preventiva. Num primeiro momento, foi reacionária contra as revoluções burguesas vizinhas, e, num segundo, contrarrevolucionária, assim como as nações clássicas já se tornavam baluartes contrarrevolucionários.

Marx não deixa de aduzir uma crítica contra o misticismo nacionalista alemão, aquela que vamos apresentar na seção seguinte e que se aproxima do mote desta Tese. Conjurados, tanto chauvinistas quanto liberais esclarecidos buscaram a explicação da história alemã de modo idealista e romântico nas raízes puramente germânicas, isto é, de modo figurado, nas florestas teutônicas, ao que Marx ironiza indagando pela diferença da história dos alemães para a dos javalis. Nesse sentido, Marx não faz senão passar em escrutínio os volteios ideológicos como emersões ideativas em uma dada processualidade que deles necessita ou apenas os possibilita. De modo ferino, o autor de Trier certifica a Alemanha como abaixo do nível da crítica, do nível da própria história, de modo que a crítica desse objeto desprezível não é um bisturi que almeja uma generosa reconstrução,

mas uma arma de destruição. O “espírito da Alemanha”, desse modo, já foi mesmo refutado, mas, pela própria realidade efetiva da *via clássica* vizinha, que ilumina o opróbrio germânico.

Que espetáculo! A infinita e progressiva divisão da sociedade nas mais diversas raças, que se defrontam umas às outras com pequenas antipatias, má consciência e grosseira mediocridade; que, precisamente por causa de sua situação alternadamente ambígua e suspeitosa, são tratadas, sem exceção, mesmo que com diferentes formalidades, como *existências concedidas por seus senhores*. E até mesmo o fato de serem *dominadas, governadas, possuídas*, elas têm de reconhecer e admitir como uma *concessão do céu!* Do outro lado, encontram-se os próprios governantes, cuja grandeza está em proporção inversa ao seu número! (MARX, 2010, p.148)

Marx atesta, neste texto de profunda síntese e crítica ontológica ao paradeiro teórico alemão, que para as nações modernas, a crítica da *miséria alemã* interessa, pois o fantasma do Antigo Regime, por vezes, é espectro que ainda assusta e reage. Porém, nas nações modernas clássicas, o Antigo Regime viveu seu estertor ao modo de uma tragédia, sem mais forças para sobreviver ao iminente decaimento. Todavia, na Alemanha, agarrada desde os pés ao arcaico, o morto continua insepulto, e, na forma de uma comédia, assusta e quer se fazer crer assustador mediante suas mistificações e hipocrisias. Logo, “Na medida em que o *ancien régime*, como ordem do mundo existente, lutou contra um mundo que estava então a emergir, ocorreu de sua parte um erro histórico-mundial, mas não um erro pessoal”. Nesse sentido, “Seu declínio foi, por isso, trágico. Em contrapartida, o atual regime alemão, que é um anacronismo, uma flagrante contradição de axiomas universalmente aceitos – a nulidade do *ancien régime* exposta ao mundo - imagina apenas acreditar em si mesmo e”, por meio da mistificação, “exige do mundo a mesma imaginação”. Obsoleto e resistente na obsolescência, “O moderno *ancien régime* é apenas o *comediante* de uma ordem mundial cujos *heróis reais* estão mortos” (MARX, 2010, p.148).

Solo de burguesia retardatária, em que as tarefas econômicas e políticas grassam do atraso, o que está em pauta na Alemanha já apodreceu na França e na Inglaterra: a busca por tarifas protecionistas. Necessitando “reinventar” o mundo burguês, “a relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, como mundo político” que “é um dos problemas fundamentais da era moderna” começa a preocupar os alemães “Sob a forma de *tarifas protecionistas, do sistema de proibição, da economia política*. O chauvinismo alemão

passou dos homens para a matéria e, assim, nossos cavaleiros do algodão e heróis do ferro viram-se, um belo dia, metamorfoseados em patriotas”. Bastante articulado à crítica que Marx faria [1845] ao citado List (veremos, na próxima seção), tem-se que, “Na Alemanha, portanto, começa-se agora a reconhecer a soberania do monopólio no interior do país, por meio da qual se confere ao monopólio a *soberania no exterior*”. Por isso, “na Alemanha começa-se, agora, com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra. A situação antiga, apodrecida, contra a qual essas nações se rebelam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões, é saudada na Alemanha”, pelos arautos do solo social taciturno, como List, “como a aurora de um futuro glorioso que ainda mal ousa passar de uma teoria *astuta* a uma prática implacável” (MARX, 2010, p.149).

Enquanto na França e na Inglaterra o problema se apresenta assim: *economia política* ou *domínio da sociedade sobre a riqueza*; na Alemanha ele é apresentado da seguinte maneira: *economia nacional* ou *domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade*. Portanto, na França e na Inglaterra, importa suprimir o monopólio que progrediu até as últimas consequências; na Alemanha, importa progredir até as últimas consequências do monopólio. (MARX, 2010, p.149)

O capitalismo alemão, tardio e contrarrevolucionário, ainda na metade do século 19 aquém da realização das tarefas econômicas e políticas burguesas, faz erigir tendencialmente a crítica incipiente, e por incipiente, ainda refringente à emancipação humana posta que refém ainda da emancipação política e do acabamento da vida burguesa; de outro lado, emulando o nacionalismo místico, o veio irracionalista como caldo ideológico socialmente necessário, quando a queda de barreiras já é exigida pela grande indústria: “Assim como as nações do mundo antigo vivenciaram a sua pré-história na imaginação, na *mitologia*, nós, alemães, vivenciamos a nossa pós-história no pensamento, na *filosofia*”. Marx não edulcora, nem é complacente com o ideário nacional-desenvolvimentista: “Somos contemporâneos *filosóficos* do presente, sem sermos seus contemporâneos *históricos*”. Reiterando os grilhões aferrados sobre o ideário alemão, “A filosofia alemã é o *prolongamento ideal* da história alemã” e “o que, para as nações avançadas, constitui uma *ruptura prática* com as modernas condições políticas é, na Alemanha, onde essas mesmas condições ainda não existem, imediatamente uma *ruptura crítica* com a reflexão filosófica dessas condições” (MARX, 2010, p. 150).

Marx, com o estilo bastante rebuscado e fulgurante deste texto, explica que a tarefa da filosofia na Alemanha, destarte, não é (não deve ser) somente criticar as condições reais do atraso alemão, mas também criticar sua “continuação abstrata”, sua “pós-história” ideativa, o “prolongamento ideal” que, até agora, encarnou como exigência ideológica apologética de complementações meramente burguesas, em um cenário em que o capitalismo já demonstra sinais de decadência ao claro do dia. Ou seja, as noções abstratas que afirmariam, insistiriam na superação do atraso alemão pelo acabamento do capitalismo são severamente criticadas por Marx e não deixam de ser, justamente, conteúdo teórico possibilitado e/ou necessitado pelo solo social degradado de onde emergem. Ou seja, trata-se de negar tanto a condição real atrasadas quanto as “circunstâncias ideais” (nacionalismo, pós-hegelianismos “à esquerda”, *Standpunkt* burguês) que (se efetivadas) modernizariam a Alemanha no trajeto da sociedade capitalista que, entretanto, já não promete nenhum alcance de zênites aos novos explorados do mundo (como outrora nos casos clássicos), e nem sequer, garante sua sobrevivência.

A nação alemã tem, por isso, de ajustar a sua história onírica às suas condições existentes e sujeitar à crítica não apenas essas condições existentes, mas igualmente sua continuação abstrata. Seu futuro não pode *restringir-se* nem à negação direta de suas condições políticas e jurídicas reais, nem à imediata realização de suas circunstâncias políticas e jurídicas ideais, pois a negação imediata de suas condições reais está em suas condições ideais, e ela quase tem *sobrevivido* à realização de suas condições ideais na contemplação das nações vizinhas. É com razão, pois, que o partido político *prático* na Alemanha exige a negação da *filosofia*. (MARX, 2010, p.150)

Em conta dessa tessitura, a Alemanha na sua melhor filosofia do direito e do estado, em Hegel (ainda progressista, não apologeta), avança, portanto, para além da vida efetiva *in loco* (destaca-se, aqui, como a consciência para Marx não é mero epifenômeno). Descreve, nesse ideário, o estado moderno, a efetividade das nações vizinhas modernas. Porém, o que se vê de modo mordaz, agudo, em Marx, acerca dos limites da letra hegeliana, é a transparência meandrada dos limites da própria posição burguesa progressista. Mas, afinal, se Hegel traz em sua teoria um apanágio bastante abstrativo, se poupando do homem efetivo, seria de se questionar se não é a própria política e estado moderno que se realizam se poupando do homem efetivo. Assim, a partir de uma posição bem engatilhada contra o capitalismo, em Marx se vê que a Alemanha não deve estancar

nem em suas condições efetivas, tampouco em realizar suas condições ideais (que são as condições efetivas dos outros países verdadeiramente modernos, segundo Marx.)

De modo brilhante, expõe-se o estado moderno (o mais acabado, além da Alemanha) como inerentemente inacabado para liberdade do homem, pois é uma libertação parcial, oblíqua e abstrativa do homem em que “A abstração e a presunção de seu pensamento andaram sempre no mesmo passo da unilateralidade e da atrofia de sua realidade”. Reavivando a tese dos limites da política e do próprio estado moderno acabado, o autor de *O Capital* assevera que “Se, pois, o *status quo* do *sistema político alemão* exprime o *acabamento do ancien régime*, o acabamento do espinho na carne do Estado moderno, o *status quo* da *ciência política alemã* exprime o *inacabamento do Estado moderno*, a deterioração de sua própria carne”. Nesse sentido, consonante com nossos propósitos, vemos desde o mais breve na posição marxiana a taxativa rejeição de propostas conservadoras, e mesmo, reacionárias que colocam como fim último a complementação política e econômica do capitalismo. Marx, dessa feita, estabelece a pergunta fundamental: pode, a Alemanha, ir para além de suas “melhores condições ideais”, de algo já consignado na efetividade nas nações modernas, e, ao superá-lo, chegar à verdadeira “estatura humana”, ao comunismo, que já tensiona criticamente as nações modernas ameaçadas pelo bafo de sangue dos expropriados, dos despossuídos?

Mas, se a Alemanha acompanhou o desenvolvimento das nações modernas apenas por meio da atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa nas lutas reais desse desenvolvimento, ela compartilhou, por outro lado, das *dores* desse desenvolvimento, sem compartilhar de seus prazeres, de suas satisfações parciais. À atividade abstrata, por um lado, corresponde o sofrimento abstrato, por outro. Por isso, a Alemanha se encontrará, um belo dia, no nível da decadência europeia sem que jamais tenha atingido o nível da emancipação. (MARX, 2010, p.153)

Sem despistar ou edulcorar, sem adstringir com a vulgata etapista, o que se vê na tônica marxiana, são elementos que se confirmam nos próximos textos. Na Alemanha é preciso, em uma só propositura pungente e concatenada, superar o “antigo” e “novo”, aglutinados como o antigo anacrônico, o morto insepulto e o novo em seu viés despido de ilusões, decadente, insensato. Por isso, as reflexões marxianas continuam insígnias para pensarmos à frente o caso brasileiro, quando afirma que “A Alemanha, como deficiência da atual política constituída num mundo próprio, não conseguirá demolir as específicas barreiras alemãs sem demolir as barreiras gerais da política atual”. Em suma, esgrimir tardiamente

(e hipertardiamente, no caso brasileiro), brigar por uma revolução democrático-burguesa e pela emersão de sociabilidade burguesa ascendente na Alemanha (e no Brasil?) é uma utopia – perpassada pelo *nacionalismo* - dada sua própria forma de entificação germinal do capitalismo em meio ao desenvolvimento geral e o ocaso civilizatório do capitalismo; na Alemanha, interfere Marx, deve-se ir em busca da “revolução radical” e não da mera revolução política/emancipação política como horizonte último. Ao que se indica que: “O sonho utópico da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução parcial, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício” (MARX, 2010, p.154). Utopia substancialmente conservadora, e mesmo, tergiversadora a partir de insumos reacionário-mistificadores.

Magistralmente, Marx explica como na consignação particular da *miséria alemã* as classes não protagonizam papéis revolucionários contra as opressões gerais da sociedade, mas aglutinam domínios, explorações e interesses particulares, conjuram mesquinhez e perfidez contra as classes imediatamente inferiores; assim, a classe burguesa e a aristocrática fazem uma “conciliação pelo alto” contra os “de baixo”. Nesse mote, “Na França, a emancipação parcial é a base da emancipação universal”. Ao contrário, “Na Alemanha, a emancipação universal é *conditio sine qua non* de toda emancipação parcial. Na França, é a realidade, na Alemanha, é a impossibilidade da libertação gradual que tem de engendrar a completa liberdade”.

Na Alemanha, porém, faltam a todas as classes particulares não apenas a consistência, a penetração, a coragem e a intransigência que delas fariam o representante negativo da sociedade. A todos os estamentos faltam, ainda, aquela grandeza de alma que, mesmo que por um momento apenas, identifica-se com a alma popular, aquela genialidade que anima a força material a tornar-se poder político, aquela audácia revolucionária que lança ao adversário a frase desafiadora: *não sou nada e teria de ser tudo*. A cepa principal da moralidade e da honradez alemãs, não apenas das classes como dos indivíduos, é formada por aquele *modesto egoísmo* que afirma sua estreiteza e deixa que ela seja afirmada contra si mesmo (...) tão logo inicia a luta contra a classe que lhe é superior, enreda-se numa luta contra a classe inferior. (MARX, 2010, p.155)

Em *Lutas de classe na Alemanha*, por sua vez, ficam expostas, sobretudo, as consequências da *via prussiana/miséria alemã* de configuração do capitalismo onde os arroubos emancipatórios, os sonhos liberais, o sopro progressista e republicano não fizeram vez de antessala. Trata-se, sobretudo, do estágio arcaico de uma sociedade

arraigada nas tradições feudais, absolutistas, aristocráticas, fundiária, em que a propulsão burguesa não é coordenada, em um primeiro momento, em consonância com a classe proletária, nem sequer funda uma oposição primigênia e explícita à velharia societária feudal, como temos visto. Em suma, uma burguesia prenhe de um conservadorismo quanto ao complexo de complexos feudalista e reacionária aos tinos progressistas advindos do revolucionamento burguês clássico e do “prisma do trabalho”. Manifestação germinal de um capitalismo que não se enamorou das utopias da igualdade e liberdade (nem sequer em seu aspecto formal), isto é, que não se desdobrou a partir de uma fase ascendente e promissora de resoluções universalistas.

Trata-se, sobretudo, de explicitar, segundo dicção marxiana, que a única força revolucionária alemã possível seria a proletária (LOWY, 2010). Os três textos da coletânea organizada por Michel Lowy (*Lutas de classes na Alemanha*) arregimentam análises marxianas bastante calcadas na ação específica dos trabalhadores alemães entre 1844 e 1848/1850, das quais remeteremos às duas últimas (1848/1850). O texto *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha* foi escrito, após a empreitada de março de 1848, na Alemanha, onde o proletariado precisou se voltar contra a monarquia absolutista e as oligarquias dominantes, além do fortificado exército (LOWY, 2010). Inventivo teórico que consignava tanto a posição da Liga dos Comunistas como a posição comunista de uma forma geral, no reclame das lutas concretas na particularização dos problemas germânicos. Refere-se a um programa que concatenava viés democrático e revolucionário (LOWY, 2010), postura tática e acinte à propriedade burguesa de modo tal que estão aglutinadas “reivindicações democrático-burguesas, anti-feudais, e outras, próprias às classes populares e mesmo à classe operária” (LOWY, 2010, p. 16).

O texto em tela enceta a possibilidade de uma junção da burguesia aos interesses proletários, virtualidade frustrada e confirmadora do conservadorismo-reacionarismo congênito da burguesia alemã, já asseverado, isto é, burguesia mais aproximada dos gélidos golpes reacionários, do liame decadente, do que da impetração e investida emancipatória operária, mesmo por um breve momento. As propostas democratizantes do texto evidenciavam consciente apreço à adesão de outras classes e frações de classes, além da burguesa, como o campesinato (LOWY, 2010). As assertivas demandadas ao Estado invocam concomitantemente o papel ativo dos complexos sociais extraeconômicos na reprodução da sociabilidade, degredando qualquer economicismo. Demandas como a substituição dos bancos privados por um único banco do Estado são

demandas atinentes ainda ao universo da sociabilidade burguesa, porém, nunca conquistadas (LOWY, 2010) e que teriam alto valor *tático* na reviravolta da vida imediata das classes trabalhadoras e do desenvolvimento dos compostos socioeconômicos e sociopolíticos. Ou seja, busca-se levar a luta democrática até seus limites para que esta, dando contorno claro às suas circunscrições limiars, tenha que se negar-elevar à revolução autêntica, *estratégia* política e social, supressão do estado de coisas da ordem burguesa.

A *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850, por sua vez, remete a algo bastante importante, que Marx retomará mais tarde ao debater a particularidade russa, isto é, ao processo revolucionário ocorrer em países de estrutura produtiva atrasada, de modo que o alcance dos patamares político-democráticos burgueses mais avançados se dê em *congruência* com uma revolução social (LOWY, 2010) para além da ordem burguesa econômica, estatal e cultural. A capitulação, desde a fase germinal, da grande burguesia alemã ao composto aristocrático-monárquico invalidava qualquer inspiração burguesa universalista, mesmo tímida e limitada, o que conclamava, nessa via de entificação do capitalismo (semelhante ao caso brasileiro) uma tarefa mais ampla à classe trabalhadora desprovida de uma classe exploratória outrora revolucionária e ascendente como na França.

No primeiro texto sobredito, ficam explícitas as demandas ecléticas dos comunistas, para o caso alemão, que pretendiam, com isso, envergar o democratismo ao seu esteio mais favorável à classe operária e outras classes exploradas de formas particulares. Nesse sentido, propostas que fortalecem o Estado (*táticas*) aparecem em conjunto a possibilidades mais profundas de revolvimento social radical (*estratégicas*). Entretanto é preciso demarcar, isso não significa dizer que o socialismo se desdobre da intensificação e perfectibilização do próprio Estado, mas que o processo revolucionário, no caso germânico, deveria atingir também metas táticas importantes, que fossem seminais para uma luta social mais ampla, desenfreada e organizada, isto é, deveria perpassar por uma democracia levada aos seus limites no processo revolucionário encetado pelos próprios trabalhadores, em uma contextura onde a burguesia jamais fora revolucionária. Dessa forma:

1. Toda a Alemanha será declarada uma república única e indivisível.

2. Todo alemão com 21 anos de idade é eleitor e elegível, contanto que não tenha sido condenado por nenhum crime.
3. Os representantes do povo serão remunerados para que também o trabalhador possa assentar-se no Parlamento do povo alemão. (MARX, 2010, p. 54)

Transcorrer sob o novelo democrático implicava, sobretudo, agir com ganhos táticos em um nível superior: criar as condições objetivas e subjetivas para estratégica ação política e para revolução social, ao mesmo tempo que as vitórias táticas perfaziam um contexto propício para arregimentação dessa empreitada de nível estratégico e resolutivo, ou seja, onde a reprodução material se tornasse mais garantida e a potencialidade da organização política revolucionária mais potencializada. Vejamos que Marx (2010) salienta até a preparação da “crítica das armas”, uma vez que, impreterivelmente, o poder material deve ser derrotado pelo poder material depositado sobre a força material dos trabalhadores unificados:

4. Armamento geral do povo. No futuro, os exércitos serão simultaneamente exércitos operários, de modo que o exército deixe de apenas consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear a sua manutenção. Ademais, esse é um meio de organização do trabalho. (MARX, 2010, p. 54)

A consecução de ganhos imediatos, ou a pressão pelo estabelecimento máximo da luta tático-democrática se expressava também em termos como “5. A aplicação da justiça é gratuita” ou “6. Todo o ônus feudal, todos os tributos, corveias, dízimos etc., que até agora pesavam sobre o povo do campo, serão abolidos sem qualquer indenização”. Tratava-se de subtrair-se, justamente do que a burguesia alemã faria adiante, uma transformação caudatária e conservadora, subsumida aos privilégios feudais que não foram de uma vez solapados por uma revolução burguesa. Assim, para Marx (2010), na condição de reivindicações imediatas, “7. As propriedades rurais do príncipe e as demais propriedades feudais, todas as minas, jazidas etc. serão convertidas em propriedade do Estado”. Além, “Nessas propriedades se praticará a agricultura extensiva com os recursos mais modernos da ciência em benefício da coletividade” (MARX, 2010, p. 55).

A intensificação do Estado, como admitimos, não deve ser pensada como um automático passo linear ao socialismo, nem mesmo como pré-requisito. Tratava-se apenas de ter em vista que o processo revolucionário não deve prescindir de conquistas dos trabalhadores

no certame da imediaticidade, muito em voga nas possibilidades erigidas pelos movimentos continentais europeus daquela época. Reivindicações como “8. As hipotecas sobre as propriedades agrícolas serão declaradas propriedade do Estado. Os juros sobre essas hipotecas serão pagos pelos agricultores ao Estado.” ou “9. Nas regiões em que se desenvolveu o sistema de arrendamento, a renda fundiária ou a taxa de arrendamento serão pagas ao Estado a título de imposto” são demandadas tendo em vista o próprio cenário explorativo germânico de classes, mesmo mantendo-se como medidas de verve política. Leva-se em conta, ao máximo, o arrefecimento da exploração dos trabalhadores na esfera da produção pela mediação máxima da possibilidade política sobre a produção, e mesmo, tendo em conta a problemática “devassa” do lucro bancário já que “10. Todos os bancos privados serão substituídos por um banco estatal, cujos papéis terão curso legal. Essa medida torna possível regular o sistema de crédito no interesse de todo o povo e, desse modo, solapa a dominação dos grandes homens de dinheiro” (MARX, 2010, p. 55). A ilusão de Marx (2010) consistia em pensar que essa medida tática poderia ser “necessária para vincular os interesses dos burgueses conservadores à revolução”, o que não se sucedeu dada a natureza congenitamente decadente da burguesia alemã, como o autor mesmo já havia marcado. Outras conquistas sociais (reivindicadas pelo texto), circunscritas ao universo tático, esposam conquistas tímidas, até hoje, no desenvolvimento reprodutivo do ser social capitalista:

11. Todos os meios de transporte: ferrovias, canais, barcos a vapor, estradas, postos etc. serão assumidos pelo Estado. Eles serão convertidos em propriedade do Estado e colocados gratuitamente à disposição da classe desprovida de recursos.

12. Não haverá diferença na remuneração dos funcionários públicos, a não ser esta: aqueles com família, que, portanto, têm mais necessidades, receberão também um salário mais elevado que os demais.

13. Separação completa de Igreja e Estado. Os religiosos de todas as confissões serão remunerados apenas por suas comunidades em base voluntária.

14. Limitação do direito de herança.

15. Introdução de um forte imposto progressivo e abolição dos impostos sobre o consumo.

16. Instalação de fábricas nacionais. O Estado assegura a subsistência a todos os trabalhadores e assiste os incapacitados para o trabalho. (MARX, 2010, p. 56)

É importante referendar, dessa feita, que as conquistas táticas, nos momentos da edificação do universo objetivo burguês, não aparecem como indiferentes, ou seja, que algumas precauções que permanecem no espectro do capitalismo podem arregimentar possibilidades de elevada importância na fabricação de uma luta social mais seminal, mais fértil, isto é, mais radical, algo completamente rejeitado pela burguesia alemã congenitamente decadente. Não se trata apenas de “dourar a pílula”, mas de, no seio do capitalismo, aperfeiçoar os instrumentos da consciência e das forças materiais que agasalharão adiante o objetivo emancipatório indivíduo-gênero, de forma que no caso da via prussiana, tática e estratégia concatenam-se de modo pujante na revolução dos trabalhadores. É por isso que o próprio Marx (2012), de modo mais meandrado do que no texto de 1844, considera que o sufrágio universal conquistado na revolução burguesa francesa não foi dispensável, o que seria ainda em menor grau na contextura alemã. Em seguida, esse mesmo atributo demonstrou ao proletariado que os direitos incluídos no Estado Moderno revelavam o limite de sua própria realização existencial no capitalismo, os limites das próprias conquistas burguesas, sendo por isso necessário transpassá-las, substituí-las pela emancipação na vida concreta. É por esse motivo que, ao tratar da educação universal e gratuita pelo Estado, Marx (2010) não deixa de elencar como o problema das classes exploradas e oprimidas pode perpassar pela própria potencialidade da educação (e das outras medidas atinentes ao universo limitado da ordem burguesa e, por sua vez, do Estado), o que não quer dizer que a educação (ou as outras medidas) seja resolutiva por si só e que as conquistas reivindicadas sejam um horizonte autônomo em relação à revolução comunista em que obterão “o direito e o poder que lhes cabe na qualidade de produtoras de toda a riqueza”:

17. Educação universal e gratuita do povo. É do interesse do proletariado alemão, das classes dos pequenos cidadãos e dos pequenos agricultores, empregar toda energia na implementação das medidas acima. Porque só mediante a concretização das mesmas os milhões na Alemanha que foram exploradas até agora por um pequeno número e que se procurará manter na opressão, obterão o direito e o poder que lhes cabe na qualidade de produtoras de toda a riqueza. (MARX, 2010, p. 56)

No segundo texto supracitado, o filósofo de Trier anuncia de modo decisivo as duas posições que a Liga dos Comunistas tomou, no decurso das lutas desses anos limiares (1848/1850). Em primeiro lugar, permaneceu perenemente de pés fincados junto à “única classe verdadeiramente revolucionária”, qual seja, o proletariado. O fez de maneira

multifacetada, operando ideologicamente nos jornais, manifestos e circulares, assim como também foi força material nas barricadas (MARX, 2010). E, de outra forma, também afirmou com bastante correção científica sua apreensão do movimento, uma vez que sua acepção da processualidade dos fatos foi aquela que se mostrou mais atinente à realidade efetiva. Nesse sentido, trata-se da acepção comunista que não se expressou apenas como ponto de vista entre outros, mas como representação mais aproximativa do desenvolvimento dos fatos, de suas necessidades e possibilidades calcadas nas legalidades imanentes. Na Alemanha, também, a Liga tratou de alvorecer a demanda de se solapar a dependência recalcitrante, em relação ao impositivo da pequena-burguesia.

O Comitê Central compreendeu essa necessidade e, por isso, enviou já no inverno de 1848/1849 um emissário, Joseph Moll, à Alemanha para reorganizar a Liga. A missão de Moll, porém, não trouxe resultado duradouro, em parte porque os trabalhadores alemães ainda não tinham acumulado experiências suficientes, em parte porque a insurreição de maio passado a interrompeu. O próprio Moll pôs-se em armas, ingressou no exército do Baden-Palatinado e tombou no embate junto ao rio Murg no dia 29 de junho. (MARX, 2010, p. 59)

A Liga se reorganizou, intensamente, a partir de julho de 1849, em Londres (MARX, 2010). No mesmo íterim dessa *Mensagem*, se dava que “uma nova revolução é iminente, em que o partido operário deve atuar do modo mais organizado possível, mais unânime possível e mais autônomo possível, caso não queira ser explorado e atrelado pela burguesia como em 1848” (MARX, 2010, p. 60). Tratava-se, de acordo com a análise acertada, da apreensão da natureza peculiar da processualidade germânica e da qualidade reacionária de sua burguesia (e pequena-burguesia), isto é, de deixar claro aos trabalhadores que, ao contrário de outros processos germinativos do capitalismo, o operariado não deveria esperar sequer ganhos táticos advindos de uma luta pluriclassista.

Mesmo que a burguesia não tenha conseguido fazer isso sem se coligar com o partido feudal derrotado em março, chegando, no final, a ceder novamente o governo a esse partido absolutista feudal, ela garantiu para si as condições que com o tempo, em virtude das dificuldades financeiras do governo, acabariam por colocar o poder em suas mãos e assegurariam todos os seus interesses, caso fosse possível ao movimento revolucionário ter uma assim chamada evolução pacífica já nesse momento. (MARX, 2010, p. 59)

Segundo Marx (2010), a própria burguesia nem sequer se tornaria “odiada”, uma vez que a “contrarrevolução feudal” agiria nos contornos de seu interesse, de sua posição de classe não revolucionária, mas preservando interesses burgueses. O embate ausente dessa burguesia indigna de uma tarefa histórica (mesmo pseudouniversalista), delegou ao montante proletário, a tarefa hipertrofiada de se colocar sobre seus próprios pés sem uma exemplar classe revolucionária (mesmo, limitada nesse jaez). Da mesma forma, a pequena burguesia se apresentava como classe “mais perigosa” em que o papel “traíçoeiro” repetiria, exponencialmente, a traição da grande burguesia. Dessa forma, “o papel que os burgueses liberais alemães desempenharam em 1848 em relação ao povo, esse papel tão traíçoeiro será assumido, na revolução que se avizinha, pelos pequeno-burgueses democráticos”, uma vez que “agora, enquanto oposição, tomam a mesma posição que os burgueses liberais detinham antes de 1848” (MARX, 2010, p. 60). Ademais, o partido pequeno-burguês/democrático aglutinava todos aqueles grandes burgueses que precisavam ainda ampliar e enfatizar sua dominação.

Depois de sua derrota, todas essas frações passaram a denominar-se republicanas ou vermelhas, exatamente como procedem agora na França os pequeno-burgueses republicanos chamando-se de socialistas. Onde ainda têm a oportunidade de perseguir seus objetivos pelas vias constitucionais, como em Württemberg, na Baviera etc., eles a aproveitam para manter as suas velhas frases e demonstrar com sua ação que não mudaram no mais mínimo. É óbvio, aliás, que o nome modificado desse partido não muda nada em sua relação com os trabalhadores, mas apenas demonstra que ele deve fazer frente contra a burguesia coligada com o absolutismo e para isso precisa se apoiar no proletariado. (MARX, 2010, p. 62)

Isso justifica de maneira bastante decidida que Marx (2010) conceba que o auge da volição pequeno-burguesa e das classes de transição seja ocasionar “o mais suportável e confortável” mundo na sociabilidade burguesa. Em última instância, tudo que favoreceria essa pequena-burguesia, em longo prazo, é simetricamente a solidificação da vida estranhada da classe proletária. Vejamos como isso se dava nesta contextura:

O partido democrático pequeno-burguês é muito forte na Alemanha, abrangendo não só a maioria dos moradores burgueses das cidades, os pequenos comerciantes, industriais e os mestres-de-obras, mas contando também entre suas fileiras com os agricultores e o proletariado rural, na medida em que este ainda não encontrou um ponto de apoio no proletariado autônomo das cidades. (MARX, 2010, p. 62)

É por isso, de outro modo, que o protesto pequeno-burguês se volta sempre contra o Estado e nunca imediatamente contra o grande burguês (MARX, 2010); o afetamento da ordem em sua essência é também a linha tênue de seu desmoronamento, o que ocasiona a disputa, mediada pelo Estado, de concertos sociais mais “confortáveis e favoráveis” e não o escopo de ruir o núcleo duro de sua atividade que é o capital e sua reprodução. Isso quer dizer, para Marx, que aos pequeno-burgueses, mesmo os mais radicalizados, não há mais do que a política transferência de “esmolas” – dicção marxiana – por meio da garantia mais ampliada do trabalho assalariado e dos planos de assistência, quer dizer, da perseverança de uma contrafação fraseológica em última instância. Em síntese, o mundo mais “suportável” se fabrica por intermédio da manipulação da classe trabalhadora por “esmolas mais ou menos dissimuladas”, isto é, na variedade de políticas de viés “social” designadas por “segurança do trabalhador”. Marx retoma a necessidade de uma revolução política, a tarefa estratégica dissolutora e destrutiva da própria política subsumida à revolução social, o internacionalismo da luta, entre outros atributos que a luta proletária não poderia prescindir:

Porém essas reivindicações de modo algum podem bastar ao partido do proletariado. Ao passo que os pequeno-burgueses democráticos querem levar a revolução a cabo da maneira mais célere possível e mediante a realização, quando muito, das demandas acima mencionadas, é de nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro, a tal ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado nesses países e que ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários. Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova. (MARX, 2010, p. 64)

O filósofo renano ratifica o papel traiçoeiro da pequena-burguesia na fraseologia socialdemocrata que encampa os artifícios de manipulação do proletariado, quando sintetiza interesses distintos por meio da asseveração abstrata de “paz” e igualdade, canalizando uma disputa enérgica contra o suposto inimigo comum. Trata-se, na letra marxiana, de conduzir o proletariado mesmo à condição de “penduricalho”, de classe sem

autarquia e dinamismo político próprios, já que, em verdade, ele é o verdadeiro inimigo comum. Essa condição de apêndice, de massa a reboque, pode ser destacada nos ataques que os democratas pequeno-burgueses fizeram ao jornal independente dos trabalhadores, em Breslau, a Nova Gazeta do Oder (MARX, 2010). Segundo Marx (2010), a união subordinadora é tão artificial e ardilosa, que a própria luta unificada possível entre as classes já se daria de modo natural no próprio movimento da luta em que isso se mostrasse necessário, sem que a submissão oficial do operariado ao interesse pequeno-burguês precisasse ser efetivada institucionalmente pelas organizações democráticas da pequena-burguesia.

A tarefa proletária é, sobretudo, para Marx, de dar viga concreta ao que é fraseado abstrato e manipulatório da classe de transição, já que a grande burguesia alemã não se consagrou nem brevemente progressista. Avançando no desenvolvimento de uma luta independente, retirada do bloco subordinativo da pequena-burguesia, o autor alemão dirá que, destaca-se, “Paralelamente aos novos governos oficiais, eles devem constituir *simultaneamente* os governos operários revolucionários próprios, seja na forma de diretorias comunais e conselhos comunais, seja por meio de clubes operários ou comitês operários”, envergando seu poder político de maneira paralela “de modo que os governos democráticos burgueses não só percam de imediato o respaldo que tinham nos trabalhadores, mas se vejam de saída fiscalizados e intimidados por instâncias representativas de toda a massa dos trabalhadores” (MARX, 2010, p. 69, grifos nossos).

Para esse enfrentamento, Marx (2010) não deixa de repor, como no texto de 1848, a necessidade da organização armada, isto é, o veio concretizante que não poderia denegar o esteio da “crítica das armas” conectado à massa do proletariado. O estertor do mundo do capital deve ser literalmente ocasionado pela pressão ideativa e material da classe, assim “Armas e munição não devem ser entregues sob nenhum pretexto; qualquer tentativa de desarmamento deve ser frustrada, se necessário, como uso da força” (MARX, 2010, p. 70). Destaca-se o sobrepeso posto por Marx na organização dos clubes operários, dos conselhos, mesmo no processo de efetivação da revolução política, que não ecoa como salto límpido para o socialismo, mas antessala e preâmbulo que inicia a tarefa ainda mais complexa de revolução social, de manutenção e aperfeiçoamento de conquistas societárias, sob pressões de toda ordem, do passado, do presente e do futuro. O espontaneísmo, o voluntarismo e qualquer monta subjetivista no processo revolucionário estão despídos de poder e ingerência sobre a crítico-prática necessária ao operariado,

dessa feita. As diretrizes desse texto em tela, do Comitê à Liga, solapam de vez qualquer imantação ao reacionarismo e conservadorismo típico da burguesia decadente alemã e da pequena-burguesia, anatomizando-lhe os ideários manipuladores e debilidades genéticas, subtraindo qualquer condescendência com os complexos feudais, em uma sociedade que só o operariado organizado poderia ser progressista e revolucionário:

Os trabalhadores devem opor-se a esse plano no interesse do proletariado rural e em seu próprio interesse. Eles devem exigir que a propriedade feudal confiscada permaneça na condição de bem estatal e seja empregada para formar colônias operárias, que serão cultivadas pelo proletariado rural associado com todas as vantagens da agricultura extensiva e, ao mesmo tempo, farão com que o princípio da propriedade comum receba uma base firme em meio às oscilantes relações de propriedade burguesas. (MARX, 2010, p.72)

Tudo isso indica uma tarefa, como aditamos, volumosa, dada a fluência decadente congênita da burguesia alemã, que não respaldou o novo mundo, que não preparou o terreno para revolução comunista. É no terreno de complexos arcaicos que a revolução alemã deveria/poderia ocorrer, envergando certo vínculo entre conquistas táticas, conquistas de um mundo burguês não efetivado em seu próprio acabamento progressista, e uma revolução social para além da ótica dessa sociabilidade. Por isso, “Num país como a Alemanha, onde ainda há tantos restos da Idade Média a eliminar, onde ainda há tanta obstinação local e provincial a quebrar, não se pode tolerar em circunstância nenhuma que cada povoado (...) ponha um novo obstáculo”, isto é, conserve traços da sociabilidade feudal, “no caminho da atividade revolucionária, que só pode desenvolver toda a sua força a partir do centro” (MARX, 2010, p. 73), centralização esta que visava encampar, no limite, em todo território, o desenvolvimento produtivo e associado, não legando a tarefa à razão fragmentária de desenvolvimentos comunais locais, restolho feudal, cada um segundo uma sorte particularista, que indicaria, outrossim, a objetivação de comunas mais pobres ou ricas, e suas respectivas desavenças. Enfim, no entremeio da *miséria alemã*, outra também não poderia ser a visada e empreitada proletária, senão sua busca pela emancipação de modo avolumado e mais conflitivo, e, dessa feita, mediada pelas difíceis conquistas táticas em uma sociedade em que as ruínas do passado pareciam inamovíveis.

Porém, eles próprios terão de realizar o principal para lograr a vitória final, mais precisamente, obtendo clareza sobre os interesses de sua classe, assumindo o mais depressa possível um posicionamento partidário autônomo, não se deixando demover

em nenhum momento da organização independente do partido do proletariado pelo fraseado hipócrita dos pequeno-burgueses democráticos. Seu grito de guerra deve ser: a revolução em permanência. (MARX, 2010, p. 76)

No influxo dos esclarecimentos precedentes, fica pertinente o desvelamento dos limites do complexo do estado, a razão de ser de sua burocracia e as pregas rígidas da administração política, principalmente quando se tem em conta o capitalismo tardio (alemão) e hipertardio (brasileiro). A assertiva da ontonegatividade da política de J. Chasin (ancorado na imanência da letra marxiana) não é, dessa feita, travestimento presunçoso, ócio abstrativo pedante, nem mesmo negação peremptória da fatura política, mas inserção de escrutínio rigoroso, que deslinda o caráter contingente e circunstancial da práxis política, e introduz – retomando e renascendo a letra marxiana autêntica - o desvelamento de suas bases, articulações, pressupostos e incapacidades congênitas. Averiguado todo sóbrio elogio marxiano ao estado moderno como comunidade do cidadão, isto é, comunidade do universal abstrato, não se estagnou, o pensador alemão, no reconhecimento do avanço relativo dessa emancipação oblíqua. O apanágio marxiano, substanciado pela reflexão de rigor e posição atinente ao proletariado nascente, vai ao sumo do qual o estado é prenhe, qual seja, o assentamento da exploração de classe que desdobra no estado, sem feitio mecânico, as necessidades dos novos classistas renovados. A raiz do mundo social burguês revitaliza e aprofunda, descalça dos preconceitos românticos, a perfidez explorativa do sobretrabalho, exploração crua que atinge, na data presente, (quase) todos os recantos da pletora das sociabilidades, alavancando a produção de mercadorias e a valorização do valor a invólucro e legalidade imanente de toda plasmação de objetos e interação humana.

Com esses esclarecimentos da *Miséria Alemã*, podemos apenas demarcar as diferenças gerais, bastante notadas por Marx, com o caso clássico francês. Neste último, desponta sobre as ruínas de uma efetiva revolução burguesa política, o percalço da contrarrevolução mediada pelas próprias forças parlamentares, pela oscilação monárquico-republicana do estado moderno, pela disputa de força entre a aristocracia financeira sustentada pelo mecanismo da dívida pública e a grande burguesia republicana (além da pequena burguesia e dos latifundiários). O proletariado francês, como ponta de lança dos processos revolucionários de 1830 e 1848 não pôde ser mais do que realizador do mundo de outras classes, ao mesmo tempo, em que pelas “desilusões” dessas mesmas

lutas, desmascarou a república burguesa em sua substância manipulatória dos ensejos proletários, a despeito de algumas conquistas breves, mas fundamentais na demarcação de sua diferença, como o sufrágio universal. A própria disputa entre a aristocracia financeira de linhagem monarquista e a grande burguesia industrial e comercial republicana fez destoar o diapasão limitado e restaurador da politicidade; a república francesa, depois de realizada a bravos sons da fraseologia emancipatória, não pôde mais do que conceber medidas de assistência social, como as oficinas nacionais, ou mesmo, apêndices do executivo como a comissão de Luxemburgo, aos trabalhadores, sempre preservando a sobrevivência do operariado por meio da ratificação do trabalho alienado burguês. O veio progressista da política moderna, portanto, apresenta sua divisória de modo bastante claro, no caso clássico francês: estanca no novelo das disputas das classes dominantes relativamente maturadas e em disputa no seio da república consignada. A classe operária francesa, protagonista nos ensejos revolucionários, é adjacente no fito político, uma vez que a comunidade do cidadão, na melhor das maximizações democráticas dos casos clássicos, não pode ser senão a oficialização assistencialista de seu martírio na vida concreta da sociedade civil burguesa.

Para Marx, os avanços políticos franceses, como o sufrágio universal ora afirmado, ora infringido, são conquistas históricas marcantes no desenrolar clássico da revolução política burguesa. A política é, no entanto, a declaração oficial do entrave pernicioso da classe burguesa como nova entificação da propriedade privada, o que não derroga os feitos republicanos, ainda que atravessados pela monta restauradora-monárquica e a peia contrarrevolucionária que a república francesa também passa a corporificar depois que o operariado, no pós-revolução, já pode ser descartado e configura uma ameaça e uma posição autônoma ao mundo burguês consolidado. Percebe-se, pela dicção marxiana, que aquilo que outrora fora a fina flor da consignação do liberalismo passa a ser designado pejorativamente como “socialismo” ao passo que as forças conservadoras e reacionárias granjeiam espaço no interior do complexo do estado revolucionado. A república, doravante, só pode ser uma emancipação oblíqua, limitada e formal para a classe proletária, uma “comunidade ilusória” como afirmara Marx, já em 1844, que na desembocadura das lutas sociais francesas, precisou aprender isso a duras golpes.

Neste processo, vendo diante de si um proletariado em ascensão, a burguesia apressou-se em superar tais distinções e garantir-se uma supremacia o mais tranquila possível naqueles tempos incertos. Desta forma, substituiu o governo exclusivo de uma ou

outra casa real pelo domínio comum da burguesia, trocou a hegemonia de uma das várias espécies de burgueses pela autoridade da espécie burguesa, pelo domínio da classe burguesa sobre todas as demais. Nesta, a república, a dominação deixava de lado o poder nominal de uma das frações burguesas e ganhava a alcunha unificadora do domínio burguês. Ali diversas facções burguesas finalmente podiam governar juntas: era uma amálgama burguesa radicalmente antiproletária, uma luta aberta em que o anseio por um retrocesso (que demonstravam certos setores, como os camponeses) assustava menos que a perspectiva operária. (...) Já não se estava na época das quimeras revolucionárias que outrora a burguesia acalentara. Somado ao fato de que não era a indústria o locomotor da economia (e, portanto, não era a burguesia industrial que se punha à cabeça do processo, como na Inglaterra, mas, ao contrário, adotava uma posição caudatária e contrária aos interesses de sua própria classe), a burguesia em retrocesso histórico impunha ao processo o selo da decadência. Exemplifique-se apenas com o grau de retrocesso que conheceram as revoluções do período, como já explicitamos, que decaíram de uma revolução social para uma revolução democrática e, desta, para uma revolução parlamentar, tal como foi o 13 de junho, e logo cedeu espaço ao bonapartismo. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 125)

O caso francês e o caso alemão, dessa feita, demonstram por vias distintas o perfil múltiplo do concreto, desvelando o apanágio deficiente da política (para a emancipação humana) nos dois casos, isto é, ambos possibilitam a perquirição desapiedada da configuração do estado burguês para além da fraseologia asquerosa, canora e alcandorada da cidadania. Pode-se dizer que Marx, num cotejo entre França e Alemanha, conclui a confluência do regimento contrarrevolucionário mediado pelo estado, quando espreitada a dominação político-econômica burguesa, seja ao molde *clássico* ou *prussiano*. No caso francês, a pletera da decadência atinge o estado, em primeiro lugar, desanuviando o falso e formal universalismo da república. Em que pese suas conquistas políticas da fase ascendente, revelou-se como forma de ser do estado contígua da dominação direta burguesa, novelo da dominação da miríade de classes dominantes em exercício sinuoso e até concorrencial de seus interesses. Dessa feita, o bonapartismo de Luís Bonaparte, um escroque castigado pela letra marxiana e engelsiana (ASSUNÇÃO, 2005), condecorou o ocaso do progressismo burguês, solidificou a transmutação por meio de uma “suspensão arbitrária” da luta de classe, em favor da burguesia, quando a própria luta apresentava sinais perniciosos de avanço das investidas pequeno-burguesas e proletárias. O fortalecimento do executivo, relativa subsunção política do domínio direto da burguesia, encampam ao fundo a estabilização do programa das classes dominantes: os proprietários

fundiários aristocratas, a aristocracia financeira, a grande burguesia industrial/comercial, não deixaram de fruir de suas benesses no domínio econômico (ASSUNÇÃO, 2005).

No caso alemão, por sua vez, de maior importância para a nossa concreção atualizada do caso brasileiro, o próprio bonapartismo apareceu como vinco de realização das tarefas econômicas de uma burguesia anteriormente atrofada e caudatária (ASSUNÇÃO, 2005); burguesia esta que não se colocou de pés arvorando, a princípio, a democracia, mas que utilizou do bonapartismo, derogador das tarefas políticas democratizantes, como modo preventivo de desenvolver-se, alocar-se no capitalismo de sua época, garantindo auspícios aos junkers, desenvolvimento econômico à burguesia, num processo que demonstra seu odor decadente desde sua incipiência, isto é, onde a revolução burguesa não adicionou sonhos universalistas e de direitos político/sociais às classes “de baixo”, aquelas premidas pela transmutação perseverante da espoliação do sobretrabalho.

Na Alemanha, onde o Estado não deflagrou em primeira mão sua faceta mais dócil e progressista, onde os sonhos republicanos não arvoraram como luz no fim do túnel aos interesses dos oprimidos, onde a burguesia não hesitou em demonstrar sua mácula antiproletária desde o mais incipiente soerguimento, a fana dos sonhos universalistas atarraxou as conquistas mesmo defensivas e limitadas da emancipação política. A fogueira da revolução burguesa não acendeu as possibilidades de uma organização social mais favorável para a luta proletária de modo que o fito de operação “pequeno-burguês” (para usar o sarcasmo marxiano), a traição indolente, preventiva e manipulatória, foi a sina inquietante e depauperada de todo programa burguês alemão, despossuído do fogo histórico revolucionário-universalista, portador, por excelência, do “selo da decadência”. A imberbe marcha proletária dependeu, desde de sempre, como no caso brasileiro, de suas forças, fragilizadas pelo próprio atraso da consignação das tarefas econômica e política burguesas. Vamos, agora, à crítica ontológica marxiana ao mundialmente destacado ideário *nacionalista* de Friedrich List que emerge no seio do capitalismo tardio alemão.

1.3 Marx contra as utopias nacionalistas?

Nesta seção, engatados ainda com a concreção marxiana da *Miséria Alemã*, perpassada por razoabilidades ou semelhanças primárias/abstratas com o caso brasileiro-colonial, a serem ainda melhor especificadas (no próximo capítulo), demonstramos como a pena

marxiana acossou o ideário *nacionalista* no evolver alemão, transparecendo seu caráter conservador-manipulatório, anacrônico e rejuntado pelo apanágio idealista/irracionalista alemão, isto é, conservador e prenhe, também, de misticismos que disfarçam interesses particularistas de uma burguesia retardatária como conjuração da “nação”, do “nacional”, do “espírito alemão”. Nessa linha, não podemos fazer coro com o esquecimento da crítica de 1845 de Marx, em meados do segundo semestre, em Bruxelas, ao nacionalismo econômico de Friedrich List. Peça fundamental no evolver da crítica marxiana à economia política, o texto configura liame insigne que pode ajudar na solda entre a crítica já abundante, conquanto incipiente, dos *Manuscritos de 44* e as asseverações contra o utopismo-reacionário de Proudhon em *A Miséria da Filosofia*. A crítica em tela reafirma a plethora de críticas ontológicas marxianas, enriquecendo a crítica ao idealismo das teorias da economia política (inter-relacionada com as demais críticas), sempre em cotejo com as descobertas e perquirições de Marx acerca da própria lógica específica do complexo econômico (do capital), isto é, escrutínio centrado na primazia da objetividade, da realidade efetiva, do capitalismo.

No curso dos primeiros anos da produção de Marx, o manuscrito de 1845 sobre List ocupa um lugar muito especial. Situado entre a crítica parisiense de 1844 e *Miséria da filosofia* (1847), o registro representa portanto um elo indispensável para a reconstituição da formação da crítica da economia política. Entretanto, mesmo nos estudos especializados, raramente o escrito é referido. O texto não chegou a ser concluído pelo autor; além disso, sua transmissão está incompleta, restando aproximadamente apenas metade do volume original. Apesar disso, embora deparemos com trechos esquemáticos, observações isoladas, apontamentos a serem desenvolvidos etc., e alguns passos do encadeamento pareçam à primeira vista estranhos (em razão do caráter inacabado e da transmissão fragmentária), uma consideração um pouco mais paciente do conjunto conservado mostra-nos que o trabalho apresenta estrutura definida e unidade interna, e já alcançava razoável grau de elaboração quando foi interrompido. (BAPTISTA, 2013, p.19)

Dessa forma, a tônica crítica de Marx, nesse momento específico, colabora amplamente na exegese particular de nossa pesquisa. Não é irrelevante afirmar que o presente sorve da ignomínia de supostos partidários da “emancipação humana” que requeem tardiamente o pleito burguês nacionalista econômico. Portanto, a empreitada que realizamos, não só para burilar o estertor dessa infâmia, é conseqüente com a elucidação

das raízes ontológicas da perene estreiteza de ideários em nosso país, não só nos ideólogos burgueses, mas, como afirmamos, naqueles que pretendem engrossar esperanças à esquerda e de esquerda. A crítica de Marx a List segue – com alguma infelicidade – atual, sobranceira e altiva, do mesmo modo que mais enterrada e inconscientemente ferida por aqueles que se querem os mais novos portadores de uma “revolução social” mais “pragmática”, curiosamente, derogando a própria superação do capital. Por isso, a teoria de List “afora toda sua importância histórica, também desempenha um papel atual em tempos de crise ou em situações de atrofia econômica, dada sua contraposição ao liberalismo de extração smithiana” e, destaca-se, “a defesa do protecionismo como um modo de desenvolver a economia de um país que se encontre em condições desfavoráveis frente às demais burguesias nacionais concorrentes entre si”, dilema que “com isso remete a tão atual questão das relações econômicas internacionais” (BAPTISTA, 2013, p.47).

Marx advoga contra o caráter “alemão” de List, uma vez que seu procedimento é o acotovelamento ideativo, a esgrima cultural, a luta pela quintessência da ideia. Nesse sentido, em vez de proceder ao escrutínio da sociedade civil-burguesa buscando aclarar sua peculiaridade e particularidades, retorce-se em falseamentos e combates com a aridez expressa nos ideários econômicos clássicos (BAPTISTA, 2013). List acalenta pretensões de galvanizar a burguesia alemã quando a contradição atinente à sociedade burguesa já é dimensão conhecida e objeto de lutas sociais. É congruente afirmar, tendo em vista o terreno alemão, que os trabalhadores já se inspiram em reivindicações que ultrapassam a própria realização definitiva da burguesia alemã. Por isso, abrolha a analogia do industrial alemão com o “*cavaleiro da triste figura*, que quis introduzir a cavalaria errante justamente quando a polícia e o dinheiro ascenderam” (MARX apud BAPTISTA, 2013, p. 73).

Não é novidade o que já acusara Marx: o idealismo alemão é contemporâneo filosófico da vida efetiva dos países clássicos da entificação burguesa. Nesse sentido, as condições ideais na Alemanha (1845) são as condições objetivadas em capitalismo vizinhos, isto é, condições que apenas pululam no novelo alemão de especulações. A consciência alemã tem como condição de gênese a própria sociedade civil-burguesa em um lócus em que ela não ganhou sua fisionomia mais límpida e desimpedida; dessa forma, o ideário alemão (pós-hegeliano, a exemplo) é o rebuscado idealismo da singularidade abstrata, em um leque de versões, portanto, partindo da individualidade burguesa, do ser atomizado, supostamente autoposto. List não deixa de adensar, espessar, o idealismo burguês

conservador-manipulatório (adicionando traços místicos), por isso “List, como representante do burguês alemão, pretende, isto sim, envolver a indústria com a aura idealista” (BAPTISTA, 2013, p.74)

List arregimenta tardiamente um ideário para a indústria alemã, todavia “Marx acusa esse procedimento idealizante de atribuir a forças gerais e ao bem comum aquilo que nada mais é que valor de troca, concorrência e interesse privado, na linguagem crua da ‘economia sincera’” (BAPTISTA, 2013, p.75). Embora o texto preservado de Marx seja uma versão que não consta da metade do manuscrito (11 folhas = 41 páginas / cada folha possibilitava 4 páginas, enquanto estima-se um volume total de 26 folhas e 104 páginas no texto original), não deixa de ser marcante a centralidade das “barreiras alfandegárias” como mote conservador-manipulatório do ideário listiano. Em outros termos, aquilo que já era derogado nos países clássicos (as barreiras), era ainda enunciado na *miséria alemã* como aurora. A letra smithiana, a exemplo, da apologia ao livre comércio aparece para List como mero sistema de gabinete, quando em verdade são aproximações da realidade consideradas por Marx com certo teor de objetividade (BAPTISTA, 2013).

A teoria smithiana torna-se mera indução apologética em prol da Inglaterra, conforme List, assim como, apoiado em termos de Ferrier, List demarca a abjuração de Smith das próprias ideias em seu leito de morte. Distorcendo traços da vida de J.B. Say, inclusive deturpando passagens do irmão Louis Say, List também chega a enlaçar a posição do livre comércio à falência privada de uma fábrica do autor. Ainda, segundo Marx, List tergiversa a teoria de Ricardo quanto à renda da terra, afirmando que este se aferrava na capacidade produtiva natural “inerente ao solo”. Não é distinto quando Marx demonstra que o autor protecionista alemão contradiz Sismondi à base da mais desimpedida corrupção de seu texto: enquanto este tece palavras contra a organização social que engendra as forças produtivas de um modo refringente, aquele exprime a suposta contrariedade, aversão de Sismondi contra toda e qualquer inventividade (BAPTISTA, 2013).

A burguesia alemã é, destarte, burguesia retardatária de um capitalismo tardio, o que outrora já afirmamos. O burguês alemão é *post festum*. A teoria econômica alemã, tendo List à testa, é uma frutificação ainda mais atrasada que a filosofia alemã à qual a teoria econômica inglesa e francesa já não tem o que acrescentar visto que todas são as expressões ideológicas específicas do mundo burguês em solos distintos. Na Alemanha,

a burguesia tem de lidar com um estado ainda refringente, que não foi posto totalmente aos seus pés, isto é, que não se flexionou imediatamente à classe burguesa ainda fragilizada no vir-a-ser classe dominante. Nesse diapasão, segundo Marx, o burguês alemão expressa sua sanha de enriquecimento a partir da prolixidade especulativista, quer dizer, fazendo de fim espiritual - o desenvolvimento em abstrato de forças produtivas - aquilo que é necessidade de lucro, desenvolvimento de uma forma de ser peculiar. Toda essa peleja idealista, que obnubila a perseguição do lucro, não é mais que a monopolização para si da exploração candente do povo alemão e do consumo de suas mercadorias. De toda forma, o que se supõe, objetivamente, de um lado, e “germanicamente” de outro, é a pressuposição da sociabilidade burguesa como sociabilidade natural.

Na letra listiana, o abstrato desenvolvimento de forças produtivas, com toda tonalidade espiritual, aparece como edificação dos “interesses nacionais”, construção da “nação”; mais uma vez, trata-se de como a lógica específica, a legalidade imanente do capital é anunciada tardiamente com aura mística germânica. Descendo à interatividade concreta, aos homens ativos, tem-se que “Segundo Marx, ‘o valor de troca é completamente independente da natureza específica dos bens materiais’”. A “definição negativa do valor de troca (o valor de troca exclui a natureza específica dos bens materiais, ou, a natureza específica dos bens materiais não participa do valor de troca) é comprovada por meio da dissociação entre o valor de troca e duas propriedades materiais elementares”, ou seja, “o valor de troca ‘é independente tanto da qualidade quanto da quantidade dos bens materiais’”. Marx desmonta o preconceito listiano, mostra seu enlace com a economia política dita cosmopolita (ingleses, franceses), afirmando que “O fundamento do valor de troca deve ser buscado em outro lugar que não na natureza específica dos bens materiais, nas propriedades das coisas relativamente à utilidade ou em sua relação com as necessidades humanas”, porquanto “a determinação social do valor de troca, a saber, o valor de troca não deriva da naturalidade, mas sim da sociabilidade, e não da sociabilidade em geral, mas de uma configuração histórica determinada” (BAPTISTA, 2013, p.96), o que esgarça a mendaz apologética da relação-capital em todos seus ideários (mais ou menos manipulatórios) e inflexões políticas tecnocráticas administrativas.

De bastante destaque também para nosso propósito, é a explicação de Marx a respeito da Lei dos Cereais e da teoria ricardiana; isso se dá porque, como veremos no próximo capítulo, na *via colonial* do capitalismo no Brasil, houve uma ampla acusação do setor

agrário contra qualquer protecionismo à indústria brasileira, visto que essa condição encareceria suas condições de produção, isto é, sua agroexportação de monoculturas. A indústria nacional (brasileira) foi acusada pelo ideário reacionário agrarista pela razão da carestia no país. Nessa tessitura, o que está exposto é a situação de fragilidade da burguesia industrial brasileira frente ao setor agrário e frente às suas congêneres internacionais. No caso inglês, remetendo à Lei dos Cereais, a própria burguesia industrial inglesa, em sua pujante formação e já internacionalizada, acusava a propriedade fundiária de contrapeso, de adversidade, refreando suas taxas de lucro com o preço elevado dos cereais para os operários ingleses. Tem-se, por conseguinte, uma circunstância bastante esclarecedora dos dois solos nacionais (Brasil/*colonial* e Inglaterra/*clássico*) bastante distintos na formação do capitalismo:

A informação sobre as chamadas Leis dos Cereais [corn laws] na Inglaterra é pressuposta no texto. Marx fala nas “atuais” leis pois desde a Idade Média tardia existiram na Inglaterra sucessivas e diversificadas regulamentações restritivas ao comércio externo de cereais (limitando principalmente a entrada do trigo, mas também da aveia, da cevada, entre outros), de modo a sustentar um preço alto e favorecer a obtenção da renda pelo proprietário fundiário. As Leis dos Cereais, portanto, estão diretamente relacionadas à obtenção da renda pelo proprietário fundiário, e sua promulgação (1815) e abolição (1846) são momentos de uma luta violenta. Se a aprovação de leis dos cereais possibilita o pagamento de melhores rendas ao proprietário fundiário (em razão da manutenção do preço alto dos cereais, o que por sua vez leva a um aumento do salário e, portanto, à consequente redução do lucro), os movimentos contrários por parte dos industriais visam justamente acabar com a renda, “pois a renda fundiária é a expressão econômica da propriedade fundiária”. (BAPTISTA, 2013, p. 112)

Seguindo a verve ideológica decadente conservadora-manipulatória de List, “Por isso, também é muito triste quando se quer transformar os males com os quais a indústria, em nossos dias, é acompanhada, em motivo válido para repelir de si a própria indústria” (MARX, 2013, p.131). Como se vê, mais uma vez, a indústria é retirada das condições peculiares da sociabilidade do capital. Marx continua a crítica ao sermão idealista listeano: “Há males amplamente maiores que uma condição de proletários: cofres do tesouro vazios – impotência nacional – servidão nacional – morte nacional” (MARX, 2013, p.131). A “morte nacional” ou a “servidão nacional” não são mais do que artimanhas retóricas ardilosas de emulação e defesa canhestra, abstrativante e dissimulada, da soberania da exploração nacional sob disfarce de interesse coletivo

sacralizado, como defesa, outrossim, da embaraçosa e alcandorada “nacionalidade”. É realmente “triste” que o proletariado já esteja consciente, isto é, que já faça reivindicações e já inspire terror antes mesmo de o burguês alemão ter alcançado a indústria.

O senhor List conta apenas o que é mais triste para a burguesia. E nós confessamos que é muito triste para ele que ele queira introduzir o domínio da indústria justamente no momento inapropriado, em que a servidão da maioria, engendrada por meio da indústria, tornou-se um factum em geral conhecido. O burguês alemão é o cavaleiro da triste figura que quis introduzir a cavalaria errante justamente quando a polícia e o dinheiro ascenderam (MARX, 2013, p.131)

A burguesia alemã revela o seu segredo de modo “exuberante autenticamente alemão”, ou seja, idealizando/mistificando aquilo que é apenas venalidade geral. Assim, “Como esse povo do ‘espírito’ chega, de repente, a encontrar a suma bondade da humanidade em calicô, novelo de linha, self-acting mule, no materialismo da maquinaria”, e mais, “num amontoado de escravos fabris, nas maletas cheias dos senhores fabricantes? O idealismo oco, ventoso e sentimental do burguês alemão, atrás do qual está oculto o mais mesquinho”, outrossim, “o mais sujo espírito de merceeiro [*Krämergeist*], atrás do qual se esconde a alma mais covarde, chegou à época em que necessariamente deve revelar seu segredo”. Marx defenestra a teoria abarrotada de abantesmas germânicos de List, dando vistas e transparência ao retardatário filisteu alemão. Por isso, List “reveste o materialismo estúpido [*Geistlos*] de modo inteiramente idealista, e só então ousa agarrá-lo”. Nesse mote, “a parte teórica do sistema de List não passa de um disfarce do materialismo industrial da economia sincera [*Aufrichtig*] em fórmulas [*Phrasen*] ideais. A coisa, ele deixa que exista por toda parte, porém idealiza a expressão”. List não pode, dessa feita, reconhecer as interdições da objetivação alemã diante do desenvolvimento mais amplo do capitalismo e “Exatamente essa fraseologia idealista oca dá a ele também, por consequência, a capacidade de desconhecer as limitações reais que se opõem a seus pios desejos e de entregar-se às mais tolas fantasias” (MARX, 2013, p.132), o que só poderia ser feito por essa via apologética decadente que pretende solucionar a debilidade de um capitalismo tardio, não poupando-se de flertes irracionalistas.

O burguês alemão é religioso mesmo quando é industrial. Ele teme falar dos sórdidos valores de troca, aos quais se agarra, e fala de forças produtivas; ele teme falar da concorrência e fala de uma confederação nacional das forças produtivas nacionais; ele teme falar do seu interesse privado e fala de interesse nacional.

Quando se observa o franco cinismo clássico com o qual as burguesias inglesa e a francesa, em seus primórdios, ao menos no início do seu domínio de porta-vozes científicas da economia nacional, elevaram a riqueza a deus e sacrificaram inescrupulosamente tudo, também na ciência, a ele, a esse Moloch, e quando, pelo contrário, se observa a maneira idealizante, impregnada de fórmulas e empolada do senhor List, que em plena economia menospreza a riqueza dos “homens justos” e conhece fins mais elevados, então se deve “também” achar “triste” que hoje em dia não seja mais dia para a riqueza. (MARX, 2013, p. 132)

Enquanto na “sinceridade” francesa e inglesa, tratou-se de avistar, cínica e inescrupulosamente, os nexos e relações objetivas, na forja ideológica decadente da Alemanha, se trata de falsear contradições e fazer daquilo que é, em seu âmago contraditório e já desvelado, uma perfeita harmonia e ensejo espiritual. O que é preciso, então, para justificar, segundo constata Marx, uma organização social que já se demonstra relativamente ameaçada e desumanizadora? “Ele se infla constantemente de um páthos carregado e prolixo cujo núcleo, em contínua repetição, põe em funcionamento as barreiras alfandegárias e as fábricas ‘teutônicas’”. O autor protecionista “é constantemente sensível-suprassensível”. Doravante, “O filisteu alemão idealizante que quer ficar rico deve, naturalmente, antes apenas criar uma nova teoria da riqueza a qual torne a última digna de ser aspirada por ele” (MARX, 2013, p.132).

Os burgueses na França e na Inglaterra veem se aproximando a tempestade que aniquilará, na prática, a vida efetiva disso que até agora se chamou riqueza; e o burguês alemão, que ainda não chegou até essa riqueza sórdida, ensaia uma nova interpretação “espiritualista” da mesma. O burguês alemão inicia sua criação [Schaffung] da riqueza com a criação [Schöpfung] de uma exuberante economia nacional hipócrita-idealizante. (MARX, 2013, p.132)

A burguesia alemã agiu nesse ínterim com deferência e concessão ao estado, ou seja, não fez com que o estado ajoelhasse a si mesma, despossuída das mais pujantes capacidades revolvedoras. Portanto, toda demanda por medidas protetivas soara como elogio ao poder de intervenção do estado: “O burguês quer barreiras alfandegárias do estado a fim de usurpar para si poder de estado e riqueza. Mas posto que ele não tem, como na Inglaterra e na França, a vontade estatal [*Staatswillen*] à sua disposição”, quer dizer, “não pode dirigi-lo arbitrariamente segundo sua vontade (ao contrário, deve inclinar-se num

pedido)”, logo, “ele precisa apresentar sua exigência ao estado, cuja atividade/procedimento ele quer regular segundo seus interesses, enquanto uma concessão que faz ao estado, ao mesmo tempo que exige dele concessões”. Do mesmo modo que tem de reconhecer o poder estatal hipertrofiado para conseguir seus fins, o burguês alemão se dirige à população alemã não como um merceeiro, mas como um homem dotado de fins espirituais: “O burguês quer ficar rico, fazer dinheiro; mas, ao mesmo tempo, ele precisa pôr-se de acordo com o prévio idealismo do público alemão e sua consciência característica”. Para isso, “ele demonstra que não persegue os bens não-espirituais, materiais, mas sim um ser [*Wesen*] espiritual, a força produtiva infinita em vez do sórdido valor de troca finito” (MARX, 2013, p.142). Em verdade, o que o burguês alemão arroga para si é o monopólio da exploração do trabalhador alemão, assim como que seus consumidores na Alemanha tenham de pagar por mercadorias mais caras mesmo tendo em conta seus salários fixos. O que o burguês alemão arroga para si é o direito de não ser destruído pela própria legalidade imanente ou lógica específica engendrada no complexo econômico capitalista, sendo, a essa época, elo débil da cadeia. Vê-se que o “projeto de nação” alemão se aquilata de sua estreiteza peculiar, buscando remediar sua atrofia, imantando o insumo ideológico decadente necessário.

Uma vez que, in nuce, todo desejo da burguesia converge para levar o sistema fabril a um florescimento “inglês” e fazer do industrialismo o regulador da sociedade, i. e., produzir a desorganização da sociedade, então o burguês deve demonstrar que para ele trata-se apenas de um harmonizar de toda produção social, trata-se apenas da organização social. O comércio externo ele limita por meio de barreiras alfandegárias, [então] a agricultura rapidamente atinge o seu mais alto florescimento por meio da manufatura, ele alega. A organização da sociedade resume-se, assim, às fábricas. Elas são as organizadoras da sociedade, e o regime da concorrência que elas fomentam é a mais bela confederação da sociedade. A organização da sociedade que o sistema fabril cria é a verdadeira organização da sociedade. Certamente a burguesia tem razão quando concebe, em termos gerais, os seus interesses como idênticos, assim como o lobo enquanto lobo tem o mesmo/idêntico interesse ao dos lobos da sua alcateia; tanto é o interesse de um que ele, e não o outro, atira-se sobre a presa. (...) Fornece a prova de como o idealismo, em sua prática, não é senão a ilusão inconsciente e irrefletida de um materialismo repugnante. Finalmente, é característico que a burguesia alemã comece com a mentira com que a francesa e a inglesa terminam – depois que chegou à posição tem de justificar-se, desculpar sua existência (...) Uma vez que o senhor List distingue a anterior economia nacional, pretensamente cosmopolita, de sua economia política nacional, que uma repousa sobre o valor de troca e a outra sobre as forças

produtivas, então temos de começar com essa teoria. Além disso, uma vez que a confederação das forças produtivas tem de representar a nação em sua unidade, então antes daquela distinção temos ainda de considerar essa teoria. Ambas essas teorias constituem o fundamento real para a economia nacional distinguida da economia política (MARX, 2013, p.144)

Assim, depois que os economistas clássicos “cosmopolitas” demonstraram, na França e Inglaterra, a crueza do capital, o essencializando, foi preciso que seus últimos teóricos se tornassem apologetas decadentes mais afastados da objetividade para justificar a permanência e dominação burguesa consagrada. Na Alemanha, o teórico da economia nasce apologeta e decadente, e só por via do idealismo mais canhestro tem de reduzir toda generalização mercantil e impulsão da fábrica alemã ao monopólio da exploração a uma “confederação das forças produtivas” em prol da nacionalidade. Em suma, em toda economia política, se assume o preconceito da economia efetivada ou a se efetivar, em diferentes graus e peculiaridades de entificação:

Portanto, sem consideração à “teoria das forças produtivas” e às “relações políticas das nações” pode-se “estabelecer” tudo isso. O que se estabelece com isso? A realidade. O que se estabelece, por exemplo, com o salário do trabalho? A vida dos trabalhadores. Estabelece-se com isso, em seguida, que o trabalhador é o escravo do capital, que ele é uma “mercadoria”, um valor de troca cujo nível mais alto ou mais baixo, subida ou queda, depende da concorrência, da oferta e da procura; estabelece-se com isso que sua atividade não é uma livre externalização de sua vida humana, que ela é, isto sim, um barganhar [Verschachern] de suas forças, um barganhamento [Verschacherung] / venda [Veräußerung] dessas suas capacidades unilaterais ao capital; em uma palavra, que ela é “trabalho”. Mas aqui esquece-se. O “trabalho” é o fundamento vital da propriedade privada, é a propriedade privada enquanto a fonte criadora de si mesma. A propriedade privada não é senão o trabalho objetivado. Se se quer desferir-lhe o golpe de morte, não se deve atacar a propriedade privada somente enquanto estado de coisas [sachlichen Zustand], mas sim a propriedade privada enquanto atividade, enquanto trabalho. (MARX, 2013, p. 147)

Marx, ao passo que de forma alguma se afasta da particularização dos casos nacionais, o que seria emular esquemas generalizantes sem vivificações concretas, esmiúça a configuração de cada país, o solo social fertilizador da pleora ideológica, evitando, como outrora afirmamos, a luta ideológica como mera esgrima cultural. Da mesma forma, nesse momento, parece não haver em Marx qualquer postura “nacionalista”, mas a tematização

dos problemas nacionais a reboque do desenvolvimento interconectado dos países capitalistas. Ademais, é reforçado que o âmago da sociedade civil-burguesa é a relação-capital e não qualquer sorte de relação política ou civilizadora ou de abstrativante “confederação de forças produtivas”. Trata-se da universalidade concreta basilar da sociedade capitalista que, por vezes, é arbitrariamente invertida em jogos idealistas que, cativos das posições burguesas decadentes, superestimam o terreno político e o momento cultural como organizadores da totalidade, que, ocasionalmente, são uma apresentação invertida da essência, da articulação da realidade efetiva.

Se, além disso, a relação de capital, renda fundiária, etc., pode ser “estabelecida” sem considerar as “relações políticas” das nações, o que isso prova senão que o capitalista industrial e o rendeiro fundiário são, em suas ações, em sua vida efetiva, determinados pelo lucro, pelos valores de troca, e não pela consideração “sobre as relações políticas” e “forças produtivas”, e que sua conversa de civilização e forças produtivas é só uma tendência tacanho-egoísta à suavização? (...) O burguês diz: para dentro, naturalmente a teoria dos valores de troca não deve ser interrompida; a maioria da nação deve permanecer um mero “valor de troca”, uma “mercadoria” que tem de transmitir-se a si mesma ao homem, que não é vendida, ao contrário, que se vende a si mesma. Frente a vós, proletários, e reciprocamente entre nós mesmos, encaramo-nos como valores de troca – vigora a lei da barganha [Schacher] geral. Entretanto, frente às outras nações, aí devemos interromper essa lei. Não podemos, enquanto nação, barganhar-nos às outras. Uma vez que a maioria [no interior] das nações está sujeita às leis da barganha “sem consideração” sobre às “relações políticas das nações”, então aquela frase não tem outro sentido que: nós, burgueses alemães, não queremos ser explorados pelos burgueses ingleses à maneira como vós, proletários alemães, sois explorados por nós e como nós nos exploramos uns aos outros reciprocamente. Não queremos nos render às mesmas leis do valor de troca às quais vos abandonamos. Não queremos mais reconhecer para fora as leis econômicas que reconhecemos para dentro. (MARX, 2013, p.148)

Dessa feita, diante de suas debilidades efetivas e regressividades teóricas congênicas, o burguês alemão necessita buscar o monopólio da exploração do trabalhador alemão sem nunca se colocar em risco com a exploração “inglesa”, sempre precisando acionar o embaraço idealista. Assim, orienta-se para uma proteção efetiva, usando das designadas “relações políticas das nações” como imperativo de sua “dignidade alemã” que, em verdade, é manifestação da salvaguarda de seu monopólio nacional de exploração: a

verdadeira face do “espírito nacional”. Mas a inflexão *nacionalista* está longe de ser a salvaguarda ou o meio para emancipação dos trabalhadores:

A nacionalidade do trabalhador não é francesa, não é inglesa, não é alemã, ela é o trabalho, a livre escravidão, o auto-barganhamento [Selbstverschacherung]. Seu governo não é francês, não é inglês, não é alemão, ele é o capital. Seu ar pátrio não é o francês, não é o alemão, não é o inglês, ele é o ar da fábrica. O solo que lhe pertence não é o francês, não é o inglês, não é o alemão: ele está alguns palmos debaixo da terra. (...) O burguês, conquanto o burguês individual lute contra os outros, tem enquanto classe um interesse coletivo, e essa coletividade, assim como para dentro é voltada contra o proletariado, para fora é voltada contra os burgueses de outras nações. Isso o burguês intitula sua nacionalidade. (MARX, 2013, p.148-149)

Marx também é extremamente elucidativo, para que comprovemos nossa posição até aqui, ao asseverar que não existe uma linearidade, uma necessidade de passar por sequentes e fixados “estágios” em cada país, ou seja, reprova, repreende, execra qualquer teleologia na história. Em sua letra afinada, “Que cada povo em si mesmo passa por esse desenvolvimento seria uma visão tão estúpida quanto se cada povo tivesse de passar pelo desenvolvimento político da França”, ou mesmo, “pelo desenvolvimento filosófico da Alemanha”. Finalmente, a superação da lógica específica que regencia o capitalismo demanda o reconhecimento de que é preciso superar uma interatividade em que a indústria se desenvolve ao custo da “escravização” dos homens, outrossim, “O reconhecimento [Anerkennung], então, é ao mesmo tempo a cognição [Erkenntnis] de que chegou a hora de serem abolidas [abschaffen] ou de superar [Aufheben] as condições materiais e sociais dentro das quais a humanidade teve de desenvolver suas capacidades qual um escravo” (MARX, 2013, p.149). Decerto, pois, não se pode proceder pela hipóstase das “forças produtivas”, da “produtividade”, da “confederação das forças produtivas” enfim, do desenvolvimento desses conteúdos, abstraídos da forma em que se desenvolveram até este momento, em especial, da forma social de ser concreta, finita e atual do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social como forças da relação capital. Assim:

tão logo se veja na indústria não mais o interesse da barganha, mas sim o desenvolvimento do homem, faz-se do homem, em vez do interesse da barganha, o princípio, e se lhe dá o que na indústria só pôde desenvolver-se em contradição consigo mesmo, o fundamento que está em consonância com o a ser desenvolvido [zu Entwickelnden]. Mas o miserável que permanece na situação

atual a qual ele quer apenas alçar a uma altura que ela ainda não atingiu em seu próprio país e [x x] olha com inveja uma outra nação que a atingiu, tem esse miserável razão em enxergar na indústria algo diverso do interesse da barganha? Pode ele dizer que trata-se unicamente de desenvolvimento das capacidades humanas e apropriação humana das forças naturais? É a mesma abjeção de como quando o feitor se gabava por sentar a chibata em seu escravo para que o escravo tivesse diversão em exercitar sua força muscular. O filisteu alemão é o capataz que brande a chibata das barreiras alfandegárias a fim de dar à sua nação o espírito da “educação industrial” e ensiná-la a exhibir suas forças musculares. (MARX, 2013, p. 150)

Doravante, não se pode caminhar em falso e reconhecer o poder inglês (à época), afirma o filósofo de Trier, de maneira fetichista: o poder da Inglaterra, como membro mais avançado do capital, é o próprio poder do capital enquanto peculiaridade social que matriza um modo de produção espargido. De maneira loquaz e sintética, “A tirania industrial da Inglaterra sobre o mundo é o domínio da indústria sobre o mundo”. Marx aduz ainda: “A Inglaterra nos domina porque a indústria nos domina. Só podemos nos libertar externamente da Inglaterra quando nos libertarmos internamente da indústria”, o que indica que “Só podemos exterminar sua dominação concorrencial se derrotarmos a concorrência dentro das nossas paliçadas. A Inglaterra tem poder sobre nós porque nós fizemos da indústria o poder sobre nós” (MARX, 2013, p.151). No encaço pueril das ideologias degradadas, decadentes, tanto a economia nacionalista quanto a “cosmopolita” fazem do jogo sujo teórico seu apanágio, eternizando o estatuto do capital: de um lado, abstrai-se da organização social, de outro, a pressupõe cabalmente; nos dois casos, urde-se a pressuposição, dissimulada ou aberta.

Nesse diapasão, List lavra o pietismo da indústria alemã, a conjuração mística da “força produtiva”, a exigência do sacrifício pela “força produtiva”, essa entidade misteriosa, espiritual, que se imanta ao “nacional” e ao interesse coletivo, de modo que o “valor de troca” vige – teoricamente – apenas como uma manifestação exterior de uma substância nobre a qual se deseja galvanizar, posta sob o manto de excelência e virtude humana, deslocada e ascendente em relação às suas prosaicas manifestações. Em suma, aquiescência mistificada, novelo ideológico falseador socialmente necessário para entificação do capitalismo em sua particularidade de via *prussiana*, que, por essência, talha a apologética do sacrifício da força humana real em prol de uma entidade irreal, sublimando teoricamente a organização social e o fim venalque entifica. Marx é enfático:

A força assume o lugar do ser interior; o valor de troca, o da capciosa aparência. A força aparece como infinita, o valor de troca como finito, aquela como imaterial, esse, como material, e encontramos todas essas oposições no senhor List. O mundo supra-sensível das forças adentra, por isso, o mundo material dos valores de troca. Se a vileza com que uma nação sacrifica-se por valores de troca é óbvia (o sacrifício humano por coisas), então, ao contrário, forças parecem ser entidades espirituais autônomas – espectros – e puras personificações, divindades mas pode-se mesmo exigir ao povo alemão que sacrifique os sórdidos valores de troca por espectros? Um valor de troca, dinheiro, sempre aparenta ser uma finalidade exterior, mas a força produtiva, uma finalidade que deriva da minha própria natureza, uma auto-finalidade [Selbstzweck] (...)

Para destruir o brilho místico que banha a “força produtiva” deve-se apenas abrir qualquer estatística. Aí é falado de força hidráulica, força a vapor, força humana, cavalo de força. Tudo isso são “forças produtivas”. É um grande reconhecimento do homem que ele figure com o cavalo, o vapor, a água, como “força”? No sistema atual, se umas costas mais recurvadas, uma luxação dos ossos, uma instrução unilateral e fortalecimento de certos músculos, etc., faz você mais capacitado ao trabalho / mais produtivo, então suas costas mais recurvadas, sua luxação das articulações e seu movimento unilateral dos músculos são uma força produtiva. Se sua burrice é mais produtiva que sua rica atividade espiritual, então sua burrice é uma força produtiva etc. etc. Se uma tarefa monótona faz você mais capaz para essa mesma tarefa, então a monotonia é uma força produtiva (MARX, 2013, p. 152-153)

Ao contrário, como se vê, furtando-se de toda exuberância idealista do “nacionalismo” e das “forças produtivas” mistificadas, é a generalização mercantil ou a venalidade geral que determina o desenvolvimento das forças produtivas sociais, que se avançam, não o fazem senão em prol da compulsão vinculada ao valor de troca e não em benefício direto do desenvolvimento material e espiritual dos indivíduos (veja-se que Marx não completou, ainda, sua apreensão da relação capital). Por toda parte, List “deixa” que a efetividade expressa na teoria dos economistas políticos “cosmopolitas” sobreviva, contanto que representada pelo vaticínio, brio e ideal “alemães”.

Em nenhum momento pode ocorrer ao senhor List que a efetiva organização da sociedade é um materialismo estúpido, um espiritualismo individual, individualismo. Em nenhum momento pode ocorrer-lhe que os economistas nacionais apenas deram a essa situação social uma expressão teórica correspondente. Ele deveria voltar-se, isto sim, contra a atual organização da sociedade em vez de contra os economistas nacionais [economistas clássicos]. Ele acusa-os de não terem encontrado uma expressão suavizante para uma realidade desoladora. Por

isso, em todo lugar ele quer deixar essa realidade como ela é e modificar apenas a expressão. Em nenhum momento ele critica a sociedade real; como autêntico alemão, ele critica a expressão teórica dessa sociedade, e a reprova por exprimir a coisa, não a imaginação da coisa. A fábrica é transmutada numa deusa, a da força da manufatura. O fabricante é o sacerdote dessa força. (MARX, 2013, p. 169)

CAPÍTULO 2

A CONFIGURAÇÃO DA VIA COLONIAL DO CAPITALISMO: UM RETRATO DO ELO DÉBIL HIPERTARDIO

2.1 A fisionomia desvelada da atrofia

No capítulo que principia, depois de amplo debate acerca da questão *ideológica* e da *via prussiana/miséria alemã*, revigoramos o panorama de entificação do capitalismo no solo social brasileiro para que tenhamos claro o “chão” possibilitador do ideário sob nossa crítica ontológica (o nacional-desenvolvimentismo atualizado de C. Gomes), isto é, o fio vermelho material da condução de uma sociabilidade configurada no polo periférico do capitalismo. Trata-se de esmiuçar a urdidura atrofica, caudatária e antidemocrática da objetivação particular de um capitalismo que:

Em nosso entender, a teoria da via colonial é a que permite compreender mais adequadamente a evolução da formação social brasileira, abrindo possibilidades mais amplas para a delucidação e superação das mazelas nacionais, daquilo que muito apropriadamente já se denominou miséria brasileira. Capta, no interior da universalidade capitalista e da particularidade do capitalismo retardatário, especificidades que nos distanciam de outras formações nacionais com que apresentemos semelhanças, dado que as disparidades ganham relevo. Desta forma, como clarificamos mencionando Chasin, compartilhamos inúmeras situações próximas à via prussiana de objetivação do capitalismo, mas também dessemelhanças que dela nos afastam. (ASSUNÇÃO, 2005, p.329)

O que ocasiona a cirúrgica distinção entre a *via prussiana* (que transcende o solo alemão, é bem verdade) brevemente já constatada e a *via colonial* é que, por meio da feição bonapartista, o capitalismo alemão rompeu, nas últimas décadas do século 19, as algemas do atraso econômico, feriu de morte um destino de subordinação, aquebrantou o fantasma da atrofia e da dependência deletéria. O que não redimiu, entretanto, sua burguesia no cenário político, já que essa não consignou revolucionariamente o complexo democrático como expulsão mais ou menos radical das forças dominantes anacrônicas (em um primeiro momento, que seja); na entificação alemã, a parcimônia de uma burguesia geneticamente contrarrevolucionária transmutou-se em tática preventiva e aliança escusa com o arcaico (arcaico, este, relacionado ao mundo feudal, distinção em relação ao solo

brasileiro), erigindo outra estrada (antidemocrática e contrarrevolucionária) para a providência das tarefas econômicas da burguesia. Assim, no caso brasileiro, “Para Chasin, tratava-se de disparidades tão acentuadas que configuravam outra forma de objetivação capitalista, diferente dos casos clássicos e prussiano, que ele denominou via colonial”, doravante, “nomenclatura que sintetiza a dimensão histórico-genética e a legalidade dialética”.

Aprenhia como suas características, dentre outras: uma estrutura agrária fortemente marcada pela grande propriedade de origem colonial e exportadora; a conciliação de interesses para realização de modificações “pelo alto”, excluindo a participação do povo e não admitindo rupturas superadoras; a constituição ultra-retardatária do capitalismo industrial e um lento desenvolvimento das forças produtivas, permeado por toda sorte de obstáculos e contenções; um inacabamento de classes, segundo o qual burguesia deixou irrealizadas suas tarefas históricas e os trabalhadores acabaram defendendo palavras de ordem que outrora impulsionavam a burguesia revolucionária, como a democracia (...) Mais detalhadamente, esta incompletude tem que ver com o fato de que, na constituição do capital industrial, a burguesia do Brasil apavorou-se das revoluções, implantou sua dominação num processo de “conciliação pelo alto” e deixou de cumprir as tarefas que, historicamente, foram empreitadas por suas congêneres dos países de “tipo europeu”. Em função do período em que surge e de sua atrofia estrutural, a burguesia brasileira “não pode se ver e assumir, na particularidade de seus interesses, como representante de todas as categorias sociais, da sociedade em seu conjunto” (Chasin, 1982, p. 11). Pelo contrário, concilia com as frações cuja estatura é semelhante à dela e vive em guerra – aberta ou dissimulada – com as categorias sociais inferiores. (ASSUNÇÃO, 2005, p.325)

J. Chasin, resta claro, não é o único clássico pensador brasileiro a desbravar a fisionomia esquálida do capitalismo nacional, mas dos poucos a assimilar seu apanágio “incompleto e incompletável”. Feita essa ressalva, não deixamos de citar outros autores que poderiam ajudar e desfilar na elucidação da questão social nacional como Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Ciro Flamarion, Virgínia Fontes, Jacob Gorender, Antônio Carlos Mazzeo, Clóvis Moura, Francisco de Oliveira, Octávio Ianni, Roberto Schwarz, Carlos Berriel, entre outros. Não obstante as alusões, afinaremos o escopo do autor sobredito (J. Chasin), albergando nele o esquadrinhamento mais preciso de uma genética histórica particular, isto é, singularidade condicionada pelos elementos universais da forma de ser capitalista alastrada.

A título de ilustração, podemos afirmar que entre os autores sobreditos vai complexo concerto de concordâncias e contradições. Sem que seja nosso enfoque debatê-lo, podemos citar, em linhas gerais, algumas teorias aduzidas por esses autores para que principiemos o capítulo antes de descerrar a verve chasiniana. Nessa empreitada, podemos levantar, em simples imagética premida, como esse “concerto de contradições e concordâncias” precisa ser atilado por trabalho posterior que sirva como acervo monumental e linha de corte dos burilamentos teóricos, das concreções específicas consignadas por esses, igualmente monumentais, autores. Toquemos, brevemente, em alguns deles para fomentar a quadratura de nossa particularização.

Nesse ínterim, a obra de Caio Prado Jr é um remonte que precisa ser expresso. O esquadrinhamento do autor, “intelectual-militante comunista” (SOUZA; RAGO, 2014), é severamente fundamental pois que enerva um conflito bastante atinente ao deslinde dos veios particulares do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, é ponto de efusiva necessidade realçar seu conflito com o Partido Comunista Brasileiro, partido ao qual pertenceu, na medida em que esta organização, travejada pela interpretação stalinista, infuso do marxismo adstringido (COELHO, 2018), açoitou a realidade, conspurcou a teoria marxiana, aduzindo a inequívoca necessidade de um “etapismo” para a conclusão da revolução socialista brasileira. Mesmo em discordância do PCB, o autor que fundou a editora brasiliense, em 1943, junto a Monteiro Lobato, permaneceu no partido vindo a ser eleito deputado estadual:

No curto período de legalidade do PCB (1945-7), foi eleito, em janeiro de 1947, deputado estadual (com 5.257 votos), tornando-se líder da bancada comunista na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1955, com Elias Chaves Neto e outros, fundou a *Revista Brasiliense (RB)*, da qual passaria, até 1964, a ser um dos principais articulistas, contribuindo com mais de 30 artigos. A *RB* respondia à realidade nacional dos anos 1955 a 1964, período marcado pelos grandes debates em torno do desenvolvimento nacional autônomo, do tipo e processo de industrialização, pela análise da questão agrária e da resolução da situação dos trabalhadores do campo e das cidades, para citar alguns; enfim, de um momento altamente significativo para a história do país. A *RB* expressava a tentativa de um projeto coletivo – o que não implica posicionamentos idênticos dos seus membros – com vistas a interferir no cenário brasileiro. Tratava-se de uma revista de trincheira, de luta, que abriu portas para jovens pesquisadores que se destacariam posteriormente, a exemplo de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, entre outros. Os escritos para a *RB* foram interrompidos pelo golpe de 64 e o número 51 da *Revista*, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1964, foi o último a chegar ao público. A edição

seguinte já estava pronta, mas foi apreendida e destruída na gráfica pelos representantes do poder instaurado. (SOUZA; RAGO, 2014, p. 137)

Vejamos que o autor consignou através da “arma da crítica” um severo e incômodo reconhecimento à questão social brasileira, o que o levou a sucessivas prisões, à destruição da Revista Brasiliense, ao silenciamento direto e repressivo por parte do estado reacionário instaurado sob a canga de nosso capitalismo congenitamente decadente. Assim, pode-se descrever seu calvário em meio ao taciturno bonapartismo brasileiro: “Em 1970, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar, sofrendo mais um aprisã – em plena ditadura Médici –, como já ocorrera em outros momentos de sua vida”. O mais chocante é que “O motivo alegado foi a entrevista concedida a um grupo de estudantes do grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, os quais teria incitado à luta armada. Para escapar à prisão, fugiu para o Chile, mas retornou para se submeter a julgamento”. Doravante, “Em 25 de março de 1970, logo depois do anúncio feito pelo Exército do desbaratamento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ele foi levado ao banco de réus”. Caio Prado “seguiu para o Presídio Tiradentes, condenado à pena máxima: quatro anos e seis meses de detenção. Recorreu ao Supremo Tribunal Militar e tudo o que conseguiu foi a redução da pena para 21 meses”. Ainda sobre suas condições deploráveis, “Removido do presídio, onde ele mesmo preparava suas refeições, foi encarcerado no 16º Batalhão Universitário da Força Pública, atrás do campus da USP. Com muita dificuldade obteve permissão para ir ao enterro de seu filho Roberto, que cometeu suicídio”. O autor marxista “Foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal e libertado em agosto de 1971, aos 64 anos, após cumprir quase toda a pena. Ficou preso por 545 dias” (SOUZA; RAGO, 2014, p. 138).

As críticas ao construto teórico caiopradiano derivam em uma espécie de desleixo no abarcamento do conteúdo autossignificativo do texto (SOUZA; RAGO, 2014). O novelo imanente textual fica sem análise estrutural de seus nexos, o que remeteria a certa displicência teórica dos críticos. Em suma, as críticas se enervam em 4 veios: crítica de sua renitência no “atraso”, o que impediria de ver as modificações produtivas no Brasil; peso investigativo na esfera da circulação em detrimento da esfera da produção (“circulacionismo”); enfoque em certo determinismo geográfico; teor racista na elucubração da questão do escravismo no país. Segundo nosso embasamento, a questão geográfica na obra caiopradiana vinha como apêndice tendo como centro de gravidade os

interesses comerciais do capitalismo central por essas áreas geográficas, o que teria por essa via estabelecido um destino unilateral a esses países periféricos. De outro lado, quanto à questão racial, se oporá à tese do racismo em sua obra, a historicidade do momento de sua escrita, na qual o procedimento analítico renovado abrolhava sem ter os termos mais adequados para expressar sua novidade, o que lhe fez ser tributário de expressões antigas e carregadas.

Ainda, na pletera das críticas ao autor marxista brasileiro, despontam aquelas que julgam o pouco cuidado com o mercado interno brasileiro em suas modificações. Em contraponto, o que se pode afirmar é que o autor demarcou a linha mestra da economia agroexportadora brasileira, no entanto, sem deixar de conceber que esse lineamento central da produção nacional não pôde ser feito sem, ao mesmo tempo, desfavorecer um mercado interno (SOUZA; RAGO, 2014). Ao modo de apêndice e consequência paralela, ficou desguarnecido o mercado interno, se reforçou a malha do desenvolvimento desigual e combinado, em que a economia brasileira servia como celeiro do mundo, sem ao mesmo tempo voltar-se ou poder engendrar o alavanque produtivo-industrial real que atendesse e formasse o mercado interno e revolvesse sua situação de dependência. Ademais, ao desenvolvimento econômico obtido em meados da ditadura, o autor contrapôs a fraqueza do progresso social, isto é, a debilidade em alcançar as massas na sua inclusão aos direitos políticos e sociais, a desigualdade perseverante que impedia que a grande parte da população desfrutasse da riqueza, a violência de classe estabelecida como instituição permanente que ora se entificava de modo aberto, ora de modo dissimulado.

O autor, em efervescente combate com a esquerda, em grande relevo, o próprio PCB, desferiu golpe formidável ao combater a tese dos “restos feudais” na sociedade brasileira, indo ao arrepio do ideário adotado pelo PCB e por grandes autores como Nelson Werneck Sodré. Nesse sentido, degradada a verdadeira particularidade que imantava o solo brasileiro ao universal concreto do capitalismo, pela representação depauperada e concernente à III Internacional, ficava também demarcada para o autor a inexistência de uma aglomeração vanguardista da burguesia que pudesse injetar o óleo revolucionário nas engrenagens do país, assim como a tese necessária de um etapismo esquemático, de derogado valor filosófico-científico (SOUZA; RAGO, 2014).

Em suma, o brio polêmico de *A revolução brasileira*, livro do autor publicado em 1966, reverteu-se em, ao menos, parcial acerto. Isso se dá, uma vez que o autor marxista

demarcava a inexistência de uma burguesia que aglutinaria propósito anti-imperialista e antilatifundiário, que ergueria uma frente luminosa e revolucionária contra as reminiscências impertinentes do arcaico. Assim, da pena caiopradiana abrolhavam críticas contumazes aos acertos e alianças entre a esquerda e o presidente JK, como também com João Goulart, assim como à crença depauperada na burguesia brasileira (SOUZA; RAGO, 2014), em síntese, crítica ao degredo de uma função precípua da esquerda, qual seja, uma análise teórica de rigor, que, ao contrário, atingia seu cume obscuro na imputação corrompida do “etapismo”.

O autor afirmava, dessa feita, haver na esquerda uma “terapêutica de superciência”, isto é, uma afirmação de um consenso revolucionário que não tinha bases na imanência do real, que tanto esboçou um revolvimento sem deter-se nas determinidades da emergência do capitalismo brasileiro, e que, dilapidou a efetividade no embargo idealista e adstringido promovido pela subsunção ao stalinismo e às teses encontradas no ISEB. Em suma, a assertiva da condição agrária semifeudal, a concatenação idealista de uma burguesia revolucionária, anti-imperialista e antilatifundiária, e o prisma metafísico do etapismo acrisolaram os erros de uma esquerda corroída nos núcleos teleológicos que, por essa razão, não poderia granjear, pleitear, angariar algo para além de uma prática fetichizada, irrompida por um duro golpe de realidade: a ditadura militar de amplo apoio empresarial nacional e internacional, a recrudescência da autocracia em um país onde a democracia não alvorecera, a não ser em sonhos cândidos de uma esquerda que degredou sua tarefa teórica precípua e necessária.

O “desastre de 1º de abril” só confirmou a incapacidade teórica e a debilidade orgânica em que se encontrava a esquerda brasileira. As condições objetivas da realidade social se acirravam rapidamente a partir da renúncia de Jânio Quadros, quando se impuseram paulatinamente o movimento sindical e suas centrais por um quadro de reformas sociais desencadeadoras de transformações. Os comunistas, no entanto, sustentavam como solução para a superação desse quadro uma revolução agrária, antifeudal e anti-imperialista, de modo que “uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudo-revolucionários”. Estes, por conta dessa incompreensão, foram incapazes de mobilizar as forças reais. No que diz respeito ao proletariado, não ultrapassou as “reivindicações salariais imediatas”. Mas Caio Prado lembrava que o problema de ressonância com as massas rurais era mais agudo: “o assunto se apresentava muito mais complexo, (...) pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinato do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o ‘feudalismo’, não

encontravam aí, nem podiam encontrar, nenhuma ressonância”. Quais os pressupostos que alimentavam essa interpretação enviesada da realidade brasileira, capaz de criar a ilusão de vivenciarmos uma situação pré-revolucionária da qual a esquerda tinha controle? Afinal, foi este o quadro que “deslumbrou e estimulou as esquerdas brasileiras – a sua parte honesta e sincera, sem dúvida, porque interesses personalistas também tiveram aí o seu papel – a prosseguirem em sua desacertada ação política”. No entanto, ao apresentar mais uma peça de ficção do que proposta concreta, os comunistas foram incapazes de “despertar e mobilizar, senão em proporções mínimas e largamente insuficientes, as verdadeiras forças e os impulsos revolucionários. E que por isso se perdeu em estéril agitação” (SOUZA; RAGO, 2014, p. 142).

No entanto, segundo Souza e Rago (2014), é preciso fazer a crítica ontológica do depauperamento da esquerda. É mister redescobrir a esquerda não apenas pela sua vaga e discrepante análise de realidade, mas enchafurdar-se na verdadeira objetividade que deu campo de possibilidade, base para a deturpação de nível filosófico e científico. Perpassa, portanto, em entender e assimilar que a configuração hipertardia do capitalismo brasileiro não ocasionou as categorias sociais mais bem preparadas e calejadas para o confronto classista, como dissemos no início do capítulo, o que ocorreu por séculos de lutas sociais no capitalismo de “tipo europeu”. O operariado urbano imberbe, circunscrito numericamente e sem um ativo patrimônio de lutas sociais, sem consciência alvorecida na lida do confronto histórico interno a um capitalismo desenvolvido, se somou a um partido comunista deficiente e teoricamente incompleto pelos mesmos motivos. Nesse caso, o conjunto de possibilidades de apropriação da obra marxiana era bastante degradado, isto é, as possibilidades de atilar uma consciência teórica, e efetivar uma organização ideológica de vanguarda precisava lidar com uma rede pouco lapidada e insigne nos terrenos da filosofia e ciência, envergando os esquematismos a pulso teleológico de fácil compreensão e orientação da ação, o que se pesou pela consignação dos diversos partidos comunistas como arremedos do partido comunista russo regido à época pelas forças do madraçal stalinista.

Numa rápida retrospectiva, vejamos os pontos principais de sua crítica aos equívocos da teoria da revolução brasileira. No Brasil, perspectivava-se garantir a transição de uma economia de base feudal-camponesa para uma de pequenos proprietários. Desconsiderava-se, portanto, a origem da grande propriedade de terra: agroexportadora e centrada no trabalho escravo. E mais, desconhecia-se que, na transição para o trabalho livre, a luta era distinta daquela do camponês europeu. Diferentemente deste, o

trabalhador lutava por melhores condições de remuneração, na qualidade de “assalariamento”, e não pela posse da terra. A essa análise – que buscava a superação dos restos feudais presentes em nossa formação e a transição para o capitalismo e a democracia burguesa – somou-se outra característica, a luta anti-imperialista presente nos países coloniais asiáticos explorados pelas potências europeias e tema de outro “modelo de entendimento da realidade”. A partir daí chegou-se a uma formulação econômica e social comum aos países latino-americanos, constante no Programa da Internacional Comunista e adotado pelo VI Congresso Mundial, reunido em Moscou em 1928. (SOUZA; RAGO, 2014, p. 142)

Nesse diâmetro de adstringidas teses “fora do lugar”, fez-se o corpo do equívoco teórico-prático, robustecendo uma guisa teórica esquematista e subsidiária ao stalinismo, sem independência teórica e brio de ação, em tudo, alienígena, favorecendo o desleixo pela raia particular de objetivação do capitalismo brasileiro em concatenação com a configuração global. O autor de *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A revolução brasileira* (1966) remontou também à questão agrária dissuadindo, como temos visto, os veios da afirmação da existência de uma configuração semifeudal no campo brasileiro, ainda, desossando a noção fortemente afirmada à época de que o campo viveria uma situação pré-revolucionária. O autor marxista soube identificar as determinações concretas da configuração brasileira (SOUZA; RAGO, 2014), a extração de tipo colonial baseada em trabalho escravo substituída pelo trabalho livre em condições precárias por não-proprietários, isto é, em condições de continuidade da monocultura agroexportadora, subserviente aos interesses externos, secundarizando a vida social interna.

A questão da reforma agrária, conduzida a debate extremo e urgente, também vigorou para o autor como elemento desvelador da fraqueza teórica da esquerda. Em amplo sentido, o autor considerava o processo das reformas de base como um movimento tático mais meandrado do que o brio dos slogans da época. Em que pese sua necessidade imediata, a reforma agrária não se daria de qualquer forma, ou melhor, da forma europeia: o trabalhador rural brasileiro não poderia ser entendido por analogia com o camponês europeu. Aquele nunca fora gestor, proprietário, mas trabalhador rural alienado, relativamente parecido com o trabalhador urbano alienado, de modo tal que a reforma agrária inspirada, por exemplo, na execução de grandes cooperativas autogestoras carecia de fontes reais exequíveis.

Seus estudos o levaram a constatar que, em todas as regiões, a primazia da atividade agromercantil estava centrada na produção de algum gênero de expressão econômica, enquanto que a produção para atendimento das necessidades da população que trabalhava naquela área era tratada como questão secundária. Notavam-se aí dois tipos de atividade rural, a segunda em desvantagem clara. A produção de gêneros para o consumo interno era realizada nos domínios da grande propriedade rural, cuja atividade era um trabalho complementar dos empregados, e também sob a forma independente de pequenos produtores que labutavam suas terras ou as arrendavam. De toda maneira, ambas sempre intimamente ligadas e submetidas aos altos e baixos da grande exploração local.

Quando um gênero de valor comercial estava em franca ascensão, tanto menos espaço e tempo para cultivo eram dados aos trabalhadores para se dedicarem aos produtos destinados ao consumo próprio. Mesmo a produção de gêneros secundários, realizada por produtores independentes, era diretamente atingida pelas vicissitudes da grande exploração. Até o parcelamento fundiário era decorrente desta contingência. O retalhamento da grande propriedade se dava quando esta perdia a lógica da sua existência – a produção em larga escala de um dado gênero produtivo –, para em seguida se reagrupar quando a situação se invertia. Dado o papel primordial representado pela grande exploração agromercantil na economia rural brasileira, era ela que determinava as relações de produção e de trabalho. (SOUZA; RAGO, 2014, p. 146)

Assim, “Vale sempre ressaltar que, numa posição atípica e geradora de polêmicas com a esquerda da época, defendia ser necessário entender que o trabalhador brasileiro da grande propriedade rural se distinguiu do verdadeiro camponês”, aduzindo sua atenção formidável à tarefa marxista autêntica de realização da particularização dos momentos concretos. Isto é, “Ao contrário do primeiro, este último [verdadeiro camponês europeu] era dirigente e executor das atividades agropecuárias. No caso brasileiro, o trabalhador rural ocupava condição similar ao da cidade”, era “mero empregado, sem preocupação com gestão e administração da produção, interessado apenas na remuneração e condições de trabalho” (SOUZA; RAGO, 2014, p. 148).

Por isso, defendia a aliança entre as lutas reivindicatórias e a legislação trabalhista, que poderia abrir amplas perspectivas de modificação instantânea para o campo brasileiro e para os trabalhadores rurais, ainda que numa organização capitalista. Isso porque considerava a baixa remuneração da força de trabalho um dos elementos do sucesso da agropecuária brasileira, apesar de seus reduzidos níveis tecnológicos e de produtividade. Esta era a peça que garantia ao empresário rural prescindir do desenvolvimento tecnológico, que lhe exigiria maior

investimento de capital. Situação somente possível porque “O estatuto miserável do trabalhador rural brasileiro permite dispensar tais despesas e esforços maiores, pois o que se perde, assim, com a baixa produtividade, é recuperado à custa do preço insignificante da mão de obra”. De maneira que, “É claro que numa situação como essa, a valorização do trabalho estimulará e forçará a melhoria da produtividade pelo emprego de processos e técnicas de mais alto nível e rendimento” (SOUZA; RAGO, 2014, p. 148).

Sobretudo, a luta reivindicatória/legislativa imporia, pela sucessão de possíveis conquistas de arrefecimento da exploração do trabalho, a necessidade de elevação das forças produtivas em uso, assim como um aumento generalizado da qualidade de vida do homem rural. O processo competitivo desaguaria na queda daqueles que não se modernizassem, abrindo possibilidade para subdivisão de uma série de latifúndios e até para emergência de produtores independentes. Como visto, o processo reivindicatório era adstrito a propostas legislativas como altas taxas de impostos e exigências de mínimos produtivos, o que indicaria uma transformação gradativa das relações de trabalho no campo, em meio ao ordenamento capitalista periférico. A luta atinente à esquerda de dissolução imediata do latifúndio, sem requerer doura análise dos alicerces da vida rural brasileira, descambava, para o autor, em voraz demagogia, que desdenhava a força e consequência dos avanços legislativos na condução de uma verdadeira peça táctica-reformista. Por conseguinte, tratava de referenciar o real como nóculo de primazia para a ação, apontando como os slogans de época da esquerda não serviam para redução instantânea (no nível da imediaticidade, da táctica) da degradação da vida do campo, isto é, não colavam à consciência de classe e, por isso, não mobilizavam em direção a um combate táctico efetivo.

Outro intelectual de porte e combate, Florestan Fernandes é mais do que digno de nota. Isso porque, entre uma multiplicidade de motivos, o intelectual da sociologia brasileira não tomou apenas o desastre social brasileiro por objeto debulhado por seu exuberante escrutínio. Advindo propriamente de classes populares, formou-se em ciências sociais na primeira metade da década de 40, em contexto elucidativo em que, se pode dizer, a trajetória pessoal e os desafios nacionais de desenvolvimento e progresso social se atravessavam visceralmente. Nesse sentido, “A trajetória de Florestan Fernandes, como de resto de muitos intelectuais latino-americanos, foi exemplar no sentido de reproduzir os caminhos e os descaminhos da história brasileira, rumo à construção da moderna

sociedade capitalista no país”. Em suma, nessa contextura, a década de 50 fica demarcada de modo refulgente:

Esta foi a década da construção da sociologia de Florestan Fernandes e da organização da chamada Escola Paulista de Sociologia que congregou seus assistentes, cujos trabalhos afirmaram um estilo próprio de produção das ciências sociais no país. Foi um período em que uma intelectualidade de novo corte, posto que especializada, mobilizou suas ideias no sentido de construir projetos de Brasil, numa tentativa de regenerar a nação de um passado que se condenava. (ARRUDA, 2010, p. 15)

Em raro período de “continuidade democrática” (46-64), o período político atravessado pelo efervescente debate acerca dos projetos de Brasil, figurou centralmente nos ideários que pretendiam o diagnóstico e, não ingenuamente, a prescrição para o destino brasileiro que solapasse constitutivos degradantes arraigados. Exigida por um tempo que solfejava promessas, com uma dose demasiada de utopia e certa carga de desleixo com a escavação da objetividade, segundo vimos com Caio Prado, a teoria atingia algumas fendas, lacunas e feridas da formação social brasileira, quer dizer, a mácula colonial-escravista, o apanágio das classes, o problema da configuração da democracia e do capitalismo industrial e, por evidente, ensejo da época, a questão urgente do desenvolvimento e da dependência, temas que fulguravam nos intelectuais e institutos preocupados com o caráter e destino público.

Segundo Arruda (2010, p.18), *A integração do negro na sociedade de classes*, tese monográfica em vista da Cátedra de Sociologia (na USP), em 1964, “revelou o amadurecimento da reflexão do sociólogo sobre o processo de constituição do Brasil moderno, evidente na posição de franco recuo em relação à sua aposta sobre as possibilidades efetivas de se construir no Brasil os princípios civilizatórios modernos”. Prenhe da objetividade, “Situando a problemática do negro na passagem da sociedade escravista para a sociedade de classes, o sociólogo analisou as relações raciais pelo prisma da dinâmica global da modernização brasileira, acentuada na cidade de São Paulo” com a “rápida transformação urbana, ocorrida entre o final do século XIX e o começo do século XX, impossibilitou a inserção do negro e do mulato no estilo urbano de vida, por não possuir recursos para enfrentar a concorrência dos imigrantes”. Nessa contextura de conflitos de razão genética do país, “Resulta desse processo, o ‘desajustamento estrutural’, a ‘desorganização social’, típicas da condição dos descendentes de africanos, relegados a viver um estado de marginalidade social, verdadeiros proscritos das

conquistas civilizadas”. O sociólogo preconiza, como se vê, a dicção sociológica, buscando emular o rigor da disciplina conjugado à particularização do capitalismo brasileiro que arrasta óbices civilizacionais, estes cada vez mais demarcados e insolúveis no decurso de sua obra.

Vale dizer, *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975, sua obra clássica, acrisola de forma mais explícita os óbices congênitos da formação social capitalista brasileira, consolidando uma posição em Florestan que instiga a captação da particularidade “da gênese da sociedade moderna no Brasil e do desenvolvimento da sociedade de classes, questões que perpassam a primeira parte dedicada ao estudo do processo da Independência e do desencadeamento da revolução burguesa” (ARRUDA, 2010, p.21). Perspectiva que apreende o evoluir de um desenvolvimento desigual e combinado, em que no caso brasileiro, o âmago problemático seria o casamento ou hibridismo de regimes distintos, escravocrata-colonial e capitalista industrial. Na dicção de Florestan, destaca-se, uma forte marca weberiana é apresentada, transcorrendo a partir de conceitos como “tradicional”, “estamentos x classes”, “valores” e “ação social”, tendo em conta sempre o transpasse problemático do “senhor antigo” ao “burguês moderno”. Acerca da ossatura desse capitalismo dependente constatado:

O produto final reflete uma sociedade cujos bloqueios impediram a emergência plena da ordem social competitiva e dos critérios inerentes a uma estrutura de classes, com visíveis e danosas consequências para a construção de “relações sociais superiores” (...) reitera a particularidade da estrutura de classes, do mundo burguês e da burguesia no Brasil. Incapaz de autonomizar-se da oligarquia e de realizar as tarefas típicas da sua congênera europeia, como a criação da nação, e de se tornar o agente fundamental das transformações, a burguesia brasileira vivenciou o dilema histórico da sua situação de classe. Amalgamara-se a forças sociais retrógradas e não implementou a liberal-democracia; o Estado foi a espinha dorsal das mudanças, pois a classe burguesa não deslança o processo de industrialização. (ARRUDA, 2010, p. 23)

Seguindo o pleito ecletista de Florestan, Octávio Ianni (1996, p. 25) identifica no seu mentor um amálgama de “imaginação sociológica, enriquecida pela dialética”. Demarca influência de tantos autores estranhos à letra marxiana como “Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Mannheim, Merton” que seriam prismados por uma crítica dialética, em que se teria, destarte, uma viga marxista em meio à plethora sociológica, inflexão importante, já que “A dialética permite ‘apanhar a unidade no diverso’, isto é, ‘a

totalidade como expressão de determinações particulares e gerais”’. Vê-se, claramente, na dicção de Ianni, uma apreensão epistemologista da obra marxiana, como já tratamos outrora, que enverga a malha teórica a modelo de aplicação. Não cabe aqui um aprofundamento se essa posição é equivalente à posição do próprio Florestan Fernandes, mas sugerimos uma sinalização positiva e que mesmo Ianni não deixa de se reiterar com dizeres do autor de *O negro no mundo dos brancos*, assim “Cada método lida com a realidade social de forma peculiar quanto à relação do real com o pensado e vice-versa. Essas peculiaridades estão simbolizadas no tipo ideal weberiano, no tipo médio durkheimiano e no tipo extremo marxista”’. Ou, retomando os *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, “Cada um ‘representa uma construção lógica ou mental, produzida em função dos intuítos ou propósitos cognitivos do investigador’” (IANNI, 1996, p. 29). Mas, apesar disso, é digno de destaque, em Fernandes, um decurso teórico de:

Contínuo e crescente o diálogo com as obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci, entre outros. Esse diálogo revela-se desde a tradução de *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, e a "Introdução" escrita para esse livro publicado em 1946. Continua, de modo cada vez mais amplo, em escritos, cursos, conferências, debates. Está presente nas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia. (...) criam-se desafios inclusive para os movimentos sociais e os partidos políticos comprometidos com as lutas de grupos e classes populares. Os movimentos e partidos são levados a questionamentos básicos, diante das análises desenvolvidas por Florestan Fernandes a propósito da forma da revolução burguesa e da continuidade da contrarrevolução burguesa (IANNI, 1996, p.30)

A questão do subdesenvolvimento capitalista ou do desenvolvimento do capitalismo dependente, segundo as contribuições de Florestan, elencam contribuições ao nosso propósito. Isso se dá ao passo que o autor supera gradativamente, como já aduzimos, esperanças de que através de um “equilíbrio instável” entre classes no Brasil, se poderia soerguer conquistas civilizatórias, direitos políticos e sociais, tendo como égide e sustentação a manutenção de valores educacionais e democráticos. Portanto, o “equilíbrio instável” seria uma condição, atinente à década de 50, em que se aproveitando dos conflitos, brechas e correlações de forças, sob o pleito democrático das disputas, as classes populares poderiam infletir o destino do país ou as circunstâncias ao progresso social. Nesse contexto, “as concepções educacionais em oposição no cenário histórico brasileiro dos anos 50 refletiam o embate entre, de um lado, as posições conservadoras e

tradicionalistas”, por óbvio, “herdadas do antigo regime senhorial e escravocrata, segundo as quais o objetivo da educação é formar as elites pensantes capazes de dirigir e organizar a nação (a exemplo da figura ilustre e tradicional do bacharel em direito) e, de outro”, onde Fernandes se situava, “as posições modernas e inovadoras, voltadas para a ‘intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática’ e, ao mesmo tempo, para preencher certas finalidades práticas inerentes à democracia,” vincadas “com o ‘desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc’”. Isto é, para o autor, no âmago da década de 50, pululava a possibilidade da conquista tático-defensiva e “desse modo, a noção teórica de desenvolvimento social envolvia, para Fernandes, um objetivo explicitamente político, o de ampliar as conquistas sociais e os direitos de cidadania” (COSTA, 2011, p.9).

Esse esforço de desvendamento do específico na realidade brasileira pode ser apanhado, na totalidade da obra de Florestan Fernandes, já na década de 1950, fase em que seu pensamento ainda se esforçava por superar as limitações conceituais da ciência social no campo da sociologia do desenvolvimento da América Latina. Essas limitações diziam respeito, sobretudo, ao uso de categorias que refletiam mais as circunstâncias históricas dos países mais desenvolvidos, não levando em conta o sistema internacional de poder que transformava o subdesenvolvimento de alguns países na condição para a aceleração do desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas. Tudo funcionava como se o subdesenvolvimento fosse uma das etapas para se alcançar naturalmente o desenvolvimento e, desse modo, feitas algumas modificações nos campos da educação, da cultura, da mentalidade empresarial e dos trabalhadores, os países então pobres, atrasados e subdesenvolvidos iriam mais cedo ou mais tarde se tornar modernos e desenvolvidos. O conceito de desenvolvimento social, em Fernandes, supera várias dessas limitações teóricas e ideológicas ao apontar o caráter dinâmico das relações e correlações de forças entre as distintas camadas sociais, podendo conduzir a situações em que os ganhos do progresso econômico e social poderiam beneficiar apenas a uma pequena minoria, isto é, às camadas dominantes. Nesse sentido, a situação de subdesenvolvimento não seria meramente uma etapa a ser eliminada no futuro, mas a condição mesma de reprodução de um dado tipo de desenvolvimento capitalista, típico de países em posição de heteronomia ou dependência em relação às nações centrais. (COSTA, 2011, p. 5)

Nesse bojo, um conjunto mais complexo de questionamentos se coloca, espinho na carne do capitalismo dependente, em que “se, em oposição ao desenvolvimento social, a noção de subdesenvolvimento pode ser compreendida como ausência de uma distribuição mais igualitária dos ganhos do crescimento econômico ou como uma fraca universalização dos direitos sociais (educação, saúde, moradia etc.)”, pode-se abrolhar o questionamento sobre as capacidades reversoras do quadrante do subdesenvolvimento em um cenário permeado pela rejeição recrudescente à democracia, a necessidade pungente da autocracia e anuência das categorias dominantes com seu modo de ser dependente. Ou seja, “o que está em jogo nessas duas categorias sociológicas, em Florestan Fernandes, é o caráter mesmo da estrutura social e política da sociedade de classes e não meras variáveis quantitativas macroeconômicas que sinalizam indicadores positivos de produção, consumo e investimento”. Em particular, “O subdesenvolvimento, como conceito sociológico, pode ser reproduzido em escala ampliada, a depender da estrutura de dominação das classes sociais, mesmo que se possa falar de crescimento econômico acelerado num determinado país” (COSTA, 2011, p.9).

É fundamental, dessa feita, compreender que o que é chamado de revolução burguesa no Brasil, em seu livro célebre, é justamente a contrarrevolução burguesa no Brasil, o apanágio da formação social dependente, em que a democracia está perenemente crispada por uma classe dominante antinacional, antidemocrática e afeita à remodelação de privilégios coloniais e exclusão da massa popular. Isto é, “o que ele chama de ‘revolução burguesa no Brasil’ se caracteriza, em oposição ao modelo de revolução democrático-burguês, como um processo essencialmente autocrático, antidemocrático, antissocial e antinacional”, que desemboca “na demagogia populista, na ditadura militar a céu aberto ou na versão periférica da ‘democracia forte’, baseada na combinação de mecanismos institucionais modernos com a cooptação e práticas políticas arcaicas provenientes do mandonismo tradicional, do clientelismo e fisiologismo dos partidos da ordem e conservadores” (COSTA, 2011, p.9). Nessa quadratura, deve-se, no mínimo, suspeitar que a renovação nacional-desenvolvimentista, ideário comovente e antigo, ainda sedento de um horizonte que cada vez mais se distancia de suas intenções e convicções, consigna uma anacronia e uma ideologia conservadora-manipulatória, uma vez que a “tentativa de socializar o produto social sob o capitalismo apresenta limites estruturais e ela se esgota a partir de suas inúmeras e sucessivas crises de reprodução”. Ademais, o “ideal de colaboração entre classes, com uma aparente forte aceitação nos estratos médios da

população, apenas ilusoriamente poderá conduzir aos objetivos de um desenvolvimento nacional autônomo”, dada a quadratura econômica capitalista de séculos e o apanágio das classes dominantes nacionais, o que não pode ser sumariamente reinventado e reconfigurado pela renitência do aperfeiçoamento e exacerbação da tecnicidade politicista.

A última alternativa seria a única capaz de sustentar o projeto político de um desenvolvimento social capaz de atingir o grosso da população, dentro do capitalismo quebrando sua estrutura de classes sociais concentradora de riquezas e aumentando os investimentos sociais em educação, saúde, ciência e tecnologia de modo a atender as necessidades de integração da economia nacional, e contra o capitalismo construindo novas formas de recompensa social da atividade econômica baseada no estímulo moral e na troca solidária entre nações que sofrem os dilemas do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente. A autonomia seria dada pela possibilidade de decidir os rumos da economia contra as determinações dos conglomerados internacionais e dos organismos financeiros mundiais (FMI, Bando Mundial etc.), reorientando os gastos, investimentos e redistribuição da produção social em direção às necessidades das camadas populares. Essa última opção seria a de Florestan Fernandes, podendo ser aprofundada nas condições políticas de uma democracia popular de caráter radical ou nos regimes de transição socialista. Tal não se poderia dar, contudo, dentro dos marcos de um só país e, sim, de alianças anticapitalistas no plano internacional entre movimentos sociais contestatórios de diversas nações (COSTA, 2011, p. 12)

Por fim, apontamos apenas alguns trechos reveladores das cartas trocadas entre Florestan Fernandes e Bárbara Freitag Bodea, uma professora alemã que estudara a obra do intelectual paulistano em seu mestrado, adquirindo intimidade intelectual e afetiva com o autor brasileiro desde esse contexto por meio de cartas e encontros. No primeiro caso, em carta de 03.08.1966, Florestan expressa a respeito de Celso Furtado: “Tenho grande admiração por Celso Furtado e acho que ele merece um tratamento carinhoso [na obra de Freitag]”. Ainda, “ele tem lidado, como eu, com aspectos delicados da modernização da sociedade brasileira. Por isso, caiu vitimado pelo alcance de suas contribuições”, visto que “países subdesenvolvidos não possuem um grau de secularização de atitudes suficiente para comportarem obras de investigação objetiva e que contrariam avaliações tradicionalistas, na esfera dos problemas sociais, econômicos e políticos”. O trecho nos parece inquietante, visto que não explora com precisão o desentendimento que vitima Furtado (e Florestan), repondo a intrigante questão ao leitor acerca das adstringentes

“avaliações tradicionalistas” que acossam os intelectuais em tela, embora nos pareça uma referência à decadência congênita do capitalismo hipertardio, refringência a argumentos de captação objetiva da realidade efetiva. Ao que nos interessa, no entanto, há também uma leitura unilateral da obra do autor cepalino, em que *Formação econômica do Brasil* é interpretada de modo autônomo das demais obras e evoluções teóricas do autor (o que será abordado no próximo capítulo acerca dos ideários brasileiros *nacionalistas*).

Outro destaque vem da carta de 06.04.1967, em que Florestan assevera: “Com a emancipação política e com o capitalismo industrial, assumimos novas posições de dependência em face dos países e das economias ‘metropolitanos’, revertendo, cada vez de forma diversa, à condição estrutural que Weber designaria, apropriadamente, como de heteronomia total”. Adiante: “Assim, os povos que nos deram um começo demográfico ‘branco’ e o seu padrão de civilização, nos tiram, literalmente, qualquer autonomia”. Vê-se a questão do subdesenvolvimento e da dependência desde já como fundamentais para o autor, como algo que vem de fora para dentro; comprova-se, “Se o Brasil quiser ser independente, precisará imitar a Alemanha do último quartel do século XIX: realizar sua integração nacional. Para isso, terá de romper não as barreiras do subdesenvolvimento, mas os laços de dependência que impedem qualquer evolução autônoma do País”. Finaliza à interlocutora alemã, “Nesse ponto, lamento dizer-lhe com tamanha franqueza, a posição da Alemanha não é diferente da dos Estados Unidos e outros países que nos ‘ajudam’. Dirigem o seu ‘auxílio’ no sentido de aumentar sua hegemonia, a qual definem e realizam com muita eficácia de maneiras indiretas e diretas”. Nessa urdidura, Florestan é insistente no planejamento democrático do país como forma indispensável para conquista de progresso social e aproximação à autonomia. O autor insiste no padrão refratário da cultura e das classes dominantes à uma “consciência racional de planejamento”; ao passo que se evidencia sua preocupação com a particularidade brasileira, demonstra-se também seu ecletismo epistemológico centrado na aglutinação Weber-Mannheim-Marx em uma “ponte harmoniosa”.

Vem a lume de igual modo, e com extrema importância para o nosso trabalho, a consciência de Florestan Fernandes, na carta de 29.01.1971, a respeito da “pusilanimidade” da decadência ideológica burguesa, em destaque, a mendacidade e rusticidade deliberadas e o conseqüente formalismo e desertificação das ciências sociais na Europa. Nesse sentido, “A ‘ciência’ está injetando na Europa a mesma dose de pusilanimidade, de co-optation e de conformismo deliberado (embora também bem

disfarçado) que já instilou nos Estados Unidos”. A crítica é pungente, “Hoje, aprende-se mais lendo um bom artigo de orientação crítica - quando os jornalistas fazem uma descrição ‘honesto’ - ou um romance, do que se lendo obras de cientistas políticos, sociólogos e economistas de ‘alto nível’”. Arremata, “Fico cada vez mais revoltado com esse ‘alto nível’, os ‘modelos’ sofisticados e o vazio total que eles envolvem; uma ciência útil para quem comanda burocraticamente e pode pagar um ‘preço funcional’ pelas decisões impostas de cima para baixo”.

Podemos apontar, também, como concurso teórico de estatuto elevado na pletera científica de apreensão da questão nacional brasileira, a obra de Ruy Mauro Marini. Principal expoente da teoria marxista da dependência, o autor não teve imediato sucesso nas terras brasileiras, ao contrário de seu espraiamento teórico no restante da América Latina (QUEIROZ, 2017). O autor imergiu sob a temática da dependência brasileira, observando, principalmente, os mecanismos renovados da subordinação. O metabolismo brasileiro passaria, portanto, por problemas que estão além do pulso voluntarista e que perfazem a estruturação do país no “desenvolvimento desigual e combinado” onde produção e comércio globais situam as posições nacionais.

Segundo Queiroz (2017), é da consciência marinista a sapiência do raquitismo presente na burguesia brasileira, descompromissada com o revolvimento definitivo do setor produtivo nacional e despreocupada com a consolidação de um mercado interno, o que perpassaria, por sua vez, o tema da superexploração, do assalariamento deletério. Vamos, todavia, ao encaixe do foco de Marini:

Diferentemente de Chasin, o processo utilizado não é baseado na investigação das diferenças específicas do ser social nacional, buscando descrever historicamente sua anatomia, a formação de suas classes sociais e suas interconexões durante a industrialização. Marini opta pela teoria do valor em Marx, analisando o ciclo do capital nas economias subordinadas (ou dependentes) e os mecanismos constringentes da transferência do valor produzido na integração de interesses dos países atrasados para os países de capitalismo avançado pelas trocas desiguais no mercado mundial. (QUEIROZ, 2017, p. 786)

Para Marini, a década de 30 também representa uma inflexão concentrada ao industrialismo no Brasil, no entanto, esse processo não foi consignado como uma renovação plenipotente da nação que atrelasse desenvolvimento econômico e progresso social. Para o autor, é preciso entender em que medida essa inflexão foi arrolada tendo

como cabo de segurança acordos específicos e oscilantes com as oligarquias arcaicas, até então, reinantes no plano econômico e político, representantes de um metabolismo de longa data: a agroexportação monocultora e superexploradora (MARINI, 2008). Para Marini, porém, não é possível falar de um acordo pleno, de alta lisura e satisfação entre as classes dominantes, assim como é menos possível afirmar uma guerra civil aberta, um conflito explícito e desenfreado entre as classes granjeadoras do poder.

Fica posto, inobstante, que o autor brasileiro que sitiou por vasto tempo no México, não se impôs o trabalho certo de analisar a feição histórica, em talhe minucioso, da burguesia brasileira. O autor se concentrou na explicação do mecanismo das trocas desiguais, através do qual, a superexploração do trabalho aparecia como solução congênita, influxo de manutenção do mecanismo. Trata-se, neste último caso, de compulsório pagamento de salário abaixo do valor reprodutivo da mercadoria força de trabalho. Assim, trata-se da “intensificação do trabalho, prolongamento das jornadas de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

De Marini, em *Dialética da Dependência*, o entendimento da questão parte da conferência de privilégio a fatores determinantes da dependência (as trocas desiguais e os mecanismos de transferências do valor), da qual se tem nelas a identificação do decisivo caráter determinante da anatomia nacional. Assim, Marini, desenvolvendo de maneira autóctone e ainda incipiente a teoria das abstrações de Marx, identificados nos diferentes tratamentos das abstrações econômicas apresentadas entre os volumes I, II e III de *O Capital*, parte para as considerações destas trocas desiguais e da transferência de valor, os substratos essenciais da reafirmação da dependência dentro do processo de desenvolvimento capitalista. Os mecanismos econômicos auto-constritores das trocas desiguais são elevados ao plano da explicação dos modos ou padrões de reprodução econômica que se apresenta pelo capitalismo *sui generis*. A solução encontrada pelo capital dependente em face aos mecanismos de transferência do valor das trocas desiguais para as economias centrais se encontra no uso intensivo da mão-de-obra abaixo do seu valor para compensar as perdas internacionais (QUEIROZ, 2017, p. 790).

Entretanto, como fica claro, o autor expõe menos minuciosamente a arregimentação do processo histórico da burguesia particular brasileira, ao passo que o escrutínio do mecanismo da degradação das trocas é levado à luminosidade explicativa, o que consigna certo tom de abstração isoladora (QUEIROZ, 2017). Trata-se, outrossim, de expor a

malha categórica da superexploração do trabalho que dilapida o operariado para além de suas condições básicas de reposição. Assim, ao estudar o que chama de *capitalismo sui generis*, não focaliza a pletora das vias de entificação dos capitalismos, isto é, em nosso caso, o bojo inóspito e deletério do surgimento, os nascedouros decrépitos de um capitalismo decomposto de insurgências revolucionárias e progressistas que, por sua vez, dão a base explicativa da força de trabalho assaz vilipendiada pelas diabruras e açoites do capital periférico e caricata. Outras abstrações e categorias poderiam ser apreendidas, porém, nosso foco é apenas panorâmico nesse momento. Em suma, segundo o próprio autor:

Não é, entretanto, nosso objetivo estudar aqui as *formas econômicas particulares que existiam na América Latina antes que esta ingressasse efetivamente na etapa capitalista de produção, nem as vias através das quais teve lugar sua transição*. O que pretendemos é tão somente fixar a pauta em que há de ser conduzido este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação (MARINI apud QUEIROZ, 2017, p. 792)

Não poderiam faltar algumas palavras sobre a apreensão teórica desenvolvida pela obra de Francisco (Chico) de Oliveira. Executando um traslado entre uma posição desenvolvimentista ao marxismo (com idas e vindas), a trilha percorrida pelo autor representou e influiu às problemáticas e ideologias de esquerda candentes, no século XX no Brasil. Nascido em Recife, em 1933, atuante no Banco do Nordeste e na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) ao lado de Celso Furtado, entre 1959 e 1964, Chico de Oliveira foi convidado por Octávio Ianni, no final da década de 60, voltando ao Brasil, “para participar de um projeto de pesquisa ligado ao tema do planejamento, dentro do qual o sociólogo pernambucano ficaria responsável por pensar a questão regional”. Contudo, o “trabalho não avançou, mas foi vinculado ao CEBRAP [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] que Oliveira pôde realizar suas primeiras grandes pesquisas sobre a economia brasileira”.

A trajetória de Oliveira não tinha, até então, grande semelhança com a de seus novos colegas. Formado em Ciências Sociais pela Universidade do Recife, sua cidade natal, nos anos 1950, ele se dedicou desde cedo ao trabalho em órgãos públicos, como o Banco do Nordeste, sempre na área de economia. Em 1959, ele

chegou à recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde logo se tornaria o substituto imediato do diretor, o economista Celso Furtado. Oliveira atuou na Superintendência até o golpe de 1964, na sequência do qual acabou preso por dois meses. A partir da brusca interrupção de sua carreira como servidor público, o jovem sociólogo retomou os estudos por conta própria e seguiu para o exílio. Passou pelo Chile e pela Guatemala antes de se fixar no México, onde atuou vinculado ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, como pesquisador e professor, durante dois anos. Lá ele se tornou amigo de Gabriel Bolaffi, ex-colega de Roberto Schwarz e Michel Löwy no curso de ciências sociais da USP (MENDES, 2018, p.556).

Em retorno do exílio, portanto, chega ao Brasil, no fim da década de 60 e atua em empresas privadas antes da anuência ao convite de Ianni para ser parte do quadro do CEBRAP. Nesse ensejo, “Sua entrada para esse Centro foi decisiva para que a carreira acadêmica se tornasse viável e, também, para que o sociólogo, formado no coração do nacional-desenvolvimentismo, entrasse em contato com o marxismo acadêmico cultivado pela Escola Paulista” (MENDES, 2018, p.556). Fincando pés no estudo marxista, tradição arraigada no estudo dos intelectuais uspianos do Seminário Marx ou Seminário d’O Capital, formadores do CEBRAP, o autor publicou, em 1972, seu famoso ensaio designado por *Crítica da Razão Dualista*, onde passou a confrontar a ideologia cepalina (CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina).

Destaque-se, em meio ao exílio, o autor já desenvolvia incipientemente um texto acerca da SUDENE, pesquisa que seria direcionada na volta ao Brasil a uma possível orientação de mestrado com Florestan Fernandes, entretanto, projeto frustrado e visto retrospectivamente por Oliveira como uma frustração positiva, uma vez que seu “afastamento” das concepções desenvolvimentistas de Furtado ainda era incipiente e, por isso, corruptor da análise projetada (do projeto frustrado com Florestan, resultaria, de modo teoricamente mais maduro, sua relevante obra *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, de 1977).

Seria preciso tecer algumas notas, em particular, sobre a SUDENE e a reflexão de Oliveira. Isso porque, em meio ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e em meio ao desenvolvimento desintegrado da colônia brasileira (um “arquipélago social”, ilhas de produção desmembradas), o engendramento de “regiões” de especial reprodução do capitalismo e de especial conflito de classes, demonstravam ao claro a fragmentação social do país. Para Oliveira, a SUDENE, criada em 1959, proposta de

Furtado a Kubitschek, não só pretendia edulcorar e até extinguir as consequências da degradação e desnivelamento regionais, como, subjacentemente, expandir possibilidades de manifestação popular, de aparecimento de lideranças e movimentos no concerto da galvanização econômica do Nordeste, isto é, facultava a possibilidade de que o crescimento econômico viesse conjugado com o progresso social e a atividade política popular. Porém, o escrutínio posterior do sociólogo, em distanciamento do ideário desenvolvimentista, acossou o projeto que teve suas intenções derruídas e invertidas:

O avanço do capital do Centro-Sul para o Nordeste se deu por meio de uma série de incentivos fiscais que compunham o padrão planejado de intervenção econômica regional da SUDENE, sobretudo após o golpe de 1964. Seu efeito imediato foi a destruição das velhas estruturas de reprodução do capital na região. “Quanto à burguesia industrial nordestina, esta pagou um preço que jamais sonhou; e sua existência é ‘irrepetible desde siempre y para siempre’, para retomarmos os termos admiráveis de Gabriel García Marquez”. Até mesmo a “região” algodoeiro-pecuária, aliada da burguesia industrial do Sudeste, estava condenada: “sobreviveu apenas para poder escrever, se souber – e na maior partados casos, não o saberá – o seu próprio epitáfio” (MENDES, 2018, p.561)

Dessa forma, segundo Oliveira, a SUDENE se comprometeu, principalmente após a inflexão bonapartista 64, à expansão dos monopólios internacional-associados/centro-sul, derrogando uma verdadeira noção de planejamento, desenvolvimento e integração nacional. Tratava-se de equacionar o “problema regional”, porém, ao arrepio das primeiras intenções, isto é, esbulhando o desenvolvimento do capital regional e a propositura do progresso social e a possibilidade candente do ativismo popular democratizador. Logo, a “apreciação da estrutura da SUDENE e de seus efeitos surge colada, em *Elegia*, a uma avaliação nada positiva da atuação política da Superintendência”, mesmo “no período 1959-1964”, embora o fato de que “Francisco de Oliveira até reconhece a ambiguidade de algumas de suas práticas, em geral decorrentes da tática de não enfrentar os grandes adversários, como os latifundiários, mas essa característica, num cenário em que o conflito era inevitável, levava o órgão a pender para o lado dos interesses da burguesia do Sudeste” e, até, “eventualmente, das oligarquias regionais”. Ademais, “O órgão também se omitia diante dos programas assistencialistas da Aliança para o Progresso e da USAID, que pretendiam esvaziar o movimento camponês da região” (MENDES, 2018, p.562).

É certo, entretanto, demarcar que o rompimento com a utopia nacional-desenvolvimentista já abrolhara desde 1972, na badalada e debatida *Crítica à razão dualista*. Conquanto não se possa deixar de contornar que “Os resíduos nacional-desenvolvimentistas atravessam todo o seu texto [*Elegia*], não apenas as passagens mais sentimentais, tomadas por certa nostalgia”, texto posterior à *Crítica*. E mesmo após *Elegia*, “quando as sucessivas mudanças na conjuntura política do país atraíram Oliveira para novos debates e projetos, aquela lembrança um tanto melancólica das promessas frustradas do desenvolvimentismo nunca abandonou por completo sua produção” (MENDES, 2018, p.565). Ressalva feita, seguindo nosso intento, devemos alinhar alguns dos superiores e refulgentes méritos da *Crítica à razão dualista*.

Publicado em 1972, na segunda edição da revista *Estudos CEBRAP*, a obra de Oliveira marcou o espaço dos debates sobre o destino socioeconômico brasileiro, reiterando disputas de posições teóricas internas ao CEBRAP, principalmente aquelas pertinentes ao debate com Fernando Henrique Cardoso, como engrossou a malha de assertivas que apontavam as falhas do desenvolvimentismo outrora em voga pelas frentes da CEPAL e de Celso Furtado. Oliveira atinge o cerne dos desenvolvimentistas, tendo por mote a tônica abstrativante do discurso que, projetando o planejamento em consonância com sua “paixão reformista”, derogava uma análise detida e satisfatória sobre as particularidades dos conflitos de classes no continente. Nesse ensejo, a “crítica pesada do autor revelava a violência da ruptura que, para ele, significava não apenas um acerto de contas com o seu passado, assumidamente furtadiano, mas também sua entrada definitiva no grupo de marxistas do CEBRAP” (MENDES, 2015, p.82).

O acerto de contas com seu liame “economista heterodoxo”, isto é, com sua fase de burocrata do Banco do Nordeste e aprendiz de Celso Furtado na lida interna à SUDENE, inspirou no autor uma crítica decidida e convicta, a despeito de ajuizar que a crítica ao desenvolvimentismo indicava seu mérito em relação a outros economistas conformistas, ortodoxos ou keynesianos. Nesse diapasão, um “trabalho que serviu de referência para a elaboração da *Crítica à razão dualista* foi *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil*, de Maria da Conceição Tavares e José Serra, publicado pela primeira vez, em 1971”, texto que, segundo Chico de Oliveira, já circunscrevia lacunas do desenvolvimentismo cepalino. Ainda, “outro estímulo para a elaboração do ensaio partiu da discordância com algumas ideias que o colega de

CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso, levava para as discussões no Centro” (MENDES, 2015, p.83), principalmente, tendo em conta o livro *Autoritarismo e democratização*.

Quanto à teoria do desenvolvimentismo, se tratou de esmiuçar um duplo problema: o dualismo entre “atraso” e “moderno”, que deixa de exercer a escavação correta da formação social brasileira, denegando a orgânica “simbiose” entre “atraso” e “moderno”. Ademais, a hipertrofiação do polo exterior na trama centro-periferia (outra face do dualismo) que incide na crítica aos óbices externos e, mais uma vez, torna rarefeita a reflexão do capitalismo à brasileira, de suas possibilidades, horizontes e integração mundial, em cotejo com a lapidação teórica de uma plenipotente unilateralização voluntarista de exigências normativas nacional-reformistas. No que concerne à ditadura, “o crescimento econômico logrado no final dos anos 1960 se deu graças a uma mudança de foco do programa econômico do governo, que decidiu lançar o ônus do combate à inflação nos ombros da classe trabalhadora”. Calcado na marca da superexploração do trabalho, “O Estado voltou a investir na economia, mas impediu que o custo da mão-de-obra aumentasse e interferisse na acumulação”, sendo que essa “ação é confirmada pelos dados, apresentados por Oliveira, que comparam a concentração de renda em 1960 e em 1970: em dez anos, esta avançou consideravelmente sobre uma base anterior que já era assustadora”. Segundo Oliveira, ainda, a compressão dos salários não seria uma marca apenas da ditadura

Francisco de Oliveira dialoga diretamente com teses de Maria da Conceição Tavares e José Serra. E, em geral, empenha-se em refutá-las. Discorda, em primeiro lugar, da interpretação de que a crise de 1964 teria causas estritamente econômicas relacionadas a uma incapacidade de inversão do sistema gerada, entre outros motivos, pela elevação do salário dos trabalhadores. Oliveira nega esse suposto incremento ao apresentar dados sobre a queda do salário real e sobre a crescente distância entre os ganhos do capital e do trabalho. Além da refutação sobre bases econômicas, o autor aponta o acirramento da luta de classes como o verdadeiro empecilho à acumulação no pré-1964. (...) A superexploração do trabalho em que se baseou o milagre brasileiro era garantida pelo aparato repressivo. Para Oliveira esse fenômeno não ocorria por um motivo banal ou sádico: a elevadíssima taxa de lucro conquistada pelas empresas do topo da pirâmide produtiva servia para alimentar ainda mais a concentração através do estímulo à formação de monopólios. O excedente era reinvestido na aquisição de unidades produtivas menores e permitia a expansão de setores que dependiam dessa centralização para sobreviverem. Outra parcela do lucro se convertia em capital financeiro, com o surgimento de inúmeros bancos de investimento ligados diretamente a indústrias (MENDES, 2015, p.97)

Cabe destacar, finalmente, que suas reflexões na década de 80 e 90, bastante influenciadas pela sua estadia na França no período 82-84, foram convictamente distintas do marxismo voraz que marcou sua inclusão no CEBRAP, desde 1969, gerando bons e eternizados frutos teóricos na década de 70. Inspirado pela passagem francesa, isto é, pela refulgência socialdemocrata, o autor do CEBRAP edulcora, nas últimas duas décadas do século XX, seu apanágio marxista. Passa a esfumçar a divisão entre reforma e revolução, assim como crispa a vitória democrática como conquista tático-defensiva inclusa em um plano estratégico, naturalmente, mais amplo. Enfim, a conquista do direito social e do progresso social deixam de ser mera conquista tático-defensiva para serem, por si só, a vitória estratégica. O autor depositava no PT suas fichas, observando que o partido que reivindicava a democratização da democracia, o aperfeiçoamento das instituições e efetividade da participação popular poderia, com a consolidação expansiva do direito político, carrear uma outra “esfera pública” de lutas, calcada na progressão de direitos sociais e no degrado do elitismo político brasileiro, conciliatório e homogeneizador de divergências. Não é de assustar que a inflexão teórica de Chico de Oliveira tenha recebido influências consideráveis, para não dizer centrais, nessa época, de Adam Przeworski, Habermas e Ranciere (MENDES, 2015). Além disso, dois livros são simbólicos desse período socialdemocrata, *O Surgimento do antivalor* (1988) e *Os direitos do antivalor* (1998). Mais simbólico ainda de sua obsessão pela socialdemocracia foi a estipulação conceitual de um “modo de produção socialdemocrata”. O Partido dos Trabalhadores pautava, em sua incipiência, tanto a distinção do elitismo do MDB, oposição circunscrita à burocracia de estado, quanto do passado totalitarista/stalinista da esquerda PCBista, assim como do sindicalismo corporativista varguista. Ao mesmo tempo que, alvissareiro, comemorava seus méritos populares, em pretensa lapidação antiestatista, o PT almejava uma solução politicista, afogando a manifestação operária que nascera derrogando o âmagô ditatorial e do capital brasileiro: a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração do trabalho e pelo direito ampliado de greve. Logo, apostando na democratização da democracia e no aperfeiçoamento das instituições, levava o caldo insigne da ira popular ao caldeirão mais degradado e depauperado do politicismo: o institucionalismo. Destarte, conspurcava o tecido da revolta popular, a potência que dilapidava a conciliação pelo alto, a luta econômica que poderia saltar a conquistas estratégicas, pondo em seu lugar o redemoinho da ordem política, a aposta na pletora dos

complexos do estado (ainda que se apresentasse como antiestatista), melhorados por dentro para “fazer caber” as exigências populares irreprimíveis. Tampouco surpreende demarcar que, em 1982, o PT, que era ainda um farrapo que se iniciava no caráter mandrião e ardiloso da política brasileira, aprendia, solerte e agilmente, a despeito de suas frações internas mais à esquerda, que a sustentação de slogans como “um partido sem padrões”, “vote no 3. O resto é burguês”, arriscava sua afinidade com o “amplo” eleitorado.

O confronto entre um possível Brasil moderno e as peias do arcaico se demonstraram na fase seminal de 20-30. Resta claro, que esse “confronto” não adquiriu formas de conflito desenfreado, no entanto, o tributo ao arcaico não encampou a mais perfeita lisura, o que remeteu a uma *oscilação de acordos por cima* ou *conciliação pelo alto* entre classes dominantes distintas. Sintoma, não epifenomênico, foi o predicado cultural do modernismo, que na sua vastidão de objetivações estéticas irracionalistas elevou a raiz geográfica, a “brasilidade” e o ruralismo a ativos autênticos de uma substância nacional ou caráter brasileiro a se realizar contra a “decadência” urbano-industrial iminente.

Para finalizar essa seção, a exemplo do contexto citado acima, Carlos Berriel (1987), outro marxista de relevo, embora não tão conhecido quanto os anteriores, em seu exame da obra *Macunaíma* de Mário de Andrade, nome ciclópico de nossa “vanguarda” literária, demonstrou como o romance preconizou, junto aos insumos influentes do irracionalismo europeu, considerar a São Paulo capital como uma imagem da “civilização” no sentido spengleriano. Quanto a isso, cabe ressaltar, que a civilização seria o estágio final, de declínio, de arrefecimento da substância de uma cultura; estado em que as instituições perfazem algo artificioso, quando o elemento cósmico de uma raça, compartilhado em seu tempo áureo, perde, por necessidade natural dos ciclos, o viço primordial unitário (BERRIEL, 1987).

A civilização seria, para Spengler, o vulto, a sombra de uma cultura quedada, que não tem “ânima”, nem espírito, que não apregoa união cósmica. Na civilização, o pulso movente é a máquina e os homens estão desprovidos e órfãos de tradição, são títeres da máquina, inteligentes e desdenhosos, aqueles em que a vida não tem sentido cósmico, são massa amorfa, predicado e “afeitos aos fatos reais”. A civilização, representada de maneira expressionista em *Macunaíma* ao descrever São Paulo (BERRIEL, 1987), é o império da máquina, onde se domina o homem, desprezando o criador, subordinando,

outrossim, o humano; no caso brasileiro, é a importação de uma civilização alheia que já está corroída e decadente. Tratava-se, do que *Macunaíma* busca assentar (BERRIEL, 1987), de fazer valer uma cultura nascente e viçosa, autêntica pois em sintonia com a força geográfica e climática, donde a raça poderá abrolhar em sua substância, cultura e tradições próprias, onde o barulho dos carros e o vapor das máquinas industriais não poderão vigorar.

Ainda sob a sombra da influência de Spengler, Berriel (1987) conduz à captação de elementos bastante típicos do irracionalismo alemão na obra *Macunaíma*. Segundo Carlos Berriel, as noções do irracionalista europeu, existência e fala, opostas às noções vigilância e idioma, se preservam na crista dos escritos andradianos. Em termos mais detalhados, não se trata bem de uma oposição direta entre as noções, mas da proporção e predomínio de uma espécie sobre outra. Na cultura autêntica vigoraria a existência, algo orgânico ao que há de substancioso na raça, assim como haveria uma comunicação insofismável e irracionalizável, a fala, expressão própria da raça, comunicação tácita. Nas articulações civilizatórias, no momento de declínio cultural, predominam a vigilância e o idioma, sendo o último o traço racional, codificável, expresso, explícito da comunicação.

O que se pode notar, segundo a pena de Berriel, é que persevera também no irracionalismo à brasileira do artista modernista alguma influência de Hermann Keyserling. No apreço pelo “ser” (*sein*) em detrimento das capacidades, o que se ocasiona, em sentido mais amplo, é a crítica relativa da razão e da técnica, a crítica do invólucro urbano, e do iluminismo, tudo em uma mesma cajadada que é refringente ao histórico e à composição correta das mediações. A influência do irracionalismo adequado à orgânica do protesto ideológico à brasileira fecunda uma crítica que dissipa certas pertinências da realidade efetiva: que olvida que o projeto racional e universalista no Brasil nunca houve (pois, que se ausentou a categoria burguesa revolucionária), e que a tenacidade da miséria da razão burguesa (conservadora e manipulatória), reinante também no território europeu à época, foi nosso fio condutor desde o início.

Dentre os vários filósofos e pensadores que exerceram influência sobre Mário de Andrade, e em particular atuaram no plano das idéias da composição de *Macunaíma*, Hermann Keyserling foi o único que recebeu os créditos diretamente. Num dos prefácios "inéditos" do romance, explicou Mário de Andrade que "os valores nacionais que o animam (a *Macunaíma*) são apenas o jeito dele possuir o 'Sein' de Keyserling a significar, imprescindível a meu ver, que desperta empatia. Uma significação não precisa ser total pra ser profunda. É por meio do

'Sein' (...) que a arte pode ser aceita dentro da vida. Ele é que faz da arte e da vida um sistema de vasos comunicantes, equilibrando o líquido que agora não turtuveio em chamar de lágrima. (BERRIEL, 1987, p. 115)

Quanto ao quadro de elementos culturais mencionado, apenas queríamos demarcar que na esfera da própria arte, e destarte, da ideologia, se manifestou um teor de determinações reflexivas em termos das modificações no complexo econômico, específica e peculiar ao artístico, cheia de meandros não tratáveis neste momento. A “conciliação pelo alto” no solo social brasileiro, que não deixa dúvidas, encaminhou-se como *oscilação de acordos* entre as classes oligarcas e industriais, se consignando em trama mais complexa do que poderia supor simples abstração irrazoável. O elevado tributo que o novo teve de pagar ao velho se deu, entre outras determinações, pela não passividade deste mesmo velho conjugada ao desfibramento deste novo que aparecia hipertardamente.

A emergência do vetor industrial na sociedade brasileira forçava naquele momento um novo acordo entre as elites brasileiras - a rural tradicional e a adventícia urbana. A nova conciliação destas elites, gerando um padrão de sociabilidade marcado pela hegemonia das formas arcaicas ao mesmo tempo em que permite ao moderno emergir como problema, marca o período de composição de Macunaíma. A tensão entre o novo e o velho do ponto de vista social é, sinteticamente, a protoforma deste romance. A oscilação entre o gênero romance e o gênero rapsódia é manifestação desta tensão, do ponto de vista formal. (BERRIEL, 1987, p. 163)

Levantadas as contribuições insignes desses cinco autores, tratou-se de, neste instante primígeno, apresentar o problema que temos pela frente. A larga problemática da aproximação teórica quanto à formação social brasileira é seminal para a crítica ontológica desta Tese, e, como aduzimos, demanda uma obra própria que pudesse sequenciar o acervo monumental no qual se delineasse o “concerto de concordâncias e contradições” da vastidão, da miríade de obras relevantes já objetivadas sobre o tema. A grandeza do tema – a questão nacional - já se divisa pela quantidade e qualidade dos nomes listados e pelo apreço sumaríssimo que fizemos, que não conta sequer com parcela significativa de toda aglutinação crítica que o tema proporcionaria.

A riqueza de obras, as sucessivas perspectivas, até dentro da inflexão marxista mesma, dotariam ao pesquisador, portanto, um exame de fundo e fôlego. O patrimônio teórico

que ora citamos, funciona, decerto, mais do que como tal “acervo monumental”, sendo repleto certame de insumos científicos e ideológicos que apontam também para as possibilidades objetivas de apreensão de cada época por autores tão capacitados. O caráter hipertardio da modificação capitalista das categorias humanas no seu multiverso objetivo no Brasil remete também ao apanágio jejuno das organizações da esquerda brasileira, à novidade da configuração das categorias sociais adstritas à lentidão, estocadas e estagnações do avanço industrial, do “capitalismo verdadeiro”, o que torna ainda mais valiosas as teses dos autores até aqui apresentadas. Vamos agora delinear a contribuição chasiniana ao problema histórico da formação nacional brasileira e, logo após, atualizar o problema da inserção brasileira no capitalismo globalizado, ratificando a refringência ao ideário nacional-desenvolvimentista.

2.2 Elementos da miséria brasileira

J. Chasin (2000) retoma parte da fulgurante e incisiva *Crítica do Programa de Gotha* em que o autor de Trier assume que há no mundo um espraiamento do capitalismo, contudo, mais ou menos desenvolvido nas localidades. Isto é, mais ou menos desenvolvido no sentido do evoluir industrial clássico. Nessa risca, Marx assevera que nesses países variados há uma miríade de formas de ser do estado, o que, por sua vez, é bastante relevante já que impediria de se falar em um “estado em geral”. O que se pode generalizar, porém, é que esse estado não tem uma história própria e autorreferenciada, mas que está assentado nas sociedades civis que, como base e elo tônico, o sustenta. De outro lado, os capitalismo mais ou menos desenvolvidos não desmentem o elemento universal que os engendra, sempre tendo em conta a entificação particular.

(...) para anotar que as diferenciações possíveis sobre a mesma anatomia são dadas 'como enormes, basta reproduzir o contraste estabelecido por Marx entre a "república democrática" que implica o "reconhecimento do que se chama a soberania do povo" e que já vigora na Suíça, nos Estados Unidos, etc., e que não existe de modo algum no interior das fronteiras do Império alemão", e o estado prussiano "que não passa de um despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem policial, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas". Mas, grife-se com toda força, não se trata de qualquer combinatória de ordem aleatória. (CHASIN, 2000, p. 38)

Ao abordar a *via prussiana*, inspecionada no capítulo anterior, citada como aproximação ao caso brasileiro, o autor brasileiro a define como:

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lênin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho trata-se de um itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso: "Ao invés das velhas forças e relações sociais, serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da 'via francesa' ou da 'via russa', a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo 'pelo alto' que exclui inteiramente a participação popular" (CHASIN, 2000, p. 39)

Na própria *Introdução da Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx alertava sobre o fito característico alemão, qual seja, ser um país contemporâneo filosoficamente, conquanto não se prestasse à contemporaneidade política e econômica. Em verdade, o país ajuntava em si o que haveria de pior e putrefato do passado e o solfejo decadente do presente, não sendo participante das benesses do progressismo capitalista. Em outro trecho, retomando Lukács que, por sua vez, se baseia em Engels, aponta que para cada solução progressista contra o passado feudal na França ou na Inglaterra, se achou uma solução reacionária na Alemanha (CHASIN, 2000). A Alemanha cumpriu, a partir de 1869, as tarefas do erguimento econômico burguês. Outrora, burguesia atrofada e caudatária, só se impôs no campo econômico em vínculo com o brio inelutável do antidemocratismo. Renunciando a vitória política pelo feito universalista-republicano, legando o poder ao conjunto da classe burocrática, junker e militar, suspendendo um controle direto da burocracia de estado, que, em contrapeso, pressupunha e anelava-se ao burguesismo, enredando o avanço da economia burguesa e repostando privilégio político dos antigos poderosos econômicos.

Evidentemente que com um retardo de aproximadamente um século com relação aos casos clássicos, e sob condições político-sociais totalmente 'diversas': "A supressão do feudalismo, se queremos ser positivos, significa a instauração do regime burguês. À medida que caem os privilégios aristocráticos, a legislação se toma burguesa. E aqui nos encontramos no próprio âmago das relações da burguesia com o governo. Vemos que o governo foi constrangido a introduzir essas reformas lentas e medíocres. Mas, à burguesia ele apresentou cada uma dessas' pequenas concessões como um sacrifício - feito aos burgueses, como uma concessão arrancada à coroa, e a muito custo,

concessão em troca da qual os burgueses deviam, por sua vez, ceder um pouco ao governo". Em poucas e precisas palavras de Lukács: A natureza real da Alemanha é a do compromisso surgido com a forma bismarkiana do Estado alemão graças à necessidade do desenvolvimento econômico" (CHASIN, 2000, p.41)

Caracterizando o novelo da via prussiana, tributário do passado, a dominação política preserva o privilégio das antigas classes dominantes, ao mesmo tempo em que concede de modo paulatino o desenvolvimento burguês, em que a mediação estatal reponta com protagonismo catalisador. Nesse caso contrarrevolucionário por gênese, há uma simbiose, onde as forças e categorias econômicas se engendram sem classe revolucionária e sem ideologia progressista, prescindindo do bordado da sociabilidade ascendente burguesa, ou seja, dilapidando qualquer vaticínio de um sonho universalista ou ruptura peremptória com o atraso feudal. Georg Lukács é quem vai, nas barbas de Marx, Engels e Lênin, promover continuidade de concreção desse processo degradado, chegando ao fato cabal do nazismo como renovação perversa do quadro particular de objetivação desse capitalismo inóspito.

Nesse diapasão, “a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, tendo por eixo a conciliação entre o novo emulgente e o modo de existência social em fase de perecimento”. Por conseguinte, “inexistindo a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas”. Nesse caso, “Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação” aquelas “condições de sua existência e progressão”, ou seja, avanço econômico mediado pela negociação escusa e conservadora no campo burocrático-político. Diante dessa “transformação pelo alto o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se reúnem os pecados de todas as formas de estado" (CHASIN, 2000, p. 42).

Chasin, no bojo dessa recuperação, deslinda a diferença, o contraste, entre a formação brasileira e a *via prussiana*, embora assuma que são casos assemelháveis, porém, que ao tino de Coutinho, não se poderia apenas assumir a *via prussiana*, por assemelhável que fosse, sem demonstrar uma divisa bastante central entre os casos, aquela que pudesse dar

representação mais específica do arvoreamento brasileiro. Não se trata de estabelecer que Coutinho use a via prussiana como modelo, resta claro, Chasin nega essa tese adstringida e imputativa, mas afirma que ele, como outros marxistas de renome, tomou a via prussiana como *exemplar*. José Chasin, em seu escrutínio característico, vai em busca de demonstrar que aquilo que aparece como exemplar é apenas assemelhável, mas que não pode ser definidor e referência final do caso brasileiro. Nesse diapasão, Chasin lapida de modo refulgente como há semelhanças na via prussiana e no caso brasileiro pelas quais: os dois têm a propriedade rural como decisivas, a conciliação pelo alto (contrarrevolução), e o retardo no processo de desenvolvimento das forças produtivas pela pressão adversa e refringente das categorias sociais refratárias:

Nessa linha de raciocínio, a conexão que se está indicando situa-se no plano de certas determinações gerais, de algumas abstrações operadas em relação ao concreto da particularidade do caminho prussiano. Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil, quanto da, Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo "alto" caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclue as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progresso da indústria, isto é, do "verdadeiro capitalismo", do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que o novo paga alto tributo ao velho (CHASIN, 2000, p. 44)

Se se pode admitir que as três características acima citadas são abstrações razoáveis que estão nas duas entificações (prussiana e brasileira), ao mesmo tempo se pode apossar da ideia de que essas generalidades centrais perfazem um conjunto de determinações divergentes; ou seja, as próprias semelhanças, se analisadas na "síntese de múltiplas determinações" (MARX, 2011), são entificações diferenciadas. Abstratamente tomadas, podemos ver as semelhanças como distinção enérgica dos casos de entificação clássica, porém o que mais os separa da entificação clássica do que "os identifica entre si" (CHASIN, 2000).

Dessa forma, se os predicados abstratos como o caráter decisivo e fundante da propriedade rural são generalidades aceitáveis, é mister, no processo de concreção, acenar para a fisionomia concreta das singularidades, revigorando a teoria das abstrações de Marx. Isso se dá ao passo que a atrofia do capital industrial alemão (e de via prussiana, em geral) se revolve tardiamente, se põe sobre os próprios pés, ao passo que a reviravolta brasileira se tonifica hipertardiamente e de modo *incompleto*, e ao revés, sem decompor o caráter *subordinado* da burguesia brasileira:

isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se, está indicando “uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto” no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo, da economia mercantil pela empresa colonial. Do mesmo modo quanto à expansão das forças produtivas. Em “ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação ao. casos clássicos. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a “industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio. (CHASIN, 2000, p. 44-45)

Chasin admite e alerta, ademais, que a *via colonial* própria a alguns países precisa ser concretamente verificada, ou seja, também não pode se tornar modelo ou determinação exemplar aproximativa a ser utilizada sem a mais perfeita perquirição do diagnóstico concreto da entidade particular-singular. Outrossim, no conjunto das formas de ser não clássicas, ficam delineadas a via prussiana e a via colonial, que clarificadas, demonstram-se distintas, mas não definidoras por excelência do “não-clássico”. Antes de tudo, se se pode dizer que pagam alto tributo ao velho, pagam tributo a uma forma de ser derruída que não é a mesma.

Continuando no enalço do capitalismo tardio e hipertardio, nosso autor retoma Paul Singer que descreve o efluir prussiano: entre 67 e 70 houve a unificação na Alemanha, Itália a Japão, ou seja, salto burguês promovido 100 anos depois do começo da revolução industrial na Inglaterra. Em 1860, a maioria da Alemanha era formada por trabalhadores agrícolas e artesãos. O sistema de corporações ainda permanecia em alguns lugares, e a

manufatura era também predominante sobre a grande indústria. De 1860 a 1913 a produção industrial alemã mais do que setuplicou, o que significou ficar atrás apenas dos Estados Unidos e ultrapassar Inglaterra e França na produção industrial. Vejamos alguns trechos citados por Chasin:

A progressão industrial da Alemanha, favorecida pela anexação das regiões ricas em jazidas de minério de ferro da Lorena, foi, principalmente, apreciável no que concerne à produção siderúrgica, cujo índice passou de 4 a 100 entre 1860 e 1913, enquanto que a indústria da hulha viu aumentar seu índice de 12 a 100 e a indústria têxtil de 16 a 100. Enquanto o índice geral da produção industrial havia se multiplicado por sete, o da Grã-Bretanha se multiplicou por menos de três e o da França por quatro; unicamente os Estados Unidos experimentaram uma progressão mais rápida - o coeficiente foi de doze - a ponto que a produção industrial alemã que representava 90 por cento da americana em 1860, somente representava em vésperas da Primeira Guerra Mundial 40 por cento da produção americana (SINGER apud CHASIN, 2000, p.47)

Seja como for, Chasin destaca que os três casos sobreditos (Alemanha, Itália e Japão) se tratam de objetivações capitalistas tardias que não caminham com o progresso social e político, e que atingem o marco imperialista no início do século XX na busca recompensatória do atraso. Na Itália, também, Gramsci marcou uma revolução passiva da burguesia, algo parecido ao ocorrido na Era Meiji (1868-1912) no Japão, que conciliou com o feudal, ao mesmo tempo que em Bismarck, Alemanha, também se efetivou a conciliação pelo alto.

E é assim que elas comparecem e se põem, em suas debilidades, como elos da cadeia imperialista. Elos débeis, e de debilidades distintas em grau e natureza, mas elos da cadeia imperialista, ou no dizer de Poulantzas: "Vejamos, agora, o caso italiano, que é bastante distinto do caso alemão. Todavia, pode-se descobrir uma similitude característica se se tem em conta - e somente assim - o lugar da Itália na cadeia imperialista. A similitude reside precisamente na debilidade do elo italiano na cadeia. Esta debilidade não se deve às mesmas razões que a do elo alemão: ainda que apareçam semelhanças relativas em caracteres 'isolados' de ambos os casos, estes caracteres não podem, enquanto tais, fundamentar o parentesco das duas formações. São seus efeitos, distribuidores de lugares na cadeia que assumem importância. Dito de outro modo, é a cadeia imperialista ela própria que detenuina a homologia dos efeitos - fragilidade dos elos - devidos em cada caso a razões diferentes" (CHASIN, 2000, p.49)

Por fim, outro marco do capitalismo tardio alemão foi a insuficiência em uma série de insumos básicos minerais. Isso se adensava como preocupação político-econômica na medida em que não possuía grande número de colônias como França e Inglaterra, ou seja, que não tinha vultura de matéria-prima e nem de vasto mercado consumidor à disposição do pleno manejo explorador-colonialista. Enquanto França e Inglaterra escoavam grande parte de sua produção para colônias, a Alemanha conseguia exportar cerca de meio por cento de sua produção para as colônias quase inexistentes, o que assenta explicações relativas, mas em linhas decisivas, da Primeira Guerra Mundial.

Adite-se, complementarmente, atentando exclusivamente para a linha básica da asserção, que "Também no plano da política exterior o jovem Reich se considerava uma 'nação tardia'. Conservadores e liberais coincidiam na convicção de que a Alemanha devia neutralizar o mais rapidamente possível a vantagem das grandes potências. Ambos consideravam uma reivindicação natural conseguir a hegemonia na Europa Central e participar na distribuição e penetração colonial e político-econômica do mundo. (...) Hitler recebeu esta herança depois de que a República de Weimar não pode resistir ao confronto com um revisionismo radical que, no final de contas, queria anular os resultados da guerra. Hitler tentou solucionar violentamente esta problemática dando um forte giro do expansionismo político-colonial ao continental imperialismo." (CHASIN, 2000, p.50)

Retomando Lukács em *Goethe e sua época*:

Na sequência do estabelecimento reacionário da unidade alemã, esse atraso se apresentou ideologicamente sublimado e estilizado, como se precisamente aquela Alemanha estivesse chamada a superar as contradições da democracia moderna em uma 'unidade superior'. Não é casual que o antidemocratismo se tenha constituído pela primeira vez como concepção de mundo naquela Alemanha atrasada, nem que no período imperialista a Alemanha tenha ocupado o primeiro lugar na função de produzir ideologias reacionárias. Porém o decisivo é que logo a grande velocidade de desenvolvimento do capitalismo tardio na Alemanha fez do Reich um estado imperialista de primeira ordem. Um estado imperialista, contudo, cujas possessões coloniais e cujas esferas de interesses mostravam-se desproporcionalmente pequenas, comparadas com sua força e com as pretensões de seu capitalismo. Este é o fundamento último de que a Alemanha tenha tentado por duas vezes forçar uma nova divisão do mundo mediante guerras totais. (LUKÁCS apud CHASIN, 2000, p. 51)

Acerca do compasso da decadência, o autor marxista brasileiro explica que muito da deficiência analítica no que tange ao fascismo é o esquecimento atroz e pernicioso dessa ossatura basilar do capitalismo tardio. Ou seja, persistência do insumo politológico ou politicista ao analisar o fascismo, desvio que reduz o fenômeno, perdendo de vista a totalidade articulada e os pesos reprodutivos. A peia culturalista e politicista é tão depauperada que retomando Henri Lefebvre, Chasin demonstra como a práxis social nacionalista extremada na França não desembocou em fascismo, uma vez que a democracia consagrava meios políticos e ideológicos melhores para a imposição do imperialismo e da dominação colonial.

No Brasil, resta claro, a conciliação pelo alto envolveu todo antidemocratismo e contrarrevolução preventiva, não impondo no início do processo o sonho universalista de emancipação da massa proletária. Em 20 e 30, quando os países de capitalismo tardio já se encontravam na marcha industrial e como elos débeis do arranque imperialista buscando renovar a divisão do mundo pelo modo bélico-expansivo, no Brasil, inicia a se dar como transparente que a manutenção do país pela via agroexportadora era perniciosa. Já não se sustentava a vida nacional, as crises sequentes do café auspiciaram o início da industrialização, marcando que o processo de estreitamento da economia brasileira é configurado por uma relação internacional-imperialista de manutenção da canga atrofica industrial e de um capitalismo dependente que tinha como epicentro a Inglaterra.

Para devidamente avaliar a estreiteza e desfavorabilidade das condições sob as quais principia a emergir o "capitalismo verdadeiro" no Brasil, basta considerar, o que é essencial, que "Concretamente as condições (...) levam à reiteração da chamada 'vocalização agrícola' do país, especializando-o ainda mais na produção de mercadorias de realização externa. O aprofundamento dessa especialização fez com que o financiamento da realização do valor da economia agro-exportadora fosse, também, e não por acaso, externo. Este ponto, fundamental para a compreensão do processo, formava uma espécie de círculo vicioso: a realização do valor da economia agro-exportadora sustentava-se no financiamento externo e este por sua vez exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agro-exportadora. Simultaneamente, o mecanismo de financiamento externo bloqueava a produção do valor de mercadorias de realização interna. Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agroexportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar os custos da intermediação comercial e financeira externa, operando-se uma redistribuição

da mais-valia entre lucros internos e lucros e juros externos completamente desfavorável aos primeiros; em outros termos, uma parcela substancial do produto não podia ser reposto senão através dos mesmos mecanismos de financiamento externo". (CHASIN, 2000, p. 56-57)

Desse modo, em 1930 principiava uma reviravolta urbano-industrial, que não se excede ao se ter em conta sua real timidez. Em verdade o capital industrial só predominou sobre capital agrário, em termos de lucros, a partir de 1956 no país. Não é, doravante, curiosa, exasperada ou alienígena, a relação entre o ideário ruralista andradiano (ou pliniano, como veremos) e o revolvimento que se iniciava no Brasil.

Fica configurado de vez o absurdo e falência da comparabilidade Brasil-Alemanha, na medida em que, parafraseando Engels, mesmo na melhor das possibilidades, o Brasil nos anos 2000 não estaria no grau da Alemanha de 1913; J. Chasin (2000) refaz a comparação de Engels no sentido de demonstrar que as identificações são forçadas e por muitas vezes politicológicas, novamente, marcadas pela toada politicista, sem buscar o arrimo fundamental do capitalismo verdadeiro, e das bases que fundamentam o terreno político. Outra característica é que a mais perene industrialização em 30 é um avanço em relação ao modus operandi da *via colonial*, isto é, começos de industrialização paralisados. O marco nascente do capitalismo verdadeiro no terreno hipertardio ocorre após as ameaças de avanço frustradas, mas mesmo assim não obtém os resultados em prospectiva.

Para arrematar, nosso autor revigora a tessitura refringente do bonapartismo de 64 sem admiti-lo como momento especial, mas tipicidade caracterizante, que esposa de maneira hipertrofiada os traços mais determinantes do desenvolvimento econômico e político brasileiro. Outrossim, “A política econômica do sistema no poder consiste, grosso modo, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois pólos principais”, ambos refratários ao engendramento do projeto nacional de independência. Posto isso, “de um lado intensifica-se a produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletroeletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias” (CHASIN, 2000, p.85). Pacto mediado pela entrada do capital estrangeiro municiado pela superexploração do trabalho e pelas benesses fiscais quanto às remessas de lucro. Ainda, “Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador. Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país

subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores”, o que desvincula, de modo perene, qualquer crescimento econômico (temporário, que seja) do progresso social dos direitos sociais da massa trabalhadora e da ampliação de seu padrão de vida. Sobretudo, a presença estrangeira “aparece sob a forma de investimentos diretos e muito especialmente de empréstimos”, além do mais, o “arrocho preserva a existência da mão-de-obra barata e faculta a produção de bens, ditos competitivos, para o mercado internacional”. Ao fim e ao cabo, “É da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias”; sem, no entanto, jamais prescindir de seu sustentáculo, isto é, “obrigatoriamente implica também na depressão salarial da massa trabalhadora (...) Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras” (CHASIN, 2000, p.85).

2.3 Em meio à mundialização

Segundo Wilson Cano (2012, p.833) “Muitos países subdesenvolvidos também instauraram processos de industrialização em seus territórios”, entretanto “Poucos, conseguiram ultrapassar, com alguma expressão, a produção de bens não duráveis de consumo e a do simples beneficiamento industrial de produtos primários”. No caso da “América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo e, deles, somente o Brasil avançou na montagem *parcial* do setor de bens de capital”. Assim, perfazendo a contextura atrofica da economia latino-americana, “ao final da década de 1970, esses países tinham uma indústria de transformação cujo produto representava cerca de 23% do PIB, no caso, mexicano, cerca de 25% na Argentina e de 33% no Brasil”.

Efetivado e avolumado o novo ciclo de acumulação do capital, a partir dos anos 70, conjugado com a resposta política neoliberal, tem-se em grande medida um processo que envergonhou os países dependentes à sua assombrada sina. Dessa feita, o endividamento e a desindustrialização, galvanizadas pelos países centrais e seus organismos financeiros, criaram marcas agudas no recrudescimento do subdesenvolvimento. Segundo Cano, “Os dados entre 2008 e 2010 regridem para aproximadamente 19% no México e na Argentina

e a mais aguda, a do Brasil, para 14,6% em 2011” (CANO, 2012, p.833) no que tange à presença da indústria de transformação nesses países. O autor, ainda que não investigue de modo mais detido as razões estruturais, afirmará que o fenômeno se encontra no conceito da “desindustrialização nociva” no qual o processo de industrialização é reduzido não por ter alcançado elevada produtividade e alavancado ao longo do tempo o setor de serviços a primeiro plano. O autor vislumbra, no entanto, em termos mais conjunturais algumas políticas, desde 89 com José Sarney, que consignaram a desregulação e desproteção do capital nacional perante o capital internacional, além da alta taxa de juros empregada no país que constrange o investimento produtivo pela compressão da taxa de lucro, portanto, a própria capacidade de competição do país.

A série histórica do Ambiente Integrado de Desenvolvimento (IDE) no Brasil, feita pelo Banco Central, mostra dados inequívocos: na década de 1980, a participação da indústria de transformação no IDE total girava em torno de 75%; essa cifra cai para cerca de 60% na de 1990 e flutua entre 30% e 40% a partir de 2001. Ao mesmo tempo, a participação dos serviços sobe e, com eles, a das atividades financeiras. O mais grave, porém, é que a média anual do IDE na indústria, o qual girava em torno de US\$ 17 bilhões na década de 1980, sobe para US\$ 25 entre 1990 e 1995, mas cai fortemente a partir daí para US\$ 8,5 bilhões entre 1996 e 2010. Quanto ao investimento interno, também se observam fatos semelhantes, predominando a alocação nos serviços, especialmente no setor financeiro, construção, negócios imobiliários, agropecuária e mineração, sendo hoje mais reduzida a participação na indústria de transformação. Isso é compreensível, pois a produtividade e competitividade da indústria brasileira contiveram-se e, em muitos casos, caíram e foi bem percebido pelo capital. Ao mesmo tempo, houve a guinada de IDE predominantemente americano e asiático para a China em busca de trabalho barato, câmbio desvalorizado e alta competitividade. Por essa razão, ele se mudou, em grande parte, para a China a fim de produzir mais barato, abandonando ou diminuindo sua presença em antigas áreas onde havia tido grande expressão, como por exemplo, a fronteira norte-mexicana. (CANO, 2012, p. 835)

Karl Marx apreendeu desde sua época, o século XIX, as necessidades de expansão do capital, dando precípuas inferências acerca do processo de mundialização do capital. Se este processo se consignou a partir da década de 70 do século XX com mais ênfase, como renovação do ciclo de acumulação do capital diante de anteriores baixas da taxa de lucratividade global (CHESNAIS, 1996), podemos dizer, no entanto, que a globalização é uma “tendência intrínseca” (SOBRINHO, 2019) da legalidade imanente do capital. Sua ênfase não é mais que um destravamento regulatório e uma pulsação redobrada e

mais meandrada dessa “tendência intrínseca”, de modo que o cerne da processualidade contemporânea já fora criticado pela desapiedada empreitada teórica marxiana. Na tônica e necessidade específica de majorar a acumulação por meio da produção e realização de mais-valor, o capital escapuliu das fronteiras nacionais alcançando, a partir dos últimos 50 anos, largo grau de espargimento (CHESNAIS, 1996), espraiando-se em busca dos mercados de consumo, além da busca ferina por condições produtivas em que, principalmente, a precariedade de condições da força de trabalho e desregulações constituem insumo fundamental (FORTES, 2019). Trata-se, dessa feita, de instilar o capital até seu cume, aliando expansão mundial das multinacionais (catalisação voraz do mercado mundial) e a mediação política-jurídica-militar do complexo do estado (de programática neoliberalista) na derrogação dos direitos trabalhistas em consonância com sucção crescente de mais-valor absoluto. Na crista da superexploração do trabalho, encontram-se os países premidos na periferia do capitalismo, entretanto, dispersando-se o capital segundo as condições de maior competitividade e lucratividade.

O exuberante crescimento anual da economia chinesa expandiu sobremodo sua demanda externa de forma generalizada. A nova divisão internacional do trabalho, elevada produtividade e câmbio desvalorizado fizeram, no entanto, com que as relações comerciais com a América Latina passassem a ter a forma clássica da relação centro-periferia, com a pauta exportadora chinesa constituída, fundamentalmente de produtos manufaturados e sua pauta importadora, de produtos primários, ao contrário da estrutura comercial que pratica com o resto da Ásia, UE e EUA. (CANO, 2012, p.841)

Nesse sentido, basta também observar que em relação às exportações para a China “em 1990, era alta a participação dos produtos industriais no total das exportações do Brasil (80,5%) e do México (98,4%) e a dos primários baixa”. Porém, “Já, em 2000, aquela participação começa a cair, fortemente a do Brasil (32,1%) e ainda moderada a do México (96%). Em 2008, caem ainda mais, ou seja, para 22,5% a do Brasil e 72,3% a do México” (CANO, 2012, p. 841) atestando a ampliação da regressividade brasileira. Ao passo dessa redução, “torna-se difícil para o Brasil pressionar e negociar com a China sobre essa estrutura e sobre a invasão de produtos chineses, dado que depois de 2009, a China tem sido responsável por cerca de 60% de nosso saldo comercial total”, o que revigorou a condição brasileira de “celeiro do mundo” como afirmado pelos autores clássicos sobreditos. Não obstante, essa inflexão regressiva ampliada, que confirma o apanágio

atrófico e caudatário nacional, não pode de forma alguma ser reconhecida sem que as determinantes da formação histórica hipertardia e contrarrevolucionária da burguesia brasileira sejam aclaradas, de modo que não se incorra novamente na unilateralização politicista como causalidade unívoca de um processo bem mais complexo e ressaltado nas seções anteriores.

Outros processos, diga-se de passagem, podem ser aduzidos ao processo de renovação da acumulação de capital a partir da década de 70. Entre eles, pode-se citar que o capital financeiro ultrapassa o capital produtivo na obtenção de lucro (CHESNAIS, 1996), tornando-se cada vez mais influente neste, repaginando e refortalecendo a monta da fase monopolista do início do século XX, além de elevada taxa de influência sobre os organismos financeiros e governos nacionais (FONTES, 2013). Além disso, se tem em conta, principalmente no que tange aos países avançados do capitalismo, a alta inserção de tecnologia, que contribuiu para que setores ainda em trâmite manufatureiro migrassem para grande indústria, assim como a grande indústria avançasse ao seu paroxismo tecnológico (PAÇO-CUNHA, 2019), donde se expecta avolumar a valorização do valor pelo mais-valor relativo e a relação assimétrica reiterada por Ruy Mauro Marini como “mecanismo das trocas desiguais”.

Marini também sugere uma tendência global de aprofundamento da exploração da força de trabalho. O autor discorre sobre as condições históricas que desencadearam o processo de globalização capitalista a partir dos anos 1980, nas quais tiveram lugar, entre outros, os limites advindos da expansão da industrialização das economias latino-americanas, que as empurraram para crise, e o recrudescimento do protecionismo nos países centrais ao final dos anos sessenta. Este bloqueio à circulação internacional de mercadorias e de capitais, em contraste com o patamar de superprodução alcançado, empurrou ainda mais para baixo as taxas de lucro, que, por sua vez, levou à crise de superprodução que se instaurou nos países centrais a partir dos anos 1970. Esta crise – que encerra os chamados 25 anos gloriosos de expansão ininterrupta do capital do pós-guerra – gerou uma onda brutal de centralização de capitais, assim como de acordos tecnológicos, visando o aperfeiçoamento das condições de competitividade num quadro de queda da taxa de lucros e, pois, de acirramento da concorrência internacional. Resultou daí uma nova revolução tecnológica, que marcou o padrão dos investimentos produtivos retomados nas principais economias industrializadas ao final dos anos 1970. Esse novo padrão de desenvolvimento das forças produtivas caracteriza-se pela forte incidência do conhecimento no processo produtivo e tende a aprofundar a hierarquia existente nos mercados de mão de obra, em termos de saber e capacidade técnica. (SOBRINHO, 2019, p.42)

Em determinada medida, não se pode dizer que os países avançados se preservaram dos processos de precarização e ataque do capital. O dismantelamento dos estados provedores do pós-guerra, as privatizações crescentes, como os ataques político-jurídicos às defesas trabalhistas também aí se sucederam, com desenvoltura efetiva e por vezes precedentes a processos equivalentes (ou piores) na franja periférica (FORTES, 2019). Porém, é preciso destacar que a feição periférica da renovação do processo de acumulação reapropria-se, por vezes, da especificidade histórica sobredita destes países: quanto a isso, cabe lembrar, expostos os dados acima, que no Brasil, também se ativou nestas últimas décadas a peia do endividamento e da desindustrialização (ANTUNES, 2005) como instalação da programática neoliberal, reforçando os “pilares nevrálgicos” (SOBRINHO, 2019) da subordinação.

Maria Goreti Sobrinho (2019) aponta, contudo, que o concerto da renovação da acumulação capitalista não pode ser confundido com o torneio ideológico neoliberal, ainda que pesem suas reciprocidades, o que aponta para a nossa crítica a uma causalidade unívoca da política. Os veios ideológicos neoliberais aparecem como reconhecimento manipulatório, típico às esferas do estado e à ciência conservadora burguesa, isto é, mediação multifacetada e ideário adstringente contra a perspectiva do trabalho, enquanto renovação do ciclo de acumulação cooperando no revolvimento direto da base econômica em busca das anteriores taxas de lucratividade dos tempos de prosperidade.

Ademais, apreender a reinserção subordinada do capital periférico na nova fase de acumulação capitalista implica remontar à gênese e estrutura desses capitais, seu desenvolvimento atrófico, caudatário e antidemocrático. O processo de inserção fez valer os constitutivos histórico-genéticos, aplacando qualquer imposição de protagonismo, referendando o passado subordinado, atrelando a fragilidade e a incompletude desses países à mundialização que por vezes os engolfa.

É igualmente importante lembrar o momento imediatamente anterior, no qual quase todos os países, do México à Argentina, transitaram de ditaduras intermitentes – cujo saldo foi precisamente liquidar de vez com o que restava da capacidade de autoafirmação nacional, se é que um dia esta existiu – para a erroneamente chamada democracia sem resolver os seus problemas de fundo: a superexploração da força de trabalho, na qual sempre se assentou o capitalismo da região e a incapacidade de suas frações burguesas de empreender um processo de desenvolvimento que integrasse o conjunto das categorias

sociais. Isto é, mantiveram os pilares da autocracia burguesa e, portanto, as mesmas contradições que desembocaram nas ditaduras. Foi, assim, sob essas condições e contradições internas e sob aqueles influxos externos que os países da região foram forçados, ao final dos anos 1980, a se inserirem na mundialização do capital ou foram, por essa, simplesmente engolfados, como é o caso de suas economias mais frágeis. Mas, abstraídas as diferenças e as condições mais ou menos desfavoráveis de cada um, todos os países da região compuseram o quadro de inserção internacional subordinada. (SOBRINHO, 2019, p. 46)

Nesse mesmo diapasão, abrolhando a análise sobre o perímetro formativo brasileiro, teve-se o já constatado processo de estocadas e estagnações, continuidades e descontinuidades, irrupções e paralisações quanto aos intentos promissores de soerguimento de uma burguesia completa e autônoma. O que se consignou na processualidade brasileira, como anatomizado, foi um metabolismo reiterativo de obstaculizações ao capitalismo verdadeiro, por forças refringentes pertencentes à própria fração burguesa.

Todo esse período (1930-90) não foi, de modo algum monolítico, mas marcado por continuidades e descontinuidades, reais e ideais, assim como por inflexões nesses mesmos planos, elementos esses que invalidam noções como, “era varguista”, “período desenvolvimentista” e “modelo de substituição de importações”. Esse desenvolvimento capitalista foi constituído por uma burguesia que não pôde e nunca pretendeu ser revolucionária, que abriu mão de suas tarefas de classe – a completude/autonomia do seu capital e a formação de um estado democrático. Conformando-se com sua subalternidade externa, a burguesia brasileira transferiu para o estado as tarefas de implantação do capitalismo industrial (que as realizou, às vezes, contra os interesses imediatos dessa mesma classe, embora em acordo com seus interesses históricos) enquanto rechaçou – e continua rechaçando – qualquer ameaça real ou potencial de participação das categorias do trabalho (SOBRINHO, 2019, p.47)

O fim da *via colonial* (ALVES, 2008), dessa feita, refere-se ao processo de integração à globalização que respondia à retomada da lucratividade atingida nos idos do 68-73 no designado “milagre brasileiro”. Uma inserção subordinada na mundialização do capital, isto é, a implicação subserviente para a modernização de determinados setores da economia. Nesse sentido, pode-se dizer que “aprofundou a subalternidade estrutural e as suas correlatas formas de exploração sobre a sua força de trabalho (superexploração)” (SOBRINHO, 2019, p. 49). Teve como pulso organizador a programática neoliberal de

1990 para consecução da atração de grupos externos interessados na compra dos ativos estatais e privados, na exploração do mercado interno e da superexploração do trabalho, além do escoamento de grande parte da produção para o/um mercado externo planejado (SOBRINHO, 2019). Esse processo teria enfraquecido e amedrontado (mais uma vez) a indústria brasileira, consciente dos riscos de investimentos em elevada tecnologia e tendo como concorrência a rivalidade estrangeira subsidiada pela programática neoliberal. Assim:

As reformas neoliberais teriam induzido, entre as empresas industriais, uma prática defensiva, isto é, “de aversão aos riscos inerentes ao investimento em capacidade produtiva e em desenvolvimento tecnológico”. Como resultado, segundo esses autores, o período 1995-2002 foi marcado por baixos índices da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), do Produto Interno Bruto (PIB) e por uma reestruturação produtiva que aprofundou a especialização em bens menos intensivos em tecnologia - que tem sido denominada por vários autores como “especialização regressiva” (COUTINHO, 1997) – fatos esses que contribuíram para a redução do peso da indústria no PIB brasileiro e que obstaram a ampliação e a diversificação da participação do país no comércio mundial. (SOBRINHO, 2019, p. 50)

Doravante “O capital externo ampliou a sua participação nos segmentos mais rentáveis da economia (commodities, serviços, comercialização)”, e, não bastasse a influência nesses setores, “assumiu o controle sobre o capital produtivo do país” (SOBRINHO, 2019, p. 50), deixando o setor aeronáutico – até então – como único setor nacional de ampla inclusão tecnológica. Em suma, o país adentrou a nova fase de acumulação, inclusive, com a investida das reformas contra (contrarreformas) o prisma do trabalho; também, se presenciou os altos ganhos lucrativos do setor financeiro, entretanto, a plêiade tecnológica adentrou o país como aquisição de espaço nacional pelo capital estrangeiro, no frenesi mundializado da internacionalização (FONTES, 2013), obcecada pelas condições de produção, realização do mais-valor, utilizando das mais renovadas técnicas de gestão (*just in time*, escolha de linha produtiva e adaptação de produtos) e subcontratação, embora esses mesmos setores monopólicos estrangeiros venham buscando sua retirada nos últimos anos para locais de maior ganho, como aditado por Cano (2012). Ao fim, a inflexão demonstra que a nova “orquestração” da configuração global da economia não é tão nova, e efetiva a divisão internacional do trabalho pelo ardil do “desenvolvimento desigual e combinado”.

Em um arremate representativo do viço teratológico periférico, tem-se que estão “estioladas” as capacidades e possibilidades do país engajar e engatar sua autonomia, ao passo que o capital financeiro e industrial multinacional passam a modular a práxis política adequada, referendar com peso a política econômica, espoliar a pletera decisória que envolve administração política, reconhecimento jurídico e controle militar da sociedade civil (FONTES, 2013). Trata-se de uma espoliação que rompe e decompõe de vez qualquer assombro terminante do pulso incompleto do capitalismo brasileiro, e que reforça a atordoante tese de ser mesmo “incompletável” (CHASIN, 2000), ornando sua face acabrunhada com o corolário da mundialização subordinante. O capitalismo periférico não equaciona os problemas estruturais, e nem pode, degredando ao “latão de detritos” a sorte de qualquer autonomia, donde o proselitismo pelo avanço do *desenvolvimento nacional* e pelo progresso social (na sociabilidade capitalista) parece apresentar-se como contrafação e/ou intento politicista impertinente, fabulação mendaz ou frontispício sem arregimentação e sustentáculos na realidade efetiva.

Em suma, a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro chegou a seu pleno acabamento, com a inserção subordinada do país na mundialização do capital, demandando ajustes e reciclagem - a ampla reestruturação em todo o seu aparato produtivo, comercial e financeiro - para sua própria sobrevivência e continuidade de sua inserção internacional, de acordo com os novos parâmetros de produção e circulação de mercadorias da mundialização do capital. A “modernização” e a robustez alcançadas expressaram o aprofundamento da incompletude e subalternidade estruturais do capitalismo brasileiro e a manutenção dos seus pilares nevrálgicos - os dispositivos autocráticos do estado e a superexploração da força de trabalho, que ainda não se defrontaram com forças sociais capazes de superá-los. O reconhecimento do caráter irrevogável da mundialização do capital e da posição subalterna que o capitalismo brasileiro ocupa na estrutura global do capital é, a nosso ver, o parâmetro para se descortinar os desafios e as possibilidades reais na perspectiva do trabalho - daí, propor, na atualidade, transformações de cunho *nacionalista*, é não atentar para a nova lógica da realidade, como arrematou Chasin, em 1999: “é ser de esquerda às avessas, não se guiar pelas possibilidades reais de futuro, mas a partir de uma lógica esgotada do passado, que no próprio passado se mostrou inviável e impossível” (SOBRINHO, 2019, p. 59, grifos nossos).

Em outros termos, Antônio José Lopes Alves e Sabina Silva (2008) ratificam que o fim da via colonial é prosseguimento não de uma virada resolutive, mas da reconfiguração dos fios essenciais do laço subordinante-subordinado. Assim, se entifica um período

distinto da acumulação pela imposição irrevogável da mundialização que integra o mercado mundial de formas desiguais, assim, “reconfiguração do padrão de acumulação do capital, ou seja, da superação do capital monopolista pelo capital globalizado” (SILVA; ALVES, 2008, p. 180). Seguindo este brio, trata-se de se aferrar sobre o entendimento integrativo do processo de “deslocalização” (FONTES, 2013), em que a mundialização assenta bases inevitáveis para o novo ciclo de acumulação do capital global, de modo que não se pode falar de uma expulsão brasileira, uma isenção ou não participação, porém, de uma posição de envergadura raquítica e de tessitura desfibrada que remonta à sua gênese. Metamorfose da “peleja” nacional, reentificação da sonora incompletude e subordinação que atravessa o século e está repostada no capital para além dos “acordos bilaterais” ou regionais, ou seja, sem “embarços de fronteira” (CHASIN apud SILVA; ALVES, 2008, p. 182) para produção e circulação das mercadorias. O “mercado único” objetiva-se na totalidade articulada em movimento da forma de ser capitalista, reentificando, outrossim, uma malha societária em que as trilhas internacionais se tornam imbricações muito mais diretas.

Aportado nos insumos teóricos mencionados, pode-se indagar acerca da veracidade da tônica de Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual a internacionalização subordinada seria a única via de desenvolvimento brasileiro, posta a debilidade de nossa burguesia como a intrepidez utópica de uma revolução socialista. Contudo, o que reina neste influxo científico é a verve putrefata, decrépita, do conservadorismo que tenta dilapidar, teórica e politicamente, a injunção e o prisma onímodo do trabalho. Engrenagem ideológica conservadora-manipulatória que atende por mais uma faceta da engenharia teórica do “fim da história”, miasma cultural da sociabilidade decadente burguesa, petardo pernóstico e pedantismo de baixo valor gnosiológico que pretende passar por impetração responsável.

CAPÍTULO 3

A IDEOLOGIA CONSERVADORA/REACIONÁRIA NACIONALISTA NO SOLO SOCIAL DA VIA COLONIAL

Depois de sedimentadas as perquirições sobre a questão da ideologia, a concreção marxiana sobre a miséria alemã e a diferença específica da miséria brasileira, adentramos o terreno das ideologias conservadora-reacionárias. Vale constar, em primeiro parágrafo, que apesar das 5 seções deste capítulo, ainda poderíamos saturá-lo, enriquecê-lo, gastar tinta. Isto é, ainda poderíamos delinear algumas outras (tantas) obras extremamente importantes no que tange ao esquadrinhamento da ideologia conservadora/reacionária na *via colonial* de objetivação do capitalismo no Brasil. Porém, transpassados os limites, e em vista do objetivo central nos capítulos posteriores, *o nacional-desenvolvimentismo de C. Gomes*, apenas fincaremos pés, neste momento, no ideário de ideólogos e ideologias bastante reverberadas em nosso evolver capitalista. Esse recorte se justifica também, na medida em que retomamos aqueles ideários bastante ecoados que perpassaram de alguma maneira pelo tema caro à nossa tese, qual seja, o *nacionalismo*, seja de maneira reacionária-mistificadora, seja por meio do ímpeto da modernização nacionalista (de viés conservador autocrático e de viés democrático), e, por fim, a posição da modernização dependente-associada como única solução para a “nação”, contrária ao “nacional-populismo”. Com esse escrutínio, ficará ainda mais transparente o caráter de nosso capitalismo hipertardio e de nossa burguesia ultrarretardatária, sua particularidade e aspirações (delineadas anteriormente), assim como as transformações mais importantes ocorridas no século XX.

Para endossar e exemplificar a ampla pletera de obras pertinentes que formulam monumento teórico e projeto urgente (projeto, este, edificado por J. Chasin desde o fim da década de 70, consignado coletivamente) no qual nos baseamos majoritariamente, poderíamos citar, de passagem e por ilustração, a existência de outros textos que poderiam/podem ser consultados no mesmo bojo da sistemática aludida neste capítulo. A exemplo, a obra de Rodrigo Maiolini Pinho (2008) acerca de Miguel Reale (*Miguel Reale: política e história [1931-1969]*), como também da obra de Rodolfo Machado (2015) acerca de Alfredo Buzaid (*Alfredo Buzaid ea contrarrevolução burguesa de 1964: Crítica histórico-imanente da ideologia bonapartista do direito, da política e do estado*

de Justiça), assim como a obra de Carlos Berriel (1994) em torno do modernista Paulo Prado (*Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*). Ademais, a obra de Wanderson de Melo (2002) acerca do liberal Roberto Campos (“*No governo de entressafra*”: a prática de Roberto de Oliveira Campos durante o governo de Castello Branco [1964-1967]), entre outras.

Passemos, não obstante, ao nosso esquadramento relativamente modesto que pretende um apanhado geral que sirva de apreensão de algumas determinações fundamentais através dessa gama de ideários, que nos serão decisivas à frente para o escrutínio próprio, quer dizer, para marcar a diferença específica da ideologia “renovada” do *nacional-desenvolvimentismo* em figura atualizada por Ciro Gomes. Ademais, como destacado, este capítulo reponta um objetivo específico e subsidiário ao objetivo central da Tese, retomando uma série de obras injustificadamente olvidadas (pelo menos, não tendo todo eco merecido por ser um projeto monumental), em destaque, o escanteamento primígeno do rigoroso trabalho chasiniano acerca da especificidade do nacionalismo reacionário-mistificador Integralista, refutando a renitente explicação *mimética* ao fato doutrinário. Nesse comboio de ideários debulhados, destaca-se, a processualidade da base material brasileira aparece sempre tematizada e apreendida como condição de possibilidade das ideologias analisadas.

3.1 A regressividade integralista: A Vocação Nacional em Plínio Salgado e Gustavo Barroso

J. Chasin (1978), na *Apresentação* de sua obra *O Integralismo de Plínio Salgado: uma forma de regressividade no capitalismo hipertardio* reponta que a inspiração dessa obra data do “alvorecer dos anos 60” quando “equivocos foram alimentados”. Para o autor brasileiro, muitos objetos científicos vêm atulhando e encompridando o poço de erros numa contabilidade vultuosa que acaba por alimentar “fantasmas”, isto é, acalentar erros de análise sobre o movimento do real. Nesse sentido, o autor assevera que a década de 60 “tresandou em descaminho”, o que, no entanto, não pode ser explicado pelo desgarramento contumaz entre produtos do espírito e o intercâmbio material tácito, uma vez que esse próprio desgarramento é uma imputação inverídica, hermenêutica do equívoco, conotação idealista deletéria de apreender os ideários. A própria debilidade das apreensões científicas é elemento tocante ao seu solo social, e não miasma do espírito,

equivoco plenipotente e totalmente desprendido do intercâmbio efetivo dos homens concretos.

Chasin observa que o grau de realização das pesquisas sobre o integralismo é incipiente e exemplifica a debilidade sobredita. Isso se dá não apenas pela quantidade vasta do material a ser anatomizado, descoberto, investigado, mas por a perquirição ser carente do “talhe dialético”. Isso quer dizer que antes de um debruçamento sobre o texto pliniano faz-se necessário um abarcamento das condições sociais de sua produção, o que remete à *via colonial* de objetivação do capitalismo em seus veios particulares. Dessa forma, o autor deixa claro o perfil de sua análise, já que a heurística marxista autêntica não toma o complexo ideológico como objetivação evanescente e despida de alicerces, como pudemos notar, mas alça sua gênese e função (além de sua carga imanente) no transcurso da configuração da totalidade articulada da sociabilidade, isto é, fazendo a já referida concreção da instância ontológica do ser social já ancorada em suas abstrações razoáveis de mais largo alcance.

Aos primeiros dias de 1931, cerca, portanto, de um ano e meio antes da criação e lançamento oficial da Ação Integralista Brasileira (outubro de 32), foi dado a público o Manifesto da Legião Revolucionária de S. Paulo. Verdaderamente o primeiro e mais completo manifesto integralista de quantos o integralismo viria a lançar. Seu redator foi P. Salgado. (CHASIN, 1978, p. 24)

Segundo Astrojildo Pereira, esse manifesto, combatido por unanimidade da imprensa, foi tomado como uma expressão de esquerda, e até mesmo de extrema-esquerda (CHASIN, 1978). O manifesto abriu um campo de análises para o futuro movimento AIB (Ação Integralista Brasileira) que recebeu, ao tempo de escrita e publicação da obra chasiniana (77-78), quase meio século de análises críticas, as quais oscilavam na interpretação do fenômeno ideológico. A crítica de Astrojildo Pereira, um mês após o manifesto legionário, chamado *Manifesto da contra-revolução*, consignou crítica de maior rigor e minuciosidade, quando se compara às debilidades cravadas na heurística hegemônica sobre os discursos plinianos ou do movimento de forma geral. Em que pese, no entanto, o rigor, o texto de Astrojildo contempla apenas um texto de Plínio e evidencia, segundo Chasin, um equivoco de “concludência” gnosiológica.

Astrojildo consegue bem identificar traços insidiosos e patentes do movimento integralista que surgiria em breve, algo que passará despercebido por muitos outros

analistas. O estado como defensor da propriedade privada, mas contrário ao latifúndio, retalhando-os e venerando os pequenos agricultores, reponta como positivo feito da análise de Astrojildo (CHASIN, 1978). O imperialismo dos países da “civilização geológica”, aqueles que ascenderam economicamente pela exploração do ferro, carvão e petróleo, também é apontado (CHASIN, 1978). O Brasil deveria largar tais reservas, já compradas pelos imperialistas, e fortalecer-se como “civilização geográfica” que preconiza a agricultura e a pecuária (utopia ruralista), segundo o Manifesto. Entretanto, pela absurdidade dos textos plinianos, Astrojildo os coloca de lado, os desqualifica e descarta, donde Chasin adverte o erro gnosiológico ao não priorizar a função promovida por esse ideário, isto é, seu peso efetivante no concerto social. Na desqualificação do “nacionalismo radical e intransigente”, provou-se (ou se tentou provar) que este não passava de um volteio intelectualista, que exaltado nas suas primazias, referia-se ao solo nacional de maneira idealista, desprovida de viço realmente racional; nem em sua proposta central, a dissolução do latifúndio, foi original, uma vez que esse era um problema mais universal. Para Astrojildo, a própria leitura de Salgado sobre a república velha, isto é, o domínio da indústria e do latifúndio, não é uma leitura que desvenda a especificidade brasileira, pois a relação entre classe dominante e dominada é vista apenas em sua imediaticidade, podendo ser projetada em qualquer outro país de objetivação capitalista, mesmo aqueles passados pela transição feudalismo-capitalismo (CHASIN, 1978).

O que importa a J. Chasin, contudo, é que essas conquistas minuciosas de desvendamento do âmago e dos nexos internos do ideário integralista (leitura imanente) não podem ser simplesmente desqualificadas e descartadas (por maior que seja o “absurdo”), mas entendidas em sua integração na pletera da reprodução da totalidade social brasileira. Ou seja, não se pode apenas, num golpe de desdém bem-intencionado, classificá-las por mistificação ou utopia deliberada, engodo ativo e pueril, mas ver em seu ensejo a manifestação própria de um anticapitalismo peculiar ao solo em que acontece. A analogia, presa em generalidades confusas, com o fascismo acaba por também conspurcar a obra de Astrojildo, como de tantos outros (CHASIN, 1978).

Segundo o filósofo brasileiro, o confronto entre a textualidade de Plínio Salgado e seus analistas, erige verdadeiro paradoxo. Isso se dá, uma vez que, ao mesmo tempo, Plínio registra com ênfase a sua brasilidade, o berço nacional de seu ideário, sua distância do fascismo, e seus analistas, sobre as ruínas da voz pliniana, desconhecem esse argumento

e imputam o selo do fascismo (CHASIN, 1978). Os dizeres e a objetivação ideológica do chefe integralista é tomada por estatuto de maquiavelismo, desconversa, tática enganadora, simulacro, o que interdita a leitura imanente do seu texto e também vulgariza a crítica ideológica, já que perde o apreço pelo viés ontoprático. Nesse diapasão, a hegemonia da crítica ao integralismo se consignou como reprodução mimética, repetição das teses fascistas “fora do lugar”. Em alguns casos, a reprodução mimética como argumento é tão extremada que se obriga a igualar as condições sociais de Itália, Alemanha e Brasil dos anos 30 (CHASIN, 1978).

Ao que sabemos, o primeiro a incluir, de algum modo, Plínio Salgado entre os que se assemelham aos fascistas é Zoroastro Gouveia, então deputado à Câmara do Estado de S. Paulo. É outubro de 1928, e a observação é feita em aparte a um discurso do também deputado estadual Plínio Salgado que da tribuna se apresenta como chefe do verdeamarelismo. Há que frisar a época, o propósito estritamente político e, acima de tudo, o caráter genérico da afirmação: é, mais que tudo, em última instância, uma avaliação indeterminada de todo o situacionismo (CHASIN, 1978, p.36)

Salgado afirma a semelhança ao fascismo como analogia externa, exterioridade, coincidência desarticulada. De outro lado, a primeira assertiva dessa reprodução mimética ocorre a partir do deputado estadual Zoroastro Gouveia como sobredito, porém, o caso não ecoa como lavra científica, mas como disputa no terreno político onde Zoroastro, representante liberal, iguala o antiliberalismo do também deputado Plínio ao fascismo; a disputa é, pois, atravessada pelas distorções do acalorado intelecto político, numa disputa direta e ainda mais passível desse tipo de prática acusatória (CHASIN, 1978). Porém, o caso não foi pontual, uma vez que o filósofo marxista brasileiro nos diz que o acontecido se multiplicou, qual seja, a acusação simplória, desprovida de correção científica.

Acarreta, no entanto, pelo depauperamento do ardil acusatório, que Salgado mantinha alguma destra razão quando afirmava que os acusadores, em sua ânsia de perfidez e combate político, já não faziam senão moldar espantalho, a plenos pulmões, tendo como núcleo de sua força o desconhecimento da natureza do pensamento brasileiro. Aquilo que perfaz a vergonha intelectual dos acusadores, é a própria sanha de acusar sem se ater à totalidade, uma vez que a “reprodução por mimese” despreza a letra imanente, os nexos internos da obra de Salgado, e por pior causa, denega que o solo social agroexportador brasileiro se diferia do arroubo industrial-imperialista dos países nazifascistas que

romperam com sua atrofia produtiva e cumpriam, ao seu modo não clássico, suas tarefas econômicas; o nazifascismo não era senão realidade dessa esteira, da processualidade do capitalismo tardio que se colocava de pé com as próprias energias moventes.

Segundo Chasin, completa esse quadro, o aspecto deletério de que na verve pliniana não seria possível achar o argumento cabal do fascismo. De outro modo, o mimetismo não se torna produto da investigação, mas seu pressuposto, advindo de empobrecido analogismo (CHASIN, 1978). O exame da categoria concreta é subtraído quando se hipertrofia a imputação subjetiva do quadro de analogias que, por sua natureza, corrompe o nexo diretor do fenômeno estudado. De outra maneira, o autor se presta à arbitrariedade da armação discursiva, quadro renitente do epistemologismo, o que efervesce a teia das arquitetadas mentais, mas não das explicações das determinações do real; não por outro motivo (referindo-se a Héglio Trindade), pode o autor na lida teórica favorecer o momento político da sociabilidade (circunscreve-se ao politicismo), deixando poucas afirmações sobre a industrialização brasileira.

É o que permite o simplismo de mutilar a dinâmica de mais de duas décadas de história a puramente dois traços superestruturais. É explicar o político pelo político, à custa de reduzir o econômico a fator sucumbindo ao psicologismo de procurar estereótipos comportamentais. Observe-se que estes últimos são concebidos sob a vigência de leis gerais abstratas. O que admite a validade da noção de recorrência, portanto, das "explicações" analógicas. É onde o recurso mimético se ampara. (CHASIN, 1978, p. 43)

Desse modo, a “imitação” não é um resultado empírico, mas modelo de viés epistemologista que plina como recurso teórico-metodológico, como arbusto ideativo sem organicidade e raiz. O autor que protagoniza esse procedimento, Héglio Trindade, caminha entre uma métrica historiográfica eventualista, que faz equivaler ou selecionar a cronologia sem respeito ao peso reprodutivo dos fatos, assim como também se dedica ao brio psicossociológico reduzindo ainda mais o escrutínio do real. A primeira deficiência, pois, dos pesquisadores do integralismo é a debilidade no esquadramento da malha categórica brasileira, donde só deste rico núcleo concreto surgiria o delineamento das necessidades e possibilidades da reprodução desta sociabilidade, inclusive em seu novo cultural e ideológico.

É inegável para o Brasil do entre-guerras o registro da intensificação das lutas político-sociais. E é mais do que provável que as diferenças registráveis com relação ao período

imediatamente anterior não se esgotem meramente a nível quantitativo. A questão exatamente está na determinação do caráter da mudança verificada. Todavia, seja qual tenha ela sido precisamente, o país obviamente não se livrou então da sua subordinação aos países economicamente metropolitanos, nem o antagonismo burguesia-proletariado teria alcançado níveis de intensidade incontroláveis para as forças detentoras do poder. (CHASIN, 1978, p. 46)

Para além do combate político, a imputação mimética surgiu na ciência centrada num plano liberal de crítica do totalitarismo (CHASIN, 1978). Um tipo de análise politicista, que por um lado salvaguarda a democracia formal burguesa (essa passa a ser uma “sorte de fim da história”, um valor teórico e prático insuperável), e de outro, pela peia hipertrofia do fator político, que dilui ideativamente a relação economia-estado, esgarçando o nexos dos complexos tratados. Concepção que vê estado e indivíduos em relação direta e isolada, donde o estado liberal apareceria como aquele que garante a liberdade, igualdade e segurança dos indivíduos, e a sociedade civil seria apenas a relação interindividual, ou seja, a mediação das classes e a legalidade imanente do trabalho alienado e da propriedade privada dos meios de produção são ideativamente obscurecidas. O arquétipo liberal fulgura como parâmetro, mas é abstração distorcida do real, de modo que quando o concreto se apresenta diferente do arquétipo, postula-se o oposto em relação ao estado liberal, incluindo o broquel do totalitarismo.

Segundo o próprio Chasin, a tônica do mimetismo emprestaria aos egressos do movimento integralista a arma teórica de, em uma visão retrospectiva, poderem se justificar por essa “ideia fora do lugar”, isto é, remetendo à influência internacional do nazifascismo, o que explicaria o reacionarismo brasileiro apenas como predicado pálido de uma perversidade exterior, alienígena ao solo nacional. No arremate marxista de Chasin, portanto, essa tônica plaina robusta naquilo que Marx marcou sobre a inversão entre ser e consciência; odor do putrefato idealismo.

Nesse sentido, a epistemologia liberal pode desprender o capitalismo do nazifascismo quanto toma esse como um totalitarismo estranho ao mundo liberal. Ao concebê-lo como anomalia do campo político (de maneira hipostasiada), faz perdurar como alcandorada a democracia formal burguesa e seus pressupostos abstratos liberais. A epistemologia liberal não tece no campo ideativo os profundos vincos reais que poderiam, por meio do decurso econômico, dar a base do fenômeno nazifascista, concluindo-o como um mero

sobressalto deletério sobre o governo democrático de viço liberal, estação da harmonia, instituição de verve canora.

Com tal conceito é possível omitir o vínculo causal entre capitalismo e fascismo, e isto para o sistema é vital que seja reconhecido. Do contrário fica rompido exatamente o seu fundamento racional, e decorrentemente seu caráter de fim da história: capital-liberalismo, forma suprema a que chega a evolução da sociedade e do poder de estado. Forma que daí para frente só admite mudanças no sentido de aperfeiçoamentos das componentes que a consubstanciam, isto é, alterações que não firam sua essência, já que se trata tão-somente de ir progressivamente racionalizando todas as áreas e setores do sistema, de ir incorporando, à escala mundial, tudo que ainda se encontra em grau inferior. Entendendo, então, que a partir dela toda mudança positiva só possa ser aprimoramento (e qualquer outra, por negar o sistema, é necessariamente negativa), tudo se resume, pois, a graus de racionalização, a remodelações intra-sistêmicas, em uma palavra, vitórias técnicas. Eis, então, que progresso se reduz a progresso técnico, e a razão liberal se mostra exatamente como razão limitada, como razão técnica, donde é próprio que o positivismo seja sua epistemologia natural. (CHASIN, 1978, p. 55)

O conceito de totalitarismo é funcional ao arremedo teórico que precisa fazer apologia do progresso técnico, do liberalismo, da democracia formal burguesa, do capitalismo como forma de ser, modo de reprodução. Para isso, seus despojos de violência são guardados no quatinho de dispensa, isto é, entulhados como móveis indevidos à arquitetura do liberalismo, fazendo obscurecer que estes são talhados pela madeira-base do próprio capitalismo e suas necessidades de entificação da acumulação, legalidade imanente do complexo econômico. Assim, o capitalismo é “responsável genético” pelo nazifascismo.

Dessa forma, o contorno mimético, a aplicação do modelo de vigas selecionadas, a reprodução desse padrão que derroga o movimento próprio do real quando o espreme em sua hermenêutica castrativa, vigora também para igualar integralismo e nazifascismo fazendo coro à degradação dos nexos objetivos da realidade efetiva. Ou seja, explicar uma ideologia deve ser referir-se à “totalidade concreta de onde ela emerge” (CHASIN, 1978) e, por conseguinte, não se trata de salvaguardar o integralismo em vista de sua dissociação ao fascismo, mas de apreendê-lo propriamente. É dessa forma que perfaz extremo erro equalizar o polo subordinante e o polo subordinado como se seus complexos culturais e ideológicos respondessem de forma equivalente; esse procedimento queda em falsidade

já que pressupõe como igual justamente a base por natureza distintas uma da outra. A noção de imitação de ideias fora do lugar, portanto, é simplista.

Por conseguinte, ao estudar o objeto ideológico, é preciso situar o mundo a partir do qual a afirmação ideológica ganha corpo como representação de uma posição atinente a esse mundo concreto em suas clivagens reprodutivas. Importando bastante a clivagem das classes, vale lembrar, em Goldmann, segundo Chasin, que os sujeitos se movem a partir do sujeito coletivo no qual se engendram. Com isso, Chasin não remete e faz se precaver de todo mecanicismo; o que se aponta são relações e tendências entre posição e ideologias, o que não garante um caráter epifenomênico ao composto consciencial do indivíduo, mas lhe impede o preceito da autonomia absoluta, lhe identifica raízes. Ou seja, o sujeito aparece em meio às classes como produtor material, mas também como produtor espiritual, como quem dá respostas, cada vez mais complexas a situações, o que garante que o novelo cultural não seja uma empreitada do espírito autoposto. De outra forma, essa temática consigna o concreto como emergência do particular, em que o universal se particulariza no singular, não existindo nem um, nem outro de maneira pura, mas pela mediação entre a generalidade das relações sociais e o indivíduo como complexo mínimo da sociabilidade. A apreensão singularista do indivíduo, retirando-o das particularidades e universalidades, evidencia uma posição ideológica que pretende justamente eliminar a objetividade (das classes, inclusa), portanto averiguando, como no liberalismo, mas não só, uma igualdade abstrata inexistente no concreto.

Dentro de contornos assim delineados compreender-se-á, pois, do que se trata; quando se afirma, ao ter sistemas ideológicos como objetos científicos, que sua delucidação obriga a remeter à totalidade histórica onde se produzem e onde se encerram; em outros termos: a análise de ideologias implica necessariamente no entendimento do que é por elas afirmado na sua relação com a situação concreta de quem as afirma. E se os produtos ideológicos são obviamente expressos pelas bocas ou penas singulares de indivíduos singulares, cabe, no entanto, assinalar que sua produção efetiva já não goza, tão amplamente, da mesma evidência empírica, e que é necessário não simplificar a questão e considerar que, pelo menos, ela seria o resultado de um vasto e complexo trabalho interindividual. (CHASIN, 1978, p. 66)

Chasin se refere diretamente à obra de Georg Lukács, *A destruição da razão*, fazendo de maneira modesta a circunscrição e analogia de seu texto ao do mestre húngaro. Ao passo que Lukács analisa, majoritariamente, dezenas de autores e todo um ambiente filosófico

que deu carga cultural ao nazismo, Chasin se debruça “apenas” sobre Plínio Salgado, em seu texto imanente e sua emergência na política brasileira. O autor brasileiro mostra que pelo parco material analisado por Trindade, ainda haveria muito o que fazer quanto ao integralismo; cita que o movimento Integralista de 32 a 37 publicou 8 jornais diários, 5 revistas e 90 semanários. Não bastasse essa fartura de material, a internidade do movimento era cravejada por distintos pontos e vertentes: por exemplo, cita o autor, que o fundamento do estado para Plínio Salgado e Miguel Reale seriam diferentes. Havia no interior do movimento, até aqueles portadores explícitos de um anticapitalismo com base no sindicalismo operário (CHASIN, 1978). O próprio Plínio referira que o movimento adquiriu muitos camisa verde-amarela daqueles que se interessavam abertamente pelo nazifascismo, criando muitas exterioridades ao movimento integralista (CHASIN, 1978); assim, o próprio chefe integralista assumiu uma diferença e superioridade do integralismo doutrinário ao movimento integralista em termos práticos. Trinta anos após o alçar do movimento integralista, Salgado explanou balanço do destino deletério da associação, em que distinguiu as exterioridades ideativas como invasivas e decisivas da rota do movimento, obscurecendo as ideias-fonte, o sumo nutritivo, o cerne do ideário proposto pelos integralistas “em essência”.

O reconhecimento, aliás, de diferenças entre os ideólogos do integralismo aparece também em outros estudiosos, como, por exemplo, Edgard Carône: Paralelo aos princípios ou 'dogmas' integralistas existe o pensamento particularista de cada um dos seus teóricos principais (...), Plínio Salgado com seu pseudonacionalismo; Miguel Reale com a corrente antiliberal; Gustavo Barroso com o antijudaísmo e Olbiano de Mello com a tendência corporativista. (CHASIN, 1978, p. 82)

A perquirição chasiniana, dessa forma, deita bases na consciência social brasileira, precisando revelar processos do intercâmbio material, em sua vultura universal e sua métrica particular, dando cabo da mendicância teórica que avoluma e hipostasia a cultura. Reposto no quadro da constelação ontológica, trata-se de fazer ver o Brasil em sua luta de classes particular, sem desfazer dos elementos universais da sociabilidade integrada ao capitalismo mundial. O movimento nacionalista integralista teve 3 fases, se assim se pode caracterizar: de 26 a 32, a gestação do pensamento integralista de Plínio, 32 a 37 em que viceja a organização com alto grau de influência política, de 38 a 45, extinta e sob pressão, sendo que em 39 Plínio está em exílio. A *ação integralista brasileira*, em organização oficial, dura entre outubro de 1932 a dezembro de 1937. Porém, Plínio

considera explicitamente o sumo ideário integralista anterior e posterior a essas datas oficiais do movimento.

Em prefácio de 56 a livro de 27, *Literatura e política*, fica clara a posição de Plínio quanto ao valor de sua doutrina, não sendo uma teoria de qualquer tom exterior como a filosofia europeia, mas o espelho da “alma do brasil” (CHASIN, 1978). O *manifesto de outubro* de 32 dá a cara, o frontispício do movimento, sendo enfatizado por outros tantos documentos oficiais além das obras plinianas e de outros membros. O pilar ideativo insigne do autor reacionário incide, flamejante e rusticamente, na pilha mística que, de soslaio, quer atizar algum amparo popularesco.

O movimento que faz passear no presente as figuras de um passado utópico brasileiro, tem bases desde *O Estrangeiro* de 1926, vinculado ao modernismo, romance de Salgado, assim como na *sociedade de estudos políticos* de março de 32, que é antessala da AIB (CHASIN, 1978). Além do âmbito literário, Plínio é atuante na política como parlamentar estadual em São Paulo e é jornalista ativo. Em carta de 1930, já ficava clara sua posição de repulsa pela democracia, como reino da demagogia, da utilização indiscriminada da manipulação popular. Suas apreensões, explícitas na carta, são deletérias também ao regionalismo que descende uma fragilização do poder central e a tensão social que poderia levar ao bolchevismo. Há uma ânsia do autor pela centralização do poder, nesse sentido, o nazifascismo é elogiado pela centralização, ainda que negue que seja uma equânime situação a do integralismo. Ainda, outro adendo chasiniano, é que nessa carta a um amigo, Salgado exclui a proximidade, a influência direta fascista, o que acarreta em possível verdade, pois a carta não tem fins políticos; o fascismo, outrossim, ainda não se mostrara a todo vapor, assim como a AIB não existia, elidindo as interpretações taticistas de “dissimulação” pliniana (CHASIN, 1978).

Em Plínio, desde a carta de 30 recuperada por J. Chasin, fica evidente, por conseguinte, sua repulsa ao republicanismo, visto como peça ardilosa de demagogos e o liberalismo como concepção manipulatória; há, dessa forma, um anticapitalismo romântico que quer derrogar, degredar as conquistas da fase ascendente da burguesia (onde ela assim o foi). Segundo Chasin, o próprio *nacionalismo* em Plínio tem usos distintos ao longo do tempo: em primeiro lugar, ocupa posição de objetivo e depois passa ao lugar de recurso tático. O *nacionalismo* parece ser a bandeira central donde o integralismo pode travar luta aglutinando as massas do país, apesar de certa mentalidade regional; para o integralista,

só o comunismo era uma organização forte e coerente no país, o que demandava uma outra organização forte e coerente como guia político das massas desprotegidas (CHASIN, 1978). Há um certo tom de depreciação das massas, guiada pelo “sentimentalismo”, por uma cegueira, uma fragilidade psíquica que está pronta a seguir quem vencer. De modo concludente, o apelo à massa deve caminhar ao encontro do apelo ao *sentimento nacionalista*, e não um apelo de tom intelectual minucioso. (informações obtidas de duas primeiras cartas do autor no ano de 30).

Já o *Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo* é de 1931. Esse grupo se espalha regionalmente pelo Brasil e está diretamente ligado ao tenentismo depois de 1930. Pretendiam-se, pois, obstáculos às oligarquias estaduais, sobretudo. O manifesto da Legião Paulista, sobredito, é escrito por Plínio que, em primeiro instante, o viu como um movimento liberal prenhe de problemas, mas não recusou emprestá-lo um escrito já feito, escrito este que foi endossado pelos chefes da Legião. O problema eclodiu: a legião pretendia defender o governo provisório que se edificara em Vargas contra as oligarquias, ao passo que o texto de Plínio pesava em excessos antropofágicos rechaçados. Segundo analistas, a posição de Plínio isola o Brasil em um nacionalismo adstringente, e se é antifascista, também é contra “Moscou” e “Nova Iorque” (CHASIN, 1978). Busca a brasilidade integral, o homem integral, a liberdade integral e assim transcende os legionários; a legião viria a ser o Partido Popular Paulista (CHASIN, 1978).

O “tipo brasileiro”, a expressão da alma brasileira, seu representante autêntico, é aquele nascido da relação orgânica com a terra; cumpre também destacar que o brasileiro é filho de todas as raças, e que possui uma moral própria que deve alicerçar, amparar a consignação das leis. Eis a fluência *nacionalista* mística pliniana, o abrolhar da vegetação espiritual de um país caboclo. Como é sabido, no discurso pliniano também vigora um anti-imperialismo que se sintetiza numa crítica que põe em contraponto as nações “geológicas” e as “geográficas”. As civilizações que possuem matéria para a própria indústria e que submetem as demais à atrofia industrial.

Para Salgado "chegamos ao apogeu do imperialismo capitalista no mundo". E isto decorre de que "A era da máquina dividiu os povos em duas categorias: os que possuem e os que não possuem hulha, petróleo e ferro; os que contam com elementos materiais para a expansão. da técnica industrial e os que devem submeter-se a uma condição de 'colônia' disfarçada ou abertamente". Os possuidores das mencionadas riquezas naturais "com maiores possibilidades, pois, para desenvolver uma indústria extrativa e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento das máquinas e dos

aparelhos de transporte na terra, no mar e no ar, esses países têm interesse em estandardizar o tipo humano, para criar consumidores de estoques e submeter os países, sem recursos para se industrializarem vantajosamente, a uma escravidão econômica inevitável". (CHASIN, 1978, p. 107)

O autor integralista demonstra robusta preocupação com a situação brasileira, isto é, com sua questão social que emparelha “palacetes luxuosos e sem tetos”, latifúndios e miseráveis. A imagem do trabalho desorganizado e desamparado é mais forte para o autor quando se compara o latifúndio e o pequeno produtor agrícola, esse elemento contraditório consignaria para ele a grande questão da miséria brasileira, isto é, a falta de subsídio para o autêntico trabalhador brasileiro (pequeno agricultor); a importação institucional de modelos políticos, assim como a importação de máquinas, toda essa contextura interditaria o encontro com a “essência brasileira”, o encontro com as “verdades da terra e da raça”; dessa feita, a mão pesada da “civilização geológica” ocasiona obstrução a que os países subordinados possam entregar-se livremente ao destino que anima sua essência (CHASIN, 1978). A afirmação da “civilização geográfica” é o contorno decisivo da reação-mistificadora *nacionalista*, a chama desse anticapitalismo romântico que preconiza um reencontro místico da nação com sua vocação divina.

Por "civilização geográfica" Salgado entende "uma civilização espiritual com uma consciência maior da dignidade do homem. Uma civilização que seja a primeira a clamar, no mundo contemporâneo, pela valorização do homem como força suprema, como mentalidade e como espírito, como trabalho de vontade, como conjunto de forças independentes de uma mecanização humilhante a serviço de um capitalismo opressor". E invocando, "até certo ponto, a lição admirável de Gandhi", conclama "as civilizações de expressões geográficas a cooperarem o menos possível com os detentores de todas as forças do imperialismo econômico dos países que nasceram ricos, por possuírem os elementos materiais para a dominação irresistível dos povos por eles denominados 'fracos' e das raças por eles chamados de 'inferiores' ". Esta recusa à cooperação com os dominadores do mundo implica não somente em se livrar de um jugo de ordem material, mas também a decisão de privilegiar os fatores morais da edificação social: "A estandardização do tipo humano que se basear em fatores meramente econômicos, com exclusão do fator moral das nacionalidades, produzirá fatalmente o desequilíbrio resultante da diversidade das possibilidades naturais, que redundará na coexistência dos povos imperialistas e dos povos coloniais". (CHASIN, 1978, p. 110)

A construção da “civilização geográfica”, na verve pliniana, passa, portanto, pela negação da posição subordinada, porém, não pela resistência socializante dos meios de produção ou pela revolução organizada, mas pela negação da “civilização geológica”, pela não aceitação de sua diretriz, pela busca da moral essencial da própria terra. Se a terra brasileira nos dá a condição geográfica do plantio, é dessa condição que deverá proceder nossa essência e moral, pois nela repousa a *vocação divina*, a verdade de um povo donde seu predicado moral; negá-la, subordinar-se, buscar importar modelos seria subtrair-se da *essência nacional*. Além das indicações essenciais da “verdade da terra”, há o “sentimento afetivo da raça” ou a “verdade da raça”; acerca da verdade da raça, Salgado infere haver no índio um denominador comum, aquele ser originário que faz ponto fundamental para a amálgama das raças, a mistura do individualismo latino com o receptor, a coragem daquele que vive e enfrenta as hostilidades do sertão; nesses valores da terra e da raça estão os valores morais de nossa essência que podem nos levar à autonomia do imperialismo das civilizações geológicas. Para Chasin, a natureza desse pensamento é “para-mítico”, envolve a mistificação da brasilidade, a moralização de determinados traços nacionais como virtude, inclusive, de suas máculas, que tornam ao seu turno a panaceia contra o imperialismo e a via para o essencial brasileiro. Parece claro, também, que o homem não é quem condiciona o ser natural, mas aparece misticamente condicionado absolutamente por ele; a natureza humanizada inexistente, e prepondera sobre o homem a natureza bruta mistificada. Esses ideários condicionam:

desse modo uma perspectiva "natural" e original para o país. Realidade específica, exigindo conseqüentemente solução também específica, "não deveremos transplantar para o Brasil nem comunismo, nem fascismo, nem outros sistemas exóticos", já que, "como suprema defesa nacional, devemos ter em vista que o tipo social brasileiro é o que se origina das realidades econômicas da terra, das condições dos diferentes meios do país, e de sua formação histórica" (CHASIN, 1978, p. 113)

Nesse pensamento irracionalista, trata de um núcleo reacionário-mistificador, assim, ideologia que não se prende à facilidade imitativa, ou à acepção ingênua de progresso do racionalismo formal, da apologia direta do capitalismo. Preza, em seu âmago *nacionalista*, por uma resolução brasileira cravada nas “verdades da terra e da raça” (manifestações da verdade ou vocação divina), o que implicaria em um humanismo às avessas, uma rejeição ao imperialismo ao fascismo e ao comunismo, que, no entanto, prende o homem brasileiro ao idealismo pitoresco do patriótico. A política em sua

correção deve se ajustar-se às verdades naturais de modo que a reciprocidade entre esse pensamento e o político induz à redução do intelecto político ao idealismo irracionalista de maior grau. A revolução *nacional* apareceria como um movimento de integração na lei das verdades naturais nacionais (CHASIN, 1978), coroando no terreno político-administrativo a verdade natural do país, seu destino irrecorrível; leis providas “de dentro para fora”. O estado deve proceder como quem garante aos indivíduos sua expressão original ligada às verdades naturais da terra e da raça que são as composições de sua moral. Há, portanto, uma tomada irracionalista do ser natural, do ser social (da miscigenação) e uma espiritualização irracionalista da moral humana. O estado precisa, pois, ser forte para que organize as classes e impeça que os indivíduos sejam furtados de viver sua naturalidade moral. A figura do indivíduo autêntico é a do pequeno agricultor, da pequena lavoura donde o estado deveria agir contra o latifúndio, fruto de erros políticos.

Anote-se, então, de um lado, a vinculação do sentimento e da consciência nacionais às verdades naturais da Terra e da Raça, de modo que mentalidade e prática não se fundam em si mesmas; em outros termos, não se implantam sob a vigência de uma racionalidade universal, nem tampouco histórica. Pelo contrário, ficam aquém delas, subsumem a fatores que independem da razão e da história. Lançam irracionalisticamente raízes no terreno da natureza, irracionalmente concebida (CHASIN, 1978, p. 114)

Salgado, em uma segunda carta (a Schmitd), ainda em 31, informa sua posição de escritor-chefe do jornal *A razão* que desde ali, sua fundação, funcionaria como instrumento de luta política lastreada no nacionalismo radical. Assim fica definido o movimento, instrumentado no jornal, nacionalista, cristão, anticapitalista e anticomunista:

que: 1) o jornal será "O centro de coordenação dos lugares comuns do pensamento conservador" ; 2) "Esse jornal deve atuar de modo a dividir bem nitidamente a massa brasileira em dois campos distintos: - o dos que pretendem subordinar o Homem à Máquina; e o dos que querem subordinar a Máquina ao Homem"; 3) "a unanimidade (posso usar dessa palavra, porque só excetuo os burguesões materialistas da nossa plutocracia) a unanimidade do nosso povo declara hoje guerra de morte ao capitalismo"; 4) a "'afirmação de nacionalidade é o grande ponto de contato entre todas as correntes que não se conformam com o 'materialismo histórico'. Acredito que ela arrastará as multidões brasileiras"; 5) "Nossa campanha inicial se define: com Deus, e contra Deus. (SALGADO apud CHASIN, 1978, p. 120)

Dessa forma, a carta revigora o *Manifesto* escrito por Plínio, revigora o nacionalismo, o anti-imperialismo, o anticomunismo e anti-industrialismo. Sua pauta, portanto, afirmava a verdade da terra e a verdade da raça e a posição moral do indivíduo brasileiro pré-determinada por essas vocações, ensejo que poderia ser a salvação patriótica. Outros dois pontos são relevantes na dissertação pliniana: que o indivíduo é mantido pela força de deus, ou seja, que as próprias verdades naturais não são estranhas a uma causação divina, mas sua manifestação, e que o comunismo seria uma derivação da persistência do capitalismo, de modo que a oposição é simultaneamente aos dois, na medida, que só pode ser assim pela sequencialidade de ambos (CHASIN, 1978). Os caboclos dos trópicos devem erigir a civilização geográfica acima de todo produto de importação, deformações da alma cabocla. Assim, “o homem vale mais que a máquina”, completa ele numa crítica irracionalista ao maquinário e à indústria.

A *sociedade de estudos políticos*, por sua vez, funcionou como antessala da AIB (CHASIN, 1978), tendo Plínio também como escritor de sua carta de princípios (1932). N sequência, o *Manifesto de Outubro* de 1932 funda a AIB (CHASIN, 1978). O *manifesto de outubro* é diretriz analítica fundada com a letra pliniana e tem função política certa e deliberada, é pretensiosa, pois granjeia mover a política brasileira. Apesar de ser mais pobre, menos analítica que o *Manifesto Legionário*, tem um caráter doutrinário e sintético, do que chama também *Manifesto Doutrinário*. Em seus nexos internos, abrolha acepção segundo a qual deus dirige os destinos dos povos rendendo a cada homem uma vocação para o engendramento da felicidade social, das verdades naturais de um povo e do nacionalismo. Comunismo e capitalismo se transfiguram misticamente em figuras sequenciais de um movimento materialista que corrompe o destino divino e natural que é o insumo incorrigível das almas. Dessa forma, no *Manifesto de Outubro* a concepção religiosa e da finalidade superior divina se explicita, ou seja, funcionam também como tática pliniana de aglutinação popular ao mesmo tempo que verdadeira concepção dessa fração reacionária interpretativa do Brasil. O estado integralista garantirá a harmonia social por meio da preservação das verdades naturais e da ação dos indivíduos consequente com a moral e vocação divina em prol da felicidade nacional (CHASIN, 1978). Outro elemento permanente é a família, berço onde pode aflorar a vocação divina de cada indivíduo, acalanto moral, “fonte de perpétua espiritualidade” (CHASIN, 1978). Em síntese, o estado se funda sobre a família, segundo a ótica integralista pliniana.

O estado, em suma, só pode ser um conjunto de famílias, mediação desse conjunto de famílias que resguardam a fonte de espiritualidade da sociedade, a fonte moral. Ao mesmo tempo, o estado é um representante de classes; o estado deve regular a produção e comércio, garantindo a estabilidade social: essa estabilidade segundo Plínio mantém as hierarquias naturais (vocacionais-divinas) e procura proteger os trabalhadores do desemprego e garantir alguma ascensão social (CHASIN, 1978). A proposta de Plínio, como fica claro, condena o capitalismo imperialista europeu e norte-americano assim como critica o “capitalismo soviético” que gostaria de tornar os países como o Brasil em uma de suas “capitanias” (CHASIN, 1978). Há, portanto, um anticosmopolitismo militante que condena “o homem da cidade” por importar as instituições burguesas e acusar equivocadamente o brasileiro de incapaz e inepto a elas (CHASIN, 1978); para Plínio, essas instituições são ineptas à essência brasileira representada pelo “homem do campo”; há, dessa forma, uma oposição entre cidade e campo que impõe um sertanismo, uma romantização do homem do campo como aquele que viceja a verdade da terra e a verdade da raça contra o imperialismo/cosmopolitismo burguês. A pretensão do *nacionalismo reacionário-mistificador* perpassa fortemente a apreensão da verdade brasileira, da essência das tradições, da sua vocação objetiva e divina, do engendramento das vocações individuais de base divinas para a harmonia nacional.

Enquanto o *Manifesto Legionário* é entendível por si só, o *Manifesto Doutrinário*, por sua vez, precisa do complemento do primeiro principalmente no que diz respeito às “verdades da terra e da raça”. O *Manifesto de Outubro* não tematiza essas verdades essenciais propagadas pelo ideólogo reacionário. O *Manifesto Legionário* deixa clara a concepção das verdades essenciais da terra e da raça enquanto o *Manifesto de Outubro* (*Doutrinário*) outorga a força divina como direção mestra; concepções que se complementam antes de qualquer contraditoriedade, uma vez que a vocação da nação é divinamente posta. Toda essa concepção teórica, manifesta de forma organizacional, pretendia influenciar o governo provisório de Getúlio Vargas. Em síntese, esse irracionalismo pode ser descrito em sua imanência específica como:

Em suma, cremos ter posto em evidência, ao descrever o Manifesto inaugural do integralismo, que se trata de uma peça, cujo objetivo político, sendo definido por Salgado como "pelo Brasil Unido, pela Família, pela Propriedade, pela organização e representação legítima e única das classes; pela extinção dos partidos; pela moral religiosa; pela participação direta de intelectuais no governo da República; pela abolição dos Estados dentro do Estado", é uma resposta de caráter nacionalista

tradicional, fundada no convencionalismo católico, que reage "contra a influência dos países capitalistas e (luta) sem tréguas contra o comunismo russo". Tratando-se, de fato, de um produto específico de um determinado espaço econômico político. (CHASIN, 1978, p. 142)

As *Diretrizes Integralistas* de 1933, por sua vez, não foram escritas por Plínio (CHASIN, 1978). Esse escrito jamais foi negado por Salgado, porém, erigido de forma coletiva como forma sumária do *Manifesto de Outubro*. O texto é composto por 26 postulados que alimentam o veio antiliberal e cristão do *Manifesto de Outubro*. O estado integralista como preconizador da harmonia social deve preservar as famílias, fonte na qual resplandece a moralidade e espiritualidade, assim, recanto para que os indivíduos angariem a ascensão dentro de sua vocação e da vocação do país diante de suas verdades essenciais. Ainda que se recupere a crítica à democracia e aos partidos políticos, há uma diferença entre Miguel Reale (pena predominante deste escrito) e Salgado; aqui, no texto de Reale, o estado aparece como instituição político-jurídica (e não como conjunto mediador das famílias), além de se apresentar como a força política se dá através das corporações, dos ajuntamentos da sociedade civil, principalmente os profissionais (CHASIN, 1978).

Quanto à propriedade privada, é devido realçar que não é atingida em seu núcleo, mas pressuposta tendo sua funcionalidade integrada às verdades essenciais, o destino de um povo e de cada indivíduo na harmonia social, o que caracteriza de vez o romantismo anticapitalista propalado.

"O integralismo defende o direito de propriedade até ao limite imposto pelo bem comum, estabelecendo ao lado do direito também o dever do proprietário. O Integralismo reconhece na iniciativa privada o fator mais fecundo de produção econômica, mas para salvaguardar das ambições particularistas o bem-estar e a liberdade do povo brasileiro, fará a nacionalização dos serviços que por sua natureza não podem ser explorados com fins de lucro, e que se destinem ao desenvolvimento da economia nacional e interesse público, tais como: estradas de ferro, navegação, minas, fontes de energia e aparelhamento bancário" (SALGADO apud CHASIN, 1978, p. 146)

Na *Carta de natal e fim de ano* de 1935, de Plínio, publicada na revista *A ofensiva*, o autor consigna, por sua vez, o registro do problema da liderança no movimento, uma vez que a homogeneização doutrinária se tornara difícil de implementação (CHASIN, 1978). Há

um sentido e uma concepção política que precisa ser preservada e que se aperiga diante dos distúrbios ideativos que franqueiam espaço na AIB. O próprio autor descreve que corrompida as noções básicas do movimento fica comprometida a noção de Chefe, isto é, autoridade que uma nação cristã reivindica (CHASIN, 1978).

A exposição do chefe integralista principia por uma rápida apreciação sobre as diferentes "concepções do Homem" que os dois últimos séculos produziram. Condenando a todas, descarta, então, sucessivamente Rousseau, porque pretendendo a máxima liberdade da personalidade humana, tornou-a "escrava dos instintos"; Marx que pelo "seu materialismo a levou a ser "escrava da coletividade"; Schopenhauer que pelo seu pessimismo levou-a a tornar-se "desencantada das belas e amáveis cousas da vida"; rejeita ainda as "biliosas amarguras de Byron e Leopardi" e a "triste ironia de Anatole", bem como as "fantasias delirantes de Nietzsche com o seu super-homem. (CHASIN, 1978, p. 148)

O último documento oficial da AIB enquanto órgão legal é o *Manifesto-programa* de 1936. O manifesto teve um foco diretivo nas eleições; para além dos outros documentos que espalhavam o pensamento em suas linhas gerais, era preciso apresentar-se como partido político, como concorrente prático aos projetos paralelos de país. Tratava-se de dar cara de programa de governo ao que tinha verve doutrinária (CHASIN, 1978). No entanto, o texto apresenta um preâmbulo chamado *Preliminares* que insere o programa político nas teses integralistas mais gerais. As *Preliminares* retomam as aceções integralistas, em grande monta, o antiliberalismo, e marginalmente, o anticomunismo, que como vimos, aparece como predicado do capitalismo. Nos excertos do programa político, não obstante, há uma diferença marcante em relação ao *Manifesto de Outubro*, no que tange à empreitada política:

Ao passar, agora, à análise do programa governamental propriamente dito, cabe assinalar aquela que consideramos a única diferença significativa entre o documento de janeiro de 1936 e o Manifesto Doutrinário de 1932. Enquanto, neste, Salgado declara os integralistas "proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até o dia que formos um número tão grande, que restauraremos pela força nossos direitos de cidadania, e pela força conquistaremos o Poder da República", no Manifesto-Programa temos enunciado totalmente distinto: "Atingido o Poder da República pelo Integralismo, através dos processos indicados pela Constituição de Julho de 1934, pela Lei Eleitoral pela Lei de Segurança Nacional, Constituições Estaduais e legislação comum em vigor, o Governo Integralista(...)". Sem atribuir demasiada importância a nenhuma

das duas formulações, cabe observar que, em face de sua primeira oportunidade real de disputar o poder, o integralismo abandona a posição grandiloquente fixada (CHASIN, 1978, p. 153)

Dessa feita, a questão da violência na tomada do poder político parece desconsiderada ao passo que o respeito do rito democrático aparece como via da implementação do estado supervisor que garantirá a tradição, a família, o exercício das vocações divinas por meio das quais o país pode atingir sua harmonia. Como tece Chasin, nas palavras do integralista chefe, as finanças internacionais e as oligarquias internas aparecem como símbolo do monopólio que prejudica a provisão do essencial destino do país, interdições que precisam ser forçadas a perecer ou ao menos serem confrontadas; ainda, trata-se de fazer valer esse confronto para o continente sul-americano de modo que o novo mundo, em solidariedade, rompa com os laços subordinantes (CHASIN, 1978). À afirmação da pátria em sua essência e vocação divina, trata-se de impor as forças armadas galvanizadas pelo conluio nacionalista ao emprego bélico de sua funcionalidade caudatária ao estado e às questões sociais (CHASIN, 1978). Segundo aponta o *Programa*, trata-se de uma “gloriosa primavera humana”, onde por meio do Integralismo o espírito da raça poderá “renascer”.

Em suma, se pode entrever, o irracionalismo integralista brota da e reelabora a *miséria brasileira* em tom de enlevo autorreferencial, em dicção que vislumbra o destino nacional (a persistência do atraso) como imbuído do divino e do alcandorado, porém, é refringente ao progresso social; é viço aparente, entretanto, de feição verdadeira regressiva e lógica putrefata, conjurando reação e mistificação num sofisticado – e até sincero – discurso protecionista-nacionalista, que ecoa em túnica de brilhoso verde-amarelo a cobrir o ardil que proclama que “o espírito do sertão está invadindo as cidades”.

Passemos ao outro egrégio nome do Integralismo. Em 1917, o cearense Gustavo Barroso, já estabelecido como jornalista no Rio de Janeiro, escrevia *Ideias e Palavras*, donde, antes das reviravoltas estéticas de 20 e do movimento integralista oficialmente alavancado em 30, já abordava a questão da tradição brasileira como essência da nação (RAGO, 1989). Segundo o futuro autor integralista, tratava-se de repor o amor à tradição como verdadeiro ato nacionalista, uma vez que, sem amor pela própria história se faria impossível este traçado verdejante e tipicamente brasileiro; em outras palavras, mais dignas de concretude, tratava-se de impor uma prática de valorização da história militar e de luta

contra interesses externos ao da nação, reforçando o espírito brasileiro, o lastro da tradição, o culto ao passado e a autodefesa da nação.

Miguel Reale irá destacar em longínquo (em relação à AIB) livro de memórias, como Barroso franqueou com o antissemitismo (RAGO, 1989). Isto, no entanto, se demonstra em plenos pulmões nas conferências de Gustavo Barroso, assim como nas letras articuladas e registradas. O autor integralista se consignou como combatente à “conspiração judaica” alastrada, dentro da qual incluía a plaga teórico-prática do comunismo (RAGO, 1989). O tradicionalista e antissemita conciliou com o estado novo, mesmo no ocaso da AIB, reverenciando os ditames da autocracia. Em suma, avolumando as notas introdutórias, Barroso, descrito pelo seu alto porte e inclinação militar, foi também tradutor de algumas obras, como *O Fausto* de Goethe e, cabendo destaque, de *Os protocolos dos sábios de Sião*, acerca do qual teceremos mais palavras à frente (RAGO, 1989).

Como já ficou abarrotado de dizeres e analíticas, o integralismo surge de base diferenciada do fascismo. Abrolha no capitalismo hipertardio, perseverantemente atrofico e caudatário, expressando ideologia que pretende estancar qualquer desenvolvimento econômico industrializante avançado, fundando-se no ruralismo, no nacionalismo e no tradicionalismo espiritualista. Dessa forma, o integralismo, mesmo que amplo doutrinariamente, tendo em Salgado sua feição repleta, desferiu golpe ideativo certo não só no progresso social pela via da democracia, como também incitava diferenciação do nazifascismo. Enfim, espessou a densidade dos obstáculos ao frágil e oscilante movimento industrializante e urbanizador do país, sendo refringente também ao desenvolvimento econômico. A verdade da raça e da terra, como sobreditas, apareciam como elementos reveladores de um destino cósmico em que o estado integralista postava-se como mediador “autoritário” da realização. Antes de tudo, uma cosmogonia de pilares católicos que destinava a nação e as individualidades ao desenvolvimento de sua essência, *intuitivamente* captada, ameaçada pelas peias modernizantes e europeizantes do capitalismo/comunismo. Como já demonstramos, esses elementos ideológicos representam o conflito abrandado entre ruralismo renitente e industrialismo iminente, ou seja, a oscilação de acordos ou conciliação pelo alto, refringente tanto à plena fluidez quanto ao conflito aberto.

No caso brasileiro, como fulgurante distinção, a viga impeditiva ao progresso social é o atraso econômico continuado de um capitalismo hipertardio que não chegou a cumprir sequer suas tarefas econômicas, e não a tentativa destemida e inconsequente de um avançado capitalismo, tardiamente posto, em superar sua posição de elo débil na concatenação imperialista (*via prussiana*). No caso e o caso brasileiro, capital decomposto, corroído e geneticamente corrompido pelo passado, tem-se uma burguesia que nunca “aspirou a não ser não ter aspirações”. Segundo aponta Antônio Rago, o próprio Miguel Reale consumaria a constatação na década de 80, em sua sobredita obra de memórias, que o integralismo foi um anticapitalismo em um país sem capitalismo verdadeiro (RAGO, 1989).

Como já se abordou, as análises variadas do fenômeno do integralismo desembocaram na mesma mendacidade: o engodo pernicioso de tomá-lo como reprise de “ideias fora de lugar”, isto é, como mimetismo do fascismo. Nesse sentido, fica derogado o exame da dialética colonial, qual seja, a perquirição, o escrutínio da base donde surge o objeto ideológico. Nesse diapasão, a superestrutura e a estrutura social perdem vínculo e se esposa de uma autonomia absoluta que precisa dar-se ao ridículo explicativo do mimetismo, da investida arbitrária como motor da cultura, o que facilita a justificação ao mesmo tempo em que acalenta sobremaneira o erro, anuviando as diferenças entre a *via prussiana* e *via colonial* de objetivação do capitalismo, totalidades articuladas particulares, distintas em suas singularidades, faceadas no bojo da universalidade concreta do capitalismo, desenvolvido de maneira desigual e combinada.

Nesta toada adocedora da razão, o que está incluso, como ponto correto, em análises como a de Vasconcellos (RAGO, 1989), é que a categoria social burguesa imperialista não existe no Brasil. Se esta não existe – propulsora econômica do discurso fascista na Europa - só se pode ir ao encontro do sobredito Héglio Trindade se se definir o integralismo pelo complexo exclusivo da cultura, sendo uma repaginação arbitrária de discursos longínquos, sem vinco com a terra brasileira, exportados do ultramar (RAGO, 1989). O projeto integralista perde todo seu peso específico que a leitura imanente e a crítica ontológica oferecem; em primeiro lugar, porque não é anatomizado em sua estrutura e imanência, dissecado na articulação ordenada que configura o todo teórico; em segundo lugar, porque no perímetro desse erro de investigação, fica desalojada a crítica ontológica, crítica de gênese e função, aquela que perfaz a explicação representativa do movimento do todo social específico, em que ideologia e economia se

interpenetram com determinações reflexivas concretas; neste caso, o momento preponderante atinente à economia resplandece como base da totalidade articulada, amparando as disputas ideológicas. A forma de ser do capitalismo brasileiro perde enfoque, esgarça-se a tessitura do real, o que implode a chance de um marxismo depurado de idealismo, ou seja, atento ao talhe do texto rigoroso marxiano, da letra marxista autêntica.

Antônio Rago se dedica ao estudo da imanência da obra barrosiana, perfilando as diretrizes de seu ideário para repor a crítica ontológica em atualização. Como nosso capítulo expecta a recuperação desses núcleos nevrálgicos do reacionarismo e conservadorismo nacionalista brasileiro, vamos à busca de uma síntese das elucubrações do integralista que esquadrinhem e ampliem o nosso acervo e endossem o cerne explicativo dessa ideologia reacionária no solo decadente em que a burguesia sempre foi contrarrevolucionária. É preciso, em primeiro plano, deixar claro um entrevo que junte e afasta Barroso e Salgado: se ambos estão na empreitada de derrogação do “materialismo”, cabe, inobstante, dizer que o primeiro atinge o âmago do materialismo indicando logo ali uma “inteligência maligna” definida e distinta, qual seja, a inteligência judaica, o “indivíduo portador do espírito judaico”, como aduz Rago (1989).

O “advento da revolução capitalista” desequilibrou o desenvolvimento das verdades essenciais, do destino humano. O humanismo e o individualismo romperam com o manipanso demiúrgico, o ordenamento divino e com a solidariedade comunal; a técnica e a industrialização vieram no bojo do “materialismo” embotando a ligação entre homem e divino; o liberalismo adotou o sufrágio universal, supostamente igualando a todos e degradando as hierarquias naturais, segundo o autor reacionário (RAGO, 1989). Barroso emplaca, como ideólogo, também no crivo da revolução subjetiva, instando a reviravolta que só a revolução subjetiva poderia consignar, entificando a recuperação, enfrentando o desvio de caminho que se sucedeu com o capitalismo e o adendo inexorável, o comunismo. Trata-se de uma recuperação ética, donde o problema do estado não é tático ou técnico, mas também de recuperação de valores e concepções, refazimento das diretrizes éticas divinas (RAGO, 1989). Barroso ataca diretamente o banqueirismo judaico internacional, renegando ser uma crítica de base religiosa ou racial, mas o ataque a um projeto universalista que pode ser cristalizado idealistamente como “interesse do mal”. O judaísmo seria, todavia, mais que religião ou tradição, mas uma estratégia secreta de elaboração de um domínio universal no mundo cristão (RAGO, 1989).

É de primeira importância retomar que, como Salgado, Barroso vê na família, tomada de maneira trans-histórica, e, por isso, abstratamente, a solda básica dos valores morais, o núcleo e enlaçamento diretor da individualidade, pois salvaguarda da moral cristã. A propriedade é expressão da individualidade, projeção de seu desenvolvimento, tendo que se opor ao vício da acumulação e à propriedade comunista que desaloja e degrada a individualidade (RAGO, 1989). A pátria por sua vez é mais que a unicidade material, mas união das famílias em torno de uma tradição histórica e geográfica, de um destino cósmico revelado nas tradições. Importa dizer, portanto, que a verdade da raça e da terra são retomadas, e a apologia ao pequeno agricultor reponta como veio do ideário (RAGO, 1989).

Cabe ainda destacar que, quanto à verdade da raça, o autor dirá que a união tríplice fundamenta na união de três sonhos: das tribos tupis, o sonho do paraíso terrestre, dos negros, o sonho da libertação, dos europeus, o sonho da descoberta e heroísmo. A predominância indígena, ao que parece, não se entoa como fio vermelho que tudo arrasta, como em Salgado. Cabe destacar também o aspecto tributário do estado integralista às famílias; aquele não é antevisto como organização político-jurídico-militar, quanto antes, reunião das famílias protetoras e mantenedoras da moral cristã, das verdades tradicionais, do destino cosmogônico e da moral essencial do homem brasileiro (RAGO, 1989). O estado, além disso, vigora com sua verve corporativa, enlaçando interesses comuns do capital e do trabalho. Ao fim das contas, o antissemitismo barrosiano é o eixo de uma concepção integralista mais ampla, a antiga disputa entre espiritualismo e materialismo, a disputa entre dois espíritos maniqueístamente divididos, portanto, a disputa entre mal e bem, conquanto o primeiro seja representado terrenamente pelo espírito judaico (RAGO, 1989).

Ambos os integralistas tratados tergiversam o real apontando uma situação apocalíptica em que o materialismo avança de maneira devastadora. Nesse caso, como ficou claro, o materialismo é um viço cultural desviante do brio espiritualista, que atila a sorte humana em degradado destino, em putrefato e artificioso modo de ser. A busca integralista enviesa pela reviravolta do âmago humano, procurando pela *intuição* e remonte ao tradicional, enquistar novamente no mundo o destino cristão-religioso-espiritual. A perspectiva integralista se atira completamente nos braços do irracionalismo, substancia a revolução espiritual a partir de armações mais ou menos sofisticadas e coerentes internamente, todavia, sejam absurdos expressivos. Aqui pode-se certificar um nostálgismo, na medida

em que se aprecia o feudalismo como ordem onde o destino cristão se realizou (RAGO, 1989). Por conseguinte, o perfazimento constatado nesse ideário é o aperfeiçoamento da ordem social à maneira canora da nova espiritualidade, na qual somente ela poderá reorientar o trançado humano essencial demovido secularmente pelo materialismo atroz. Numa palavra, esse materialismo é conduzido pela inteligência do mal, o anticristo, que abrolha no plano secreto universalista judeu durante os milênios e tem, destaca-se, organização tácita nas maçonarias (RAGO, 1989).

Cabe destacar, outrossim, que os primeiros textos de Barroso até o início da década de 30 não apresentam antissemitismo declarado (RAGO, 1989). As passagens que evocam os judeus descrevem seus rumos e punições históricas, sem aduzir um juízo bem definido e bem enfático, isto é, sem compartilhar de uma destruição ferrenha do povo judeu e sem tergiversar sobre um suposto espírito do mal. Sua visão se altera com os *Protocolos dos sábios de Sião*, falseamento da polícia czarista, que é assimilado de maneira seminal por Barroso e que passará a matizar o acirramento agressivo de seu ideário (RAGO, 1989). Gustavo Barroso se singularizava no seio do integralismo ao adequar o misticismo, o reacionarismo, o ruralismo, o religiosismo, ou seja, o irracionalismo ao montante antisemita. Não se deixou, como já apontara Chasin, de se organizar uma clivagem de pensamento coesa, mas apoiada em um elemento concretamente diferente, mesmo que o crivo espiritualista cristão fosse o pano de fundo inegociável.

O espírito judaico, no bojo do antissemitismo barrosiano, representa o avanço do internacionalismo, a degradação e afronte ao nacionalismo, portanto, a tergiversação dos elementos tradicionais agregados a uma terra e raça (RAGO, 1989). Segundo outras teorias contrárias e combatentes ao “espírito judeu”, também se tem em conta que as altas finanças mundializadas e o socialismo advém do mesmo pulso internacionalista judeu, o que é assertiva bastante apressada de Afonso Arinos (RAGO, 1989). O espírito judeu aparece, no ventre dessa teoria adstringida e irracionalista, como veio pernicioso, como erva daninha que se alastra, se espraia pelo mundo, e de modo parcialmente secreto e espargido, faz fenecer o espírito nacional e patriótico. Para Barroso, capitalismo, liberalismo e judaísmo passam a se identificar de modo indissociável, de modo que o espírito do mal que substancia o materialismo se dá na expressão do povo judaico que faz derrogar as tradições religiosas e objetiva o mundo internacional do capitalismo e dos indivíduos isolados e abstratos subsumidos à acumulação de capital, aos juros etc (RAGO, 1989). O anticapitalismo romântico atravessa por meio do antissemitismo a

concatenação de um ideário coeso e idealista que presume sem provar, ou mesmo, sem poder comprovar sua veracidade. É preciso sedimentar o argumento de que, se este irracionalismo não corrobora o racismo de um modo mais direto (biologicista), isso não indica que suas consequências efetivas e práticas não adulem e alimentem a montagem racista.

Autores conservadores como Azevedo Amaral, por sua vez, consideravam o antissemitismo de Barroso como uma “ideia fora do lugar” (RAGO, 1989). Desta concepção, evocava-se que o antissemitismo só poderia se engendrar como ideologia discrepante dos objetivos nacionais, do foro tradicional brasileiro, sendo, por conseguinte, deletéria e antinacionalista. Se com a montagem antissemita, Barroso pretendia golpear fatalmente o internacionalismo franqueado pelo espírito judeu, para Amaral, pronunciava o objetivo de maneira oblíqua e invertida já que adquiria pleitos pelas culturas exteriores (RAGO, 1989). Afonso Arinos, como visto, fazia ressonar a voz barrosiana endossando que a tradição judaica continha em si o fogo do internacionalismo, chama que se objetivava perigosa em nível mundial, pois que transformava em cinzas as tradições e raízes nacionais atingidas (RAGO, 1989). A ideologia internacionalista, dessa feita, provém do espírito e da psicologia judaica (um povo sem sentimento pela própria terra, pois não a possui de modo circunscrito e definido), abstração irrazoável que junte tanto o espargido liberalismo quanto o internacionalismo marxista/comunista. A miríade de absurdos ideológicos ganha novo patamar, quando Arinos contrapõe Trotsky e Stálin, afirmando naquele o genuíno espírito judeu, expresso pela peça demagógica internacionalista, enquanto neste sobrevive a substância geográfica e racial autêntica do povo russo (RAGO, 1989). Dado isso, ter-se-ia em suas teorias a oposição patente entre revolução permanente e socialismo nacional (RAGO, 1989).

Ainda, como já advertimos de maneira manifesta, só por síntese confusa se poderia imbricar o antissemitismo nazista e o antissemitismo barrosiano; só pela investida que desconsidera a totalidade concreta em particular, se poderia replicar à revelia do real, a tese das “ideias fora do lugar”. A diferença específica do antissemitismo barrosiano precisa ser alvorecida, portanto. Em Barroso, a diretriz rática desaparece, fazendo emergir o problema político e econômico ligado ao certame judeu. Se o judeu é agente “maléfico e demoníaco”, isso só pode se dar pela sua prática indissociável do internacionalismo, de maneira que o capitalismo, o banqueirismo internacional e o comunismo sejam facetas do materialismo prático do ser judaico (RAGO, 1989).

Para Barroso, nos *Protocolos* estavam incluídas as facetas repletas do plano de domínio mundial judaico. Isso quer dizer, ademais, que toda reação antijudaica se caracterizou por uma justeza de ação defensiva, para Barroso, da tradição (RAGO, 1989). Dessa forma, mesmo que provada a falsidade do texto mestre no qual se ancorou o integralista, tornou-se pelas vigas da realidade (segundo Barroso), uma necessidade, do início ao fim, *política*, o combate ardente ao plano internacionalista dos judeus, aquele que já se efetivava pela agiotagem universal, e que ganhava novo fôlego pelas armas bolcheviques-comunistas.

O plexo ideológico irracionalista barrosiano corresponde, ao cabo, aos ditames gerais do integralismo que visam à prevenção e ao vaticínio contra qualquer subversão, contra qualquer inflexão do materialismo nas suas diferentes figuras; trata, outrossim, da preservação do mote espiritual e divino, da salvaguarda da família, bolsão moral de alta conta e da harmonização das classes distintas e antagônicas. Assim, preserva-se a suposta tradição nacional, o suposto destino individual e coletivo postos pela essência divina, fazendo do integralismo um bastião, sobretudo, espiritual que precisa se interpor aos planos malignos do materialismo, que, na visada barrosiana, tinham como fulcro e âmago, a difusão, pelos organismos secretos e subversões múltiplas (do capitalismo voraz ao comunismo), do espírito judaico-internacionalista (RAGO, 1989).

Vejamos, também, que para Barroso a mediação do Estado Forte se faz essencial como encetamento dessa proteção do destino divino da nação, além de intermediário para a pacificação das nações, antevendo e conduzindo ao estertor as tentativas de dominação de uma à outra (RAGO, 1989). Há, desde então, uma crítica romântica ao capitalismo, ao banqueirismo, ao capital financeiro, à guerra de classes, à subordinação internacional, porém, apreendendo nesses elementos imanentes do circuito do capital uma “perversidade espiritual”, um exercício “diabólico”, um problema que, destarte, só poderia ser resolvido na sondagem e regeneração no âmbito da revolução subjetiva-espiritual. A mediação do próprio estado, já que nos importa a determinação reflexiva com a forma política, precisa ser explicitada: na concepção barrosiana, no que vemos reflexos plinianos, desponta que o programa de proteção e reversão espiritual só poderia ser viabilizado pela atuação decisiva e forte do estado (RAGO, 1989).

Para estancar o falseamento dos *Protocolos*, Antônio Rago esclarece que o texto fez parte de um conjunto de materiais publicitários falseadores advindos da polícia política czarista no início do século XX. Tinha como objetivo central elevar o movimento judaico a

inimigo nacional, na medida em que assim poderia conter os conflitos internos destinados a eliminar a miséria popular; tratava-se de vincular a plethora de eventos subversivos à responsabilidade judaica, criando, portanto, na esfera coletiva um consenso de luta contra um inimigo comum (RAGO, 1989). Sabe-se, ademais, que textos como *O Segredo do Judaísmo* também circularam com a mesma tônica política e feitiço manipulador, refletindo a responsabilidade dos judeus na morte do Cristo. O texto dos *Protocolos* foi plagiado de uma crítica a Luís Bonaparte (de Maurice Joly), assim como de excertos do jornalista Sharapov que debatiam questões econômicas. Ao cabo, tratou-se de eliminar os movimentos reivindicatórios e revolucionários (excedendo o ataque aos judeus, porém, utilizando a justificativa ideológica), contribuindo nos massacres das revoltas de 1905 na Rússia (RAGO, 1989).

A prensa ideológica que subjaz neste movimento é de âmago e cerne reacionário-mistificador, resta claro. Como explicado, substancia o irracionalismo moderno ou a “destruição da razão”, posto que, como representação da classe em tensão pelas modificações da sociabilidade (as transições ao mundo burguês na Europa e no mundo), tem como necessidade social a utilização da mistificação irracionalista para sua sobrevivência efetiva. Nesse sentido, no caso russo, está amotinada na posição de classe em declínio assomada da ideologia católica que concebe o mundo segundo suas hierarquias divinas, e por meio deste reconhecimento, abrolha respostas correspondentes à dominação de classe específica. Nessa toada, a tessitura dos *Protocolos*, supostamente judaicos, trariam como núcleo a degradação da vida cristã-católica, por meio, principalmente, da asseveração da liberdade de consciência e da igualdade, as quais, em seus pesos reversores, dilapidariam de forma mendaz e pérfida, a ordem cristã instaurada sob os corretos auspícios divinos. Inelutavelmente, tratar-se-ia do próprio pulso e ardil judaico na luta para que o “rei de Israel” dominasse o mundo (RAGO, 1989). Nesse diapasão, Rago afirma que claro está que quem escreve os *Protocolos* arregimenta posição uma conservadora-cristã; nesse enlace, o antídoto ao judaísmo, posto como novo corruptor do apanágio cristão, só pode ser o próprio catolicismo: a resolução chega ao fim desejado, pelas graças da mistificação, que ao fim de sua malha coesa, requer e angaria um frontispício fulgurante salvador: a reenfatização da espiritualidade católica como redenção.

Ao passo que a destruição do mundo católico-aristocrático, aquele que preserva a hierarquia e harmonia divina, é fundamento do projeto de dominação judaico, se fazem

necessárias teorias que desfigurem o cristianismo. Nesse encetamento, temos que o liberalismo, o cosmopolitismo, o financeirismo, o marxismo, o darwinismo, e mesmo, o nietzschismo, entre outros, são apenas compostos e infuso teóricos de enganação, todos repletos da peçonha judaica, do líquido da confusão, da fera artilosa que lapida e esculpe, em meio à fenda que abre, trilhas e pontes para o domínio universal judeu. São armadilhas sociais contra o espírito divino, contra a tradição nacional (onde esse espírito se encarna), que, de maneira indiferente (seja o liberalismo, seja o marxismo) atilam – sua razão de ser - meticulosamente a conspiração (RAGO, 1989).

Aprofundando nos nuances arditos dos *Protocolos*, tem-se nessa peça fraudulenta uma esperança e planejamento judaicos de que a liberdade e igualdade preconizadas se realizem em meio à república e destruição da sociabilidade feudal. Nesse quiproquó do falseamento, o enredo do materialismo judaico não se crispava com as tentativas de reação católica, iria além. Produziria o abismo de classes, qual seja, de um lado o imposto e domínio dos juros sobre a terra, ademais, a proletarização das massas, a subsunção da vida à miséria: nesse ínterim, cravaria o seio social de insatisfação, de luta social, de anarquia (RAGO, 1989). Em suma, com a demonstração pelo curso histórico da igualdade e da liberdade como direitos políticos republicanos apenas formais, se constituiria a guerra social de maneira aberta, a clivagem das faixas civis, a instabilidade pungente entre as classes. O mundo aristocrático-católico é, doravante, substituído por um mundo onde as massas passam ser direcionadas pelos “gênios judaicos”. Destaca-se, todas as “invenções” judaicas seriam “provisórias” para degradar o mundo cristão, abolido no governo generalizado judaico (RAGO, 1989).

A “peça fraudulenta” guardava também, como aduzimos, plágios de excertos de Shaparov, jornalista russo, tematizando de maneira mistificada e pejorativa aos judeus, o processo econômico. Segundo a fraude, os judeus também planejavam intervir no processo econômico gerando as crises e as subordinações dos estados ao capital financeiro. Tratava-se, por conseguinte, de fazer emergir os monopólios e jogar no proletariado o maior contingente possível de pessoas (RAGO, 1989). Outrossim, lavar o abismo entre os “de cima” e os “de baixo”, tecendo a malha societária em efervescente agonia e contraposição entre classes; levar o capitalismo ao máximo de sua mácula, usando da depauperização para os intentos “demoníacos” do seu futuro domínio generalizado. Nesse concerto de fraudes, se percebe que o marxismo aparece sempre rebaixado a teoria problematizadora da pobreza, simples elemento constitutivo do

universo de conflitos capitalistas (RAGO, 1989). Na pena de Barroso e nas letras fraudulentas dos *Protocolos*, os judeus seriam senhores responsáveis da maior engenhosidade já vista, concatenando classes e teorias contrapostas, absoluto castelo social construído para desabar nos braços de seu artífice.

Gustavo Barroso, por sua vez, deposita toda esperança contra o materialismo, no qual subjaz a substância maquiavélica judaica, na “nova espiritualidade” (RAGO, 1989). Nesse quesito, como já advertido, o estado tem uma função mediadora na promoção da regeneração espiritual-religiosa da humanidade. Nesse âmbito, deve-se destacar que, similarmente a Salgado, para Barroso o Estado deve se furtar do democratismo quanto se afastar do totalitarismo; em suma, como protetor da regeneração espiritual e da harmonia corporativa das classes, deve deixar com que o indivíduo exerça seu destino em meio ao destino espiritual-tradicional da nação. A família, por sua vez, sustentáculo inarredável da moral, da tradição e do estado forte, é o polo que aglutina a educação precípua do indivíduo para a vida canora ao destino e vocação patriótica. O estado, de maneira bastante similar também (aos insumos plinianos), deve encampar, para Barroso, uma mediação corporativa entre empresariado e trabalhadores, preservando o enlace harmônico, permitindo certa agência do indivíduo que não falcature a estrada divina, impedindo o ensejo da ganância financeira e a subordinação do agrário ao industrial (RAGO, 1989). A regência da fraternidade magna se encontra, dessa feita, na forma de ser exemplar da feudalidade. Em outra figura, o integralista dirá que o estado é uma síntese “moral, política e econômica”, dando ênfase ao moral, substanciado pela divindade, isto é, pulso que ritma a gerência do estado não como instituição plenipotente, mas a serviço do conjunto das famílias que são a concha límpida e segura do clarão divino.

Ao sabor desses esclarecimentos, tem-se, pela plataforma ontológica corretamente apreendida, que os solfejos ideativos se ancoram na própria objetividade, sem nuance automatista qualquer. O pensamento não é um departamento autômato da vida real, assim como não imputa o indivíduo como um mero títere de forças em jogo envolvente. No entanto, ao arpejo do gosto estabelecido, tampouco se pode autonomizar o pensamento da vida prática, isto é, em todos seus níveis e condições, de sua fundamentação ontoprática, se com isso, queremos ser corretos e incisivos com o âmago da vida estruturada e reproduzida. Nesse imbróglio, mesmo aqueles autores alotados, aparentemente, ou autointituladamente, distantes das disputas sociais, estão respondendo a questões do presente entificado; por mais que se apresentem em plano superior,

envolvidos por abóboda insigne e divisadas por abismos dos problemas centrais da vida social, só na aparência a petulância subjetivista pode ser endossada. A teoria barroiana, ao contrário de qualquer sedução e pretensão solipsista e de axiologia neutra, posta-se contra os “conflitos de classe e sindicais” de seu tempo: contudo, pela posição e desdobramento, inviabilizando o prisma da superação pelo impropério reacionário-mistificador, por meio do qual a moral cristã não aniquilaria o capital, mas o conduziria (RAGO, 1989).

O autor integralista mistifica, ou repõe e atualiza a mistificação, de que as organizações secretas do judaísmo impuseram a revolução religiosa e política que destruíram a síntese espiritual e social do mundo feudal (RAGO, 1989). Hasteando a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade, corromperam a hierarquia natural que vigia alcandorada na sociabilidade feudalista, assim, decompuseram a expressão social e individual de uma vida unitária, correspondente às diretrizes divinas. Tornou-se conspurcada a desigualdade natural protocolada pelo altar divino, que tem subjacente uma igualdade enquanto “filhos de deus”. Passa-se, perniciosamente, à igualdade e liberdade da razão que, em uma palavra, ratificam a peia materialista, individualista e mesquinha no indivíduo, tornando-o obtuso à realização plena de sua vida: a conspiração inexorável com o divino mantenedor. O próprio liberalismo político e econômico, fraturados pelo insucesso de sua ausência de uma reta moral, de um bem espiritual condizente, abririam as portas ao insumo socialista e à reivindicação comunista (RAGO, 1989). Ao fim, o “conservantismo cristão” barroiano inspira na luta contra o “espírito do mal”, o “espírito judaico”, o litígio contra a camarilha que historicamente trouxe o reino do liberalismo, da democracia, do socialismo (“filosofismos revolucionários”); isto é, fabulou, pelo misticismo hiperbolizado, uma crítica contra o avanço do capitalismo, da “civilização industrial”, sua intensificação nas terras brasileiras. A democracia, diga-se de passagem, é tomada como enfraquecimento, pretense pluralismo que, em sua canga, trucidada as hierarquias naturais e desorganiza a vida social. Ademais, advém com o mundo que “encoleriza pelas crises econômicas” e “enlouquece” com a manta do comunismo (RAGO, 1989).

Para darmos cabo da situação brasileira, a forja reacionária de Barroso – a partir de sua posição agrarista e conservantista de um Brasil arcaico - reagia contra as investidas industrializantes. O autor representava, por intermédio do novo teórico específico que ora esmiuçamos, o medo da degradação da pequena propriedade, do sentimento patriótico advindo da terra, da família, enfim, a degradação de Deus. Emarremate, sabe-se que Léon

Poncins foi das grandes referências antissemitas do integralista, donde o autor reconheceu, entre outras coisas, a maçonaria como entidade judaica secreta e operativa dessa destruição de largo alcance contra o mundo cristão (RAGO, 1989).

É de se destacar, segundo o ordenamento analítico que temos alinhavado, que até grandes nomes de magnatas do café são denunciados por Barroso como constitutivos da engrenagem que talha a destruição do mundo cristão. Há, dessa feita, certo ataque, portanto, ao latifúndio em favor do *Standpunkt* pequeno-burguês, do pequeno agrarismo. Para Gustavo Barroso, “o judeu Roberto Simonsen, magnata dos grandes negócios do café, inaugura e orienta a Escola Livre de Sociologia e Política, onde vai instilando o sutil e perfumado veneno de suas teorias” (RAGO, 1989, p.134). Além do combate incisivo ao capital industrial e bancário, o próprio latifúndio aparece, por conseguinte, como um poder paralelo que periga o enfraquecimento e desmantelamento do estado. Outra clivagem a se dar destaque é que, para o autor, não apenas a Escola de Sociologia e Política, como também as universidades cariocas emergem como centro estratégico de difusão do liberalismo e do comunismo, arquitetando a distribuição do “veneno perfumado”, isto é, injetando a seiva e as agruras do espírito judaico na vida pública da sociedade. A fragilidade estatal-republicana representa, na contração irracionalista do pensamento barrosiano, a abertura de janelas e fendas para a atuação de forças políticas ocultas, principalmente, dos organismos secretos e políticos dos judeus que, por meio dessa vulnerabilidade e lassidão da democracia, desenvolvem governos paralelos dentro do governo (RAGO, 1989).

Ao contrário, no estado forte de verve cristã, há a proteção das individualidades, da família, portanto, uma segurança do desenvolvimento, no prumo divino, das hierarquias e destinos (individual e coletivo), em que a moral metafísica-religiosa ganha efetividade no espírito humano renovado. Nesse caso, segundo Barroso, o totalitarismo fica também excluído, pois este espreme e reprime a individualidade inflitando-na à parte miserável do todo. Da mesma forma, as corporações servem como mediação estatal em que o ensejo do trabalho se comunica com o ensejo do capital, por onde, se pode regular a vida harmonizada, sem excessos da propriedade privada e do lucro, sem revoltas descabidas do prisma do trabalho. Segundo o autor, doravante, o estado forte cristão é aquele que, de fato, sintetiza a primazia dos indivíduos e da família, uma vez que a democracia é débil e vítima dos poderes paralelos financistas, assim como o totalitarismo é um nacionalismo mediado por um poder que nasce “de cima pra baixo” (RAGO, 1989). Na coesão do

discurso – irracionalista - barrosiano, o estado forte cristão é aquele que, de fato, nasce “dos de baixo”, o que não poderia ser afirmado sem o aparato mistificador que configura a reação integralista: reação pequeno-burguesa agrarista, concepção religiosa do ser social, deformação ontológica da totalidade social, mistificação nostalgista do passado e do presente, distorção da conformação da subjetividade etc.

Isto nos conduz, assim, à concepção do Estado cristão tal como é definido por Barroso. Do mesmo modo que Salgado, ele defendeu um Estado *intermediário*: “Estado que é pensado num ponto intermediário entre o poder de *autoridade decaída*, consubstanciado pelo liberalismo, dado mesmo como em colapso desde a Primeira Guerra Mundial, e a *autoridade absoluta*, absorvente e destruidora da personalidade, e que afirma uma personalidade própria. Poder-se-ia falar aqui de um Estado *intermédio* para um capitalismo *intermédio*. Ou, em termos mais usuais: um Estado pequeno-burguês a dirigir soberanamente um capitalismo pequeno-burguês de base rural.” (RAGO, 1989 p. 268)

Por fim, cabe ainda destacar convictamente a posição do integralista quanto ao cotejo com o fascismo. O antisemita aglutina, por falta de melhor expressão, o integralismo na canga fascista, entretanto, deixando explícita a diferença específica daquele. Assim “de todos os movimentos de caráter fascista, e assim os denominamos por falta de expressão mais apropriada para a sua generalidade, o Integralismo brasileiro é o que possui maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrina mais perfeito” (BARROSO apud RAGO, 1989 p. 140). Percebe-se uma dubiedade, já que de um lado o fascismo aparece como guarda-chuva conceitual inespecífico (obviedade até para um irracionalista!), deficiente, porém como o termo relativamente apropriado para abrigar um conjunto de movimentos. Em resumo, o Integralismo só poderia ser fascismo se fosse perspectivado por uma generalidade bastante ampla que deixaria difusas as características de sua particularidade. Sobre estas, como já apontamos à renitência, o infuso espiritual granjeia posto sobredeterminador. Em arremate, também em teratológica, mal fundada, irracionalista, reacionária, mistificadora, anuviada, corrompida afirmação, Gustavo Barroso pretendeu fraturar a medula, o centro nervoso do comunismo – como pretensa “salvação” - porquanto este prometa “somente a mediocridade dos estômagos fartos e sexos contentes à custa da Família, da Pátria, de Deus” (BARROSO apud RAGO, 1989 p. 168), no entanto, consignou, para usar as palavras de Antônio Rago, uma interpretação de “rotunda pobreza”. Em suma, em torno do fascismo e do integralismo:

Alguém poderá indagar se ambos não possuem alguma similitude – está claro, que sim: ambos configuram formas de reacionarismo, formas de irracionalismo, naturezas que expressam anticomunismo e um antiliberalismo, ideologias que solicitam a presença de um Estado forte e de uma afinada colaboração de classes, etc. Entretanto, como disse Marx, “Compreender consiste em conceber a lógica específica do objeto específico”, em outras palavras, a diferença histórica que configura as universalidades precisamente em suas conformações particulares concretas. Restaria-nos reindagar: o que vale destacar? A generalidade abstrata da identidade nacionalista, determo-nos aí e só aí, ou apontarmos para a *diferença* entre um nacionalismo *imperialista* do grande capital e um nacionalismo *defensivo* do pequeno capital, geneticamente matizado por um capitalismo subordinado ao imperialismo? (RAGO, 1989 p. 260)

3.2 A industrialização nacionalista bonapartista: Vargas e Azevedo Amaral

Segundo Livia Cotrim, o período de 30-45 descerra uma fase importante de inflexão na *via colonial* de objetivação do capitalismo. Trata-se de um momento, como temos debatido, em que o capital atrofico e caudatário inflete à busca de sua solução, isto é, da possível varredura de sua incompletude pelo advento do novo. Quanto à efetividade dessa varredura, já se destacou, foi consignada por uma *oscilação de acordos pelo alto* entre as classes dominantes, assim, que o “novo teve de pagar alto tributo ao velho”. Logo, a consignação do capitalismo verdadeiro no Brasil demanda uma anatomia rigorosa de sua falha, já que é preciso registrar se o caráter atrofico e caudatário foi mesmo suspenso, o que como pudemos ver, obtém resposta negativa já que o país rumou, mesmo nos últimos anos, à crassa desindustrialização relativa e integração subordinada na nova fase de acumulação, o capital globalizado. Seguindo a toada de uma sociabilidade geneticamente decadente, destaca-se que a marca e apanágio da burguesia brasileira (agrária e industrial-urbana) foi a “contrarrevolução preventiva”, estatuinto, como mediação asseguradora, um revezamento entre bonapartismo e autocracia institucionalizada, predicados da atrofia e da subordinação históricas (CHASIN, 2000).

Livia Cotrim (1999) reitera, como estabelecemos no capítulo anterior, como os ditames e ideários reacionários acerca da “vocaçao agrária” brasileira passam a ser enfrentados e tornam-se mais combatidos a partir da década de 30. Nesse ínterim, como também aditamos, a feição do transpasse (“conciliação pelo alto”) não é de viés revolucionário (ou de conflito desenfreado), mas confronto ideológico relativo/abrandado que aponta, de

modos variados, possíveis transições da base econômica. Em suma, o discurso varguista adstrito à época, preconizava a emersão do propalado “interesse nacional”, buscando constranger o capital externo e a produção agrícola sem rompantes abruptos, mas enviesando-os aos designados propósitos da “autonomia nacional”.

O conceito de indústria natural e sua defesa haviam nascido no império, apoiados “nas tradições brasileiras, nas tendências fisiocráticas de nosso pensamento econômico”, que se explicava “em face dos interesses predominantemente agrícolas do país”, mas foi somente “durante a república e sob o impacto da crise da década de 90 que a ideia tomou corpo”. Contava com defensores tanto liberais (que combatiam o apoio direto do estado à indústria, como é o caso de Joaquim Murinho), quanto protecionistas (que, como Américo Werneck, advogava “a solidariedade entre a indústria e a agricultura”, o que redundava em defender proteção para a agricultura e para as indústrias que utilizassem a matéria-prima nacional); em que pesem as diferenças entre essas correntes, ambas consideravam que “a população rural estava sendo sacrificada pelo alto custo de nossa produção industrial”, e atribuíam a ele, “em grande parte, a responsabilidade pela carestia da vida no Brasil”. A contraposição estabelecida entre indústria natural e indústria artificial, com a defesa da primeira, caracteriza-se, assim, como uma reação ruralista – *reação* que só adquire sentido se se leva em conta a existência de um movimento industrialista e a efetiva, conquanto não radical, oposição de interesses entre industrialização e a agroexportação. (...) Nícia Vilela Luz distingue “no movimento a favor da industrialização do Brasil, durante a primeira república, 3 fases distintas: a do industrialismo da primeira década republicana, industrialismo cuja validade e cuja oportunidade seriam postas em cheque, principalmente depois de 1898 com a queda dos preços do café e a grave situação financeira do país; a grande ofensiva protecionista do início do século, que morreria em 1907, com o abandono do projeto protecionista de João Luís Alves; e, finalmente, a fase de consolidação em que a indústria, já firmemente entrenchada na política nacional, vai defender suas conquistas contra seus adversários que a acusavam principalmente de ser responsável pela carestia de vida de que sofria o país”.(COTRIM, 1999, p. 89-91)

Francisco Weffort afirmara, tendo por lastro o momento histórico agora pertinente (1930/64), a conjuração do populismo. Esse teria se configurado dada a débil presença e o exangue protagonismo das classes dominantes, isto é, nem a classe oligárquica rural, nem classe emergente industrial consignaram hegemonia. Desse contexto, o personalismo populista, o poder eivado pela figura de uma persona singularizada, abrolha tendo nas massas populares um lastro mobilizador, ao mesmo tempo que defende a pauta

dominante, dando a estas alguns precários alentos. Octávio Ianni admite, por sua vez, o populismo como posição política anti-imperialista e antilatifundiária que à época pretendia reforçar o novo Brasil urbano que germinava. As massas populares serviriam como manobra para consignar os interesses das classes industriais emergentes, tendo como dianteira um poder executivo estatal hipertrofiado e manipulador, o que remonta mais uma vez ao “vácuo de poder”. A despeito de não ser nosso foco combater tais compreensões, não podemos deixar de concordar com J. Chasin e Livia Cotrim ao denunciar a choldra liberal subjacente. Apologia direta da ordem do capital, as teorias do populismo (ou do autoritarismo) partiriam do parâmetro da democracia formal burguesa tomada como modelo de racionalidade, liberdade e equilíbrio por si só. O populismo apareceria como forma de “decadência”, opróbrio, degradação da democracia formal burguesa, essa sim, mediada e estável, cujo “valor teórico e prático” seriam insuperáveis, uma espécie de fim da história (COTRIM, 1999). Esse trajeto conclui-se como hipóstase conceitual do político, aglomeração de traços empíricos e elevação de universais abstratos, tipos ideais, de modo que a concreção, a apreensão da totalidade articulada definida, que daria a resposta correta de cada caso (como, por exemplo, evitando a confusão entre nazismo e stalinismo, em outro caso) se mostra refringente ao obtido por essa imputação politicológica e liberal. Nesse aspecto, acaba por dispensar o estudo rigoroso do concreto, elide o procedimento marxiano através da erosão conceitualística e empiricista, ao fim e ao cabo, deixando a democracia formal burguesa por idolatrada. Assim, “é a partir da contraposição ente os modelos da liberal-democracia e de totalitarismo – a positividade máxima e a negatividade máxima – que serão desenvolvidos os conceitos de populismo e autoritarismo, como formas intermediárias entre aqueles dois polos” (COTRIM, 1999, p, 480). Em suma, proposições seladas pelo diagrama conservador-manipulatório que desistoriciza ao passo que não atenta para a particularização de cada via de entificação do capitalismo (ao que nos interessa, a nossa, via colonial). No estandarte dessas teorias adstringidas, o líder político ganha protagonismo e arvora como momento preponderante o próprio estado já que nem a “classe dominante” nem a “classe dominada” erguem, ou poderiam erguer, um projeto geral a ser efetivado.

Partindo de outro procedimento, marxista por excelência e autenticidade, reitera-se o apanágio recrudescente da burguesia brasileira, posto pelo seu caráter hipertardio, quando a tessitura capitalista já não ressoa como sociabilidade ascendente, quanto antes

demonstra seus anacronismos e estranhamentos em alto e bom som mesmo em sua “fornalha natal”. Burguesia que, portanto, esteve ligada às formas arcaicas da produção, isto é, do antagonismo/estranhamento escravista-colonial e que, em sua versão urbana, não abrolhou como portadora do “mundo novo”, pois prenhe do seu mau sucedimento, no elo débil, como burguesia atrofica, caudatária e ultrarretardatária. A mácula da incompletude e da subordinação, da atrofia e do caudatarismo, repontaram como pilares vivificando um “capitalismo verdadeiro” sem projeto nacional de real independência, mas de “independência neo-colonial” (CHASIN apud COTRIM, 1999, p.72). Caracteriza esta burguesia, sobretudo, o politicismo, sintomática da debilidade própria que rebaixa o político à condição de “freio e protetor” que inviabiliza a elevação do progressismo politizante (mesmo em seus limites intransponíveis dos direitos políticos e sociais). Ao fim e ao cabo, não se trata de “vácuo de poder”, ou mesmo, de simples “ausência de hegemonia”, mas de particularidade e particularização de nosso cenário, que deflagra uma burguesia que apenas aspira não ter aspirações (CHASIN, 2000), isto é, que tem interesses próprios, conquanto vis e amesquinçados, que confluem com sua perene afirmação de sócia menor do capital estrangeiro.

A classe burguesa brasileira emplaca no estandarte do conservadorismo, é franca defensora de ideários conservadores, pois necessita impor-se em tempo hipertardio, sem relevância e pujança históricas, destarte, ultrarretardatária e transigente com o arcaico. Encampa quando o próprio capitalismo maturado já apresenta sua “obsolescência”, ou seja, reponta quando a fase ascendente da sociabilidade capitalista, efetivada por burguesia revolucionária (portadora da ideologia progressista) em particulares objetivações, já se estiolou, se perdeu nas brumas de outras lutas. Alvorece, destarte, sem poder alvorecer-se de fato como categoria revolvedora, sem anunciar o “sonho do universalismo”, dando base a ideologias conservadoras e, até mesmo, reacionárias. Ou seja, como vimos na primeira seção deste capítulo, o rebaixamento gnosiológico dessas ideologias não é puro eflúvio adstringente da cultura, isto é, não se trata de um influxo miasmático do espírito, mas da constrição de ideários que são necessidades sociais de classes em determinadas posições históricas.

No caso brasileiro, acompanhando o caráter híper-tardio e subordinado da gênese e evolver histórico do capitalismo, o pensamento conservador não foi antecedido por concepções burguesas progressistas, para não falar das revolucionárias. Aqui encontramos ou a defesa do arcaico, ou distintas propostas de conciliação entre este e o “novo”, como é o caso de Vargas.

Pretende-se aqui se atentar ao talhe da conciliação defendida por ele. Embora o capitalismo industrial, cerne do avanço que se anunciava, já há muito não representasse o historicamente novo, a presença ativa de movimentos sindicais e operários, a incipiência da burguesia industrial e sua luta por afirmação, bem como o fato de que ainda não se definira a forma da conciliação permitiam que o debate girasse em torno também de plataformas econômicas (COTRIM, 2019, p.222)

Getúlio Vargas é, sobretudo, continuidade da *via colonial* de objetivação do capitalismo, entretanto, consignado com o intento de quebra de um de seus pilares (COTRIM, 2019). Capitalismo que se sustentou como (mono)agroexportador, isto é, produtor de produtos de baixa inserção tecnológica, sendo respaldado pelo capital portador de juros e comercial exterior, financiando e/ou comprando as mercadorias brasileiras. Esteve, dessa forma, ligado umbilicalmente à escravidão e, logo depois, ao trabalho assalariado mediado pela superexploração, já aludida, e pela denegação das condições de vida dos trabalhadores em geral. Neste cenário emblemático da decadência, a burguesia industrial não acionou o ímpeto revolucionário nem sequer a monta ideológica progressista, mas expressou-se, outrossim, já na fase avançada do imperialismo dos capitalismos clássicos e tardios sem ao menos estar ou poder estar “sobre os próprios pés”. Teve de vestir a indumentária do atraso, conceder às oligarquias burguesas agrárias, abrolhar sem se impor, isto é, sem dilapidar, de fato, o atraso econômico e, muito menos, o político. Essa reviravolta (que se demarca mais incisivamente em 30) só pôde ser pueril, já que sequer catalisou e preconizou bruscamente o mercado interno, assim como não deixou de expressar sua debilidade em termos de avanço definitivo das forças produtivas sociais.

A indústria nascente distingue-se por sua dispersão, ou seja, é também regionalizada. Fundamentalmente de bens de consumo básico e alguma metalurgia, produz para o mercado interno, sem ser suficiente para suprir as necessidades deste. Além de tecnologicamente inferior às suas congêneres dos países já industrializados, sua subsistência se apoia, em grande medida, na importação de máquinas e insumos, para o que depende de divisas oriundas da agroexportação, com a qual compete no que se refere às condições cambiais que a protejam da concorrência externa. Ao longo das três primeiras décadas do século XX, essa industrialização se ampliou (passando a contar com grandes empreendimentos, inclusive estrangeiros), constituindo-se uma burguesia industrial com interesses próprios, distintos – embora não necessariamente opostos – daqueles da burguesia agrária. (COTRIM, 2019, p.224)

Nesse diapasão é que se instauram os revolvimentos *não radicais* da década de 30, as inflexões parciais, as tensões pelo alto travejadas pelo respaldo autocrático e manipulatório:

É à crise da agroexportação, aos antagonismos entre capital e trabalho, de um lado, e intraburgueses, de outro, que respondem a assim chamada revolução de 30 e mais tarde o golpe que instaura o Estado Novo – ambas transformações pelo alto, que reiteram tanto o caráter autocrático do estado brasileiro como a recusa a transformações radicais que infletissem a via colonial. Mas não são mudanças relativas exclusivamente a disputas na esfera político-institucional, enraizando-se no confronto entre diferentes projetos de desenvolvimento capitalista, no qual a classe trabalhadora foi derrotada e a burguesia industrial saiu vitoriosa no âmbito da conciliação com o velho. (COTRIM, 2019, p.225)

Trata-se, pois, de destacar, segundo Cotrim, como o enfoque varguista, o seu ideário e prática, objetivaram essa tensão (“conciliação pelo alto”) travejada por renitências, debilidades e oscilações. Cotrim afirmará que o discurso varguista possuiu forte apoio na diferenciação entre “civilizações velhas” e “civilizações novas”, elaborando com isso a tematização da falência do liberalismo. Nessa debacle, surgiria no seio da “civilização nova” (como o Brasil) a possibilidade de extrusar nova forma de reprodução social em que o liberalismo e o individualismo fossem subtraídos pela ação e direcionamento fortes do estado (COTRIM, 2019).

Conforme essa ordem de pensamento, perpassa o destino brasileiro a consignação de um – suposto - “novo” modo de ser, de uma malha societária egrégia e ascendente. Isto quer dizer, em suma, uma plástica social distinta do que se viu nos antigos capitalismo, no seio do liberalismo decrépito. O Brasil, por suas fontes naturais e pela pequena estruturação aos moldes do “antigo” (democracia liberal), teria força de adaptação para fazer eclodir essa nova forma de vida. Ao contrário das “civilizações exaustas”, no Brasil haveria a possibilidade de uma continuidade, qual seja, de um “espírito democrático” que transita da monarquia à república, sem necessitar de adendos e solfejos revolucionários (COTRIM, 2019). O propósito maior, “O centro do ‘destino’ a ser atingido seria a unidade nacional, e, para ele, indicariam tanto a conformação geográfica do território quanto nossas tradições históricas, cujos fios não poderiam ser partidos”. Tem-se claro, “Apresentada não apenas como proposta ou necessidade social, mas como um destino predeterminado, a unidade nacional não é defendida como o novo a ser introduzido”,

porém “como algo a ser retomado, haja vista que interpor obstáculo àquela sina levaria ao fracasso da empreitada ou à decadência do país”. Em seguida “Afora a atuação dos bandeirantes, que teriam expandido territórios, avançando do litoral para o centro, as demais tradições mencionadas datam da Independência”, as quais, “segundo Vargas, assinala o início da emancipação do país e da construção da nacionalidade” (COTRIM, 2019, p. 227).

Por esse volteio idealista, o que se tem afirmado é o princípio da continuidade (COTRIM, 2019). Continuidade com a construção da nacionalidade, com o “espírito democrático” passado da monarquia à república, levando, porém, a uma ruptura peculiar com o tino (mono)agroexportador, felicitando e facilitando, em tese, o primado da indústria de transformação. Mas, esteja mais uma vez posto, o que acoberta o processo de industrialização é uma continuidade de processos que datam da independência, que estruturam “nacionalidade” e a “democracia” em fases distintas, não sendo, logo, necessário um retorno ao passado, mas um prosseguimento do destino. Admite-se agora a fase do estado organizador que derroga monopólios e degreda o individualismo, que maneja o robustecimento das forças produtivas. O próprio estado como manejador geral não destruiria os monopólios, mas precavido contra o imperialismo e os trustes internacionais, executaria suposto saber de moderação das forças econômicas em prol do “bem coletivo”, assim acertado de forma bastante abstrata, de semelhante modo, quando referente às “massas sofredoras”:

A livre concorrência, avalia o político gaúcho, havia desaparecido em nível internacional, e tornara-se necessário defender o interesse coletivo contra seus frutos: os trustes e monopólios, e os nacionalismos expansionistas que deles se originam e ameaçavam manter o Brasil como produtor de matérias-primas. Em decorrência, a economia, em conformidade com o novo papel do estado (“propulsor da vida coletiva e árbitro supremo nos conflitos entre as forças sociais”), deveria deixar de atuar como “energia cega”, não para se mover de acordo com os interesses também particulares de trustes e monopólios, mas com os da coletividade, adaptando-se “à necessidade primordial de amparar as massas sofredoras”. Entretanto, nessa via, os *trusts* e monopólios não seriam eliminados, mas se subordinariam aos interesses coletivos (13/12/38). As mesmas ideias são retomadas nos anos seguintes. (COTRIM, 2019, p. 228)

Na coesão desse pensamento, a primeira república era tratada como reino adstringido e putrefato do regionalismo e do liberalismo econômico (COTRIM, 2019). Forma de ser

degradada que em sua mendacidade e perfidez de particularismos, ignorava e prejudicava o atilamento do “destino” brasileiro: a instauração assegurada da nacionalidade e a perpetuação do propalado “espírito democrático”. Tratava-se, em princípio, de revolver a predominância da agroexportação e do ruralismo regionalista, de dar corda à industrialização e ao fomento do mercado interno, porém, sem estabelecer uma ruptura radical (sem qualquer revolução), acionando a oscilação de acordos com o antigo estruturado.

A referência ao comunismo não falha e compõe a *modernização nacionalista conservadora* posta aqui. A este (comunismo), o gestor político (Vargas) dedica a seguinte frase: “envenenam o ambiente, turvam as águas” (VARGAS apud COTRIM, 2019, p. 230), discernindo o verdadeiro ensino nas escolas da doutrinação comunista, que apareceria com o artilho do disfarce de ensino. A luta de classes seria, outrossim, um aspecto do liberalismo, da luta desenfreada entre interesses particularistas, não sendo canoro com o ambiente brasileiro, com sua destinação harmônica e orgânica. Por via desse pensamento manipulatório, justifica a repressão aos movimentos comunistas e operários, represando o talhe efetivamente progressista em uma diagramação ideológica manipulatória, popularesca e eficiente para conservação e arranque do aporte burguês nacional. A posição getulista é, dessa forma, conservadora, franqueadora com o antigo, mantenedora do espírito da classe burguesa em sua fase decadente, em seu pragmatismo conservador-manipulatório, com tons místicos sobreditos, legando a perenidade do capitalismo mediante acertos e ajustes em função da espiral de continuidade da nacionalidade. A rejeição à ANL (aliança nacional libertadora), organização não atravessada plenamente pelo comunismo, mas atada ao espectro do capitalismo em voz crítica, demonstra o apreço getulista à autocracia, à consignação do capitalismo brasileiro em sua feição política/estatal típica.

No intervalo, o governo teria travado duras lutas. Especialmente os anos 1934-1937 comparecem, no ideário getuliano, como palco de perturbações políticas, dissensões e particularismos que ameaçavam sobrepor-se à nacionalidade, causadas pelos comunistas, pelas disputas partidárias e pelas falhas da Constituição de 1934. Diante disso, para resguardar a unidade nacional, a ordem e a estabilidade institucional, fora preciso valer-se da flexibilidade do país e “aperfeiçoar” o regime, isto é, fortalecer o estado, especialmente seus órgãos punitivos. (...) Vargas reconhece que o poder legislativo havia se mostrado suficientemente flexível e eficaz para permitir ao governo a utilização dos instrumentos necessários para reprimir a subversão comunista, vale dizer, para amordaçar o movimento operário.

Como admitirá mais tarde, o Estado Novo começou com a promulgação da Lei de Segurança Nacional. Com a liquidação da ANL, a repressão generalizada que se seguiu à tentativa de insurreição de 1935 e o enquadramento dos sindicatos, em fins de 1936 já o movimento operário estava provisoriamente sob controle. (COTRIM, 2019, p. 230)

Vargas também se postará contra o particularismo da disputa eleitoral de 37, revelação do regionalismo presentificado nas disputas partidárias e das frações burguesas (COTRIM, 2019). Acinte contra o interesse (e destino) maior da nacionalidade, se fazia preciso a implementação de uma ordem conciliadora, focada na continuidade da construção nacional e do “espírito democrático” que, idealista e manipulatoriamente, defendia Vargas. O regionalismo seria enquistado propagante do liberalismo; constituiu-se, dessa feita, como maior justificação do golpe de estado, do surgimento do designado Estado Novo; este batalharia contra os perigos da desintegração nacional. A própria diluição da divisão do trabalho interna ao estado teria diminuído sua eficiência no controle dos perigos à nacionalidade o que acarretava ampla necessidade da centralização do poder de estado (COTRIM, 2019).

Segundo o próprio Getúlio, o totalitarismo (assim como o monopólio) seria um fruto do liberalismo, da preponderância de um interesse particular sobre outro, totalizando um poder absoluto. Mais uma vez, a dupla negativa ao totalitarismo e ao liberalismo. No caso varguista, o capitalismo é associado a liberalismo, algo típico das civilizações velhas, que desaguou no totalitarismo estatal e nos monopólios. Para os integralistas, o nazifascismo totalitarista, como solução, era tomado por excessivo, e mesmo distante da essência religiosa, assim como haveria uma junção causal mística entre capitalismo e comunismo, advinda do materialismo, do espírito judaico, das forças diabólicas. A democracia política perigava a garantia da integração nacional, ao modo que o Estado Novo seria uma emanção da autoridade e da garantia nacionais, manipulando sobreordenador, negando a democracia política liberal e o totalitarismo, porém, mantendo-se como estado democrático, ou melhor, atravessado por este “verdadeiro espírito democrático” (COTRIM, 2019). Procura, por conseguinte, decompor todo particularismo, regionalismo e extremismo, ao mesmo tempo que burila um estado responsável pela e para reorganização de uma economia industrial e voltada para a consignação do “destino” da nação.

Essa alteração do estado é tratada como parte de um “reajustamento completo dos quadros da vida brasileira, desde a subestrutura econômica até a formação intelectual e moral das gerações novas” (12/3/38), voltado para o controle das forças econômicas, a correção das desigualdades sociais e a contraposição à infiltração ideológica, tudo a exigir “a intervenção do estado no domínio da atividade privada” (18/7/38). Tanto a falência do individualismo e da livre concorrência, quanto o incipiente desenvolvimento material do país e as tradições de centralização, unidade e harmonia impeliriam a uma solução não liberal em todas as esferas da vida social. (COTRIM, 2019, p. 133)

O Estado Novo seria o demiurgo da nova tessitura social, em que não pesaria mais o particularismo, já que as particularidades estariam concatenadas pelo estado para síntese de um bem comum. A consignação da estrutura sindical (COELHO, 2014) seria a instauração das corporações profissionais que, controladas e em subserviência ao estado manejador, levariam aos representantes profissionais da burocracia de estado, suas demandas particulares que seriam pensadas no concerto da democracia econômica mantida e regulada estatalmente (COTRIM, 2019). O controle direto da oficialidade, da unicidade e da contribuição sindical são fatores dessa estrutura de subalternidade ao estado, onde se rompe com a fase inicial dos sindicatos anarquistas (COELHO, 2014). O que reponta, por meio dos direitos trabalhistas e previdenciários, da formulação do ministério do trabalho (BOITO, 2003), é a garantia de uma elevação das condições imediatas da classe trabalhadora (o que angaria a formação de um mercado interno), ao passo que define a conciliação das classes e a manutenção do capitalismo de feição periférica também se objetiva. Talha a urdidura conservadora em que todas as classes deveriam “coadunar” com o estado como integrador máximo, refulgente conhecedor dos arrimos brasileiros, em que o exército, destaca-se, apareceria como “fiador” fulgurante da ordem nacional (COTRIM, 2019).

A autocracia é renitente no Brasil, dessa feita, assim como refringente ao verdadeiro novo, à lavra da ruptura; é o impasse perene de um capitalismo verdadeiro “incompleto e incompletável”, de uma burguesia industrial “incompleta e incompletável”, que parece repor a cada instante e fase, seu apanágio atrofico, caudatário e antidemocrático. O ardil varguista é renovação da pleora antidemocrática, da entificação da autocracia brasileira, donde “O discurso getuliano constrói-se no sentido de demonstrar a necessidade da imposição do interesse geral a partir desse ‘estado forte’ posto acima dos particularismos e regionalismos” (COTRIM, 2019, p. 236). Revigorando, “Vargas advoga em favor da

ditadura bonapartista, forma do estado burguês autocrático, determinada pelo reformismo pelo alto que marca o conjunto de seu ideário” (COTRIM, 2019, p. 236), para não falar da repressão aberta ao comunismo e ao movimento operário, meandrado ainda pelo controle corporativista.

O capitalismo industrial autônomo, irradiador de estímulos econômicos, engendrador de um mercado interno, superador das subordinações, seria posto em voga - supostamente - pela política econômica corretamente aplicada. Como corolário, “A consequente quebra da dependência do Brasil em relação aos mercados externos, tanto consumidores quanto fornecedores, é o que Vargas considerava como superação da ‘situação semicolonial’ do país”. Neste escopo, “Para efetivar essa linha de desenvolvimento, da qual se beneficiava o capital privado nacional, seria imprescindível a intervenção estatal” (COTRIM, 2019, p. 236). Cotrim afirma que neste itinerário da conciliação, sobretudo, não há rompimento, mas alteração de pesos no estímulo dos capitais distintos entre as frações em *oscilação de acordos pelo alto*. Assim, Vargas não se contrapõe ao ímpeto agrário, quanto antes, procura efetivar meios de diversificação da produção agrária, instrumentos de comunicação e transporte mais efetivos para produção e circulação, buscando, inclusive, “ação propulsora” de financiamento interno desse capital. Porém, a empreitada industrial-urbana passa a ter peso preponderante. O ditador anuncia a criação do banco central e da linha de crédito para os setores agrários e industriais-urbanos buscando mediar a continuidade do pulso agrário, mas também reforçar de vez o setor industrial raquítico, que nunca arrancou de fato em suas tentativas anteriores (COTRIM, 2019). Concentra-se, é bom destacar, na indústria pesada e na modernização da agricultura, também buscando diversificá-la e inspirar a preocupação urgente do mercado interno, sem se contrapor peremptoriamente à agroexportação.

O que se concluiu, em ponto de destaque, foi a modernização da produção agrária (COTRIM, 2019). A modernização industrial acarretou melhorias nos setores siderúrgicos, de combustíveis e transportes, aqueles que serviriam à acumulação do capital agrário modernizado. O decreto do salário mínimo seria a outra face da consignação de um mercado interno vivo, resplandecente e sustentador. A grande propriedade agroexportadora, entretanto, não deixou de ser eixo dominante, embora tenha deixado de ser rotundamente predominante (COTRIM, 2019).

De regionalista, monocultora e exportadora, colonial, sujeita às oscilações do mercado externo, com um mercado interno

limitado, a vida nacional passaria a repousar na unidade (pela interligação e ampliação do mercado interno – o que supõe uma produção a ele voltada), diversidade na produção e garantia de abastecimento interno dos meios de produção necessários à indústria e agricultura, tudo sem prejuízo da grande produção agrária para exportação, ao contrário, esta se beneficiaria de maquinário mais barato e de uma linha de financiamento interna, também livre das flutuações internacionais. (COTRIM, 2019, p. 240)

Em síntese, Cotrim destaca que a efetivação do ideário Vargas foi débil. A pulsão industrial-urbana não vivificou como pretendido, assim como o desenvolvimento do mercado interno não apresentou hipertrofia antes considerada. Cotrim afirma que, contudo, não se extirpava de todo o investimento direto estrangeiro, mas que se mantinha a linha nacionalista como diretriz inegociável. Em fim de processo, o que se consignou foi o investimento direto do estado e do capital internacional vigiado, sem se contar com o investimento pesado da própria burguesia nacional, nas indústrias de base e de bens de consumo. Isso se deu pela renitência do arcaico, a manutenção do latifúndio monocultor, da agroexportação e da superexploração do trabalho, que não aderiu ao progresso social. Embora tenha relativamente se modernizado, a burguesia agrária não diversificou seus produtos nem sequer derogou a superexploração do trabalho, o que poderia propiciar algum progresso social pelo baixa do valor reprodutivo da força de trabalho e aumento do potencial de consumo; em suma, não equacionou uma relação concatenada com a indústria que se aconchegou na subordinação agrária, desenvolvendo parte das máquinas e insumos para a linha mestra da economia atrofica e caudatária brasileira (COTRIM, 2019).

No campo da indústria, o obstáculo a ser superado era o da importação de bens de capital. A industrialização centrada na indústria pesada geraria condições para a produção de máquinas – ou seja, permitiria o desenvolvimento deste ramo industrial sem dependência externa –, que, por sua vez, abasteceria a indústria de bens de consumo e o setor agrário. Vigorando essa lógica de desenvolvimento industrial, o capital externo seria bem-vindo nos setores e nas condições considerados convenientes pelo interesse nacional, determinado pelo estado. Com a presença de todos os departamentos, se estabeleceria a autonomia nacional no polo industrial; o sistema de financiamento interno, além de favorecê-la, beneficiaria igualmente a agricultura. No entanto, embora tecnicamente modernizada, a conservação da estrutura agrária herdada (forma de propriedade, tipo e objetivo da produção e relações de trabalho), modo de existência da subordinação e do caráter híper-tardio do país até 1930, implica

a continuidade de ambos, subordinação e retardo. Vargas tentou garantir a autonomia nacional sem tocar nesse polo. Buscou implementar uma indústria autônoma conciliada com uma agricultura subordinada, forma cujos interesses específicos vinham obstaculizando a industrialização desde seus primeiros passos. (COTRIM, 2019, p. 241)

Nesse novo social, o que se estabeleceu foi a resistência das raízes da decadência. Em plano central, a burguesia agrária resistiu mantendo seu modo de ser, monoagroexportadora e superexploradora, denegando tanto a galvanização do mercado interno como o progresso social aos trabalhadores, como vimos. Embora tenha assimilado parte da produção da indústria de base, não alterou sua forma de ser subordinada, refringente ao desenvolvimento da indústria, subserviente ao capital externo, nas finanças e no comércio. O novo capital industrial não teve fibra de se concluir, de superar a incompletude, posto não ter antevisto um mercado interno de consumo galvanizado, nem possuir uma acumulação de capital prévia (destaca-se, por isso, não poderia concorrer com suas rivais dos países avançados), se ajeitando como fornecedor da modernização do capital agrário refratário ao progresso social e à autonomia brasileira. A industrialização não floresceu plenamente, não atilou uma reposição do *locus* brasileiro, mas endossou uma economia incompleta, subordinada e o estado autocrático, prevenindo-se ainda contra qualquer perspectiva de integração das massas trabalhadoras, de progresso social. Como consta, o ideário varguista teve de se desdobrar para justificar os direitos trabalhistas e previdenciários, a estrutura sindical, na medida em que precisou demonstrar como o aquecimento de um mercado interno e o controle estatal das reivindicações trabalhistas traria benesses ao capital industrial (COTRIM, 2019). Por outro lado, o trabalhador rural continuou “abandonado”, títere da tirania do capital agrário-latifundiário-exportador-superexplorador.

A impotência e inapetência da burguesia industrial por rupturas revolucionárias e aquela necessidade concomitante de alijar os de baixo determinam a forma autocrática de exercício do poder. Incapaz de sequer visualizar, muito menos defender e efetivar praticamente uma perspectiva que conjugue desenvolvimento nacional autônomo e progresso social, ou seja, incapaz de perspectivar e efetivar plenamente suas “tarefas econômicas”, tal burguesia não poderia sustentar um estado e relações políticas democráticas, que abrangessem, dentro embora dos estreitos marcos da democracia liberal, as classes subalternas. (COTRIM, 2019, p. 246)

Vargas é, portanto, um símbolo de ideário e prática conservadora, que na imposição da *modernização nacionalista conservadora*, refletiu possibilidades acabrunhadas da efetivação do novo. Em país de burguesia industrial desfibrada e da renitência do arcaico agrário voltado para o exterior, tem-se uma mediação que compartilha universos distintos tentando adequar velho e novo, sem poder dar uma solução realmente ao problema do desenvolvimento econômico completo e autônomo, muito menos ao progresso social, isto é, à elevação satisfatória da vida das massas e a consignação acabada da democracia (mesmo, nos limites do capitalismo). Trata de reiterar que o próprio capitalismo clássico, embora em processo de oscilações e variações de ciclos de desenvolvimento econômico, já se apresentava como elemento universal de entrave ao progresso social, entulho obstaculizante ao tônus humanista e reconfigurador das possibilidades omnilateralizantes dos indivíduos, ou seja, o próprio capitalismo na sua feição mais apropriada das benesses do progresso não podia apresentar-se mais, naquele momento, senão como voz ranzinza do passado, corroída por uma forma de ser que, chegada aos limites, não poderia mais fornecer o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos por conta de seu estranhamento imanente, o que traduz a decrepitude de maior grau no polo hipertardio.

Antônio José de Azevedo Amaral foi outro nome da estirpe da modernização conservadora. Ensaísta e jornalista que, sob a égide getulista, promoveu o ideário da renovação conservadora e autocrática (RAGO, 2019), recusando a democracia liberal burguesa como mediação adequada para a modernização brasileira. Refere-se, mais uma vez, ao cenário que temos em linha de análise, ao percalço da conciliação pelo alto, o desfibramento do capital industrial no tocante à revolução burguesa industrial-democrática (tarefas econômicas e políticas), quanto à resistência do capital agrário predominante, voltado para monocultura exportadora e para superexploração do trabalho. Em verdade, nas terras brasileiras, a indústria se aconchegou acabrunhadamente ao solo arcaico, como temos visto em análise.

Partidário de uma concepção evolucionista da história, ainda que frisa-se, com forte conteúdo determinista, o intelectual orgânico apontava que o desenvolvimento do processo de adaptação das sociedades e seus organismos políticos e econômicos às determinações peculiares da realidade comporta instantes de avanços e recuos, as individualizações de momentos históricos específicos são partes integrantes de uma mesma “onda progressiva” de elementos constantes, que se deslocam para estágios mais desenvolvidos da “condição humana”. (RAGO, 2019, p. 450)

O autor, destarte, aponta um determinismo histórico, um fio da meada, um processo evolutivo que, no entanto, não é homogêneo e gradual; que, também, possibilita o “neo-humanismo” revolucionário como ruptura dentro de uma totalidade contínua, que em determinados instantes condiciona os saltos evolutivos abruptos (RAGO, 2019). Porém, “na concepção azevediana, o que vem a ser ‘revolução’? Para o ideólogo um processo revolucionário está ligado a circunstâncias históricas específicas e depende da intervenção de grandes lideranças ou de grupos dirigentes”, os quais “armados de um projeto ideológico que perspetive mudanças duradouras para toda a coletividade para promover a evolução da humanidade” (RAGO, 2019, p. 451). Ou seja, descarta as revoluções populares, a violência subversiva dos subordinados, entendendo que as elites é que consignam saltos qualitativos em momentos propiciados pela própria evolução histórica não-homogênea.

O autor conservador critica, porém, a atuação da coroa portuguesa no solo nacional, uma vez que esta teria infletido ao agrarismo e à subordinação interrompendo temporariamente a “evolução” industrial brasileira. A própria república que expectava possibilidades para reviravolta industrial foi invadida pelos interesses paralisantes do agrarismo e deixou de cumprir como dirigente o decurso da evolução nacional à fase superior industrial (RAGO, 2019). A revolução de 1930, de modo ambíguo, para Azevedo Amaral, pôs fim ao trágico desvio evolutivo, assim como o continuou, pois, as diversas representações políticas em disputa punham em risco a retomada da evolução nacional. Dessa forma, para o autor, só um estado forte poderia reingressar e reinserir o país no prumo do evoluir que desagua fatalmente na sociedade industrial completa (RAGO, 2019). Neste diapasão, “a formulação do ‘estado autoritário’, tipo de estado econômico, deveria corresponder ao destino próprio de sua formação histórica”, assim, “o devido ajustamento entre ‘realidade’ e ação coordenadora do estado, facultaria a verdadeira construção da nação brasileira: impulsão da industrialização e promoção do progresso social” (RAGO, 2019, p. 455).

Fica explicado que se trata de uma ideologia apologeta à industrialização pela mediação da autocracia, sem que as massas populares fossem integradas na propulsão teleológica e sensível dessa transformação. Quanto menos, pesa a perspectiva da revolução do trabalho, a superação do capital, a desintegração da preponderância do valor de troca sobre o valor de uso. O autor tece dura crítica ao liberalismo na medida em que por essa via o estado deixa de ser o coordenador das forças econômicas, permitindo às classes dominantes a

franca luta e imperando o governo de seus interesses comuns. Ainda, “Amaral indica que a síntese das influências acima mencionadas fez com que o liberalismo se apoiasse no conceito de igualdade formulado em bases falsas, gerando práticas e mecanismos político-institucionais irreais” (RAGO, 2019, p. 456). Quanto a esse problema, ele destaca o sufrágio universal como mecanismo deletério que acaba por forçar a manipulação das massas pelas classes dominantes, ou seja, “destaca-se o sistema de representação através do sufrágio universal, que promove a ilusão de se verificar a vontade ‘autêntica’ da nação, mas que, no entanto, objetiva o poder político para a defesa dos interesses específicos dos setores que compõe a classe dominante”. Isto é, “Para tal fim, multidões de eleitores são manipuladas, dando legalidade à conquista do poder por um dos grupos dominantes” (RAGO, 2019, p. 456). De outro lado, o totalitarismo, sintetizado confusamente no nazismo-fascismo e socialismo, era visto como uma resposta relativamente certa por trazer de retorno a autoridade do estado, porém, excessivo e compressor da personalidade (mais uma vez, reponta este argumento), o que acarretava falha e deturpação da autoridade demiúrgica de brio “evolucionista” e “revolucionista” (RAGO, 2019).

A perspectiva de Azevedo Amaral corria em direção ao ideário varguista, a impulsão industrial por meio do governo autoritário, aquele que se apresenta como demiurgo da nova malha societária e que deve coordenar as forças produtivas, o desenvolvimento sem pagar tributo ao degradado liberalismo político, impertinente e dispersor de forças. Azevedo preconizava a autonomia econômica pela industrialização, processo que infletiria também no campo político e coletivo, uma vez que só uma nação economicamente desenvolvida e completa nesse âmbito poderia ser independente politicamente e catalisadora de um “organismo nacional” (RAGO, 2019).

Nesse sentido, é preciso ainda destacar, conforme Maria Rago, que Azevedo do Amaral não negava a participação do capital estrangeiro, pois esse poderia galvanizar a vida industrial brasileira, remodelando o cenário produtivo nacional, incentivando o próprio capital nacional (RAGO, 2019). O capital hipertardio, sem ter passado pela “acumulação primitiva”, apesar do escravismo, teria de contar com o capital estrangeiro, além de contar com os recursos do estado e sua verve ditatorial para se erguer – precariamente.

O autor carioca conservador também esposou positivamente sobre a formulação do sindicalismo corporativista, alegando que seu nascimento, nas peias do trabalhismo, conduzia ao mínimo de influência do comunismo, tornando esse sindicato harmônico com

a mediação estatal e os interesses do patronato pela riqueza social (RAGO, 2019). O estado autoritário e corporativista deveria coordenar os sindicatos dando vazão direcionada aos anseios dos trabalhadores, observando a tônica do robustecimento industrial como intuito irrevogável. Ademais, o autor acreditava ser o psicológico latino impróprio à democracia liberal, o que poderia imprimir um estado de anarquia no país (RAGO, 2019).

A. Amaral, ao pensar o sistema de representação para o estado autoritário brasileiro, fornecendo as condições para a identidade Nação-estado, apontava que a representação indireta, extensiva a toda a população, minimizaria assim, os erros do sufrágio universal. Este sistema ganhou concreticidade com a Carta Constitucional de 1937, onde fica expresso o processo de eleição indireta para a escolha da Câmara Nacional e do presidente. A esse processo indireto foi adicionado o sistema de representação das forças econômicas e profissionais, (estatuto nacional, no art. 58). Ao realizar a análise dos elementos contidos na Constituição, buscou compor o perfil político do estado autoritário brasileiro que ganhou contornos reais com a instauração do Estado Novo a partir do golpe de estado de 10 de novembro de 1937. (RAGO, 2019, p. 469)

Azevedo Amaral negava também que o estado getulista fosse mimético do fascismo. Sobretudo, refletia que o fascismo haveria corrompido o metabolismo corporativista (RAGO, 2019). Alegava, mesmo, que o “fascismo brasileiro”, como era creditado por visões superficiais o Integralismo, só tinha relações epidérmicas com o estado brasileiro. Tratava-se de uma união tópica, tática e sem densidade teórica, pois Getúlio procurava não denegar qualquer apoio diante da problemática revolucionária de 35, o famigerado perigo comunista etc. Em talhe de minúcias, vemos que tanto no pensamento conservador-manipulatório, apologeta direto do capitalismo e do industrialismo, quanto na ideologia reacionária-mistificadora ruralista, anticapitalista romântica, tem-se a crítica voraz e decidida ao comunismo. São ideários da sociabilidade burguesa decadente que fomentam as formas conservadoras e regressivas de estado, o antidemocratismo e o engodo cultural, a partir da posição de categorias sociais burguesas geneticamente contrarrevolucionárias, antiproletárias e, até mesmo, misticistas.

Por último, se destaca que para Azevedo Amaral o estado não deveria cumprir uma ação direta na esfera produtiva, mas atrair o capital estrangeiro, visto que a indústria nacional não tinha capital acumulado, assim como propiciar as condições de inovação tecnológica (RAGO, 2019). O estado autoritário refulgia como solução no “neocapitalismo”

emprestando seus serviços à unidade nacional que o liberalismo decompunha e o totalitarismo jungia, porém, ao custo da repressão da personalidade (RAGO, 2019). O estado autoritário, portanto, apresentava-se como demiurgo insigne que em nenhum momento poderia ser olvidado sem se correr o risco de perder-se novamente o fio evolutivo e o salto revolucionário conduzido “elitistamente” no bojo da “renovação conservadora”. Dessa mesma forma, esse estado seria, pelo seu dote corporativista, administrador dos sindicatos trabalhadores, encetando o fluido correto para que estes funcionassem em consonância canora com a fabricação da riqueza social, expulsando a trama ardilosa da luta de classes e o fantasma comunista.

Assim sendo, o estado enquanto produtor direto na economia é estranho ao ideário do autor. O estado nacional seria, na verdade, apenas o agente modernizador da estrutura produtiva, o demiurgo que criaria as condições para a realização desse processo, cabendo-lhe, também, atrair capital estrangeiro e inovação tecnológica para montagem do parque industrial frente à inexistência de uma acumulação interna de capital necessária para esse empreendimento. Para o ideólogo do capital atrofico somente um estado nacional, acima das classes e representando o bem comum, poderia conduzir um projeto dessa amplitude, contendo os interesses divergentes das frações burguesas e o controle da classe trabalhadora. (RAGO, 2019, p. 475)

Cabe ainda destacar os elementos de eugenia do discurso azevediano. Isso se dá na medida em que o autor conservador aduzia que determinadas raças eram mais inclinadas ao avanço civilizatório do que outras (RAGO, 2019). Essa inclinação adquiriu, no caso nacional, um misto de pesos e contrapesos por meio da miscigenação brasileira, sendo necessária uma lavra limpadora da mescla biopsíquica que fizesse, ao fim, reinar aquele elemento purificado e instigante da civilização. O autor indicava que o estado autoritário deveria controlar veementemente a imigração para o país, fazendo triagem de elementos que poderiam adensar a “promiscuidade racial” (RAGO, 2019). Doravante, “esse estado, através de uma política fundada nos princípios da eugenia, deveria não só eliminar e/ou desativar condições de reprodução dos ‘degenerados seres inferiores’, como também promover a reprodução de elementos superiores”, além do mais, “a própria valorização do ser humano na sua totalidade, através dos procedimentos, já indicados, para promover na construção de uma organização social mais condizente com estágios avançados da humanidade” (RAGO, 2019, p. 477).

Por fim, quanto à questão da educação, o conservadorismo mendaz se repete:

A questão da educação também é considerada como elemento essencial, pois por meio dela capacitar-se-iam indivíduos para o desempenho de funções especiais exigidas e necessárias para o processo de modernização pretendida pelo ideólogo. Frente à precariedade da estrutura do ensino brasileiro, o estado deveria desencadear um processo de educação mais racional, para que cada indivíduo assumisse de forma eficiente e plena sua função no âmbito da sociedade. Para tanto, Azevedo Amaral propunha uma divisão de ensino profissionalizante e ensino das elites. O primeiro visaria a ampliar a capacidade produtora daqueles elementos “menos dotados socialmente”, na medida em que o estágio alcançado pelas sociedades modernas exigia uma maior capacitação humana no acompanhamento da tecnologia. Em sua visão elitista, no que tange ao ensino destinado às elites, dotadas de “maturidade espiritual” e “aparelhadas cerebralmente”, deveria se voltar à formação de quadros altamente gabaritados para a condução eficiente e racional dos rumos da nação brasileira. (RAGO, 2019, p. 477)

Em suma, pode-se expor que há algumas diferenças no ideário de Getúlio Vargas e Azevedo Amaral. Isso se dá, uma vez que, no primeiro, está dispensado qualquer veio revolucionário explícito, muito menos periódico, uma vez que se trata de uma retomada da nacionalidade, uma continuidade do “espírito democrático”, sem alavanques ou rupturas. No segundo, embora vigore uma noção de determinismo histórico evolucionista, o autor também implementa o adendo “revolucionista”, ou seja, admite que em condições propícias da história, certas elites pleiteiam um salto de qualidade no decurso histórico, fazendo emergir pelo gênio, um novo e superior momento da teleologia evolutiva. Ainda, outro destaque é que no ideário varguista, a monarquia aparece como busca legítima da garantia da nacionalidade (e “espírito democrático”), enquanto para Azevedo Amaral, esta apresenta-se como enquistado à fase superior da industrialização e autonomia.

3.3 A industrialização nacionalista democrática: Celso Furtado e o caso nacional-desenvolvimentista

Segundo Chico de Oliveira (2000), a proposta furtadiana não reivindica o *nacionalismo* por inflexão subjetivista, por inclinação provinciana ou qualquer puerilidade ou idiosincrasia. O tema do nacionalismo é reivindicado pelo economista, segundo o sociólogo, pois se trata de angariar o único espaço onde é possível aperfeiçoar a democracia, isto é, no espaço da nação. Por conseguinte, seria supostamente uma exigência do próprio campo de possibilidades. Oliveira aduz, em tom de exemplificação,

como a intransigência dos monopólios mundiais demonstram-se à renitência, alvorecendo sua refringência aos próprios estado-nações matrizes: logo, nessa contextura, como instilar e requerer a lapidação democrática no espaço nacional diante da força ciclópica e devoradora dos monopólios globalizados que colocam de joelhos mesmo seus próprios estados, isto é, que dilapidam as amarras e controles (se existentes) do próprio estado nacional de origem?

Nesse ensejo, longe de um nacionalismo chauvinista ou de contrafação ardilosa, publicitário simulacro, o economista (formado em ciências jurídicas e sociais) seria sobretudo um propagador de um *nacionalismo democratizador e desenvolvimentista*, uma espécie de bicho-papão, de ameaça à burguesia brasileira de aspirações constrictas, cujo teor nacionalista só apareceria, pontualmente, como circunstância oportunista e de curto prazo. Basta remeter ao depoimento de Oliveira envolvendo Furtado para desvelar, quase em catártica emoção de revolta e admiração, a aura burguesa sombria e taciturna, abroilhada sem velamentos e desvios com o golpe 64, ao passo que também narrativa aclaradora do caráter e coragem indomáveis furtadianos:

Estava ao seu lado no dia em que se consumou o golpe militar de 1964. Retirados do Palácio do governo de Pernambuco, onde tentávamos ajudar na resistência ao golpe, e em solidariedade ao governo legitimamente constituído, fomos intimados a nos apresentar no quartel general do IV exército em Recife. Ao entrarmos, a natureza do golpe confirmava-se: um corredor polonês de membros da oligarquia nordestina e de altas patentes militares, juntos numa orgia desembestada e frenética de vinganças e ódios de classe. No gabinete do então comandante daquele corpo de exército, assisti a uma cena e conversação inesquecíveis: o general Justino Alves Bastos, desculpando-se, disse a Celso Furtado que gostaria de ter contado com sua cooperação no difícil transe - não foi esse o termo daquele obtuso soldado - da nova ordem, a que o exército fora “obrigado” pela desmoralização do governo Jango Goulart. E ouvi a resposta, sem bravatas, na tensa calma daquela tarde: “Eu sou um servidor federal, general. O Exército assuma a responsabilidade pelo que fez, destituindo um governo legitimamente eleito. Não me peça para coonestar nem cooperar com isto, pois repugna aos meus princípios republicanos.” Com essa lição de anti-conciliação, com essa radicalidade, como assinalaria outra vez Antonio Candido, logo quem estivera na FEB, oficial da reserva do Exército: essa postura tranqüila, anti-heróica, era a assinatura de sua própria cassação, logo no primeiro ato institucional. Mas permaneceu sua lição. Obrigado, professor Celso Furtado. A república que lutamos por construir lhe agradece (OLIVEIRA, 2000, p.6)

O depoimento, inspirado e desvelador, joga luz sobre a plaga sombria de uma formação social apreendida como “subdesenvolvida” pela teoria furtadiana. Demarca o volume e a textura configuração “subdesenvolvida” do capitalismo brasileiro, que longe de apresentar o bonapartismo como aspecto disfuncional, o entificava como estado exímio de sua particularidade. O golpe 64, portanto, emplaca uma cisão “política, histórica, projetual” na vida de Celso Furtado, carregando desesperadamente ao estertor os interesses *nacional-desenvolvimentistas* e democráticos do autor e homem público, considerado consensualmente como um dos nossos “demiurgos nacionais”. Sintomática é a assertiva tirada de sua trilogia autobiográfica: “Uma geração superada raramente percebe de imediato que a corrente da história mudou de rumo, que sua ação se transformou em pura gesticulação, que seu discurso tende a ser simples cacofonia para auditórios pouco atentos”, ou mesmo, mais límpido e direto, “nossa esperança seria agora vista como devaneio idealista, hipótese sem substância, doutrina anacrônica” (FURTADO apud GUIMARÃES, 2000, p.16).

Celso Furtado, nascido na cidade de Pombal na Paraíba, fez o estudo básico em seu estado natal, em João Pessoa, e em Recife, Pernambuco. Em 1939, já no Rio de Janeiro, cursou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (onde se formou em ciências jurídicas e sociais) e em 1943 é aprovado para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). É marcante também, na sua trajetória, algo ligeiramente citado acima e que acentua o contraste da cena vivenciada e descrita por Oliveira: “em 1944, convocado [Furtado] para o serviço militar, cumpriu-o no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), publicando também seus dois primeiros artigos na Revista do Serviço Público, editada pelo DASP” e que “no final daquele ano concluiu o curso de Direito, sendo convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e enviado para a Itália no início de 1945. Voltou ao Brasil em agosto, reassumindo o cargo no serviço público, onde permaneceu até 1946”.

Nesse ano receberia o prêmio Franklin Delano Roosevelt, o primeiro de sua fecunda carreira, concedido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, pelo ensaio *Trajetoária da democracia na América*. Também em 1946 publicaria seu primeiro livro, *Contos da vida expedicionária* (FURTADO, 1997), sobre suas experiências na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. No final daquele ano viajaria para Paris, onde se inscreveu no programa de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne. (MENDONÇA, 2010, p.3)

Depois de uma rica experiência, conquanto mórbida, em sua andança pelas ruínas europeias do pós-Segunda Guerra, retornou a Paris para engendrar sua pesquisa voltada para comparação do período colonial de cultivo açucareiro brasileiro e a produção concorrente do açúcar nas Antilhas francesas. Em meio a um cenário voltado predominantemente ao existencialismo e ao marxismo, a “pesquisa, que resultou em sua tese de doutoramento, foi defendida sob o título de *L'économie coloniale brésilienne*, sob a orientação de Maurice Byé”, com preocupações que não podem definitivamente ser classificadas exatamente por marxistas. Ainda, “quanto à Universidade, Furtado ficaria extremamente impressionado com o curso de economia industrial ministrado por Perroux que”, em especial, “estava desenvolvendo suas idéias sobre ‘pólo de crescimento’ e ‘unidade interterritorial’, que viriam a contribuir para alterar a visão das relações econômicas internacionais”. Em consonância, “as aulas de Bertrand Nogaro chamaram-lhe a atenção, principalmente pelo fato de ter sido o primeiro a colocar a teoria do balanço de pagamentos no centro dos problemas monetários” (MENDONÇA, 2010, p.6).

As reflexões de Furtado indicavam uma França em profundo processo de renovação de “elites”, perseguindo atualizar-se da nova dinâmica do capitalismo em que qualquer semi-isolamento redundaria numa fragilidade econômica futura; tratava-se de uma nova composição de elites públicas e privadas francesas focadas no processo de expansão do capital, mediado por uma intervenção estatal adequada para uma ação de disputa mundial ainda mais ampla do que o tradicional colonialismo.

Nesse diapasão, retornando ao Brasil no segundo semestre de 1948, o autor constatou que “Após longo período de autoritarismo, o brasileiro reaprendia a fazer política e retomava o gosto de andar de cabeça erguida. Ter participado diretamente da luta mundial contra a barbárie fascista dava-nos a sensação de que agora saberíamos defender nossos próprios direitos. [...] Estava na ordem do dia acreditar no Brasil” (FURTADO apud MENDONÇA, 2010, p.7). No entanto, a onda positiva esbarrava diretamente com os relances autocráticos, como a imposição de ilegalidade ao Partido Comunista Brasileiro, assim como esbarrava na debilidade da estrutura produtiva brasileira não resoluciona da com a inflexão varguista, envolvendo também a diminuta acumulação de capital para o lançamento do Brasil à disputa mundial e a irrelevância imberbe do mercado interno.

Pouco tempo depois, Celso Furtado foi convidado para integrar a equipe da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão criado pela ONU e que estava se instalando em Santiago do Chile. Lá, foi incorporado ao grupo de estudos de

economia industrial, chefiado por Milic Kybal. No entanto, e como a CEPAL ainda estivesse em fase de instalação, a equipe era muito pequena, sendo formada basicamente por Furtado, pelo boliviano Jorge Alcázar, o salvadorenho Francisco Aquino, o peruano Jorge Rose, os argentinos Raúl Rey Alvarez e Alizón Garcia, o chileno Bruno Leuschner e o cubano Regino Boti. Todos teriam que levantar dados para a preparação de uma análise de conjunto sobre a economia latino-americana, a ser apresentada na conferência de Havana, em maio de 1949. Logo que chegou a Santiago, Furtado foi encarregado de esboçar uma análise sobre a situação habitacional e de saneamento do continente, ficando extremamente impressionado com a precariedade das condições de vida das massas urbanas latino-americanas. Porém, o que mais lhe chamou a atenção foi a constatação do atraso brasileiro em relação ao restante da América Latina. Segundo ele, a indagação sobre as razões desse atraso se transformaria numa verdadeira obsessão durante vários anos. (MENDONÇA, 2010, p.8)

Imantado pelas formulações de seu mestre argentino Raul Prebisch, que entrara na CEPAL em 1949, as preocupações furtadianas voltaram-se centralmente à questão da industrialização, o que remeteria subjacentemente ao diagnóstico de Prebisch sobre o balanço de pagamentos e à prescrição da introdução e distribuição técnica para equalização das condições de troca, logo, concatenando uma teoria de caráter analítico e normativo. O âmago das pesquisas furtadianas voltava-se com todo vigor para o intento de estudar a “economia brasileira para tentar desvendar as causas reais de seu atraso”, convicto “de que essas causas seriam encontradas na História, ou seja, nas particularidades da formação nacional. O resultado foi um ensaio publicado em março de 1950 na Revista Brasileira de Economia”, em que o “autor introduzia inovações metodológicas, tais como o conceito de ‘poder de compra do país no exterior’, o qual seria adotado pelos estudos da CEPAL sob a denominação de ‘capacidade para importar’” (MENDONÇA, 2010, p.9). Premida pela investida imperialista, a CEPAL perdurou em detrimento dos pérfidos interesses subordinantes, ampliando sua matriz teórico-metodológica articulada, cada vez mais, para a função normativa do planejamento continental.

Diante da penetração das idéias desenvolvidas pela CEPAL em diversos países latino-americanos, principalmente no Brasil e no Chile, a reação norte-americana não tardaria. Para os Estados Unidos, a CEPAL não passava de uma instituição que atropelava as funções da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, e extremamente dócil aos interesses daquele país. Dessa maneira, o Departamento de Estado norte-

americano procurou influenciar as chancelarias latino-americanas para que recomendassem ao Conselho Econômico e Social da ONU o encerramento das atividades da CEPAL. O embate se daria durante a Conferência do órgão na Cidade do México, em maio de 1951. Acabou vencendo a posição dos que defendiam a manutenção da CEPAL, principalmente pelo apoio firme da delegação brasileira. Quando a conferência terminou, Furtado pediu a Prebisch que fossem incluídos nos quadros da CEPAL pesquisadores de outras áreas das ciências sociais, o que foi prontamente aceito. Dessa forma, incorporou-se ao grupo o sociólogo espanhol José Medina Echevarria. Posteriormente, também ingressaram os economistas Juan Noyola Vasquez, mexicano, e Alexandre Ganz, norte-americano. As discussões passariam a ter como foco principal a questão do planejamento econômico. Por outro lado, seria criado um programa de treinamento em questões de desenvolvimento econômico, dirigido por Jorge Ahumada, cujo objetivo era formar especialistas nessa área. (MENDONÇA, 2010, p.10)

Na década de 50, eixo refulgente do debate socioeconômico brasileiro, o estabelecimento da crítica mútua entre Otávio Bulhões, Eugene Gudín e Celso Furtado aliançado a Raul Prebisch tomou os jornais brasileiros como tabuleiro de enfrentamento da ortodoxia neoclássica e do heterodoxismo do planejamento cepalino. A teoria furtadiana que se transformou em uma verdadeira luta, degredo de qualquer hermetismo acadêmico, alastrou-se a tal importância que o pensador brasileiro fora palestrante no mais largo espectro de instituições, perpassando pela Escola Superior de Guerras (ESG), quanto pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Deve-se constatar, todavia, que em seu tríade livro de memórias, o autor endossou suas preocupações como iluminação calcada na “história e na análise”, isto é, “na história e nas ciências sociais”; nesse ensejo, tomava, sem o melhor cuidado, a análise marxista como um repleto reducionismo da história, enervação logicista refringente ao iluminar de “áreas pouco visíveis”, indicando a síntese confusa de Furtado entre marxismo e stalinismo, o que deve ser sopesado pelas prédicas pbistas problemáticas e de fundo degradado pelo próprio stalinismo.

Essas reflexões, uma vez sistematizadas, dariam origem ao livro *A economia brasileira*, dedicado a Prebisch, e cuja linha de análise se opunha frontalmente à orientação ortodoxa preconizada pela Fundação Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, Furtado decidiu criar uma sociedade civil destinada a veicular essas idéias. Assim nasceu o Clube dos Economistas, cuja primeira tarefa seria editar a Revista Econômica Brasileira, dirigida por ele mesmo e por Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral e Sidney Latini. Os participantes, na maioria, eram economistas vinculados a instituições governamentais,

como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco do Brasil, o DASP, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Fazenda. A revista representou um marco na divulgação de um pensamento que, na época, era considerado heterodoxo, progressista ou mesmo de esquerda. (MENDONÇA, 2010, p.13)

Retornando à Europa, em Cambridge (King's College, Inglaterra), para outro período de estudos, a convite de Nicholas Kaldor, conhecido no México, escreveria entre os fins de 1957 e início de 1958 aquela que viria a ser sua obra consagrada: *Formação econômica do Brasil*. O livro, segundo Furtado, incidiu fundamentalmente na demarcação de necessidades eminentes: a complementação da industrialização brasileira e a integração nacional em um país de ferrenhas disparidades regionais. Retornando ao Brasil e ao trabalho no BNDE, passou a dedicar-se, particularmente, aos problemas do Nordeste tendo composto junto a JK o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que resultaria na criação de diretrizes para uma política atinente às particularidades de uma região apenas atendida e referida em relação à problemática da seca e das necessidades oligárquicas decantadas. Desse processo, destaca-se, bastante emulado e delineado por Furtado, resultou “um documento intitulado *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*, no qual propunha a reformulação das diretrizes de aproveitamento dos solos e águas no semiárido, a abertura de frentes de colonização, o incentivo à industrialização e soluções para o problema do fornecimento de energia elétrica”. Ademais, planejava “a reorganização da economia do semiárido, com a redução da agricultura de subsistência, a ampliação do número de trabalhadores assalariados, aumento da integração das unidades produtivas ao mercado, dinamização da pecuária e determinação do tamanho da unidade típica de produção segundo parâmetros ecológicos”. Em um primeiro momento, ficou decidido que a execução seria consignada pelo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que albergaria a burocracia federal e estadual, tendo Furtado por liderança intelectual e secretário executivo, “que daria origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada como meta especial do governo Kubitschek, e da qual Furtado seria o primeiro superintendente” (MENDONÇA, 2010, p.16). Furtado sairia do país no e por conta do contexto golpe 1964, depois de frustrações de seu plano trienal como ministro de Jango, retornando apenas em 1979 no contexto da Anistia, tendo abandonado, dessa feita, instituições, planejamentos e sonhos de superação do subdesenvolvimento brasileiro.

A despeito de, em sua magna obra, não declarar a completude de suas fontes, vez que com o livro apenas procurava enredar um “esboço”, conotando certa abertura no desenvolvimento da escrita, alguns trabalhos de estudiosos de Furtado já conseguiram localizar, com base em sua pouco conhecida e não traduzida obra de doutorado (1948), algumas possíveis raízes teóricas. Na bibliografia presente em sua tese, melhor referenciada, encontram-se livros de teor clássico da interpretação brasileira, como “Capistrano de Abreu, *Capítulos da história colonial*; Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*; e de Nelson Werneck Sodré, *Formação da sociedade brasileira*”. Ainda, nos “trabalhos de autores estrangeiros ali referidos, cabe citar o estudo de Louis Couty, *L’esclavage au Brésil*, ao qual se podem acrescentar, já no capítulo sobre as fontes utilizadas, referências às obras de J.F. Normano, *Brazil, a study of economic types*; René Courtin, *Les problèmes de la civilisation économique au Brésil*; e de Hermann Watz, *Das Hollaendische Kolonialreich in Brasilien*”, não sendo nenhum deles citados, vez que “a única obra precursora que Celso Furtado chega a mencionar com destaque tanto neste livro como em sua tese de doutorado é a *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, publicada pela primeira vez em 1944 e reeditada em 1957” (SZMRECSÁNYI, 1999, p.209).

Pleiteando um “esboço” sobre a configuração do subdesenvolvimento brasileiro, o livro lançou mão de uma explicação histórica do subdesenvolvimento, dando forro à argumentação e disputa política desenvolvimentista. Nesse sentido, a constituição histórica apresenta-se como negação de qualquer hipóstase do campo econômico, revelando-se como apresentação necessária de um encadeamento que justifica o “modelo”, a “estrutura” de subdesenvolvimento reproduzido no país. É nesse sentido que o livro não pode fugir dos aspectos comparativos, sendo perpassado, por exemplo, por cotejos dos processos coloniais americanos; o autor paraibano engendra uma análise histórico-estrutural que, portanto, quer esmiuçar uma dinâmica *sui generis*, uma “estrutura” (um conceito aplicado à realidade), cravando os contornos da historicidade pressuposta. O método indicaria, portanto, um “estruturalismo intermediário”, uma confecção teórica baseada não só na modelística conceitual rígida, e não só na reconstrução dos fatos: em suma, um enfoque histórico-estrutural ou um “estruturalismo intermediário cujas estruturas são vistas como permanências históricas”. Permanências que, segundo sua acepção do poderio da vontade política, poderiam ser superadas.

Aqui se impõe uma questão: qual sua concepção de História? Ela

não é reacionária ou conservadora, porque Furtado propõe uma ruptura com as formas arcaicas de utilização de recursos como terra e mão-de obra, por exemplo. Também não se pode dizer que seja progressista ou revolucionária, porque ele não questiona o capitalismo em si e não se refere aos movimentos sociais como sujeitos na história. Sua análise históricoestrutural objetiva explicar o subdesenvolvimento e propor um programa desenvolvimentista. São mudanças que visam à ampliação do mercado interno. (VIEIRA, 2010, p.48)

De todo modo, como queremos afirmar, o pensamento do autor não deixa de ser conservador (embora, não seja reacionário como vimos em Salgado/Barroso) e contrarrevolucionário, tanto no nível teórico, ao reunir puerilmente sem graus de distinção mais básicos o marxismo e o stalinismo. Veja-se, ainda, que o autor menciona que sua leitura de *O Capital* foi circunstanciada por um conhecimento macroeconômico que o vaticinou de desvios e armadilhas do determinismo econômico marxista que extrusa ou reduz a realidade a explicações prontificadas (VIEIRA, 2010). Em outra passagem, de mote pontual até reacionário, o autor evidencia certo racismo ao conceber o despreparo mental das populações subsumidas ao escravismo, isto é, “Furtado desconsidera outros fatores, sobretudo as estruturas sociais e culturais, que contribuiriam para a não incorporação dos ex-escravos ao mercado e à condição de cidadania”. Nesse caso, fica “nítida a presença, nesta passagem, do ideário de Gilberto Freyre no pensamento furtadiano” (VIEIRA, 2010, p.48), algo que o próprio Furtado assumiria mais tarde ao tratar Freyre como alguém que lhe situou a importância do elemento cultural (a despeito de suas desavenças na SUDENE).

Outro caso insigne é o relatado por Mendes (2015), baseado no estudo da obra de Chico de Oliveira e de materiais de investigação/perseguição da burocracia golpista 64, em que se sustenta uma polêmica entre Oliveira e Furtado no interior da SUDENE, tendo em vista que o último teria sido responsável pelo aceite político do mecanismo (leis) 34/18, o qual acarretava a hegemonia do capital do centro-sul e internacional no projeto voltado ao desenvolvimento econômico do Nordeste. Enfim, de modo mais polêmico, poder-se-ia também ressaltar a permanência de elementos positivistas na concepção de historicidade de Furtado, o que implicaria uma longa digressão não oportuna. Não caberia aqui, tampouco, uma longa crítica ontológica da politicidade, mas basta afirmar o estatismo e o politicismo furtadianos insuflados, por toda uma vida de acadêmico e servidor público, a indicar que a estrutura ou “modelo” brasileiro poderia ser alterado pela

sapiência da correta política econômica que edulcorasse as crises capitalistas e garantisse o aprofundamento dos direitos sociais.

Cabe, todavia, sempre elogiar a rispidez furtadiana contra a métrica adstringida da teoria etapista. Elogio que se adensa quando se demarca o quilate de outros autores (Nelson Werneck Sodré) e partido (PCB) que se vincularam à abstrativante teleologia de graves consequências teóricas e políticas, logo sentidas na pele. A tessitura de sua obra indicava não só a globalidade histórica da formação do capitalismo, como os atores subordinantes/subordinados, ou a peia imperialista em outros termos, convergindo à definição de uma estrutura própria ao subdesenvolvimento, marcada pela permanência do “atraso”, de uma apropriação “arcaica”. Em suma, “O método comparativo e o enfoque de longa duração permitiram-lhe comprovar a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento não por etapas distintas, mas como aspectos de um mesmo processo histórico”. Negando a imputação fásica, “o subdesenvolvimento alimenta o desenvolvimento no sistema capitalista, mantendo a relação centro/periferia ao longo do tempo” (VIEIRA, 2010, p.49).

O foco na superação das “estruturas arcaicas” envolveria, fundamentalmente, imprimir o processo de industrialização (negando, assim como Prebisch, qualquer concordância com a tese das “vantagens comparativas”, isto é, a vocação agrária brasileira), a integração nacional reversora de disparidades regionais e como consequência e, ao mesmo tempo, mola propulsora da renovação do “modelo”, o fortalecimento do mercado interno. Logo, o esquadramento do subdesenvolvimento aclara uma face *sui generis* do evolver capitalista “que tende a perpetuar-se se a vontade política não promover a sua superação”.

Para descrever sinteticamente o ideário *nacionalista* de diagnose e prescrição furtadianas:

é a configuração de uma vontade nacional em torno de um projeto democrático de nação que deve abrir as portas para a mudança. Esta vontade certamente se relacionava com os movimentos sociais, urbanos e agrários, mas encaminhava-os projetualmente para uma dinâmica reformista estrutural da ordem. Aliás, há na obra de Furtado uma recorrente descrença na capacidade de os movimentos operários, pela via clássica da representação de interesses, exercerem uma pressão reformadora eficaz sobre a ordem. Nos países periféricos como o Brasil, a existência de um elevado desemprego estrutural amorteceria o impacto das pressões de ordem sindical, minando a sua eficácia. (GUIMARÃES, 2000, p.25)

Sobretudo, vaticinamos que o autor não transcende o aspecto conservador-manipulatório, a despeito de suas virtudes, quer dizer, faz grassar o viço politicista que subjaz um esgarçamento ideativo entre complexo do estado e econômico, e por isso, faz do primeiro local possível da panaceia desejada. Logo, bastaria um esforço exigente, concatenado, coletivo, coeso e público em prol da forja de uma correlação de forças políticas e públicas mais positiva no enfoque de uma construção ou reconstrução nacional de escol, ou mais tarde, uma “refundação da república”. Alargamento imputativo da possibilidade política que teima em tomá-la por preponderante, e, no caso brasileiro, força movente que, então, poderia derrogar as distorções tão mais agudas e degradantes presentes em uma formação social subdesenvolvida. Tenacidade da vontade (política) que torna tardia a percepção de Furtado acerca de uma aproximação ainda mais particularizante do concreto do capitalismo e da burguesia nacionais, em suma, de não se tratar de mera “disfuncionalidade” interna mais aguda e da forja estatal absoluta e demiúrgica em termos de uma resolução modernizante na tessitura formal-estrutural de oposição entre “atraso” e “moderno”.

O pensamento furtadiano, portanto, que em um primeiro momento, virtuosamente, prescinde de Filosofias da História etapistas como na conspurcação stalinista, esteve também prenhe de certo racionalismo formal ou “miséria da razão”, pleiteando equacionar a dramática “problemática nacional” pela chave tecnicizante da introdução e distribuição tecnológica calcada em certo unilateralismo ou hipóstase estatal. Ao que parece, mesmo no nítido e virtuoso fôlego de combate aos procedimentos axiomáticos ortodoxos e stalinistas (tomados por “marxistas”), Furtado também se enquistou na resolução paradigmática, politicista e tecnicizante da industrialização, revelando também, ainda que sobranceiro sobre os adversários apologetas de teses depauperadas, certo racionalismo formal. Enfim, não só preserva o politicismo adstringente e só atinge maior grau de particularização tardiamente, como também, conseqüentemente, nega precocemente a radicalidade da transição socialista mesmo quando, mais tarde, se corrigindo, assume que a perspectiva (nada mais do que tática) do direito político e social só poderiam ser efetivadas pela atividade da classe trabalhadora.

Portanto, sem endossar qualquer noção teleológica de estágios sucessivos de uma trama evolutiva, a teoria do subdesenvolvimento apreendia parcialmente a razão da tipicidade brasileira. A teoria de Celso Furtado se expressava, sobretudo, ancorada na larga influência de matriz keynesiana sobre as imperfeições do mercado derivada de seus

doutorados (em França e, principalmente, Inglaterra) em que o autor sorveu do “estudo em Cambridge junto à nata do neokeynesianismo, onde conviveu com Joan Robinson, Sraffa, Kaldor, Piero Garegnani, Amartya Sen, antes de voltar para o Brasil no final dos anos 50” (GUIMARÃES. 2000, p.21). Mais detidamente, o que fecundava a preocupação do nacional-desenvolvimentista paraibano era a agudeza “disfuncional” do mercado brasileiro, que fazia emergir a demanda mais extremada da ação interventiva estatal, da expertise da administração política e dos “remédios anticíclicos”. Estava-se, sobretudo, enquistado, como sobredito, em uma razão formal-dualista prismada pelas acepções de “atraso” e “moderno”, estruturas que tendiam à permanência histórica caso a ação estatal não incidisse nos nervos problemáticos.

No pré-64, Furtado diagnosticava soluções de três veios para o país: a revolução socialista que colocaria em cheque a vivacidade da liberdade, dada influência ideológica stalinista e do - equivocadamente designado - “socialismo real”, o golpe direitista produtor e aglutinador de retardos econômicos e políticos e a empreitada da atuação pública como agente de pressão por um movimento nacional-reformista, do qual ele fazia parte e que considerava o “nacional-populismo” como contextura modelável a tais fins superiores (GUIMARÃES, 2000). Todavia, a “realidade que emergiu no pós-64, o grande surto de modernização conservadora, representaria um brutal desmentido às hipóteses configuradas pelo campo analítico-normativo de Celso Furtado”. O nacional-desenvolvimentista “em 1967, no número especial da revista *Les Temps Modernes*, dirigida por Sartre, havia prognosticado uma pastorização do Brasil sob o regime militar”. Segue-se que, “em seu ensaio ‘*De l’oligarchie a l’état militaire*’, Furtado apreende como a ideologia dos militares vitoriosos havia feito a passagem, no quadro doutrinário da Guerra Fria, para uma ideologia de Poder Nacional, que colocaria em segundo plano o desenvolvimento em detrimento da estabilidade”. Para ele, “esse ‘modelo de pastorização’, concebido originalmente pelos Estados Unidos para a Alemanha ao fim da Segunda Guerra Mundial, implicaria o encaminhamento da população subempregada nos centros urbanos para o campo, em um quadro de estagnação industrial” (GUIMARÃES, 2000, p.27), perspectiva que logo seria desbancada.

Levaria algum tempo para que o “demiurgo nacional” paraibano renovasse sua interpretação acerca da heteronomia sistêmica e estrutural brasileira, concebendo a contrastante e constrangedora síntese entre industrialização intensiva a partir dos monopólios internacionais, crescimento econômico, concentração de renda,

inacabamento do capital nacional, enfim, manutenção do subdesenvolvimento em nova face, industrializada. Em suma, o desenvolvimentismo furtadiano, aquele que era prosélito de um processo de integralização industrial como impulso central de superação da pobreza, derruía. Processo que, segundo um “jovem Furtado”, só poderia ser consignado pela atuação racional e planejada do estado definindo setores e instrumentos catalisadores da economia, assim como coordenando a distribuição financeira e os investimentos diretos sobre os quais o mercado não manifestasse interesse (BIELSCHOWSKI, 2004). Atravessado pela teratologia típica do “ornitorrinco” (OLIVEIRA, 2003) desenvolvimento brasileiro, “em depoimento realizado em 2004 para o documentário ‘O longo amanhecer’, Furtado afirma que *Formação econômica do Brasil* era inconclusivo. E como Furtado explica esse caráter inconclusivo de Formação?”. Seguindo, talvez, um justificacionismo retrospectivo, o autor habilmente admite “que já havia, então, chegado à conclusão de que o modelo de desenvolvimento brasileiro não permitiria a superação do subdesenvolvimento” (SAES, 2010, p.87), ou seja, a inconclusão de *Formação econômica do Brasil*, quis fazer crer, foi mais opção política do que falha teórica.

Na década de 70, em livros como *Análise do modelo brasileiro* (1972) e *O mito do desenvolvimento* (1974), Furtado radicalizou os elementos críticos de sua original teoria, abarcando os aspectos reiterativos do subdesenvolvimento em meio à industrialização galvanizada. Buscava, com mais efeito, explicitar algo que – supostamente - estivera eclipsado por iniciativa política de um servidor público obcecado pela prosperidade do destino de seu país. Dessa feita, subdesenvolvimento, como modelo ou estrutura, parece seguir, mesmo em seus livros mais avançados, “como espaço e temporalidade próprios das nações da periferia do mundo, fugindo a qualquer noção fásica ou linear da história” (GUIMARÃES, 2000, p.20), como resta claro. Inobstante, tal acerto, desde o mais incipiente, não oblitera o duro golpe recebido por sua teoria e prática pública pavimentadas por rotundo politicismo.

Em livros de maior poder de síntese, como *Brasil, a construção interrompida* (1992), “o subdesenvolvimento, enquanto expressão da forma de integração de economias periféricas no capitalismo mundial, implica no risco de se cair numa armadilha” que interditaria “a superação do subdesenvolvimento, mesmo quando suas economias sofrem profundas mudanças (passando, por exemplo, de primário-exportadoras para industriais)”. Furtado explora, nesse ensejo, a “modernização” do padrão de consumo das

elites brasileiras, em um primeiro momento com a importação de bens de consumo duráveis/suntuários e, em um segundo momento, com a exigência de uma produção interna com máquinas e equipamentos, enfim, com um capital constante/fixo incoerente com a acumulação de capital da indústria nacional, o que levaria à necessidade de perseverar na exploração aguda da força de trabalho e deslocalização geográfica dos monopólios internacionais, portanto, numa exclusão massiva dos operários, assim como a incorporação dessas tecnologias no seio produtivo vincada ao desemprego estrutural, endossando a malha subdesenvolvida refratária à “homogeneização social”.

Mas a dependência, que primeiro se manifesta como um fenômeno cultural ao condicionar os padrões de consumo [das elites], também se insere na esfera produtiva. A necessidade de constante renovação das técnicas para adaptá-las à produção dos novos bens exige a importação da tecnologia gerada nos países centrais. Às empresas nacionais, esta tecnologia tem um custo representado pelos royalties a serem pagos aos detentores dessas técnicas. Às empresas estrangeiras, essas tecnologias têm custo mínimo ou mesmo zero, A instalação de firmas multinacionais na periferia reforça a modernização das elites já que, da parte dessas empresas, há interesse em renovar com frequência os padrões de consumo em vigor para introduzir os frutos das inovações geradas nas matrizes. Como resultado, o avanço da industrialização fundada na produção dos bens que resultam da inovação nos países centrais aprofunda a tendência à concentração da renda, tornando mais fortes as redes da armadilha do subdesenvolvimento. E, ao mesmo tempo, tornam mais forte a resistência política às mudanças que conduziriam à homogeneização social porque elas inevitavelmente implicam em mudar o padrão de consumo e o estilo de vida de grupos influentes na sociedade (e, para tanto, o perfil da distribuição de renda). (SAES, 2010, p.96)

Nesse sentido, trata-se de um processo amplo de revolvimentos mais ou menos lentos da industrialização que não conseguem ao fim alcançar nacionalmente a mais elevada produtividade articulada à diversificação produtiva, assim como a elevação generalizada dos padrões de consumo de modo consistente. Quanto menos, consegue efetivar essa contextura provocando integração regional equilibrada e “homogeneização social”. Vejamos sumariamente os períodos brasileiros de industrialização. Em um primeiro momento (pré-30): processo industrial calcado nas rendas obtidas pela economia agrária monocultora e exportadora, viabilizando a compra ou a “capacidade de importar”, na dicção cepalina, bens de capital e bens de consumo básico semielaborados para serem maquilados pela indústria nacional também de bens de consumo básicos. Deve-se aduzir,

ainda, que, embora, o talhe exangue dessa fase tenha por agudo corolário o crash de 1929, as tensões comerciais já indicavam relativo ocaso: a produtividade ampliada que gerava a necessidade candente de estoques de café, a concorrência comercial indicando o rebaixamento de preços no comércio internacional, a necessidade (e dificuldade) de maiores financiamentos internacionais para produção e crescimento de estocagem, além de um período de apreciação cambial (exigência dos financiadores externos), o que dificultara ainda mais a comercialização do produto da indústria agrária. Com o crash 1929, a redução significativa do consumo global, isto é, da demanda externa, o rebaixamento do recolhimento de impostos do estado brasileiro majoritariamente baseado no comércio externo (implicando em seu financiamento/endividamento), a inferiorização da “capacidade de importar”, ampliada pela depreciação cambial de tal conjuntura. Engendra-se, doravante, um segundo momento: um processo de substituição de importações ou “industrialização substitutiva” que, como vimos na seção anterior, não atinge toda prospectiva desejada, apesar das intervenções estatais diretas e indiretas, como na indústria extrativista, siderúrgica, de combustíveis e infraestrutura. Também, as isenções para compra/importação de máquinas e equipamentos, as linhas de subsídio nacional a juros negativos, a legislação trabalhista e a estrutura sindical. Contudo, ainda premida pelo apanágio ultrarretardatário, a burguesia industrial continua dependente da abastada ação estatal, ou mesmo, da retomada de uma expansão da exportação de bens primários e, logicamente, da dependência tecnológica e de bens de capital avançados. Trata-se dos limites da “industrialização substitutiva”, e conseqüentemente, da relativa constatação furtadiana de seus erros iniciais de prospectiva politicista nacional-desenvolvimentista (a despeito de termos exposto sua alegação, na década de 90, de que sua posição política prevaleceu em detrimento da possibilidade de falha teórica de prognóstico).

O atravancamento da “industrialização substitutiva” tem como indício refulgente a supracitada “importação” de padrões de consumo pelas elites brasileiras. Seja pela importação direta ou pela “deslocalização geográfica” dos monopólios internacionais. Logo, “Enquanto que nas economias desenvolvidas a difusão de processos produtivos, aumentando a produtividade, eleva o nível de vida da população (seja por meio do aumento concomitante da taxa de salários, seja pela redução dos preços relativos dos bens de consumo)”, nos países de estrutura ou modelo subdesenvolvido isso só atinge uma minoria populacional.

Esse processo somente se cumpre em sua plenitude com respeito a uma minoria da população. O resto da população é afetado de forma decrescente, em função de sua integração na economia monetária e no mercado de produtos manufaturados. O peso do excedente estrutural de mão-de-obra faz que a penetração de técnicas sofisticadas nas atividades ligadas ao conjunto da população acarrete um crescimento mais que proporcional da renda dos grupos ricos, cujos gastos devem, em consequência, aumentar mais que proporcionalmente para que prossiga o processo de difusão de novas técnicas. Cabe, portanto, concluir que a introdução de novos padrões de consumo entre os grupos ricos constitui o verdadeiro fator primário (ao lado da ação do Estado) do crescimento das economias subdesenvolvidas na fase pós-substituição de importações. (FURTADO apud SUZIGAN, 2010, p.116)

É possível observar, não obstante, que o politicismo furtadiano ainda persevera mesmo com as inflexões autocríticas de sua teoria. A tônica continua sendo aquela que advoga com e pelo estado planejador, isto é, arregimentador dos fatores econômicos e engendrador das políticas econômicas corretas. Se a mera industrialização – coordenada pelo planejamento estatal - não serve mais para superar a urdidura subdesenvolvimento, integrar regiões e superar desigualdades, criar um mercado interno fortalecido e mais homogêneo, facticidade demonstrada à renitência pela realidade efetiva, não se derogou, contudo, toda esperança estatal furtadiana. É certo que o subdesenvolvimento se expressou de outra forma, varrendo as primeiras iniciativas teóricas e práticas (resistência política ou falha ideativa do autor, que seja). Todavia, alguns termos ainda são demarcados por Furtado, em obra de 1967 (*Teoria e política do desenvolvimento*), como a preservação e inversão interna de ampla margem de lucros dos monopólios internacionais; estatização de filiais aqui instaladas voltadas para bens primários de exportação; subordinação das grandes empresas ao planejamento de políticas econômicas, sustentando, com efeito, a preservação e integração na economia dos “frutos das inovações tecnológicas”; controle da exportação de bens primários no mercado internacional, exigindo a cooperação estreita de países produtores (FURTADO, 1967).

Furtado tem clara percepção das limitações intrínsecas da primeira fase de industrialização induzida pelas exportações primárias, limitações essas manifestadas principalmente no baixo potencial desse tipo de industrialização para induzir mudanças estruturais no sistema produtivo (...) Furtado estabelece nitidamente o período em que a industrialização pode ser apropriadamente chamada de substituição de importações, o que torna impróprias, para não dizer errôneas, as referências ao processo de desenvolvimento industrial dos países

latinoamericanos – e particularmente do Brasil –, a partir de meados da década de 1950, como industrialização por substituição de importações. Cabe aqui talvez uma observação quanto à ênfase dada por Furtado à mudança dos preços relativos das importações como um dos fatores que, com a crise de 1929, desencadearam as mudanças estruturais que levaram à segunda fase da industrialização. Na verdade, embora essa ênfase seja correta para o momento da transição, a mudança dos preços relativos perde importância nos momentos seguintes e o verdadeiro instrumento de proteção passa a ser a introdução de barreiras não tarifárias às importações (...) Furtado mostra com clareza como, na terceira fase da industrialização, muda a natureza do desenvolvimento industrial, que passa a ser determinada principalmente pela emulação, entre os grupos de renda mais alta, dos padrões de consumo típicos dos países desenvolvidos (...) Furtado mostra de forma igualmente clara que a ação do Estado é uma forma válida e amplamente utilizada de induzir modificações no perfil da demanda (evitando ou atenuando a influência da importação de padrões de consumo) e, por consequência, de induzir também mudanças na estrutura do sistema produtivo, escapando assim às determinações impostas pelas relações de dominação-dependência. (SUZIGAN, 2010, p.119)

Há que se demarcar um ponto trazido no trecho citado: a fase designada por “industrialização substitutiva” não é necessariamente ancorada no mecanismo protetivo de alta das taxas alfandegárias e pequena “capacidade de importar”, a não ser no momento inicial pós-crise, posto que como vimos na seção anterior, o governo varguista impôs, ao longo de seu vasto período, isenções fiscais para importação de máquinas e equipamentos (o que ampliava setorialmente a “capacidade de importar”). Foram outros mecanismos, como os subsídios nacionais a juros negativos, que funcionaram como mecanismos protetivos-nacionalistas, junto à industrialização de mote estatal (indústria extrativas e de bens de produção básicos) e à legislação trabalhista parcial/urbana para galvanizar o mercado interno. Outro elemento que se deve considerar é a “propensão decrescente dos países industrializados em consumir matérias-primas por unidade de produto final. Esse fato estaria, em parte, relacionado à própria natureza do progresso técnico que, a partir da segunda revolução industrial, tornou-se poupador no uso de matérias-primas”. Em outros termos, a “redução relativa da demanda de matérias-primas atuavam no sentido de deprimir os seus preços em relação ao dos produtos manufaturados”, possibilitando “que os países desenvolvidos se apropriassem de parte dos ganhos de produtividade das atividades exportadoras dos países periféricos, os quais decorreriam da adoção de técnicas mais performantes ou da exploração de novos recursos naturais” (TOSI FURTADO,

2010, p.127). Isso, no entanto, não impediu que a exportação de bens primários continuasse como carro chefe da economia brasileira; enfim, teve-se a modernização e manutenção da agroexportação monocultora sustentada por candente exploração do trabalho.

Outro ponto que cabe destaque é a razão politicista furtadiana não se ancorar em deslizes ou explicitações autocráticos. Desloca-se da noção que preserva o “autoritarismo” como demiurgo do destino do país em detrimento da lassidão democrática. Assim, a “ideia de planejamento poderia funcionar como uma transferência do papel ativo da sociedade em prol da autonomia tecnocrática e científica”, reiterando “uma tendência de recusar o conflito e a disputa entre os grupos sociais como uma perversão facciosa à qual se prefere uma atenuação cordial, efetuada de cima para baixo se for necessário”. Se assim o fosse, “Furtado permaneceria preso ao argumento recorrente no pensamento social brasileiro desse século que produz, a partir do menosprezo às condições sociais, o caminho fácil para a via autoritária”, uma vez que “é importante assinalar que a defesa da democracia é artigo raro na maioria das análises produzidas até então, e quando utilizado aparece como corolário da teoria da modernização (quer pela via economia-política, quer pela via especificamente político-institucional)”. Ao arrepio das concepções mais abertamente conservadoras, “Furtado é feroz defensor de elementos até então tomados como deletérios à ordem social: organização e pressão sindical, existência de cobrança política, reforço da opinião pública, e defesa do marco legal da competição democrática”. Por isso, se consagraria como defensor de “um projeto de desenvolvimento que tenha o Estado como meio de transformação, mas a organização social como finalidade e, ao mesmo tempo, sujeito ativo no processo” (CEPÊDA, 2010, p.150).

Conquanto a reflexão recuperada acima seja um mérito destacável enquanto antiautocrática, não se deve esquecer a influência de Mannheim na obra de Furtado em um sentido muito específico. A posição historicista implica na averiguação da clivagem ou grupo dos pensamentos sociais, ideológicos (a favor do status quo) e utópicos (contra o status quo). Nessa contextura, os intelectuais poderiam engendrar um grupo singular que sobressaísse das múltiplas tensões, podendo edificar um conhecimento objetivo e de alto valor e função na realização do interesse público em detrimento dos interesses partidários. Essa posição seria atinente à galvanização de uma cultura cívica, da emulação do papel ativo da ‘sociedade civil’, fazendo valer uma “mentalidade democrática” como parâmetro de ação que congrega e pode conseguir sintetizar posições distintas. Por Celso

Furtado ser um legítimo arauto e praticante dessas aproximadas linhas de pensamento e ação, não podemos obliterar o aspecto abstrativante, a ideologia manipulatória-conservadora inerente a um pensamento que procura congrega e sintetizar o antagonismo que é influxo da relação-capital, em especial neste recanto nacional, configurado, sem véus e anódinos, como sociabilidade entificada a partir da *via colonial* do capitalismo. Veja-se, nesse sentido, que a apologia de Furtado à organização e manifestação operária-sindical – o que indicaria sua singularidade “cidadã”, “democrática” - é meramente em função da retroalimentação do sistema, isto é, da pressão social indispensável para a dinamização produtiva, pelo adição ou densificação do capital fixo.

Por outro lado, cabe ao Estado através das políticas econômicas disciplinar o consumo pessoal do capitalista e a lógica decisória do investimento – corrigida e orientada através de instrumentos como tributação, políticas cambiais e creditícias, por intervenção econômica direta com a criação das estatais nos setores estratégicos e de infra-estrutura, com a política de subsídios e investimentos alocados aos setores privados mais necessários e, por último, através de mecanismos políticos de proteção do trabalho para que neste movimento se redistribua efetivamente os ganhos do progresso técnico capaz de alavancar e expandir o mercado consumidor interno. Como outra face desse processo Furtado indica a necessidade de fiscalização também da ação do Estado. Afinal os problemas de deturpação do projeto de desenvolvimento nascem de inúmeras fontes. Da história progressa, pela capacidade de apropriação por parte dos setores anacrônicos do controle do Estado e dos recursos públicos. Da pressão internacional que após o fim da Segunda Guerra restabelece a ordem internacional que procura manter através do comércio internacional uma divisão do trabalho que preserve os interesses das economias centrais. Da moderna economia nacional pela sua inclinação imediatista do lucro fácil e que nesse processo coloca em risco seu próprio processo de acumulação, cria um estrangulamento da potência latente do mercado interno e aumenta a pressão inflacionária dos gargalos estruturais. Do lado dos planejadores sua incapacidade de serem os portadores da síntese, os operadores da metamorfose capaz de defender e implementar o interesse público – por erro ou dolo, tanto faz. Desse cenário, de novo a dimensão política é resgatada como central no projeto furtadiano através da defesa da democracia. Apenas o controle social pode mudar a lógica do subdesenvolvimento cobrando do Estado um destino público para o crescimento econômico. (CEPÊDA, 2010, p.159)

Vê-se, a despeito (ou por isso mesmo?) das prédicas democratizantes, que o discurso furtadiano oblitera a resolução verdadeiramente radical para o antagonismo de classes. Acrisola-se no planejamento estatal para recondicionar diretrizes da reprodução do país,

buscando a disrupção do modelo ou estrutura tendencial subdesenvolvida, assumindo, mais ao fim da carreira, a tessitura das lutas civis e sindicais como fundamentais, mas sempre tendo em sua ótica a reversão politicista da reprodução deletéria do capitalismo brasileiro, o que fecunda subjacentemente uma acepção bastante positiva e canora acerca dos constitutivos endógenos do capitalismo central/desenvolvido. O nacional-desenvolvimentismo furtadiano, de talhe democratizante, visava, portanto, imprimir um outro destino ou construção do país, que somente a industrialização não poderia sustentar e prover, como ficou claro na realidade efetiva (que concatenou “atraso” e “moderno”) e nas próprias admissões de fracasso ideativo do autor, matizadas por sua bravura política. Porém, não se pôs de lado a posição estatista revelando a insistente posição e voluntarismo furtadianos. Enfim, “passa por aí a explicação de por que, embora a ‘questão nacional’ tenha sido tematizada no Brasil sem nenhum ‘atraso’ em relação ao resto do mundo semiperiférico”, esta questão “foi sempre um problema dos nossos intelectuais e militares, muito mais do que de nossas elites políticas e econômicas”. Por isso, “não é casual o fato de que a intelectualidade brasileira esteja há 150 anos se debatendo, sem sucesso, na tentativa de formular um conceito e um projeto de nação que pudesse dar conta dessa aparente ‘desconjunção’ brasileira, enquanto o ‘país real’ dos donos do poder e da riqueza expandia-se”, por meio de “portas abertas pelo liberalismo internacionalizante e de costas para o povo” (FIORI, 2000, p.54).

3.4 A tessitura ideológica do 1964 e o Caso Golbery: Objetivos Nacionais e a Verdadeira Democracia

A reviravolta de 1964 não aduziu qualquer passo surpreendente ao capitalismo brasileiro. Mais uma vez, dentro do novelo do atraso, mediado por posições de “modernização conservadora” e de reacionarismo, teceu-se a canga larga da “miséria brasileira”. As ameaças reformistas do período exatamente precedente ativaram na burguesia geneticamente contrarrevolucionária e em seus ideólogos o recrudescimento das prevenções. A ausência histórica de sociabilidade ascendente burguesa, de burguesia revolucionária e de ideologia burguesa progressista se confirmaram no período 64 com o descerramento da manifestação mais brutalizada do bonapartismo, da inflexão antidemocrática do estado à guerra franca contra qualquer reformismo progressista estranho às entranhas das facções burguesas brasileiras, mas também internacionais. Em

uma sonora estocada, solapou-se os sonhos cândidos das imberbes e desfibradas teorias conjuradas pela esquerda quanto à existência de uma burguesia industrial nacional revolucionária e progressista na *via colonial* do capitalismo.

Em suma, no capitalismo à brasileira nunca houve, por parte da burguesia, um conclave universalista, humanista e revolucionário que levasse a reboque a classe trabalhadora para a configuração do “novo mundo”, isto é, a própria revolução política burguesa típica da *via clássica*, a luta indecorosa contra privilégios anacrônicos. A burguesia agrária de estirpe colonial persistiu em sua linha monoagroexportadora e superexploradora, sendo rigorosamente subordinada aos setores financeiro e comercial estrangeiros. A burguesia urbana da indústria, sem forças próprias, sem antever mercado interno galvanizado e sem poder competir com suas congêneres dos países centrais, aconchegou-se em um primeiro instante aos bens de consumo não duráveis e a alguns insumos para o setor agrário, assim como pelas forças do estado e do capital estrangeiro, deu-se azo à indústria pesada de bens de produção, modernizando relativamente as forças produtivas da oligarquia agrária. Ademais, o próprio governo Vargas que tentou, com sucesso insatisfatório, a formulação de um mercado interno, a emersão do capital industrial, a diversidade da produção agrária só o fez em consonância com o controle rigoroso e bonapartista dos movimentos operários, sindicais e comunistas, isto é, o corolário da “modernização nacionalista conservadora”, da conciliação pelo alto através da oscilação de acordos, mantendo o “tributo ao arcaico”. O destaque recai, outrossim, no diapasão atrofico e caudatário, incompleto e subordinado das burguesias brasileiras, sempre prontas socialmente a imiscuir-se com as ideologias do atraso, do conservantismo (e até do reacionarismo); no plano do complexo do estado, a autocracia é momento típico dessa burguesia que nunca facilitou direitos políticos e sociais (tático-defensivos em um prisma comunista) para os “de baixo”.

Está claro que é preciso acima de tudo diferenciar as circunstâncias e especificidades históricas do bonapartismo clássico com relação ao bonapartismo brasileiro, forma particular identificada ao regime militar. A figura de um aventureiro e oportunista no poder como segundo império francês, ou a presença marcante de um estadista do porte de Bismarck, certamente, inexistem na realidade brasileira. Há que atentar que não se trata de uma colagem histórica, mero recurso analógico de empréstimo de figuras. Trata-se de, nas palavras de Marx, compreender a lógica específica de um objeto específico. (...) Trata-se, pois, em nosso caso, de uma recomposição das frações das classes dominantes a fim de desarmarem a movimentação das massas populares, em especial, a repressão ao movimento

operário-sindical, a fim de consumir um novo ciclo de acumulação capitalista, obstada precisamente pela "República sindical" de João Goulart (...) Engendra-se, assim, uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capitalismo. Em Marx, muito pelo contrário, não encontraremos a idéia de que o bonapartismo surge quando se abre um vácuo de poder, como assegura a analítica paulista. (RAGO, 1998, p. 17)

Essa contextura de “estreiteza política e econômica” é que torna a mácula politicista a unilateralidade (não) resolutive da vida burguesa nacional; isto é, não podendo resolver sua debacle no complexo econômico, ruindo e perambulando pela sua deficiência histórico-genética, eiva, demasiadamente, o político de toda manipulação/mistificação demiúrgica. É por isso que age em consenso com sua estreiteza e desfibramento, espelhando, nunca de modo automático, esse caráter na política, práxis já limitada ontologicamente. Se trata de destacar, em uma palavra chasiniana já conhecida, a oscilação do caráter estatal brasileiro entre a autocracia institucionalizada e a autocracia bonapartista, percalços graves ao progresso social, que só podem ser deslindados, resta claro, pela natureza preventiva, contrarrevolucionária e tenazmente tacanha da burguesia brasileira que “meramente assumiu sua miséria”.

Importa relevar que, segundo Rago (ancorado em Chasin), a tese do populismo fez cabeças à esquerda e à direita. Fez fenecer – teoricamente - a constelação ontológica da particularidade latino-americana – substanciada por mais singularidades internas – e favorecer o endosso de um epicentro problemático: o vazio do poder (RAGO, 1998). Para a canga teórica à esquerda, como o próprio J. Chasin marcou em suas destemidas e lúcidas críticas à analítica paulista em seu exato tempo de formação e exercício, a transição ao capitalismo verdadeiro, industrial, era perpassado pela incompletude das categorias sociais, deste modo, configurando terreno de debilidade de projetos de classe nacionais, e no ventre do famigerado “vazio de poder”, dando vazão para a excrescência dos populistas. Cabe notar o duplo equívoco: de um lado, a devassidão filosófica e a impertinência científica que não alcança a particularização da via colonial em sua natureza de classes e correlações societárias. De outro lado, o prisma liberal ao equacionar em oposição ao “populista”, a figura do gestor político dos países avançados, e mesmo, o parlamentarismo de democracias avançadas, onde a liderança populista não teria voz catalisada. Destarte, nesta quadratura de imputação subjetiva, a “ausência de hegemonia” seria a fonte seminal da entificação política populista, espécie daninha que brota das

raízes do capitalismo atrofico (RAGO, 1998). Em sua puerilidade liberal, esse tipo ideal usado pela esquerda foi (é?) chave explicativa da manipulação das massas enquanto o capitalismo verdadeiro ainda não se impunha em seu viço integral. Para esta vertente teórica, quando as massas populares indagam e reprimem o “estilo populista” no pré-64, pressionando pelas reformas de base, a classe burguesa tem de sobreviver, de despontar, de esgarçar o “pacto populista”, mostrando explicitamente o caráter de classe do estado. Antônio Rago indaga sobre o porquê de críticos de esquerda usarem do “populismo”, mesma retórica do séquito ideológico, dos acólitos de 64, isto é, donde advém dilapidado cabedal explicativo? Nos permitimos a longa e insigne explicação.

Mencionamos mais atrás o caráter incompleto e incompletável da burguesia brasileira, marcado por sua subordinação aos centros hegemônicos do capital e sua conseqüente impossibilidade e inapetência para a inclusão, ainda que nos limites do capitalismo, das massas trabalhadoras, nos planos econômico e, por decorrência, político. Tendo em mente essa situação, não deve causar estranheza a ferocidade com que a burguesia investiu contra o conjunto de propostas englobadas como reformas de base, que, de fato, mantinham-se perfeitamente no âmbito do capitalismo, mas apontavam para a ruptura com seus traços mais gravosos para os trabalhadores, implicando uma contraposição à subordinação imperialista e à organização econômica interna que lhe correspondia (...) Começamos indicando que, em seu ponto de partida, a analítica paulista buscava se contrapor à política de alianças desenvolvidas pela esquerda pecebista no pré-64, que propalava, com suas palavras de ordem e sua leitura da natureza do processo revolucionário, uma posição caudatária do proletariado na revolução democrático-burguesa no Brasil. Contraposição legítima, à medida que a leitura pecebista, na incompreensão da especificidade de seu chão histórico, acabou por se subsumir à suposta necessidade de “completar” o capital atrofico brasileiro, de fato incompletável, resultando daí seus descaminhos. Independente de buscarmos aqui as relações de determinação, que escapam ao objeto deste trabalho, podemos verificar que a inapreensão da particularidade brasileira implicava uma subordinação ideológica da esquerda à burguesia. Ora, a esquerda surgida no pós-64, perspectivando romper com o reboquismo do PCB, não levou sua análise às raízes desse problema, isto é, à apreensão de nossa particularidade, nem, pois, rompeu com a subordinação ideológica à burguesia, limitando-se a transferir a discussão da esfera das relações econômicas para a da política, visualizando completar aí o capital, pela instituição da liberal-democracia; com o que, de fato, acentuou aquela subordinação, tornando-se visceralmente politicista. (RAGO, 1998, p. 58)

O que se tem, outrossim, é que os teóricos do populismo se aglutinaram junto ao discurso direitista golpista na crítica, no mínimo, muito hiperbólica do político; não deslindaram os fios essenciais entre o econômico e o político, sobrevalorizando o último, invertendo, portanto, os lineamentos mais gerais, isto é, a veracidade de qual complexo configura o momento preponderante. Nesse sentido, a explicação se dá no sentido formalista e liberal pelo ardil do politicismo, estando prenhe do mesmo equívoco direitista. Desavisa do sentido do concreto, derroga a instauração ontológica marxiana pelo epistemologismo eclético deletério (RAGO, 1998). Em outras palavras, a teórica do populismo negligencia e é refringente à captação dos movimentos sindicais e populares que tensionaram no pré-64 a burguesia nacional geneticamente contrarrevolucionária, burguesia natimorta (para o sentido clássico), hipertardia e que não pôde irromper o casulo da subordinação. Para os teóricos do populismo, por sua vez, segundo avulta Rago, em 64 haveria apenas um “esgotamento” desse “estilo de política” mantenedora (RAGO, 1998).

Nas linhas tortas e tortuosas da direita, o populismo era um “nacionalismo populista” que servia contra os interesses monopólicos internacionais; ademais, que gerava anarquia, na medida que supostamente atendia demandas inatendíveis do conjunto da classe operária (RAGO, 1998). Ainda, seria um movimento de esquerda e estatizante, e por esse conjunto, por esse apanágio, viria a frustrar o concerto natural da economia. A ideologia 64 também utilizou da manipulação do “populismo” para tonificar sua práxis contrarrevolucionária, isto é, teoria e prática contrarrevolucionária se condicionam. Do outro lado, o pecebismo trucidado pela diagramação teórica raquítica, títere do quadro taticista stalinista internacional (COELHO, 2020), restolho imprestável e urdido pelo falseamento do real; ainda, a analítica paulista, a corrupção epistemológica e eclética do pensamento marxiano, que recaiu também nas deficiências de particularização da situação nacional, subalternizando as reais correlações de forças e introjetando na alma das análises a perspectiva liberal do politicismo.

Nesse ensejo, o bonapartismo de 64 evidencia-se como inflexão que salvaguarda o standpunkt das grandes burguesias nacionais, sempre preventivas e atentas a qualquer nuance e luta progressista no país; sempre dispostas a referendarem manipulações e até mistificações, que - do empírico absolutizado à tergiversação irracionalista do concreto - concluem-se em manutenção da ordem capitalista periférica. Doravante, “Toda vez que as massas surgiram no cenário histórico, grassou a mais infame das repressões, porque se

atribuía às manifestações populares uma função histórica” a qual, decididamente, “ela, por sua vez, não almejava: a ruptura com o sistema do capital e a instauração de uma dominação comunista” (RAGO, 1998, p. 70), que servia (serve) de espantalho político e cultural. Por último, e essencialmente, deve-se remeter, convictamente, aos interesses do capital monopolista internacional, já que este nunca fora enfrentado como adversário, mas, sobretudo, como tutor, como regente.

Às forças armadas coube uma certa inocência, isto é, “A ingenuidade dos gestores do capital atrofico está, portanto, na teleologia absurda de controlar a lógica do capital. Uma função estatal que estava reservada a propiciar as condições para a autoexpansão do capital”, destarte “sem limites que pudessem obstaculizar o seu desenvolvimento acelerado. Uma expansão capitalista associada ao imperialismo – sem os percalços da subordinação e atrofia estrutural –, na base da colaboração social para alcançar o projeto antevisto, regrado pelo bonapartismo” (RAGO, 1998, p. 71). Segundo aduz Antônio Rago, referindo a depoimentos da clivagem de “sorbonne” da ditadura, é possível dizer também que esse “projeto antevisto” se assemelhava mais a um antiprojeto: tratava-se de acirrar a contrarrevolução em relação às possibilidades de avanços minimamente progressistas, tomados como consignação da “república sindical”. Em suma, se se pode afirmar um projeto, é o projeto de uma burguesia negativa e deficitária, que ataca sempre como gendarme antiprogressista, que é alcoviteira do atraso, que pulula nas conciliações pelo alto e grassa em nobre cargo de michê do imperialismo. A fatura ideológica do “desenvolvimento e segurança” era a imposição dissimulada das possibilidades de uma “modernização conservadora”, sem guerra entre as classes dominantes, sem romper com a subordinação, sem pestanejar bravamente contra a incompletude, sem dar mais um centímetro de terreno para o “inimigo interno”:

a elas [as forças armadas] caberia uma missão histórica, a de "restaurar a democracia", harmonizar as classes sociais, incorporando os princípios e valores da "Revolução regeneradora" numa ordem constitucional, afirmação de um Estado de Segurança Nacional, a fim de colocar no rumo devido o sentido de unidade nacional. A tutela militar respondia, nesse sentido, ao nosso *presente* histórico, mas também ao *futuro* de nossa vida nacional. Os militares acreditaram, piamente, que pudessem ter o controle pelo alto da sociabilidade do capital. A prepotência não era baseada apenas na força militar, mas supunham deter os caminhos da destinação nacional, o verdadeiro projeto da evolução nacional: o *Brasil-potência*. (RAGO, 1998, p. 70)

Edulcorar a matriz classista do problema foi erro central de outros analistas como Soares (RAGO, 1998). Isso se dá na medida em que autores dessa clivagem procuraram desmontar a análise marxista autêntica tomando-na como “modelo impróprio” para o país. Em certa medida, porque negligenciaria a autonomia dos setores sociais, ou seja, deixaria de lado o exercício autônomo dos militares na efetivação de interesses próprios no certame de 64. Guardadas as devidas indicações ontológicas marxianas, dando-se conta do não-automatismo determinativo entre as distintas esferas, esta autonomia absoluta aos militares só teria como consequência a desfiguração da tessitura do real, a obnubilação da processualidade da forma de ser capitalista no Brasil, o despregamento entre passado, presente e futuro, por fim, o aniquilamento ideativo das classes; o que, perversamente, serviria ao próprio motim conservador, já que anódino da luta de classes. Outrossim, se entificou pela via colonial uma burguesia subalternizada aos alcaguetes internacionais, o que não a desresponsabiliza, de vez alguma, da quadratura histórica processada em nosso país.

É de se remarcar, ademais, que o projeto de modernização conservadora, primeira e fervorosamente anticomunista, utilizou de semelhanças semânticas com as plêiades irracionistas. Bastaria para isso, lembrar Barroso, na medida em que este expressava convictamente que o estado liberal era substanciado por estados ocultos e paralelos que davam o acorde da execução política. Nas palavras de um dos marechais responsáveis pelo golpe 64, vê-se que "Aliado aos comunistas, vinculado a compromissos que assumiu com eles, Goulart tornou-se tão perigoso do ponto de vista da vivência das instituições democráticas quanto os comunistas mesmos", ou seja, “sua investidura na Presidência da República podia, na verdade, ensejar a investidura de comunistas, por via oblíqua, nos altos postos do governo, visto que João Goulart seria compelido a atender a esses agentes de um Estado estrangeiro”, assim “por certo, iriam ter ao lado o aliado vitorioso para dele reclamarem e cobrarem a sua participação no governo do Brasil para se pagarem do apoio que lhe emprestaram" (DENYS apud RAGO, 1998, p.79). Nesta ocasião, afirma outro marechal corresponsável “a senha para o início da Revolução - foi o que combinamos - seria dada pelo próprio governo em decomposição. E foi o que ocorreu a partir daqueles episódios de março: a rebelião dos marinheiros, o comício da Central e a reunião de Jango com os sargentos”. Por isso, o planejamento do golpe foi articulado à enviesada “decomposição” (pela visada da chamada opinião pública) do governo, ou seja, “Não estou dizendo que a Revolução foi um episódio espontâneo, mas que sua eclosão foi

provocada pela decomposição do governo”, por meio de um “quadro em que a opinião pública tinha sido prévia e pacientemente preparada para reagir ao ser atingido o limite extremo de tolerância” (FARIAS apud RAGO), 1998, p. 85).

Em suma, havia de se pintar “um quadro de caos e anarquia” na “opinião pública”, o que, por sua vez, foi um recurso conservador-manipulatório, apoiado via de regra na “ameaça do comunismo”, não só durante a designada guerra fria, mas antes e depois (presente até os dias de hoje) dessa turbulência internacional. O momento recrudescente, a intensificação da luta de classes, dava o tom do momento: milícias anticomunistas, patrulhas de direita financiadas por governadores, além de fundos promovidos pelos industriais para deliberação teórica e de ações sociais contra o ascenso popular (IPÊS, Instituto de Pesquisa Econômica e Social, frentado por Roberto Campos), e ainda, financiamento (além do famigerado apoio naval na costa brasileira) direto da embaixada norte-americana para formação de blocos parlamentares de direita (RAGO, 1998). Relembramos, essa mesma temática serviu ao engodo reacionário-mistificador quando a lavra irracionalista destilou outrora seu anticapitalismo romântico em prol das facções ruralistas no Brasil. Ainda:

Consideramos aqui, que a ditadura militar brasileira, como outras tantas latino-americanas, não teve uma derrota mortal. Após 21 anos de sua existência, o trânsito da *forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa* em nosso país se deu por um processo de auto-reforma. Isto significa dizer que mesmo não desconhecendo o desenvolvimento das pressões populares, os combates travados para derrubá-la, parlamentares e extra-parlamentares, o trânsito não se operou num movimento que pôs abaixo todas as vigas de sua sustentação: não se processou por um movimento revolucionário. Ao contrário, esta "transição transada" foi orquestrada dentro do prisma de uma "transição lenta, gradual e segura", com o cronograma dos passos a serem efetivados dentro dos limites e controle dos militares. O destino trágico do povo brasileiro, por sua vez, ao ser continuamente violentado pelo aviltamento de suas condições materiais de vida, graças à forma particular da organização da estrutura da produção, da espoliação e exploração dos grandes capitais no interior de uma economia subjugada aos interesses imperialistas, pela qual o Estado foi o garante de sua reprodução, trouxe por sua vez uma capitulação no plano ideológico. Uma das estratégias da autocracia burguesa foi a de deixar de modo intocável a estrutura econômica, deixando às oposições o campo da política, espaço regulado e aberto para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas". O aprimoramento das formas políticas, significou concretamente a manutenção da ditadura do grande capital, e na "volta aos quartéis" nenhum "acerto de

contas" que derrotassem o fardo pesado imposto ao próprio povo. (RAGO, 1998, p. 92)

No núcleo interno do bonapartismo, estava enquistado uma divisão incisiva: castelistas/"sorbonne" e os costistas/duristas. De um lado, a promoção temporária e breve do bonapartismo, procurando o suposto aperfeiçoamento político e angariando em 65 o retorno democrático. Do outro, a plaga refringente indeterminada, a ditadura sem premeditação de retorno à "normalidade". Contudo, duas investidas franqueadas pelo mesmo quadro em tela: o antidemocratismo genético da burguesia nacional, a ferina contrarrevolução permanente, o consórcio conservador ativando os mecanismos políticos contra os movimentos populares galvanizados, mesmo encetados dentro do novelo de possibilidades do capitalismo. O generalíssimo e manipulatório projeto de derrubada da "subversão e corrupção" não tinha de imediato toda uma angulação econômica detalhada, mas antes, consignava-se, em primeiro plano, como negação de qualquer avanço nos direitos políticos e sociais, nos arrefecimentos do putrefato, natimorto capitalismo periférico. Ao que "Esta dimensão programática, na verdade, se colocaria no processo, no meio da travessia. Daí, o papel fundamental desempenhado pelos economistas. No primeiro governo, sobressaem as figuras de Roberto Campos e Octávio Bulhões", autores "lapidados durante anos na crítica liberal ao Estado getulista" (RAGO, 1998, p. 114).

Segundo consta em depoimento do próprio Roberto Campos, ensejador das políticas castelistas, o general não poderia ser posto no conjunto dos autocratas, havendo entre os "duristas" a noção de que Castelo Branco pecaria por "democratice ingênua" (RAGO, 1998). O governo castelista, ainda, deveria ser caracterizado por albergar o apanágio "construtivo" substituindo, em tempo, a absoluta negação de estilo publicitário da "Revolução" contra a "subversão e corrupção", isto é, era preciso eivar o golpe de posição positiva, proativa, criadora.

No dia 11 de abril de 1964, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco é "legitimado" presidente da República pelo Congresso, tendo José Maria Alkmin, do PSD, como vice-presidente. Propõe-se, desde o primeiro momento, a restabelecer a democracia, porque a "Revolução de 1964" teve sua origem "não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições, e decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras". (BRANCO apud RAGO, 1998, p. 117)

Seguindo a inflexão, discursivamente, legalista, mas como alçado sobreditamente, expressando predicado da burguesia contrarrevolucionária e umbilicalmente antidemocrática, o empenho castelista vinha sendo confrontado, pois “já divididos bem antes da eclosão do movimento golpista, cisão que se reporia ao largo da ditadura militar e, depois, na própria avaliação dos seus feitos e fracassos - um grupo acusaria o outro”. Ou seja, pressionado pelo ardil da clivagem mais reacionária que o designava pelo epíteto de “frouxo, democrático”, “Castello Branco mal assume o leme do Estado e se vê obrigado a bater no cravo e na ferradura, nos representantes do ‘antigo regime’ – a esquerda subversiva”, simultaneamente “nos reacionários - os extremistas de direita -, que apoiaram a intervenção militar e desejavam maior rigor na repressão” (RAGO, 1998, p. 118).

Antônio Rago infere nas falas dos militares outro insumo manipulatório que remonta ao bonapartismo em seu apanágio específico. Trata-se da sequente asseveração de que o exército não se consignaria como um partido, e portanto, na sua suposta diferença específica, não apoiaria qualquer agremiação política, pois sempre teria de preservar a ressalva de contrariar e se opor. Portanto, não se entroncaria com as camadas organizadas da vida política, seria um interventor de última hora contra a anarquia iminente. Nesse ocaso do progresso social, temos, entretanto, que o exército agiu em matreira articulação com os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, os quais, respectivamente, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Hildo Menegheti (RAGO, 1998). Ou seja, mesmo não se configurando, em suas palavras, como um partido político com todos os atributos de sua competência e agência, instituiu-se e galvanizou-se a partir de vinculações com os governos mais catalisadores do conservantismo, das necessidades políticas e estatais referentes ao capital nacional atrofado e seu caudatarismo aos agulhões internacionais. Dessa forma, burilou-se centralmente como representante de um “partido da ordem”, posição determinada socialmente, que *indiretamente*, pela garra da brutalidade militar e dos mecanismos antidemocráticos mostrou que:

estas colocações iniciais reafirmam as posições legalistas do castelismo, mas que, objetivamente, posicionando-se na defesa da propriedade privada, como princípio social norteador de toda a sociedade, acabará por se converter numa espécie de "partido da Ordem" armado. Aliás, é precisamente isto que caracteriza as "obrigações" do *bonapartismo*, o exercício autônomo de um executivo forte, *a verdadeira religião da burguesia*, com a

violência sistemática desferida aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando, assim, controlar todos os poros da sociedade e propiciar altos vôos para a acumulação capitalista. Castello Branco trava, no entanto, uma batalha contra seus próprios pares, quer resgatar a hierarquia e a disciplina no exército, particularmente desgastado com as profundas divisões e rupturas que sofreu, e logicamente contra a intenção da outra facção bonapartista, de preservar indefinidamente os "instrumentos da legislação revolucionária". Por isso enfatizará, repetidas vezes, que cabe aos soldados "o dever militar", aos comandantes, a garantia da "segurança nacional". Porque "Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio. O governo procura cumprir suas obrigações e não desonrar o vosso dever militar". (RAGO, 1998, p. 120)

Os acólitos da ditadura corromperam e subtraíram dos movimentos pré-64 suas propriedades, ao menos, pela monta e intento do discurso manipulatório. Visaram açambarcar o pleito popular, conduzindo a retórica, a tessitura ideológica de que os movimentos paralelos e adstritos ao governo Jango nada tinham de populares. Em verdade, seriam movimentos que se embaraçavam com os propósitos do povo, porém, advindos de grupelhos inexpressivos e enviesados politicamente, ligados ao diapasão da subversão, por conseguinte, da ilegalidade, da tergiversação da ordem, da anarquia desreguladora da economia e da moralidade (RAGO, 1998). Ademais, movimentos anelados ao meio sindical, ancorados no "peleguismo", quer dizer, na propositura corporativista com o estado, sugando benesses do corpo político, empenhando-se na corrupção em favor de minorias organizadas na estrutura sindical. Nessa mesma linha, o governo ditatorial buscou lavar a posição de verdadeira panaceia, isto é, só por meio da "Revolução 64" é que se poderia consignar o verdadeiro corpo "reformista" sem a ótica refratária do comunismo subversivo e dos benefícios corruptores. Correu em bocas comuns, devido à generalização ideológica autocrata, afinada com a peçonhenta asseveração da "perda de hierarquia", a taxação de mesmo campo semântico contra os opositores: "subversivos", "demagogos", "populistas" e "comunistas".

É importante observar como a desqualificação do inimigo promovida pela ditadura militar - aqui mais precisamente nas palavras e atos de Castello Branco - visava a estabelecer uma disjunção entre os propósitos pessoais dos "subversivos" com relação às reais aspirações populares, e, nessa posição ideológica, se apresentar como o representante autêntico da "alma do povo", para usarmos uma expressão golberiana, transformando assim aquele que foi o governo mais democrático e popular do pré-64,

apoiando-se efetivamente no movimento popular e caminhando com ele, num usurpador dos verdadeiros rumos da nacionalidade brasileira. Na realidade, transparecem com nitidez as posições antagônicas que se confrontaram no pré- 64: os que se alinharam no *campo democrático*, vislumbrando um capitalismo nacional autonomizado pela ruptura com as economias centrais, e que objetivava a ampliação do mercado interno com a elevação material da força de trabalho nacional e a estatização dos setores produtivos da infra-estrutura, cujas maiores expressões foram precisamente Brizola e Arraes. No campo da ruptura democrática, a posição do autocratismo-burguês de alinhamento à política norte-americana de combate permanente ao comunismo, que propunha - por meio da estratégia permanente da "contra-revolução preventiva" -, a *estabilização interna* para a abertura aos capitais estrangeiros e uma integração maior ao sistema capitalista internacional, configurando a forma bonapartista da dominação dos proprietários em nosso país. (RAGO, 1998, p. 129)

Na investidura liberal de Roberto Campos, ministro do planejamento castelista, tinha-se de lidar com as “catástrofes” dos governos passados, isto é, impor o liberalismo (sem afastar sobremaneira o estado) contra o “populismo esquerdizante” irrealizável, além do mais, varrer a inapetência do próprio estado populista, “Por esta razão, os grandes culpados de toda essa história, do destino trágico do povo brasileiro, na visão conservadora do liberalismo brasileiro, eram o ‘populismo janguista’ e o ‘brizolismo varguista’”. Segundo Campos, "Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento”, outrossim, “foi um mestre da política de gangorra, oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista”. (CAMPOS apud RAGO, 1998, p. 135). Reivindicando, à ditadura, a petulância de “alma do povo” (como se verá em Golbery) e verdadeiro demiurgo das reformas, Campos advertia sobre o papel do Estatuto da Terra, da Reforma Habitacional e do Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS), diretrizes aglutinadas no que era designado por responsável e antidemagógico “distributivismo racional” (RAGO, 1998).

O nacionalismo da autocracia bonapartista 64, segundo as elucidações de Rago por meio de vasto material documental e analítico, infletia, por conseguinte, a diferenças rotundas e específicas relacionadas aos dramas humano-societários da Segunda Guerra e da Guerra Fria. O binômio “segurança e desenvolvimento” tinha no primeiro termo a função substancial da ação política do exército: isto é, garantir a soberania nacional contra os

“inimigos internos”, contra a subversão, epíteto do comunismo, âncora tácita dos demagogos e populistas recentemente aliados do poder. Dá-se a entender que a Escola Superior de Guerra (ESG) indicava de maneira explícita a função da soberania nacional faceada pelos perigos “internos”, isto é, o exército deixava a preponderância da ação de auscultar os perigos externos, pois seus ecos, já abrolhavam do interior da nação visando sua degradação por dentro, pelo pleito do pseudorreformismo e do pseudonacionalismo (RAGO, 1998). O termo desenvolvimento, por sua vez, ancorava-se no acordo multifacetado, político e econômico, ideológico e material, com os interesses dos países centrais do capitalismo ocidental. Ambas diretrizes foram esculpidas de acordo com o alinhamento brasileiro na Segunda Guerra, qual seja, aglutinando-se ao perfilado ocidental-democrático. Consta, todavia, que essa renovação do “nacionalismo” adotava as conspirações e manipulações do capitalismo decadente periférico, da ideologia conservadora-manipulatória, predicado afável ao apanágio contrarrevolucionário da burguesia brasileira. Pretendia-se por verdadeira democracia e agente legítimo das reformas a solução pragmática: o “capitalismo associado”.

Num certo sentido, reconhecendo a impotência histórica da burguesia nacional, o pensamento militarista situando-se distante das soluções liberais ou "totalitárias", infere que "No mundo econômico hodiernocada vez é mais difícil caracterizar sistemas econômicos situados nos extremos do "laissez-faire" e da centralização global. De um lado, o método auto-regulador da organização capitalista ao se revelar incapaz para conter os fenômenos cíclicos, concentrações prejudiciais ao mercado, a inflação e tantas outras distorções, transmudou-se num certo *tipo de capitalismo dirigido*, onde se procura estabelecer a *responsabilidade econômica do governo* e, em termos nacionais, alcançar maior progresso com segurança e estabilidade social." (RAGO, 1998, p. 160)

O compasso governamental de Costa e Silva, vitorioso durista a partir de 67, precocemente terminado pela sua morte em 69, é alavancado pela requeitada bandeira da “defesa da democracia”, por vias incomuns, contra a subversão da “república sindicalista”. O líder do “durismo” permaneceu persistente na reivindicação do pleito popular, imputando ao exército a perigosa e honrada tarefa da luta contra os “inimigos internos” (RAGO, 1998). Todavia, o pleito popular era, em verdade, “o apoio dado à conspiração pelos grandes proprietários nacionais, estruturados no parlamento, nas entidades de classe, nos dispositivos como IPÊS e IBAD, contando com a maioria dos meios de comunicação”, ainda, “Igreja e Forças Armadas e largas parcelas das camadas

médias” (RAGO, 1998, p. 166). Esse pleito popular requisitado, supostamente esposado pela revolução (golpe) 64 “será a justificativa de que o regime militar se valerá para se traspasar como ‘Revolução’ feita pelo próprio povo. Isto porque, os militares são a verdadeira expressão desse mesmo povo”. Na crista do oxímoro ditadura e democracia, “Dá-se o golpe em nome da autodefesa da democracia contra a possível tirania do que poderia vir a se constituir: a ‘República sindical’ de João Goulart, a ‘segunda Cuba” (RAGO, 1998, p. 166). Defenestrando o ardil desse discurso conservador-manipulatório, não é difícil apreender que:

A 24 de outubro de 1968, Costa e Silva discursava na cerimônia de *instalação* do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Seria importante estabelecermos duas datas, dois acontecimentos. A primeira, por orientação de Assembléias Internacionais presididas pela ONU, tendo por base a Declaração dos Direitos do Homem (10/12/1948), é estabelecido pela Lei brasileira n.º 4 319, de 16 de março de 1964, em pleno governo João Goulart, *portanto, antes do golpe de Estado*, a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. E a "Declaração" do AI-5, com a suspensão dos tais "Direitos", no dia 13 de dezembro de 1968. (RAGO, 1998, p. 166)

Se Castello Branco foi incidido pelas multifacéticas pressões, quais sejam, a missão de derrogação perene dos “perigos subversivos e corruptores”, os “duristas” que ensejavam uma continuidade da autocracia (edulcorada pela retórica) e a pressão dos governadores apoiantes que visavam a presidência em 65 (incisivamente, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto), Costa e Silva também não deixou de ser pressionado pela inflexão assumida, isto é, na condição de “durista” encarnada, eram demandadas e expectadas ações políticas consoantes pelos pares (RAGO, 1998). Utilizando como pretexto as refutações do parlamentar Márcio Moreira Alves contra o exército quando do 7 de setembro (bradando, aos pais, o boicote do desfile de seus filhos estudantes, vítimas diretas da facínora militar, da vileza e mendacidade políticas em vigência), Costa e Silva, inspirado pelo confiável Ministro da Justiça, Gama e Silva (que inspirara um AI-5 mais severo que o efetivado), editou o AI-5 consignando o ataque letífero ao congresso (RAGO, 1998). Vejamos as incisivas palavras do parlamentar que configurou mero bode expiatório:

"Uma vez que no Brasil de hoje torturar presos inermes parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar, pergunto: quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebentando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do governo? Quando teremos como pais, ao ver nossos filhos saírem para a

escola, a certeza de que eles não voltarão em uma padiola, esbordados ou metralhados? Quando poderemos ter confiança naqueles que devem executar e cumprir as leis? Quando não será a policia um bando de facínoras? Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?" (ALVES apud RAGO, 1998, p. 179)

Não só os títulos da “revolução” e da “reforma” foram tomados dos movimentos e elementos políticos à esquerda, quanto também o ímpeto de granjear a verdadeira democracia e o nacional-desenvolvimentismo como movimento intrínseco à direita, responsabilmente, preservadora da ordem, da harmonia social que, se aniquilada, impediria o almejado desenvolvimento econômico, tornando – supostamente - patente o apanágio demagógico da esquerda e do sindicalismo corrompido, promotores do caos e da indisciplina sociais. Em suma, a articulação “segurança e desenvolvimento” (segurança para o desenvolvimento) seguiu em riste, tendo em Médici, a partir de 69, a declaração explícita de que os solfejos rigorosos da “segurança” vislumbravam, naquele momento crítico de “ameaças” internas, a ambientação necessária para consignar a ascensão econômica. Todavia, a querela do desenvolvimento econômico tendo como suposto a ambientação harmônica pode ser muito bem descrita nos modos e fins empregados para a “harmonização”, tendo como órgãos repressivos (“harmonizadores”) centrais a OBAN (Operação Bandeirantes, mescla de organização do exército e das polícias, liderado pelo famigerado delegado Fleury, além de Brilhante Ustra), o DOI (Destacamento de Operações de Informações, institucionalização da OBAN, mantido pelo empresariado paulista e chefiado pelo facínora e vil Brilhante Ustra) e o CIE (Centro de Informações do Exército, órgão que levou a cabo em Petrópolis/Rio de Janeiro o assassinato e a tortura dos adversários políticos da ditadura, complementado pela incineração dos corpos em Campos dos Goytacazes, na Usina de cana de Cambahyba de Heli Ribeiro Gomes, empresário fortemente – armas, empréstimos, sabotagens, assassinatos - associado ao regime), além de outros órgãos oficiais, como os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) existentes, desde 1924, em delegacias de cada estado visando “ordenamento social e político” e, por fim, os “esquadrões de morte” informais (associados, diga-se de passagem, à lumpenburguesia do cassino, da prostituição e do tráfico de drogas, compostos por membros do regime nutridos pelo dinheiro empresarial, entre estas fontes, “contas frias” no Banco Mercantil de São Paulo para premiação dos matadores, como assumiu tardiamente o excrescente Delegado Guerra):

A sofisticação da barbárie foi, por inúmeras vezes, descrita pelos sobreviventes da esquerda que passaram por sofrimentos, mutilações, humilhações, nas mãos dos torturadores da ditadura militar. Já nos referimos à sustentação financeira dos proprietários e dos centros imperialistas que formavam especialistas na instrumentação da tortura. O depoimento do ex-sargento não deixa margem alguma para afirmações do tipo de que a barbárie estava ligada mais a conduta de alguns indivíduos problemáticos do que a uma arquitetura devidamente planejada e equipada. "Matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo, havia uma equipe especializada na ocultação dos cadáveres. Os agentes sabiam exatamente o que fazer. Primeiro, amputavam as falangetas dos dedos, para evitar que os mortos fossem reconhecidos através das impressões digitais. Depois, amarravam as pernas para trás, de forma que o corpo ficasse reduzido à metade, e esfaqueavam a barriga. O esfaqueamento era para evitar que o corpo, se fosse jogado num rio, viesse à tona algum tempo depois. Eles também colocavam o corpo dentro de um saco e amarravam-no numa placa, de 40 a 50 quilos, para garantir que o corpo ficaria no fundo do rio" (RAGO, 1998, p. 201)

Em suma, o balanço dos doces bálsamos necessários para a “harmonização social” em vias da “segurança e desenvolvimento”:

Num balanço das ações dos agentes do terrorismo de Estado, “num cálculo aproximado dos golpes sofridos pela esquerda, entre 1964 e 1979, estipulam "cerca de 50 mil pessoas com passagem pelas prisões por motivos políticos; cerca de 20 mil pessoas submetidas a torturas físicas também por motivos políticos; 360 militantes de esquerda mortos pelos órgãos repressivos, incluindo 144 dados como 'desaparecidos'; centenas de baleados em manifestações públicas, com uma parte incalculável de mortos; 8 mil acusados, mais 11 mil indiciados em 800 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional; centenas de condenações a penas de prisão; 4 condenações a pena de morte; 130 banidos de território nacional; milhares de exilados; 780 cassações de direitos políticos por dez anos com base em ato institucional; incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discricionários". (RAGO, 1998, p. 203)

Determinado pela clivagem “castelista”, Geisel foi cunhado em certo momento como o mais “castelista de todos” (RAGO, 1998). Contudo, postula-se que “O governo Geisel inaugurou uma nova fase no processo de passagem do autocratismo bonapartista para a institucionalização da autocracia”, outras ações encarnaram o fortalecimento bonapartista. Nessa ordem, “A ‘política de distensão’ visava a desmontagem dos dispositivos inscritos no Ato Institucional n° 5, montando outro aparato institucional,

configurado no slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’”. Porém, “Nas eleições legislativas de 1974, o partido governista sofreu uma relativa derrota. A maior vitória do MDB deu-se, principalmente, no senado”. Em suma, “no pleito de 1970, o MDB conseguira 87 cadeiras contra 233 da ARENA. Em 1974, obteve 161 contra as 203 dos situacionistas”. Dado o acontecido político e “Após a rejeição do seu projeto para a reforma judiciária, em princípio de abril de 1977, Geisel fecha o Congresso Nacional pela terceira vez, desde o golpe de 64”. Vejamos que a inflexão à institucionalização “formal-democrática” caminha a passos lentos e travejada por retrocessos. Destarte, “Lança, então, o ‘pacote de abril’ fixando os limites da distensão e as bases para o processo de institucionalização”. Viceja a retaguarda bonapartista, sempre acrisolada na designada “segurança nacional” abstrata, isto é, que não demonstra o que de fato assegura, a reprodução do concreto nacional, do “burguesismo” de periferia, atrofico e caudatário, fonte seminal do antidemocratismo como peia crônica e inarredável, demanda regressiva do capital decrépito, desfibrado e sem forças. No novelo entranhado do atraso, “Por este ‘pacote’, os governadores continuariam sendo eleitos de modo indireto. Criou-se a figura do ‘senador biônico’ e ampliava-se para seis anos, o mandato do próximo presidente”. Ademais, preservando os mecanismos bonapartistas, “introduzia-se uma representação desproporcional entre os estados, favorecendo as regiões do norte e nordeste, para a manutenção da hegemonia situacionista”. E como corolário do arдил ditatorial recrudescente “No dia 10 de julho, o governo cassava o deputado da linha dos ‘autênticos’ Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara” (RAGO, 1998, p. 219). Vê-se, resta claro, a contraditoriedade, ou senão, por menos, a ambiguidade da “política de distensão”. Além disso:

No período de 1975-1976, nova onda repressiva contra os comunistas é feita. Em setembro de 1975, as forças de segurança desencadeiam a "Operação Jacarta" comandada pelo coronel Erasmo Dias. No dia 24 de outubro, o jornalista Vladimir Herzog era preso e torturado até a morte nas instalações do DOI-Codi, em São Paulo, provavelmente no dia seguinte, 25 de outubro de 1975. Houve forte resposta do movimento democrático de massas, no entanto, a 17 de janeiro de 1976, o metalúrgico Manuel Fiel Filho seria morto em sua cela no DOI-Codi. Pressionado, o general Geisel destituiria o comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello, adepto da "linha dura" e contrário à política de distensão. No dia 16 de dezembro de 1976, a repressão fuzila dois dirigentes do PC do B, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo (...) Com uma série de manifestações e passeatas, os estudantes ressurgem no cenário político e se preparam para a reconstrução da UNE, posta na ilegalidade pelo golpe de 64. No dia 22 de setembro de 1977, a polícia militar sob o comando do

coronel Erasmo Dias cerca rua e saídas, lançando bombas químicas sobre os estudantes, que se encontravam reunidos na PUC-SP, para eleger a comissão de representantes visando a reorganização da UNE. (RAGO, 1998, p. 220)

João Figueiredo, por sua vez, no pleito da distensão “lenta, gradual e segura”, procurou implementar a mesma retórica – democracia com “segurança” - advinda desde o “castelismo” do primeiro Bonaparte e que equipava a argumentação, por vezes, abstrata, e mendaz em sua abstratividade, da “revolução 1964”. Efetivou em 79 a almejada Lei da Anistia que, contraditoriamente, serviu como plexo perverso de esquecimento do terrorismo de estado, de “lavagem de mãos” (RAGO, 1998). Se o ônus da crise econômica foi despejado nas mãos de Geisel, Figueiredo, tampouco, se livrou de lidar com as contendas, ferocidades e desejos da burguesia atrofada. Geisel acalentou o discurso da “modernização associada”, procurando, até por meio de saídas ao exterior, fixar novos parceiros comerciais. Além do mais, buscou com as empreitadas ao exterior demonstrar a vivacidade da sobredita “segurança nacional”, focando o deslinde e exposição da área assegurada em que se tinha convertido a nação brasileira, por meio dos princípios ocidentais e “democráticos”, para que os proprietários internacionais pudessem imprimir no solo nacional seus investimentos sem óbices e preocupações de monta (RAGO, 1998); Geisel confirmava em todo momento a interdependência mundial inarredável, apelando explicitamente para que os países centrais evitassem qualquer bloqueio ao desenvolvimento dos países emergentes, ao contrário, que, associadamente, sem desconsiderar a posição de potência dos europeus e dos EUA, que colaborassem na alavancagem industrial brasileira, principalmente no que tange ao setor energético. Para Geisel, ficava reforçado que o aumento de salários não passaria de irresponsável “redistributivismo emocional”. Figueiredo, sintomaticamente, também endereçou suas políticas no sentido de endossar o intervencionismo contra o liberalismo e o sindicalismo irresponsável e subversivo, além do mais, realçou a necessidade de repor os ganhos de outrora com as exportações agrárias transformando o Brasil em “celeiro do mundo” e resolver a impactante questão energética por conta dos altos preços do petróleo:

“Os empresários precisarão compreender que *menos lucros* nominais podem significar maiores ganhos globais. Apostar na *inflação* pode resultar em estoques encalhados. Banqueiros que emprestam *a juros excessivos* arriscam o principal. A prioridade cronológica da redução das taxas de aumento de preços é motivada, em especial, pelo resguardo dos interesses

dos assalariados, que mais sofrem com a inflação, especialmente as camadas de mais baixa renda. O combate à inflação é incompatível com *reajustes salariais* muito acima dos aumentos do custo de vida. Na verdade, reivindicações como essas são elitistas, na medida que só beneficiam minorias e utilizam greves flagrantemente ilegais como instrumentos de pressão. Meu Governo examinará todas as fórmulas capazes de conciliar a justiça social com o combate à inflação. Mas não poderá transigir quanto ao cumprimento da legislação em vigor (...) A partir da Emenda Constitucional n.º 11, o Congresso Nacional assume novas dimensões. Cabe-lhe enorme fatia de responsabilidade na defesa do regime democrático. A ARENA deve considerar-se não como Partido do Governo, mas como Partido no Governo. Da Oposição, espero: fiscalização e crítica construtiva. Jamais a crítica sistemática e apriorística. Não a proposição de fórmulas economicamente impossíveis. Muito menos a pregação da anarquia e de ideologias incompatíveis com o Estado Democrático". (FIGUEIREDO apud RAGO, 1998, p. 246)

Antônio Rago considera, ainda, relevante citar a influência, ou apenas, a parcial influência de Samuel Huntington na “transição transada”. Isto porque desde o governo Médici, o cientista social norte-americano teria traçado diretrizes para evitar o colapso do regime bonapartista e operar eficazmente a “transição pelo alto” à brasileira: uma lavra social que permitiria, por meio de joguetes publicitários e tomadas de decisão temperadas em tempo correto, gerir sistemas de afrouxamento, institucionalizações, liberalizações e aumentos participativos, preservando a aparência de autoridade e segurança do governo político instaurado (RAGO, 1998). Em suma, uma metamorfose política que teria por foco perpetuar o “partido da ordem ‘no poder por via da refiguração do partido militar’” e o vaticínio articulado, deliberado e planejado contra as reinvestidas dos “inimigos internos”. Rago ainda assevera como autores enquistados no weberianismo concentraram na “impaciência e imaturidade” da esquerda um equívoco vergonhoso, uma pressa irracional em relação à grandeza da “política de distensão” de Geisel, o único proposto ao enfrentamento do âmago e da medula autocrática (RAGO, 1998). Nada mais que reprise na esquerda do talhe politicista e conservador de análise em voga na própria direita.

Cabe ressaltar que a relação entre as facções burguesas e os gestores bonapartistas era travejada de meandros, isto é, aduzindo aos afirmativos de Marx, parece ser consoante que a partir da autocracia bonapartista, a burguesia governe de forma mais indireta e oblíqua. Por via deste argumento, alvorece a questão, ao se apreender que “É interessante observar que da parte dos militares também havia sérias restrições ao comportamento da

burguesia brasileira. Geisel não aceitava as pressões exercidas pelos empresários. Aliás, a visão que tinha sobre eles era extremamente negativa” (RAGO, 1998, p. 260). Isso não implica em uma oposição, nem sequer condiciona necessariamente a um entrave ao curso burguês já que a própria inflexão ditatorial se efetuou como pleito granjeado pela burguesia em momento histórico determinado, todavia, reflete que a panaceia bonapartista também é substanciada por contradições que no decurso da materialidade social podem implementar impasses e inquietudes frente aos arroubos e interesses nevrálgicos burgueses. Geisel “Reagia a este tipo de crítica, denunciando a estreiteza corporativista da burguesia nacional, categoria que busca efetuar seus interesses mesquinhos, daí seu contraponto: 'Procurávamos agir racionalmente, sempre mirando o nosso interesse nacional’”. De outro lado, repontamos, a veemência das críticas mútuas precisa ser prismada pelo ângulo das realizações burguesas, qual seja, o espectro da propriedade privada que configura o bastião, o amuleto de segurança que viceja inquebrantável subjacente aos conflitos de interesse relativos. Arrematando o arsenal de críticas burguesas, “‘A crítica é improcedente’, assim se manifestava, porque ‘Os empresários vinham a mim sem qualquer restrição, ou falavam com os ministros para o que tinham toda a liberdade’”. Ainda nas palavras do quarto bonapartista, “O empresário, entretanto, de um modo geral, pleiteia o seu próprio interesse. Não quero com isso dizer que não houvesse sugestões boas, que eram aproveitadas. Houve muitas iniciativas de empresários que apoiamos”, doravante, “As confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura eram ouvidas e muitas vezes atendidas. Evitávamos negociações com as federações que se situavam abaixo das confederações. Contudo, Veloso e Simonsen muitas vezes foram a São Paulo conversar com o empresariado” (RAGO, 1998, p. 260).

Por meio destas elucubrações, pode-se aferir e derrogar a tese do Estado-coerção (PAÇO CUNHA, 2016) mesmo para a guinada bonapartista. Poderíamos citar um conjunto de práxis, teleologias e práticas, do estado bonapartista brasileiro que transcenderam a ação da violência militar, fenecendo a tese da absoluta coerção como carnação total do estado burguês. Como visto, o estatuto da terra, o FGTS, o plano habitacional foram argumentos sugestivos, da própria frente ditatorial, como formas de arrefecimentos dos sofrimentos da classe trabalhadora, isto é, supostamente, medidas protetivas. Além do mais, a diversidade das organizações oficiais e extraoficiais de combate violento às oposições foi acompanhada de feitos paralelos na administração estritamente política, como os fechamentos de congresso, as modificações nas taxas

representativas, nas regras eleitorais, nos dispositivos de poder político como o bipartidarismo, a limitação política e jurídica da ação civil etc. Nesse diapasão, a pletora de práxis sociais transcende o uso parcial da violência militar (ainda que esta tenha sido burilada e hipertrofiada sem anódinos), empregando uma multiplicidade de ações. Ainda, o próprio SNI (Serviço Nacional de Informações) constituiu uma agência de investigação distinta da ação direta violenta, assim como as declarações políticas efusivas e volumosas da integração entre forças armadas e “verdadeira democracia” tiveram um peso ideológico na desenvoltura e reprodução do ser social, conquistando grande parte das classes médias e, por sua via, empregando a tese manipulatória de que a violência direta era o caso limite e necessário imputado a indivíduos e organizações dilacerantes da harmonia social e da democracia.

De modo múltiplo, a degradação econômica brasileira foi tergiversada pelos generais observando sempre as “más administrações” (RAGO, 1998). Médici acusara a administração do seu sucessor como fenda e ruptura com as práticas de sucesso de seu governo, isto é, acusara Geisel de ser o ator corruptivo do “milagre brasileiro”. De seu lado, Geisel refletia unilateralmente sobre as convulsões políticas internacionais como turbulências derruidoras da contextura socioeconômica brasileira. Presos ao diapasão do “intelecto político”, os gestores bonapartistas do capital atrofico edulcoravam as raízes problemáticas, em suma, conspurcavam a constelação ontológica da realidade efetiva. O veio ditatorial, o reclame e a tenaz reivindicação do pleito nacional-desenvolvimentista implicou na dilapidada e deletéria tentativa de suspender a incompletude e subordinação do capital brasileiro pela via da associação com o capital estrangeiro apostando nas benesses da coalizão e interdependência irreprimível, insubstituível, inexorável, já que o Brasil configurava e ratificava plenamente a vitória dos “princípios ocidentais” (RAGO, 1998). Dessa feita, o formalismo político reivindicado pelas “diretas já”, esvaziado de um conteúdo programático reversor dos ditames econômicos, evidenciou, ademais, a qualidade rebaixada e parcial da transição; uma transição pelo alto e ancorada nos contornos da forma política (assentada na tessitura do capital e sua particularidade na via colonial) metamorfoseada pela determinação de ocasião do momento preponderante, entre outras determinações de natureza ideológica do conflito de classes (RAGO, 1998).

Apreciando a desenvoltura da realidade efetiva ditatorial, tem-se em conta o favorecimento explícito ao capital monopolista estrangeiro. Favoreceu-se o capital estrangeiro produtor de bens de consumo duráveis (“pacto social com a classe média”),

ao passo que o capital privado nacional produtor de certos bens de produção e bens de consumo não-duráveis foi desfavorecido (RAGO, 1998). Paralelamente, a tentativa do estado de promover a substituição de importação de alguns bens de produção e insumos energéticos, além da infraestrutura e telecomunicação. O favorecimento ao capital estrangeiro produtor de bens de consumo duráveis se deu mediante incentivos fiscais e da típica superexploração do trabalho (mantido, sempre, o “arrocho salarial”), o que galvanizou a entrada de capitais monopolistas internacionais na pletera da “modernização associada”. Ademais, tem-se em conta que os setores financeiros internacionais também foram beneficiados pelo incentivo nacional aos empréstimos privados e públicos produzindo a emersão considerável da dívida pública externa, em que se teve juros flutuantes controlados arbitrariamente pelos órgãos dos bancos internacionais credores, o que promoveu uma ampliação da dívida em 33 vezes no decurso ditatorial. Ademais, pela recomendação e atração estatal, a captação de investimentos internacionais por via das sociedades de ações. Ao cabo, por sua vez, o “milagre econômico” 68-73, não passou “de breve surto de atividades estimuladas por conjuntura internacional momentânea e fruto de circunstância excepcionais inteiramente fora e a infinitas léguas da ação de nosso país” (RAGO, 1998, p. 381) da qual se aproveitou, somente provisoriamente, no sentido do estímulo de exportações.

Golbery do Couto e Silva foi parte do approach teórico que extrusou no terreno político o apequenamento gnosiológico (mesmo na peia da politicidade na qual o apequenamento já é influxo característico) da ideologia adstrita à burguesia atrofica. Nesse ínterim teórico é que o autor pode ser considerado um ideólogo bonapartista o qual efetuou, pela mediação conceitual, suposta aproximação reconhecadora dos problemas sociais, servindo, placidamente, como fornecedor de insumos ideativos-respondentes plasmados na pletera do apavorante ardil burguês periférico. Encapsulado e pouco explícito nas frentes burocráticas do bonapartismo, o autor, agora em questão, atuou, desde a década de 50, donde fulguram suas obras magnas (ASSUNÇÃO, 1999).

O bonapartismo brasileiro, segundo sua diferença específica sobredita, pode ser considerado em multiplicidade de pontos, entre eles, a consignação pelas forças armadas, desposuída de um personagem personalista e “oportunista”, a manipulação calcada em base social de classes médias, além de representar, pelo seu poderio indireto, interesses das frações da classe burguesa internacional, o que arremata algumas diferenças ao particular (remetemos ao caso clássico francês) bonapartismo apreendido por Marx:

Acresça-se que, no caso brasileiro, a ditadura bonapartista foi “despersonalizada”, no sentido de que não houve um indivíduo poderoso, aventureiro e oportunista no comando do processo. De acordo com Chico de Oliveira, aqui, “Bonaparte, isto é, as Forças Armadas, emergem como árbitros de uma situação que politicamente havia chegado a um impasse, cuja raiz deve ser buscada na assimetria entre a diferenciação da estrutura social e o seu registro, ao nível dos processos políticos e, por fim, na estrutura do poder, no Estado” (Apud Rago, 1998:16). Outra diferença do caso brasileiro: aqui, o papel de massa de manobra que sustenta os interesses do capital, também característica do bonapartismo, foi desempenhado por amplos setores das camadas médias, tanto no seu pólo tradicional quanto no seu pólo moderno, em contraposição ao caso francês - em que foi desempenhado pelo campesinato. No decorrer da história republicana brasileira, a democracia foi uma alternativa incogitada - a dominação burguesa se deu ora por uma autocracia institucionalizada, ora pelo bonapartismo. Em 1964, segundo Ricardo Antunes, “A alternativa bonapartista mostrou-se, uma vez mais, como a solução possível para que as diferentes frações da burguesia - incluindo também a fração monopolista estrangeira - pudessem preservar a dominação do capital”. Assim, “Em 64 houve o rearranjo no bloco de poder que articulou vários setores dominantes, desde aqueles vinculados ao campo, até os industriais, financeiros etc., tendo como núcleo predominante os interesses dos monopólios e das finanças internacionais”. Com tal rearticulação e livres das preocupações políticas, aqueles setores dominantes alcançaram um intenso desenvolvimento econômico. (ASSUNÇÃO, 1999, p.20)

Como sobredito, negando o liberalismo e o totalitarismo, no mote conservador brasileiro “os pensadores conservadores propugnavam, ao contrário, uma interpenetração entre os valores da modernidade ocidental e aqueles da nossa tradição histórica. Procuravam, pois, ir para além da simples reivindicação de um transplante carbonário da democracia liberal”, isto é, aquela “de tipo europeu e, em busca dessa autêntica identidade nacional, preconizavam uma revolução conservadora” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 29) que incorria, sobremaneira, no “estado autoritário”, no estado forte, interventor, manipulando o demiúrgico que empreenderia e engendraria o capitalismo por via de suas forças “de cima”, cristalizando o “capitalismo verdadeiro” sem as raias revolucionárias progressistas-populistas de outrora, sem o alvorecer da democracia liberal, complexo, resta claro, que não poderia sofrer um “transplante carbonário”.

Vânia Assunção (1999) retoma que Oliveira Vianna, outro baluarte referido nos discursos dos bonapartistas brasileiros, também reforça a senda ideativa pelo “Estado forte e centralizado”. O discurso que irriga a ideologia conservadora-manipulatória parte da

natureza específica da burguesia incompleta e subordinada brasileira, sendo, por conseguinte, imputação ideativa que também serve à burguesia internacional monopolista. A verve ideológica sobredita perpassa, segundo consta em alguns autores conservadores, o apanágio informe da configuração brasileira, o despreparo das elites e a pujança irracional das massas, e a pungente, aguda necessidade de um estado interventor, catalisador da modernização sem as possíveis debilidades de uma reprise irresponsável da democracia liberal. Nesse ensejo, em vez de radicalizar teoricamente, isto é, angariar apreensão ancorada na essência do ser social, ir em busca da dialética da particularidade brasileira, deparar-se com o desenvolvimento desigual e combinado, assume, na crista teórica, a fraqueza da burguesia brasileira para o arremate do “capitalismo verdadeiro”, cristalizando o perímetro de restrita circunscrição desta agência, e por sua vez, influencia o complexo do estado, a administração política, ao toque unísono com as “tradições” brasileiras. Em suma, manter a “harmonia social” e implementar o projeto nacional por meio da “modernização conservadora”. Assim, os propugnadores da industrialização brasileira enquistaram sua ciência no beco estreito e no desfibramento da burguesia brasileira para a construção do “capitalismo verdadeiro” ecoando aos quatro cantos a inaptidão do liberalismo político no Brasil, outrossim, a urgência tenaz da proeminência estatal, quer dizer, forjar e atilar a panaceia politicista, condição que viceja, como sobredito, no quadrante do premido perímetro da burguesia nacional. Desse modo, Golbery não fugiu da elaboração de malha teórica conservadora adstringente e funcional.

A Escola Superior de Guerra (ESG), por sua vez, carimba fulcralmente o diapasão que temos em tela, o veio da modernização conservadora (contrarrevolucionária, antidemocrática) e associada (que pertence à continuidade da subordinação congênita mesmo quando pretende evitá-la):

instrumento de relação orgânica entre setores militares e grupos das classes dominantes, entre grupos militares e outros setores do aparelho de Estado (magistrados, políticos, educadores, embaixadores - numa dimensão política e burocrático-administrativa), com o objetivo de promover determinado tipo de desenvolvimento econômico (de tipo capitalista), dirigido por um grupo específico (as elites) e dotado de uma ideologia (a ideologia da SN) e uma opção estratégica (o Mundo Ocidental), sob a hegemonia dos Estados Unidos (OLIVEIRA apud ASSUNÇÃO, 1999, p. 39).

Em “1948, celebra-se a assinatura de um contrato entre os governos dos EUA e do Brasil, para a vinda de uma missão militar norte-americana ao país para propiciar o estabelecimento e o funcionamento de um curso sobre Operações Combinadas”. Doravante, “A missão terminou por sugerir a criação de uma Escola Nacional de Guerra no Brasil, inspirada no National War College, para tratar de questões relativas a ‘política, ciências puras e economia’, além das militares”. Em decorrência, “Em 1948, por determinação do governo Dutra, foi formada uma comissão, presidida por Cordeiro de Farias, para elaborar o anteprojeto de regulamento da Escola”, que teria como objetivo “realizar estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina militares, além de elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes”. Ao cabo, “O trabalho do grupo resultou na formulação dos Princípios Fundamentais da ESG, redigidos pelo, então, tenente-coronel Idálio Sardenberg” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 40). No ano posterior, “o general Cordeiro de Farias foi nomeado comandante da escola”. Ademais, a ESG consignou-se para além das diretrizes norte-americanas abrindo-se para figuras “relevantes” da sociedade civil que, por natureza da própria relevância e exercício, deveriam estar preparadas para talhar as modificações necessárias da modernização (atravessada pela perene proteção da democracia e pela subordinação) consubstanciada na fórmula “sorbonista” da “segurança e desenvolvimento”. A ESG, portanto, representou uma hipertrofia das Forças Armadas, estatuindo um veio político que conciliava civis e militares a sintetizar um programa de pensamento na prática, isto é, uma ideologia que vertia ao comboio do estado, à administração política e ao pragmatismo empresarial, perscrutando as vigas corretas para exaurir os movimentos e perigos “subversivos” e alçar o país à potência econômica: tem-se diante a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que vicejava latejando os “princípios ocidentais”, procurando quedar qualquer resistência, subversão, corrupção, crítica classista, influências derogadoras do programa nacional pleiteado, que, ademais, tinha inspirações naturalistas-organicistas positivistas (ASSUNÇÃO, 1999).

Golbery tornou-se em 1952 o chefe de estudos da ESG. O resultado de suas conferências, à época, materializou-se no livro *Planejamento Estratégico* o qual rendeu largos tentáculos no ideário da ESG (ASSUNÇÃO, 1999). O lastro aterrorizante da teoria golberyana é a imersão na tônica hobessiana, isto é, na naturalização da individualidade burguesa como insumo essencializado do humano em geral. Nessa toada, “Golbery esforça-se por expor a dramaticidade do Medo, adjetivando-o à abundância. ‘Grande

medo’, ‘medo cósmico’, ‘medo paralisante e tenaz’ - mais que um sentimento, um estado de espírito terrível” o qual “surge da ‘insegurança generalizada e crescente’, da ‘angústia existencial’ do homem diante do mundo. Assim, existir é sinônimo de viver sob o signo da insegurança, pois ‘viver perigosamente é o próprio de toda a vida na natureza’”, isto é, “é o próprio do homem em meio da sociedade, é o próprio do Estado também nesse mundo que ainda o circunda”. Em meio à teratologia da “insegurança generalizada”, abrolha o “Leviatã”. Assim, “No princípio, era o medo. E o medo fez-se Estado e veio habitar no meio de nós” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 60).

Para Golbery, o Estado configuraria o demiurgo da sociedade, a instituição alavancadora dos grupos sociais, da sociedade, esta tomada de forma abstrata. Constatado que se espraiava a periculosidade social, só o reforço do Estado como demiurgo da “Segurança Nacional” poderia controlar o concerto do temor, abstratamente tomado (ASSUNÇÃO, 1999). Dessa forma, o estado liberal não pode ser, senão, uma fraqueza que poderia induzir ao fenecimento do “organismo social”. Demarca-se, o Estado se confunde, por vezes, com “Nação” e para cumprir a soberania contra o medo das desavenças sociais dos grupos, precisa aperfeiçoar-se como estado forte, e mesmo, preparar-se para a disputa contra outros estados igualmente configurados (ASSUNÇÃO, 1999).

O nacionalismo de Golbery perpassa toda sua noção de geopolítica, uma vez que o Estado precisa lidar com os problemas próprios de seus grupos sociais, de suas situações territoriais, do escaninho de problemas e vantagens que lhe são próprios. Mais uma vez, perpassamos por uma encruzilhada que jungiu esquerda e direita, isto é, o assenhoreamento do insumo ideológico nacionalista, vertido a acusações mútuas de pseudonacionalismo, uma vez que de um lado se teria o rescaldo soviético e de outro os interesses da burguesia monopolista.

Consoante com seu pensamento circular e autoconfirmatório, Golbery não pode trabalhar com a idéia de nação dividida. Ele não pode obliterar as divisões sociais presentes no interior da Nação, mas elas são elididas quase o tempo todo em função de uma visão homogeneizante da sociedade. Não se responde, dessa forma, quais são realmente os interesses da nação, que são os interesses de quem os define: no caso, as elites, formadas estas, segundo gostaria, nos moldes de seu próprio pensamento e no da ESG. Sendo assim, qualquer um que pensar de forma diferente dele pode e será alcunhado de antinacionalista. (ASSUNÇÃO, 1999, p. 68)

Mais uma vez, tônica do pensamento conservador brasileiro, vê-se a negação explícita do totalitarismo (método de controle social extremo) ao passo que o liberalismo político (como também, econômico) é rejeitado pela falta de viço, de ação ordenadora pujante (ou seja, como destaca Assunção, o problema é o método de controle social e não a amplitude deste). Destaca-se, sobremaneira, que no caso golberyano, trata-se de demarcar a falência do liberalismo em termos gerais e não somente para o Brasil (ASSUNÇÃO, 1999). Todavia, estas críticas aparecem como salvaguardoras da Segurança, mas também do valor universal abstrato da liberdade, explicitada sem muito aprofundamento. Assim, consentâneo a isso, Golbery defende uma “renovação da democracia”, uma transmutação ao estado forte, prenhe de autoridade e quinhão diretivo. Em suma, nos discursos conservadores se apresenta a horrenda orquestra manipulatória que faz concatenar (verdadeira) democracia e antiliberalismo; outrossim, na obscuridade socialmente determinada desse pensamento, viceja a manipulação, a amputação da realidade efetiva, da historicidade e da essência concreta do ser social particular. Em suma, por baixo da defesa da democracia, ou mesmo, mais corretamente, da “democracia renovada” (planejada e “participativa”, em um sentido elitista que não poderá ser desdobrado aqui), vertida ao poder forte e autoritário/antiliberal, prevalece a apologia da autocracia institucionalizada e da autocracia bonapartista. Ainda, o ideólogo atesta uma ação estatal combinatória interdependente entre “segurança, liberdade e desenvolvimento”, que deverá manter-se em equilíbrio de perdas e ganhos para que não se gere uma dupla perda:

À medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão, e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar, e a própria segurança se verá, agora, decrescida. Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas, assim. (COUTO E SILVA apud ASSUNÇÃO, 1999, p. 74)

Doravante, o estrato político incide de maneira particular nas distintas objetivações do capitalismo, configurando entificações prismadas pelo arcabouço e anatomia da

sociedade civil subjacente. Assim, aqueles elementos universais concretos da política, traçados em 43/44 por Marx, reaparecem sempre mediante a colocação de problemas e entraves singulares, caracterizando a miríade de estados atinentes ao desenvolvimento multifacetado no interior do capitalismo. As dimensões universais concretas do capitalismo se repetem, vivificando esses elementos mais gerais num concerto travejado por inflexões e liames que não podem ser previstos por uma retórica apriorística e logicista. Nesse ensejo, pode-se expor, claramente, como ressonante a *Sobre a questão judaica*, que a administração política (“usurpação da força social”) se enverga assentada sobre a sociedade classes subjacentes, implicando em uma administração política: isto é, pressupõe, mantém e tenta regular aquilo do qual depende, a sociedade civil matrizada pela economia de classes, outrossim, “agora”, regenciada pelo capital. Todavia, veja-se que os tracejamentos de Karl Marx, como a emancipação política acabada, em que o Estado se apresenta como comunidade da vida genérica abstrata, comunidade do cidadão, do universal abstrato, envolvendo toda miríade de direitos políticos, isto é, o estado político aperfeiçoado ao máximo, é atinente ao particular francês e norte-americano (tratado naquele texto), não sendo mimeticamente algo encontrado em todos os caracteres em várias épocas, até recentes, da historicidade brasileira. Isto é, autocracia institucionalizada e bonapartismo revezantes, estado à brasileira, congregam os elementos universais concretos apreendidos, desde então, por Marx, contudo, condicionados em meio às determinações e meandros do capitalismo brasileiro, sua disputa de classes em processualidade específica e sua inserção no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Além do mais, não se trata apenas da lentidão da consignação dos direitos políticos, da objetivação do “céu estatal”, mas também da prevenção contra quaisquer direitos sociais rotundos e ampliados, isto é, resistência mesmo à tentativa (sempre frustrada) de aproximar *citoyen* e *bourgeois*, cidadão e indivíduo privado. Em outras palavras, “Trata-se, pois, no Brasil de conquistar a democracia, e não propriamente de reconquistá-la, visto que, até hoje, em termos concretos não a conhecemos de forma duradoura e real, nem mesmo nos limites mais acanhados do que se entende por democracia burguesa.” (CHASIN, 1979, p. 154). Enfim, essas asseverações importantes e exemplificadas aos montes em nossa análise da particularidade brasileira não ofuscam, mas comprovam a apreensão marxiana de que a politicidade não é práxis social resolutive, mas parte do problema.

Primeiramente, precisamos nos lembrar que a crítica de Marx vai da religião à política e desta à sociedade civil-burguesa.

E, com isto, temos que a emancipação política é aquela que permanece nos marcos daquilo que nosso autor está criticando, ou seja, é aquela forma de emancipação que pode ser dar – com feições distintas dependendo da especificidade de cada país – no âmbito da sociedade capitalista (ou seja, da sociedade civil-burguesa). Neste sentido, a emancipação política certamente se caracteriza pelas esperanças colocadas na politicidade. Porém, a sua base é a sociedade civil-burguesa. (SARTORI, 2020, p. 10)

Por fim, retomando a Golbery, tem-se mais uma faceta do conservadorismo que da teoria infligiu perversas influências no terreno político. Golbery, com sua tese idealizada do Ocidente, mundo cristão e democrático, alcandorado vir-a-ser em aperfeiçoamento, dialogou com as ideias irracionistas de Spengler. Este concatenou a noção mística de Cultura, em que esta aparece como vitalidade mística espiritual característica de um povo, momento de vigor e autenticidade, expressão e criatividade, que no curso natural (para Spengler), inclina-se à decadência, à opacidade, à perda de sentido, ao arbitrarismo, ao utilitarismo, ao mecanicismo. Em Golbery, floresce na alma humana a possibilidade da renovação, a possibilidade de abrolhar o concerto de uma cultura superior consignando-se uma tese parcialmente antispengleriana, o que por sua vez radica influência de Toynbee (ASSUNÇÃO, 1999). De outra forma, segundo Golbery, os Objetivos Nacionais são intuições da alma do país em sua expressão mais autêntica, o que por sua vez forja e reforça o enlace entre conservadorismo e irracionismo (substância das ideologias reacionárias), complexo multifacetado da ideologia da sociabilidade decadente burguesa, neste caso, especificando as interpretações que modularam a manipulação e mistificação na via colonial.

Golbery indica o Estado, e nele o governo, como o agente de suas transformações. “Ora, se é certo que os ON só podem ser formulados em toda a sua clareza e adequação à realidade a partir do Estado, também é verdade que não podem ser formulados pelo Estado, enquanto unidade de decisão e ação com legalidade própria, mas apenas por aqueles que compõem o núcleo do poder no Estado”. Na verdade, para Golbery, a interpretação dos ON - que “pairam” ou “estão plasmados” irracionalisticamente na alma popular, muita vez deles inconsciente - é tarefa da “sagaz minoria dirigente”, que pode aí infiltrar, “sob racionalizações mais ou menos bem urdidas”, seus próprios interesses pouco confessáveis, como já vimos (GB:11; PE:366). Por isso, no processo de sua definição em termos precisos, “importa eliminar, tanto quanto possível, as superestruturas ideológicas e as racionalizações mais ou menos especiosas com as quais, frequentemente, se mascaram as aspirações e interesses de fundo

mais egoísta e caráter mais agressivo” (PE:60-61 e GB:252). Os interesses divergentes são vistos aqui, como se pode perceber, como mera questão metodológica, não como contraposição de fundo socioeconômico. (ASSUNÇÃO, 1999, p. 98)

Golbery do Couto e Silva, personagem influente nos governos “sorbonistas” da ditadura, sustentou suas teses sempre através de uma substância bastante generalista, abstrata e mistificadora; além do mais, os sofismas aparecem muitas vezes de maneira injustificada, arbitrária e intuída, isto é, a alma nacional, a verdadeira democracia (cujo estado forte seria pretense controlador do “capitalismo associado”), os objetivos nacionais permanentes e atuais, a política como rumo da estratégia conjuntural nos antagonismos, a equipe dirigente estatal como fonte inerente da realização da cultura autêntica, o neo-hobessianismo, o parcial spenglerismo e a influência de Toynbee, a segurança nacional contra o comunismo como chave de governo, o antiliberalismo conservador típico à brasileira, a lei de equilíbrio entre segurança, liberdade e desenvolvimento, enfim, sempre asseverações que não oferecem provas, liames científicos, mas, empulhações argumentativas que, outrossim, favorecem a conservação do estado hipertrofiado.

Outro conceito fundamental no ideário conservador do autor diz respeito à guerra total. Para esse pensamento, os poderes e as potências nacionais sempre se articulariam em um jogo internacional de guerra múltipla (“guerra total”), na qual os poderes de tipo econômico, político, psicossocial e militar devem ser utilizados em favor dos objetivos matrizantes dos Objetivos Nacionais Permanentes. Em uma palavra, “essas noções se articulam para formar uma visão de mundo cujo objetivo básico é a conservação do status quo, de uma realidade internacional baseada na noção de poder”, apoiada “numa argumentação catastrofista e maniqueísta que acaba por propor como soluções para todos os problemas o planejamento e a opção pelo ocidente” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 115).

Golbery, derrotado pela linha dura nas disputas internas do governo, fica no ostracismo durante o período mais duro do regime - embora se mantendo ativo na coleta de informações -, voltando apenas no governo Geisel. Então, a novidade no trato da questão política - que seria a marca registrada dos novos presidentes em relação ao anterior - surge, ainda antes da posse. Indicado por Médici para sucedê-lo na presidência, Geisel convoca Golbery para a chefia da Casa Civil. Os sinais de mudanças eram tão fortes que todas as atenções acabaram voltadas para a formação de seu governo. (ASSUNÇÃO, 1999, p. 177)

Em suma, no apagar das luzes ditatoriais, vicejou a “transação transada”, e o que se verificou no governo Geisel-Golbery foi a “segurança” e a manipulação como ordem (ASSUNÇÃO, 1999). A utilização da violência perdurou, assim como o quarto bonapartista lançou mão do AI-5 em 77 - revogado apenas em 78, algo previamente revelado em negociação política com a oposição - para edificar reforma jurídica, implementar os senadores biônicos, a maioria simples para emenda constitucional, a eleição indireta dos governadores, enfim, para aduzir através de poder legislativo excepcional os intentos políticos que freavam a intensificação da oposição política, o MDB, que contava com heterogêneos movimentos sociais de pressão em seu interior. Golbery alertava ser preciso revezar o combate à direita contrária à distensão e à esquerda, efetivando uma administração das oposições que não as destruísse, nem as aglutinasse em qualquer aspecto (ASSUNÇÃO, 1999). Golbery admitiu, em primeiro plano, o arrefecimento da censura na comunicação social, logo após, assumiu o pluripartidarismo como forma de fragmentar e controlar a oposição que inchava e causava problemas políticos. Em síntese, já após a renúncia de Golbery com o fortalecimento interno dos “duristas”, o Arena (antigo governista) deveio PDS, enquanto o MDB acrescentou um P, PMDB. Outras frações de oposição germinaram mais à esquerda como o PTB (antigo trabalhismo, cooptado à direita e encabeçado por Ivete Vargas, juntou-se em apoio ao MDB) e, principalmente, o novo PDT (brizolista-reformista, alma renascida do antigo PTB), além do próprio neófito PT que fulgurava, amalgamado à faixa da intelectualidade e do chão sindical às raias eleitoreiras (como aduziu o próprio Golbery). O PP se fundiu ao PMDB trazendo à tona a candidatura de Tancredo (disputada com Ulysses Guimarães), enquanto o PDS promovia Maluf. Dissidentes do PDS, contrários a escolha de Maluf, fundaram a Frente Liberal (futuro PFL, e doravante, DEM) ajuntada ao PMDB que incutiu Sarney na vice da chapa, formulando a articulação Tancredo-Sarney: Tancredo se internaria na véspera da posse e viria a morrer um mês após, cabendo ao vice, Sarney, a presidência e a implementação de transformações programáticas como a instituição de nova assembleia constituinte (ASSUNÇÃO, 1999).

Golbery é responsabilizado, enfim, pelo processo de distensão política (em sintonia com indicações sobreditas de Samuel Huntington, isto é, buscando uma “descompressão sem descompressor”, uma acurada distensão sem perigos, sem fortalecer oposições de esquerda ou direita, ou ao menos, tentando), embora, como sobredito, o governo Geisel não fosse isento de atitudes perpassadas pelo liame bonapartista. O procedimento de

distensão se ancorava na teoria própria de Golbery, que ficou eclipsado pela figura e ocorridos do governo Geisel, mas também com Figueiredo que não enfrentou os “duristas de frente”, sequer para esclarecer os atentados a bomba que se generalizaram por parte destes (tática terrorista implementada nos “fins” da ditadura pelos duristas a partir da reunião do “Hotel Glória” que, apresentada como reunião diplomática, concentrou forças sul-americanas e norte-americanas para inflamar os ataques de estado por via de bombas, como esclarece o obscuro Delegado Claudio Guerra).

Nessa toada, o ideólogo (“Satânico Dr. Go”) considerou que a legitimidade advinha de dois sustentáculos: a formalidade legal ou a eficácia. Não podendo se ancorar na primeira, a ditadura evidenciou sua legitimidade pela segunda com a viga da acumulação do “milagre econômico” (ASSUNÇÃO, 1999). Porém, ainda que dentro de todas as contradições, violências econômicas (miserabilidade produzida e do reforço da subordinação nacional) e político-militares, o “milagre econômico” esgotou-se, fenecendo a legitimidade conforme o segundo critério. Era hora de distensão, ou seja, bem entendido, de reviravolta segura e “politicizante” para obliterar as reconfigurações econômicas, isto é, apostar no politicismo, na liturgia política hipostasiada, propagandeada como transformação de monta, renovação e arejamento, quando em verdade o antidemocratismo, incompletude e subordinação econômicas (associada aos esquadrões da morte que perduram até hoje como indicou citado facínora, Delegado Guerra) permaneciam como categorias perenes da burguesia brasileira (ASSUNÇÃO, 1999).

Cabe, finalmente, deslindar que Golbery também consignara a tese automático-organicista (ASSUNÇÃO, 1999) de que haveria um movimento unitário, ondulatório e antitético inerente ao Estado (idealizado e autonomizado): se trata do movimento geral e dúbio de centralização e descentralização que se dinamizaria pela intensificação de uma face concomitantemente à geração dos gérmenes da outra que se expressariam com todo vigor quando a primeira chegasse ao termo de sua inoperância. Em suma, a democracia burguesa, ao que se pode ver, não se fez aspiração (algo relativamente consciente para os vários conservadores, quanto para o “artífice da autorreforma”), e que, em verdade, no apagar das luzes da ditadura, tratava-se da ereção (“lenta, gradual e segura”) de uma contrafação democrática, donde a real transposição canhestre entre autocracia bonapartista e autocracia institucionalizada.

3.5 FHC: o corolário da subordinação contra o “nacional-populismo”

Ancorados nas trajetórias ideológicas da “modernização conservadora”, seja aquela que, insuficiente, tentou envergar o brado nacionalista, seja a troça bonapartista⁶⁴ que, sem pudor, assentou de vez a subserviência ao estrangeiro, a despeito do jargão nacionalista, encontramos-nos sob o perímetro de predicados da *miséria brasileira*. Convém, agora, o arremate, buscando breve escrutínio do ideário de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-presidente brasileiro (1995-2002), que desaguará na aceitação inexorável da “modernização associada/dependente”. Nessa linha, é fator relevante ir ao berço de sua formação teórica cujo bastião pode ser encontrado no designado grupo do “Seminário Marx” ou “Seminário do *Capital*” formulado no ano de 58, tendo José Gianotti como arrimo central. A destacar, está o fato de que o seminário paulista vigia como releitura de Marx cindindo sua obra da década de 40 e seus resultados de maturidade (COTRIM, 2001), além do mais, angariando absorver da letra marxiana um método no sentido epistemologista – o que explicamos no capítulo 1 – e, ademais, completar a obra marxiana a partir de uma visada positiva do ecletismo (CHASIN, 2000). Ademais, a distorção ideativa da realidade efetiva sobreveio, por vezes, como hipertrofia da camada política, referenciando o complexo da politicidade como força matrizadora do tecido social. O ecletismo de Cardoso, a exemplo, pode ser demarcado fidedignamente desde sua tese onde o autor ajuíza a integração Marx-Weber, qual seja, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (COTRIM, 2001).

Segundo Ivan Cotrim (2001), também, desde sua obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, pode-se entrever uma inflexão à resolução da “modernização associada”, à concepção pouco instigante do “desenvolvimento possível”, a chaga da subordinação, portanto, como sina e caráter inalteráveis. Ao seu turno, Cardoso propagou a noção da debilidade e do desinteresse da burguesia brasileira por um projeto de “autonomia nacional”, refletindo, portanto, a utopia de membros da esquerda (PCB) e do ISEB, como Hélio Jaguaribe, que clamavam a junção proletariado-burguesia industrial como pulso reversor dos tentáculos latifundiários e imperialistas (COTRIM, 2001). A reflexão, conquanto tópica e parcialmente correta, entretecia os partidários do capitalismo como “fim da história”, quanto mais àqueles a quem a desigualdade de desenvolvimentos fosse interesse fulcral a se preservar.

É em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* que as noções sobreditas se afirmam convictamente. A consignação da dependência aparece articulada ao desenvolvimento. Nessa linha, a “modernização associada/dependente” reponta como a conjuração própria e possível à natureza brasileira, a opção essencialmente racional do desenvolvimento brasileiro. Além do mais, o bonapartismo militar 64 teria derogado o populismo (nacionalista ou não) e o tradicionalismo (patrimonialismo), efetivando o giro de 180° necessário: a abertura pungente do país para a modernização associada e a renovação burocrática (COTRIM, 2001). Embora, o autoritarismo vicejasse como influxo indesejável, aportava força para configurar no país as modificações, estas sim, desejáveis para o suposto evoluir econômico, segundo a ótica do sociólogo (COTRIM, 2001).

De outra forma, o que se pode admitir a partir da pena de Cardoso é a própria dependência como epíteto de um desenvolvimento *sui generis* e possível, readaptando, pelo mote teorizante adstringido, o imperialismo a mera mediação externa do evoluir nacional. Conjura-se o quadro do desenvolvimento sem autonomia, rente à dependência financeira e tecnológica, enquanto o nacionalismo do período anterior ao golpe 64 é sustentado inteiramente como populismo refringente (ao próprio desenvolvimento do país). Adensando a fratura ao composto teórico marxiano, Cotrim (2001) afirma, com base em amplas assertivas de outros autores, que o veio teórico do ex-presidente migra, de forma cada vez mais intensa, para o politicismo e para tentativa de renovação burocrática-democrática “por dentro”, o que caracterizaria sua relação com o empresariado a partir dos anos 70 e sua atuação no MDB.

Em síntese, FHC propala as marcas do marxismo adstringido lavrado no interior do Seminário (mesmo em trabalho posterior ao grupo): 1) o epistemologismo, a inflexão depauperada da letra marxiana a método geral de aplicação 2) e o ecletismo, aglutinação de conteúdos díspares e supostamente complementares à obra marxiana, remendo permitido pela concepção epistemologista e pela derrogação do caráter de afirmações ontológicas de Karl Marx. A “modernização dependente e associada”, aliançada à “renovação burocrática” (principalmente, democrática, mas sem negar o bonapartismo), passa a transparecer como apologia do possível, ao passo que constrangimento impassível da possibilidade da revolução socialista.

Para Cardoso, o decurso brasileiro pode ser descrito como uma transitividade entre “capitalismo escravista” e “capitalismo dependente” orientado pela ideologia do

patrimonialismo tradicionalista. Dessa forma, o autor estabelece diferença quanto às assertivas da esquerda PCBista e ISEBiana acerca de um semifeudalismo brasileiro. O capitalismo escravista brasileiro estaria alicerçado na estrutura global do capitalismo mercantil, isto é, apêndice do capitalismo em maturação (COTRIM, 2001). Ademais, o autor pertencente à “analítica paulista” (CHASIN, 2000) refere-se à diferenciação das províncias do Norte e das províncias do Sul em que nas primeiras vigoraria a produção para o exterior fortemente marcada pelo trabalho escravo enquanto nas últimas a produção familiar volta para bens básicos, embora não fosse uma exceção o trabalho compulsório (COTRIM, 2001). A ampliação do trabalho escravo no Sul, segundo o autor, se deu, ente outras coisas, pela economia da carne de charque, no primeiro quartel do século 19, advindo do abandono da economia do trigo prejudicada pela concorrência norte-americana (COTRIM, 2001). No entanto, “esse período escravista corresponde à moderna exploração colonial monocultora determinada pelo capital comercial”. Ainda, “trata-se do escravismo moderno, posto por orientação mercantilista para atender à expansão do capital e ocupar produtivamente as colônias, de maneira que não cabe a designação capitalismo, nem mesmo adjetivada por escravista”, uma vez que “não se desenvolveu aí a diferença socioeconômica entre capacidade ou força de trabalho como mercadoria e seu próprio possuidor, o escravo” (COTRIM, 2001, p. 56). A partir dessa primária incorreção de Cardoso, Cotrim infere que em sua obra-tese o ex-presidente consigna uma síntese confusa entre “relações de produção” e “sistema de dominação”, mostrando desde então a faceta weberiana proeminente no conjunto teórico ecletista generalizando ao Brasil o arquétipo do patrimonialismo patriarcal, tanto nas “províncias do sul” quanto nos amplos latifúndios das “províncias do norte”.

Com o rompimento do “pacto colonial”, se estabelece um período de “sistema nacional de controle produtivo”, onde, para Cardoso, as elites políticas locais passam a definir com maior autonomia de deliberação a relação e investimentos com o exterior, em suma, com a Inglaterra. A inversão *politicista* incorre na afirmação hipertrofiada do “centro decisório” brasileiro, isto é, da arregimentação pelas elites pós-independência de uma nova correlação de forças interna (entre a parte mais e menos modernizada do latifúndio) e externa, consignando uma barganha que inflete o polo central do capitalismo a mero incentivador econômico e força política não interferente (COTRIM, 2001). A independência “política-jurídica” persevera como transpasse reversor do ardid colonial, hipertrofiando a administração política local como condutora plenipotente dos

investimentos externos, efetivando uma certa autoridade nacional na distribuição dos recursos (COTRIM, 2001).

No ínterim da efetivação da república, conquanto tenha se emplacado o trabalho livre e a derrogação formal do trabalho escravo, Cardoso reitera continuidade da dominação tradicional patrimonialista (COTRIM, 2001) – evidenciando a síntese confusa entre “relações de produção” e “sistemas de dominação” de tipo weberiano. É bastante interessante marcar que essa classificação weberiana na boca do autor empunha a bandeira liberal vez que a “modernização da administração”, a “renovação burocrática”, é vista como ampliação da racionalidade, da liberdade e da universalidade, ou seja, não compreende o caráter de classe e edulcora a dominação direta do capital por meio da própria democracia formal burguesa burilada. Destaca-se que, para o autor uspiano, a dominação arcaica tradicional patrimonialista se desenvolverá até a implantação renovadora do domínio burocrático-autoritário em 64 (COTRIM, 2001).

Cardoso acerta topicamente ao deflagrar a debilidade da burguesia brasileira em impor sua tarefa econômica, porém essa inconsistência burguesa permanece, ao menos, parcialmente velada. A despeito da correção pontual, a debilidade congênita aliança-se ao fracasso no poder político, o que garantiria a continuidade com o tradicionalismo patrimonialista herdado; esta burguesia se torna uma simples burguesia presa à “vida privada”, alheia ao assunto público pelo seu apanágio tradicionalista patrimonialista particularista (COTRIM, 2001). Cardoso negligencia, porém, o fato de que a universalidade democrática (ou burocrática, como traduz em seu léxico weberiano) é a universalidade abstrata adstrita e subsidiária ao domínio concreto e particular da burguesia. Em vez de aprofundar e atilar a perquirição do apanágio caracterizante do capitalismo brasileiro, Cardoso escora-se na persistência da “dominação patrimonialista”. Em suma, ao arrepio da elucidação da entificação da via colonial, do capital atrofico e subordinado, das singulares determinações e articulações do capitalismo brasileiro como totalidade social em movimento, Cardoso prefere a renitência do tipo ideal estático, negligenciando a anatomia particularizadora que congraçaria em desvelação das relações entre sociedade civil e estado em sua faceta própria, em sua síntese de múltiplas determinações em solo nacional.

Em simples fórmula, as marcas do passado permanecem maculando o presente; a caracterização do capitalismo hipertardio e da burguesia ultrarretardatária ficam

obnubiladas enquanto o tipo ideal “tradicional patrimonialista” persiste como mero comboio político-cultural a premir o comportamento burguês. Não se toca (ou até se nega) na questão fulcral da superexploração como força essencial da miséria de uma burguesia que abrolha no anoitecer do capitalismo, e que por isso repele à renitência os direitos políticos e sociais, portanto, a ausência da emersão temporária da sociabilidade ascendente e da democracia formal burguesa aperfeiçoada ficam apagadas em prol do arquétipo patrimonialismo (ou mesmo, populismo). Nesse sentido, veremos mais à frente uma semelhança com o ideário de C. Gomes que se apoia também nos alicerces da renovação burocrática e do combate ao patrimonialismo. Ao fim, o sociólogo expressa o caráter vacilante e arredo da burguesia industrial nacional, forjando um acerto teórico parcial ao degredar sonhos cândidos que foram extrusados pela própria esquerda acerca de uma burguesia anti-imperialista e antilatifundiária, mas sem lograr a aceção mais completa do conjunto.

A constante presença da concepção tradicional/patrimonial nas análises de Cardoso responde ao seu objetivo de explicar o econômico (em particular a industrialização) pelos condicionantes sociais (e políticos), definindo a fragilidade desse processo (indústria) pela fragilidade político-ideológica da burguesia nacional que lhe corresponde. (COTRIM, 2001, p.91)

Nota-se, entretanto, que as posições do sociólogo paulista entram em mutação após o golpe 64: “antes do golpe militar, o sociólogo paulista considerava que a burguesia movia-se sinuosamente e refletia uma ‘falsa consciência’ da situação, pois se encontrava investida dos padrões políticos tradicionais, patrimoniais”, porém, “depois do golpe, diz Cardoso, ela expressa uma consciência consistente da realidade, abandonando a crítica que fazia anteriormente de que ela se moveria mais ao sabor do dia-a-dia, nos limites de uma ‘consciência empírica’”. Ademais, há também “um recuo de sua posição crítica diante do procedimento tradicionalista da burguesia nacional” (COTRIM, 2001, p.88). O autor aventará a grande flexibilidade desse último setor – agrário - em se adequar à modernização econômica (associada e dependente). Ao contrário de uma posição “dual”, o rural/tradicional passa a ser visto não mais na forma de entrave – demarca-se, a partir do golpe 64 é que há essa mudança de ideário – mas como setor que integra o país ao mercado mundial. Em suma, a consistência de consciência burguesa parece, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, e principalmente a partir de 64, abrolhar como um passe de mágica (COTRIM, 2001), o que caracteriza a imprecisão teórica que vinha sendo

pleiteada pelo autor uspiano quanto à dialética configurativa da urdidura social brasileira e sua resignação quanto ao imperialismo.

Pode-se aduzir que a contradição também se reflete no ideário sobre a industrialização brasileira (COTRIM, 2001). Até 64, a tessitura subordinante-subordinado é vista pelo autor como impasse ou obstrução ao desenvolvimento brasileiro, ao passo que no contorno histórico pós-64, a relação entre dependência e desenvolvimento não aparece mais como uma contradição. A monta adstringente do imperialismo vai sendo trocada pela visada que apreende as relações com os países centrais como galvanizadoras do desenvolvimento dependente (“modernização associada/dependente”), em que a transitividade de tecnologias ocorre de maneira célere, ainda que por interesse de áreas de influência dos países mais desenvolvidos (COTRIM, 2001).

Cardoso admite o período varguista como “populista” - empregando mais um tipo ideal - que consigna objetivos contraditórios controlados. Em suma, trata-se do atendimento de demandas sociais ligadas à renda, porém, em um nível baixo que não fira o foco central de estímulo ao capital industrial; ainda, o autor destaca, com certa razão, retirando das parcas benesses, o trabalhador rural (COTRIM, 2001). Cardoso – em seu *Empresário Industrial* -, portanto, sabe reconhecer a debilidade do quadro econômico burguês, sua incapacidade de levar à frente o processo de industrialização por seus próprios pés, ainda, assomada ao tipo ideal político tradicionalista-patrimonialista que absorve da classe burguesa arcaica. O autor uspiano caminha para uma somatória, doravante, de problemas econômicos e político-culturais que acabam por ocasionar o arcaísmo do estado, a propositura nacional-populista varguista. Reflete, como já estabelecido, a deficiência de perquirição filosófico-científica, a inoperância de concreção. Ao agrado do autor, em JK passa a se configurar a proeminência do capital externo como insumo catalisador da economia; com JK haveria igualmente uma modificação radical no mercado consumidor, isto é, o privilégio dos bens de consumo duráveis produzidos pelo capital estrangeiro no país para uma parte seleta dos assalariados (COTRIM, 2001). Dois pontos são cruciais, dessa feita: o autor não escava e não obtém corretamente resultados sobre o fim do “aliancismo nacionalista populista” de Vargas e a modificação industrial, vez que é a própria pressão exterior que extermina de vez a propositura nacionalista varguista. Enfim, sua retórica volta a aduzir certa hipostasia ao político como “centro decisório” na dinâmica de mudança da “correlação de forças”. Ademais, o autor não procura vislumbrar outras possibilidades que não a intensificação marcante da ação do capital externo

(COTRIM, 2001), demonstrando, é certo, a “internacionalização” com plena positividade e passividade. Há, dessa feita, certa aceitação da subordinação e da exclusão das massas populares do progresso social. A superação do nacional-desenvolvimentismo “populista” de Vargas pelo desenvolvimentismo (populista) calcado na inclusão robusta do capital externo (JK) edificou um salto de qualidade para o autor uspiano, vez que a dependência adstrita a esse processo em vez de ocasionar estagnação foi a alternativa mais acertada para o desenvolvimento do país periférico.

No texto sobredito que abrolha posteriormente ao golpe 64, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, emerge de modo convicto a “subordinação assumida”, requisitada por salto qualitativo, algo já indiciário no texto anterior – *Empresário Industrial*. O avanço do capital externo sobre a periferia (pós-64) adiciona um novo salto no desenvolvimento das forças produtivas e emplaca a continuidade do processo desenvolvimentista especificamente de JK. Nos termos políticos, a ditadura repele a manobra populista das massas e esgarça o comportamento tradicionalista-patrimonialista impondo o regime que FHC teimou em não considerar por ditadura. O autor uspiano passa a tratar o processo por “interdependência”, revigorando se tratar de laços de solidariedade e expansão inexoráveis (COTRIM, 2001). Cotrim destaca que há na urdidura teórica de FHC a aceitação tácita (de um argumento conservador) dos “movimentos populares” como empecilho ao desenvolvimento, pois esses não conseguiriam a resolução do “problema econômico”, justificando assim, seu afastamento. Os movimentos populares transformaram-se em “organizações ideológicas” constritoras do desenvolvimento. A reviravolta ocorrida em 64, destarte, despida de qualquer regresso político (embora, o autor almeje certa diluição do autoritarismo, posteriormente), representou, sobretudo, para o sociólogo, a superação do populismo nacional-desenvolvimentista (Vargas) e acendrou o desenvolvimentismo ligado ao capital externo (JK, ainda com traços “populistas”): rompeu com o trançado comportamental-político do populismo e do patrimonialismo (tipos ideiais weberianos), e de modo incisivo, convicto e superior, alavancou a resolução possível da “internacionalização” da economia brasileira (COTRIM, 2001).

Especificando, o domínio político populista étido pelo autor como transformação parcial do domínio tradicionalista-patrimonialista, pois que busca integrar as camadas industriais-urbanas no ensejo político (COTRIM, 2001). O autor passa a tratar de novas “alianças políticas” fazendo emergir mais uma vez a prioridade do “centro decisório”. O

estado populista passa a entificar um *locus* intermediário entre o tradicionalismo-patrimonialista e o arquétipo da máxima universalidade, a burocracia. Mais uma vez, expressamos a inexistência da explicação ou particularização detida do solo social brasileiro e a opção pela acepção tipológica. Os modelos políticos de dominação, com seus caracteres forjados tipologicamente, apresentam-se como veio metodológico epistemologista aplicável, debilitando o escrutínio minucioso do desenvolvimento histórico-social brasileiro.

Cardoso percebe com acerto o caráter aliancista do governo Vargas (COTRIM, 2001), assim como sua ação em detrimento do progresso social do trabalhador rural, contudo não esclarece a contrarrevolução preventiva como corolário da conciliação da próprias classes burguesas, a atrofia como núcleo das resistências aos direitos políticos e sociais, a superexploração como essência da miséria brasileira; as referências ao caudilhismo, ao tradicionalismo e ao populismo impregnam o ideário de arquitetadas mentais epistemologistas, que ao fundo, tomam a democracia formal burguesa – no novelo das armações discursivas como pueril catálogo epistêmico - por tipo canoro, reino da harmonia, da razão, da liberdade e da universalidade. Por fim, é preciso recuperar que, apesar do “tradicionalismo”, o setor agrário esforçou-se por não obstaculizar a “modernização associada e dependente”.

Segundo Cardoso, o fim do nacionalismo-desenvolvimentista populista se dá a partir de pressões internas e externas que aquebrantam o “aliancismo”; de um lado, a pressão dos trabalhadores manietados, principalmente, dos trabalhadores rurais pelo desfrute dos direitos sociais, de outro, a pressão externa contra o nacionalismo (COTRIM, 2001). No transpasse ao governo JK, renovou-se o populismo-desenvolvimentista degredando o influxo nacionalista, preconizando o capital externo como múltiplo investidor no solo nacional (principalmente, nos bens de consumo duráveis), além de galvanizar sua influência política. Em síntese, o autor portador de um ecletismo teórico adstringente à letra marxiana, emplaca um ideário que obnubila a essência do movimento social na medida em que não só o “populismo” é usado tipologicamente, mas também o “desenvolvimentismo”, de modo que a gravosa modificação entre Vargas e JK fica esmorecida, opaca, ao passo que simplesmente trata o segundo momento por substituição do nacionalismo pelo poderio político-econômico do capital externo. Ficam desguarnecidas as modificações mais determinantes, o sobressalto da subordinação e a determinação insigne do capitalismo periférico, sorvida e retroalimentada pelo capital

externo: a superexploração do trabalho. Ao fim e ao cabo, o populismo significa manobra manipulatória (distributivista) das massas em prol da continuidade de um governo aliancista, antiburocrático, uma hipóstase weberiana do estado percebido como um modelo diferente e inferior ao “moderno”. O autor incorre em uma falsa neutralidade na medida em que pretende tomar a “renovação burocrática” de 64 como um afastamento rigoroso dos particularismos tradicionalistas e populistas-caudilhescos, isto é, a burocracia modernizada apareceria como burilamento técnico e neutro a par da efetivação majorada das necessidades específicas do desenvolvimento econômico, aquelas da “modernização dependente e associada”. As contradições degradantes advindas da internacionalização da economia, do bonapartismo como autocracia ditatorial contra o progresso social, enfim, as reviravoltas desveladoras e aprofundantes do tipo atrofico, caudatário e antidemocrático do capitalismo de via colonial ficam anuviadas pelas assertivas indelévels da “modernização” que exigiriam até mesmo uma esquerda oposicionista mais refinada (COTRIM, 2001).

Em síntese, não resta dúvida de que o ideário do sociólogo aferra uma apologia direta ao capitalismo por meio de adstringida ideologia conservadora-manipulatória que deixa de lado alternativas presentes na própria realidade efetiva em prol de posições “não-utópicas”, pragmáticas, responsivas, “neutras”. Todos esses procedimentos epistemologistas-tipológicos de verve liberal, que se distanciam da concreticidade da totalidade social e de sua real transformação, consignam parcela da ideologia decadente burguesa brasileira, que, por seu local de gênese e função, apresentam a pior faceta da *miséria da razão*, pois, aquela que tem de convencer e se convencer no certame mais teratológico e decomposto da rede mundializada do capitalismo. Em uma palavra, aquilo que é o centro nevrálgico da debilidade se torna, em Cardoso, virtude.

A “modernização dependente-associada”, epíteto do desenvolvimento possível e racional na periferia brasileira do capitalismo, junto à renovação burocrático-autoritária (64), representou, para o autor uspiano, praticamente o tipo de “revolução burguesa” (COTRIM, 2001) apta ao país; em uma palavra, os procedimentos que talharam a verdadeira integração da nação com o que haveria de mais moderno no complexo econômico e no complexo do estado. O desenvolvimento econômico, resta claro, não demanda qualquer caráter de autonomia e completude do capital propriamente nacionalista, nem sequer instiga a necessidade do progresso social para as massas populares. Fica evidente também que a “democratização” é apenas um apêndice, um

diluidor tópico do autoritarismo, que age no concerto de conquistas estatais de superior relevância (64), já tratadas, resumidas na “renovação burocrática” – de acepção liberal. Esta “democratização”, ou “redemocratização” no bojo da conquista burocrática-autoritária, não almeja uma inclusão política e social das massas, mas uma institucionalização aperfeiçoada do arranjo estatal. Vejamos que o autor tanto tem uma posição aprazível à “modernização conservadora” 64, como a própria noção de “redemocratização” é uma institucionalização “por cima”, tecnicizante e antiprogressista, embora julgue-se burilamento egrégio da máquina de estado. Nesse diapasão, o autor evocará uma nova categoria social, a “burguesia de estado”, grupo advindo das “classes médias” que se especializa em galvanizar a “modernização dependente-associada” (COTRIM, 2001).

Cabe ratificar a diferença entre Ruy Mauro Marini e FHC: extenso litígio de desenvolveu pela década de 70 em torno da “dependência” (COTRIM, 2001). Se para o último, a modernização dependente-associada objetivava a possível via de industrialização e desenvolvimento do país, no primeiro a dependência só poderia ser entendida como desenvolvimento da subordinação, aprofundamento da mácula colonial no universo das independências políticas formais. A extensão da mais-valia absoluta no certame subordinado seria a condição para engendrar a mais-valia relativa nos países centrais, a relação possibilitadora da acumulação para investimento em maquinário nos países centrais. Além do mais, serviu na fase colonial de fornecimento direto de bens de consumo não duráveis e bens primários da produção que pela efetivação da colonização direta dos países impôs a estes a condição de apêndice do capitalismo emergente na Europa, servindo adequadamente à designada acumulação originária (COTRIM, 2001), segundo a ótica de Marini. Para o autor marxista, a ausência de intensa inclusão tecnológica nos países dependentes condiciona a baixa produtividade em relação à produtividade média o que garantiria transferências de valores para o capital metropolitano que venderia às colônias produtos advindos da maior inclusão de tecnologia, e por sua vez, acarretaria, no capital atrofico, na incidência da superexploração do trabalho, assalariamento abaixo das condições de reprodução da força de trabalho, para compensar a *transferência de valores* (deterioração dos termos do intercâmbio) da periferia ao centro. Enquanto isso, Cardoso enfoca a anatomia do capital nacional tomando a “superexploração social” como os bolsões de miséria e de desempregados como fruto do atraso renitente, sem afirmar ser possível aquela categoria

nodal identificada por Marini (COTRIM, 2001). Ademais, Marini é taxativo ao afirmar a síntese confusa dos autores (Cardoso e Serra) em relação a categorias basilares como preço e valor, e ainda, a confusão ainda mais displicente entre taxa de lucro e taxa de mais-valor. Marini também demonstrara como a pena de Cardoso tende a constatar o incremento do mais-valor relativo nos países centrais como consignação da diminuição da exploração, (falsa) resolução crescente e fulgurante da mácula capitalista, o que opera uma visada manipulatória e pouco rigorosa quanto à realidade efetiva de suas categorias determinativas (COTRIM, 2001).

Segundo FHC, desde 60/70, mas também em seus discursos de senatoria da década seguinte, a globalização advinha admoestando a perspectiva marxista revolucionária; a intensificação tecnológica, a automação e a telecomunicação avançada imprimiam ao capitalismo, pela exigência da qualificação e da expansão de mercados de consumo, uma superação da exploração típica ao século XIX. Cardoso enxerga, de modo bastante equivocado e unilateralizado, o avanço do mais-valor relativo como correção da canga explorativa do capital. Nos discursos de presidência, a mesma assertiva ideológica conservadora-manipulatória advoga a apologia direta ao capitalismo e, nitidamente, à globalização como anódino crescente ao antiquado confronto capital/trabalho, mesmo porque estaria em aberto a democratização da propriedade por intermédio do mercado financeiro, dos fundos de pensão etc (SOBRINHO, 2012). O jargão fácil da “inserção internacional” vige como panaceia aos problemas candentes, posto que atualiza a condição de cada país no cenário internacional, funcionando hipoteticamente como força centrípeta que puxaria os países – principalmente, alguns em desenvolvimento que saibam politicamente “aproveitar” a oportunidade histórica - para a modernização em ampla ascensão. A política e o estado não devem, resta claro, empregar óbices ao processo inevitável; não devem, outrossim, configurar apego ao provinciano *nacionalismo* protetivo, mas funcionarem como veios e canais propugnadores da maré modernizante (na economia e na burocracia) que exige dos próprios trabalhadores uma renovada mentalidade para exigência de seus interesses (SOBRINHO, 2012).

Mesmo que a sutura ideativa de FHC conclamasse a galvanização do mercado interno e a resolução do barateamento dos bens de consumo da força de trabalho, não granjeava um projeto de fato coerente, posto que nada de efetivo apontava para a elevação significativa da massa salarial. A apologética à globalização em sua obra científica e discurso político são indeléveis, o que não aporta, de outro lado, completa razão ao

discurso *nacionalista* acrisolado, postura extemporânea e arbitrária que não faria escapar do atraso econômico à guisa de enfrentamento do estado de coisas. O “centro decisório”, a esfera política, teria, destarte, segundo Cardoso, a tarefa de arrastar, mobilizar e encadear o movimento ineludível da globalização, fazendo das vicissitudes – ele não as nega peremptoriamente - uma janela de oportunidade de desenvolvimento (SOBRINHO, 2012).

O estreitamento das “relações externas” passaria pela adequação à nova ordem mundial, que conspurcava os óbices e constrições de um mundo bipolar, edificando uma urdidura mundial travejada pelo “pacifismo” e pela “multilateralidade”. FHC aduzia sobre o desenvolvimento brasileiro através da elucubração de parcerias sem preconceitos, sem barreiras de cunho ideológico antiquado, disposto ao concerto mundializado. O esforço do “centro decisório” seria não apenas nas desregulamentações, privatizações, contrarreformas, controles fiscais, desmantelamentos de embaraços, mas de filtrar decisões e alianças que promulgassem o país como um personagem de protagonismo nas decisões do capitalismo mundial. Mais uma vez, mesmo tomando a globalização como movimento da materialidade social inexorável, exprimia a politicidade como forja hipertrofiada que talharia, pela expertise conjurada por meio das decisões nacionais e internacionais interconectadas, a re colocação do país na tessitura global (SOBRINHO, 2012).

A tônica cardosiana é influxo ideativo cravado pelo politicismo, propositura presa à sufocante alcova da vontade política, que pretende revolver a posição brasileira mediante aperfeiçoamentos de decisões políticas e de estabelecimentos de regras justas por meio de órgãos internacionais, o que remete ao corrompido e relativo elogio quanto à “renovação burocrática” adicionada pelo regime “burocrático-autoritário” de 64. Dessa forma, não assusta que principalmente no segundo governo Cardoso, efetivadas as implementações práticas da liberalização, tenham despontado assertivas questionadoras quanto ao protecionismo renitente nos países centrais (muito no que toca à ALCA – Área de Livre Comércio das Américas), tomado por membros do governo brasileiro como mera dissonância discursiva advinda dos Estados Unidos e da Europa, o que infletiria o Brasil ao MERCOSUL (destaca-se, integração efetivada por via de multinacionais majoritariamente) como senda prioritária, isto é, consequência prática da aquiescente – e nada inocente - ideologia depauperada cardosiana e de seus consorte

CAPÍTULO 4

NASCEDOUROS DE UMA UTOPIA

O filósofo de Trier, Karl Marx, conquanto não excluísse inteiramente as conquistas da economia clássica, aduzia que “Em todo caso, isso é um progresso em relação aos mercantilistas, para os quais o excedente do preço dos produtos acima de seus custos de produção deriva da troca, da venda acima de seu valor”. Mas, continua, “Apesar disso, também a escola de Ricardo se limitou a contornar o problema, sem solucioná-lo. Com efeito, esses economistas burgueses percebiam instintivamente”, arremata, “que seria deveras perigoso investigar a fundo a questão candente da origem do mais-valor” (MARX, 2011, p.715). No tocante ao adstringimento cabal dos representantes diuturnos da economia burguesa, como já foi estabelecido ao tratarmos da “decadência ideológica burguesa”, o autor alemão aludiu à “espadachinharia mercenária”, isto é, economistas a quem já não interessava qualquer trato objetivo da coisa social. Por sua vez, não estagna por aí a crítica marxiana ao novelo decadente das ideologias burguesas, como se viu no caso *nacionalista* de List. Também, ao tratar dos democratas da *Montanha*, representantes dos pequeno-burgueses na França, às vésperas do golpe de Luís Bonaparte, favoráveis de uma intervenção estatal ajuizadora e equilibradora, Marx emitiu outra apreensão bastante cara ao nosso escrutínio: “Porém, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição, na qual os interesses de duas classes se embotam de uma só vez, o democrata tem a presunção de se encontrar acima de toda e qualquer contradição de classe” (MARX, 2011b, p.67). Nesse caso, tem-se o representante pequeno-burguês como uma classe de transição, quer dizer, que tanto pode vir a tornar-se fração da grande burguesia como participante do proletariado; nessa posição, tem de lutar tanto pela exploração da força de trabalho, sumo da relação-capital, quanto proteger-se contra o engolfamento da grande burguesia. O pequeno-burguês, de modo bastante conservador e manipulatório, elucubra um absurdo ideológico que, por vezes, tende ao voluntarismo da exigência de um “capitalismo justo” e absolutamente manietado; quer o capitalismo sem os males que o possam excluir do aconchego à concha privilegiada da extração de mais-valor, ao passo que arrisca-se, pela sua condição competitiva imberbe, a entrar na condição do proletariado a qualquer momento.

Com os excertos acima, podemos apenas de modo bastante provisório e introdutório, marcar os liames do capítulo que apenas descerra, isto é, a pertinência da decadência ideológica burguesa, em suas feições burguesas e pequeno-burguesas, tanto em sua substancial impossibilidade de apreensão da realidade efetiva, da lógica específica do capital, quanto a prescrição politicista que pretende intervir controlando sobremaneira a dinâmica cíclica do complexo econômico, ou em outros termos, civilizando uma sociabilidade em decadência. Por veios específicos refletidos na imanência das retóricas determinadas, abroham a falácia e o sofisma como insumos ideativos socialmente necessários, isto é, inerentes às posições ou clivagens societárias. Determinação social do pensamento que tem por condição possibilitadora o múltiplo *Standpunkt* (ALVES, 2010) e por âmago aglutinador, a reprodução social de uma sociedade contraditória, tendo em conta a tônica marxiana que deslinda que o “homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo” (MARX, 2010, p.145).

Ora, no caso que teremos em questão adiante, perpetrando a pesquisa na plethora de afirmativas autodeclaradas “*nacional-desenvolvimentistas*”, do protagonista político Ciro Gomes, encamparemos uma pesquisa que remete necessariamente às posições de classe na reprodução social brasileira. Em outras palavras, como também já esclarecido, não se trata apenas de viço ideal evanescente, etéreo e aleatório, que permitiria uma pesquisa autônoma de discursos e ideias, como se houvesse uma esgrima cultural autárquica, luta pela quintessência de produtos espirituais. A tese, calcada na determinação social e ontoprática do pensamento, vai se deter, dessa feita, longe da hipóstase das ideias, apreendendo elementos contingentes e estruturais da reprodução do capitalismo no elo débil hipertardio (Brasil), tendo como pano de fundo as determinações recíprocas de uma totalidade social articulada que nos capítulos anteriores (2 e 3) foi mais que silhuetada, dando azo à nossa *crítica ontológica*.

Resta claro, o “falso socialmente necessário” emerge em um contexto peculiar, demandando a concreção, a intensificação ontológica (CHASIN, 2009), já engendrada, e ainda, com elementos iminentes das últimas décadas. E na medida em que se quer vaticínio contra veios teórico-ideológicos derruídos e manipulações, até aqui, perenes, enquistadas e deletérias, só se pode engendrar a pesquisa granjeando apreender a particularidade da entificação brasileira repleta de elementos que condicionam uma reprodução da forma de ser capitalista no “desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo. Nessa linha definidora, não se deve olvidar que “A exigência de que

abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões” (MARX, 2010, p. 145-146).

Em dose mais pragmática, podemos circunscrever o material sobre o qual teceremos as nossas linhas, enveredando pela leitura imanente (CHASIN, 2009) de seus nexos internos, fazendo grassar sua consistência autossignificativa. Se tratando de gestor político de proeminência (Ciro Gomes), o texto se encaminha indelevelmente pela determinação social do pensamento que o enreda, configurando-no em porta-voz dessa posição distinta. Ideologia vocalizada e altamente reverenciada, não só no Brasil, como portadora geral de soluções demiúrgicas para as crises do capitalismo e para o seu correto e loquaz manejo. Nesse ensejo, por fim, além de exercer o tracejamento da especificidade do pensamento lavrado, cumpre fazer a crítica ontológica do ideário – assim como em Marx, Lukács e Chasin - tendo por base o desenvolvimento econômico brasileiro, o padrão atrofico e caudatário do capital industrial enquistado em rincão autocrático do capitalismo.

Embora, como facilmente se pode constatar, o político e autor Ciro Gomes edifique refulgente frontispício ideológico, com convicta desenvoltura crítica, isto é, se apresente com inconfundível gana retórica e com progressiva (e contraditória) agressão à choldra “neoliberal”, empunha, desde sua *posição*, ideologia empenhada em apreensão conservadora-manipulatória que, ao seu modo, efetiva um torvelinho de ideias que decompõe e corrompe a apreensão reta do universal concreto do capitalismo e, ademais, da particularização do capitalismo no evolver nacional, além (ou, por isso) de referendar uma prescrição politicista. Ou seja, as explicações e soluções, quanto à teratológica miséria material e espiritual (brasileira) que acossa as individualidades, são lapidadas por esse diferenciado e intelectualizado político de maneira conservadora e contrarrevolucionária, donde consagra, tacitamente, suposta eloquência para a tese do “fim da história” como epíteto adequado à forma de ser presentemente entificada, demandando aqui anódinos, acolá assumindo desavergonhadamente a presteza da selvageria. Nesse marco, a ponta-de-lança que reconfigura e hasteia o *nacional-desenvolvimentismo* do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes, terá seu pensamento perquirido por meio de sua obra dividida em quatro livros, quais sejam, *No País dos Conflitos* (1994), *O Próximo Passo – Uma Alternativa Prática ao Neoliberalismo* (1996), *Um Desafio Chamado Brasil* (2002) e *Projeto Nacional: O Dever da Esperança* (2020), além de uma ampla gama (mais de três dezenas, estendendo-se a

três décadas) de entrevistas, discursos, debates e manifestações públicas (numeradas e referenciadas ao fim do texto) que servirá de material subsidiário, mas desvelador.

4.1 Os Ferreira Gomes e a “vocação política”

Nascido em 6 de novembro de 1957 em Pindamonhangaba (São Paulo), Ciro Ferreira Gomes, filho de Maria José Ferreira Gomes e José Euclides Ferreira Gomes, defensor público, chega a Sobral (cidade em que o pai foi prefeito e segue hoje - 2022 - governada pelo seu irmão, Ivo Gomes) aos quatro anos. Forma-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, lecionando direito tributário e constitucional, além de ter sido Procurador do município de Sobral na prefeitura de seu pai. Ainda jovem, em 1982, aos 25 anos, elege-se deputado estadual, pelo PDS, partido da ordem que também era o de seu pai Euclides Ferreira (destaca-se, já em 1983, C. Gomes filia-se ao PMDB). Em 1986, torna-se novamente deputado estadual, chegando em pouco tempo a liderança do governo Tasso Jereissati (figura empresarial cearense de renome) na Assembleia Legislativa do Ceará. Em 1988, porém, foi eleito prefeito de Fortaleza, não tardando, todavia, a engatar outro rompimento e migra o de cargo, posto que em outubro de 1990, aos 32 anos de idade, sagrou-se vitorioso nas elei es para o Governo do Ceará (já pelo PSDB), galgando notável e célere escalada no terreno político. Convidado pelo presidente Itamar Franco para o Ministério da Fazenda, substituindo Rubens Ricupero que ficara no posto de março a setembro de 1994, Ciro Gomes, após o escândalo que envolvera Ricupero, assumiu em 6 de setembro de 1994. O agente político, em seguida, direcionou-se a uma temporada como *Visiting Scholar* em Harvard, passagem que fez eclodir certas polêmicas no jornalismo nacional. O nacional-desenvolvimentista foi, em retorno, candidato   Presidência da República nas elei es de 1998 e 2002 (pelo PPS). No primeiro governo de Luiz In cio Lula da Silva (2003-2007), Ciro Gomes assumiu o Ministério da Integra o Nacional entre janeiro de 2003 e março de 2006, tendo participa o ativa na formula o e incipiente efetiva o do projeto de transposi o do rio São Francisco e na retomada da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Em 2006, por sua vez, C. Gomes obteve expressivos 667.830 mil votos, partindo   câmara federal (pelo PSB). Em setembro de 2013, passou a atuar novamente, por pouco mais de um ano, no Governo do Estado do Ceará (governado por seu irmão Cid Gomes) pela Secretaria de Saúde,

repetindo o feito em 2015 no governo de Camilo Santana. Segundo consta em seu último livro, “era presidente da Transnordestina Logística S.A [envolvido na efetivação da Ferrovia Nova Transnordestina] quando, com o acirramento da crise política e econômica no país, resolveu voltar à cena pública filiando-se em 2015 ao PDT” (GOMES, 2020, p.186). Candidato do partido à Presidência da República em 2018, propalando o programa pedetista das “diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento parao Brasil”, alcançou o terceiro lugar.

Cabe, entretanto, retomar, em breves linhas, um pouco da origem do autor de *O Próximo Passo*. Aquilo que aparece, por vezes, na dicção da família Ferreira Gomes por “política no sangue” é sobretudo a sinalização de um passado político herdado e, não resta dúvida, galvanizado. Nessa risca, “Adotam, como se vê, um discurso muitas vezes escamoteado pelos líderes do grupo, que fogem de qualquer marca que os aproxime da ideia de oligarquia, apesar de justificarem seu ingresso no campo político às influências familiares” (MONTE, 2016, p. 34). Fenômeno que não perpassa apenas esse agrupamento familiar, outrossim, que remete à particularidade do capitalismo nacional, à hipertrofia de poderes regionais geralmente ligados ao setor agropecuário, despidos de um projeto coordenado, generalizante e progressista-burguês.

Pessoa Júnior (2011) investigou o domínio de duas linhagens políticas no município de Tauá: os Gomes de Freitas e os Rêgos. Segundo o autor, mesmo considerando a tendência de rompimento com a dependência pessoal e com os valores de lealdade e gratidão, o surgimento de uma classe média urbana como personagem política e a articulação de uma elite política com inclinação modernizante, essas famílias continuam, desde a década de 1970, a disputar o poder político na região, fazendo uso das mais modernas técnicas da comunicação e formando alianças com atores da política estadual e nacional, o que reforça suas identidades e permanência no poder. Mesmo fenômeno encontrou Mourão (2012), ao analisar a carreira política do deputado estadual Tomás Figueiredo e a força de sua família no município de Santa Quitéria. Em reportagem de 7.2.2016, o jornal *O Povo* apontou que os chamados clãs políticos possuíam presença ativa em pelo menos 83 municípios no Estado (43% do total). Os parentes de prefeitos nessas comunidades ocupavam pelo menos uma das pastas mais importantes: saúde, educação ou assistência social. Em muitos casos, apesar do aumento da competição política, integrantes da mesma família se revezam no poder há décadas. As Câmaras Municipais não ficam de fora da influência familiar, com a presença dos clãs entre os vereadores eleitos. (MONTE, 2016, p. 36)

Embora não se possa classificar a família Ferreira Gomes como ápice da cadeia oligárquica do estado, tem-se ali um grupo que, decerto, arregimentou uma antiga e consistente continuidade política no estado do Ceará, tendo a cidade de Sobral por âmago, desdobrando-se, posteriormente, para o âmbito nacional com a figura de Ciro Gomes e Cid Gomes, seu irmão. Fugimos, contudo, de dicotomias e tipicidades como tradicional x moderno, referências epistemologistas que vão de encontro, que vão contra a acepção marxista que nos guia na captação da diferença específica das formas de ser no interior do capitalismo.

Remontando ainda mais às origens, tem-se que “A família é de origem portuguesa, porquanto os capitães Domingos Ferreira Gomes e Bernardino Ferreira Gomes são naturais de Leiria, em Portugal”. Ademais “Os primeiros nomes do clã, que desembarcaram no porto de Acaraú, em 1790, tornaram-se, posteriormente, importantes proprietários de terra e criadores de gado, atividades que a família acompanharia por muito tempo”. A participação na política também chama atenção, pois “Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os Ferreira Gomes assumiram importantes funções públicas em Sobral, tornando-se expoentes da política na zona Norte cearense”, destaca-se, “Os primeiros prefeitos de Sobral, tão logo a República se instalou no país, foram Vicente César Ferreira Gomes, em 1890, e o Tenente-Coronel José Ferreira Gomes, logo em seguida, em 1892”. Após a república velha, em 1935, “outro membro da família, Vicente Antenor Ferreira Gomes, chegava à chefia do Executivo municipal, tendo ali permanecido no curso de nove anos, no decorrer do governo Getúlio Vargas, finalizando seu mandato em 1944”. Após intervalo de três décadas, mediado pelo domínio de outros grupos familiares (Prado e Barreto), “é a vez de José Euclides Ferreira Gomes [pai de Ciro Gomes], defensor público, agropecuarista, professor universitário e [que fora] líder da UDN, alcançar o posto de prefeito, governando Sobral de 1977 a 1983”, tendo sido consagrado ao posto por “indicação e o apoio irrestrito de Zé do Prado, importante liderança local” (MONTE, 2016, p. 37) vincada à ditadura. A ligação com as famílias ruralistas poderosas não era exceção:

Contudo, os Ferreira Gomes se tornaram mais presentes, ao longo do século XX, no Legislativo local e estadual. Praticamente todos os membros do grupo tiveram passagem pelo parlamento, notadamente José Euclides, deputado classista na década de 1930, defensor dos interesses ruralistas no Legislativo, e João Frederico, deputado por seis vezes, líder do governo Virgílio Távora e vice-líder nas gestões César Cals e Adauto Bezerra, tendo renunciado ao mandato parlamentar em 1978,

após ser indicado conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Os laços familiares foram fundamentais no início da carreira dos irmãos Ferreira Gomes. Ciro Gomes nasceu em Pindamonhangaba/SP (1957). Formou-se em Direito pela UFC. Mais velho dos irmãos, deu início à sua carreira política como deputado estadual, em 1982, pelo PDS. Recebeu o incentivo do pai, que já o via como continuador da tradição política da família, tendo-o indicado procurador do município de Sobral na época da sua gestão como prefeito. Ciro atende aos desejos do pai, já contando com experiência em outras campanhas e com uma razoável formação jurídica, após tentar disputar a vice-presidência da UNE, em 1979. Nesse período, a família integrava o "grupo cesista", liderado pelo então governador César Cals, um dos três coronéis que administraram o Ceará durante o regime militar (MONTE, 2016, p. 38)

A literatura, contudo, expõe e pouco problematiza um suposto “ponto de virada”. Trata-se de destacar, nesse sentido, que junto à ascendência do grupo empresarial ligado a Tasso Jereissati, ainda na segunda metade da década de 80 (quando Jereissati torna-se Governador do Ceará), os Ferreira Gomes buscaram hastear a bandeira da modernidade administrativa, da racionalidade política contra o clientelismo, a opressão enraizada pelos poderes locais longamente arraigados. Segundo consta na literatura, os períodos de governo de Jereissati (1987-90;1995-98;1999-2002) e de C. Gomes (1991-94), no estado do Ceará, marcaram um rompimento com a dominação oligárquica de Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals (BARBALHO, 2007). Como apontamos, contudo, a oposição entre tradicionalismo/coronelismo e modernidade/empresários empresta uma dicotomia abstratizante que pouco alinhava as determinações de existência do capitalismo brasileiro, o caráter do empresariado nacional e as necessidades e possibilidades de sua dinâmica interna (e, logo, seu diapasão político-ideológico) diante de sua posição ultrarretardatária no capitalismo global, ficando pés apenas no procedimento epistemologista de elevar certo leque de características empíricas pinçadas a modelo a priori e perspectivando a questão a partir de uma abordagem liberal, elogiosa à abstrativante “modernidade”.

Para responder a essas questões, devemos iniciar pela própria campanha política, responsável pela fixação do pólo opositivo empresários/modernidade versus coronéis/tradição. Dessa forma, em contraposição à figura do coronel, relacionado a uma economia rural de feição pré-capitalista e a práticas de clientelismo e mandonismo, organizou-se a campanha do candidato Tasso Jereissati (Movimento Pró-Mudanças – PMDB, PC do B, PCB e PDC) ao governo do Estado. Asua candidatura, contrária ao pólo representado por Adauto Bezerra (Coligação

Democrática – PDS, PFL e PTB), seria a da modernidade política e econômica. O slogan “O Brasil Mudou. Mude o Ceará” apoiava-se nas mudanças em curso no cenário nacional para reforçar a luta local contra as “forças retrógradas do coronelismo”. (BARBALHO, 2007, p. 28)

Esmiuçando o salto político dos “mudancistas/modernos”, “O núcleo inicial deste grupo veio dos jovens empresários que em 1978 assumiram a presidência do Centro Industrial Cearense (CIC), entidade patronal criada em 1919 e estreitamente vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)”, sendo inclusive “comum possuírem o mesmo presidente”. Entretanto, a “comunhão foi quebrada no referido ano quando o empresário José Flávio Costa Lima, eleito para presidir a FIEC, abdicou de assumir o posto equivalente no CIC”, resguardando a FIEC para a “velha guarda” empresarial. Doravante, “assumi a direção do CIC Beni Veras (1978-79)” e “seus substitutos foram Amarílio Macedo (1980-81), Tasso Jereissati (1982-83), Sérgio Machado (1984-85) e Assis Machado Neto (1985-86), todos envolvidos de uma forma ou de outra com o projeto mudancista iniciado com o governo Tasso” (BARBALHO, 2007, p. 34), do qual Ciro Gomes foi representante legislativo sintônico no mandato ganho em 86. Não se deve olvidar, todavia, que o âmbito histórico da emergência da tal “vanguarda” empresarial cearense “mudancista” é perpassada pela queda do assim designado “milagre econômico” e pela retomada de exigências e modificações políticas para retomada da lucratividade empresarial. Reprise, portanto, algo já tocado anteriormente, isto é, as exigências de desenvolvimento de uma burocracia, a propalada “renovação burocrática”, que, em suma, edulcora a demanda de respaldo e modificações políticas para o “desenvolvimento” do mercado, exaurida a fase anterior de acumulação.

Para Washington Bonfim, apesar do grupo mudancista não possuir desde o princípio um projeto definido de desenvolvimento para o Ceará, a existência posterior deste projeto, que tomou forma no programa de obras estruturantes e nos mecanismos de incentivo fiscal, representa o que denomina de “singularidade cearense”, ou seja, a “[...] antecipação de uma agenda de modernização do Brasil, não mais pela via do Estado, mas pelo mercado.” Agenda que, no âmbito federal, teve seu marco inicial com o governo Collor. (BARBALHO, 2007, p. 36)

Segundo alguns autores, “as alternativas à crise dos anos 1980 propostas pela parte dos empresários rompida com o regime (onde se situavam os empresários cearenses do CIC e os paulistas do Grupo dos Oito) podem ser reunidas em duas estratégias: a neoliberal e

a nacional-desenvolvimentista”. Nesse contexto, “os Governos das Mudanças, apesar de serem rotulados por seus críticos como neoliberais, estão mais próximos da linha nacional-desenvolvimentista (ou no caso estadual-desenvolvimentista) por conta do papel planificador que o governo assume no desenvolvimento econômico do estado” (BARBALHO, 2007, p. 37). Essa perspectiva se esquece, por exemplo, que grande parte do empresariado que se lançou a exigências no final da década de 70 e na década de 80, apoiara quando a anterior modernização que privilegiava o capital monopolista internacional lhes concedia uma boa taxa de lucro, ausentado um plano nacionalista mais robusto (a própria associação nacional da indústria de base possuía membros internacionais).

Ainda, segundo alguns críticos: dividiu-se “o conjunto das críticas aos governos mudancistas em quatro grupos. Resumidamente, o primeiro grupo se caracteriza por considerar os integrantes do CIC neoliberais camuflados por um ‘discurso reformista social’”. Em sequência, “O segundo grupo acusa os Governos das Mudanças de priorizar os aspectos financeiros e administrativos em detrimento das reformas sociais. O terceiro grupo destaca a deterioração da distribuição de renda e o aprofundamento das desigualdades sociais no Ceará nos últimos quinze anos”. Por último, “o quarto grupo aponta a superficialidade das mudanças do setor público cearense”. Para Barbalho, “Claro que em um Estado onde vigoravam relações clientelistas, o empreguismo, o nepotismo, a apropriação privada da coisa pública e o descontrole total das finanças governamentais”, completa com o pendor relativamente acrítico, “a adoção de condutas e políticas de modernização representou uma diferença indiscutível e visível. Tanto que Tasso e Ciro receberam os melhores índices de aprovação entre os governos estaduais do país” (BARBALHO, 2007, p. 38-39).

O que se encontra nos estudos sobreditos é, sobremaneira, estudos que se voltam, portanto, à perspectiva liberal e à perspectiva weberiana, inquirindo até que ponto os governos dos Ferreira Gomes (e Tasso Jereissati/CIC) conseguiram ou não efetivar o modelo da “modernização” contra um modelo “tradicional”, em outros casos, sugerindo-se um hibridismo, ou seja, nunca perpassando por uma análise marxista da via particular de objetivação do capitalismo e, a partir disso, debulhando o novo teórico de C. Gomes. Revestem-se de recuperações historiográficas cravadas por uma análise epistemologista, certamente preocupada, de modo abstrato, com a “democracia”, a “modernização”, sem

sequer investigarem as possibilidades ontológicas da democracia brasileira, para lembrar a dicção chasiniana. Vejamos abaixo:

Outro contraste entre ambos apontado pela pesquisadora [Linda Gondim], que se encaixa na presente pesquisa seria uma evidência das diferenças de estilos de administração entre os dois “governos de mudanças” seria a maior preocupação de Tasso com o desempenho eficiente da máquina governamental no seu dia-a-dia, que se refletiria na escolha de técnicos de renome e de líderes empresariais para o seu secretariado, com os quais dividiria, efetivamente, o exercício do poder. Em contraste, Ciro Gomes tenderia à uma maior centralização e à realização de ações de impacto, típicas de uma autoridade carismática. Um exemplo destas foi a construção, em 1993, do Canal do Trabalhador, destinado a trazer água do rio Jaguaribe para o açude Pacajus, integrando o sistema de abastecimento de água de Fortaleza, ameaçado de colapso face a uma seca que já durava anos pela sua magnitude, caráter emergencial e associação com a simbologia da seca, essa obra foi apresentada como um ato de heroísmo, típico de um líder carismático. (VASCONCELOS; NETO; LINS, 2018, p. 7)

Ou mesmo, passando por outra investigação do sociólogo e professor da Universidade Federal do Ceará, Cleyton Monte, que desenvolveu uma tese sobre Cid Gomes:

Em que medida é possível considerá-lo mera herança do padrão tradicional da política ou na verdade ele comporta especificidades e flexibilidade que o ajustam ao padrão atual da política? (...) O objetivo dessa pesquisa é verificar a presença, marcas e transformações dos grupos políticos no Ceará. Seguimos um percurso histórico. Partindo da composição dos grupos que dominaram o estado ao longo da ditadura militar, liderados pelos coronéis César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora, passando pelo predomínio do governador Tasso Jereissati e chegando, finalmente, ao protagonismo do grupo dos Ferreira Gomes. Este último será analisado em seus pormenores, destacando os vínculos familiares, base local, migrações partidárias, lógica de atuação e movimentos contemporâneos. (MONTE, 2019, p. 119)

Ainda, seguindo o debate cravado pela dicotomia epistemologista, segundo o sociólogo pesquisador do grupo Ferreira Gomes, “apesar de se apresentarem como políticos de classe média e defenderem em seus discursos bandeiras progressistas”, das quais, “a transparência dos atos do Estado, a modernização dos serviços públicos, o aumento dos investimentos em educação e a redução da miséria, Ciro e Cid não conseguiram, ao longo de suas carreiras, delinearem programa que servisse para pautar suas decisões”. Marcando

uma distinção, “ao se comparar sua lógica de atuação com a do grupo do CIC, as diferenças são enormes. No final da década de 1970, os empresários daquela entidade se reuniam para discutir com entidades da sociedade civil uma série de críticas ao modelo econômico desenvolvido pelos governos militares”, tendo por pleito “a necessidade de revolucionar a administração pública cearense e o papel do Estado nesse processo. Muitos pontos originados nos seminários do CIC foram incluídos nas ações do primeiro governo Tasso”. Por outro lado, “a dinâmica do grupo dos Ferreira Gomes segue o caminho inverso. Os rituais de interação entre os membros ocorrem sempre em períodos pré-eleitorais e/ou na movimentação que antecede a migração partidária”. Seguindo esse procedimento “não há uma agenda de discussão com a sociedade civil e as ações são deliberadas na cúpula e disseminadas nessas reuniões, que guardam um papel básico: o pragmatismo eleitoral”, o que justificaria, segundo o autor, que “o grupo dos Ferreira Gomes não se resume a um único partido. Sua organização assemelha-se ao modelo metapartidário dos carlistas na Bahia” (MONTE, 2019, p.128).

4.2 Governo das Mudanças, Ferreira Gomes e o CIC: o dilema epistemologista entre modernização e tradicionalismo

Diante da apresentação inicial, fica exigida uma maior investigação da literatura que desemboca no debate acerca do suposto “ponto de virada” na política cearense, que envolve os Ferreira Gomes e o CIC. Como exposto, essa literatura é ligada pelo liame epistemologista que inflete o debate ao par “modernização” e “tradicionalismo”. Nesse sentido, vamos ao enalço da pleora de obras que demarcaram, por esse prisma, o aparecimento dos atuais Ferreira Gomes, seu ideário e prática política, tendo Ciro Gomes em maior conta para nossa pesquisa. Buscaremos, em sintonia com o escopo central da tese, demonstrar a posição desses grupos na configuração nacional, isto é, na processualidade da autorreforma da ditadura brasileira, resposta que a hipótese modelística “tradicional” x “modernização” esbulha pela sua debilidade teórica intrínseca, quando muito podendo flertar com aproximações tópicas. Fincamos pés, no primeiro momento, nos textos de Monte (2016; 2019), Barbalho (2007) e Vasconcelos, Neto e Lins (2018). Doravante, vamos debulhar os texto de Nobre (2008), Carvalho (2001), Abu-El-Haj (2003), Barbalho (2007), Barreira (1996), Gondim (1995) e a

coletânea organizada por Beatriz Heredia (2008), *Continuidade e Rupturas na Política Cearense*.

Como ficou posto, a tônica epistemologista prolonga equívocos reiterados no conjunto crítico abordado. Se trata do 1) esgarçamento entre complexo econômico e complexo político, e, portanto, da inspeção dos pesos reprodutivos dessas esferas em uma totalidade articulada determinada, 2) a seleção de dados empíricos que organizados de modos distintos prestam-se a referir a este ou aquele tipo ideal e 3) o tácito, ou explícito por vezes, elogio à modernização, isto é, frontispício liberal que toma a democracia burguesa por pódio da liberdade e racionalidade que deve ser apenas aperfeiçoada. Nesse sentido, escavando o novelo bibliográfico, já demarcamos a inconsistência de um simples debate acerca da “modernidade” e “tradicionalismo” como ferramenta epistemológica que carimba um conjunto de processos mais complexo do que esse instrumental heurístico. Vamos ao enalço de como esse debate foi levantado e estabelecido até hoje.

Em Carvalho (2001), a década de 80 é marcada pela sua dinâmica refulgente de inversão do exercício político. Para a autora. “No tocante à produção o fenômeno mais evidente é o decréscimo do papel dos agentes políticos tradicionais no planejamento e execução dos empreendimentos eleitorais, (de modo especial as campanhas majoritárias)”, sendo que as “funções são transferidas para um próspero e complexo segmento do mercado que envolve agências de marketing e publicidade, produtoras de vídeo, institutos de pesquisas e todo um séquito de especialistas, ou técnicos da ‘política moderna’”, evidenciando o ocaso da ação direta do coronelismo/tradicional e a insurgência de uma “renovação burocrática” mais palatável, em que a disputa eleitoral “tem como eixo principal a disputa de imagens públicas em uma esfera de visibilidade midiática”. Segundo a autora, a esfera política é invadida por um poderio maior de escolha dos cidadãos e “no que se refere aos processos de vivência política as mutações mais significativas são pertinentes às condições de exercício da cidadania”, uma vez que “os cidadãos/eleitores são interpelados, cada vez mais, como consumidores e avalistas das imagens políticas que lhes são profusamente oferecidas pelos *media*” (CARVALHO, 2001, p.2). Vê-se como a autora derroga o que é fulcral: o cidadão/eleitor transmutado em consumidor de imagens políticas eclipsa a disputa entre classes e a renovação dos conflitos de acumulação e concentração de capital, assim como o problema do fim do designado “milagre econômico” também não é problematizado.

Por isso, seguindo o traçado da autora, tem-se que “conceitos cunhados pela ciência política e aplicados para a política tradicional tais como domínio oligárquico e clientelismo, entre outros”, para a década de 80, “são no mínimo insuficientes para o entendimento das formas de continuísmo gestadas em tempos de política de imagem”. Para analisar a continuidade de mandatos políticos, a autora esgarça os complexos sociais e justifica a aceitação pública da repetição eleitoral através de meros componentes da tal “política da imagem”:

O funcionamento da política tradicional exigia um certo nível de solidariedade interpares que explicava porque os derrotados, mesmo sob os rigores aplicados aos adversários (a chamada "lei da chibata", ou a dieta do "pão e água"), não se extinguíam, mas apenas hibernavam na oposição acumulando energias para os embates eleitorais seguintes quando a revanche poderia acontecer. No regime militar de 64 o rodízio dos generais que ocupavam a presidência não pode ser dissociado do reconhecimento do pesado ônus que a personalização do poder na figura de um ditador vitalício comportaria. (...) Em texto que analisa a campanha de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República em 1994 destaco que a sua vitória antecedida pela ocupação do posto de Ministro da Fazenda acionou o que considero um dos pontos básicos da nova dinâmica do continuísmo: a possibilidade de partir de lugares estratégicos de exercício do poder desencadear processos eficazes de construção de imagens políticas positivas transferíveis à candidatos sígnicos de uma continuidade desejada e não mais desqualificada como negativa. A minha proposta é abordar as formas recentes de continuísmo político recorrendo ao conceito de imagem marca, tal como formulado no âmbito da publicidade moderna, para entender os processos sempre problemáticos de busca de “perenização” em um complexo e tendencialmente efêmero mundo das imagens. (CARVALHO, 2001, p.3)

O feixe de ideias da autora não é mais que o tipicamente encontrado nas ciências parcelares, procedimento que hipostasia uma esfera social e faz dela um império de si para si, sem que as demais determinações, que configuram uma síntese na totalidade social articulada, sejam investigadas satisfatoriamente. A “Era Tasso”, no Ceará, seria, portanto, apenas um exemplo da transferência de um mundo tradicional da política para um mundo moderno da política, em que um de seus elementos centrais seria a costura da “imagem marca”. A “Era Tasso” seria um caso “paradigmático” da “imagem marca”. Tasso Jereissati é “eleito pela 1ª vez ao governo do Ceará em 1986” e “reelege-se” virtualmente por meio do seu candidato Ciro Gomes em 1990; retorna ele próprio como candidato vitorioso em 1994 e em 1998 beneficiando-se das alterações na legislação

eleitoral” para “re-candidatar-se ao cargo que ocupava em uma campanha absolutamente não competitiva”. Em suma, “Tasso alcança com a atual gestão uma longevidade política sempre perseguida, mas nunca alcançada pelos ‘chefes políticos’ tradicionais no Ceará cujos grupos políticos de 1946 até 1982 revezavam-se no controle da máquina do Estado em campanhas eleitorais acirradamente disputadas” (CARVALHO, 2001, p.3).

O ponto nodal para autora parece ser não a degradação completa dos recursos tradicionalistas para a continuidade no poder político, mas a predominância de artifícios, por assim dizer, modernos (a política da imagem/ a imagem marca). Veja-se que impera a rotina dos tipos ideais, qual seja, afirmar a inexistência dos conceitos na realidade efetiva, e apresentá-los apenas como espelhos conceituais imperfeitos que tendem a definir sociologicamente uma sociedade pela predominância de traços empíricos contidos nela. Trata-se de um mergulho curto na poeira de dados. Embora os procedimentos da designada “imagem marca” não sejam exatamente uma mentira, isto é, descrevam o adensamento da capacidade manipulatória inerente ao capitalismo contemporâneo, muito pouco se conquista cientificamente ao apenas descrever esse procedimento ofuscante na quadratura mais superficial do político, o institucional-eleitoral. Dessa feita, razões de fundo ficam negligenciadas, a base material, lógica específica do capital, a particularização do capitalismo brasileiro, enfim, toda delimitação da peculiaridade das articulações da realidade efetiva brasileira é artificialmente anulada para que o processo eleitoral seja apenas um mero mercado de escolhas (de imagem de marcas) entre cidadãos nivelados.

O termo Política de Imagem pressupõe em primeiro lugar uma Idade Mídia, aquela na qual os aparatos técnicos - sociológicos de comunicação possibilitam que a exposição de imagens ou aparências como "material" a partir do qual os sujeitos elaboram e organizam as suas percepções ou representações sobre os outros, e sobre a "realidade", não apenas se amplie, mas se descole da partilha do tempo, do espaço e da presença física entre "emissores" e "receptores". É exatamente esse delírio das aparências com infinitas possibilidades de encenação possibilitadas pelas novas mídias que sustenta as polêmicas teóricas sobre a espetacularização não apenas da política mas da vida social. Outros pressupostos que o termo comporta são: a) se as aparências são "destacáveis" e "autonomizadas" pelas técnicas de "presentificação", é possível à política estruturar-se como uma busca incessante de controle dos processos de produção e gerência das imagens públicas que se confrontam nas disputas no campo político. (É nisto que se especializam os novos especialistas da política já mencionados neste texto); b) a relação entre "realidade" e "imagem" não desaparece, mas tende a ser

subvertida, ou seja, a segunda não pretende ser uma mera representação de algo que lhe é exterior e objetivo e que lhe impõe parâmetros de correção, adequação, verdade, mas ao contrário é a "realidade" que é solicitada a ajustar-se às imagens oferecidas e consumidas.... Paradoxo extremo: a "realidade" é que pode ser falsa, e não as imagens, justificando que se fale em hiperrealidade das imagens. O conceito de imagem marca no âmbito da política de imagem reporta-se ao processo intencional, planejado, de construção do perfil de um personagem que será posto em circulação na esfera pública mediática, e que pretende distinguir-se conquistando afetos positivos dos destinatários conduzindo-os a uma "escolha" ou adesão face às ofertas simbólicas dos concorrentes. (CARVALHO, 2001, p.5)

Pode-se ver que, no caso tratado, a autora infla a noção publicitária da política como um jogo de sombras em que o trânsito da economia e as efetivas práxis sociais políticas ecoantes no tecido social pouco tem a nos dizer. Negligencia-se o debate importante das determinações mais essenciais em prol do respaldo de técnicas manipulatórias midiáticas que ganham o papel de criadoras arbitrárias da realidade. Trata-se, como já constatamos, de pesquisa constrangida tanto pela noção já criticada de tipos ideais “tradicional x moderno”, como pela já sobredita parcelização da realidade efetiva dando prioridade à sua área, e fazendo dessa área força autárquica e preponderante da tessitura social. Retumbando a importância da imagem marca, tem-se que “uma das fontes de imponderabilidade localiza-se nos próprios portadores das ‘imagens marca’ que com determinados gestos ou palavras flagrados e ampliados pela mídia” poderiam “contaminar desastrosamente o personagem representado”. Ainda, “outra fonte de imponderabilidade reside na mutabilidade dos cenários de representação da política: os acontecimentos agendados pela mídia nos momentos de suas ações administrativas tornam-se o espelho” através do qual “sua imagem marca se reflete para o bem ou para o mal. Não desprezíveis são ainda os riscos que advêm das manobras dos opositores políticos, que funcionam como contra faces das imagens marca” (CARVALHO, 2001, p.6).

A “simbólica da mudança”, de fato, apareceu como intento comunicacional manipulatório do integrante do CIC, no entanto, fica ainda descoberta a questão de fundo, os efeitos da ditadura desaguando na década de 80, o campo de necessidades e possibilidades da época que fertilizou a manipulação da “renovação burocrática”; além do mais, não se explica os reais interesses que subjazem a canga ideológica manipulatória da “jovem” classe empresarial cearense emergente (a “vanguarda empresarial” do CIC). Assim, o

“lançamento da imagem marca de Tasso ocorreu na epopeica campanha de 1986 e buscava a fixação não de diferenças marginais, mas de grandes diferenças em relação às imagens dos políticos tradicionais do Ceará”. Por conseguinte, “aos elementos da simbólica da ruptura que se recorre na construção da sua imagem marca: um personagem sem vínculos com o passado emerge na cena política para desviar a história do seu curso rotineiro”; Tasso Jereissati, representante do CIC, “encarna o espírito de uma nova era de luzes em oposição às trevas, do progresso que rompe as amarras do atraso; da esperança que contrasta com a descrença. No enredo da campanha, o de uma cruzada cívica”, o capitalista “encarnava o papel de herói demiúrgico desafiando as forças do mal, as hostes coronelistas, comandadas por seu principal concorrente, o cel. Aduino Bezerra” e “é esta imagem dos jovens empreendedores como mitologia latente do lançamento da marca Tasso na política cearense” (CARVALHO, 2001, p.7). Ainda, segundo Carvalho (2001), fundamentais foram o “Movimento Pró Mudança, coordenado pelo empresário e ex presidente do CIC Amarílio Macedo” o qual “mobilizava os estratos de intelectuais, (professores universitários, profissionais liberais, empresários), setores da classe média e formadores de opinião (de modo especial jornalistas) para uma ativa participação na campanha de Tasso Jereissati”, além da utilização de “clipes, tele-charges, reportagens, [que] são alguns dos dispositivos da enunciação tele-visual através dos quais a imagem marca de Tasso ganhava contornos positivos” (CARVALHO, 2001, p.8).

A respeito da campanha de reeleição de Tasso em 1998, tem-se mais uma vez para Carvalho (2001), a imposição das técnicas modernas de construção da imagem, política da imagem, modo contemporâneo da disputa política, predominante sobre arcaicos e tradicionais modos de granjear e consignar a eleição. Desse modo, “A comunicação institucional, definida como ‘processo e técnica que consolida a aproximação entre governantes e governados’, legitima o ideal de democracia”, o que seria para a autora “as condições da sociabilidade midiática peculiar à política contemporânea” (CARVALHO, 2001, p.11). Os elementos mais determinativos que implicavam, na década de 80, no perecimento do bonapartismo em prol de uma autorreforma fertilizadora da autocracia institucionalizada não são tematizadas por Carvalho (2001), que se fixa apenas nos novos jogos de retórica e publicidade, parte da rede manipulatória, porém, incapaz de explicar as modificações políticas do período. Bastaria dizer que também no período bonapartista 64-85, se usou da retórica da “verdadeira democracia” pela “segurança e o desenvolvimento”, contra a “subversão e a corrupção”. Para a autora, ainda, “os ideais

democráticos são modelados por princípios de marketing: o cidadão é interpelado como consumidor ou cliente” o qual “deve ser decifrado em seus desejos para que lhe sejam oferecidos as imagens/ serviços/bens identificados como demandas”. Reiteramos, nesse sentido, que a imposição da artimanha enunciativa da “verdadeira democracia” não abrolha apenas nessa época e que os pontos mais caros das demandas do grande capital sob o verniz da “renovação burocrática” não são deslindados pela autora. A autora, por conseguinte, finaliza o texto sem dar muitas respostas quanto à tessitura social da autorreforma do bonapartismo, sem investigar os resultados inconsequentes do endividamento do período, sem perscrutar o problema central do arrocho salarial, sem indicar, também, as novas exigências dos grupos empresariais rompidos com a ditadura e, enfim, encerra de modo taciturno vincada à problemática dramatúrgica dos “modos arcaicos” e dos “modos modernos” de representação ou imagética de um político para os eleitores.

É possível questionar até que ponto as sucessivas vitórias de Tasso em campanhas estaduais não se explicariam tão somente pela ação de métodos políticos tradicionais de aliciamento e clientelismo que o controle da máquina do Estado facilita aos governantes. Embora não seja este o ângulo de análise da pesquisa, não se pretende negar que a rede de apoios políticos obtidos nos municípios seja fator importante na longevidade da Era Tasso. O que pretendo ressaltar é que qualquer análise que recorra apenas aos mecanismos da política tradicional é insuficiente para o entendimento da dinâmica dos processos políticos em curso. Os tentáculos da política de imagem se estendem cada vez mais até mesmo aos pequenos municípios, (e seus efeitos se fazem sentir principalmente nas disputas majoritárias). A função de mediação entre o governador e os eleitores dos interiores exercida pelos "chefes políticos" municipais é gradativamente corroída (CARVALHO, 2001, p.17). .

Em Barbalho (2007, p.1), encontramos mais uma vez a tônica do “governo mudancista” como implementação do brasão da modernidade, isto é, um novo momento da política cearense. Vejamos que mais uma vez as incisvas são débeis na apreensão da particularidade do capitalismo brasileiro e que também esgarçam a costura ontológica entre complexo econômico e complexo do estado. Seguindo esse diapasão, “o embate entre empresariado e coronelismo, modernidade e tradição, desenvolvimento e atraso, marcou não só as eleições de 1986, mas boa parte da cultura política cearense, desde

então, com a fixação do polo opositivo empresários/modernidade versus coronéis/tradição”.

Dessa forma, em contraposição à figura do coronel, relacionado a uma economia rural de feição pré-capitalista e a práticas de clientelismo e mandonismo, se organizou a campanha do candidato Tasso Jereissati (Movimento Pró-Mudanças - PMDB, PC do B, PCB e PDC) ao governo do Estado. A sua candidatura, contrária ao pólo representado por Adauto Bezerra (Coligação Democrática - PDS, PFL e PTB), seria a da modernidade política e econômica. O slogan “O Brasil Mudou. Mude o Ceará” apoiava-se nas mudanças em curso no cenário nacional para reforçar a luta local contra as “forças retrógradas do coronelismo”. (BARBALHO, 2007, p.2)

O brasão da modernidade significava, em síntese, a implementação de um padrão gerencial na burocracia de estado, o que aparece como panaceia para as versões “patrimonialistas” brasileiras. Trata-se da imposição do edifício tecnoburocrático, promovido pela vanguarda empresarial cearense em consistente contradição com a tessitura “pré-capitalista” regional. A campanha de Tasso, nos informa Barbalho (2007, p.2), foi erguida com três bastiões publicitários: “modernidade”, “nova era” e “racionalização”. Dessa feita, “Seu nome virou uma marca construída a partir da figura do jovem e bem-sucedido empresário decidido a entrar na política por amor à causa pública”.

Barbalho retoma Carvalho para confirmar a elevação da propaganda política, ou do marketing político, a baluarte de todo governo. Nesse sentido, a “imagem marca”, a construção da política da imagem dava as caras como modo moderno de efetivar a continuidade política, gravando a alma, estilo e predicados dos “novos políticos” em uma imagética decantada na população. Nesse sentido, “o padrão midiático publicitário da política não foi ativado apenas em época de eleições, mas se tornou um investimento recorrente dos Governos das Mudanças”, forjando em campanha e burilando em governo o emblema e os personagens que infletiram o Ceará ao “mundo moderno”. Assim, teve-se “um reforço para que o continuísmo dos governos mudancistas (Tasso-Ciro-Tasso-Tasso-Lúcio) fosse positivado”. De modo geral, o movimento espargido desde 1978-1986 pela ascendência do CIC/Tasso Jereissati/Ciro Gomes é tomado como uma cultura política de modernização.

Assim, os Governos das Mudanças não pouparam esforços para garantir a “mostrabilidade” de suas ações, tanto ao produzir fatos geradores de notícias, quanto no investimento em publicidade institucional. Dessa forma, o padrão midiático publicitário posto em ação pelos candidatos dos Governos das Mudanças é um dos recursos possíveis na busca de visibilidade, ou seja, de espaços no campo midiático, local privilegiado da esfera pública contemporânea. (BARBALHO, 2007, p.2)

Barbalho (2007, p.3), todavia, indica que nos primeiros momentos do governo mudancista de Tasso, as políticas culturais não tiveram prioridade, indicando certa negligência com uma área que poderia selar o brasão da modernidade no estado. Porém, a circunstância se inverte e o “relacionamento se reforça quando a cultura foi vista também como um setor que podia reforçar o desenvolvimento econômico do estado”, isto é, “que podia ser agregada ao processo de modernização, inclusive assumindo papel de ponta, afinado às principais linhas de força da economia global: a informação”.

Pode-se entrever das linhas de Barbalho que a atuação da secretaria de cultura do estado Ceará no primeiro governo Tasso se postulou mais para consolidar a imagem do governo mudancista com a utilização da cultura como polo econômico do que no debate aperfeiçoado sobre uma cultura progressista. Para esmiuçar, “A nomeação da secretária Violeta Arraes significou o primeiro passo para que a Secretaria de Cultura (Secult) alcançasse legitimidade e prestígio no Governo das Mudanças”. Segundo Barbalho (2007, p.4), “A passagem de Arraes pela Secult foi um período de ebulição. Não é possível afirmar que a secretária tenha elaborado uma política cultural definida, mas podemos reunir suas ações nesse período em três linhas”. Em primeiro lugar, e fundamentalmente foi a “recuperação dos espaços físicos pertencentes à Secult”. Em segundo lugar, “a promoção de eventos de grande porte que ganhavam a atenção da imprensa”. Em terceiro lugar, a “instalação de um pólo de cinema no Ceará”. As ações, como se vê, tiveram uma linha de atuação de grande porte buscando sempre dar destaque e proporção ao feito diante do eleitorado, angariando por âmagos a consolidação, a sedimentação do governo mudancista. Logo, “com a implementação destes programas é possível dizer que a Secult conseguiu capitalizar e legitimar minimamente a cultura no interior da estrutura estatal e diante de amplos setores sociais”.

No ínterim do governo Ciro Gomes, por sua vez, a querela da publicização do governo mudancista retorna. Nesse caso, aparece uma contradição importante entre a fabricação

de um polo cultural para além do folclórico regionalismo, isto é, lançar Ceará e Fortaleza a centros do debate cultural e ideológico do país, e por outro, a necessidade publicitária de fazer as políticas culturais de palco amplificador do governo mudancista. Observa-se, “O governador sabia que a recorrência das imagens garantia a efetivação de sua marca e atuava na interpenetração entre a sedução e a política”. Para tanto, “A nomeação de Linhares e de outros integrantes de sua equipe, ligados direta ou indiretamente a diversas áreas da comunicação, sinalizam o posicionamento da Secult como espaço privilegiado de publicização do governo”, logo, “ocupando, então, um lugar de destaque na máquina administrativa do Estado”. No entanto, em termos discursivos, o secretário Paulo Linhares advertiu que a linha da política cultural seria “colocar Fortaleza no mapa da discussão intelectual nacional e internacional, transformá-la na metrópole cultural do Nordeste” (BARBALHO, 2007, p.4).

Segundo Barbalho, portanto, endossando o governo mudancista, a secretaria de cultura conseguiu, principalmente com C. Gomes, armar políticas culturais efetivas para o engendramento econômico e publicitário ao caráter renovador, tecnoburocrático dos novos governos:

De fato, a Secult viveu um período intenso com projetos de formação, com a presença de professores de todo o país, no teatro, artes plásticas, cinema e vídeo; a construção de um centro cultural; e eventos sistemáticos como feira de livro, festival de cinema etc. No governo seguinte, o segundo de Tasso Jereissati (1995-1998), Paulo Linhares permaneceu no cargo, ampliando a programação da Secult e amadurecendo seu projeto de política cultural, em especial a parte voltada para a indústria cultural. Sua principal ação nesse sentido foi a criação em 1996 do Instituto Dragão do Mar com coordenação geral do cineasta Maurício Capovilla que ofertava cursos de dança, teatro, cinema, design e gestão cultural. No Instituto funcionava, ainda, o Centro de Estudos de Dramaturgia, dirigido pelo cineasta Orlando Senna e com professores convidados de várias cidades brasileiras e do exterior. (...) É possível compreender essa trajetória quando se acompanha a crescente relação da Secult com o projeto maior dos Governos Mudancistas: o da modernização. Com as duas gestões seguidas de Paulo Linhares, a Secult passou a ser prestigiada por apresentar uma política cultural definida e afinada aos ideais de modernização do grupo mudancista, bem como ao padrão midiático publicitário de seus governos. (BARBALHO, 2007, p.5)

Em Barreira (1996), também desponta, embora de modo mais rico, a reiterada oposição “tradicional x moderno” para emoldurar a inflexão erguida com o governo mudancista.

Assim, para começo de conversa, o texto expõe que as relações políticas no Ceará foram, por mais um século, calcadas no clientelismo, além dos “princípios de dependência e paternalismo”. O autor organiza o período oligárquico em dois momentos: um transcorrido no início do século XX e outro nas décadas de 60 e 70 do mesmo século. No primeiro momento, as oligarquias foram formadas pelas famílias Accioli e Rabelo, e também com o Padre Cícero. Na década de 60, 70, o manto oligárquico vestiu Aduino Bezerra, Virgílio Távora e César Cals. O divisor de águas seria, portanto, a emergência do CIC, a vanguarda empresarial que implementaria um “governo mudancista”, derogando elementos da tradição. A questão central do texto repousa, novamente, na aferição da nitidez e da qualidade das conquistas no transpasse tradicional-moderno, evidenciando mais uma vez a tônica epistemologista dos tipos ideais e do politicismo.

Segundo Barreira (1996), 3 acordos selaram os pactos entre poderes hegemônicos no Ceará. O primeiro ocorreu no ano 1911, organizando uma aliança entre 19 oligarquias, 19 coronéis, em destaque, do sul do Ceará. O código advindo do próprio governador Antônio Accioli cristalizava acordos que, se de um lado estabelecia limites do coronelato, sedimentava a rede de oligarquias como poderio intransponível. Em seus artigos, o código emulava a solidariedade interna das oligarquias, seu apoio mútuo inexorável, sua comunidade política, assim como a lealdade às medidas e decisões do governador e “chefe” Accioli. Destaque deve ser feito à “benção” de Padre Cícero no acordo engendrado, isto é, a procura à união representava uma constante preocupação das afirmações dos designados coronéis.

Em 1962, por sua vez, o pacto União Pelo Ceará procurou selar uma investida conservadora contra as forças progressistas que à época sopravam nacionalmente. Contra a exercitação do PTB, contra o fortalecimento do sindicalismo, as pretensões de novo pacto giravam em torno do PSD, UDN e PTN para congelar qualquer conquista de monta em direção ao pleito reformista, trabalhista que esquentava a disputa política no país. Premidos pela inquietação nacional, deu-se passo para afirmação de uma ideologia que supostamente contrastava à “demagogia” que se espalhava no país, que de posse do poder estaria prestes a suprimir as liberdades democráticas e, outrossim, prejudicar o desenvolvimento econômico e a “harmonia social”. Nesse caso, remete-se à liga Távora/Bezerra/Cals que em 1962 veio com a aliança de outro oligarca, então governador, Parsifal Barroso. Os anos seguintes selam o domínio oligarca até que o governo

mudancista do CIC rompa esse curso, segundo se tem constado nas diversas literaturas que trazemos à baila.

Em 1982, com a possibilidade de as forças coronelistas serem derrotadas ou de um enfraquecimento decorrente da divisão das três principais lideranças (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals), foi oficializado o acordo dos coronéis que envolvia uma divisão dos postos disputados nas eleições e dos cargos de confiança do futuro governo. O “pacto dos coronéis”, sacramentado no mês de abril pelo então presidente da república João Figueiredo, unindo as três forças políticas oligárquicas do Ceará dentro do PDS, não só definiu os resultados das eleições daquele ano como reforçou o processo político local, dominado pela cultura da dependência. Mais uma vez, a política cearense é fortemente submetida aos interesses do poder central. As forças oligárquicas são novamente vitoriosas e elegem o secretário de Planejamento do estado, Luíz Gonzaga Mota, para o cargo de governador. (BARREIRA, 1996, p.36)

Dessa feita, para Barreira a emersão do CIC tendo por candidato vitorioso Tasso Jereissati em 1986, além de duas cadeiras para o senado, condecorou a perda de espaço dos coroneis e a inversão de vez do modo de exercício político. A vitória, acrescenta, foi acachapante visto que Jereissati ganhou não só na capital como em 110 municípios contra 42 levados por Bezerra. Realimentando aquilo já visto, a eleição representou, com toda sorte de ratificações publicitárias, a ânsia do moderno, do racional, do progresso contra o atraso e a miséria. A própria campanha eleitoral dos coronéis nos idos de 1986 já procurava dissolver os carimbos do “curral eleitoral”, invertendo a expressão pejorativa pelo argumento da “gratidão popular”.

Nesse diapasão, “a presença de três coronéis do exército brasileiro no sistema de poder do estado deu singularidade ao campo da política cearense”. Tratava-se da mediação entre oligarquias locais e ditadura, ornando uma diretriz de ações políticas. Nessa configuração, “dos quatro governadores indicados (em 1966, 70, 74, 78), três foram coronéis do exército”. Clientelismo, “voto de cabresto” e “curral eleitoral” seriam o aparato especial de operação da cadeia de poder ditadura-oligarquia. Ou seja, se tem nas oligarquias “papéis mediadores” centrais entre poder federal e estadual por quase três décadas, costurando a imagem de “grandes benfeitores”.

Virgílio Távora vinha de uma tradicional família de políticos na qual se destacaram seu tio Juarez Távora, e seu pai, senador Fernandes Távora, chefe da UDN no final da década de 40. Virgílio foi o grande “provedor do Estado”, o elo de ligação entre

as finanças públicas federais e estaduais. Encarnou com perfeição a política e o modelo da modernização conservadora implantado pelo regime militar. Aduardo Bezerra foi, provavelmente, o de prática mais conservadora, com grande apoio na região sul do estado, e conseguiu imprimir um estilo de governo caracterizado por fortes traços patrimoniais. Entretanto, foi o mais moderno no campo econômico, destacando-se nacionalmente como banqueiro. Hoje, encontra-se afastado das disputas eleitorais, mas continua o homem forte do PFL local. César Cals, sem base local, foi principalmente uma imposição do governo federal, para ocupar a direção do estado. O poder decorria do seu relacionamento com Médici e o ministro Andreazza. Suas indicações para governador e, em seguida, para senador biônico afastaram-no da prática eleitoral e determinaram, provavelmente, uma curta vida política sem grandes lastros no poder local. (BARREIRA, 1996, p.40)

É marcante que o processo em tela se destaca mormente como uma substituição de elites políticas sem que a base material brasileira, seu apanágio, sua particularidade, suas oscilações, suas debilidades congênicas sejam trazidas à baila com o devido rigor. No máximo, o que se tem é a conexão entre processo nacional e regional, onde o ocaso do bonapartismo é refletido no declínio das elites locais, substituídas pela elite portadora do ‘novo’, do “moderno”, da “mudança”. No entanto, é preciso elencar uma assertiva de Barreira, a despeito de seu tom descritivo, qual seja, de que a década de 60 e principalmente 70 foram também perpassadas pela saída dos trabalhadores das moradias interiores às fazendas onde trabalhavam, e acoplado a isso, gradativamente substituindo a relação de dependência entre fazendeiros e moradores/parceiros pelo gradativo trabalho assalariado diarista ou sazonal. Para este autor, esse passo foi bastante importante para degradar a dinâmica do curral eleitoral. O que se vê, segundo estas linhas, é o transpasse a um novo tipo de política em que o eleitor passa à figura de cliente a ser conquistado, como já vimos outrora, que não pode mais ser manietado ao bel-prazer. Aliançado a isso, Barreira cita a emergência de um novo empresariado de “nova mentalidade”, vindos das famílias tradicionais, todavia, que voluntariosamente demandavam a renovação das práticas de estado, isto é, a efetivação da racionalidade estatal; trata-se da já desgastadae bastante opaca “renovação burocrática”.

Tais alterações no quadro econômico demandavam outra postura da máquina estatal no sentido de gerir as finanças públicas e exigindo outro equilíbrio entre prática econômica e prática política. A “competência” e a “racionalidade” deram os rumos da nova administração do estado. Priorizou-se o saneamento das finanças públicas – a folha de salários que era de 52,4% em 1987

caiu para 30,7% em 1990. A modernização econômica, que teve efeitos na política, pode ser reduzida a essas prioridades, ou seja, à racionalização dos custos e à operacionalidade da máquina administrativa. (BARRIERA, 1996, p.43)

Mas, é preciso destacar que os membros “renovadores” e “mudancistas” do CIC tinham ascendência política: Tasso Jereissati, Amarílio Macedo e Sérgio Machado tiveram pais senadores e deputado federal, respectivamente. Trata-se, hegemonicamente na literatura, de nova gama empresarial que inflete a fazer “política empresarial”, isto é, “moderna”, engatilhada com o aperfeiçoamento da máquina burocrática, que repetimos, assim exposto, não deslinda as verdadeiras pulsões e autênticos interesses de uma posição de classe. Aparece, portanto, uma trama em que se colocam em lados opostos do ringue: a FIEC, velhos empresários, conservadores e, por se turno, o CIC, centro gravitacional ideológico mobilizado pelos empresários industriais “mudancistas” para a efetivação de um projeto regional e nacional urgente em que as marcas do outrora deveriam ser defenestradas.

O mote da questão passa de modo ligeiro sem explicativas de monta quando se diz que a “identificação com o Grupo dos Oito de São Paulo, foi imediata, criando fortes laços com os empresários paulistas. Isso também deu a ele [CIC] mais respaldo político local”. Logo, se “o engajamento dos jovens empresários na política nacional foi imediata, principalmente na participação do processo de abertura política”, pouco fica explicitado quais as dinâmicas do complexo econômico e da processualidade brasileira, assim como da mundial, que exigiam tanto do Grupo dos Oito quanto do CIC uma postura ideológica de rompimento decisivo com a ditadura, isto é, o porquê do arranjo bonapartista e suas mediações regionais não poderem mais propiciar as condições favoráveis para a renovação da acumulação capitalista satisfatoriamente.

O estado deveria ser administrado como uma empresa: máquina enxuta e setores não rentáveis desativados. Pela lógica, a vocação econômica do estado não era a agricultura, mas o turismo, e as indústrias comandariam o soerguimento econômico do Ceará. A agricultura perdeu paulatinamente o seu lugar de absorção de mão-de-obra, e também o Estado deixou de ser o “grande empregador” de serviço público para a classe média. Com esta política o mercado de trabalho foi fortemente atingido. Tais medidas trazem fortes dividendos sociais e políticos. O êxodo para a capital em busca de empregos cresceu muito por parte da população rural, e também aumentou o descontentamento dos funcionários públicos estaduais com o achatamento salarial e o

número de demissões. Tal situação impôs limites políticos à nova elite, que agora tem de trabalhar cada vez mais pela via da mediação política. (BARREIRA, 1996, p.48)

Por sua vez, em Gondim (1995, p.2), se confirma taxativamente o momento de 1986 como substituição do arcaico, do clientelismo, em particular. Nessa data, “foram conduzidos aos governos dos três principais Estados nordestinos candidatos comprometidos com a superação de práticas políticas clientelistas”, quais sejam, “Valdir Pires, na Bahia, Miguel Arraes, em Pernambuco, e o próprio Tasso Jereissati, no Ceará”. Segundo a interpretação da autora, se teria uma miríade de governos socialdemocratas, uma vez que, além da chamada modernização da máquina burocrática, o cuidado com a questão do emprego, saúde e educação não seria negligenciado, ganhando destaque no programa dos mudancistas.

Para investigar as bases do CIC, Gondim traz referências importantes, visto que os jovens da vanguarda empresarial eram não só providos de ascendência política, como eram herdeiros das empresas familiares. Os empresários industriais, portanto, tomavam frente do governo justamente em época de candentes conflitos, isto é, com o declive do designado “milagre econômico”. Mais uma vez, o texto tratado não faz uma análise de concreção delimitando a peculiaridade da processualidade econômica que se passava à época, de modo que a junção do CIC com os grandes industriais reticentes ao bonapartismo do “Grupo dos Oito” se torna um mero vínculo pela “modernização”. Desse modo, a tônica conservadora-manipulatória da “renovação burocrática” alça um voo explicativo obnubilador, contração da reta escavação da objetividade em seus complexos articulados.

Estes empresários, em geral, tinham idade inferior a 40 anos; formação universitária e haviam assumido a direção das empresas de suas respectivas famílias. Sob sua liderança, o CIC transformou-se em importante fórum de debates, trazendo a Fortaleza nomes como José Mindlin e Claudio Bardela, do "grupo dos oito", e os economistas Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado. Também organizou eventos de grande repercussão, como o seminário "O Nordeste no Brasil: avaliação e perspectivas", em 1981, e o encontro com os governadores eleitos em 1992 (GONDIM, 1995, p.4)

Embora o governo mudancista do CIC pretendesse erguer-se contra o “clientelismo” e a “miséria”, forjando a esteira do novo, do “moderno”, no ano 1982, consagrou apoio ao escolhido pela tríade do arcaico, Távora, Bezerra e Cals. Nesse diapasão, “A entrada do grupo na política eleitoral não se deu por acaso, nem subitamente. Já nas eleições de 1982, o CIC apoiou a candidatura de Luís Gonzaga Mota, o Totó”, que era “Secretário de Planejamento do Governo Virgílio Távora”. Esse momento, todavia, representaria a transição, a guinada definitiva à hegemonia do CIC, pois “Ainda que apoiado pelos três ‘coronéis’ que até então dominavam a política cearense (...) a candidatura deste economista do Banco do Nordeste já sinalizava as condições para o início de um processo de mudanças”, uma vez que “sozinho, nenhum dos três ‘coronéis’ teria condições de eleger o novo governador. Com efeito, foi necessário unir as três forças políticas oligárquicas do Ceará num pacto sacramentado pelo presidente João Figueiredo, em abril de 1982” (GONDIM, 1995, p.4).

Segundo consta, para reiterar quadro tão acabrunhado de ideários, o predicado de “comunista” foi carimbado pelos coronéis em Tasso Jereissati para impelir antipatia a este. Como vamos advertir de modo mais claro à frente, em Tasso e no CIC, como em C. Gomes, o governo mudancista foi calcado na ideologia conservadora-manipulatória da “renovação burocrática” que talha contrafação que eclipsa as necessidades de recuperação de taxas de lucro do setor industrial. Trata-se, dessa feita, de governos de posição, ou seja, que remete à totalidade articulada social brasileira no período em que as empresas industriais nacionais exigiam plataformas protetivas-nacionalistas tardiamente, isto é, depois que já se consagrara uma grande participação do capital industrial estrangeiro e que a própria proposta de modernização nacionalista de décadas anteriores fracassara. Mas, Gondim, como nos demais textos aqui trazidos, apenas remete à mixórdia e superfície ideológica da autorreforma da autocracia, negligenciando nexos e relações de fundo:

Assim, ao contrário do neopatriamonalismo até então vigente, este novo paradigma demarca um setor público gerido por princípios universalistas, configurando um modelo legal de dominação, com o seu correlato modelo burocrático de administração (...) busca-se o equilíbrio orçamentário, a eficiência da "máquina administrativa" e a proibidade no trato com a coisa pública. Apesar de compartilhar com o neoliberalismo a preocupação com a austeridade financeira e fiscal, os governos de Tasso e Ciro alicerçam-se numa forte relação entre Estado e economia, propondo um modelo de

desenvolvimento onde o setor público atua como indutor de investimentos (GONDIM, 1995, p.6)

A tônica de governo mudancista é reforçada pelo tom beligerante das manifestações de Tasso e C. Gomes que, segundo as próprias declarações, afastavam-se das personificações do arcaico nos diversos setores sociais. Contudo, “um ponto crucial de distinção entre a primeira administração de Tasso Jereissati e a de Ciro Gomes é que este, ao contrário do primeiro, contava com a maioria parlamentar”, em números, “dos 46 deputados, 32 apoiavam o governo em 1992. Destes, 22 foram eleitos pela coligação PSDB, PDT e PDC, a mesma que elegera o Governador em 1990”. O tom beligerante de C. Gomes sobredito é reforçado com a trama em que “o novo governador polemiza com a imprensa, com os médicos, com os professores, com os juízes do Tribunal Regional do Trabalho”. Outra diferença é que ambos representam o governo mudancista calcado na ascendência do CIC, mas, “Ciro Gomes é um político: ao contrário de Jereissati, um empresário que nunca ocupara cargo eletivo, seu sucessor é um advogado e professor, filho de um ex-prefeito de Sobral (cidade do interior do Ceará)”, que entrara na “na política em 1982, elegendendo-se suplente de deputado pelo PDS” (GONDIM, 1995, p.9). Destaca-se, desde o mais incipiente, a capacidade expressiva de C. Gomes, com seu viço insigne, sua convicção nas resoluções propaladas que, não por acaso, encontram em seu mais recente livro a nada modesta prescrição de um “projeto nacional” como solução loquaz. As primeiras práticas da “renovação burocrática” dos governos mudancistas visavam a “austeridade fiscal”, o saneamento administrativo, como por exemplo o corte de cerca de 28 mil “funcionários fantasmas” entre o fim de 1986 e o início de 1987:

Com relação à reforma administrativa, logo nos primeiros dias do governo Tasso Jereissati foram baixados vários decretos moralizadores que, entre outras medidas, tomavam nulos os atos de nomeações, contratações, promoções e transferências praticados nos nove meses anteriores; eliminavam diversas gratificações e exigiam o registro de presença diária para todos os servidores, excetuando-se apenas alguns cargos de chefia e outros casos previstos em lei. Apesar da adoção dessas medidas de impacto, a estratégia global de reforma foi a de mudanças gradativas na estrutura governamental, tanto que a Lei de Reforma Administrativa somente foi editada em maio de 1991, já no Governo Ciro Gomes. A Reforma Administrativa dos "governos das mudanças" seguiu a convencional receita de substituição, extinção e fusão de órgãos, aliada a cortes de pessoal. Neste sentido, logo em abril de 1987, foram extintas três secretarias que cuidavam de atividades-meio (Comunicação Social, Assuntos da Casa Civil e Assuntos Municipais) e

alteradas as Secretarias de Agricultura e Abastecimento, e de Obras e Serviços Públicos. A primeira passou a incluir a reforma agrária no seu campo de atuação, e a segunda passou a reunir as atividades de transporte, energia, comunicação e obras. Além disso, foram criadas as secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Ação Social. Paralelamente, procedeu-se à revisão das estruturas básicas da administração direta estadual, chegando-se a uma estrutura-padrão para as atividades-meio (planejamento, administração e finanças). No Governo Ciro Gomes, foram extintas a Comissão Estadual do Planejamento Agrícola (CEPA), a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Fundação de Saúde do Estado do Ceará (FUNSEC) e a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF), entre outros órgãos. Por outro lado, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Ceará (SEDURB). A Companhia de Desenvolvimento Industrial incorporou a Companhia Cearense de Mineração (CEMINAS) e a Empresa Cearense do Turismo (EMCETUR), passando a constituir a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turismo do Ceará (CODITUR). (GONDIM, 1995, p.11)

Tem-se, portanto, bastante destacado um processo de compressão salarial, redução drástica de quadros e corte rigoroso do designado empreguismo nepotista. Ainda, nesse liame, pode-se marcar também que os governos mudancistas alinhavaram certa precarização, com maior contratação de terceirizado, com “locadoras de mão de obra” e com a emergência de mais contratos temporários. De outro lado, são inegáveis avanços em conquistas de progresso social como o “mais divulgado na mídia diz respeito a uma redução da ordem de 32% na taxa de mortalidade infantil, que caiu de 95/1000 em 1987 para 65/1000 em 1990”. Os avanços sobreditos valeram “a Ciro Gomes o prêmio Maurice Paté, da UNICEF (entregue em 24.04.93), [que] pode ser atribuído ao Programa Viva Criança, da Secretaria de Saúde do Estado”. O programa pode ser esquematizado na pletora de diretrizes: “imunização, estímulo ao aleitamento materno, tratamento das infecções respiratórias agudas, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, combate às diarreias e atenção perinatal” (GONDIM, 1995, p.14).

No campo da educação, porém, a efetivação do direito social foi mais modesta, a despeito das consideráveis reformas dos prédios escolares: “O índice de analfabetismo é de 44% e a cobertura do ensino de primeiro grau no Ceará é das mais baixas no país: 65%, enquanto a da região Nordeste como um todo é de 72% e a do Brasil, 87%”. Não reflete uma negligência geral de investimentos, pois o “Estado aumentou significativamente o gasto médio anual em educação, tendo o mesmo saltado de Cr\$ 25,85 bilhões (US\$ 63,2

milhões, a preços médios de 1991), para Cr\$ 44,83 bilhões (US\$ 109,68 milhões),” no governo de Tasso, quer dizer, “no período de 1987-1991 em relação ao período 1980-1986 -- um crescimento da ordem de 73,44%” (GONDIM, 1995, p.15), embora a ampliação no setor de saúde tenha sido em termos relativos de 163,59%.

Por fim, o mote da questão é aproximado e afastado por Gondim. Aproximado precariamente quando a autora considera que “neste contexto que os ‘jovens empresários’ cearenses conseguem que o seu projeto político seja aceito como representante dos interesses gerais da sociedade: moralizar a política, acabar com o atraso e a miséria” (GONDIM, 1995, p.20), ou seja, destaca parcialmente dimensão manipuladora sem cravar a análise na formação social particular do capitalismo brasileiro. A autora considera, seguindo a linha acima criticada, o ideário como certa “camuflagem dos interesses antagônicos das diferentes classes sociais no processo de desenvolvimento capitalista”, mas afasta-se do melhor debulhamento da questão quando a perquirição traz à tona explicações que usam do instrumental epistemologista “populismo” que absurdamente “Seria este o ponto comum que permitiria classificar como populistas movimentos tão dispares quanto o maoísmo, o nazismo, o peronismo, o trabalhismo brasileiro e a social-democracia cearense”, renegando grosseiramente a lógica específica do objeto específico. Ampliando seu escrutínio pelo prisma epistemologista: “No populismo de esquerda, o antagonismo entre ‘o povo’ e o Estado é levado ao extremo, como no caso do maoísmo”, enquanto “no populismo conservador, este antagonismo é neutralizado”, e no caso cearense, sendo um populismo de esquerda para a autora, “a modernização do Estado e o fim do clientelismo, ao lado do combate à miséria e ao corporativismo, são apresentados como interesses essenciais ‘do povo’”, tergiversando a melhor explicação dos liames entre a burguesia brasileira e suas demandas para esfera política. Não por acaso, alguns indicativos como “a grande maioria da população economicamente ativa (67,1%) em 1990, continuava a auferir rendimentos iguais ou inferiores a dois salários mínimos”, relembram da sacralidade ou pedra de toque da superexploração do trabalho na autorreforma da ditadura.

Façamos, agora, um rodeio pelo texto de Abu-El-Haj (2003). O autor expõe sobre a ascendência do novo grupo empresarial cearense no fim da década de 70 e década de 80, encabeçada pela eleição de Tasso Jereissati em 1986. Segundo diz, a emergência da classe empresarial arregimentava a classe média urbana, tendo se descolado dela posteriormente. Assim, “no dia 15 de novembro de 1986 a ‘Coligação Pro-Mudanças’

encabeçada pelo empresário Tasso Jereissati trouxe uma aliança política peculiar à direção do Estado do Ceará”. Nessa inflexão, “O novo arranjo de poder reuniu a vanguarda ideológica do empresariado cearense com a elite das classes médias urbanas, representadas pela tecnoburocracia estatal”. Ainda, para Abu (2003), a dimensão ideológica desse grupo estava calcada na “convergência inusitada na recente história política brasileira [que] teve suas raízes no próprio processo contraditório de industrialização deflagrada pela revolução de trinta e consolidado posteriormente no Governo JK” (ABU-EL-HAJ, 2003, p.12). No entanto, não fica clara a diferença nodal entre os dois momentos, isto é, aquele como modernização nacionalista conservadora e o segundo como passo à frente da modernização subordinada.

Seguindo as noções do autor em tela, a modernização industrial do Ceará só se efetivou na década de 70, visto que o Ceará se mantinha distanciado da aliança entre capital monopolista estrangeiro e nacional erguida no centro-sul do país. Afinando a assertiva, a “modernização industrial no Ceará, iniciou-se tardiamente, em 1974, com o FINOR e o Programa de Reparcelamento da Indústria Têxtil em 1980”. Os programas em voga teriam consolidado o empresário local a competidor nacional. O autor considera o CIC a partir de 1978 e a eleição de 1986 de Tasso Jereissati como a efervescência ideológica e efetivação de um projeto de poder político.

O renascimento do CIC (Centro Industrial do Ceará), em 1978, representou a tomada de consciência de classe se convertendo, em 1986, num projeto de poder. Duas variáveis facilitaram a transição de uma posição estrutural para a prática política: enraizamento no mercado interno e uma socialização política intelectualizada e ideológica que superou o provincianismo das tradicionais elites conservadoras. Dentro do CIC detecta-se a existência de duas visões de mundo seguindo o padrão de gerenciamento empresarial interno. Baseando-se na caracterização do BNDES, a primeira facção, liderada por Tasso Jereissati, pertence à categoria de “propriedade de natureza familiar”, enquanto o segundo grupo, encabeçado por Amarílio Macedo, evoluiu para uma situação de “propriedade minoritária dominante”. A primeira descreve uma empresa controlada inteiramente por uma única família, enquanto a segunda representa uma sociedade anônima com um controle acionário minoritário, variando de 20% para 50% das ações votantes. A facção liderada por Tasso tornou-se hegemônica tanto politicamente como ideologicamente dentro do CIC por representar o tipo ideal do empresariado regional. Apesar da sua importância no meio empresarial nacional, Amarílio Macedo não se firmou como uma opção viável de poder. Em 1986, a vitória eleitoral do Tasso Jereissati garantiu a sua liderança intelectual

no projeto político da modernização do Ceará. A sua habilidade política foi somente assegurada na aliança com as classes médias urbanas cearenses. Formou-se uma agenda política determinada pela reforma do estado e compreendida como a racionalização do gerenciamento público. Sustentada pela elite política dirigente a tecnoburocracia, o núcleo duro das classes médias urbanas, se engajou no novo projeto de poder. (ABU-EL-HAJ, 2003, p.12)

Abu-El-Haj (2003, p.16) sugere que a emergência do CIC e de Tasso Jereissati se identificou com a classe urbana ativa no corpo técnico-burocrático que até então se punha subserviente ao candente domínio das elites locais: Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals. O caso do Nordeste representava um caso *sui generis* visto que a imberbe indústria infligia as classes médias, então, para o setor público, a exemplo, “na região Sudeste, os investimentos maciços industriais geraram uma ampla oferta de empregos no setor privado para as classes médias”. Segundo Abu, “A intensificação da institucionalização a partir do ‘Estado Novo’ ajudou na formação de um núcleo das classes médias urbanas que se inseriu na vida social e política com relativa autonomia”. Porém, “no Nordeste, a falta de políticas de industrialização inclinou os mercados de trabalho para o setor terciário, deixando o setor público como o único nicho acessível às classes médias urbanas”. Nessa configuração regional, “a constrição estrutural limitou as opções dessas camadas e reduziu a sua relativa autonomia perante as elites regionais”.

Embora se tenha feito esforços na construção de uma classe média urbana voltada para burocracia de estado, “permanece, todavia, a relativa fragilidade dessas elites técnicas que ingressarem na vida política sob a hegemonia do empresariado regional” tradicional. Nesse ínterim, “O primeiro indício dessa ligação umbilical apareceu a partir dos anos setenta. Quatro técnicos do BNB (Banco do Nordeste do Brasil, instituição que preparara uma elite burocrática) tiveram uma participação ativa nos governos do coronéis”, quais sejam, “Paulo Lustosa da Costa, um cabista que assumiu a pasta de Planejamento do governo Adauto Bezerra; no segundo governo Virgílio Távora três técnicos tiveram uma intervenção tanto técnica como política”, sejam eles, “Gonzaga Mota, no Planejamento, Firmo de Castro, na Fazenda e Indústria e Comércio e Osmundo Rebouças, na Fazenda”. Como demarca a literatura, as elites estaduais “tradicionais” foram substituídas ao fim do regime bonapartista e um dos fatos marcantes dessa transição foi “a eleição de Maria Luiza Fontenele à prefeitura de Fortaleza, em 1985, pelo PT”. Gonzaga Mota que virara símbolo de continuidade das “tradicionais” elites cearenses (PDS) em 1982, no entanto, inflite o seu posicionamento, e já em 1986 apoia Mauro Benevides, e logo depois, no fim

do embate eleitoral ainda de 1986, torce-se para o lado de Tasso Jereissati. Abu (2003), dessa feita, associa o crescimento do CIC encabeçado por Tasso Jereissati a um apoio maciço das classes médias urbanas, interessadas e conjuradas no consenso do “governo das mudanças”.

As dificuldades enfrentadas na “Administração Popular de Fortaleza” resultou na migração das classes médias urbanas cearenses ao novo arranjo político nascido no CIC (Centro Industrial do Ceara). Sob a liderança empresarial duas facções ingressaram no “Governo das Mudanças”: a primeira, a nacional desenvolvimentista, localizada no setor econômico do Estado e a outra, aglutinava setores tecno-burocráticos associados às experiências das agências de fomento ao desenvolvimento econômico regional e principalmente ao BNB. A primeira defendeu uma ação mais contundente do Estado no desenvolvimento enquanto a segunda formada dentro do consenso desenvolvimentista e com forte formação econômica neo-clássica considera o papel do Estado marginal perante a empresa privada. Naturalmente, o segundo grupo teria uma afinidade ideológica maior com o ascendente grupo empresarial. As duas facções das classes médias urbanas convergiram com o grupo do CIC no Movimento Pro-mudanças. Criado em 1986 por uma iniciativa suprapartidária (PCdoB, PCB e PMDB), elaborou o programa do governo Tasso cuja base era a reforma do Estado, a adoção de políticas sociais mais ativas e promoção de investimentos desenvolvimentistas de grande impacto sobre a renda per capita. (ABU-EL-HAL, 2003, p.17)

Em síntese, o que se concluiu na administração de Tasso Jereissati foi o afastamento daqueles técnicos aliados a uma perspectiva intervencionista de monta, aquilo que poderíamos chamar de nacional-desenvolvimentista, em prol da ideologia e camada técnico-burocrática aliada ao esteio ortodoxo da teoria econômica. O grupo do CIC optou por um caminho, portanto, vinculado a uma modernização sem prioridade da atividade direta do estado, logo o “distanciamento entre os desenvolvimentistas clássicos e o grupo do CIC era esperado”. Isso porque “os empresários defendiam uma política econômica que ampliasse o horizonte de investimentos privados enquanto os desenvolvimentistas clássicos apoiavam a permanência do Estado na economia”. No governo Ciro Gomes, todavia, “uma política de cooperação entre um Estado flexível, ágil e enxuto e empresas tecnologicamente atualizadas e produtivas, naquele momento, se tornou o conceito novo de gestão tanto de empresas privadas como de instituições governamentais” (ABU-EL-HAJ, 2003, p.17).

Perfazendo as linhas de Abu (2003), se encontram os mesmos equívocos: a tenacidade em afirmar a “renovação burocrática” como um impulso da época, brasão da modernidade, sem de fato deslindar essa expressão eufemista e manipulatória com as devidas consequências e demandas advindas do capital atrofico e caudatário brasileiro. Para o autor, contudo, uma cisão deve ser demarcada: tacitamente, o CIC com Tasso Jereissati à testa representou um “governo mudancista” com olhos para uma teoria ortodoxa, enquanto Ciro Gomes representou o “governo mudancista” com vistas à incorporação da classe urbana tecnoburocrática no esteio de uma aproximação à ideologia heterodoxa nacional-desenvolvimentista. Façamos, dessa feita, uma primeira incursão em nossa crítica ontológica: tanto o CIC/Jereissati quanto C. Gomes representam a ideologia conservadora-manipulatória da “renovação burocrática”, em que subjaz a insatisfação do capital industrial nacional e a preocupação com a retomada da acumulação do período anterior designado por “milagre econômico”.

Ao assumir o poder em 1990, Ciro Gomes formou um governo com marcante participação dos desenvolvimentistas oriundos do BNB. O distanciamento da facção nacionalista do governo Tasso ocorreu em 1989. Francisco Ariosto Holanda, titular da Secretaria da Indústria e Comércio, e Eudoro Santana, o secretário da Agricultura e Reforma Agrária, ambos funcionários da Petrobrás e integrantes históricos da esquerda, retornaram às origens ao ingressarem no PSB. Esse grupo enfatizou a salubridade de intervenção direta do Estado na economia e protestaram contra as articulações desencadeadas por Sergio Machado com o então candidato Collor de Melo. Ciro Gomes ofereceu à nova política desenvolvimentista seu amparo pessoal. Facções desenvolvimentistas que ocuparam uma posição tutelada no governo Tasso, assumiram posições de destaque na sua administração. O governo Ciro inverteu o equilíbrio de poderes em benefício das facções desenvolvimentistas das classes médias, enquanto o governo Tasso projetava os interesses de uma burguesia regional com características tipicamente endógenas (ABU-EL-HAJ, 2003, p.18).

No entanto, tanto o final do governo Ciro quanto o seguinte governo Tasso (1994-1998) enfatiaram o empresariado regional cearense (CIC) que se levantara nas últimas duas décadas e se efetivara no governo do estado em 1986. Consignado o veio internacionalizante da década de 90, recheada de privatizações, fusões e aquisições com elevada participação do investimento estrangeiro direto, demonstrou-se o empresariado nacional como “polo frágil” (ABU). Nesse ínterim, “de acordo com os dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000, 624 projetos

de IDE foram processados”. Destaca-se, “Gêneros de consumo de massa dominaram a pauta de investimentos”, quais sejam, “indústria alimentícia e de bebidas (15%); calçados e couro (15%); vestuário e artefatos (13%); metal-mecânica (11%) e química e produtos farmacêuticos (10%)”. A problemática é que “esses setores industriais tradicionalmente eram arenas exclusivas do empresariado regional” (ABU-EL-HAJ, 2003, p.20).

Para tanto, devemos retomar que a burguesia industrial nacional, em suas associações principais, como o ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base) já reivindicava desde a segunda metade da década de 70: boas condições de financiamento, disponibilidade de tecnologias, defesas contra absorções, políticas claras de reserva de mercado como, por exemplo, a não importação de bens de produção (pelas estatais) que fossem similarmente produzidos pelas indústrias nacionais. Segundo documento da ABDIB, dos 20 bens de produção mais importados no país, 10 poderiam ser supridos pela indústria nacional. Sem resoluções estimadas, “em julho de 1978, através de mediante uma consulta promovida pela Gazeta Mercantil, oito empresários, reunido no Fórum dos Líderes, redigiram um documento”, o Documento dos 8, “com uma série de críticas à política econômica do governo, reiterando posições assumidas pela ABDIB desde, pelo menos, 1975”. Todavia, o Documento (apoiado pelo CIC) também atacava o sistema político em vigência, assim, o “documento marca, de certa forma, o início da campanha em favor da redemocratização, na qual muitos empresários – que sempre apoiaram e tinham estreitas ligações com o regime militar – tiveram fundamental participação”.

Assinaram o Documento dos Oito ou Documentos dos Empresários: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantin), Paulo Villares (Indústrias Villares S/A), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setubal Filho (Grupo Itausa), Paulo Vellinho (Grupo Sprinder-Admiral) e Severo Gomes (empresário e ex-Ministro da Indústria e Comércio do Governo Geisel). (BRANDÃO, 2007, p.19)

Em síntese, a relação entre o empresariado industrial nacional insatisfeito e o governo Geisel pode assim ser esquematizado: “a primeira fase compreende o ano de 1974 e seria marcada pelo anúncio de importantes medidas para o setor: o fortalecimento do BNDE através da transferência dos recursos do PIS/Pasep”; não somente, mas também “a criação das empresas subsidiárias (EMBRAMEC, FIBASE e IBRASA); a Exposição de Motivos

06/74; além do anúncio, em setembro, do II PND”. A indústria nacional mobilizada pelo declínio de 74 cotejado ao período 68-73, impôs em suas primeiras tratativas que a “característica desta primeira fase é o apoio irrestrito do empresariado às decisões do governo, caracterizando o estabelecimento da aliança ABDIB – Governo Geisel”. Porém, a aliança não surtiu os efeitos duradouros demandados pelo diagnóstico, de modo que “A segunda fase, situada entre 1975 e 1976, marca o início de uma posição mais crítica assumida pela ABDIB em relação ao governo”, sempre tendo em conta que o projeto de fortalecimento da indústria de bens de produção nacional não recebia o anteparo necessário. Logo, “A terceira fase, por fim, compreendida entre os anos de 1977 e 1978, é caracterizada pela intensificação das críticas ao governo”. Apesar “de algumas medidas governamentais em favor do setor, como a Resolução n. 09 do CDE, a ABDIB assume uma postura bastante combativa em relação ao governo”, principalmente, “após o anúncio do corte de investimentos em infra-estrutura e da revisão das metas do II PND, e que culmina com a divulgação, em 1978, do ‘Documento dos Oito’, assinado por empresários do setor” (BRANDÃO, 2007, p.10) da indústria de bens de capital e apoiado lateralmente pelo CIC. Caracteriza-se, pois, uma ruptura definitiva como a propositura de recuperação do padrão de acumulação já implementado pelo regime bonapartista.

É incisivo estabelecer, contudo, que o “milagre” não passou de apanágio do veio particular de desenvolvimento do capitalismo periférico, como já fora explicado outrora: calcado nos financiamentos externos de monta, endividamento estabelecido sobre condições de juros flutuantes regulados pelos credores (que multiplica a dívida em 33 vezes entre início e fim do bonapartismo), avanços consideráveis da agroexportação com o elevado preço das *commodities*, estímulos estatais para construção civil e, principalmente, avanço no setor bens de consumo duráveis empreendidos pelas empresas estrangeiras abastecendo o limite da demanda das classes médias e dominantes. Não se poderia olvidar que todo esse arranjo de circunstâncias enganadoras foi calcado na repressão violenta das associações dos trabalhadores e no arrocho salarial como regra indelével (em 1970, os 50% mais pobres recebiam apenas 14,9% da renda e em 1980, 12,6%, segundo Cano [2004]). É preciso, por conseguinte, reaver que: 1) durante o designado “milagre econômico”, as tais reivindicações “nacionalistas” das indústrias privadas nacionais se ausentaram, 2) somente metade dos 20 bens de produção mais importados poderiam ser produzidos similarmente pela indústria privada nacional e 3) a própria ABDIB continha, ironicamente, representantes do capital estrangeiro.

4.3 A SUDENE, o fim do “milagre econômico”, o II PND e o “nacionalismo de circunstância”

Para abordar a gênese do movimento do CIC e do político C. Gomes é preciso abrir esta seção nos apoiando em circunstâncias já levantadas e discutidas nos capítulos anteriores, quais sejam, a SUDENE e o polêmico mecanismo 34/18 que consagrou a entrada do capital do centro-sul e internacional no nordeste brasileiro, inviabilizando a emergência de um polo produtivo dinâmico “próprio” ao nordeste, além de outras metas originais da SUDENE, surgida a partir de 1959, no final do governo JK, em função do planejamento encabeçado por Celso Furtado. Não pretendemos nos aprofundar na constatação de uma polêmica no interior da SUDENE entre Chico de Oliveira e Furtado a respeito do sobredito mecanismo de leis (34/18), mas expor que a consequência desse mecanismo junto ao golpe 64 influiu as diretrizes da SUDENE definitivamente, derrogando as teleologias atinentes às reformas sociais e à dinamização do nordeste de maneira que se colocasse em questão, ou melhor, que se expurgasse o atraso, junto às produções e relações de trabalho arcaicas, conjugando integração nacional, perecimento de disparidades regionais, em suma, fim do aspecto nacional de 4 séculos, chamado por Oliveira de “arquipélago produtivo” (ilhas de produção desconjuntadas e desniveladas). Ainda, concatenando ao fortalecimento do mercado interno com homogeneidade social, como também, o atendimento de metas populares, reforma agrária, adição do Maranhão ao nordeste como região de florestas úmidas e contraforte contra a expansão da pecuária, interrupção da estreiteza da “política hidráulica” de “combate às secas” que preconizava um tipo de produção (pecuária) de esteio latifundiário, beneficiando as oligarquias estabelecidas e conformadas a tal utilização precária/extensiva da terra e de pouco emprego.

Entretanto, sabendo das diretrizes furtadianas acima como frustradas pelo espargimento do capital monopólico nacional e internacional, tem-se ao mesmo tempo que “diferentemente do restante da região, os empresários do Ceará patrocinaram o processo de industrialização do seu estado”. Isto é, “Fortaleceram-se internamente e, fortes, conseguiram derrubar a oligarquia e se tornaram hegemônicos no estado. Conseguiram fazer o que Celso Furtado sonhou”. Segundo a autora em tela, “os empresários urbanos ficaram relativamente mais poderosos e puderam bater na oligarquia com mais força,

tomar o poder no estado e manter esse poder ao longo de tanto tempo. Mas o Ceará é uma exceção”. Isso porque “quando se olha para a Bahia não é assim, quando se olha para Pernambuco não é assim, porque a tendência mais forte foi a outra, foi a de transferir para o Nordeste frações do capital industrial que estavam na região mais industrializada do país” (BACELAR, 2000, p.79). A autora aponta, por conseguinte, uma particularidade do Ceará.

O argumento acima é, todavia, meandrado por Francisco de Oliveira. Em entrevista, o sociólogo brasileiro refuta parcialmente a posição sobredita sobre o Ceará. Vejamos: “(...) você apresentou esse processo como uma tragédia: a integração nacional como uma tragédia. Não só para as classes dominadas, mas também para as classes dominantes, porque você fala que elas não enxergavam que aquele projeto de integração nacional [SUDENE] as destruía também”. O sociólogo pernambucano responde: “O regionalismo sempre foi uma arma de extorquir recursos do governo federal e de arrochar internamente. E elas, as classes dominantes nordestinas, não perceberam que, com a integração, estavam condenadas a desaparecer como classes dominantes”. Nessa entrevista, de 2013, o autor entrevistado continua: “Você não encontra mais hoje, em nenhuma parte do nordeste, a presença ostensiva de grupos das classes dominantes no comando do Estado”. Nesse momento, o entrevistador traz o ponto crucial da contradição que apontamos: “Tasso Jereissati não seria uma exceção?”, tendo como resposta convicta de Oliveira: “Não, não é não. Tasso é aqui [São Paulo] do Shopping Center Iguatemi. Não tem nada a ver com o Ceará. Tasso Jereissati é uma invenção do grupo Iguatemi. O interesse dele está muito mais aqui do que lá, embora ele mande muito lá. Da onde vem a fortuna de Jereissati?”. Arremata: “O Iguatemi já é consequência. A fortuna do Jereissati vem de Vargas. Na verdade, era o Estado brasileiro que distribuía as cotas de moagem de trigo pelas várias regiões. E o Carlos Jereissati, que foi avô ou bisavô do Tasso, recebeu uma cota no Ceará”. Ainda: “Você imagina isso no Ceará. Lá não tinha porto que prestasse, então ele estava isolado. Você ter o monopólio do trigo no Ceará era doce de coco. É daí que vem. Depois, o Banco do Nordeste criou toda uma burguesia cearense metendo dinheiro neles. Porque o banco não tinha onde aplicar recursos”. Assim, “Ele recebia 2% da receita orçamentária da União, coisa assim, e isso era para o Nordeste. E a maior parte ia para o Banco do Nordeste. Ele não tinha o que fazer. Então ele criou, na verdade, uma nova burguesia, sobretudo no Ceará, e Tasso Jereissati é produto disso, com a herança do cartório do trigo, que é um verdadeiro cartório” (OLIVEIRA, 2012, p.607). Eis a herança

dos Jereissati, cabeça da “vanguarda empresarial” do CIC. Ao fim e ao cabo, Oliveira parece sugerir que o caso do Ceará não é diferente dos outros estados do nordeste, mas, não exatamente igual aos demais casos citados por ele e por Tânia Bacelar, vez que a elite ali existente – tendo, por exemplo, os Jereissati – se preservou associando-se posteriormente aos grupos do centro-sul para reforçar um polo produtivo no Nordeste.

Posto isso, devemos fazer uma digressão a respeito do decurso histórico aludido, até que cheguemos ao ponto em tela – a “vanguarda” empresarial do CIC. Nesse diapasão, trata-se de investigar um pouco mais a fundo a SUDENE e a industrialização do nordeste, assim como os fenômenos ocorridos no decurso ditatorial que implicaram na relevância do CIC, cenário de aparecimento do político C. Gomes. Se trata, em suma, de um duplo processo de integração nacional do Nordeste: um processo que, no bojo da galvanização industrial do país no início do século XX, vai da “articulação comercial” à “integração produtiva” (NETO, 1986). No primeiro caso, a integração nacional torna o Nordeste um receptor da produção industrial do centro-sul preservando suas relações endógenas, suas oligarquias, seu comando político “regionalizado”, sua economia de pouco dinamismo produtivo, isto é, de baixa produtividade, voltada principalmente ao exterior (mas, não só, como veremos), além da preservação das deletérias relações de trabalho como o cambão. No segundo caso, não se trata de mera propagação mercantil, mas da difusão produtiva, em que o espaço subordinado nordestino continua sendo, entretanto, “recipiente” dos capitais advindos do polo dinâmico do país, do centro-sul. Deve-se notar, inobstante, que mesmo no segundo caso (“integração produtiva”, superando a integração por “articulação comercial”), as relações de trabalho mais “arcaicas” não são automaticamente substituídas; trata-se de um processo meandrado que tende a reiterar o subdesenvolvimento, sendo uma marca brasileira, por exemplo, a exacerbação da superexploração da força de trabalho, portanto, a concentração de renda brutalizada.

Destarte, o que se engendrou na entificação nacional foi, em um primeiro plano, por longa data, a grosso modo, de quatro séculos, um “arquipélago produtivo” ou “arquipélago de regiões”, ilhas de produção desconjuntadas voltadas para o comércio exterior, isto é, com maior articulação (subordinada) com o capital forâneo do que com o próprio mercado nacional, viabilizando a exportação de produtos primários. Os dois momentos consecutivos são os destacados acima: “articulação comercial” e “integração produtiva”. O primeiro emerge a partir do fortalecimento principalmente da indústria de bens de consumo básicos e relativamente de bens de produção básicos, predominantemente, no

sudeste do país, que implicou na expansão comercial, uma fase em que avançava a modernização nacionalista conservadora varguista, acrescentando vivamente, pelas mãos do estado, a indústria de base, as isenções fiscais na importação de máquinas e equipamentos e os subsídios a juros negativos para decolar a indústria de transformação nacional, assim como a agrária. Essa “articulação comercial” não desmonta a configuração típica do Nordeste como sobredito. A expansão comercial da indústria do centro-sul (São Paulo à frente) se beneficia dos investimentos extrativos, siderúrgicos, de infraestrutura e combustíveis para fortalecer relativamente o mercado interno. Nesse caso, deve-se ressaltar, ou relembrar, que a legislação trabalhista atingia apenas os trabalhadores urbanos denegando os mesmos direitos à massa de trabalhadores rurais. O processo da “integração produtiva”, por sua vez, diferentemente, é galvanizado depois de um período de considerável desenvolvimento da indústria de base, majoritariamente pelo investimento direto estatal, e tem como mote as políticas da SUDENE (1959), já debatida, as quais distorcidas fundamentalmente em relação ao citado cerne do planejamento coordenado de Celso Furtado, e ademais, com a mudança de diretrizes políticas sedimentadas com o golpe 64, fortalecendo o desenvolvimento dependente-associado ou subordinado para o qual o país já passava a se abrir e se dedicar desde JK, fundamentalmente.

Esmiuçando ainda mais o quadro histórico, deve-se advertir que a própria região nordestina apresentava internamente a configuração de “arquipélago produtivo”, como se encontrava de forma mais ampla em âmbito nacional, como foi sugerido (NETO, 1986). Tratava-se, grosseiramente, do sistema pecuário (sertão/agreste) e do sistema açucareiro (zona da mata), sistemas de baixa produtividade, de tipo puramente expansivo, alicerçado em relações de trabalho arcaicas, demandando poucos custos (principalmente, no caso da pecuária), concentrador de renda e de terras, de costas para qualquer iniciativa de projeto nacional, direito político e social.

As descrições relativas à atividade açucareira ressaltam o caráter capitalista dos empreendimentos, a grande imobilização de capitais em instalações, escravos e animais, com uma organização social extremamente hierarquizada - ao lado de uma distribuição de renda muito assimétrica - na qual ao senhor-de-engenho, situado no ápice da pirâmide social, se contrapõem os escravos, cujo número alcançava algumas centenas nos engenhos de maior porte; os lavradores sem terras ou com terras, mas sem meios para exercer independentemente sua atividade, e que moíam ou cultivavam nas terras do senhor-de-engenho. Completavam este quadro, de um lado, os moradores que viviam

nos engenhos e constituíam uma percentagem significativa da população rural livre e cultivavam, adicionalmente às atividades exercidas na cultura principal, produtos de subsistência; de outro lado, os empregados que recebiam salários, ocupando alguns postos por vezes, técnicos (NETO, 1986, p.29)

No caso da pecuária:

Na pecuária, originariamente subsidiária da atividade produtora de açúcar, dado o seu caráter predominantemente extensivo, não havia a necessidade de grandes contingentes de força de trabalho. A unidade produtiva, a fazenda, administrada por vaqueiros - residindo os proprietários, geralmente, nas cidades ou nos engenhos mais próximos do litoral - que se ocupavam quer diretamente da criação, quer da realização de benfeitorias na própria unidade de produção. Nas fazendas maiores ocorriam entre os vaqueiros a definição de uma rudimentar divisão de trabalho. Não havia, nesta atividade, a prática disseminada do assalariamento, recebendo o vaqueiro uma parte (quarto) da produção da fazenda. Os auxiliares recebiam, geralmente, pequena remuneração em dinheiro, além da casa e comida. A estes trabalhadores devem ser acrescidos os tangedores, responsáveis pelo transporte do gado para os mercados distantes, e os agregados que, juntamente com os vaqueiros, faziam os roçados para a produção de alimentos, basicamente voltados para a produção de milho, feijão e mandioca. (NETO, 1986, p.29-30)

Opera-se um revolvimento nesse quadro nordestino interiorano na virada do século 18 ao 19, com o aprofundamento do cultivo do algodão, assim como paulatinamente, a pecuária vai perdendo espaço, no sertão e no agreste, para o crescimento das produções de subsistência. Endossa o quadro o fato de que a pecuária extensiva tornava as terras de criação cada vez mais distantes, ou seja, um verdadeiro empecilho para o transporte de gado. Marca-se, outrossim, que desde o século 17, o Nordeste já passava por declínio econômico, com dificuldades na ampliação ou mesmo estagnação de sua exportação de açúcar, declínio dos preços, a dificuldade na venda de excedentes de sua produção pela concorrência de outras colônias, além do drástico e vasto reservatório de mão-de-obra. O algodão é alavancado na época sobredita concatenado à revolução industrial na segunda metade do século 18 ao início do 19, dando azo ao renascimento da agricultura do Nordeste na virada ao século 19; o plantio do algodão invade com consistência os diversos estados nas faixas interioranas, enriquecendo relativamente o Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Nesse ensejo, “não se pode deixar de registrar que foi muito curto o auge das exportações de algodão no mercado internacional”. Logo, “Terminada a Guerra da Secessão

Americana, reaparecendo no mercado internacional a produção norte-americana, destacando-se cada vez mais o algodão egípcio e asiático, é deslocada a produção brasileira”. Em suma, a “exportação brasileira [d]o algodão marca presença na primeira metade do século passado [19], declinando um pouco na década de 40 e 50, para retomar na década seguinte”. Em seguida, “a partir dos anos oitenta do século passado [19] até a primeira década do século atual seu percentual é insignificante no total do valor dos produtos exportados pelo país” (NETO, 1986, p. 34). A marca do algodão, mesmo que declinante nas exportações no último quinto do 19 e início do 20, permitiu que em 1915, fora o Maranhão, o Nordeste possuísse 47 fábricas têxteis, 22,2 mil operários e 13,4 mil teares. Na fase da designada “articulação comercial”, emulada a partir de 30 sobremaneira, o Nordeste recipiente das mercadorias do sudeste também comercializou seu algodão com a indústria nacional.

O açúcar também apresenta no século 19 uma oscilação de sucesso e declínio. Nesse diapasão, “essa retomada do crescimento das exportações e da produção do açúcar até a última década do século passado [19] e o declínio posterior, situam-se num cenário no qual de um lado, movimentos revolucionários e sociais são marcantes”, como a revolução de independência do Haiti de 1801 a 1805 e o bloqueio continental de 1805 a 1815 engendrado por Napoleão que “privaram os mercados europeus de grande parte do açúcar das Antilhas”. Segue-se algumas dificuldades “de outro lado, o desenvolvimento da produção de açúcar da beterraba, e a acirrada competição com o açúcar brasileiro na Europa”, assim como “as intervenções americanas em centros produtores e exportadores (nas lutas da independência de Cuba, na anexação de Porto Rico e Havaí) estabelecendo acordos que frustraram as tentativas brasileiras de maior acesso aos mercados consumidores dos Estados Unidos” (NETO, 1986, p.45).

A partir da segunda metade do século 19, mais precisamente, entre a segunda metade da década de 50 até 70, inobstante, o preço da tonelada do açúcar descia de 20 libras para 10 libras engatando uma nova paralisia no agitado e emulado mercado brasileiro regionalizado e exportador de açúcar. O maior impedimento, resta claro, nesse século, foi a produção industrial do açúcar de beterraba. A recuperação tingiu suas cores rapidamente, logo, a “reação brasileira possibilitou uma retomada dos níveis produzidos e exportados já no início da década de 70” (NETO, 1986, p.39). Principalmente entre 1866-70 e 1881-5, tem-se um crescimento anual de 5, 3%. A reação pernambucana é mais duradoura, delongando até 1895, como uma taxa de crescimento anual de

aproximadamente 4,7%. No caso pernambucano de maior durabilidade, atacou-se com mais efeito o mercado americano e o interno, assim como se engendrou uma relativa e tardia modernização (com tecnologias já presentes em outros centros produtores de açúcar, como a variedade nos tipos de cana, utilização de engenhos a vapor, utilização do bagaço da cana como combustível das fornalhas), além de uma taxa de câmbio ampliada que se apresentava como uma compensação, como um maior poder de compra para os proprietários rurais (NETO, 1986).

No que se refere à busca de novos mercados, face a perda gradativa dos mercados europeus conquistados pelos produtores do açúcar de beterraba, o alvo escolhido foi o mercado dos Estados Unidos, com alguns resultados positivos. De fato, no meado do Século (1851-55), o Brasil exportava para aquele país 6,8 mil toneladas métricas de açúcar, que representavam no país 5,3% do total das exportações de açúcar brasileiro. Já em 1880-84 exportou, como média anual, 108,3 mil toneladas métricas, que, à época, representaram 45% das exportações totais de açúcar do país. Em períodos seguintes (1885-89), é mantido este nível (94,9 mil), para posteriormente declinar: 75,2 mil (1890-94), 62,9 mil (1895-99). Este foi um dos procedimentos que seguramente postergou a crise que a competição mundial, sobretudo com a viabilização da produção de açúcar da beterraba, iria trazer para a produção e exportação brasileiras (NETO, 1986, p.39)

Os engenhos centrais e usinas passam de 1871 a 1910 de 4 a 60 unidades produtivas. Com os ganhos tecnológicos tardios, passou-se de 3018 kg de açúcar por trabalhador em 1876 a 18000 kg em 1907 em Pernambuco. Outro elemento que sustentou a atividade produtiva do açúcar foram os ganhos na infraestrutura ferroviária superando no início do século 20 os transportes de barco e por caravanas de animais (atingindo a marca de 85% dos transportes). Inobstante. “todo este esforço, no entanto, não impede o vertiginoso declínio da exportação do açúcar que se inicia na década de 80 [do século 19], acentuando-se na década seguinte” e “alcançando na primeira década do século atual [20] nível equivalente ao dos anos 1826-30”. Sabe-se que “A produção de açúcar em Pernambuco apresenta um declínio bem menos acentuado que o das exportações brasileiras, inclusive pelo fato de que, já na segunda metade do século passado [19], sobretudo, nos anos 80, começara desenvolver esforços de comercialização interna do açúcar, que se intensificam no final do século passado e início do atual” (NETO, 1986, p.42), além de ter efetivado ainda uma boa venda para os Estados Unidos como foi visto.

Veja-se, portanto, que a fase da “articulação comercial” inicia antes mesmo do governo varguista e de sua inflexão modernizante nacionalista conservadora. Inicia-se com esse voltar-se para dentro sobretudo, associado ao declínio de exportação, estimulando paralelamente a indústrias de bens de produção relacionadas (cal, sacaria, veículos) expulsando massa de trabalhadores para as zonas metropolitanas, configurando um exército industrial de reserva. Tem-se um processo, portanto, de substituição do transporte já sublinhado, em que as ferrovias expandidas regionalmente (e o transporte marítimo e fluvial a vapor) concentravam menor mão de obra (do que as caravanas de tração animal), assim como a ampliação das usinas com maior produtividade e menor utilização de trabalhadores do que os engenhos. Ocorre, entretanto, que não se enredou um perecimento imediato dos engenhos que se mantiveram paralelamente às usinas durante toda primeira metade do século XX. O final do século XIX e início do XX é marcado concomitantemente pelo crescimento de outros produtos de exportação: o cacau e a borracha, sendo esta atinente à produção amazônica (atraindo populações do semiárido do nordeste, 260 mil pessoas para o Amazonas e Pará entre 1872 e 1900, ultrapassando mais de meio milhão posteriormente, na primeira década do século 20) e aquela, gerando no início do século 20, 20% do orçamento estatal (impostos) da Bahia, espargida também em seus interiores pelo cultivo do tabaco (NETO, 1986).

Enquanto surgiam, na história econômica e social do Nordeste, os primeiros grandes fluxos de emigrantes em direção de outras áreas, a região do Sudeste e, especificamente o Estado de São Paulo iniciavam sua expansão econômica com base no café, refletindo posteriormente numa industrialização e urbanização associadas ao setor exportador. Isto implicou em uma demanda intensa de força de trabalho, com essa região exercendo uma grande atração notadamente sobre a mão-de-obra estrangeira. Merrick e Graham, citando Mortara estimam que a entrada de de imigrantes no Brasil passou 215 mil em 1871-80, para 530 mil na década seguinte, alcançando 1.125 mil em 1891-1900. Na primeira década do século atual a cifra dos migrantes passa para 670 mil e na década 1911-20 para 795 mil. No que se refere a São Paulo, vale ressaltar que a partir da década de 80 do século passado [19] mais da metade da imigração para o Brasil dirigia-se para esse Estado. Isto é que explica a inflexão do crescimento populacional de São Paulo e a continuidade da expansão demográfica do Sudeste, em seu conjunto, enquanto o Nordeste inicia sua perda relativa que continua até os dias atuais. (NETO, 1986, p.54)

Dessa feita, “o ritmo e a natureza da evolução econômica do Nordeste na maior parte do século XIX preparam a região para uma função que ela viria a desempenhar no final desse

mesmo século e durante os anos do século atual [20], até pelo menos o presente”, qual seja, “a de fornecedor de mão-de-obra para as várias regiões brasileiras em distintos momentos do desenvolvimento econômico rural e urbano do país”. Segue-se que “a base populacional do Nordeste havia, sem dúvida, crescido o ‘suficiente para atender as necessidades de mão-de-obra de novas áreas de exploração da borracha no Norte e a demanda de trabalho escravo para a plantação de café que cresciam no Sul’” e, ainda, “facilitar a transição de trabalho escravo para o trabalho livre nas plantações de açúcar no litoral do próprio Nordeste”. Enfim, é “esse ‘reservatório’ de mão-de-obra que vai, a partir dessa época, atender as necessidades de mão-de-obra que a oferta internacional, notadamente europeia, não mais satisfaz com o decorrer dos anos” (NETO, 1986, p.54).

Em suma, a “articulação comercial” concatenou a necessidade exasperada de voltar a produção do Nordeste, antes exportada, para o consumo interno, assim como os efeitos da imberbe indústria do sudeste, majoritariamente de São Paulo, sustentada pela ainda pujante produção do café. Para sumarizar o quadro do café, “a exportação brasileira do café passou, na década de 50 do século passado [19], de 26,3 milhões de sacos (equivalente a uma receita de exportação de café de 49,7 milhões de libras) para 74,5 milhões de sacas (187,9 milhões de Libras) na última década do século (1891-1900)”, e avassaladoramente, “duplicando, praticamente, na década seguinte (1901-1910) as quantidades exportadas: 130,6 milhões de sacas” (NETO, 1986, p.58). Voltando ao ocaso das exportações tradicionais nordestinas, “desempenharam um papel compensatório, em relação ao comportamento dos produtos primários principais da pauta de exportação nordestina, as exportações dos produtos de menor importância: sobretudo cacau e fumo”. Acrescenta-se que “no caso desses produtos, as quantidades exportadas alcançam suas marcas mais altas nos primeiros decênios do século atual [XX], quando mais acentuado é o declínio dos produtos tradicionais da pauta de exportação da região” (NETO, 1986, p.63). Outros problemas também acossam a região na segunda metade do século XIX, “registros da época fazem referência uma sucessão de grandes e pequenas secas (repiquetes) em vários anos (1851, 1853, 1855, 1856, 1859, 1865, 1866, 1869, além da grande seca de 1877 /79), das cheias e inundações (1861, 1872, 1874) e do doenças entre quais a cólera (1855/57 e 1862) (NETO, 1986, p.66)”.

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933, uma das diversas entidades estatais do governo de Vargas, dá outro passo na articulação da produção/realização do

açúcar no mercado interno, em um período que vai estabelecendo o decréscimo relativo da produção nordestina com o crescimento das usinas de outras regiões, movendo majoritariamente o eixo de produção para o sudeste. Em 1933, 34,4% da produção açucareira brasileira já se encontra no Sudeste. Nesse caso, “a proximidade dos centros consumidores associada à diversificação de sua agricultura face às sucessivas crises do café, dá lugar ao afastamento progressivo da produção nordestina dos mercados da parte meridional do país”. Por conseguinte, “a indústria alimentar paulista, por esta e outras razões, passou de uma participação de 9,9% em 1907 para 26% em 1919. No caso do algodão nordestino, em 1915, 70% da matéria prima da indústria têxtil do Sudeste, advinha da produção algodoeira nordestina” (NETO, 1986, p.108). Mesmo nas fases de auge de exportação de algodão, a face interna da comercialização nunca foi nula, sendo o comércio interno, na década de 90 do século 19, responsável por 90% da utilização produtiva.

Dessa feita, o processo de diversificação produtiva agrária do Sudeste apresentou-se como um golpe desferido à produção nordestina (somada à sua inferioridade no comércio de manufaturados com o centro-sul), que por sua vez, teve ainda alguns surtos de venda no setor de exportação. Em todo caso, até a década de 60 do século 20, a integração interregional é, pois, pela “articulação comercial” e não pela “integração produtiva”, isto é, pela transferência direta do capital produtivo do Sudeste para o nordeste. Configuração que permanece a despeito dos investimentos produtivos do governo Vargas e todo seu investimento infraestrutural, por exemplo, na ampliação em 15% das ferrovias (1928 a 1955, 31,8 mil km para 37,3 mil km) e de mais de 400% nas rodovias (nas mesmas datas, 113, 6 mil km a 459, 7 mil km), porém, majoritariamente construções infraestruturais intrarregionais. Além disso:

A regulação e intervenção passa a existir, com maior grau articulação na área de câmbio, moeda, crédito, juros, salários e, sobretudo, no interior dos organismos setoriais de planificação. Sua intervenção se consubstancia, sobretudo, através da constituição de entidades e empresas públicas. No rol de entidades e órgãos que passam a existir com funções bem definidas não podem deixar de ser mencionadas o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), do Mate (1938), do Pinho (1941), do Sal (1941), do Cacau da Bahia (1931); o Departamento Nacional de Produção mineral (1934), além de diversos conselhos entre os quais o de petróleo (1938), de Águas e Energia Elétrica (1939), de Minas e Metalurgia (1940). É a partir da década de 40 que a empresa pública ou a sociedade de economia mista passam a ser as formas mais utilizadas de realização de blocos de

investimentos. Os exemplos mais significativos são o da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Vale do Rio Doce (1942), a Nacional de Álcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945) (NETO, 1986, p.145)

A concentração industrial em São Paulo é severamente marcante, portanto, durante aquilo que se poderia chamar de período da “articulação comercial”: se tem em 1959, 55, 6% da indústria de transformação na localização paulista. Ainda, em termos de bens de capital e bens de consumo duráveis, na mesma data, 82% das indústrias se concentravam em São Paulo. Com relação à indústria de bens intermediários, 52%, e com relação aos bens de consumo não duráveis, 48,7%, também em 1959. Dessa feita, o cenário exatamente anterior à designada “integração produtiva” denota expressivamente a disparidade regional. O quadro passa a ser relativamente revertido a partir de 1959, principalmente, tendo em conta a problemática e polêmica já levantada por nossa tese acerca da SUDENE e da migração do capital do Sudeste, isto é, de suas filiais para o espaço geográfico nordestino do Brasil. Destaca-se que é o setor de bens de produção básicos ou intermediários que terá um crescimento de relevo no período denominado por “integração econômica” ou “integração produtiva”. Por isso, não se deve admitir uma absoluta arribação industrial para o nordeste que pudesse emplacar uma homogeneidade industrial espargida pelo país.

Não será nosso foco engendrar o debate pormenorizado das distintas fases de crescimento do PIB e industrial no Brasil no que se refere aos bem distintos períodos 56-60 (taxas variando aproximadamente entre 8 e 11%) e 61-67 (taxas variando aproximadamente 3,5%). Deve-se observar, entretanto, que com a efetivação da transformação do Nordeste à “integração produtiva”, tem-se que “entre 1961 e 1967 a economia nordestina cresceu bem mais que a economia brasileira (...) este comportamento está, sem nenhuma dúvida, associado aos resultados imediatos da política de desenvolvimento regional adotada a partir da SUDENE no final da década de 50” (NETO, 1986, p.157). Destacando-se fortemente da quadratura nacional, em 1966-67, o Nordeste crescia a taxas de 11,4% e 10%. Não se deve obscurecer que apesar da galvanização industrial nordestina com o mote dominante da transferência do capital produtivo do Sul/Sudeste (lembramos da polêmica relativa ao mecanismo 34/18), o setor terciário propriamente nordestino se elevou consideravelmente.

Sobretudo, o ponto nodal que envolve a problemática da SUDENE não é apenas a consagração de políticas econômicas – mais ou menos polêmicas por razões já apontadas – corretas na direção de um trato estatal para um nordeste promissor e alvissareiro. Trata-se, como apontamos acima, de um momento recessivo da economia (a SUDENE se instala no estertor de 1959) que descerra a partir de 1961 um, relativamente, longo período de baixas taxas de crescimento econômico comparadas com o período imediatamente anterior já citado. A transferência do capital produtivo do sudeste ao nordeste bebe, então, nas necessidades intrínsecas de recuperação de taxas de lucro, portanto, enredando o Nordeste como saída conjuntural, muito menos promissora do que se sugeria nas planificações coordenadas e ajuizadas por Furtado.

A respeito dos benefícios efetivados pela SUDENE “convém lembrar que embora se constitua o incentivo mais importante, o mecanismo fiscal e financeiro referido [recursos do 34/14, eliminação de mínimos de capital próprio, permissão de proprietários estrangeiros] era parte de um elenco muito mais amplo de estímulos” os quais “iam desde a isenção total ou parcial do imposto de renda para as empresas novas ou já existentes, a aval da SUDENE para obtenção de empréstimos nos bancos oficiais (BNB, BNDE), até isenções de parte dos impostos estaduais sobre circulação de mercadorias”, sendo “concedidos por um prazo de até 5 anos a empresas que se localizassem em determinado Estado”. Ainda, “Segundo estimativa de Raimundo Moreira através do uso desse somatório de estímulos, se a empresa fosse beneficiada com o máximo permitido, ela teria possibilidade de somente entrar, no total do investimento, com um pouco mais de 6% de recursos próprios”, além de, por vezes, as indústrias migrantes praticamente ganharem terrenos estaduais para sua instalação. Observando as empresas que obtiveram benefícios fiscais e financeiros, “cerca de 36,6% pertence a grupo privado nordestino, 55,1% a grupos privados do resto do país (inclusive subsidiários de empresas do exterior) e o restante de grupos privados do exterior (2,1%) e do governo (6,2%)” (NETO, 1986, 1968).

Se em 1969, a formação bruta de capital fixo do Nordeste grassava em alto teor, atingindo os 33%, já em 1970-71, respectivamente, foi de 10, 6% e -1%, delimitando um refluxo. Além do mais, o investimento industrial em 1968 chegara a 62,1%, para cair a -5,3% em 1970. O retorno a um padrão de investimento tão alto só se dá em 1974, atingindo taxas de 69,1% (NETO, 1986). Deve-se alertar, nesse sentido, para o decréscimo absoluto do

financiamento proporcionado pela SUDENE e a fragmentação dos recursos destinados ao nordeste que passam a não estar concentrados somente na Superintendência (Programas PIN e Proterra, a exemplo). Outras regiões do país, outros programas e alguns incentivos para a exportação de manufaturados conquistam a indústria brasileira, criaram um contexto de fluxos e refluxos no decurso da década de 70 acerca volume do crescimento industrial nordestino. Afirma-se, dessa feita, uma industrialização que, por meio da “integração produtiva”, inflete a produção nordestina sem concomitantemente reverter satisfatoriamente os problemas das designadas disparidades regionais e da homogeneização social na formação do mercado interno. A continuidade (com oscilações) da industrialização no Nordeste (principalmente, com a indústria de bens de produção intermediários), a despeito da fragmentação das divisas direcionadas à SUDENE, encontrou recursos no BNDE e também no Fundo de Reparelhamento Eletrônico, assim como do Banco do Brasil.

Na análise que fez a respeito do papel do 34/18 na integração regional, na qual reconhece, embora sem aprofundar, uma razão conjuntural e estrutural, Francisco de Oliveira ao assinalar a pré-condição para a "penetração monopolista" nas margens do sistema, representada tal pré-condição pela elevação da taxa de lucro possibilitada pelos incentivos, destaca uma razão maior desse movimento constituída não pela exploração de recursos naturais da região - constante da declaração dos empresários, sob a denominação genérica de matéria-prima - como a "preservação e consolidação de posições no mercado nacional" (sublinhado por F. de Oliveira). Com isto o que ele pretende assinalar é que, valendo-se das vantagens existentes, inclusive a possibilidade de obter taxas de lucro mais altas na "periferia", o capital monopolista e oligopolista põe em prática sua conhecida estratégia de avançar na frente da demanda e de trabalhar com uma margem de capacidade ociosa planejada, investindo numa área específica e no contexto de um mercado integrado nacionalmente. Não se trata, pois, de um esforço no sentido de conquista de um mercado regional - o que é coerente com a resposta dada ao questionário de pesquisa da SUDENE/BNB - mas de, fixando a sua base numa área que criava condições excepcionais de rentabilidade, garantir posições monopolista ou oligopolista já conquistadas anteriormente. (NETO, 1986, p.189)

Assim, mesmo na fase de desaceleração econômica (1961-67), os monopólios e oligopólios viram um amplo crescimento de lucros atuando na região (“desregionalizada” com esse processo, segundo a ótica de Francisco de Oliveira) do Nordeste, vincando-se aos benefícios já aludidos, promovendo taxas de lucro crescentes que não acompanhavam

taxas de investimento privado próprio condizentes e, principalmente, de efetivação de melhorias salariais. Trata-se, portanto, de um movimento do grande capital, que pela sua natureza reprodutiva, garantiu sobreacumulação, pouca competição mantendo níveis altos dos preços, além da compressão maciça dos salários.

Mesmo no momento posterior ao “milagre econômico”, o Nordeste recebeu taxas de investimento público mais consideráveis do que aquelas praticadas na generalidade nacional, contrabalançando e contrapondo-se à desaceleração dos investimentos privados (que já eram poupados anteriormente pela gama de investimentos públicos) a partir de 1977. Outro elemento que é um constitutivo marcante do processo de “integração produtiva” é que a galvanização industrializante se efetivou majoritariamente no ramo de bens de produção básicos ou bens intermediários (60% dos investimentos, sendo 30% na produção de bens de produção básicos químicos que derivavam em comércio com outras regiões e que também importavam de outras regiões e do exterior). A indústria de bens de consumo não duráveis (32% dos investimentos, majoritariamente de comércio inter-regional também) também acelerou a produtividade a taxas médias de 8% entre 70-75, perdendo somente para o pequeno segmento de bens de capital e de bens duráveis (7,7% dos investimentos, também voltado majoritariamente para comércio para fora da região nordestina), mas também sendo fagocitada pela indústria vindoura do centro-sul. No setor terciário, houve uma gama de fusões e aquisições bancárias, destruindo o sistema financeiro regional, como também a modernização do capital de serviços (diversificação de atividades) e comércio (expansão das unidades de comércio varejista), e da própria atuação estatal, com a inserção de infraestrutura, telecomunicação, informática. Deve-se notar, ainda, algo que não se pode obliterar sem grande perda na acepção da contextura tratada, isto é, a condição sempre inferior do acréscimo salarial em vista das ampliações de produtividade, mediada pelo bonapartismo abertamente agressivo, o desmantelamento das organizações de defesa do trabalho, o que já foi tratado anteriormente. Por fim, não se pode olvidar também que o projeto ou diretriz inicial da SUDENE, de propiciar e emular o capital propriamente nordestino desaguou em fracasso, vez que a indústria propriamente local não cumpriu uma função estratégica no decurso da aplicação das políticas, sucumbiu ou enredou-se com o capital do centro-sul como no caso cearense. Não deixa de ser significativo, por último, com a ressalva pertinente e degradante acerca dos salários feita anteriormente, que o ritmo de empregos industriais cresceu em 4,6% em média entre 60-80.

Nesse ensejo, se pode esquadrihar e sumarizar da seguinte maneira: “Surgida e consolidada no período posterior à efetiva implantação da indústria pesada no Brasil - que estava voltada para o mercado nacional e tinha como protagonista a grande empresa oligopolista - a ‘nova indústria’ nordestina estava fadada” a três linhas de força: “(i) confinar-se em alguns segmentos produtivos articulados e funcionais ao novo padrão de industrialização nacional nascido no final da década de 50”, vincado à indústria pesada estatal e à entrada de do grande capital estrangeiro de bens de consumo suntuários; “(ii) a surgir simultaneamente com a ‘atualização’ de segmentos tradicionais implicando em esforço de modernização dos processos de trabalho, de reequipamento, ampliação e realocação de indústrias”; ainda, “(iii) a consolidar-se de modo estreitamente vinculado à indústria e ao aparelho produtivo das regiões mais industrializadas, quer pela compra de insumos, quer pela venda do produtor e, principalmente, pelo controle extra-regional do capital social”. Logo, “a adjetivação comumente usada a respeito da estrutura produtiva em montagem no Nordeste, traduz o conjunto de aspectos que os levantamentos e análise têm destacado”, quer dizer, “a dependência e a complementaridade da ‘nova indústria’, o caráter modernizante, parcial e seletivo do crescimento ocorrido nas décadas referidas, sobretudo no tocante à economia urbana da região”. Enfim, “o que se percebe num exame sumário dos dados, é o grande peso que o capital social originário dos grupos nordestinos apresenta na indústria de bens de consumo não duráveis (cerca de 46,7% do total do seu capital social), fundamentalmente concentrado na têxtil e indústria alimentar”, tendo modernizado esses setores, mas também sofrido alguma competição com o advento do centro-sul. Porém, “a função do capital privado de São Paulo, mais disseminado pelos diversos grupos de indústrias apresenta uma inclinação maior para os bens intermediários para o qual destina quase metade de seu capital”. Nessa linha, “Bem maiores são os percentuais que o capital originário de outros estados brasileiros (a exceção dos nordestinos e do Estado de São Paulo), do exterior e aquele controlado pelo Governo destinam ao segmento de bens intermediários: 73,9%, 71,8% e 91,9%, respectivamente”. Vendo esse panorama estatístico, se conclui que “as empresas estatais, neste particular, reforçam através dos seus investimentos na química, na metalúrgica e na indústria de borracha, a orientação geral das demais frações do capital privado no sentido de definir a função de produtora de insumos industriais que a ‘nova indústria’ parece assumir na região”. Para completar a sumarização, nunca é demais lembrar a circunstância degradante dos trabalhadores, lembrando, também, que o próprio estado

modernizador poupou em elevado grau a modernização da indústria agrária do açúcar fazendo prevalecer por muito tempo interesses arcaizantes dos proprietários fundiários e usineiros nordestinos:

Alguns registros da época ressaltam aspectos adicionais a respeito do impacto da modernização sobre o trabalhador têxtil. Documentos da ACO (Ação Católica Operária) denominado “Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça”, comemorando o 1º de maio de 1967, assinala além das pressões patronais sobre os trabalhadores para que optem pelo Fundo de Garantia, a prática de sub-remuneração, inclusive com pagamento aos abaixo do salário mínimo em muitas fábricas têxteis; o aumento significativo da rotatividade; pressões dos patrões no sentido de uma maior intensificação do trabalho, inclusive com o aumento do número de máquinas sob o controle e responsabilidade do trabalhador têxtil; a morosidade e incompetência da Justiça do trabalho para dar solução aos casos que envolvem desrespeito à estabilidade, ao salário, ao regime de trabalho (NETO, 1986, p. 250)

Somente com a lucidez instaurada sobre esses momentos nacionais que envolvem fundamentalmente indústria nacional/internacional e o Nordeste, é que podemos decifrar as elites cearenses do CIC e a sua empreitada política que envolve a figura de Ciro Gomes. Mas, para deslindar tal empreitada política, ainda é preciso esclarecer alguns fatos atinentes ao bonapartismo 64. Primeiro, uma digressão sobre a crise do “milagre econômico”, do qual já tratamos brevemente, para dotarmos o contexto de todas suas determinações. Singer (1978) é convicto ao debater as raízes do “milagre” e demarcá-las, principalmente, admitindo a rigidez das políticas salariais e a entrada do capital estrangeiro de bens de consumo suntuários como plataforma diretiva de atendimento das classes médias e dominantes. Não se deve obliterar outros pilares como os suntuosos e perversos empréstimos externos a juros flutuantes com controle dos credores, a exportação de *commodities* em boas condições e os investimentos em infraestrutura, demonstrando desde já que se tratava de um “desenvolvimentismo” pela metade, para sermos eufêmicos. Há, portanto, segundo Singer, um aspecto político e midiático que publiciza seletivamente o “milagre econômico”. Além do mais, um desenvolvimentismo já sem sombras de nacional-desenvolvimentismo, como veremos mais à frente, ao debater o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) de Geisel e o “nacionalismo de circunstância” proclamado pelas elites empresariais do país em conjunto com o Plano.

Como mote de comparação, é possível delimitar como os períodos marcantes do desenvolvimentismo brasileiro desde 30 foram acompanhados de considerável inflação: até 1939, o processo inflacionário pode ser caracterizado pela pequena diversificação e pela estreita multiplicação das indústrias nacionais de bens de consumo básicos e bens de produção básicos, em um processo de inflexão que subsidiava a industrialização brasileira. Entre 1932 e 1940, o preço dos alimentos no Rio de Janeiro aumentou em 53%, enquanto o de vestuário aumentou 94%, demarcando o salto inflacionário (SINGER, 1978). Se tratava, como se sabe, de um período de subsídio estatal à indústria nacional e relativa substituição de importação setorial, complementado por isenções fiscais para consignar maior capacidade de importação no setor de máquinas e equipamentos, isto é, aquele setor onde a substituição não poderia ser tão imediata. O salto inflacionário progride durante a Segunda Guerra crispando mais uma vez o poder de consumo da força de trabalho. Entre 1940 e 1946, o crescimento industrial se mantém em taxa média considerável de 6,9%, enquanto em 1945 a taxa inflacionária vai a 16,5%. Nessa contextura, porém, a causa inflacionária estaria mais relacionada, segundo Singer (1978), à falta de bens de consumo durante a Guerra, mas também ao constante déficit da União justificado pelas políticas de desenvolvimentismo, como as despesas ocasionadas pela participação no conflito mundial (ampliação de impostos). Entre 1940 e 1946, a emissão de papel-moeda se amplia em 153%, enquanto a produção real aumenta 39% nesse período.

No segundo governo Vargas, a incisiva foi o fortalecimento da indústria de bens de produção (destaque para a Petrobrás), por meio do BNDE criado a partir da ampliação do imposto de renda, dada a impossibilidade de conseguir vultuosos investimentos voluntários e acionários da reduzida classe média. Além do mais, o projeto conservador de modernização nacionalista varguista espremeu os investimentos externos a meros 10 milhões de dólares por ano em média, embora a legislação brasileira já começasse desde 1953 a beneficiar o capital estrangeiro no seu envio de divisas (SINGER, 1978). Vigorou também a tentativa de redistribuição salarial, que amplia o salário mínimo nominalmente em 100% de 1952 a 1954, porém, com aumento real de 9%, e uma taxa de inflação novamente elevada de 20% em 1954, que só não foi maior pelo acompanhamento produtivo da indústria.

O governo JK, por sua vez, em seu pleito desenvolvimentista (derrogando, paulatinamente, o esteio nacionalista), consolida o apanágio beneficiário e subordinado da economia nacional ao poder econômico estrangeiro. Frente à necessidade de atendimento de investimentos cada vez maiores sem condições nacionais privadas de o exercer, com o endividamento externo estatal, a busca de atender o consumo suntuário das elites e com a rejeição relativa do capital privado nacional ao monopólio estatal, possivelmente preferindo conjurar sua relativa atrofia ao caudatarismo ao capital forâneo, se tem a sedimentação definitiva da força do capital estrangeiro no país derrogando qualquer propositura nacionalista de maior expressão. Trata-se, em sincronia, de um período em que a expansão reconstrutiva de Europa, principalmente, atingia capacidade de se dirigir para a periferia do capitalismo. Esquemáticamente, se poderia dividir a expansão da indústria norte-americana até 55 à Europa, e depois, distribuindo sua ênfase na periferia do capitalismo, junto às empresas ou monopólios em disputa da Europa e, posteriormente, do Japão.

Trata-se de tocar, de modo nodal, no fato de que, entre 1955 e 1961, a maior parte dos investimentos estrangeiros são indiretos (2,182 bilhões) e não diretos (489 milhões), sendo os investimentos indiretos, é verdade, bastante relacionados aos investimentos diretos jungindo matrizes e filiais, forçando a “abertura” do país. Comparativamente, porém, casos como o Japão demonstraram “abertura” bem mais contida e politicamente restringida ao investimento direto (333 milhões em 1966, ¼ do que se dava no Brasil) mesmo com somas de investimento indireto bastante grandes (2,7 bilhões em 1961) o que demonstraria a hipótese da economia japonesa possivelmente mais nacionalista, mais fechada, mais seletiva na admissão do investimento direto do capital estrangeiro, mais soberana no manietar dos financiamentos externos (investimentos indiretos) e limitadora investimentos diretos (SINGER, 1978).

O governo JK promoveu, portanto, a elevação brusca da dívida externa que praticamente dobrou em 3 anos, atingindo em 1959 quase 600 milhões de dólares. Da mesma forma, utilizou-se do mecanismo de “emissão de moeda” para manter as taxas de investimento, o que generalizou um aumento considerável de preços, uma pressão inflacionária sempre mais prejudicial aos trabalhadores premidos por rendas fixas, a despeito de se tratar de um momento de ascendente luta sindical. O anelamento entre pressão inflacionária e luta social, sindical, no campo, estudantil, permeado por diversas determinações exógenas da

luta social, do exemplo da revolução cubana, a perseverança da União Soviética, enfim, pressionou pelas condições das reformas sociais que chegaram à iminência com João Goulart, processo que foi desbaratado pelo tacão autocrático da burguesia brasileira e internacional, auspiciado pela burocracia militar.

O primeiro passo do governo ditatorial foi seguir, pelo menos de 64-67, a cartilha “ortodoxa” de ataque aos assalariados, para conter a pressão inflacionária, golpe em que o salário real chega a um corte de 25%, entre 1965 e 1967. Embora os salários dos profissionais melhor assalariados não tenham sofrido um impacto de monta, da massa de menor assalariamento sofreram um brusco arrocho. Isso se comprova na medida em que até 1962, há uma proximidade entre o salário médio e o salário mediano, enquanto a partir desta data, cava-se uma um distanciamento grosseiro entre salário médio e mediano (SINGER, 1978). Se edifica, dessa feita, a manutenção de uma estreita classe média bem assalariada e consumidora de bens de consumo duráveis que serve ao mesmo tempo como esteio político da ditadura e, de outro lado, uma massa crispada de direitos e condições salariais de reprodução. Trata-se, sobretudo, de uma contração, unificação e controle rigoroso do salário mínimo no país que incide sobre a massa mais desqualificada profissionalmente. Além do mais, a perda da estabilidade e instauração do FGTS contribuem nos ganhos dos empresários nos processos de demissão e na facilitação da rotatividade. Manteve-se, também, o controle tributário (ampliação de impostos sem investimentos estatais de monta) e creditício (aumento taxa de juros):

O enfrentamento decisivo se deu em 1964 e, como todos sabem, a vitória coube às classes possuidoras. O poder passou a ser exercido por delegados das forças armadas de forma extremamente centralizada, em grande medida imune às pressões dos grupos de interesse. Criaram-se, deste modo, condições para se cortar o nó górdio da inflação. Já em 1964, ano em que o curso de vida subiu mais de 80%, foram proibidos os reajustamentos salariais em intervalos menores de um ano. Os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumentos de salário foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotada uma política salarial uniforme para todo país, de acordo com a qual as decisões sobre os reajustamentos salariais passaram da justiça do trabalho ao governo federal. O modo como essa política salarial foi posta em prática resultou numa redução ponderada do salário mínimo real e, por extensão, dos salários do pessoal menos qualificados, cujo nível está preso ao mínimo. A política anti-inflacionária praticada sobre orientação dos ministros Bulhões e Campos, entre 1964 e 1967, não se limitou obviamente aos salários, embora estes tenham sido essenciais. O déficit do orçamento da união foi limitado, graças

à diminuição das inversões públicas numa primeira fase, e foi financiado em grande parte ampliando-se a dívida pública. Isto foi possível graças ao lançamento de títulos com reajustamento monetário, recurso para o qual Carvalho Pinto, em 1963, não tinha obtido aprovação do parlamento. Além disso, melhorou-se consideravelmente o aparelho arrecadador e o sistema tributário o que permitiu elevar a receita do governo, que também contribuiu para reduzir o déficit. Finalmente, instituiu-se estrito controle do crédito, limitando-se a expansão dos meios de pagamento, o que teve por efeito reduzir o aumento da demanda efetiva. Usaram-se, enfim, os instrumentos tributários, creditícios e monetários, clássicos no sentido de refrear a inflação, com os resultados que seriam de se esperar: a inflação que atingiu seu auge em 1964, começou a regredir daí em diante e, a partir de 1967, estabilizou-se ao redor de 20 a 25% ao ano. (SINGER, 1978, p.55)

Com a circunstância anterior descrita, se pode ter com mais lucidez a clareza da importância da SUDENE como solução de momento para o empresariado brasileiro e internacional que migrou para o Nordeste em busca de maior taxa de lucro, além de todo respaldo estatal para manter a contenção do assalariamento e seu nível rebaixado, quando existente (o assalariamento) no Nordeste. Com a relativa vitória sobre a inflação, dotada de medidas das mais rebaixadoras da vida popular, abrochou o passo à frente do Governo Costa e Silva, quando a constrição creditícia foi revertida ao passo que o controle salarial mantido. Em cruzeiros, os empréstimos bancários ao setor privado passaram de 6 bilhões de março de 1967 a 11 bilhões em dezembro de 1968. Inverteu-se, por conseguinte, um período de recessões provocadas para conter inflação, galvanizando o crédito, ampliando a utilização de capacidade produtiva. Há duas questões que também devem ser levantadas: o maior banco comercial da época era um banco público, o Banco do Brasil, o que permitia um controle ainda mais centralizado da política de crédito, além do mais, se tinha uma camada bem assalariada estreita disposta ao consumo suntuário, à aproximação de nível de consumo com os países centrais do capitalismo, paralelamente à existência do arrocho salarial das camadas empobrecidas. O que se chamou grosseiramente de “classe A” correspondia a cerca de um milhão de pessoas que ganhavam no máximo 4 mil dólares ao ano, pondo no horizonte, também, a iminência de saturação da demanda efetiva dos bens de consumo duráveis, avançados ou suntuários (SINGER, 1978). Desse modo, as pressões inflacionárias seguem ligeiramente controladas pelo assalariamento constricto das grandes massas, pela “infinitude” da oferta de força de trabalho desqualificada, como pela destruição das associações de barganha e luta, mesmo que defensivas, dos trabalhadores.

Há mais algumas pernas do designado “milagre econômico” que precisam ser sedimentadas: os estímulos à financeirização, aos empréstimos e às exportações primárias e de alguns manufaturados. Assim, “merece destaque a multiplicação dos bancos de investimento”, em que os depósitos variaram 1,158 bilhões em 1969 a 5, 322 bilhões no final de 1971. Trata-se da garantia e do estímulo intensivo à abertura de capitais e o incentivo do governo à formação de conglomerados financeiros, conjurando setores financeiro e industrial, além de outros setores; em suma, o estímulo de fortes grupos bancários que possuem investimentos e representam, sobremaneira, os conglomerados industrial-financeiros. Além disso, a recorrência constante ao capital estrangeiro, seguindo a diretriz do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Nesse caso, os empréstimos externos foram dominantes superando em mais de 9 vezes os investimentos diretos (dívida que em 1977 já ultrapassa 6 bilhões de dólares demonstrando o endosso internacional à ditadura brasileira). Segue-se que “este processo beneficiou, numa primeira fase, os países capitalistas industrializados, cujo comércio mútuo se expandiu rapidamente” provocando os “milagres” alemão e japonês. A abertura aos países não desenvolvidos com alguma industrialização ocorreu sob condições rígidas que exigiam que estes tivessem portas abertas às filiais dos países desenvolvidos, manutenção de níveis salariais baixos e estímulos de exportação (concatenados com importações advindas desses mesmos países industrializados, isto é, um consórcio de degradados termos de trocas para os países subdesenvolvidos). Segundo Singer (1978), a tentativa de substituição de bens de capital durante toda década de 50 foi bem superior àquela promovida pela ditadura a partir da retomada da economia a partir de 1968 (“milagre econômico”), o que significa a sobredita consolidação da subordinação (a importação de bens de capital em 1970 é 2/3 maior que a de 1953/1960, a exemplo).

Um outro indicador, no mesmo sentido, é a evolução da importação de máquinas, veículos e seus acessórios cujos valores máximos, antes de 1964, foram alcançados em 1954, 1957, 1960 e 1961, com cerca de US\$520 milhões; nos últimos anos estas importações têm atingido US\$659,4 milhões em 1968, US\$774,9 milhões em 1969 e US\$1002,7 milhões em 1970. O exame destas cifras leva à hipótese de que a substituição de importações de bens de equipamento está sendo revertida e que nossa dependência tecnológica do exterior está aumentando. A inserção do Brasil na “nova divisão internacional do trabalho” parece significar que nos especializamos na produção de carne industrializada, sucos de frutas, café solúvel, mentol, sapatos e quejandos, tornando-nos cada vez mais dependentes do exterior no que se refere a aviões, computadores, geradores atômicos,

equipamentos industriais em geral. É preciso considerar ainda que, para a continuidade do “milagre”, a expansão das exportações é vital na medida precisamente em que a economia se abre, inserindo-se o Brasil na divisão internacional de trabalho como fornecedor de matérias-primas, produtos semi-elaborados e bens industrializados de consumo, e como importador de máquinas e equipamentos, pois deste modo o circuito da metamorfose do capital (mercadorias-moeda-meios de produção) se estende cada vez mais ao mercado externo. O que aduz mais uma razão para a política de contenção salarial, já que a competitividade de nossos produtos no exterior tem uma de suas bases no baixo custo da força de trabalho. (SINGER, 1978, p.73)

Nessa contextura tratada, a crise do “milagre econômico” não surpreende ao desenhar seu suspiro agonístico. Mesmo baseado na teratológica destruição das condições da majoritária massa da força de trabalho com: unificação, rebaixamento e controle do salário mínimo, proibindo aumentos salariais no período inferior a um ano; promulgação do FGTS substituindo a estabilidade (e a liderança combativa de trabalhadores estáveis) e albergando a maior rotatividade para a contratação por menores salários; a interdição dos sindicatos e da barganha coletiva que só teria algum aval em caso de atraso de salário; dotação de poderes ao governo federal, e não à justiça do trabalho, sobre os deferimentos salariais e investigações dos cumprimentos de legislação trabalhista. Não se deve deixar de inferir, portanto, o apanágio desse capitalismo hipertardio, assentado na agrura arcaica de séculos de trabalho escravo e, posteriormente, no degradado assalariamento (até os dias presentes), para pensarmos o caráter da burguesia ultrarretardatária brasileira.

E, não há dúvida, uma estranha “paz social” desceu sobre a economia brasileira após 1964. As manifestações de “conflito industrial” que caracterizam praticamente todas as economias industrializadas ou em vias de industrialização estão conspicuamente ausentes do panorama brasileiro dos últimos 10 anos. E que não se suponha que não houvesse motivos para conflito. Se durante a primeira parte do período de 1964 a 1967 as condições adversas do mercado de trabalho, resultantes das sucessivas recessões, poderiam ter desencorajado eventuais movimentos reivindicatórios, nos anos seguintes a economia passou a crescer a taxas elevadas, o desemprego existente foi consideravelmente reduzido até que, 1973 em diante, sintomas de escassez de mão de obra, inclusive a de pouca qualificação, passaram a se multiplicar em escala crescente. Dado que a fruição dos resultados deste crescimento estava restrita a uma minoria, enquanto a grande massa dos assalariados via sua renda real estagnar e mesmo declinar, seria altamente improvável que a ausência de conflitos fosse devida a satisfação generalizada com as condições vigentes. Esta “paz social” foi, como não podia deixar de ser, devidamente aproveitada pelas firmas para aumentar a produtividade do trabalho. Assim, a notável disciplina imperante permitiu a muitas empresas elevar ao

máximo a intensidade do trabalho. Face ao rápido aumento da procura, o trabalho em horas extraordinárias generalizou-se de tal modo que já se considera que a jornada de 8 horas, consagrada em lei, foi na prática abolida na maioria das indústrias. A gradativa extensão da jornada de trabalho é nitidamente confirmada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (...) forte aumento da porcentagem dos que trabalham mais de 49 horas por semana, de 24,2% para 28,2% em São Paulo e de 23,2% para 31,8% no Rio e Guanabara. (SINGER, 1978, p.81)

Não se deve esquecer ainda que esposamos sobre o país ou um dos países com mais acidentes de trabalho devido à extensão da jornada e intensidade da drenagem ou espoliação da força de trabalho. A exemplo, em 1972, com 8 milhões de trabalhadores, foram registrados 1,5 milhão de acidentes. As quedas de condições nutricionais se revelaram, por sua vez, no retorno do crescimento da mortalidade infantil a partir de 1964 em várias capitais: a exemplo, a mortalidade infantil de São Paulo em 1969 e 1971 é maior que sua mortalidade em 1950; de maneira igual se dá, por exemplo, para Belo Horizonte (SINGER, 1978). Detalhe fundamental é que, como sabemos, é a partir de 1968 que as elevadas taxas de crescimento retornam, e mesmo assim, associadas ao crescimento da mortalidade infantil em duas das mais importantes capitais, evidenciando, sobremaneira, a condição de vida dos trabalhadores brasileiros.

O bonapartismo 64 alçou, a primeiro plano, a grande empresa, os conglomerados estrangeiros, proporcionando a esses setores os melhores benefícios de isenções e subsídios. Nessa linha, beneficiou com isenções as empresas exportadoras, por óbvio, grandes empresas, assim como, por certo tempo, permitiu empréstimos no exterior, apenas às empresas com associações em outros países, evidenciando, mais um vez, o benefício às empresas estrangeiras. O processo ditatorial que havia recebido apoio sistemático da pequena-burguesia varreu a força desse grupo, cravando no prumo do desenvolvimento “dependente-associado”, a manta expansiva dos monopólios nacionais e estrangeiros nos setores de maior densidade tecnológica. Dessa feita, durante o período ditatorial, ao menos até 1974, “a política fiscal do governo, que consiste tanto na imposição de tributos como na concessão de isenções, favorece a concentração do capital de duas maneiras”, quais sejam, “uma explícita, ao encorajar fusões e favorecer empresas de ‘capital aberto’, firmas que exportam etc., e outra implícita, ao exigir uma série de registros contábeis e legais que tornam a existência da empresa muito pequena pelo menos bastante difícil”. Trata-se, destarte, de um momento em que a oposição aos grandes

oligopólios se dilui, seja pelo massacre dos trabalhadores e suas associações, seja pelo sufocamento das pequenas e médias firmas. Há aqui um travessão bastante comum ao que foi estudado no caso da SUDENE: a empreitada de beneficiamento da grande empresa do centro-sul/estrangeira e a sobrevivência, em menor grau, das grandes empresas do Nordeste, além da grande empresa estatal.

Também no campo do crédito, a política inaugurada após 1964 tende a favorecer a grande empresa, ao promover ativa e deliberadamente a formação de conglomerados financeiros que tendem, na medida em que se expandem suas atividades de banco de investimento – subscrição de novas emissões de ações de empresas não financeiras e concessão de créditos a longo prazo – , a transformar-se em conglomerados *financeiro-industriais*. A associação de conglomerados liderados por bancos comerciais com conglomerados não financeiros (industriais, comerciais, agrícolas etc.), aberta ou implícita (mediante domínio acionário pelo mesmo grupo capitalista), é uma forma de concentração do capital que começa a caracterizar a economia brasileira no período que se abre em 1964. Exemplos desta tendência são a fusão do grupo da refinaria “União” com os bancos Irmãos Guimarães, Brasul, Investbancos e outros e a constituição do grupo “Brascan”, organizador ao redor do Banco Brascan de Investimentos, que controla companhias de eletricidade (São Paulo Light e Rio Light), uma financeira (a Crefinan – Crédito, Financiamento e Investimentos), diversas firmas industriais (Fábricas Peixe – Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S. A.; Cervejarias Reunidas Skol Caracu S. A.; Fábrica Nacional de Vagões), de serviços (Brasnac Corretora de Seguros, Brink’s S.A. Transportes de Valores, Gávea Hotelaria, Turismo S.A.) e de mineração (Itacobe Minério, Itajubá Minérios, Itanembe Minérios etc.), além de participar em vários outros empreendimentos tais como a Indústria Eucatex S.A. demadeira e a Empresa Industrial Garcia S.A. de tecidos. (SINGER, 1978, p.88)

Por conseguinte, ratificando a brevidade do “milagre”, se consignou de modo mais definitivo a condição de subordinação, de caudatarismo, derogando qualquer respaldo e interesse de nacionalismo, de verve soberana como política indelével, degredando projeto próprio de superioridade tecnológica, confirmando o concerto de país exportador de produtos primários e alguns manufaturados (que advém de subsidiárias estrangeiras ou que os países compradores poderiam prescindir), crescimento das importações (dada a deficiência crônica de bens de capital) e do déficit na balança de pagamentos, donde a necessidade da dívida externa, além da, já extensivamente demarcada, superexploração da força de trabalho como imposição ineludível, inexorável. O que convém afirmar, com elucubrações à frente iminentes, é hipótese que traz no âmago a problemática de nossa tese, ou seja, que o II PND não foi um surto disruptivo, um plano ou reconversão

nacionalista estado/empresariado consistente de “substituição de importações estratégicas” e que a pressão das grandes empresas nacionais não passou de um “nacionalismo de circunstância” dada a crise do “milagre econômico”, e não de uma refundação utópica do apanágio da grande burguesia brasileira.

Em suma, a finitude que logicamente caracterizou o “milagre” perpassou pelas debilidades intrínsecas do capitalismo hipertardio e pelas soluções “pela metade”, para não sermos mais pungentes, do desenvolvimentismo associado implantado. A relativa saturação do mercado de bens suntuários combinava-se com a acachapante e taciturna desigualdade de renda brutalizada, como foi demonstrado. Ademais, o opróbrio da dívida externa impagável chancelava o rumo dependente do desenvolvimento com divisas forâneas, o que não só nutria o equivocado “desenvolvimento”, mas também alimentava o morticínio e a perseguição do governo autocrático bonapartista. A dependência quanto às exportações (galvanizadas com isenções e subsídios) também alimentava a fragilidade causada pela oscilação de preços no mercado externo, crucificando as inversões e arrecadações.

Ademais, bastaria dizer que o processo de substituição de bens de capital e bens de produção intermediários não se completou, a despeito dos investimentos em infraestrutura (perpassados por escândalos de corrupção silenciados) e em atração dos monopólios estrangeiros de bens de consumo suntuários, duráveis, avançados, principalmente, automobilístico. No caso da mecânica, a exemplo, 28, 2% vinha de importação em 1965, enquanto 40,4% em 1972. Outros bens de produção básicos expressaram contumaz ausência: para a fabricação de carros e refrigeradores atrasando a produção e entrega; aços, metais não ferrosos e ligas; celulose para a produção de papel; tratores e insumos para agricultura, como fertilizantes e defensivos agrícolas, além da falta de embalagens; insumos farmacêuticos; cloro e soda; fibras naturais e químicos; até falta de sebo para produção de sabão; por fim, mais badalada e preocupante, a ampliação dos preços do petróleo no mercado mundial em um momento em que o Brasil se encontrava longe da autossuficiência (SINGER, 1978). Logo, “uma outra maneira de ver o problema seria a seguinte: para que a economia pudesse continuar crescendo a 10% ao ano, seria preciso transferir uma parcela ponderável da força de trabalho do Departamento II”, ou seja, “da produção de meios de consumo, para o Departamento I (...), para a produção de meios de produção”. Tendo em conta essa exigência, “esta transferência não

pode ser operada mediante os mecanismos usuais de mercado, nem mesmo se estes forem estimulados por subsídios, incentivos etc., simplesmente porque se trata de implantar atividade que ainda não existem no país”, e por isso, “que não se encontram no horizonte de perspectivas de nenhuma das empresas existentes”. Veja-se que “é o caso, por exemplo, da indústria de computadores ou da indústria aeronáutica”. No caso da última, o governo militar, baseando-se em esboços já desenhados desde Vargas, pôs em engendramento a EMBRAER, abrindo o horizonte de um campo de densidade tecnológica, embora tal exceção mais confirme a regra. Contudo, outro ponto é vital e realça ainda mais a lavra exangue da teleologia desenvolvimentista em questão: “esta transferência de mão-de-obra para novas atividades de grande complexidade tecnológica requereria intensa preparação, que de qualquer modo demandaria tempo”. Por conseguinte, “o período de crescimento rápido da economia brasileira, entre 1968 e 1974, foi, em essência, um período de recuperação da recessão de 1962/1967, cujas possibilidades estão se esgotando [74]”. Ainda, “no plano das aparências, este esgotamento se manifesta sob a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos e o nível de preços. Sintomaticamente, tanto o déficit do primeiro (cerca de US\$1,3 bilhão) quanto a elevação do segundo (cerca de 35%) atingiram em 1974 níveis recorde”. Nesse contexto, que se pode dizer, previsível “o controle do balanço de pagamentos e da inflação são apenas as contingências imediatas que obrigam o estado a pôr um freio ao crescimento”. No mais essencial, “o que se dá é a incapacidade do sistema de transformar-se estruturalmente, de modo a expandir o Departamento I a ponto de tornar a taxa de inversão independente da capacidade de importar”, pois, diga-se de passagem, “em 1974, a necessidade objetiva de incrementar as inversões contribuiu no mínimo, tanto quanto a elevação dos preços do petróleo, para que as importações dobrassem, em valor, em relação ao ano anterior” (SINGER, 1978, p.119).

Entretanto, não basta crer que nesse quadro se trata de incipiência política, inexperiência retificável ou mero equívoco de política econômica conjunturais, mas da mais enraizada questão da entificação do capitalismo pela *via colonial*, ecoando atrofias e caudatarismo típicos de uma classe dominante que se aconchegou à sócia menor do capital estrangeiro, mesmo em seu país, preterindo heroísmos democráticos e nacionais pelo pragmatismo ao alcance de sua estatura. Portanto, para não cairmos na facilidade politicista demiúrgica, que exclui as particularidades do capitalismo e das classes de seu diagnóstico para oferecer um prognóstico alvissareiro quanto modelar, nos aferramos às impossibilidades

que as próprias lições históricas cravaram no mais explícito e pungente da tragédia brasileira em meio ao capitalismo mundial.

Premido pelo soar da agonia do “milagre econômico”, sustentáculo importante da plaga ditatorial, o governo Geisel foi engendrado em meio à duplicidade de soluções: reverter o fim do “milagre”, isto é, forçar investimentos e inversões estatais para forjar o provimento necessário para a economia manter o alto crescimento ou correr em busca da estabilidade contra a inflação que dissipava a legitimidade do governo, avisando consequências negativas de um crescimento pouco planejado, dependente, depois da efervescência do breve “milagre”. Em primeiro plano, a pressão inflacionária ativou preocupações de monta, uma vez que a expectativa de inflação de 1974 era de 20%, tendo terminado o ano em 35%, fazendo repontar ações primígenas de controle monetário.

Vindo a público em setembro de 1974, o II PND, por sua vez, gerou severa desconfiança entre ortodoxos e não ortodoxos, destilando o clamor pelo “Brasil Potência” por meio de uma propositura de diretrizes que o próprio “milagre econômico” - agraciado pelos empresários presos à imediatividade dos lucros e indiferentes às debilidades de fundo - já distanciara.

Delfim Netto sugeria que melhor teria sido a opção realista de enquadrar-se aos novos tempos, via diminuição do ritmo de atividade econômica. A grande imprensa, inicialmente através da revista *Visão*, passava a denunciar a “estatização”, fato também alardeado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, principalmente após ser suspensa a censura prévia ao mesmo, em janeiro de 1975. Até mesmo o ministro Mario Henrique Simonsen, da Fazenda [do próprio governo Geisel], tendo sido questionado à época sobre o que achava do plano, teria respondido: “Não leio ficção”. Finalmente, até mesmo empresários lançaram manifesto, em 1979, onde criticavam a forte presença do Estado na economia e propunham o retorno à democracia — comportamento diverso do seguido pelo empresariado desde 1964, de conviência velada ou mesmo explícita com o regime militar. (FONSECA; MONTEIRO, 2008, p. 29)

Segundo autores como Fonseca e Monteiro (2007), a inflexão econômica ao II PND se nutria de um âmago político, qual seja, circunstância que demandava reter legitimidade. Nos governos ditatoriais, a legitimidade se sedimentava através do crescimento econômico (“milagre econômico”) e do suposto combate à corrupção/subversão. Esgarçando-se o crescimento pelo nó de sua própria carnatura, seria preciso injetar fôlego

no “milagre” agonizante para que o projeto político da “distensão” controlada (“monitorada”) fosse exercido, como de fato se tinha nas prescrições de Golbery, ou seja, projeto manietado, administrado em prol de uma institucionalização do regime, uma institucionalização da autocracia, para relembrarmos J. Chasin, e não uma verdadeira catarse reversora e autocrítica, uma democratização em todo sentido dos horizontes, processos distintos da “transação transada” ou “autorreforma da ditadura” que nascia, em laboratório, naquele momento. O II PND, dessa forma, nutria-se de uma paixão política, uma visão ou *Standpunkt*, de talhe conservador, visando engendrar ou manter a conjuntura propícia para uma transição “lenta, gradual e segura”, desiderato dos “castelistas”.

O fato do âmago político do II PND, sobredito, inflétia à costura de um diagnóstico econômico e uma prospectiva da resolução dos “gargalos” que pudesse fecundar a continuidade do crescimento. Destarte, muito menos arquitetura aquilatada estatal-privada de uma refundação nacional-desenvolvimentista, mais prognóstico pragmático de combate às constringências econômicas que ecoavam transtornos à economia e, portanto, à quadratura política da “distensão” manietada. Em suma, a política econômica (II PND) teve sua atuação alinhavada em três diretrizes: 1) forte presença estatal 2) investimentos descentralizados 3) investimentos na infraestrutura energética, e também, bens intermediários e bens de capital. À luz da breve reflexão, é “verdade que a decisão e o ato de planejar são sempre imbuídos e permeados de motivações políticas — mas isto não pode apagar sua racionalidade econômica”, de talhe relativa e circunstancialmente nacionalista. Dessa forma, “não se pode esquecer que a descentralização regional dos investimentos não pode ser explicada apenas por determinações políticas, por mais que estas fossem importantes, haja vista a própria prioridade do plano: a alteração da matriz energética e os insumos básicos”. Isso se dá, uma vez que “ao contrário do crescimento induzido pelo setor de bens duráveis de consumo verificado no período de JK ao ‘milagre’, que requeria como fatores atrativos de localização mão de obra qualificada e mercado consumidor, portanto o eixo São Paulo–Rio de Janeiro”, os novos investimentos “dependiam, como fatores locais determinantes, de fontes de matérias-primas, recursos minerais e hídricos. Estes são por natureza ‘descentralizados’, ou seja, disseminados pelo território nacional”. Destacam-se os casos dos “minérios de ferro de Carajás (Pará), Itaipu (Paraná), carvão (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), petróleo

(bacias do nordeste e Rio de Janeiro), fertilizantes potássicos (Sergipe), soda de cloro/salgema (Alagoas) e fosfato (Minas Gerais)” (FONSECA; MONTEIRO, 2008, p. 44).

Por isso, argumentamos que o II PND não configurou um autêntico libelo contra o influxo econômico anterior, mas antes, e mais aproximadamente, edificação ou objetivação ideológica de um “nacionalismo de circunstância”, longe de ser um veio definitivo da refundação nacional-desenvolvimentista do país, um marco da reviravolta no busílis da questão econômica, em sintonia com uma meta ineludível de conclusão e autonomia do capital industrial brasileiro. Trata-se, outrossim, da tentativa, parcialmente realizada, de desfazimento dos estrangulamentos que feriam o argumento de legitimidade predominante, qual seja, o publicizado “milagre econômico”. Nessa linha, “pesquisas em jornais (Folha de São Paulo e Correio do Povo, de Porto Alegre) e revistas da época (Veja e Visão) não permitem detectar [antes da posse do governo Geisel] qualquer menção ao II PND”, mesmo, “a um projeto de crescimento acelerado como proposta do grupo que ascendia ao poder – e, muito menos, de um aprofundamento da substituição de importações sob a égide do Estado” (FONSECA; MONETEIRO, 2008). Logo, a construção econômica em pauta restabelecia um plano já vencido pelo regime empresarial-militar, evidenciado, na data, entretanto, como única saída para o período de soerguimento inflacionário e queda do crescimento econômico, âmbito da legitimidade ditatorial.

Veja-se, adicionalmente, que Geisel, em entrevista ao CPDOC/FGV, evidencia, às claras, não possuir quaisquer influências de caráter desenvolvimentista progressista: “O senhor leu Oliveira Viana e Alberto Torres? Li e muito, Oliveira Viana e alguma coisa de Alberto Torres. Foram grandes homens. Posso não concordar com tudo o que pensavam, mas, na essência, estão certos”. Acrescenta, “o que eu trago em mim, de um lado vem evidentemente das minhas observações, dos dados de minha vida, da minha experiência profissional. Mas sofro muito a influência natural dos livros que li”. Ademais, “Muitos eu descartei, mas de outros incorporei certas idéias, certos princípios, certas análises. Sob esse ponto de vista Oliveira Viana é, talvez, uma das melhores figuras (FROELICH apud D’ARAUJO; CASTRO; GEISEL, 2007, p. 8). Como mostramos no capítulo anterior, a própria ideia de contração e intensificação da centralização do poder político partia de Golbery, indicando um fluxo e contrafluxo orgânicos aos quais o governo deveria se adaptar para manter seu poder. Dessa feita, o momento da “distensão” exigia suas

condições de controle como, principalmente, a economia alvissareira (ainda que preñe de repressão mais rude e desigualdade de classes mais pungente). Essas reflexões reiteram o fato de que em 1973, a “política de distensão” já era abordada enquanto não se tinha alinhavado um programa ao estilo do II PND, que abrolha como circunstância demandada para a conclusão, com legitimidade, do plano político em marcha. Tudo indica, portanto, que o II PND buscou evitar uma provocação de recessão – cartilha ortodoxa do período 64-67 - que seria adstringente ao processo da autorreforma da ditadura, vindo ao mundo, destarte, em função da crise do “milagre”.

As áreas prioritárias dos investimentos do II PND foram: (a) insumos básicos: metais não ferrosos, exploração de minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose; (b) infraestrutura e energia: ampliação da prospecção e produção de petróleo, energia nuclear, ampliação da capacidade hidrelétrica (Itaipu) e substituição dos derivados de petróleo por energia elétrica e pelo álcool (Pró-Álcool), expansão das ferrovias e a utilização de carvão; (c) bens de capital: mediante garantias de demanda, incentivos fiscais e creditícios, reservas de mercado (lei de informática) e política de preços (...) assinala como ponto a favor do plano sua determinação em avançar o processo de industrialização no Brasil por meio da implantação de um programa de substituição de importações no setor energético e de expansão da capacidade de produção de bens intermediários, incluindo a implantação de indústrias de tecnologia naval, equipamento ferroviário, aeronáutica, petroquímica e farmacêutica (...) Da mesma forma, o II PND estabelecia como medida central para combater a crise e a dependência externa a substituição de importações de bens de capital (incluindo aviões, navios e computadores), insumos básicos e combustíveis. Ambos [comparado ao Plano Trienal de Jango] tinham no Estado o propulsor do desenvolvimento econômico, seja por meio das empresas estatais que implantariam e desenvolveriam os ramos de bens de capital, bens intermediários e insumos básicos, como siderurgia, petroquímica, energia, seja por intermédio do BNDE, que financiaria as empresas nacionais para desenvolverem os ramos de máquinas e equipamentos. (FONSECA; MOREIRA, 2012, p.18)

Há um outro elemento no governo Geisel que merece algum destaque que é o ajuste de salários modificado para periodicidade semestral (anteriormente, anual). Todavia, a meta de distribuição de renda e reversão da concentração atinente aos anos anteriores não fora encarnada em sua máxima desenvoltura, nem sequer esquadriñhada com a merecida atenção. Outro destaque foi a diversificação do destino das exportações com a periferia latinoamericana, africana e asiática (em destaque, o Iraque, fornecedor de petróleo,

enquanto o Brasil, fornecedor de construção civil, automóveis, urânio [polemicamente] e armas, com a recente formação da Indústria de Material Bélico do Brasil, congregação de 5 fábricas), além da semiperiferia europeia; nesse mesmo contexto, registra-se, também, mesmo no texto do Plano, a expansão comercial com a URSS e a China, forjando-se o que foi denominado como política externa de “pragmatismo responsável”. Tempo demarcado, segundo a tessitura do Planejamento, pela “multipolaridade” que consentiu parciais desvios com os Estados Unidos: reconhecimento da independência de Moçambique e Angola, posição internacional contra o sionismo e a parceria Brasil-Alemanha na produção de energia nuclear. Destaca-se, porém, que em meio à inclinação desenvolvimentista, circunstanciada pela insígnia política norteadora, seguiu a largos passos o processo do endividamento externo que edificaria, entre outras causas, as constrições severas da década de 80.

É coerente com o processo que alinhavamos até aqui a asseveração de que o nacional-desenvolvimentismo no Brasil sempre foi premido por oscilações, pressões estrangeiras pela manutenção da subordinação, assédios da ortodoxia econômica, negativas das classes sociais burguesas e pequeno-burguesas ao suposto “populismo”, pressões midiáticas, o desenvolvimento dependente-associado, ora, relativo confronto, ora aceitação plácida do capital estrangeiro, o foco nos bens de consumo suntuários, o enfoque na substituição de importação de bens de produção intermediários e de capital, enfim. Nessa saga, o herói problemático, o anti-herói, a burguesia brasileira postou-se feroz e vitimada pelo seu apanágio ultrarretardatário, fazendo vingar o “tributo ao arcaico” e a subserviência ao capital mais potentado forâneo, sendo refringente às revoluções democrático-burguesas, à inclusão de demandas populares, à consistência diuturna e de longo prazo ao projeto econômico e político de nação, incluindo, brevemente que seja, o direito político, o direito social, os dividendos sociais de uma malha civilizatória mínima. Portanto, a própria classe burguesa brasileira forceja sincronicamente o aludido “nacionalismo de circunstância”, quando em necessidade do advento urgente de certos benefícios que retomassem taxas de lucro do “milagre”. Em suma, reitera-se, burguesia industrial de talhe ultrarretardatário, que sequer flertou com o adoçar de ideologias humanistas-progressistas da sociabilidade capitalista ascendente, que não se impôs como classe revolucionária, que não lutou, nem brevemente, em posse da bandeira progressista, que se sedimentou como sócia menor do capital estrangeiro e no impedimento assíduo do direito político e do direito social. Nem sequer, ferindo

analogias indevidas, promoveu a tarefa econômica – conclusividade e autonomia - por meio da conciliação pelo alto – antidemocracia - como no caso já situado da *via prussiana* de entificação do capitalismo. Nunca se tratou, dessa feita, de um “vácuo de poder”, como propalado em páginas alheias, provido pela urdidura de um estado onipotente, mas da particularidade da entificação do capitalismo de *via colonial* que tem de equacionar conflitos de classe pertinentes à um capital incompleto (e incompletável), subordinado, atrofico, caudatário, que assim se objetiva pelo arranque hipertardio, no quadro de uma corrida já hipercompetitiva pós-imperialismo, em que a sociedade capitalista já dissipou, em nível mundial, as altivas propostas civilizatórias.

Nesse sentido, desvelamento da estreiteza da burguesia nacional, é exemplar o rompimento da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), criada em 1955, com o governo Geisel, à revelia de qualquer insistência em um projeto nacional. Para situar a associação, “nos estatutos da ABDIB estão enumeradas as principais atividades das empresas associadas: energia elétrica, siderurgia e metalurgia, petróleo, química e petroquímica, álcool e alcoolquímica, papel e celulose, cimento, mineração, ferroviária, naval e fabricantes de bens de capital sob encomenda”, tendo como fundadoras “Aços Villares S/A, Bardella S/A – Indústrias Mecânicas, Companhia Brasileira de Construção Fichet, Companhia Brasileira de Material Ferroviário, Indústria Mecânica Cavallari S/A e Máquinas Piratininga”. Se em 1964, a associação contava com 35 empresas, já no ano do nascedouro do II PND (1974), contava com 89 empresas. Nessa contextura, “em uma pesquisa com 132 empresários paulistas, selecionados em função de sua participação política entre as décadas de 1960 e 1980, constatou que 82,3% daqueles que iniciaram seus negócios antes de 1964 apoiaram o golpe” (BRANDÃO, 2007, p. 4). Dessa feita, o quadro exemplifica, ou ao menos indica, o qualitativo empresarial-militar da ditadura. Outro dado aguça a imaginação analítica e reitera o liame da apreensão acima (BRANDÃO, 2007): o benefício do BNDE em 1952 (100% público), em 1958 (86,6% público, 13,4% privado), em 1962 (95,6% público, 4,4% privado) em 1972 (21,8% público, 78,2% privado), em 1976 (18,9% público, 81,1% privado).

O pleito desenvolvimentista serviu, já sem tons trabalhistas, no discurso, de “nacionalismo de circunstância” para o governo Geisel, premido pela necessidade de legitimidade para a “transição transada” ou monitorada e a necessidade de remontar às taxas de lucro precedentes (“milagre”) como argumento maior de preservação do esteio

empresarial para o controle transicional. Para a burguesia nacional, voraz alcaguete decifrado em cada passo, tratava-se de açambarcar benefícios, alçando também um “nacionalismo de circunstância”, em época favorável, pois que distanciada dos perigos das efervescências e implementação dos direitos sociais (chamadas de “populismo”), vigorando o arrocho salarial e a repressão no timão do estado bonapartista, e por óbvio, quando o *boom* do “milagre econômico”, refratário ao pleito nacional-desenvolvimentista, arrefecia.

Para chegarmos ao lume extremo da ocasião, as subsidiárias do BNDE que emplacariam o financiamento do II PND – agora, com os recursos do PIS/PASEP, antes em controle da Caixa Econômica - estiveram abarrotadas em sua direção/Conselhos pelo empresariado do setor beneficiado (BRANDÃO, 2007), vejamos: EMBRAMEC - Paulo Villares (Indústria Villares S/A), Cláudio Bardella (Bradella Indústrias Mecânicas S/A), Giordano Romi (Indústrias Romi S/A), Luís Eulálio Bueno Vidigal (Cobrasma S/A – Indústria e Comércio), Benedito Fonseca Moreira (CACEX), Haroldo Ramos da Silva (PETROBRÁS), Luís Verano (Codesid), Mauro Moreira (Eletrobrás). IBRASA - José Mindlin (Grupo Metal Leve), Paulo Vellinho (grupo Springer - Admiral), Júlio Rafael de Aragão Buziano (Grupo Bozano Simonsen), Edson Queirós (Grupo Edson Queirós - CE), Olavo Egydio Setúbal (Banco Itaú América), Roberto Teixeira da Costa (Banco de Investimentos do Brasil), Casimiro Antonio Ribeiro (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Fernando Carvalho (Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro), Marco Túlio Felício da Silva (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais). FIBASE - Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Max Feffer (Companhia Suzano de Papel e Celulose), José Maria Oliva (Cimento Itaú), José Agostinho Drumond Gonçalves (Associação Nacional de Desenvolvimento de Adubos), Leopoldo Miguez (Petrobrás), Paulo Vieira Belloti (Secretário Geral do Ministério da Indústria e Comércio), Arnaldo Rodrigues Barbalho (Secretário Geral do Ministério de Minas e Energia).

Destarte, tanto a EMBRAMEC, tornada acionista minoritária nas empresas de bens de capital, como a Exposição de Motivos 06/74, que fincava os pés na importância da ação governamental para a galvanização do setor, visto que mais da metade dos bens de capital era adquirido pelas empresas estatais, abrigavam as exigências do empresariado inquieto pelos estrangulamentos do “milagre econômico”. Além do mais, “pelo Decreto-Lei nº

1335, assinado pelo Presidente da República no dia 08 de julho, o Ministério da Fazenda poderia estender os estímulos fiscais concedidos às exportações para as vendas de máquinas e equipamentos nacionais” (BRANDÃO, 2007, p. 12). As problemáticas de última hora colocadas em pauta exigiam do governo um giro integral de beneficiamento dos potenciais monopólios nacionais de bens de produção (capital e bens básicos, intermediários), e além do mais, uma preocupação, também de ultimíssima hora, com o endividamento externo que se atrelava a compras de bens de capital do exterior.

No dia 09 de março de 1976, em audiência com o Presidente da República, Cláudio Bardela e Carlos Villares, representando a ABDIB, entregaram ao presidente Geisel um documento expondo os pontos de vista da entidade. Este encontro estabelece um canal direto de comunicação entre a representação empresarial e o governo federal, demonstrando a atuação firme da ABDIB em defesa dos interesses do setor. No documento algumas reivindicações visando o desenvolvimento do setor de bens de capital foram colocadas: 1) definição de uma política industrial para o país que defina de forma clara os objetivos a serem atingidos, as áreas prioritárias a serem desenvolvidas, a participação do empresário nacional, a forma e a amplitude da participação do capital e tecnologia estrangeira e o nível de desenvolvimento do próprio governo; 2) que a política industrial para o setor de bens de capital seja consolidada num conjunto de leis que garanta sua permanência e continuidade por um longo prazo; 3) que o mercado nacional de bens de capital passe a ser considerado como uma reserva natural do país; que a liderança dos projetos de engenharia seja sempre conferida às empresas privadas nacionais de engenharia; 4) seja estabelecido um sistema de consultas entre governo e empresa privada; 5) que não seja permitida acordos e trocas bilaterais que envolvam a importação de bens de capital já fabricados no país; 6) que seja evitada a diluição do mercado entre muitos fabricantes impossibilitando que seja alcançada economia de escala (BRANDÃO, 2007, p.15)

Os francos interesses do setor de bens de capital apareceram, de modo mais explícito, no libelo contra o próprio governo Geisel no “Documento dos 8”, já aludido, no qual, em verdade, se apresentava em todo corpo a insatisfação empresarial transfigurada, sorratamente, em demanda, então, pela democracia. Longe de nacional-desenvolvimentismo, de desenvolvimento econômico-social, isto é, longe da colocação analítica do problema do arrocho salarial, da concentração de renda e de terra, das preocupações com os investimentos sociais planejados, com a ciência/educação públicas e tecnologia de ponta em longo prazo, preocupações ambientais, com emprego e renda, com a diversificação da concorrência e manutenção da pequena/média empresa,

tampouco com o direito social, enfim, o “Documento dos 8”, que fenecia de vez o “nacionalismo de circunstância”, referia-se à “ausência de diretrizes superiores que determinassem os rumos a serem seguidos pela política industrial seria responsável pela situação do setor que se via frustrado em suas expectativas”, isto é, “vários fabricantes produzindo os mesmos tipos de equipamentos, ausência de uma reserva de mercado para produtos nacionais, concorrência com empresas multinacionais acarretando uma desnacionalização do setor, entre outras”. Os antigos sustentáculos convictos da ditadura, cerceados pela falta de prebendas e esbulhos suficientes para satisfazer sua atrofia diante do cenário internacional, clamavam cinicamente no Documento dos 8: “Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos”. Ainda, “e só há um regime capaz de promover a plena participação de interesses e opiniões dotados ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões *sem transformá-las num indesejável conflito de classes*: o regime democrático”. Segue o texto com a verve institucionalista do, já trazida à tona (“renovação burocrática”), ideário abstrativante conservador-manipulatório, “mais que isso, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade”. E para fazer brotar a mais sincera comoção, “mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito, com o desejo de contribuir, que submetemos nossas ideias ao debate do conjunto da sociedade brasileira e, em especial, de nossos colegas empresários e dos homens públicos” (BRANDÃO, 2007, p.21). Trata-se, sobretudo, da mesma burguesia que sorriu satisfeita diante do designado “milagre” cujos bastidores eram a fase mais sombria da repressão bonapartista, período nuclearmente movido pelo desenvolvimento dependente-associado. Trata-se, enfim, do estreito perímetro ideológico conservador-manipulatório (e reacionário) da burguesia do rincão autocrático, “liberal”, mas sedenta do monopólio e da benesse estatal calcada na proteção e salvaguarda da superexploração do trabalho, “democrática” e afinada a um “sistema superior de vida”, quando o armário de cadáveres, por ela preenchido, empena submisso ao sobrepeso.

Desenvolvimento, assim a seco, não quer dizer nada. Tem que ser econômico ou econômico-social, sem os adjetivos não vai. Mas mesmo desenvolvimento econômico não quer dizer só crescimento, absolutamente. Se você não cuida da distribuição de

renda, do emprego, dos recursos naturais, da autonomia do Estado em relação as potências hegemônicas, não está fazendo desenvolvimento, está fazendo o contrário. Está sendo dependente, desigual e predador, que foi o desenvolvimento do Delfim Netto - o Milagre -, que foi uma barbárie. (TAVARES, 2011, p. 38)

Para nos delongarmos um pouco mais nas navalhas adornadas do “Documento dos 8”, o registro empresarial encerra o desejo dos grandes empresários de “expressar nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na *justiça social* e amparado por *instituições políticas democráticas*, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira” (grifo nosso). Veja-se, ainda, que os empresários, sempre de modo abstrativante, procuram exigir meios de capitalização e disponibilidade de tecnologias ao passo que esquadrinham a empresa estatal como provida de um descontrole de gastos e, mais, como entidades completamente à parte da “sociedade”. Se assume, igualmente, a atrofia da empresa privada nacional, que premida pela falta de incentivos governamentais corretos (demonstramos, outrora, a mudança drástica de financiamento do BNDE) “é possível que venhamos a assistir à reprodução de discontinuidades no processo de investimento, ao agravamento das já inquietantes margens de endividamento das empresas privadas, tudo isso concorrendo para a perpetuação das disparidades tecnológicas e de escala da empresa nacional frente às suas congêneres estatais e estrangeiras”. A problemática é ainda mais esclarecida na medida em que os gastos nas empresas estatais aparecem como pedra de toque do desperdício ou da pouca flexibilidade quando não atinente aos interesses mais imediatos desse setor empresarial reclamante, vez que o sistema financeiro público fica “condenado a uma vinculação de seus fundos a programas específicos, com perda desnecessária de flexibilidade nas aplicações, ou à esterilização financeira dos recursos excedentes, quer das empresas estatais, quer dos fundos públicos”.

A tônica reivindicativa é de uma submissão expressiva do estado às demandas imediatas do setor, desnivelando a importância da empresa estatal, sucumbindo as basilares noções de planejamento coordenado, além do mais, dispensando, em parte, mesmo a retórica cínica anterior sobre justiça social: “As empresas públicas, em particular, devem estar subordinadas à política industrial, de modo a evitar distorções provocadas por seu *comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses maiores da economia*”

nacional". A respeitabilidade com a empresa internacional é de outro caráter, apresentando o capital forâneo como imprescindível, demandando apenas uma seleção de mercados, em que provavelmente, o capital forâneo ficaria com os bens de produção avançados e os bens de consumo duráveis, reivindicando, pois, a reserva de mercado de bens não-duráveis e de alguns bens intermediários à empresa privada nacional: "O outro protagonista a que aludimos, a empresa estrangeira, tem desempenhado um papel inegável na construção da economia de mercado no Brasil. E nem desejamos prescindir de sua participação no futuro". Porém, "já está na hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco". Ainda, "Não se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a Nação entre os parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional".

Insuficientes, as exigências fundamentalmente unilateralizadas, preconiza-se, abertamente, uma participação direta do empresariado na decisão da política econômica: "A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado em sua elaboração", por isso, os "órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas". Ao fim do texto, reaparecem as incisivas mais claras, e superficiais, sobre a "justiça social", enumerando nobres preocupações atinentes a uma "sociedade moderna": "Não basta, porém, no quadro brasileiro, a implementação de uma política salarial compatível [compatível se revela mais à frente como aumento "criterioso", só não se revela o critério]". Segue, "É necessário que o Estado enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e de defesa do meio ambiente". Continua, de maneira adversativa demonstrando, porém, o lugar de longo prazo dessas implementações de "justiça social", a despeito de respostas mais imediatas e urgentes para os interesses diretamente vinculados à dinamização industrial dos subscritores, "Não desconhecemos as dificuldades que se antepõem a resolução desses problemas, nem mesmo ignoramos que exigem prazos relativamente longos". Mas garantem "a necessidade de se ampliar a escala dos investimentos públicos nesta área" de modo que "A magnitude dos recursos exigidos para consecução deste

programa requer, pelo menos, providências em duas direções: revisão do sistema tributário, combinada com um manejo adequado da dívida pública, e racionalização do gasto público”. A “racionalização do gasto público” aparece como assertiva de apanágio aproximado à “renovação burocrática”, como visto no CIC e em C. Gomes, evasiva ideológica conservadora-manipulatória, que desdenha a audiência dos interlocutores com suas navalhas adornadas do “equilíbrio”, da “estabilidade” e da “austeridade”. Nesse sentido, não surpreende que “quanto à racionalização do gasto, é notório que há muito a fazer na direção de um emprego mais produtivo e eficiente dos dinheiros públicos, quer estabelecendo prioridades mais refletidas, quer conferindo maior *austeridade* à gestão do Estado”. Por fim, o caso da SUDENE, exposto no início desta seção, esclarece também a verdadeira precariedade de interesses mobilizados para a “questão regional” em contraste com a tardia, retórica, vazia e contraditória asseveração de que “No quadro das desigualdades não pode ser omitida a situação das regiões menos desenvolvidas. Neste caso, as políticas de desenvolvimento regional colocadas em prática necessitam urgente revisão”.

Em síntese, o II PND realizou 1976 projetos em 1974, 871 em 1975, 284 em 1976, 203 em 1977, 199 em 1978 e 130 em 1979. Averigua-se uma queda brusca do número de projetos que pode ser explicada, até certo ponto, pela magnitude dos investimentos por projeto: por exemplo, em 1974 se tem um investimento total de 3.347.347 (Cr\$ milhões) e em 1976, 5.745.000 (Cr\$ milhões), mesmo se tendo no último ano quase 7 vezes menos projetos que no primeiro, o que se justifica, principalmente, pelos projetos metalúrgicos que abarcaram 78,7% dos investimentos deste ano (1976). A partir de 1977, 1978 e 1979 os investimentos são perpassados por dura queda, respectivamente, chegando aos montantes de 1.738.622, 1.148.619 e 931.336, ombreados por uma inflação cavalgar de 48% (BOARATI, 2003).

Indústria/Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Bens de Capital	8,6%	24,7%	2,5%	18,3%	10,3%	8%
Metalúrgicas Básicas e de Produtos Intermediários Metálicos	24,1%	16,6%	78,7%	27,4%	47,1%	42%
Química-Petroquímica e Farmacêutica	19,3%	13%	14,7%	27,6%	15,3%	22%
Produtos Intermediários Não Metálicos, Cimento e Papel e Celulose	24,3%	13,7%	2,2%	16%	16%	21,5%

Automotiva e seus componentes	6,6%	12,9%	0,3%	5,1%	7,7%	3,9%
Bens de Consumo	17,1%	19,2%	1,6%	5,7%	3,6%	2,9%

Fonte: Vanessa Boarati, 2003.

Aduzimos que estão presentes no II PND, marcas bastante arraigadas de processo ditatorial, quer dizer, as decisões por cima, à revelia dos interesses das classes subalternas, a constrição do direito social sem alterações de monta (a não ser retórica), vigorando na prática a ideologia de crescer para depois distribuir, busílis de uma tecnocracia autocrática, exigida pela burguesia nacional atrofada em concatenação subordinada com o capital internacional. Nesse sentido, a distribuição, mero anódino, porém, tão necessário e urgente no caso dos países subdesenvolvidos, aparecia como mero joguete populista ou ânsia demasiadamente precoce para o ideário oficial do golpe 64. A distensão “lenta, gradual e segura” indicava a necessidade de monitorar, manietar, controlar, de maneira estatista e politicista, o decurso social; é certo, porém, que esse controle não poderia ser onipotente, assim como não se pode prescindir do estado relegando a um complexo epifenomênico. A resolução exigida, mas insatisfatória no problema da crise do “milagre” fertilizava pressões sociais, às quais o governo procurava responder, desde as políticas econômicas vincadas ao crescimento, aos benefícios setoriais junto à resolução multifacetada dos “gargalos” de bens intermediários, ao tacão implacável da baioneta, bastião por excelência da classe dominante da *via colonial*. Vejamos a consciência geneticamente decadente dos ideólogos da burguesia brasileira, isto é, da burguesia sem aspirações revolucionárias e progressistas.

Para Roberto Campos, a combinação de autoritarismo e tecnocracia levava à modernização econômica, por garantir uma política essencialmente técnica e independente, essencial para países subdesenvolvidos como o Brasil em que as pressões sociais e consumistas seriam muito fortes. Primeiro, porque a urgência pelo crescimento econômico com estabilidade, objetivando a solução de problemas econômicos resultantes do subdesenvolvimento, muitas vezes suscitava a necessidade de políticas impopulares como controle de crédito. Segundo, porque a tecnocracia livre de pressões sociais e conflitos de classes estaria apta para gerir de forma autônoma o país, conduzindo-o para o crescimento de longo prazo no melhor padrão técnico. Terceiro, porque o governo tinha a estrutura e os recursos, próprios ou capacidade de emprestá-los, essenciais para o “big push” do crescimento econômico. (BOARATI, 2003, p. 57)

O II PND desenvolveu-se sob o embate entre a métrica ortodoxa (Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda) e a necessidade de implementar a continuidade

desenvolvimentista (João Paulo Reis Velloso, Ministro do Planejamento), este, argumento de maior legitimidade para os controles transicionais do regime. Em suma, levou-se em conta as duas proposições, sendo a segunda predominante, convertendo o próprio Simonsen, e a primeira ideia devolvida à cena no período de descontrole e desgoverno quanto à inflação. Nesse diapasão, “existe, ainda, a percepção de que haveria um conflito entre ele [Simonsen] e Velloso, sendo que o último teria ganhado a discussão e conseguido que o plano fosse adotado mesmo em uma conjuntura adversa como a vivida naquele momento” (BOARATI, 2003 p. 61).

A crise da dívida externa, a inflação e os investimentos em infraestrutura e bens de produção intermediários deixaram a marca de um tempo movido sem a mais consistente construção de planejamento (bastaria ver sua megalomania programática), que já previa, como plano de governo deliberado, uma desaceleração progressiva dos investimentos. Isto é, a própria flexibilidade, junta ao exagero inicial das metas do II PND, tornam patente um certo descuido deliberado com o médio e longo prazo, delimitando o escopo central de efeitos persuasivos de curto prazo para a manutenção da coesão e da legitimidade, ao menos, junto aos grupos empresariais beneficiados diretamente. Outrossim, gesto refulgente de um ordenamento político que degredou qualquer complementação democratizante no influxo político-econômico desenvolvimentista, subsumido, resta claro, ao plano sob epíteto de “distensão”, a âncora que fixou as decisões político-econômicas do governo Geisel.

O II PND foi perpassado, dessa feita, pela explosão dos interesses imediatos das classes burguesas, isto é, pelos estrangulamentos no processo de continuidade nas elevadas taxas de lucro do período anterior e, ao mesmo tempo, pelo desvelamento mais puro e simples de seus interesses subjacentes quando do declínio das metas do II PND, enfim, declínio do concerto do “nacionalismo de circunstância”. O plano engendrado no governo Geisel foi, outrossim, uma imposição voluntarista, como admite um dos pesquisadores mais referenciados sobre o tema, Carlos Lessa. Quer dizer, “qualquer reversão cíclica amplia os atritos entre os blocos de interesses que encontram dificuldades de se recompor em um espaço de acumulação temporariamente restringido”. Nessa linha, no “prenúncio da recomposição que presidirá a futura retomada da expansão, nessa fase de enfrentamento é natural a explicitação de posições político-econômicas que desvelam – através de críticas lançadas em múltiplas direções – as fissuras nas articulações”. No caso do II PND,

“a firmeza com que foi perseguida a implementação de uma Estratégia meramente voluntarista provocou ou exacerbou quebras devido ao atrito das medidas aplicadas sob sua égide com os blocos de interesse de peso na economia”, crivando os poros ditadura-empresariado, obrigando a inclinação à autorreforma a certame um pouco mais conturbado. Nesse bojo, porém, identificamos e discordamos de certa ingenuidade de Lessa que afirma que a “tomada de consciência das quebras levou sucessivas frações empresariais à percepção – ainda que parcial e frequentemente ambígua – do arbítrio” Enfim, “ao longo das peripécias táticas da política econômica, a crise econômica começa a se converter em crise política” (LESSA, 1988, p.2).

Ainda, deve-se destacar que no pleito desse ideário conservador-manipulatório está a viga ideológica dos economistas “heterodoxos”, qual seja, a lapidação ou aperfeiçoamento gradual de um estado-demiurgo com o qual se pensa poder mobilizar e arquitetar a economia ao bel-prazer:

Sem aprofundar, por enquanto, aqui está uma visão do Estado construtor e doador à sociedade de um modelo denominado neocapitalista. Uma clara especialização: o Estado como sujeito e a sociedade como objeto. O Estado é um escolhedor de uma taxa de crescimento de um sistema de preços relativos, da gradual constituição de um mercado de massas, etc.; é um protetor (dos fracos e pequenos); é portador de uma ética e um juiz (diferenciando bons de selvagens comportamentos); é um demiurgo (constituindo ou fortalecendo a grande empresa nacional); é o sujeito racional e de visão (produtor das Estratégias de médio e longo prazo). E não é apenas o construtor e o promotor do desenvolvimento social: será seu garantidor permanente, velando para que no interior da sociedade construída não venha a haver afastamentos das pautas do comportamento adequado. Em 1974 este Estado-sujeito estava preocupado com a obra incompleta. (LESSA, 1988, p.19)

Nota-se, também, no II PND, que a questão, já sobredita, da concentração de renda oscila entre uma primeira apreensão “dramática” que aponta fortemente o peso das desigualdades salariais, condicionando um prognóstico formal detido em não esperar “o bolo crescer para distribuir”, isto é, promover pleno emprego e distribuição de renda, para uma evasiva da questão. Depois de meados de 1974, os próprios ministros, anteriormente, críticos às condições legadas pelos governos “duristas”, repontam não ser tal circunstância – dos salários - causada por fatos recentes. Além do mais, apontam a dificuldade de preenchimento de mão de obra, mesmo menos qualificada, como uma prova cabal dos benefícios generalizados aos trabalhadores. Se antes se apontava uma

distância do Brasil em relação aos países ocidentais na homogeneidade salarial, passa-se também a edulcorar a questão afirmando o país como assemelhável aos demais da América Latina, deixando as “questões sociais” do II PND como mero formalismo. Outro apontamento que serve ao escopo granjeado é a ampliação da presença de bens de consumo duráveis nos lares entre 1970 e 1972: de carros (9 para 12%), TVs (24 para 34%) e geladeiras (26 para 33%) (LESSA, 1988). Esperava-se, ainda, que as taxas de crescimento mais ampliadas na indústria de transformação (12%) ampliassem a renda média com o abarcamento de mais trabalhadores em setores de melhor assalariamento; além disso, o II PND promoveria uma necessidade do setor agropecuário e terciário/serviçário exercer maior produtividade, barateando bens e serviços para a população em geral. Passou-se, na prática, à anterior diretiva, não obstante, sofisticada: tratava-se, então, de novamente fazer “o bolo crescer” de maneira mais racional e elaborada, e doravante, colher os louros pelos trabalhadores.

E a reflexão serena e racional ao longo do semestre de formulação do II PND, ao privilegiar como núcleo central da Estratégia as duas diretrizes básicas – Mudança de Padrão de Industrialização e Correção da Organização Industrial –, mostrou que, preservando-se altas taxas de crescimento, obter-se-ia como subproduto – resultado – a Aceleração do Desenvolvimento Social. Seria dispensável uma política ativa de distribuição, pois crescendo o bolo segundo a fórmula estratégica elegida, haveria uma redistribuição, enquanto o “bolo” cresceria (...) Sim, porque a Política de Emprego – leio o emprego gerado segundo as expectativas de crescimento propostas pela nova Estratégia – seria capaz de expandir as oportunidades de emprego de mão-de-obra a taxas acima de 3,5% a.a., consideravelmente superiores aos 2,9% a.a. (estimativa de crescimento anual da oferta de mão-de-obra). O total de novos empregos excederia em 1,7 a 1,8 milhão o aumento da oferta de mão-de-obra. (...) Quanto à política salarial, tudo como antes no quartel de Abrantes: o II PND preconiza a manutenção da fórmula oficial de reajuste salarial. (LESSA, 1988, p.48)

A propositura político-econômica supostamente harmoniosa, canora, ciente, abertamente estatista e demiúrgica, crente da capacidade racional-burocrática das Forças Armadas, da capacidade de injetar na cultura brasileira a blindagem às “minorias transviadas” politicamente, crente da função messiânica de lapidar o homem brasileiro racional e pronto para a vida da “verdadeira democracia”, sincronizando governo e sociedade civil em concordância de Objetivos Nacionais, topou contra o bastião da realidade efetiva. A debacle da Nação-Potência pôs a claro que a lâmina fina de nacionalismo e racionalidade

configuravam, em suma, a longa cantilena castrense de autorreferenciamento trôpego. Os demiurgos da pátria, baluarte alcandorado, soçobraram nos escombros de seus arranha-céus ideológicos, não deixando a sociedade ileso. Referendada pelas necessidades políticas de controle de legitimidade para a distensão monitorada, a proposta do II PND encadeou a continuidade discursiva eufórica do crescimento em ufanismo ardiloso, a contrafação da hora chegada da “distribuição do bolo”, o autorreferenciamento racional-burocrático e messiânico, plasmando um nacionalismo oblíquo, atinente ainda à dependência das potências tecnológicas do capital estrangeiro, títere da dívida externa galopante, impotente no remediamento da inflação, vacilante – deliberadamente - no compromisso de seus desafios iniciais engrandecedores e desenvolvimentistas, raquítica na efetivação dos direitos sociais necessários a qualquer proposta designada por “desenvolvimento”.

É insólita a participação da indústria de bens de capital na “rebelião empresarial.” Em 25/5/74, Cláudio Bardella, então Presidente da ABDIB, em entrevista a respeito da EMBRAMEC, disse: “O Governo vem atender agora a aspirações de 20 anos da indústria de máquinas e equipamentos.” Quem, ouvindo em 1974 um ocópio de declarações de igual teor poderia supor Bardella em 1978 defensor da abertura partidária, inclusive com a admissão de partidos socialistas legais, advogado do sindicalismo livre e imaginar que, após tais declarações, viesse a ser escolhido como empresário expressivo, por um inquérito aplicado a mais de 3.000 pares pela Gazeta Mercantil? O setor predileto do II PND em 1974 convertido em herege e, de certa forma, líder de uma fratura política do empresariado com o regime autoritário! Quem enganou quem? O Estado-Príncipe teria passado intencionalmente um “conto do vigário” na indústria nacional de bens de capital? Este segmento empresarial traiu a mão benfazeja do Príncipe? Será apenas a história de um engano, a crônica de uma frustração. É a mesquinha história de fração empresarial que, embaída pelo coro de sereias da majestática proclamação – o II PND – e outorga de sucessivas mercês, construiu seus palácios, reformou seu guarda-roupa e em 1976 descobriu que não tinha títulos nobiliárquicos. E, frustrada e endividada, sem carta de nobreza, diante do risco de perder seus palácios, assume vingativamente uma posição contra a Corte. (LESSA, 1988 p.127-128)

O II PND, destarte, soçobrou nas debilidades congênicas da economia brasileira. Projeto destemperado, de mote político, propagandista, ainda que com cirúrgico diagnóstico, encrespou em sua própria arquitetura e recursos. Se deve constatar que para a realização do plano, deliberou-se metas exacerbadas e com flexibilidade de revisão de metas, além

da junção de fundos setoriais diversos em um Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND, “Fundão”) que já continha em sua tessitura a previsão de desvinculação percentual progressiva (desinvestimento progressivo). Logo, o plano já continha a imaginação de seu insucesso relativo, de sua constrição futura, de seu revisionismo necessário; arregimentava o empresariado nacional com as promessas de “reserva de mercado” como na Lei do Similar Nacional, em que a PETROBRÁS aparecia como estatal modelo comprando mais de 80% do capital nacional, porém, não cumpria com consistência e amplidão a sustentação de um plano inviável desde o início, dados os estrangulamentos dos bens de produção básicos (e seus altos preços internacionais, que só podiam ser produzidos internamente a médio prazo com a modificação do Padrão Industrial brasileiro), a inflação consequente, a dificuldade de competição com o capital estrangeiro a despeito das isenções/subsídios/financiamentos e capitalizações do BNDE e suas subsidiárias, o regime de inflação reprimida do CIP (moderadamente, exigindo ganhos de produtividade), a dívida externa galopante para manter o crescimento (as metas ou índices são quase amplamente frustradas, frustrando os investimentos do capital nacional esperançoso com o cenário futuro, apesar do declínio do ciclo econômico) e o balanço de pagamentos crítico (já que o capital nacional fornecia apenas metade das necessidades do Departamento I); tudo isso, a despeito da ampliação das exportações, inclusive, de manufaturados (lembre-se que se estimulou as multinacionais com isenções à exportação de manufaturados, assim como se exigiu investimentos em tecnologia das filiais brasileiras e se erigiu óbices às absorções desnacionalizantes), um dos veios do II PND que foi logrado. Às empresas estrangeiras, também foi demandado a criação de *joint ventures* para transferência de tecnologias, assim como o controle de remessas que se dirigiam às matrizes na condição de assistência técnica, pagamentos de juros e *royalties* quando na verdade se tratavam de lucros e dividendos. Os estímulos às empresas automobilísticas à produção de caminhões, ônibus e tratores também foi recebido pelas empresas, embora não se tenha mudado o lugar de destaque dos automóveis de passeio; a restrição aos carros de maior gasto de combustível e o recesso dos postos não logrou êxitos.

Ainda, o estímulo geral à capitalização, com a nova Lei das SA e a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para proteger os pequenos acionistas/minoritários (bancos, fundos, financeiras) sofreu com a competição dos títulos da dívida com correção monetária e ótimos juros. A empresa nacional viu-se obrigada crescer, obrigada a entrar

na diretiva dos conglomerados, do crescimento da produtividade para ser aprovada nos planos de capitalização (EMBRAMEC, IBRASA), financiamento (FIBASE, FINAME) e para resistir ao CIP que reprimia moderadamente a inflação dos produtos finais ao consumidor. A capitalização das subsidiárias do BNDE proibia a venda ou controle acionário para estrangeiros do capital nacional, embora estimulassem a capitalização, também por estrangeiros, das nacionais. O estímulo à capitalização por parte das classes médias também sustentava o perigo de arrefecer a poupança dirigida para bens de consumo avançados, duráveis, se tornar escassa, principalmente, para indústria automobilística e da construção civil de habitação. Segue-se, em suma, que “À primeira vista, a política de 76/7 de fixação de limites, cada vez, mais estritos às importações estatais pareceria benéfica para a indústria nacional de bens e equipamentos, que inclusive fez em 1975 uma interpretação otimista da referida política”, no entanto, “Cabe notar que as restrições globais às importações estatais se inserem em um quadro mais amplo de cortes nos níveis globais de expansão. Isto significa que as restrições às importações estatais não ‘substituem’ importações por compras internas de bens de capital”, arremata Lessa (1988, p.157).

O capital industrial nacional tem seu devenir inscrito em uma sucessão que lhe garante a sobrevivência como sócio menor. Sim, porque ao longo dessas oscilações vai-se confirmando a hegemonia das filiais estrangeiras, que quão mais confirmadas estão, mais estreitam suas relações simbióticas com a empresa estatal. E isto nos aproxima do mais basilar dos equívocos dos quais o II PND é pródigo: a expansão da base industrial e os poderes à disposição do Estado não são precondições para, por um ato soberano, infltir o padrão. A industrialização brasileira se processa dentro de um padrão de desenvolvimento associado. Esse padrão não exclui o capital nacional. Ele se concentra nas órbitas não industriais e mesmo nela tem seu lugar garantido. Apenas não é hegemônico, mas sim um sócio menor. Base industrial e Estado são criaturas do próprio padrão. O II PND pretendeu, a partir de ritmos diferenciais de crescimento, deslocar gradualmente a ponderação do capital nacional. Não é impossível que a empresa nacional possa vir a ser dominante em algum ou alguns novos setores, porém isto não altera o padrão de desenvolvimento associado. Porque para abrir-lhe caminho nesta direção é necessário possibilitar àqueles interesses outras trilhas internas. (LESSA, 1988, p.277)

Somente com o escrutínio sobre a industrialização promovida pela SUDENE, a configuração e crise do “milagre econômico” e o II PND perpassado pelo que designamos por “nacionalismo de circunstância” e seu inexorável declínio, pudemos assentar a plataforma histórica para a explicação da emergência da relevância econômica e política

do CIC, movimento em que C. Gomes aparece como persona política distinta, um alto-falante. Nesse diapasão, “A eleição de Tasso Jereissati para o governo do Ceará, em 1986, inaugurou um novo ciclo de hegemonia burguesa neste Estado federativo. Este ciclo inclui, além de suas três administrações (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002), a de Ciro Gomes (1991-1994)”, que congregam o chamado “governo mudancista”. Nessa mesma linha, segundo Nobre (2008, p.16-17), “Todas se caracterizaram por buscar estabelecer novas situações para a acumulação capitalista no Ceará, em sintonia com a mundialização do capital e com os processos de contrarreforma do Estado, como governos amparados em determinadas bases sociais e políticas”. Ainda, “Tratou-se, assim, não apenas da continuidade no poder de um mesmo grupo e de seus aliados – o que, por si só, é de suma importância para qualificá-lo como um ciclo de hegemonia político-partidária”. Vejamos, novamente, uma súmula mais ampliada do grupo do CIC:

A composição dessa nova elite política é bastante peculiar: são empresários jovens, na faixa de 30 a 40 anos, com formação superior e cursos de pós-graduação realizados em importantes centros nacionais e internacionais, e quase todos estavam à frente dos negócios das famílias, *que se expandiram com os incentivos do planejamento estatal, e mantinham boas articulações políticas com empresários do eixo Rio - São Paulo*. Dentre esses empresários destacam-se os que também foram presidentes do CIC. Tasso Jereissati formou-se em Administração de Empresas e tinha 38 anos quando inicia sua primeira gestão no Governo do Estado do Ceará. Filho de político importante, Carlos Jereissati que foi eleito deputado federal em 1954 e 1958 e depois senador em 1962. Como um dos administradores do Grupo Jereissati, Tasso estava envolvido, na época, com um diversificado patrimônio de quase vinte empresas, sendo pioneiro na implantação de grandes shoppings center em Fortaleza e muito forte nos setores hoteleiro e imobiliário. Beni Veras, formado em Administração de Empresas e com militância no Partido Comunista Brasileiro - PCB, presidia o Grupo Guararapes do ramo de confecções, foi senador da República, ministro e vice-governador do Ceará (1999-2002). Amarílio Macêdo, economista e dirigente das Organizações J. Macêdo (ramo de alimentos, bebidas e revenda de automóveis, dentre outras atividades), militante da Juventude Estudantil Católica e presidente do Diretório Acadêmico de Economia em 1967, foi um dos coordenadores da primeira campanha de Tasso, mas dele se distancia logo no início do governo e passa a liderar uma forte oposição articulada no movimento ‘Fortaleza sim, Cambéba não’. Com o governo de Ciro Gomes, Macêdo volta a entrar em sintonia com o grupo, ganhando espaço político com o Pacto de Cooperação e se filiando ao PSDB. Sérgio Machado, amigo de infância de Tasso, formou-se em Administração de Empresas e Ciências Políticas e Econômicas, foi Secretário de Governo na Gestão Tasso I, senador da República, e depois, já afastado de Tasso, candidato ao governo em 2002 pelo PMDB. Sua família

esteve a frente de atividades de beneficiamento de algodão, depois comércio de exportação (Casa Machado) e na área educacional (Colégio Geo). Sérgio Machado também é filho de político, Expedito Machado, que foi deputado estadual e federal e, depois, ministro no Governo João Goulart, sendo cassado pelo regime militar. Por conta disso, Sérgio acompanha o pai ao exílio, vivendo em Paris durante um ano, quando tinha 15 anos. Assis Machado é engenheiro civil, atuando nos ramos da construção civil (Construtora Mota Machado S.A.) e têxtil (Fiotex Indústria S.A.), foi secretário de Tasso em mais de uma gestão e candidato à Prefeitura de Fortaleza, continua como um dos seus mais firmes aliados. (NOBRE, 2008, p.18, grifos nossos)

A plêiade empresarial, tratada recorrentemente como uma vanguarda ideológica “modernizante”, passa a contraponto à ditadura e ao governo cearense mediador, isto é, ao “coronelato”. É preciso lembrar que os incentivos concentrados na SUDENE passam a desabar com a configuração de outros programas de desenvolvimento, isenções e subsídios, como demarcamos linhas atrás. Nessa risca, a “grita” empresarial “modernizante” pela “renovação burocrática” insere-se na afiada e socialmente necessária crítica ao “estatismo” ditatorial quando as reversões de taxas de acumulação passam a emergir quando de meados da década de 70, como fora debulhado a respeito do “milagre econômico” e seu ocaso. Se trata, em suma, de libelo empresarial contra a mixórdia de diretrizes e o atravancamento “estatista”, um sopro autodesignado “modernizante”, que atila ideologia conservadora-manipulatória em momento que o último suspiro – II PND – evanesce. É fundamental lembrar que das mais de 900 indústrias que surgiram no Nordeste, até a década de 80, a partir dos programas de incentivos, 19,8% estavam concentradas no Ceará, com destaque para a sua triplicação industrial e para os grupos Jereissati e Macêdo, do CIC, coadunados ao capital nacional/internacional (NOBRE, 2008).

As ressonantes “críticas dos empresários do CIC também estavam direcionadas aos governantes em âmbito federal, devido à centralização das decisões políticas pela burocracia estatal ligada aos militares, à crise inflacionária que havia se agravado e à redução dos investimentos de fundos públicos na região Nordeste”. Enfim, foram ignoradas, por esses empresários, todas as máculas de um desenvolvimento teratológico e concentrador de renda (“milagre econômico”), em que a questão infraestrutural unilateralizada e de bens de consumo duráveis, calcada em dívida externa e boa

exportação de *commodities*, esquadriharam um desenvolvimento mutilado, torto, sem amplitude social, sem preocupação de progresso social ou com a modificação autônoma e completa do capital industrial nacional, em palavras mais conhecidas, um desenvolvimento dependente-associado sob o tacão de ferro do estado bonapartista. A grita empresarial surgiu, incisiva, quando o débil e monstruoso “milagre”, atinente ao apanágio tortuoso de avanços e recuos da economia brasileira, soçobrou, combalido por seus pilares, estruturalmente, astênicos. Dessa feita, “A partir dessas críticas, que perpassam a vida social, e do próprio processo de mobilização social que o grupo deflagrou, ao reunir em torno de si diversos outros segmentos sociais insatisfeitos com o quadro político local e nacional, esta elite empresarial vai se credenciando como dirigente político, uma condição indispensável para alçarem o poder estatal” (NOBRE, 2008, p. 18). Destarte, foi o pleito da “renovação burocrática”, retomada de um projeto outrora prometido pela Ditadura 64, que arregimentou a aquiescência de vários setores sociais, congregando classes em um “projeto mudancista” que primava por um estado ilibado e austero, técnico e eficiente. Pode-se lembrar, com tamanha facilidade, que o discurso de varredura moral fora usado, ao menos, por Jânio Quadros, pelo Golpe 64 e, também, se repetiria no umbral da década de 80 a 90 com o “fim” (transição transada) da ditadura e, posteriormente, com o presidente eleito Collor.

A eminência Jereissati-Gomes visava recuperar dinamismo econômico e burilar a máquina estatal no sentido da propalada “renovação burocrática”. Se tratou de potencializar os setores competitivos em mercado externo com isenções fiscais e infraestrutura coerente para essa expansão. Na mesma risca, a tentativa de galvanizar o dinamismo da agricultura e pecuária, renovando seus modelos inversão e produtividade, com repasses de capital pelo governo. A austeridade fiscal visava reaver as condições de investimento do estado, algo que fora designando por infraestrutura econômica e social. Em suma, processos que foram aglutinados com a altivez de um empresariado que estabeleceu sua fachada de “renovação” para o conjunto da sociedade. Empresariado, este, que precisava refazer condições de acumulação, que enredou as modificações políticas atinentes ao projeto vislumbrado, coordenando coação e consenso no decurso dos novos rumos ditados. Segundo Nobre (2008), se tratou de edificar uma hegemonia político-cultural. Deve-se destacar, junto a outros autores pesquisadores do tema, que todo esse processo foi engendrado com a preciosidade perversa das transformações brasileiras: a “transição/conciliação pelo alto”, “oscilação de acordos por cima”,

combinando-se com o decurso da autorreforma da ditadura, a transição transada já investigada.

A “Era Tasso”, por sua vez, criou o espaço para a consolidação, no Ceará, de um processo de “modernização conservadora”: permitiu amplo crescimento econômico com a manutenção da desigualdade social, abriu novos campos da acumulação capitalista enquanto potencializou outros, gerando resultados contraditórios na sociedade local. Nesse esforço de criar outras condições para o desenvolvimento capitalista, realizou-se uma contra-reforma do Estado que, no tocante à reforma político-gerencial do Estado requisitada pela nova fase da acumulação capitalista, acabou por provocar tensões no próprio processo de legitimação político-eleitoral dos empresários do CIC. Isto se refletiu na composição de forças políticas dos governos que formam a “Era Tasso”, nos compromissos assumidos com seus aliados e na direção política de seu projeto de poder (...) No conjunto, as mudanças em termos de aliados políticos registram que o grupo de empresários desvencilhou-se de seus apoiadores iniciais, em parte ligados aos movimentos sociais e partidos de esquerda, e vinculou-se às lideranças com forte tradição na política local, sobretudo no interior do Ceará. Paradoxalmente, o grupo do CIC havia chegado ao poder a partir da crítica a essas lideranças e suas formas de fazer política, com um discurso que foi decisivo na eleição de 1986, inclusive para a aproximação com os setores de esquerda. Esse discurso se manteve ao longo dos anos, mesmo com a presença no governo em momentos de campanha de políticos ligados aos antigos governantes. O comprometimento com a política que conserva traços tradicionais não inviabilizou o aparecimento de novas práticas na construção de sua hegemonia político-cultural, permitindo relações diversas na sociedade. (NOBRE, 2008, p.32)

Veja-se que o tipo ideal “moderno” serve, subjacente à oposição do “tradicional”, como insumo ideológico imantador e conservador-manipulatório, que entende, ora, a galvanização industrial capitalista, ora, a burocracia burilada como estágios maximamente aperfeiçoados da reprodução social, que devem ser atingidos sob pena da perenidade do “atraso” deletério. No entanto, não deslinda a relação-capital; não deslinda a particularidade dos capitalismo configurados em articulação mundial; não deslinda os limites e obliquidades da emancipação política, influxo da democracia burguesa acabada. Vige como apologia direta do capitalismo, demarca-se, já na sua fase generalizadamente decadente. E no caso brasileiro, faz renovar, periodicamente, a sanha dos grupos promissores do definitivo acerto de contas com o passado e, doravante, a efetivação, eloquente e final, do construto “moderno”.

Por conseguinte, “modernizar” refere-se, ora, ao pleito desenvolvimentista industrial, ora, ao pleito da designada “renovação burocrática”. A “renovação burocrática”, no entanto, comparando-se às feições “tradicionais”, aparece como crista das realizações emancipadoras, congregando universalização e racionalidade. Se despista que se trata, na emancipação política aperfeiçoada, de edificação de racionalidade limitada e fetichista e da comunidade da universalidade abstrata, da vida genérica abstrata, do cidadão, instância repleta de estatuto teológico/religioso, nas palavras de Marx (2010). No caso do capitalismo hipertardio, a ideologia da “renovação burocrática”, isto é, da completação da democracia permanece como sonho vivo sequioso, fosforescente, propício aos que querem clamar arditosamente sua iminência, dado que sua irrealização conserva no capitalismo hipertardio a torpe esperança de tal panacea depauperada e desacreditada desde o século XIX, na *via clássica* do capitalismo, quando o levante proletário alvejou as debilidades da política burguesa democrática, da luta meramente tática e cravou a metapolítica através por meio da estratégia da revolução.

Nessa urdidura, a “modernização” da “renovação burocrática” objetiva-se, como já dissemos, com o mesmo ardil ideológico da instauração da ditadura 64. Porém, objetiva-se, no “governo das mudanças” cearense (e nacionalmente), quando o pleito do desenvolvimentismo industrial, ou mesmo, a configuração de um capital industrial completo e autônomo, arrefeceu, pereceu a meio caminho, se formos muito generosos na acepção, vez que desde o bonapartismo 64, o desenvolvimento dependente-associado cristalizara-se, sem que a sombra do II PND tenha modificado definitivamente as rotas, vítima de insucesso propriamente estrutural.

O “governo mudancista” impõe-se no Ceará, dessa feita, atrelado ao imantador “renovação burocrática”, condenando o “empreguismo”, o “clientelismo”, o ranço “tradicional”, as lideranças empedernidas e inveteradas do “coronelato”, fazendo crer na “renovação burocrática” um verdadeiro acendramento da vida pública. Congregava, conjurava e congraçava diversos setores sociais a reboque, ao passo que, o mote dessa “transição/conciliação pelo alto” estava, fundamentalmente, na atualização política propícia para as novas fases da acumulação de capital, que passavam longe daquele projeto primígeno regional-desenvolvimentista da SUDENE de Furtado.

Nobre (2008) chamará a “Era Tasso” de “revolução passiva”, isto é, de momento onde a “transição/conciliação pelo alto” conseguiu cercear e estancar movimentos mais radicalizados, mais populares, por vezes, os absorvendo. Nesse sentido, os “governos mudancistas” cearenses tiveram que parcialmente reaver relações com aqueles adversários locais, personificações do “tradicional” (C. Gomes teve como vice-governador Lúcio Alcântara, eleito governador em 2002 seguindo a diretriz do CIC, sendo este, ex-membro do ARENA, PDS e PFL). Contrapostos aos institutos do “tradicional”, refringentes ao madraçal do “atraso”, “empreenderam imenso esforço para reduzir os custos da máquina burocrática e lhe dar novo formato, mais condizente com aquela ideia de Estado mínimo”. Seguimos com Nobre (2008, p. 69), que diz “para tanto, foram utilizados diversos mecanismos: privatização de empresas estatais, terceirização de serviços, descentralização e transferências de setores para os municípios, extinção e fusão de órgãos administrativos, estímulo ao afastamento e demissão voluntários de funcionários, contenção salarial, diminuição de gratificações e outras vantagens que o funcionalismo público dispunha”. O corte de funcionários chegou a 11,36% e o rebaixamento do salário médio a 18,45%. Enfim, crivou a empresa pública do premeditado saneamento, em grande parte, contando com a razão de desfigurar o opróbrio “empreguista” anterior que estabelecera uma folha salarial de 140% do orçamento estadual, contendo funcionários fantasmas, acúmulo de funções e funcionários que não atuavam.

Nesse esforço concentrado de redução dos custos da burocracia estatal, também se insere, com grande centralidade, a reforma previdenciária aprovada em maio de 1999, momento em que o processo de contra-reforma neoliberal no Brasil já havia proporcionado as bases legislativas para isto. Como medida principal gerada, encontra-se a criação de um único sistema para todo o funcionalismo, o que permitiu um controle sobre os valores pagos, não podendo exceder o salário do funcionário quando estava na ativa. A partir dessa reforma, e outros ajustes realizados posteriormente, também foram reduzidos os gastos públicos com a previdência do funcionalismo por meio de dois mecanismos: 1) passou-se a contar com a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas; 2) foram limitados os gastos estaduais com a previdência, o que ocorreu com Mensagem No. 6.408, de abril de 1999. Esta determina que “... a despesa líquida com pessoal inativo e pensionista do SUPSEC não poderá exceder, em cada exercício financeiro, a 12% (Doze por cento) da receita corrente líquida do Estado...”. A reforma previdenciária, tal como prevista inicialmente pelos “governos das mudanças”, teve uma modificação quanto à perspectiva de se ter um único sistema para o conjunto do funcionalismo estatal dos três poderes (executivo, judiciário e legislativo). De fato,

devido às pressões sofridas no âmbito da Assembléia Legislativa, o projeto encaminhado em fins de 1998, foi alterado em abril do ano seguinte e um mês antes de sua aprovação. A mudança implicou a manutenção de um sistema diferenciado para os deputados estaduais: “Os Deputados Estaduais não serão contribuintes do Sistema Único de que trata o ‘caput’ deste artigo e poderão ter sistema próprio de previdência social, mantido por contribuição dos segurados e pensionistas e por recursos do Estado...”. Esta proposta – ressaltado, mais uma vez, que não estava no projeto inicial – deveu-se provavelmente às dificuldades decorrentes de sua negociação no âmbito legislativo (NOBRE, 2008, p. 71-72)

No setor infraestrutural, angariando as condições necessárias para o dinamismo econômico, estabeleceu-se o Sistema Portuário do Pecém, assim como se buscou a ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza. Além disso, na questão hídrica, se demarca o Açude do Castanhão e os Canais de Irrigação. Estabeleceu-se, também, ao empresariado, uma carência de três anos para recolhimento do ICMS, sem correção monetária, além das condições de isenção de imposto de renda, por 10 anos, conduzidas ainda pela SUDENE, além das concessões de terrenos que já citamos.

Por último, outro componente central dessa reforma estatal, diz respeito ao amplo processo de privatização de empresas estatais iniciada por esses governos e que seguiu em outros momentos. Além do já mencionado resultado na redução do quadro de pessoal (representando uma estratégia importante, do ponto de vista desse projeto, no redesenho da burocracia estatal), essas privatizações refletem o posicionamento do Estado na contemporaneidade em sua relação com o mercado. De fato, a ideologia neoliberal, com seus reflexos nas políticas públicas, tem apostado em uma crescente retirada da função estatal de setores que são importantes para a acumulação de capital. Assim, como no Brasil de forma mais ampla, as privatizações no Ceará ocorreram em setores estratégicos e lucrativos, sendo os exemplos mais importantes o de energia elétrica (Coelce) e de telecomunicações (Teleceará) (NOBRE, 2008, p.73).

O projeto “mudancista” do CIC absorveu, portanto, as demandas já generalizadas, de certos empresários às classes operárias, de mudança de regime; no entanto, as absorveu por meio da contrafação da “renovação burocrática”, como temos decifrado até aqui. Nobre (2008, p.104) traz à cena, depoimentos de Beni Veras, um dos membros do CIC, que propala sobre as reuniões do órgão “vanguardista”: “discutíamos questões da democracia no País, a questão da distribuição de renda, o Nordeste em relação ao País, a ética na política, a ética na empresa, questões desse tipo, relevantes. E essas questões não interessavam muito ao pessoal da Federação [FIEC] a essa altura”. Dessa feita, ao contrário dos empresários da conservadora FIEC, os empresários do CIC se apresentam

como preâmbulo ou antessala do “novo”, do “moderno”. Os empresários do CIC seriam forjados em influência “modernizante”, dos órgãos burocráticos como do BNB e da SUDENE, assim como da UFC, Universidade Federal do Ceará, como admite Macêdo: “Nós tínhamos, no CIC, um grupo de grandes técnicos do Banco do Nordeste e de outras entidades governamentais que nos orientavam; Osmundo Rebouças – que desde aquele tempo era o guru dessa geração – Chico Augusto, Pedro Jorge, que é do Banco do Nordeste também, ou era, André Haguette, Petrola e muita gente mais (...) Cláudio Ferreira Lima”. Mostrando o espírito “modernizante” do CIC, “Era um grupo grande e não ganhavam nada. Essas pessoas davam orientação e assistência por puro idealismo; nunca pagamos um centavo a quem quer que fosse”. Segue que “Com o tempo, foi havendo uma certa tendência ao conflito, tanto que a Federação assinou um documento ao Figueiredo, dizendo que ele deveria ter cuidado com a abertura política (...) para ser cuidadoso com a democracia. Essas coisas deram uma revolta em nós todos que éramos contrários a isso. Éramos a favor da democracia”.

Os empresários do CIC formaram consistente novelo de acordos e debates ideológicos com os empresários do sudeste propugnadores do pérfido e já debulhado “Documento dos 8”. Tal vínculo aparece novamente (NOBRE, 2008, p.103) no alto-falante de um membro do CIC, Amarílio Macêdo: “nós trouxemos esse povo todo para vir falar aqui. Veio Mindlin, Cláudio Bardella, Antônio Ermírio de Moraes e Abílio Diniz. Vieram vários desses vanguardistas empresariais, entre outros: Oliveiro Ferreira, Carlos Castelo, o Castelinho, Maria da Conceição Tavares – foi uma polêmica monstruosa: ela quase agrediu os empresários da velha guarda”. Sustentando a posição da “vanguarda empresarial”, “Antônio Ermírio de Moraes, por pouco, não segurou no colarinho do Zé Afonso Sancho, porque o Antônio Ermírio de Moraes tinha ódio a banqueiro. E o nosso banqueiro maior [riso] sentado na primeira fila se levantou de dedo em riste, Antônio Ermírio se destemperou, depois pediu desculpas, mas foi uma coisa curiosa”. Na contextura desses “episódios do CIC, mudou-se a agenda do Ceará”, segundo Macêdo, membro do grupo empresarial “vanguardista” chamado carinhosamente pelo coronel Virgílio Távora de “meus dentes de leite” (NOBRE, 2008, p.15). Toda pletera de argumentos “desestatizantes”, “antiautoritários”, “democratizantes” vigia quando a temperatura do II PND esfriou, derrogando as vantagens prometidas e dilapidando o futuro promissor das inversões/investimentos já executados pelos industriais que se

congraçaram no “nacionalismo de circunstância”. Eis o abre-alas do “novo” – mais uma vez – no Brasil.

Por último, não foge à questão que a ascendência do CIC granjeou grande apoio nos intelectuais, artistas, na burocracia de estado, na pequena-burguesia e nas lideranças sindicais e religiosas, nos partidos de “esquerda” e nos movimentos sociais. Destaque-se que mesmo entre os empresários do CIC se admitiu que um dos grandes trunfos da eleição do primeiro governo Jereissati foi a militância exaustiva do PCdoB. A aliança vitoriosa contou com apoios tanto do próprio PCdoB quanto do PCB, além de uma profunda tentativa de coadunar ao “mudancismo”, PT, PDT e PSB, que não subscreveram o projeto naquele momento. Portanto, enredou forças de “esquerda” - clarificando a debilidade/cooptação de projeto/programa e ausência de independência ideológica e política da esquerda – que foram aglutinadas com o braço civil do CIC, o “Pró-mudanças”, capitaneando pelo empresário Amarílio Macedo, que costurava junto ao pleito dos atores progressistas a expectativa de uma “renovação burocrática” que edificasse a participação popular, a interferência política dos subalternos. O vasto grupo Pró-mudanças, entretanto, foi abruptamente exilado da política após o momento da campanha, com a vitória de Tasso consagrada, causando também o afastamento de Amarílio Macêdo (que voltaria ao governo com C. Gomes) e a renovação do grupo civil de apoio a um organismo de oposição, o Movimento Pró-mudanças. O próprio Amarílio Macêdo admitiria que “Quando terminou a apuração, o Beni chamou a mim e ao João de Paula e disse: ‘olha, manda a moçada [grupos sociais do Pró-mudanças] para casa que a gente agora precisa trabalhar’. Eu disse: como é? Trabalhar sem a moçada, mas não é participativo?”. Segue, Macêdo: “E hoje eu até compreendo esse fechamento do primeiro governo, mas foi um prejuízo monstruoso esse distanciamento da base social que (...) seguiu mobilizada depois, preparando, à revelia da estruturada equipe que iria governar, propostas para as diferentes áreas de interesse do Estado” (MACÊDO apud NOBRE, 2008, P. 137). Endossando o descolamento, “Mexeu muito com a elite do pensamento do Ceará (...) com a eleição do Tasso (...) tinha que ter terminado, acabava aí a sua função (...) Amarílio, no seu entusiasmo continuou trabalhando (...) fazendo um programa de governo para levar ao Tasso”, porém, “o Tasso recebeu e arquivou porque não era função do Pró-Mudanças fazer isso e sim pessoas que compunham o Pró- Mudanças, como compunham todos os outros comitês, pessoas escolhidas pelo Tasso para pensar o seu governo e formar o seu gabinete” (FIÚZA LIMA apud NOBRE, 2008, p. 138)

Com isso, damos passo em nossa crítica ontológica. Tanto a ascendência política do CIC, quanto a proeminência de C. Gomes, no seio da transformação transicional pelo alto, autorreforma da ditadura, se encontram respaldadas na ideologia abstrativante da “renovação burocrática”, tão manipulatória que também fez parte da pletora ideológica da implantação ditatorial 64 (“combate à corrupção nacional-populista”, “combate ao aparelhamento das estatais”). A “renovação burocrática” (re)aparece empiricamente como panaceia em que subjaz essencialmente as exigências renovadas do capital. Se no CIC, encabeçado por Tasso Jereissati, vincado ao propalado cartaz modernizante, reatualizado e persuasivo à época, vicejava uma representatividade orgânica da burguesia brasileira, vitimada ainda pela crise do “milagre” irresoluta, tendendo à faceta da política econômica “ortodoxa”, em C. Gomes se tem uma inflexão um pouco distinta. O último também se vale do momento de insatisfação empresarial (que vai ganhando tons populares e sindicais, assim como ganhando parcelas da chamada “classe média”), do rompimento privado-estatal no projeto do II PND, isto é, a debacle do “nacionalismo de circunstância”, para carrear o ideário “modernizante”, afeito à “renovação burocrática”, todavia, atinente ainda a uma política econômica que mesclará distintos graus de “ortodoxia” e “heterodoxia” econômicas. Demarcamos, Gomes não se porta como um antigo arauto incisivo e verborrágico do *nacional-desenvolvimentismo* trabalhista, algo que vem, inclusive, a condenar por “irresponsabilidade populista”, como veremos. Em suma, o *Standpunkt* do político C. Gomes não é, nem pode ser, como mais recentemente se sugere, propriamente uma burguesia industrial *nacional-desenvolvimentista*, posto que já putrefata qualquer possibilidade de uma inversão anímica da burguesia industrial a um projeto verdadeiramente nacionalista e progressista, mas também, nem sequer a classe proletária operária. Veremos isso à frente.

4.4 Os primeiros gorjeios de C. Gomes: o político intelectual do intelecto político

Em entrevista de 1991(1), C. Gomes, recentemente eleito Governador no bojo do “projeto mudancista” cearense e repousado no PSDB, discorre sobre a falta de “adensamento” ou “enraizamento” do partido infante na sociedade brasileira, para explicar o insucesso nos pleitos governamentais, dos quais Ciro fora uma exceção. Nesse ensejo, o futuro autor e político governador do Ceará, remete às eleições de 1989 para presidência como um

momento de “passionalização” e de “populismo”, reavendo uma crítica bastante típica da ideologia da “renovação burocrática”. Relembramos, este último, ideário utilizado tanto pela instauração do golpe 64 contra o “aparelhamento das estatais”, contra o “nacional-populismo corrupto” (além da “subversão”, do “inimigo interno”, do “comunismo”, da “república sindical”), quanto na autorreforma ditadura 64, em que ardilosamente, vigorou uma nova rodada ideológica da “renovação burocrática”, da qual fez parte o CIC e político C. Gomes. Nessa linha, segundo discorre, o fim da década de 80, quando deveríamos retomar o fio perdido da “renovação burocrática”, cede espaço, mais uma vez, ao que o político chama de “maniqueísmo” e “populismo” (referências, prováveis, ao quadro Lula versus Collor). No campo dessas obliterações, o PSDB como ideia “complexa” de “centro-esquerda”, para o autor, não conseguiu desmanchar as nódoas do obscurecimento “populista”.

Ao tratar da eleição de Fernando Collor, em 1989, Ciro a classifica também como uma eleição advinda da manta “personalista”, outro predicado contrário ao “moderno”. Em outras palavras, eleição a partir de certas “angústias” da população brasileira, que vislumbrou em Collor a representação temporária da resolução; trata-se, enfim, da vitória do “moralismo” congado na “caça dos marajás” aparecendo novamente como cântico e apego ingênuos de uma massa empobrecida e perplexa com a corrupção do estado brasileiro. Enfim “populismo”, “personalismo”, “maniqueísmo” e “moralismo” são abotoados sem fundo debate sobre classes e sobre a autorreforma da ditadura. Nessa tessitura, passa longe qualquer referência crítica à pleora ideológica do “moderno”. Nessa mesma linha, os vínculos políticos dos Ferreira Gomes com César Cals, uma mediação cearense “tradicional” com a ditadura, fica obnubilado. A despeito, portanto, do insucesso em nível federal, e em outros estados, do Partido Tucano, C. Gomes assume que o PSDB, via do “novo”, arregimentou no Ceará outro padrão de influência em que grassa aquele faltante “enraizamento” do nível federal; segundo o político, há ali, no Ceará, influência nos “sindicatos”, no “movimento comunitário”, no ‘movimento universitário”, no “movimento de mulheres”, “ecológico”, enfim, um estágio “sofisticado de organização”. Mais do que isso, afirma: “temos o imenso sucesso do nosso governador Tasso Jereissati que é o nosso emblema”, embora o empresário do CIC tenha sido eleito ainda pelo PMDB.

Aparece na dicção de Ciro, uma mordida bastante feroz contra a esquerda que configura uma “oposição sectária”, que “manipula bandeiras” em prol de “situações ideais”.

Ademais, refere-se que na oposição há “essa coisa da ditadura que entrou na alma das pessoas”, referendando mais uma vez o sectarismo deletério, em detrimento de uma posição proativa de negociações, isto é, de certo pragmatismo. Em contraste, portanto, afirma o diapasão responsável socialdemocrata do PSDB, sublinhado, ao que se pode inferir, como a esquerda que põe a “mão na massa” e se afasta de diretrizes “maniqueístas” e “populistas”.

Para se aprofundar nessa clivagem das oposições “sectária” e “progressista”, Ciro passa a dar pistas de um “enraizamento” antes faltante segundo seu discurso, quais sejam, afirma que em São Paulo o Partido da Social Democracia Brasileira está ancorado em uma “classe média perplexa” com a administração municipal do PT, isto é, que o PSDB se afirmava, portanto, como a oposição “progressista”, “não-reacionária”, ao suposto fracasso petista; dessa forma, o apoio a Lula nas eleições presidenciais 1989 aparece, em São Paulo, como uma espécie de traição ou contradição do PSDB, partido de oposição à esquerda e não sectário. Por fim, completa: “votei no Lula, mas votei calado”, insatisfeito com a sobredita cena armada entre “maniqueísmo”, “populismo”, “moralismo” e “sectarismo”, nódoas sociais que apagaram o equilibrado PSDB.

Em suma, o político cearense é bastante explícito ao afirmar que a base social que tinha o PSDB como um elemento de referência, postava-se, convictamente, contra Lula, o que explicaria parcialmente a grave vacilação do PSDB (do “grupo paulista”) na “forma” de apoio ao petista, a despeito de Gomes assumir o voto no candidato, providenciado, entretanto, com discrição e sem qualquer recomendação ou mobilização. Não obstante, o político se faz consciente de que o pleito de “centro-esquerda socialdemocrata” do PSDB deve ainda atingir os operários, que deve para isso fazer congregar forças militantes para atingir os movimentos sociais populares e não só aqueles que “tiveram melhor sorte”, a própria “classe média” que sustentaria, até aquela data, o ideário do partido. De toda maneira, o PSDB aparece como fulcro socialdemocrata, portador de atilado portfólio de saberes administrativos e sociais, enquanto o PT, sectário de raiz, enquistava uma velha posição de esquerda, “populista”, despreparada, sem habilidade, com um conjunto de interesses aquém de uma propositura política responsável.

Abrolha, no discurso de C. Gomes, o desvelamento da “cara” PSDBista, o que confere o desvelamento da própria insígnia do autor. Em arguição sobre participação no governo Collor, Gomes assume a possibilidade de participação diante de uma discussão às claras

sobre itens necessários, dos quais: “austeridade monetária”, “ajuste fiscal”. Destaca, ainda, o apanágio “atrasado”, “conservador”, “fisiológico” do governo Collor, dando a entender que o governo do “caçador de marajás” não granjeou a retomada do fio perdido da “renovação burocrática”, embora assuma que a equipe econômica do governo ainda seja um “grupo muito bom”.

O ideário do governador cearense, forjado no bojo da ascendência do CIC, parece, subentendidamente, contrastar constitutivos deletérios da sociedade e política brasileiras, como o “personalismo” adstringente, o “populismo” obnubilador, o “moralismo” passional, o “fisiologismo” pérfido, o “maniqueísmo” inepto, com as virtudes da técnica, da responsabilidade fiscal, da capacidade científica de administração política, do pragmatismo, da neutralidade axiológica, da boa negociação, do bem-estar coletivo. De todo modo, agindo pelo pragmatismo, nosso autor, ao ser questionado sobre a aliança, em São Paulo, de membros do PSDB com a escumalha “fisiológica”, conclama a “imposição da real politik”, ocasião “onde não há anjos”, onde a conciliação pode e deve ser feita pelo “interesse público”.

Outra seção temática da entrevista merece atenção: a questão candente da superação do “coronelismo” no Ceará. Ao que se vê a resposta: “nós tomamos o estado quando esse grupo liderado pelo governador Tasso Jereissati assumiu, com todas as receitas correntes do estado só eram suficientes para pagar 70% de uma folha de pessoal do mês. E os funcionários, havia 3 meses, estavam atrasados nos seus vencimentos e havia um colapso completo em todos os serviços”. Ainda “hoje o estado do Ceará paga sua folha de pessoal com 65% da sua arrecadação e ...35% são para financiar um projeto de mudanças que nós chamamos lá, basicamente na nossa infraestrutura social e econômica”. Na área social: “construímos 20 mil casas (...) significa a metade de tudo que foi feito no Ceará por toda vida (...) duplicamos a área irrigada (...) mais de 8 mil hectares irrigados com recursos diretos do estado do Ceará; em projetos de assentamento, temos grandes indicadores na área de reforma agrária (...) afirmação de um projeto reforma agrária consequente (...) as escolas estavam totalmente destruídas, hoje 2/3 delas estão totalmente recuperadas. As estradas inteiras estavam destruídas, 70% delas estão recuperadas”. Questionado ainda sobre demissões: “eu não tenho número de demissão nem intenção de demitir, porque infelizmente a constituição federal e estadual estendeu um instituto da estabilidade a todos os servidores que foram contratados na orgia clientelista dos governos dos coronéis durante muito tempo, em que houve uma noite em que se contrataram 40 mil pessoas no

estado do Ceará. Uma noite apenas. Para financiar uma eleição, foi feito esse absurdo e hoje a constituição engessou isso (...) Então, eu não posso fazer a quantidade de demissões que necessitaríamos (...) agora, nós vamos demitir rotineiramente todos os servidores que não cumpram rigorosamente seus deveres de assiduidade, de seriedade, de tratar bem o contribuinte...ele (Tasso) já fez, tirou 43 mil cheques da folha de pessoal e nós vamos continuar fazendo”.

Questionado sobre o que é socialdemocracia no Ceará, exemplo agudo do subdesenvolvimento, tendo em adendo fala de um jornalista, sobre artigo de Florestan Fernandes que tomaria essa propositura socialdemocrata no Brasil por ilusão, o político responde de pronto: “Marx também prescrevia a revolução proletária onde havia proletariado e prescreveu que aconteceria na Inglaterra onde a revolução industrial aconteceu e foi acontecer na União Soviética rompendo uma sociedade rural, feudal, enfim, essa ‘coisa’ é absolutamente secundária”. Ao expressar o apanágio da socialdemocracia brasileira, o político sublinha que dois pontos são essenciais: o estado como provedor de bem-estar e o estado interventor na coordenação econômica para dirimir desigualdades, idealmente, extingui-las. Ao identificar a problemática brasileira, acusa as “corporações” ou grupos que sentenciaram a subalternidade do estado; em termos mais claros, bem conhecidos na semântica da sociologia brasileira, se trata, para Gomes, de uma “luta permanente” contra as “elites patrimonialistas” que viciaram o estado como escaninho particularista. O autor aponta que os setores *patrimonialistas* são “fragílimos” desde que se empenhe a luta conciliada à população. Mais uma vez, fica evidente o pleito da “renovação burocrática”, do aperfeiçoamento técnico e do atilamento da administração política em uma perspectiva neutra e demiúrgica.

Vociferando, desde já, contra a manta ideológica neoliberal, acusa o ideário de “pretender demitir o estado” da sua função de “interventor na economia”; carece aqui, no entanto, de uma explicação mais adensada e qualificada do seu aspecto “heterodoxo”. O autor continua e explica não ser apologeta da emulação burocrática, isto é, da criação de um “socialismo de direita” como a ditadura no Brasil teria feito. “Socialismo” aparece, resta claro, como emulação burocrática de tipo stalinista, enquanto, a socialdemocracia viceja como estado equilibrado, burilado, atuante e técnico, que “libera forças da economia”, mas intervém evitando desigualdade e distribuindo renda. Nesse diapasão, atesta, convicto, que o núcleo problemático do país é o “modelo de desenvolvimento”, concentrador de renda em nível pessoal, setorial e regional, além da exaustão fiscal

primando o gasto com incompetência. Não se trataria de defeitos “constitucionais”, a despeito dos problemas do conservadorismo tributário e da falha ao não ter sancionado o parlamentarismo na Constituição de 1988. Ciro, portanto, concatena proposituras “ortodoxas” e “heterodoxas”.

Questionado por perguntas de tom tacitamente discriminatório, Gomes demonstra, com desenvoltura, aquilo que indicara: na região nordestina, 40 milhões de pessoas vivem com uma renda per capita (US\$800 anuais, medida distorcida pela região rica de Fortaleza) que é aquém da metade daquela do Brasil, índice nacional que por si só já inspira pungente opróbrio. O autor, propalando a refulgente solução socialdemocrata, aduz que a “seca”, que no momento da entrevista, castigava arados a perder de vista, não é um problema incontornável, resolvida, inclusive, na “União Soviética, que é comunista”. Para o autor/político, o último governo que teria encabeçado um enfrentamento consequente da questão nordestina teria sido o de JK, provavelmente, expondo uma subscrição de Gomes ao consórcio Furtado-JK na feitura inicial da SUDENE, vitimada pelo ocaso de seu busílis pioneiro regional-desenvolvimentista, como vimos. Em todo caso, C. Gomes, nos ombros de Furtado, indica a atuação cultural-politizante de seu governo na divulgação de ideias aos populares de que o problema da seca não é um problema da “natureza, mas um problema do homem”, quer dizer, da tessitura social configurada, inepta na resolução das sobreditas desigualdades regionais.

Inquirido sobre sua herança política, o autor refere-se à participação no movimento estudantil com vínculo ao PCB, embora nunca tenha sido um “comunista de carteirinha”, aduzindo nunca ter tido “disciplina para isso, embora tenha sonhado”. Gomes indica que só aceitara vinculação ao PDS pela inexistência do MDB em Sobral, na cidade onde o pai era prefeito em 1982, não obstante, transita já em 1983 para o PMDB. Sintético no trato da herança política, avança de pronto ao justificar sua ida para o PSDB porquanto não aprovara a indicação de Ulysses Guimarães no seio do PMDB para a disputa presidencial. Recorre, em seguida, ao argumento do “vácuo político” que se desenha no Brasil como espaço que conclama o PSDB a esquadrihar um projeto alternativo para o Brasil; nesse diapasão, mais uma vez emoldura a rejeição ao “populismo”, ao “messianismo”, às “lideranças carismáticas”, enfim, evitando qualquer tom perdulário, evoca a sobriedade necessária para dirimir problemas objetivos: da dívida externa, da política monetária, da política fiscal e da política de renda. Perguntado se essa bandeira era levantada pelo Grupo Jereissati ou pelo Grupo Covas (supostamente, os dois principais grupos do PSDB),

rejeita a inferência “Grupo Jereissati”, uma vez que admite uma aversão a esse vício corporativo das elites do Ceará. Segundo o autor/político, Jereissati já representa uma liderança nacional, sem provincianismo cearense e, naquela quadra, já indicaria um afastamento da órbita política, para tornar-se professor em Nova Iorque e retornar à atuação empresarial. Todavia, afirma, “nós [a que se refere “nós” se não há “grupo Jereissati”?] é que achamos que ele não tem direito de fazer isso”, acariciando o correligionário empresário do destacado CIC e político do PSDB, anterior governador do Ceará.

Perguntando, ainda, se há uma “esquerda velha” (“sectária”) no PSDB, Gomes indica haver ainda alguns “ranços de opinião”. Ainda, o autor justifica que aqueles que passaram as agruras ditatoriais, que vivenciaram o chumbo e o aguilhão do bonapartismo, morreriam com justificáveis “sequelas” de um tempo marcante, que, entretanto, congregaria ideias distorcidas, equivocadas do “espectro político”. Mais uma vez, o governador C. Gomes, demonstra sua cautela de juízo bastante protetiva ao ratificar o caráter sonhador do PSDB, “embora não haja anjos”. Enfim, vigora e viceja sempre a retórica bem concatenada, uma emoção sóbria e o primado da “técnica”, do “moderno” contra o “tradicional”, o “arcaico”, tensão elevada a núcleo publicitário dos “governos mudancistas” cearenses e que, ao tempo da entrevista, aparece como grande preocupação de Ciro. Indica, ainda, que a face política que toma o governo Collor, capitaneado pelas figuras de uma velha política, do PDS, PFL, PTB, é justamente aquela que se deve descartar. Nesse sentido, voltemos a uma expressão significativa que demonstra algo que apontamos no início desta seção, quer dizer, a problemática socialdemocrata aparece sempre como ponta-de-lança que acossa o estado, sem poder, por princípio, mergulhar e atingir os nervos da lógica específica do capital, ainda mais, nos seus contornos particulares que configuram uma legalidade imanente do capital em feição mais taciturna, como já perquirimos.

O que eu penso do governo Collor é o seguinte: nós temos um presidente voluntarioso, com coragem política porque teve coragem de sequestrar ativos financeiros, tem coragem de fazer tudo que for preciso e nós precisamos de gente assim. Um presidente que é obstinado, isto também é virtude, é qualidade, um presidente que tem um discurso socialdemocrata, isso também é muito interessante, um presidente que tem uma equipe econômica funcionando de forma coerente, de forma articulada, de forma séria, de forma corajosa, também é uma virtude desse governo, mas o que eu estou preocupado (...) é com o seguinte: o governo pra operar, governo Collor pra operar, governo que

promete um Brasil novo, governo que promete moralização, governo que promete acabar com a mordomia, governo que promete acabar tráfico de influência, esse é o governo que tenho preocupação. E é o governo que nós todos desejamos, desejaríamos, né? O quê que acontece quando ele assumiu? encontrou um congresso e alguns atores da política nacional muito antigos, muito conhecidos na sua prática viciada, as pessoas conhecem quem são quando eu falo carteira de identidade, são os mesmos que estavam no governo Sarney, no governo Figueiredo etc que tomaram conta do estado brasileiro, tomaram conta pra nomear afilhado, pra tomar conta, pra fazer falcatrua em banco (...)

Nesse sentido, o governo Collor, apesar de tamanhas virtudes, parece um títere de alcoviteiros e alcaguetes, aqueles senhores, velhos conhecidos, do “patrimonialismo”, o que parece, na dicção de então, excluir o próprio oligarca Collor, “corajoso”, “obstinado”, mas incapaz de varrer o “velho” e abrir passo para a necessária “renovação burocrática”. Afeito às resoluções do rol socialdemocrata, “moderno”, “novo”, “técnico”, C. Gomes é taxativo e objetivo ao sumarizar diagnóstico e prognóstico: “administração é coisa absolutamente interconectada (...) eu defendo um grande entendimento nacional, defendo assim: um entendimento nacional não é juntar interesses episódicos da CUT, da FIESP e concordamos que tem que reindexar salário e preço (...) o que eu defendo? Chamar todos os atores da sociedade brasileira, o presidente é que...cabe a ele liderar esse processo, os governadores, os deputados, os sindicatos, as centrais sindicais, as centrais patronais, enfim, sentar e discutir: o Brasil quebrou, faliu, essa crise não é episódica, é definitiva, é *genética a esse modelo de estado brasileiro (...) discute e aí faz um pacto nacional*”. Nessa contextura, não se sabe ao certo até que ponto C. Gomes define o apanágio do PSDB ou sua própria volição, projetada, em sonhos refinados, em um partido, inicialmente, pequeno-burguês e, hodiernamente, burguês e liberal. De toda forma, assume como vaticínio: “o PSDB não deve ser confundido com o PT e o PDT”. Inquirido sobre conversas de certos membros do PSDB com Brizola (do PDT, atual partido em que Ciro desfralda a bandeira do “nacional-desenvolvimentismo”) responde, com certa frieza e afastamento, que seu vice é do PDT e que “conversar não faz mal”. Nesse momento, em específico, o pleito econômico (heterodoxo, mas gravoso na austeridade fiscal e controle monetário) de C. Gomes, atrelado à “renovação burocrática”, parece interpretar em Brizola um cheiro de “velha política” que constrange o novo arauto político que pretende carrear e deflagrar a “nova política” no país. Não deixa de ser sintomático

quando o político revela que desde o movimento estudantil “a direita me dizia comunista, os comunistas me diziam reacionário”.

Questionado sobre a SUDENE, emite uma opinião relativamente respeitosa ao empedernido e inveterado coronel Aduino Bezerra, consentâneo presidente da Superintendência, querendo, explicitamente, demonstrar ausência de qualquer confrontação direta. Relativa conviência pouco atinente ao desejo tão sequioso de “renovação burocrática”. No entanto, assegura que o órgão se debilitou gradativamente com um processo rançoso de corrupção que decompôs propósitos e possibilidades. A SUDENE tornou-se “presa de meia dúzia de pessoas que já são ricas no Nordeste”, arremata, sem, porém, averiguar uma escavação mais profunda da objetividade que solapou a SUDENE, como o fizemos linhas atrás. A questão retorna ao redemoinho, ao torvelinho ideológico centrípeto do “tradicional” x “moderno”. Ciro Gomes infere que em 30 anos de SUDENE o Nordeste passou de 13,4% para 14,8% da renda nacional, demonstrando, dessa forma, que os recursos utilizados (US\$15 bilhões) foram de péssima utilização, vez que os grandes empreendimentos produtivos/industriais, como o polo petroquímico de Camaçari, e tantos outros trazidos à tona linhas atrás, foram compensados pelo empobrecimento das demais áreas do Nordeste. Ainda, esclarece as artimanhas da maioria dos agropecuaristas, vinculados ao programa de desenvolvimento, que empregam grande quantidade de funcionários, que geram deliberados e farsescos prejuízos, para conseguir especular com as próprias ações, com as baixas provocadas e as altas premeditadas com a concatenação ordenada das operações produtivas.

Em entrevista de 1992(2), Ciro, ainda como governador do Ceará, outrossim, governador estrelado e bem visto naquele contexto, define sua posição quanto ao predicado de “centralizador”: define que a descentralização deve ser de “ação”, mas provida de uma supervisão e controle “fortemente centralizado”. Utiliza recorrentemente de indicadores de aprovação popular e prêmios institucionais para apologia do sucesso de seu predicado técnico-burocrático, centralizador nas teleologias e aferições, descentralizador nas execuções, sem esquecer, é claro, ter sido escolhido “o melhor prefeito do país” no fim dos 80. Sobre o governo alvissareiro e exemplar: “A experiência do Ceará é uma coisa impressionante fora daqui. O povo aqui fala bem dos políticos, do prefeito, do governador. Então, nós conseguimos uma projeção política no Brasil que é inédita. Se acontece qualquer coisa por aí fora, os repórteres do Brasil todo ligam para cá”. Em golpe de modéstia racional, “Então, agora sou chamado para dar palestras, para falar das

experiências do Ceará. E cada vez eu começo dizendo: O Ceará não é nenhuma ilha de prosperidade. O Ceará tem 40% de desempregados, tem problemas disso, daquilo”. Além do rompante ajuizador da precariedade cearense, o governo/governador autodesignado socialdemocrata, lidou com outras contradições insolúveis:

as acusações de corrupção na Secretaria de Justiça, a chegada da cólera ao Ceará, as reivindicações trabalhistas do funcionalismo estadual e mais de 100 dias de greve dos médicos jogaram lenha na fogueira que chamusca o governador. O governador se defendeu usando a oratória: “O açude do Cedro nunca foi contaminado; vou demitir o secretário Tavares; vou me encontrar com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho e dizer que a Justiça do Ceará é licenciosa com o dinheiro público”. Algumas vezes foi pego no contrapé: a Saúde confirmou a contaminação do Cedro, e o ministro do TST disse jamais ter se encontrado com o governador. Ciro Gomes culpou a imprensa local, e o governo passou dois meses vivendo de desmentidos.

O ânimo de Gomes quanto à figura de Lula (“personalista”, “velha esquerda”), em 1992, parece mais agradável: antes, o PT, capitaneado pelo ex-metalúrgico, aparecia como inábil e sectário, quando agora o partido enfrenta problemas da circunstância desfavorável e não intrínsecos: “A elite do Ceará me pressionou com violência para que eu colorisse num momento em que ninguém falava mal do Collor. Mas eu não votei no Collor, não acredito nele. Não fazia parte do meu compromisso com a população do Ceará apoiar o Collor”. As virtudes bravias de Collor e de sua equipe econômica parecem dissolvidas. Segue, “No segundo turno eu votei no Lula, sem fazer proselitismo, não porque não acreditasse no Lula. Eu tenho admiração pessoal por ele muito grande, mas acreditava que a correlação de forças não dava perspectiva de um bom Governo. E como os dois não tinham isso, eu votei na personalidade que eu acreditava mais”. Não despista, porém, todo seu ânimo junto ao “projeto mudancista” dos empresários do CIC. Mais que isso, demonstra seu apreço, em tons quase subsidiários, a Tasso Jereissati: “A minha personalidade política, e mesmo a individual, não seria essa se não fosse o Tasso”. Não para por aí: “O Tasso não pode ser prefeito, porque vai ser presidente do Brasil”. Vamos às palavras de C. Gomes ao tratar da questão “se haveria Gomes, se não houvesse Jereissati”:

Essa personalidade pública, com certeza não. Tudo que nós temos hoje, é consequência de um processo coletivo no Ceará, e não da minha personalidade. Isso não é falsa modéstia. Tudo o que existe hoje é consequência do que foi feito no passado. *Aliás,*

eu tenho consciência de que eu e o Tasso somos também consequência de um processo social no Ceará. De um processo de colapso dos financiamentos do Estado, da crise fiscal que faliu os estados e a União. Não somos consequência passiva, mas animada, porque lutamos para dar continuidade a este processo. E eu tenho humildade para reconhecer que a minha personalidade política não seria essa se não fosse por Tasso. Mesmo a personalidade individual seria diferente, o Tasso é uma das influências da minha vida, assim como o meu pai, a minha mulher e algumas pessoas do tempo da faculdade. Alguns autores como Ernest Mandel, que fez uma leitura do trotskismo. Em 75 foi a minha época do movimento estudantil. Marcuse também me influenciou muito, naquele tempo em que eu era velho demais para ser hippie e jovem demais para ser punk. (grifos nossos)

É patente que Gomes não interpreta o problema brasileiro a partir da entificação particular do capitalismo e da legalidade imanente da relação-capital, mas das incompetências e vícios estatais sedimentados historicamente. Destarte, faz valer um esgarçamento entre estado e sociedade civil. Doravante, na hipóstase executada do estado, chancela o problema e a construção da solução: “renovação burocrática”, com mescla de “ortodoxia” austera e “heterodoxia” econômica responsável. Ficam ausentados o caráter da entificação do capitalismo brasileiro e as necessidades políticas que emergem do capitalismo hipertardio, da burguesia ultrarretardatária, preferindo-se o apanágio dos defeitos estatais, “arcaicos”, “velhos”, “tradicionalis” ou o “passionalismo”, “personalismo”, “moralismo”, “maniqueísmo”. Voltamos ao enalço de Marx, no início deste capítulo, que ao analisar a ideiação pequeno-burguesa e democrata, asseverou que o *Standpunkt* em questão tem sempre de voltar suas forças contra o estado (nesse mote, servindo-se de sua hipóstase), pois voltar-se contra o grande capital é, no limite, voltar-se contra a própria lógica específica ou legalidade imanente capital.

Ciro alimenta ainda seu estatismo ou sua solução politicista ao responder sobre sua “utilização” de Maquiavel: “O que é que você acha? Você leu? Claro que utilizo. Porque o Maquiavel não era maquiavélico, né? Em alguns momentos, Maquiavel toca essa moral pequeno burguesa para mostrar os valores do político. Por exemplo: ‘Jamais prosperou príncipe que deu empenho à palavra dada’. Mas as pessoas só entendem que o Maquiavel quer dizer que o bom político é aquele que não honra os compromissos”. Arremata, “Não é isso. Ele quer dizer é que as questões do Estado estão acima da moral burguesa que diz ‘Pacta sum servanda’: o que foi posto tem que ser cumprido. Se for assim, vejamos o problema da dívida externa”, problema candente desde o fim dos anos ditatoriais, “Quer

dizer que agora o Brasil tem que pagar? Olha aí onde é que está o Maquiavel. Quer dizer que temos que pagar estes juros absurdos de hoje, quando o combinado no início era de 2%? Quebrar isso não é dar empenho à palavra dada”. Em futuro breve, C. Gomes relutará contra a ideia “irresponsável” de não pagar a dívida, porém.

Sobre a questão sindical e sua relação avançada de poder na socialdemocracia, Ciro vaticina sobre o caráter deletério do sindicalismo brasileiro: “Qual é o meu problema com os sindicatos? O sindicalismo brasileiro é fascista. E mantém, como tal, a origem corporativista. Os sindicatos acham que sua corporação está acima do Estado. O sindicato de trabalhadores rurais, por exemplo, é líder dos trabalhadores, e não do Ceará”. Mais uma vez, subjacente, a ideologia do estado como manejador neutro e superior tecnicamente, provedor do equilíbrio frente aos interesses partidários, força universal mistificada. Continua: “Esses sindicatos são legítimos para defender os interesses deles, *mas não os do Ceará*. Mas não só os sindicatos de trabalhadores não. Eu já tive turras como pessoal da castanha, como pessoal da galinha... Mas conversando a gente consegue se entender. Pergunte ao sindicato dos comerciários”. No mesmo sentido, “Para negociar com os médicos, eu peguei o telefone e liguei para o Dieese. Falei com a Marlene Caseia e disse: ‘Olha, vai lá porque eles não estão sabendo fazer’. Poucos dos sindicalistas brasileiros, como o Lula e o Vicentinho, se modernizaram”, para consagrar sua maior docilidade com Lula.

O pleito de Gomes segue ao se referir a certa covardia e cooptação de elites cearenses ao governo Collor, antes relativamente elogiado, ao que reponha sua galhardia conflitiva: “São, pela consequência, embora nem todas sejam desonestas. Em alguns há uma motivação essencialmente desonesta. Diziam: ‘Não precisa apoiar o Collor de verdade não’. Algumas são covardes. Mas eu não aceito essa rendição”. Ainda, “Por exemplo: quem mais tomou dinheiro da Caixa Económica no ano passado? O Ceará. Eles têm medo do Ceará. Perguntaram o que eu achava da rolagem da dívida dos Estados junto à Caixa. Eu disse: ‘É uma negociata do Governo Federal com o seu Orestes Quércia’”. Segue, “Quem denunciou o escândalo de corrupção no Governo foi o Ceará, quando o presidente veio a Juazeiro do Norte. Queriam que eu assinasse junto com o presidente acordo com a Caixa e eu já tinha notícia que era um superfaturamento. O presidente disse: ‘O senhor não vai assinar não?’ Vou não. Anunciaram no som a assinatura do convênio, e eu disse: ‘Não vou assinar não’”. Ciro equilibra-se entre ter de mostrar em alto canto seu diferencial técnico e sua exímia honestidade com o tamponamento, ou explicações sucessivas, de

problemáticas e contradições, com grupos de trabalhadores da educação, da saúde, da segurança pública, corrupção e desmentidos, assim como confrontos com a imprensa local. Desmentido pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho, informa: “O ministro está certo. Eu nunca disse que houve essa conversa, mas eu também li essa informação nos jornais. Do mesmo jeito que eu li que o açude do Cedro está contaminado, do mesmo jeito que li sobre a destruição dos mangues do Cocó, do mesmo jeito que eu li sobre a greve na Polícia Militar. Nada disso aconteceu. Eu não sei explicar isso”. Planta para si a condição de arrumador técnico, de gestor, em uma situação que era preciso apagar incêndios, e reivindica seus méritos na austeridade fiscal: “Veja bem, quando eu assumi a Prefeitura, eu tinha um abacaxi monstruoso. Não sabia de nada, nem o saldo bancário me deram, e até o telefone estava bloqueado por falta de pagamento. Eu tinha que tomar medidas truculentas, porque a confusão era grande demais”. Ciro não deixa de elencar a importância das medidas de provocação de recessão ou medidas ortodoxas ou de austeridade fiscal, como o fará mais tarde em âmbito nacional: “A Prefeitura não tinha dinheiro. Eu fechei o caixa. *Cortei até a comida dos garis*, e consegui a proeza de mandar para a Câmara um balancete com todos os gastos zerados. Eu sabia que ia fazer inimigos mortais, mas tinha de ser daquele jeito”. O mesmo vale ao recomendar o novo prefeito de Fortaleza: “tem que ser alguém com capacidade gerencial. Eu não quero valorizar nomes em detrimento de programas, como é comum na nossa tradição *populista*. Mas há de ser uma liderança nova no Estado, alguém sério”. O veio do “projeto mudancista” segue repleto de conclusões de que o Ceará abraça passo para outra era: “Tudo que a gente faz, a gente quer fazer bem feito, melhor do que qualquer um, porque nós somos competentes e a população merece (...) Não é uma pesquisa porque nós já sabemos os problemas de Fortaleza. Você acha que eu, que conheço todas as ruas, todas as praças, não conheço os problemas?”. Ao mesmo tempo, C. Gomes e o CIC, o séquito da “nova política”, são constrangidos pelas asseverações contrarreformistas que pululam na imprensa e nas reivindicações dos trabalhadores. Em particular, Gomes também se constrange ligeiramente com sua passagem relâmpago pelo PDS e não abre qualquer declaração sobre o pertencimento do pai ao ARENA, muito menos sobre a longa herança política da família Ferreira Gomes:

Nunca fui Arena, fui PDS. Eu devia ter 20, 22 anos, e o meu pai quis que eu me candidatasse a deputado estadual. O meu pai era prefeito de Sobral pela Arena, que estava se reformulando. Nesta época se criou o voto vinculado, e eu tive que me candidatar pelo PDS, que era o partido do meu pai. E foi um escândalo, porque

eu era do movimento estudantil, conhecia o Mauro Benevides, essas coisas. Eu achava o Iranildo Pereira o máximo — para você ver como as pessoas evoluem. O meu idolo era o Paes de Andrade. Mas eu sempre fui social-democrata, desde aquela época.

Ciro não abre mão do título de “socialdemocrata”, tampouco de “esquerda”. Sobre, novamente, a disputa entre esquerdas no Ceará, acusa os adversários: “Uma mistura de corporativismo e esquerdismo, um esquerdismo sem sentido, porque esquerda aqui somos nós... Isso mesmo, eu gosto de provocar, esquerda aqui somos nós. *Quem fez reformas profundas e estruturais aqui foi o Tasso, e agora, estamos continuando isso*”. A despeito das “reformas profundas e estruturais”, o autor e político repete a incipiência do projeto coletivo que tem por núcleo o cerne do CIC: “O Ceará não é nenhuma ilha de prosperidade. O Ceará tem problemas gravíssimos e nós não podemos estar satisfeitos com uma sociedade que mantém 40% de seus filhos desempregados ou subempregados, (esse é o mesmo número dos analfabetos no Estado)”, adiciona, “65 crianças morrem, a cada mil que nascem, antes de completar um ano de vida, afora outros números que vou dispensar para que entremos logo no assunto que vamos discutir”. Ciro é contundente ao desvelar o projeto do CIC quase como a única solução para o Ceará, “Outra coisa que ressalto também é que, toda vida que eu parecer imodesto, que eu parecer vaidoso, eu não estou falando de mim, eu estou falando de um esforço coletivo de uma comunidade inteira que está envolvida num projeto. Lembrando ainda que os grandes méritos dessa ruptura estão nas mãos de meu antecessor Tasso Jereissati”.

Em momento algum, o autor e político deixa deslizar uma divergência ideológica e um desconjuntamento de ação com o “projeto mudancista” do CIC e, em particular, com Jereissati. A própria ascendência econômica de Jereissati é pouco debulhada. Tampouco, estão estampadas em suas respostas, as perquirições mais profundas da proeminência política do CIC: quando toca, na entrevista anterior, no destino trágico da SUDENE não divisa, ao certo, os empresários beneficiados e os não beneficiados. Incólumes, ficam a aliança do empresariado com o bonapartismo 64, a presença de seu pai no partido político da ditadura (ARENA), a conivência da classe dominante com o teratológico “milagre econômico”, o “nacionalismo de circunstância” e a debacle do II PND que teve por corolário o mendaz, pérfido, ardiloso e pueril “Documento dos 8” apoiado pelos empresários do CIC.

Em entrevista de 1993(3), por sua vez, Gomes volta a relatar que o destaque cearense em temas tão badalados como o do “superávit fiscal” ou o da queda da mortalidade infantil (premiado internacionalmente) devem-se a um apoio popular consciente de esforços coletivos para o interesse público. Com as conquistas relevantes, duas condições se repetem no discurso de Gomes: o aspecto astênico e “desmantelado” do estado cearense revertido pelo cabeça do CIC, Jereissati, e a permanência do Ceará como um dos “estados mais pobres da federação”, exigindo, subjacentemente, a continuidade do “governo mudancista” do CIC, inflexão na qual Gomes tornou-se peça chave pelo talento de oratória. O Ceará teria se tornando “o estado mais equilibrado do país” em termos de poupança própria, reavendo as virtudes do “superávit fiscal”. Ao “conter drasticamente as despesas do estado”, o autor indica que recebeu “muitas incompreensões que ainda são fortes” (o que salienta alguma contradição com o anterior mote do apoio popular), embora, todo o esforço se justifique porquanto se deflagrou um “estado superavitário”. Desfralda, destaca-se, de modo bastante incisivo, um núcleo ideológico: “para nós é conceitual que o estado não pode gastar tudo quanto arrecada”.

O ordálio cearense prossegue: 2 anos após a entrevista de 1991, Ciro repete as mesmas taxas de analfabetismo e desemprego do Ceará (40%). Consciente da miséria cearense, o autor estabelece que em solo social dilapidado não poderiam abrolhar espontaneamente do mercado as modificações de dinamismo e bem-estar, fazendo valer a necessidade pungente do “estado sólido”. Veja-se que aqui, Gomes não utiliza da semântica heterodoxa que indica no mercado, sem ressalvas, a presença imanente de “lacunas” e “falhas” que exigem o estado coordenador. Gomes admite, prudente, que o discurso político da oposição tenta acusar o “governo das mudanças” de ardiloso propagandismo, que expõe como fachada o estado do Ceará como uma “ilha de prosperidade”, algo que o autor rechaça ao mesmo tempo que indica “reformas profundas e estruturais” do CIC e de seu governo. O governador cearense, nesse ensejo, é questionado por suas prédicas superavitárias, vez que o crescimento, em uma ótica mais heterodoxa, dependeria justamente do endividamento, como ação propositada de emulação da economia. O governador replica que seu conceito é de “desenvolvimento sustentado”. Utiliza, para ratificar sua assertiva altiva e sobranceira, as condições do passado brasileiro como um endividamento responsável por um “obrismo”, isto é, ação irresponsável que conquista prosélitos em primeiro plano, mas que radica o país como títere de uma dívida insolúvel. Lembremos que nas entrevistas passadas, em momento algum, Ciro faz uma aproximação

satisfatória do capitalismo de *via colonial*, nem sequer desferiu uma crítica profunda ao II PND e ao “documento dos 8” apoiado pelo CIC. Nenhuma assertiva se move, também, no intento, no escopo de desvelar o diapasão da burguesia brasileira e a mácula, indispensável, da superexploração do trabalho. Completa, como corolário de sua concepção e ação efetiva, que a poupança superavitária do Ceará é de surpreendentes 23% da arrecadação. C. Gomes, ainda, demonstra uma virtude em que o Ceará é líder para não derogar sua posição também atinente ao “estado catalisador”, balanceando um pouco a feição aparentemente pouco “heterodoxa” de sua agência austera: é o estado que mais absorve recursos/dívidas exteriores (BID e Banco Mundial) *per capita* para obras de infraestrutura.

Reavendo o problema candente do FINOR, o autor e político reitera que não é “desses neoliberais que acham que o estado nada tem a ver com a economia”. A crítica do autor ao liberalismo, como vimos acima, é mais leve e meandrada do que viria a ser, conquanto o governador defenda a presença “forte” e “indutora” do estado na catalisação dos empreendimentos. Todavia, no caso sobredito, exprime a vulnerabilidade do “aparato normativo” do FINOR, a “venda de facilidade”, a ausência de critérios na distribuição dos recursos, a fragilidade técnica das regras. Mais uma vez, o tema se delonga sem deslindar as frações empresariais cearenses que obtiveram verdadeiros privilégios no contexto do incentivo. Confirmando sua postura “socialdemocrata”, e a relevância soberana do planejamento, condena ainda a sobreposição de funções na SUDENE: na medida em que a somatória de planejamento e financiamento engendra uma submissão do primeiro ao segundo, crispando o planejamento mais eficiente. Ciro, portanto, concatena um ideário político econômico que preza tanto austeridade, quanto indução econômica, e com isso, pretende esposar a máxima tecnicidade das escolhas de governo.

A retórica do “socialdemocrata” parece menos verborrágica nos termos do enfrentamento “moderno” x “tradicional”. Todavia, é uma significação que não se dissolve, sendo um núcleo duro do pensamento ciriano: não surpreende que volte a acossar o “populismo” e o “passionalismo”. Ao ser questionado sobre a presença opulenta do PSDB no governo Itamar Franco, envolvido em problemas de licitações e *lobbys*, acumulando suspeitas e desvios, o governador busca desviar-se de um “moralismo”, isto é, aduz que se distancia de uma pregação vazia da “moral” e que busca a trilha do exemplo. Segundo Gomes, a tarefa principal de Itamar Franco seria a: manutenção da institucionalidade (frente aos “populismos” da América Latina), a restauração dos serviços públicos desmantelados e o

controle da perigosa “hiperinflação”. Afirma que, pelo pouco tempo de mandato, Itamar não teria fôlego para atividades estruturais, nem tarefa de “construir casa, construir estrada, construir hidrelétrica”, mas salvaguardar a institucionalidade e o funcionamento do estado brasileiro, atento ao controle do monstro inflacionário. Ciro, todavia, como na entrevista anterior, não se estende no caro debate econômico, entre ortodoxos e heterodoxos brasileiros, sobre a razão da inflação brasileira, alvo fundamental de seu discurso e de seu reclame de ações políticas.

Ciro parece manejar as cartas ortodoxas e heterodoxas que possui na manga: discurso e ação assumem a presteza da austeridade fiscal, da estabilidade inflacionária, dos cortes estaduais no serviço público, da privatização, da contrarreforma, da suposta virtude superavitária, do controle responsável do assalariamento contra “populismos”, ampliação/aperfeiçoamento da tributação, ao mesmo tempo em que condena a provocação de recessão que causava desempregos, a incapacidade orçamentária de garantia dos direitos sociais constitucionais, a ausência de diligência para lidar com as greves, a chaga da sonegação, o aviltamento dos salários e mecanismos de gestão tributária da receita federal (nesse caso, o “aviltamento de salários” aparece como problemática relativamente contraditória ao controle fiscal propalado). Em âmbito nacional como ministro de Itamar Franco, veremos as boas doses ideológicas a favor da constrição da economia e de uma recessão provocada. Nessa polêmica ainda, no novelo contraditório do pensamento ciriano, contornando a efetividade socialdemocrata do político, são apontadas, por um membro da EMPBRAPA, as drásticas condições - as piores do semiárido – rurais do Ceará, emergindo singular constrangimento: o estado apresentou a maior migração do meio rural para cidades do nordeste, robusta descapitalização dos agricultores e o declínio da agricultura (a mais de 10% ao ano), conquanto, aponta o mesmo pesquisador-arguidor, houvesse tecnologia suficiente (de talhe relativamente simples) para o combate satisfatório da seca (como se fez no Sergipe) e para promoção da segurança alimentar e produtiva. Outro constrangimento, contra o autodesignado socialdemocrata C. Gomes, é a compilação de reclames pungentes, acusatórios, dos próprios trabalhadores públicos cearenses do Serviço de Processamento do Estado do Ceará (SEPROCE), em meio à entrevista, contra nepotismos na empresa e contra a posição truculenta do governador que rotulara a greve do setor de “anarquista” (“e que toda anarquia seria reprimida”) e que perguntado sobre as demissões, vaticinara “serem só os primeiros”. Complementa o governador acusado de truculência: “instalar a

anarquia no Ceará, ninguém vai fazer”. Ciro, portanto, condena vivamente a greve que “paralisaria recebimentos do funcionalismo” e admite como única forma de protesto a “negociação”, sob o tacão de um estado com “mão de ferro” quando necessário. Completa a aceção, contudo: “a democracia não é um regime de concessões”, ao que parece, evidenciando o regime vivido de contradições, que parecem ser de grupos e corporações variadas, sobre os quais deve agir o tacão governamental manejando austeridade e investimento. Por fim, na celebração dos constrangimentos do refinado e “moderno” governador, Gomes sai em defesa de Jereissati, no caso de 88, em que o então governador e empresário fora acusado de “problemas” com a receita federal e arremata que ficou proclamada a limpeza de líder do CIC; em seguida, desculpa-se por “acusar” de “homossexuais” criminosos que em São Paulo, em monstruoso ato de racismo, queimaram e mataram um cearense: o mote da autocrítica era um libelo contra a repartição do país e a preservação, que lhe parece uma riqueza indispensável, da unidade nacional.

Ciro crê, ao final desta entrevista, que o processo de *impeachment* de Collor é atestado de uma maturação social, de uma sedimentação crítica da sociedade contra os rompantes do “populismo” messiânico. Aponta que a sociedade brasileira “amanheceu amadurecida”, refratária a enganos pueris dos demagogos, dando como exemplo a expressão das manifestações que “não quebraram uma vidraça”. O atilamento do estado tecnocrático como demiurgo aparece centralmente como um afastamento dos espectros “ideológicos”: Nesse sentido, sanciona que a renovação ministerial de Itamar deveria lograr a ocupação de cargos por uma equipe inatacável sob o ponto de vista “ideológico” e moral.

Em suma, se trata do fortalecimento das pernas da “renovação burocrática” e da construção de uma cultura política democrática *sui generis* que tem no cérebro estatal, segundo o discurso ciriano, um 1) forjador tecnocrático centralizado de planejamentos e fiscalizações, 2) indutor da economia, 3) mão-de-ferro legítima da austeridade, 4) esfera atilada em superior neutralidade, universalidade e racionalidade 5) tacão legítimo contra interesses “corporativistas”, inclusive, fazendo uso da repressão, demissão e combate rigoroso das greves dos trabalhadores (carece lembrar, em entrevista passada, a demarcação dos sindicatos brasileiros como “fascistas”, sem reflexão mais profunda sobre a designada “estrutura sindical”) 6) central de verticalização da decisão e controle sobre instâncias e aceções mais horizontais de decisão democrática.

De destaque, por fim, é o fato de que o governador, apoiador do parlamentarismo, é taxativo ao dizer, acabrunhadamente, que não se candidataria a presidente, expondo uma postura refringente e desacreditada contra “esse presidencialismo que está aí”. Ademais, “não sou soldado do partido”, “não estou à disposição das bases”, “para mim chega”, condenando o regime presidencialista brasileiro como marcado pela “mistificação”, selando certas acepções que vimos até agora. Na mesma direção, contra o “tradicionalismo”, o “personalismo”, monumento à “modernidade”, C. Gomes adverte sempre contra o veio deletério do caudilhismo latino-americano (lembremos sua referência “fria” ao PDT de Brizola). Logo ali, em 1998, porém, Gomes disputaria as eleições presidenciais ficando em terceiro lugar.

Em entrevista de 1994(4), Ciro, já como sexto ministro da fazenda do presidente Itamar Franco, lançado de vez ao centro do debate e atuação nacionais, declara: “recebi a diretriz geral de dar continuidade à arquitetura básica do Plano Real. Precisamos vigiar para que os fundamentos do plano não se afrouxem”. Para completar o endosso do plano que visava ser a solução definitiva do problema inflacionário: “temos que ter uma posição definitiva sobre o programa de privatização, resolver sobre as vendas dos estoques de café do governo e agilizar os recursos para o financiamento da safra agrícola, que precisam estar disponíveis este mês”. Questionado sobre o empresariado que, audaciosamente, injetava aumentos de preços, lançou o rompante: “não vamos admitir formação artificial de preços e especulação. Vamos entender isso como um atentado ao interesse público. Estes casos únicos devem ser exemplares e os empresários devem ser chamados pelo secretário Dallari (...) e dissuadidos de suas intenções”. Todo esse discurso concatenado e convicto visava meta clara e candente, “nosso esforço é sustentar uma inflação tendente a zero”. Em meio à constelação ideativa de constrição da economia, porém, “há um aquecimento do consumo nos estratos mais populares de renda. Isto nós saudamos como uma coisa muito boa. Estamos preocupados com as compras à prestação, a longos prazos. Mas não há razão ainda para susto (...) o compulsório dos bancos foi elevado, o que aperta um pouco o crédito”, fechando com visão sempre atenta à estabilidade, sem preocupações explícitas com o desemprego.

Em outra entrevista de 1994(5), C. Gomes, ministro da fazenda em atuação, confirma as acepções acima. É posto contra a parede pela própria FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vez que a política de créditos altos, fruto das preocupações com a estabilidade inflacionária, estaria destruindo a possibilidade de ação das indústrias não

capitalizadas. C. Gomes define que foram um “imperativo da necessidade”, que o plano real estaria sendo um “sucesso” com uma “percepção clara” da população, típica assertiva legitimadora do político; C. Gomes expõe o sacrifício necessário para que não se conviva mais com o drama e intranquilidade da “inflação” e que aqueles que “ganharam muito no passado” teriam que agora dar o seu quinhão. O ministro da fazenda aponta, como na entrevista passada, a “canalhice” daqueles empresários que admitiram poder aumentar os custos depois das eleições presidenciais (que alavancaram FHC ao posto), tentando assenhorear-se das diretrizes de um plano mais amplo para motivos corporativos e eleitorais.

Ciro é bastante convicto nas medidas de estabilização que parecem ter um mote mais “ortodoxo” do que “heterodoxo”, segundo uma conceituação bastante genérica: interpreta o problema inflacionário apenas como inflação de demanda e alerta para todo o passado assustador, vincado ao desabastecimento e às megainflações. Todavia, a multiplicidade causal do processo inflacionário, como vimos nas páginas anteriores, remete, no limite, aos problemas de fundo estrutural do capitalismo hipertardio brasileiro, não revertidos, não reconfigurados, não superados. O ministro esquadrinha as ações de governo: diminuição dos protecionismos (derrubada das alíquotas de importação) e estímulo ao consumo seletivo (principalmente, ampliando o depósito compulsório dos bancos, dificultando o crédito no mercado). No primeiro caso, C. Gomes admite uma postura nada “heterodoxa” e/ou nacional-desenvolvimentista: “a importação dá ao consumidor produtos mais baratos e de melhor qualidade”, fazendo o adendo que se objetivava abastecer o mercado daquilo que a indústria brasileira é incapaz de produzir. C. Gomes, mais uma vez acusado de truculência e centralismo nas elaborações políticas (lembremos que outrora ele defendera um centralismo de elaboração e fiscalização com descentralização de ação), se defende, avaliando que em momento algum deixou de dialogar sobre as necessidades urgentes de constrição econômica com as associações patronais e as associações sindicais trabalhistas.

Gomes assevera, ainda nessa contextura, que, se houvesse empresários conscientes sobre o benefício de ganhar “pouco hoje, e sempre” e consumidores adequando seu consumo aos seus respectivos salários, não teríamos os problemas e os duros remédios da constrição econômica. Ainda demarca que as constrições serão temporárias, que assim que o Brasil acesse as mercadorias importadas e que a economia cresça com maior produtividade, as inibições creditícias seriam derrubadas; confere-se, porém, um

problema que “morde o próprio rabo”, para utilizar uma expressão popular corriqueira, isto é, um problema circunlóquio visto que as indústrias brasileiras declamam, a plenos pulmões, sua dependência das isenções e subsídios estatais de monta (em época de elevado juro e câmbio), em uma circunstância, ainda mais competitiva do capital, o que ratifica o problema do desemprego pouco tratado por C. Gomes. O ministro é radical e confirma o aspecto, segundo vimos anteriormente, contra o empresariado que ataca a partir de “estoques especulativos”. A retórica ciriana pela poupança parece indicar, também, a população brasileira como uma vasta classe média que deveria se conscientizar dos esforços anticonsumo anti-inflacionários. Gomes atrela o sucesso do Plano Real à aprovação da população e crava que as restrições econômicas em pauta visam uma garantia de longo prazo dos benefícios abrolhados: todavia, uma visada crítica, de talhe nacional-desenvolvimentista, garantiria que a apreciação cambial artificial e excessiva, no primeiro momento benéfica para os consumidores, em médio e longo prazos, crispariam a economia e indústrias nacionais, enredando uma dificuldade de exportação (como se debate, na oportunidade, sobre os prejuízos da indústria calçadista nacional), uma depreciação cambial orgânica futura, a devastação dos empregos e da indústria nacional, a dificuldade ampliada de competitividade, a dependência tecnológica e financeira do exterior (a procura de menores juros), a especulação com a dívida interna, e logo, a perda do encadeamento produtivo-industrial nacional. Veremos esses problemas com mais fôlego adiante: basta, por agora, afirmar que “com ajuda de deus e da população”, Ciro Gomes segue as diretrizes da austeridade e da estabilidade como urgência nacional, prometendo a entrega de um país com a “inflação absolutamente controlada”, com “chances zero” de pressão inflacionária e, por fim, adiciona que não talha “fetiches” contra nenhum setor social, inclusive, o “sistema financeiro”. Não é pouco sintomático que o ministro tenha recebido críticas a respeito do aumento contínuo dos preços nos supermercados coadunados ao controle salarial de quatro meses, sobre os quais, o ministro da fazenda faz circunscrição: carne, feijão e laticínios teriam aumentado seus preços “um pouco desproporcionalmente” por conta da estiagem e das ausências de estocagem de carne com os “bois magros”. Tudo parece indicar um país bastante diferente, em que a vasta quantidade dos trabalhadores teria a opção da poupança em vez de tantos gastos perdulários.

O político afirma sobre uma “alta do consumo”, ou mesmo, um consumo “explodindo”, que o país não poderia suportar, confirmando a necessidade “preventiva” das constrições

contra “disfunções”, à espera de um “equilíbrio entre oferta e procura”. Ciro acrescenta que somente com as “reformas estruturais” (as mesmas do governo do Ceará?), iminentes com FHC, se poderia orquestrar uma circunstância política para a estabilidade inflacionária. Convicto, acrescenta, em pleno enlevo, que seria uma década de “grande progresso” e com controle inflacionário. Indica, contra qualquer crítica de verve heterodoxa, que os controles inflacionários ativados eram muito “modestos” para crispar o avanço do financiamento do empresariado, sobre o que é admoestado duramente. Nesse sentido, alerta para o caso setorial automobilístico onde se reduziu fortemente impostos dos carros “populares” e se operou reprimindo o ágio (Ciro, particularmente, se postava contra tal medida chancelada por Itamar Franco).

Gomes comemora, com afinco, o vislumbre do país como seara extremamente atrativa para o capital forâneo, reconhecido pela “comunidade internacional” e a expectativa de muitos Investimentos Estrangeiros Diretos para o ano seguinte, tendo na oferta de alta produtividade das multinacionais um constitutivo essencial para cancelar de vez qualquer perigo inflacionário. Também se ancora na ampliação do “poder de compra” (câmbio apreciado) contra o “arrocho salarial”, o que em curto prazo é coerente com a apreciação cambial engendrada, como afirmamos acima, a despeito de prejuízos de médio e longo prazo, algo que neste momento não gera nenhuma preocupação mais explícita de C. Gomes e que virará seu futuro argumento fundamental.

Ciro indica, ademais, aprovar a ampliação do salário mínimo para R\$100 desde que desvinculado da aposentadoria, visto que o sistema previdenciário não suportaria acompanhar a ampliação, assim como geraria problemas administrativos nos municípios e estados vítimas do “empreguismo” que ganhou estabilidade com a Constituição de 88, como asseverara outrora. No caso da previdência, âmbito das iminentes “reformas estruturais”, uma das medidas propaladas por Ciro seria o fim da aposentadoria por tempo de serviço, preservando apenas o critério de idade. No caso dos servidores públicos, C. Gomes afirma “ser contra” a estabilidade que é uma “perversão”, pois, “só faz mal ao bom funcionário, só protege o mau funcionário, e obrigando os dois a ficarem juntos, significa meio salário para cada um, ou seja, o bom funcionário é pessimamente pago e o mau funcionário é regamente pago, e nós somos obrigados a ter os dois”. Outro ponto relevante é que o ministro C. Gomes admite a ascendência estratégica da Petrobrás e seus anseios contra avanço de sua privatização, embora, no caso da VALE admita que a privatização “não tem problema, a meu juízo”.

Acerca dos sucessos que deixaria como ministro/governo, afirma: o sucesso na inserção no comércio exterior, o Plano Real como “conquista definitiva” e não como ato oportunista ou conjuntural, e o privilégio de trabalhar com Itamar Franco. Ao fim, o debate, como dissemos, mais profundo acerca do padrão industrial e da produtividade da economia brasileira acabam desviados, assim como nosso autor parece refringente a qualquer *nacional-desenvolvimentismo* de monta em suas respostas cativas do cargo de Ministro da Fazenda (só mais tarde, viriam as ressalvas retrospectivas ao Plano Real). Encerra, atestando, mais uma vez, a renovação necessária da “modelagem” do estado; a contrariedade ao “estado mínimo”; disciplina nas políticas públicas de educação; intercessão nas políticas públicas de saúde; ação inadiável no setor da infraestrutura em que o setor privado pode ser ativado de diversas formas; liberdade democrática e extirpação da exclusão social. A “nova etapa do desenvolvimento nacional” apontada pelo Ministro é bastante mais contida, a exemplo, do que as proposituras do II PND, mas segue, ironicamente, alvissareira visto que a perspectiva de substituição de Ciro na Fazenda é pelo economista Pedro Malan, que, segundo o próprio Gomes, “nenhum pode ser melhor”.

Em suma, blindando as medidas “ortodoxas” governamentais, obscurecendo as ressalvas necessárias, a apreciação ideológica ciriana se faz ao valer-se da ausência da captação da relação-capital, sempre importante, visto que propiciadora da inexorabilidade e da hiperacentuação dos poderes de resolução politicista, seja ao modo “ortodoxo” ou “heterodoxo”. Como já demarcamos acima, ficam obnubiladas a lógica específica do capital, a particularização da sociabilidade capitalista brasileira, assim como os limites ontopráticos da politicidade e do estado, salvaguardando, de maneira assaz naturalista, a reprodução social capitalista.

CAPÍTULO 5

O ARAUTO DA RENOVAÇÃO BUROCRÁTICA E DA REFUNDAÇÃO ECONÔMICA

5.1 No país dos conflitos contra as elites patrimonialistas

Recuperemos, sumariamente, o percurso. O texto alinhavou a questão fundamental da ideologia, assim como da determinação ontoprática e da determinação social do pensamento, derrogando qualquer acepção “etérea”, despida de solo social ou base material, sobre a questão em tela. Nesse encaixo, também degredou as tônicas gnosiológicas a respeito da ideologia (Introdução). Em seguida, inscreveu no corpo do texto o debulhamento da miséria alemã (Capítulo 1) e da miséria brasileira (Capítulo 2), isto é, as distintas objetivações do capitalismo: *via prussiana* e *via colonial*. Recorreu, ainda, ao concerto de ideologias conservadoras/reacionárias marcantes no decurso do século 20 brasileiro (Capítulo 3), remontando à questão nevrálgica: as metamorfoses do insumo ideológico *nacionalista*, cravando não somente a especificidade dos pensamentos perquiridos, mas por meio da análise da base material, as clivagens de classe no interior processualidade da sociabilidade brasileira e a função do composto ideativo, estabelecendo, assim, os momentos materiais e ideológicos seminais para a apreensão da atuação ideoprática de C. Gomes, que pretende cosir e atualizar os despojos do *nacional-desenvolvimentismo*. No capítulo imediatamente anterior, por sua vez, abrimos fogo na análise da gênese, especificidade e função (crítica ontológica) do ideário ciriano (capítulo 4), assentando: sua fisionomia biográfica; uma leitura a contrapelo da literatura atinente à “renovação burocrática/governo mudancista” cearense; as questões industriais seminais para a proeminência política do CIC (SUDENE, o “milagre brasileiro”, II PND), circunstância da qual despontou Gomes; e, também, consignamos a leitura imanente de suas primeiras prédicas como Governador do Ceará e Ministro da Fazenda do Presidente Itamar Franco. A partir deste momento, adensando a crítica ontológica, travejada pela leitura imanente, vamos seguir as trilhas de suas elaborações através de seus três primeiros livros (1994, 1996, 2002).

Retomando o núcleo marxiano, não se pode deixar de ressaltar a contradição imanente à forma de ser capitalista. A contradição que vai emergindo entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e a forma ou relação social econômica abrangente desse

desenvolvimento. Como ressaltamos à renitência, esta é uma lógica específica ou legalidade imanente que passa longe de ser debulhada pela ideologia conservadora-manipulatória ciriana. Como também foi ressaltado, C. Gomes não inclui, por consequência, em sua apreensão, as particulares vias de objetivação do capitalismo, debilitando seu diagnóstico e sua prescrição. Marx, como vimos, indicara que o capitalismo tardio alemão era perpassado pelas ideologias da economia nacional ou da liberalização da propriedade privada, enquanto na via clássica, a economia burguesa já era acoçada pelo domínio da sociedade sobre a riqueza, sobre sua produção e apropriação, isto é, pelo espectro comunista, diagramando o atraso de horizonte ideológico alemão correlato às suas condições objetivas. Quadratura mais sombria é a do capitalismo hipertardio brasileiro em que o ideário do *nacional-desenvolvimentismo*, século depois, ainda perdura como abantesma, como fantasma, como iminência, como utopia tardia mais que desgastada na realidade efetiva, mas, que mantém, ainda, perene verniz. Em outros termos, como sedimentamos, as incompletudes nacionais brasileiras, políticas e econômicas, fomentam as insurgências dos arautos da complementação capitalista brasileira, da superação de sua astenia democrática e econômica. Nesse ensejo, o diapasão politicista ciriano percorre, feroz e incisivo, 1) a “renovação burocrática” da “democracia”, o atilamento ou burilamento do exercício da burocracia de estado e suas instituições, aglutinando recomendações ortodoxas às heterodoxas (“sanidade fiscal”, “políticas públicas reformistas”, “estressamento das corporações”), como também, 2) irá procurar destronar as elites brasileiras que se “viciaram” no “rentismo” e nos demais privilégios simbióticos com o estado, fazendo crer ser possível organizar novos arranjos econômicos, como veremos à frente, pela manta política lapidada, sem rupturas radicais ou revoluções.

No caso brasileiro, como já advertimos em bases chasinianas, a democracia nunca fora um horizonte das classes dominantes, nem por breve momento. Todo esse imbróglio perpassa pelo que ficou conhecido na literatura como revolução passiva, revolução-restauração e contrarrevolução preventiva, ou como trouxemos, conciliação/transição pelo alto, oscilação de acordos por cima. A possibilidade da consolidação democrática - a sedimentação do direito político e a abertura aos direitos sociais - é uma perspectiva exclusiva das massas subordinadas, subsumidas, submetidas, nunca levadas a reboque em um projeto amplo progressista burguês. A condição nacional de sócia menor do capital estrangeiro, portanto, capital industrial atrofico e caudatário, incompleto e subordinado,

vincula-se, com rigor, ao diapasão congênito antidemocrático e à conciliação pelo alto, configuração objetiva do capitalismo brasileiro e sua inserção mundial. Dessa feita, toda propalação refulgente de “renovação burocrática” no país exerceu pleito conservador-manipulatório, sendo propícia e instrumental às partes do revezamento político brasileiro, quer dizer, tanto à autocracia bonapartista, quanto à autocracia institucionalizada, como vimos no capítulo 3 e 4.

O tema do *patrimonialismo* segue ainda ditando moda, vergando gargantas e condenações incansáveis, adquirindo, para sempre, a posição quase autônoma e misteriosa de chaga social incurável. Ciro, dentro deste novelo ideológico, tece (mais uma vez) uma aposta tecnoburocrática, demonstrando considerável conhecimento técnico/institucional/jurídico, abstraindo-se, entretanto, dos fundamentos débeis do capitalismo hipertardio e seus consequentes políticos, de modo que as elites aparecem como meramente “viciadas” em “privilégios”, e mais tarde, no “rentismo”, e o “estado”, por sua vez, refringente ao equilíbrio e à institucionalidade corretas, ou seja, exemplaridade de uma democracia “verde”, imatura. O autor costura o prognóstico, a prescrição, a prospectiva de um saneamento de talhes burocrático e pequeno-burguês, sem cravar, na acepção e diagnóstico, as marcas do “conformismo adaptativo”, parausar Florestan Fernandes, congênito de nossa tessitura social. Nesse sentido, trata-se de forjar uma renovação do país sem “patrimonialismos” e “vícios” das elites, a partir da intervenção voluntarista e técnica na política.

É ilustrativo, lembrar que mesmo a fração burguesa industrial brasileira preocupada com a desnacionalização, como exemplo, José Ermírio de Moraes, cedeu ao compasso das autocracias institucionalizada e bonapartista. Segundo pesquisa de Maria Rago (2004), seu herdeiro, José Ermírio de Moraes Filho concedeu vultuosas quantias para o golpe e para os organismos do terrorismo estatal. Ainda, defendeu, também, a empresa estrangeira como imprescindível, apenas buscando exigir a refringência aos benefícios excessivos como a Instrução 113 (promovida quando Eugênio Gudin fora ministro da fazenda no governo Café Filho) que favorecia o financiamento das estrangeiras em detrimento das nacionais, circunstância que se sedimentaria com o governo JK. Em suma, mesmo na fração industrial de cunho mais *nacionalista*, tratava-se não de garantir um capital industrial concluso e autônomo, postas as impossibilidades objetivas, mas resistente, preservado e sólido (por via do estado) nos setores que pudesse oferecer competição e produtividade, ou seja, aqueles setores de bens consumo básicos/não-

duráveis e alguns bens de produção básicos/intermediários (RAGO, 2004). Enfim, nada mais do que um mero *nacionalismo defensivo e autocrático*. O sortilégio retórico empresarial brasileiro se dissipa facilmente com o lançamento, mesmo, de uma luz fraca sobre o penumbrado cinismo perverso presente na consistência autossignificativa de seu ideário: ao fim, como mostramos ao desnudar o “Documento dos 8”, sobra apenas o ramerrão manipulatório e insustentável.

No livro de 1994, *No país dos conflitos*, C. Gomes é arguido por cinco entrevistadores, quais sejam, Miriam Leitão, Suely Caldas, Ancelmo Gois, Geneton Moraes Neto e Marcelo Pontes. Inexoravelmente, C. Gomes é absorvido, tragado, inicialmente, pelo debate do Plano Real:

O plano tinha funcionado uma maravilha até aquele dia 30 de agosto, dali para frente o risco - especialmente pelo que aconteceu com o Ricupero - o risco era terrível de espoucar, de explodir na minha mão. O risco era monstruoso. Então havia um plano que não era meu, eu não era o pai da criança, e eu ia pegar o plano numa crise terrível, em que as probabilidades eram de estourar na minha mão. Eu sabia que o *tracking* - que é uma pesquisa de acompanhamento - tinha embicado para baixo. O Fernando Henrique, que estava com perspectiva de ganhar, descendo. O que já havia acontecido naquela semana todo mundo sabe, mas a rapidez do presidente Itamar... Quando eu liguei para o Presidente e entrei nessa história, foi para ponderar que o Ricupero devia ser perdoado, e devia continuar. E aí o Presidente, de bate-pronto, disse que era eu quem ele queria. Eu insisti que não e sugeri o Malan e o Bacha, que eram os nomes que o Fernando Henrique queria. Ele disse que eram bons nomes, "mas eu quero você". (GOMES, 1994, p.21)

Passadas as descrições de bastidores, C Gomes entra no núcleo de seu pensamento, autodesignado como pensamento estrutural do Brasil: “Não, eu tinha muita identidade com ele [Rubens Ricupero]. Muita identidade, mesmo. Eu penso é, estruturalmente, no Brasil. Provocando um pouco mais o objetivo de nossa conversa hoje: penso que o comportamento dominante das elites dirigentes do país (e nisso não vai nenhum preconceito negativo, ‘esquerdoso’) revela uma aversão a conflito”. Gomes parece esquadrinha, de um lado, um conformismo das elites e, de outro, uma briga cega “esquerdista”, “sectária”. Segue, “Eu acredito que Brasil só vai resolver as coisas no dia em que nós amarmos conflito, eu sou assim...”. Gomes complementa: “Eu acho que o povo não [é favorável à conciliação]. Acho que é preciso eleger alguns conflitos e feri-los. Claramente. Veja um exemplo nessa questão do plano econômico. O primeiro

momento da estabilização tem um vício, que veio explodir nas minhas costas, que é o IPC-r”. Explica, “O Plano Real tem uma lógica, uma filosofia fundamental que é a desindexação. O que está fazendo o IPC-r, como índice oficial, dentro do Plano Real? Na concepção original, não havia isto. Eu participei da concepção original, discuti, havia umas reuniões nas sextas-feiras à noite na casa do Fernando Henrique, em Brasília. Não devia ter nenhum índice oficial. Então isso foi negociado no Congresso, para aprovar, porque não se quis ferir um conflito” (GOMES, 1994, p.23). C. Gomes posta-se como um defensor do plano real e suas ressalvas ainda são muito tímidas, outrora, inexistentes.

Meu grande trunfo foi chegar e ir logo dizendo: qual é o uso da máquina? venha me mostrar! venha aqui dizer onde é que está errado! me diga, onde é para corrigir o Plano Real? Eles entraram em pânico - eu tenho informantes, amigos lá de dentro, que me contaram. Porque tinham que vir para dentro e discutir comigo, numa questão que toda gente sabe o que é certo, o correto. Quem podia brigar? Quem fizesse isso tinha que assumir claramente o antagonismo frente ao Plano Real. Resultado: todo mundo calou a boca, e quatro dias depois ninguém mais falava de uso da máquina. (GOMES, 1994, p. 24)

Ciro é, frequentemente, taxativo em sua aparente plenipotência tecnoburocrática. O saneamento renovador do estado e a refundação politicista da economia aparecem mais claramente à frente: “Veja, a minha proposta de trabalho para a Universidade de *Harvard* considera os aspectos políticos da inflação brasileira. Ali eu especulo muito fortemente sobre isso. Falo de três grupos de interesses muito claros que eu acho que dominam o Estado brasileiro, e explico as perversões todas, inclusive - e especialmente - a inflação crônica”. Alinhava como fundamental: “Falo nos *plutocratas*, nos *oligarcas* e nos *corporativos*. Os oligarcas são esse tipo de gente que domina o poder brasileiro de forma quase hegemônica, o poder político formal, e não usa o poder político para questões estruturais, não se posiciona em questões estruturais. Normalmente, é um exercício de poder completamente ancorado em microinteresses locais, regionais, pessoais, de grupos” (GOMES, 1994, p. 26). Ciro busca, dessa feita, estar acima dos particularismos de *oligarcas*, *plutocratas* e *corporativismos*, enfatizando uma posição técnica acima das classes, conquanto, saiba do poderio de tais “grupos”.

Esses grupos, deixados à vontade, explicam o que está acontecendo com o Brasil. Entretanto se você pensa, aí é juízo meu, em fazer reformas no Brasil, não fará à revelia deles, e sim dando a eles um papel explícito e sob sua hegemonia moral e intelectual. Essa é a idéia. Quem tentou fazer à revelia desses

grupos, entrou pelo cano. Entrou pelo cano quando perdeu as eleições (Lula em 89 e de novo em 94), e entrou pelo cano depois que ganhou as eleições (Collor em 92, com o impeachment). Porque, para mim pode ser polêmico como seja, mas o Collor caiu não foi por essa notícia vulgar de corrupção. Essa notícia vulgar de corrupção esteve presente em outras histórias que não deram no que deu o Collor. O Collor caiu porque, durante o processo eleitoral, ele galvanizou a massa com base numa promessa muito superficial de um paraíso que dependia só da eleição dele, que aconteceria no dia seguinte à sua chegada no poder. Essa enorme expectativa despolitizada virou frustração, logo em seguida ódio, e ele perdeu sua base de legitimidade. E durante o processo de galvanização dessa massa amorfa, ele destruiu todos os laços orgânicos que a elite brasileira mantém com o poder, ao contrário do que a esquerda cansou de dizer dele. Ele brigou com a FIESP, com a FEBRABAN, com a Rede Globo, brigou com tudo que é lastro de poder real no país. Brigou com a Igreja, brigou com a mídia, brigou com tudo, e ainda brigou com o cartório da corrupção, quando quis estabelecer um monopólio nessa área também. Porque a corrupção tem uma teia do "rouba lá que eu roubo cá e ninguém diz nada" que funciona. Ele moralizou as relações dentro do Estado e trouxe para si o monopólio da corrupção. Resultado: ele tinha todos os elementos de poder real contra ele. No dia em que assisti ao *impeachment* eu estava pensando nisto. Eu via aqueles camaradas votando ali pela mamãe, pelo papai, pelas criancinhas... O sujeito era picareta desde pequenininho agora estava ali, gritando: "sim!" (GOMES, 1994, p. 28)

O saneador C. Gomes é bastante claro, em que o caso sobredito não passa de um exemplo, ao demonstrar aquelas que considera as chagas políticas e econômicas do país: a *ranzinza oligarquia* política clientelista, a *plutocracia* (grande empresariado) que draga o estado e os *corporativismos* que representam, geralmente, a baixa burocracia, os funcionários públicos, que também perpetram uma espécie de âncora inamovível e usurpadora dos fundos públicos com interesses rígidos e particularistas. Todos vigoram como *patrimonialistas*, freios arraigados, que impelem a uma reforma, sinteticamente, a renovação burocrática e a refundação das categorias econômicas:

Essa chave de relação *patrimonial* do empresariado com o Estado brasileiro se explicita dessa forma. Só é preciso deixar expresso que eu acho uma caricatura odienta o que acontece no Nordeste também. Essa coisa do empreguismo, do compadrio, do nepotismo, da apropriação dos recursos da SUDENE, enfim, essa miuçalha toda é muito ruim, é péssima. Drena todas as energias da população regional para um fetiche que é o regionalismo idiota, em antagonismo com uma falsa briga do Sul contra nós, os coitadinhos, e os intérpretes dos coitadinhos sendo sempre os mesmos e mamando as mesmas coisas - isso é uma coisa

completamente censurável. Mas é verdade que, sob o ponto de vista da grande contabilidade, a República é muito menos assaltada por eles do que por outros grandes interesses, que eu classifico como plutocratas, que aliás existem lá também - lá os plutocratas são os usineiros, os industriais urbanos do FINOR, da SUDENE, que é indefensável, o FINOR Agropecuário... A indústria ainda tem exceções, mas o FINOR Agropecuário deve ter exceção só para pagar a regra de que toda regra tem exceção. Eu não consigo ver que não seja safadeza, esse FINOR Agropecuário. *E o plutocrata é isso, é a renúncia fiscal, é o empréstimo subsidiado, é a inadimplência com o banco público, é a venda de insumo ao Estado ou de bens ou serviços ao Estado superfaturados, é a compra de insumos das estatais subfaturados...* Isso aí é, certamente, um eixo muitas vezes mais grave. O problema da *oligarquia* e dessas mazelas é que em geral vêm de parrelha com uma anestesia para os excluídos. Aqui no Rio tem essa coisa do populismo, do neopopulismo, da relação paternalista com a favela, da Fundação não sei de quê que dá cesta básica ou troca dentadura ou não sei o que mais na favela, e por aí anestesia todas as tensões terríveis da favela em favor de um comportamento político conservador com relação às estruturas. Esse comportamento é muito claro para mim no Brasil e a inflação sancionou tudo isso. O terceiro grande grupo é o *corporativo*. *É mais complicado perceber, porque é um sindicalismo de classe média com ênfase total em bancários e funcionários públicos, que tomou do povo o discurso de trabalhador.* Quer dizer, o povo brasileiro não tem nada, nem mesmo o direito ao discurso de trabalhador, que foi apropriado por esse sindicalismo de classe média, com ênfase total, volto a dizer, no funcionalismo dos bancos e das estatais, no funcionalismo público lato-senso, que também manipula (GOMES, 1994, p. 29-30, grifos nossos)

C. Gomes reitera que o sindicalismo do ABC faz parte do novo *corporativo* e assevera, acidamente, que os R\$900, piso salarial dos operários, equivale à classe média do Ceará que frequenta o Náutico Atlético Cearense. Completa que o movimento novo sindicalista foi deturpado de modo que a CUT é dominada pelo funcionalismo público *corporativista* e, jamais, por proletários operários. Para completar, faz uma ferrenha crítica ao getulismo e à estrutura sindical engendrada à época: “O getulismo então propôs com muito pouca originalidade que o Brasil aderisse a uma moda de organizar a sociedade e os trabalhadores, que era muito em voga no seu tempo, vinda da Itália de Mussolini, a *Carta del Lavoro*, que foi copiada aqui e tomou o nome de Consolidação das Leis do Trabalho. Ali criou-se todo um processo tutelar nas relações do trabalho, com a hierarquia das relações do trabalho, etc”. Segue: “Isso tudo é fascismo. Tudo. E eu acho que o Brasil já está na hora de amadurecer isso. O sindicato ser uma entidade paraestatal, por delegação

do Estado o sindicato poder cobrar um paratributo, que é a contribuição sindical, coercitivamente, isso não tem cabimento. A unicidade sindical, a Justiça do Trabalho. Agora mesmo nós tivemos esses conflitos todos, e os trabalhadores estão insatisfeitos, os representantes do Estado, entre os quais eu me integro, acham isso anacronismo completo... A quem aproveita isso, senão ao peleguismo de um ou outro tipo? O neopeleguismo hoje é o peleguismo partidário...” (GOMES, 1994, p.31). Para completar, arguido sobre as soluções, o intelectual-político diz que a resolução é “ferir os conflitos”, junto ao adendo de que “o congresso nacional brasileiro tem um vício de legitimidade dramático”. Ciro assevera que a presença da *oligarquia* consagra o “vício de legitimidade”, ou a ausência da “legitimidade substantiva”. Todo propósito da “renovação burocrática” ganha assento com críticas que perpassam meio século brasileiro, demonstrando a perenidade, a renitência, o caráter rançoso do *patrimonialismo* que articula políticos tradicionais, grande empresariado e sindicalismo em-si-mesmo, em grande medida, dos servidores públicos. C. Gomes aponta, nesse último caso, que a CUT/PT, quando questionada e barrada na conquista de aumentos salariais (repassados em preços aos consumidores), reivindicaram a liberdade ultraliberal de negociação com os patrões, ao que C. Gomes, enquanto ministro da fazenda, apontou como um “ultraliberalismo” de quem não se esperava (subjacente exemplaridade do *corporativismo*).

No discurso de C. Gomes aparece uma tutela burocrático-política da sociabilidade que se desvela, sempre, apresentando-se como acerto técnico equilibrador, que deve ferir todo prejuízo “*patrimonialista*”; é justamente viciada nas brechas *patrimonialistas* que os grupos *oligarcas*, *plutocratas* e *corporativos* se arvoram. O autor intenciona, portanto, esgarçar a simbiose estado-privilegiados, fazendo abrolhar o “novo”, a institucionalidade e tecnicidade, nem o hermetismo getulista, nem a inibição apequenadora do estado, e nesse encaço, a desvinculação das elites e demais grupos sociais privilegiados, da dinâmica dos esbulhos, forjando, portanto, uma possível “refundação econômica” a partir da “renovação burocrática”. O PSDB, dessa feita, aparece como agente desse salto equilibrador: “Para um social-democrata, não há sentido em dizer que o governo interfere: o governo é parte da relação econômica. Para um ultraliberal, não: governo é guarda noturno. Faz a polícia, e talvez aqui e ali uma escolinha municipal, e mais nada. No resto não se intromete”. Segue, “Mas não é assim com a compreensão de um social-democrata. As relações econômicas, se forem deixadas espontâneas, promovem a perversão da

concentração de renda, a perversão da desigualdade. A tendência do espontaneísmo individualista de mercado é para a perversão da desigualdade, da concentração de renda”. Gomes não fala da desigualdade de classe, mas da tópica desigualdade de renda, e “Quem compreende o Estado como social-democrata acha que o Estado deve entrar como parte das relações econômicas, de forma regulatória em certos casos e como empresário em outros casos, sempre de maneira a desequilibrar a tendência espontânea à concentração de renda, à desigualdade, e a promover a igualdade, a desconcentração da renda”. Então, “se você tem, numa dada relação econômica, um oligopólio que tem um mercado cativo e um sindicato poderosíssimo, que tem muita força pela categoria que representa, pela economicidade do setor, e esses parceiros se entendem sem repassar os custos desse entendimento aos desorganizados, à sociedade consumidora, é maravilhoso, parabéns, sigam em frente”. Isto “Foi o que nós propusemos. Mas eles ficaram lá, sem saber como sair do impasse. Eu disse: por que não dão participação nos lucros? Não temos nada contra trabalhador ganhar mais, o que somos contrários é à lógica da indexação” (GOMES, 1994, p.36). Gomes toma o estado como ajuizador entre os “organizados” em torno de seus privilégios e os “desorganizados” da sociedade civil, fazendo imiscuir lucro, ganhos salariais, barganha patronal e sindical, enfim, em uma malha homogênea de privilégios a serem combatidos sem distinção de classes. Seguindo o pleito de nossas explicações, a relação-capital aparece como um conflito naturalizado no discurso ciriano, a ser regulado ou induzido empresarialmente pelo estado, corrigindo debilidades estatais que forjam submissão insidiosa a vícios particularistas-civis que edificam a simbiose *patrimonialista* brasileira.

Para criticar a “esquerda ortodoxa” e o liberalismo, C. Gomes tem de esgrimir ideativamente para argumentar contra o stalinismo (tomado por “esquerda ortodoxa” ou “antiga”) e a acerca da “democratização do capital” inexistente no Brasil e supostamente própria aos países centrais: “Eu penso que *os conflitos são inerentes a uma economia democrática* e que o governo deve ter uma ação regulatória, uma presença regulatória, com esse objetivo de inibir *o processo natural de concentração de renda, de estabelecimento de desigualdades, e tentar inverter essa lógica, promover a igualdade, promover a desconcentração distribuição da renda*”. Em contraste, “A esquerda ortodoxa pensa que esse conflito é insolúvel e que só há um jeito, que é eliminar o conflito substituindo a parte poderosa - os empresários – pelo Estado, que seria, a juízo deles, hegemonizado por uma ditadura proletária. O que está provado que não funciona. E o

outro lado, o ultraliberal, pensa que o Estado não deve ser parte” e “Que o sindicato deve estar livre para se confrontar com o capital em bases de igualdade. *Isto porque na Europa e nos Estados Unidos, e também no Japão, os sindicatos chegaram a uma equipotência política com os patrões, à medida que o capital lá se democratizou, com a expansão das sociedades anônimas*”. Logo, “dá para o neoliberalismo defender que há uma certa equipotência política entre o capital - que não é mais concentrado, em virtude da *difusão democrática das sociedades anônimas* - e o sindicato. Então, o Estado pode sair disso, porque haveria uma equipotência política. Eu penso que isso é verdade lá, mas não é verdade aqui” (GOMES, 1994, p.37).

Ciro aduz sua posição conflituosa, que tanto age contra o privilégio da elite *plutocrática* quanto contra o privilégio do sindicato *corporativista*, talhando o equilíbrio regulatório entre partes pela ação estatal ajuizadora no complexo econômico (algo já desnecessário, supostamente, nos países centrais). Quer dizer, trata-se de um “conflito inerente” à “economia democrática” em que o estado é “parte” (é parte objetiva inexorável ou só o é para a prescrição “socialdemocrata”?) e que deve agir de modo ajuizador/equilibrador/desconcentrador, uma vez que o “conflito inerente” da “economia democrática” é, ao mesmo tempo, “desigual” e tende à “concentração de renda”. No Brasil, tanto as altas burocracias (*oligarquias*), quanto as baixas burocracias (sindicalismo *corporativista* dos servidores públicos) emperram a ação estatal ajuizadora, assim como a elite (*plutocracia*) se beneficia também desse estado não socialdemocrata, não ajuizador, não equilibrador, não desconcentrador (a esse fenômeno deletério nacional, o autor dá o nome de *patrimonialismo*, se valendo implicitamente da larga literatura). Outrossim, vige a expectativa de uma reposição do estado nessa organicidade, equilibrando as partes e engendrando a democratização do mercado, promovendo tais ações pelo esteio da renovação da burocracia em direção à sua missão ajuizadora/equilibradora/desconcentradora na “economia democrática” e “conflituosa”, evitando as desigualdades e promovendo a repressão aos deslizes particularistas, portanto, das próprias categorias inerentes ao estado e das plutocracias viciadas. Parece, portanto, que o capitalismo brasileiro aguarda chegar à uma organicidade ótima, com equipotência de partes e democratização do capital, uma tensão sóbria e “democrática”, justa e equilibrada promovida pelo tacão do estado, mas que, doravante, não precisará mais do estado tal a “democratização da economia” como nos países centrais.

O pensamento ciriano, por conseguinte, se revolve em plenipotente circunlóquio, que não esmiúça a 1) a relação-capital; 2) a via colonial de entificação do capitalismo; 3) a articulação ontológica entre estado e capital, artificializando tal organicidade; 4) os limites ontopráticos da politicidade. Destarte, define uma utopia automovente ao estado que ao mesmo tempo faz parte e abjura - se sobrepondo - da dinâmica que o abrange: espera-se que do problema surja a solução, que do desequilíbrio abrolhe o equilíbrio, que da desigualdade surja a igualdade, que dos particularismos em conflito surja a technicalidade neutra, que do conflito de classes desiguais surja um órgão de contrapeso no interior da desigualdade salvaguardor de um equilíbrio impossível. Da própria dinâmica deletéria surge sua solução que não pode ser efetivamente solução vez que arruinaria sua própria base ontológica de nascimento: C. Gomes é, por conseguinte, o paroxismo do intelecto político. Voltemos, para desanuviar o esfumaçado insumo ideológico, ao próprio Marx (2010, p. 40):

Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe tão somente como antítese a ela. Porém, nenhum vivente julgará que as deficiências de sua existência estejam fundadas no princípio de sua vida, na essência de sua vida, mas sempre em circunstâncias exteriores à sua vida. O suicídio é antinatural. O Estado não pode, portanto, acreditar que a impotência seja inerente à sua administração, ou seja, a si mesmo. Ele pode tão somente admitir deficiências formais e casuais na mesma e tentar corrigi-las. Se essas modificações não surtem efeito, a mazela social é uma imperfeição natural que independe do ser humano, uma lei divina, ou a vontade das pessoas particulares está corrompida demais para vir ao encontro dos bons propósitos da administração. E como são pervertidas essas pessoas particulares!

Ciro tem de se dar a missão utópica de renovação da burocracia e refundação da elite econômica, efetivação da organicidade conflituosa-equilibrada, do círculo vicioso que tem por inerência seu desequilíbrio e por possibilidade seu equilíbrio, sua ação desajuizadora e seu contrapesoajuizador, sua concentração de renda natural e sua desconcentração de renda perenemente provocada até um futuro equilíbrio com a democratização da economia. Gomes tem de descerrar, com abastada e abstratizante technicalidade, uma verdadeira ação de saneamento de “perversidades” e “vícios” que emperram o bom funcionamento da “economia democrática” ... e naturalmente desigual, desigualdade que é sua compleição natural, mas superável por meio do órgão estatal que

segundo ele próprio faz parte da economia e está prenhe de vícios. Não deixa, todavia, de flertar com alguma sinceridade acerca do engano apologético que lhe é próprio, admitindo a razão de um pragmatismo mais vulgar:

O Fernando Henrique conhece intelectualmente com a maior sensibilidade, essas coisas todas de que eu estou falando aqui. O que talvez ele tenha é uma virtude muito maior do que o meu defeito, é a compreensão realista de como é que as coisas podem ser, e eu não quero ser realista. O jogo do poder é assim no mundo inteiro. As forças que se reúnem para conquistar o poder, essas forças ocupam o poder e não há problema nenhum. Nenhum problema, o Antônio Carlos anunciar uma legítima aspiração de influir no governo que ele ajudou a eleger. Nenhum problema, mesmo. Pode chocar a quem desejar se chocar, mas o povão, por exemplo, essa categoria de que falei há pouco, todo mundo sabe que é assim. Nós, no nosso círculo, é que ficamos com esses falsos pudores. (...) É exatamente igual na França (...) Porque o poder é assim, é real, sem trocadilho com a moeda. O que é que fez o Fernando Henrique? Ele é muito lúcido. Ele foi, aliás, contra a minha opinião. Eu achava nós teríamos as forças eleitorais do PFL e seus afins de graça só pela notícia de que o Lula tinha 40% naquele momento. Eu achava então que nós tínhamos o apoio deles sem precisar nos comprometer com coisa alguma. O Fernando Henrique terá sido mais nobre do que eu, quando ele achou que não, que era preciso formalizar uma aliança, levá-la a uma legitimação popular, sofrer as críticas sobre ela, e ser um elemento na formação do juízo da população sobre o poder que se constitui naquela aliança. Resultado: mão à palmatória, nós temos hoje o ajuntamento de forças mais forte da história republicana pós-ditadura. (...) O Quéricia é um bobo. Ele montou no agudo da recessão um discurso para o microcosmo dele que é São Paulo, com a bandeira da retomada do desenvolvimento. Isso é grego para o Brasil, todo mundo fareja que isso tudo é safadeza. As pessoas estavam a fim de um discurso do tipo que o Fernando Henrique fez, um discurso contundente, um discurso que arrote determinadas coisas, um antidiscurso, o antiemoção. Foi o que ganhou essa eleição. Enquanto o Lula teve coragem de fazer isso, esteve bem. Quando ficou só com uma agenda negativa, morreu. (GOMES, 1994, p. 42-45)

Ciro também, elucidando o teor mais rarefeito de seu *nacional-desenvolvimentismo*, é taxativo e renitente ao falar do fenecimento do modelo político “Brizola” (algo já notado no capítulo anterior), o que antecipa a averiguação da ausência hodierna da figura de Brizola no discurso “ciriano”, atualmente, pertencente ao mesmo PDT em que Brizola pretendeu retomar e envergar a bandeira do antigo PTB, sendo este um assunto futuro. Ciró assevera: “O Brizola errou tudo. Ele é a morte de um modelo político (...) É... o

populismo, o getulismo e o nacional-estatismo, tudo isso é coisa que foi fantástica no passado, mas morreu mesmo. O Brasil não entende mais isso. Nós, que temos 40 anos, 37, 30, 25, estamos rompidos com essa memória, até porque a ditadura fez um corte nisto, nós crescemos e não sabemos nem da história, nem como foi isto” (GOMES, 1994, p.46).

Ademais, Gomes, em alguns momentos, alerta ressalvas acerca da “socialdemocracia” PSDBista: “Você tem razão, a sua percepção é correta. Não existe social-democracia sem uma base trabalhista, uma base de classe trabalhadora politicamente hegemônica. E a classe trabalhadora organizada hoje no Brasil está longe de ser politicamente hegemônica”. Outrossim, “Está com a representação difusa, com uma interpretação difusa. O que nós somos é uma proposta, e somos diferentes entre nós. Muitos de nós têm na verdade uma concepção neoliberal – sendo que neoliberal também não é palavrão, é uma visão de Estado, que se convencionou chamar de Consenso de Washington, *que é um programa que está tendo muita eficácia em algumas experiências mundiais* e que encanta alguns dos nossos. Eu não sou, não” (GOMES, 1994, p. 46, grifos nossos). Vê-se que a visão de C. Gomes não é contrária ao ideário “neoliberal” a todo custo (como se vê na sua anterior prédica da “democratização do capital” nos países centrais), mas com um meandro bem definido, que reitera uma visão harmoniosa acerca do capitalismo central, como atinente ao próprio Celso Furtado:

A gente tem que fazer um esforço de compreensão. Esse é um problema dramático para os intelectuais brasileiros, que precisam se livrar de um certo vício de reproduzir aqui idéias originais de outros lugares, ou criticando-as ou reproduzindo-as literalmente, aderindo a elas. *O neoliberalismo na Inglaterra, onde ele foi ao poder pela primeira vez, de forma sistemática, com a Margaret Thatcher, faz um sentido completo.* Sim, porque lá ocorreu um processo de presença intrusa do Estado na economia. *Aconteceu que as relações de classe lá foram se equilibrando, as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres foram se estreitando,* ainda que permaneçam separados em extremos um pequeno grupo de grandes ricos, estatisticamente irrelevante, e um pequeníssimo grupo de miseráveis, também de estatística quase nula. Diga, quantos são os sem tetos, nesses grandes países industriais, quantos são os *homeless* lá? Existem, mas não é uma coisa de massa. E foi a se criando uma grande classe média, uma grande classe trabalhadora organizada, em que as diferenças salariais são pequenas. A distância entre o menor e maior salário não é maior do que 20 vezes, 15 vezes, 10 vezes nesses países. A partir daí começaram a surgir déficits públicos astronômicos, nesses estados. Esses déficits foram gerando pressões inflacionárias dramáticas, e começou a haver uma deterioração do setor público. Isso puxou a economia para baixo. O processo econômico estagnou-se, por uma presença do Estado muito forte.

Ora, era óbvio o que fazer. Por que explorar o petróleo no Mar do Norte com estatal? Para que companhia aérea estatal? Por que explorar carvão com empresa estatal? Por que não desonerar o Estado desses gravames todos e concentrar o Estado em previdência social, que lá é fantástica, perfeita, seguro desemprego, etc., tudo perfeito. Assim, o Estado se livra de tudo aquilo, desgrava a economia, e a poupança privada se direciona para aquelas atividades. Você tem então um processo de crescimento econômico sustentável, com um Estado pequeno, de baixo custo, que pode desonerar a população de tributos, pois a sociedade está cada vez menos disposta a pagar tributos. Perfeito, não há problema algum. *Eu não teria a menor dificuldade deser neoliberal na Inglaterra. Mas, lá. Esse é o problema (...)* Mas, lá. No entanto, aqui nós temos 32 milhões de miseráveis, meia Inglaterra, e temos 60 milhões de pobres, uma Inglaterra. Como ser neoliberal aqui? Será que o espontaneísmo individualista das forças de mercado algum dia será capaz de corrigir isto? Pode-se exigir dele essa responsabilidade? Ou pode-se sequer esperar que ele seja capaz de dar uma equação para essa perversão, que inviabiliza a vida? (GOMES, 1994, p. 47, grifos nossos)

Contudo, repelindo o neoliberalismo para o Brasil, em especial, C. Gomes é explícito ao afirmar a inexorabilidade do programa de FHC que tem de abandonar “filosofias” para engendrar conquistas táticas: “O programa do Fernando Henrique é um programa de governo. Nós não estamos tratando ali de uma filosofia, nem eu diria que meu pensamento está completamente representado nesse programa de governo”. Com sobriedade pragmática agora (sem ousar ferir conflitos?), “Compreendo que é um programa de governo factível. Taticamente, é o que se impõe. Taticamente, eu não tenho a menor dúvida de que é o que se impõe. Por que taticamente? Porque o Brasil tem enormes passivos estrangulados, e um enorme ativo imobilizado, e um Estado completamente impotente para fazer qualquer coisa: dar segurança para o povo, dar saúde para o povo, dar educação básica para o povo. Só isto, segurança, polícia: o Estado liberal mais ortodoxo dá polícia”. Segue, “Nós não estamos capazes de dar isso, nada. É um Estado emasculado, o Estado brasileiro. Então não faz sentido um excesso de zelo estatista. Quem é inteligente, abandona o dogmatismo religioso, filosófico, doutrinário, ideológico, e procura alternativas. Faz sentido um país ter 300 milhões de dólares imobilizados produzindo álcalis, produzindo barrilha? Sabe o que é barrilha? Eu não sei...”. Acrescenta, endossando a tática ineludível do tucano neoliberal: “Então, produz barrilha, produz isso, produz aquilo e não dá hospital. Não tem sentido, isso. E os passivos estrangulados ainda sinalizam para uma deformação econômica cujas consequências resultam num processo inflacionário. Assim, não tem cabimento, tem que acabar com isso. Desmobiliza, limpa o

passivo, conserta...”. Vem a ressalva, “Agora, isso é uma razão tática, de conjuntura. Eu não amo a privatização como um fim em si mesmo. Até porque acho coerente que, na mesma hora que estejamos privatizando uma empresa, nós possamos estar constituindo uma outra empresa estatal, dependendo da necessidade. Portanto, para mim não é filosófico privatizar, é tático” (GOMES, 1994, p. 49-50).

Ciro também é crítico decidido dos monopólios: “não serve. Monopólio por definição é ruim” (..) “monopólio não, nada, nenhum”. Mesmo indagado “se o monopólio servir bem à população”, retruca sem ruídos: “não serve” (GOMES, 1994, p. 51). Arguido e expondo sobre um certo dogmatismo de Itamar em rejeitar a solução da privatizações (embora, Ciro já se demarque contra a privatização da Petrobrás em particular): “Um brasileiro como o Brizola, como o Itamar, o Ulisses Guimarães, esses homens, que eram garotos na década de 50, testemunharam o país deixar de ser um país rural, assentado numa economia de monocultura de café aqui no Sudeste, monocultura de cana no Nordeste, para ser um país sofisticado, industrial, dinâmico, com uma inserção no comércio mundial de 70 bilhões de dólares, dotado da sofisticação tecnológica mais avançada no Terceiro Mundo, e eles viram isso acontecer de que jeito? Com o Estado fazendo”, dessa feita, “Querer agora que um homem desses, nessa altura da vida, se convença de que isso é ruim, não é possível. É religioso, é tipo não mexa com a Mamãe. É uma coisa assim” (GOMES, 1994, p.53). Gomes ratifica, portanto, o acerto tático de FHC, tanto no momento ineludível das privatizações, como nas alianças com o PFL, que segundo Ciro, não seria um partido orgânico do conservantismo, contendo membros de elogiosos predicados, dos quais ele cita: Gustavo Krause, Vilson Kleinubing, Roberto Magalhães (este, conservador) e Antônio Carlos Magalhães.

Para não adentrarmos mais nos detalhes da biografia de C. Gomes, muito alvoraçada no livro-entrevista em tela, fincaremos apenas uma passagem de sua descrição dos primeiros anos como deputado estadual e governador que remontam às críticas do sectarismo verborrágico petista, interessante ao panorama ideológico de nossa tese. Segundo sua ótica: “É curioso ver como as posições mudam, porque aqueles funcionários [43 mil demitidos] tinham sido contratados pelos coronéis que dominaram o Estado durante muitos anos. Depois de demitidas, quem vinha defender era a CUT e o PT. Percebem? O PT quer ficar com os dois lados: quando o coronel fazia o empreguismo, ele criticava; mas quando o novo chega e faz o saneamento moral, ele critica também”. Logo, “Com esse discurso negativo, se eles não aprenderem, vão ser sempre isso: *sparring* para

qualquer um ganhar a eleição. Eles fazem a crítica, criticam, criticam, as pessoas fazem a catarse. Mas quando passa a catarse, as pessoas perguntam: e aí? Realmente, está tudo errado, mas, e aí? O aí, eles não têm” (GOMES, 1994, p. 71). Destaca-se, todavia, que ao mesmo tempo que embarga e questiona o “novo” trazido pelo PT, reiterando sua renitência em negativismo infértil, em ausência de propostas, Ciro vislumbra na figura de Lula a mais interessante “produzida pela democracia”. A utopia socialdemocrata/burocrática e saneadora ciriana é substituída, por vezes, por uma visão mais ardilosa e vulgar da política, que ora elogia a aliança FHC/PFL, mas que acaba por questionar o PT por ser negativista/reactivo/sectário, mas também quando o partido tende a ceder a pragmatismos e alianças escusas (como, repete-se, se fez no PSDB/PFL): “Porque ele [Lula] é bem intencionado, é honesto, tem carisma, gosta do povo com sinceridade. Ele fez a história brasileira andar. O papel dessas pessoas nem sempre é hegemonizar o processo para si. Mas com certeza a presença dele na política fez o Brasil ficar diferente. Se ele tiver agora a modéstia, a humildade, a fibra de não se deixar destruir (...)” Ainda: “Não foi assim que ele [Lula] chegou aonde chegou. Não foi assim que ele cresceu. Agora, ficou oportunista, ficou tentando fazer essa transa do algodão entre cristais. Por aí, ele adere àquela tendência de eliminar o conflito, ele, que é um homem do conflito. A sociedade vê o Lula como um homem que deve ajudá-la a ferir os conflitos, e sempre que feriu os conflitos ele se credenciou. Quando quer ser um transador, ele fica igual a qualquer outro político”. Sobre os senadores petistas: “Três, em 69. Convenhamos que, para um partido que queria hegemonizar a política nacional, é muito pouco. O PSDB tem 8, pode chegar a dez. Em compensação, o PFL é partido? Pode-se dizer que ele seja um partido? No entanto, ele fez 12, talvez 15, ou 18. Não é por aí que se apura. Qual é a inserção do PT na realidade brasileira? Vamos deixar de fazer propaganda, porque acabou a eleição. Qual é a inserção do PT na vida do povo brasileiro? Quem é o PT na vida do povo brasileiro?”. Para Gomes, o partido aparece ora como sectário/negativista, ora como franco conciliador, ora como parte da manta *corporativista*, vergando em todos esses matizes a anulação da figura potencial de Lula: “Porque nós [PSDB] começamos diferente. Eles começaram de baixo para cima no movimento sindical de São Paulo. Depois se descaracterizaram, entregando toda a sua estrutura ao *corporativismo* e hoje são basicamente funcionários públicos. O próprio Genoíno está dizendo hoje, nos jornais, que o PT precisa se livrar do *corporativismo*. Porque realmente eles perderam a noção de realidade. Um partido que pretende alcançar a hegemonia do processo eleitoral brasileiro

- do Brasil, não é da França, não”. Enfim, enfatiza que no avanço do Brasil “ajuda bastante. O Lula, não o PT” (GOMES, 1994, p. 72-73).

Por fim, encaminhado ao estertor da seção, repomos que Gomes reforça suas influências teóricas já registradas no capítulo passado: “li tudo de Ernst Mandel, um economista que leu Trotsky de maneira contemporânea”. Sobre Lênin: “li alguma coisa, mas não me interessei”. Sobre *O Capital*: “li, mas é um horror, muito difícil de entender. Mas tinha que ler, eu li” (GOMES, 1994, p. 74). Registra também o impacto de Gabriel Garcia Marques, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Machado de Assis etc. No campo da influência política, relata que se espelhou em FHC e não poupa elogios a José Serra (que seriam em breve criticados vorazmente): “é um homem brilhante (..) Serra é fantástico, um grande quadro” (GOMES, 1994, p. 102).

Gomes também resvala nos problemas que teve no campo da Educação na sua empreitada como governador, além de definir que a universidade pública deve ser paga pelos estudantes de renda elevada. Vejamos algumas de suas ideias: “Primeiro, pôr de lado todas essas falácias de que a educação é ruim porque o salário do professor é baixo. Isso é só parcialmente verdadeiro. Sei disso por experiência muito concreta. É muito ruim o conteúdo curricular. É muito ruim a carga horária diária. São ruins a jornada anual de aulas, o excesso de matérias, a grade curricular. É muito ruim a gerência do sistema público de educação. É muito ruim o financiamento da educação”. Vinculando à ossatura de seu pensamento, “É muito ruim o *corporativismo* do magistério público. São muito ruins a falta de controle social sobre as escolas públicas, a falta de treinamento, de disciplina para treinamento, a reciclagem. É péssimo o sistema de avaliação e controle e é muito frouxa, muito paternalista, a relação da sociedade mesmo com esse problema do analfabetismo, da evasão escolar, porque isso afinal de contas é um assunto que concerne também aos pais”. Acrescenta, “Temos a mania de querer que o Estado se ponha na função dos pais, e isso é impossível. É ilusão achar que um dia vamos ter bedéis correndo atrás de menino na rua, para pegar pela orelha e levar para dentro da escola. Isso é função dos pais, e precisamos ter consciência disso. Tudo isso precisa então ser mexido. É claro que é preciso melhorar o salário. Mas, melhorar o salário sem mexer com essas coisas todas é bobagem. Aliás, devemos parar de construir escolas, para dar qualidade às que temos”. Sobre os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), o autor e político também não hesita: “Populismo. É populismo, e traz em si a contradição básica de imaginar que um aparelho do serviço público pode corrigir as mazelas da distribuição de

renda da sociedade”. Com isso, “Você atrela num aparelho do Estado, que é a escola, a tarefa de alimentar, de vestir, de dar saúde, lazer e assistência social. Se isso fosse possível, ótimo. Mas, não é possível. O resultado é que, para uma matrícula de 20% dos alunos, os CIEPs do Rio de Janeiro absorvem 85% do custeio do setor público de educação. Essa é a contradição” (GOMES, 1994, p. 97). Para um socialdemocrata, Gomes não apresenta o pilar da educação com minúcia satisfatória, entretanto, não se poderá esmiuçar este ponto.

Sobre a questão fundamental da ciência e tecnologia, o autor sedimenta uma noção mais atinente ao propósito *nacional-desenvolvimentista*, mesmo assim, rarefeito, vez que sequer a pauta de transferência de tecnologias e reserva de mercado é abordada. Vejamos: “Eu não acredito que as empresas brasileiras, de modo geral, estejam conscientizadas para essa questão. As grandes empresas, especialmente as subsidiárias de empresas multinacionais, trazem tecnologia pronta do exterior. Um programa de democratização da ciência e tecnologia no Brasil, voltado para a competição, a qualidade, para uma política industrial competente, tem que ser alavancado pelo Estado mesmo”. Exemplifica: “Tive uma experiência nisso agora, no Ceará. Conheço todos os laboratórios de pesquisa de lá. Trata-se de levantar a situação de todos os laboratórios, o que é necessário para recuperar cada um deles, atualizar os equipamentos, fazer um manejo de cérebros, trazer de volta o pessoal melhor que foi embora, e por aí fora. Porque é um horror o que está acontecendo nessa área”. Sintetiza a prospectiva: “O que é preciso é, simplesmente, reestruturar as políticas de educação e saúde, porque, em matéria de dinheiro, o que já está aplicado nisso é quase suficiente para resolver os problemas” (GOMES, 1994, p. 113). Fica a questão de como essa galvanização científica-tecnológica se operaria ao mesmo tempo do “acerto tático” privatista de FHC, isto é, como conduzir os elevados investimentos em empresas estatais de fronteira tecnológica sob o peso do “acerto tático” privatista em voga.

Ciro aduz quatro programas imediatos, portanto: 1) unificação das políticas sociais em um único programa de renda mínima 2) investimento em moradia popular, saneamento e urbanização de favelas 3) remontagem da infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e 4) privatizações (inclusive, do setor elétrico que, ao que parece, Ciro desconhecia as desvantagens físicas de uma descoordenação/fragmentação de geração e transmissão, rechaçando a ideia de “monopólio natural”). O ministro retoma o polêmico tema das privatizações e desfralda sua posição sobre a condição indutora-empresarial do

estado que também abrange um *nacional-desenvolvimentismo* comedido: “Eu tenho um modo de ver a questão das privatizações como uma lógica de reforma patrimonial. É preciso desmobilizar alguns ativos e tapar buracos. É simples. Não amo a privatização como um fim em si mesmo. É um meio de se resolver problemas de passivo. Mas, você pode perguntar: para que serve o Estado na economia, como empresário?”, responde, “Serve para encabeçar iniciativas no setor privado, para criar uma concorrência, em função de eventual tentativa de manipular o mercado. Serve para ser pioneiro tecnologicamente. Uma vez atendidos esses objetivos, ele pode sair” (GOMES, 1994, p. 114).

Fazendo uma análise sintética da dicção ciriana, estão postas como pilares a “renovação burocrática” que derroga *oligarcas* (alta burocracia) e *corporativistas* (baixa burocracia de estado, servidores públicos sindicalizados), e uma “refundação econômica” que estrangule a *plutocracia* (elite empresarial viciada, *patrimonialista*, coesa em torno de subsídios sem pagamento ao estado, isenções fiscais absurdas, compras subfaturadas e vendas superfaturadas às empresas estatais etc). Parece estar subjacente na manta ideológica politicista, a possibilidade de uma agência estatista (o polo equilibrador participante do organismo desequilibrado), que recria as categorias econômicas a partir de um novo empresariado, de uma pequena-burguesia a surgir, tanto se valendo da ação regulatória que talha óbices aos *plutocratas*, quanto induzindo estatalmente novos polos econômicos e tecnológicos. Ciro Gomes é taxativo sobre um estado “forte”, “planejador” e “dirigista”, nos termos flexíveis em que descreve, anelando-se a certos motes ortodoxos.

De modo bastante sumário, C. Gomes faz uma análise abrangente que demonstra sua evasiva quanto à luta de classes, quanto às leis tendenciais do capital, quanto à particularização brasileira, enfim, um cenário que caracteriza os desdobramentos históricos de modo empírico e incompleto, e assentando saída voluntarista, consagrando a abertura da possibilidade de uma reconfiguração do capitalismo brasileiro, ultrapassando os alicerces do *nacional-desenvolvimentismo* anterior:

Veja bem, eu acho que há três etapas, para a gente analisar. Uma etapa: sucesso total; outra etapa: corrupção; outra etapa: colapso. Nós estamos agora saindo da etapa colapso. Vejamos a etapa nº 1, do sucesso total. Os brasileiros se reuniram, os homens lúcidos da época, e disseram: não seremos mais uma nação agropastoril, vamos ser uma nação industrial, moderna, etc. Como vai ser? O Brasil vai substituir produtos que importa por artigos fabricados em plantas industriais nacionais. Quem vai pagar isso? Os capitais privados não são suficientes e nem são politicamente

interessados nisso, então, vai ser capital público. Nasce daí um país onde vige um discurso liberal duro, o discurso anticomunista mais duro da década de 50. Somos um país empresário, um Estado empresário. Mas o país também não tem os capitais - alguém advertiu. Muito bem, não temos capital. Então trabalharemos com déficit. Nasce daí o Brasil deficitário. E não há problema com o déficit, conjunturalmente, porque temos um modo não inflacionário de financiar esse déficit. Nasce daí o Estado endividado. Vamos buscar dólares no estrangeiro para financiar de forma não-inflacionária, porque os capitais de que precisamos para financiar nossa estratégia chegam com juro barato e de longo prazo. Palmas, palmas... Bem, mas não se pode fazer nascer uma indústria e na mesma hora expô-la à concorrência internacional. Nasce então o protecionismo, a autarquia econômica. É assim mesmo, tinha que ser assim. Então, perfeito. E não foi feito? Nós somos hoje emancipados em aço, emancipados em mil coisas da química, da petroquímica. Mudou o Brasil. Tudo bem. Mas aconteceram alguns fenômenos durante esse processo. Tudo o que era verdade naquele momento promoveu o êxito dessa verdade, mas depois começou a produzir fracassos e problemas graves. Aí houve falta de democracia, falta de discussão, autoritarismo, burrice, incompetência, corrupção. E nós passamos a viver um problema: *o que era proteção para fazer nascer uma indústria, virou proteção para uma indústria ineficiente cobrar preços abusivos do consumidor brasileiro e impor ao consumidor brasileiro produtos de péssima qualidade.* O que era um Estado deficitário para galopar com maior velocidade num projeto de desenvolvimento, virou um estado deficitário por inércia. O que era um Estado que supria o déficit através do endividamento externo de longo prazo, portanto, de modo não-inflacionário, virou um Estado sem crédito, porque perdemos o crédito no estrangeiro. Não obstante, continuamos com déficit, e já sem modo não-inflacionário de financiá-lo. Fizemos então o financiamento vir através desse imposto perverso da inflação, sobre as costas do povo. Outra coisa: a lógica da substituição de importações não deixou perceber que mudou, no mundo, o ciclo tecnológico. Se, naquela época, décadas de 50 e 60, década de 70, o suceder de gerações tecnológicas se dava em períodos de dez, 15 anos, as coisas começaram a ganhar velocidade e as gerações tecnológicas passaram a durar seis meses. Hoje, elas são simultâneas. Na biotecnologia, hoje se consegue um avanço, por exemplo, num centro de pesquisa italiano, mas esse avanço já está sendo superado num centro de pesquisa de outro país, japonês, por exemplo. Assim, as gerações tecnológicas já são quase simultâneas. E nós ficamos bobocas, não vimos isso acontecer. Assim como não quisemos ver corretamente o problema da crise de energia, que foi de muita gravidade, e o Brasil saiu com essa ingenuidade de produzir álcool em áreas nobres de produção de alimentos, um negócio que não vai dar certo nunca. Essa coisa de reinventar a roda, não é? Tivemos essa fase. *O modelo todo quebrou, e a interseção desse Estado com a economia quebrou também. Daí nós perdemos o modelo de Estado e o modelo econômico. Ficamos no caos, na anarquia, na imprevidência, na burrice. Depois, tivemos um momento constituinte, que na*

verdade estava destinado a fazer um diagnóstico da situação toda e não apenas restaurar a democracia, mas refundar o Estado brasileiro e a sua relação com o modelo econômico. Mas, em vez disso, fizeram essa pantomima que está aí. (GOMES, 1994, p. 118-119, grifos nossos)

Toda máquina do *patrimonialismo* é, nesse sentido, a seara distorcida do capitalismo brasileiro que drena forças, em suma, uma plethora de vícios históricos açambarcadores e antimodernos: “É a apropriação do esforço de trabalho das pessoas. É um Estado patrimonialmente apropriado por esses grupos de interesses, que espoliam o esforço coletivo de trabalho”. Aduz, “O Ricupero tinha uma tese na qual achei interessante pensar um pouco. Por que será que os nossos garotos, aqui no Brasil, sentem vergonha de lavar um carro, uma calçada, engraxar um sapato, vender um refresco na rua, e quando vão para os Estados Unidos se gabam disso?”, ao que responde, “O Ricupero defende a tese que isso é o legado do escravagismo. O trabalho no Brasil é visto como uma coisa menor, subalterna, pouco respeitável, coisa de escravo. Enquanto isso, em outros países o trabalho é visto como ato honroso” (GOMES, 1994, p. 120).

Ciro é ativo, por conseguinte, em demonstrar o apanágio da *plutocracia* nacional que, segundo ele, a própria administração do Plano Real revelara, pleiteando-se, doravante, como abertura de passo ao possível e urgente projeto de renovação burocrática e refundação do capitalismo brasileiro (algo que a constituinte não logrou êxito), dado que o próprio *nacional-desenvolvimentismo* efetivado no Brasil, quedou e corrompeu-se: “Eu acho que a FIESP hoje é a sede desse drama, dessa dor do parto da passagem de um Brasil autárquico subsidiado para um Brasil competitivo moderno. Então o ranger de dentes é lá mesmo. Por quê? Porque a industrialização feita assim, na redoma protecionista do Estado, foi lá em São Paulo. Ali é o templo dessa coisa”. Alfineta, “Eles ficam, portanto, na maior insegurança. A retórica deles está sendo testada agora. Apoiaram-se a vida toda no dogmatismo liberal para opor alguns argumentos à União em determinadas questões. Na prática, quando afeta o balanço deles, a coisa muda”. Reitera a estreiteza do empresariado nacional: “Veja por exemplo o limite do progressismo do Emerson Kapaz. É aliás uma liderança interessante, sempre esteve na vanguarda do discurso modernizante no Brasil. Mas na hora em que se mexe na alíquota de importação de brinquedos, que é o ramo da empresa dele, ele muda de lugar” (GOMES, 1994, p. 139).

Enfim, C. Gomes, depois de recuperado esparsamente o decurso brasileiro, se posta como um apologeta do Plano Real (e do “equilíbrio fiscal”, do ataque à inflação) como ponto de partida da degradação da *plutocracia* nacional agasalhada pelo estado e, cômoda em seu esbulho *patrimonialista*, depauperada em investimentos e produtividade. Trata-se, como enfatizará, de um choque de capitalismo, privatizações, desregulações, quedas de protecionismos e alíquotas de importação, enfim, a injeção de transparência na estatura exangue da burguesia *plutocrática* brasileira, projeto embebido do propósito de atualizar e refundar as categorias econômicas brasileiras. Conquanto Ciro possa indicar com razão certas características empíricas da grande burguesia brasileira (*plutocracia*), não logra elucidá-las: “Nós já tivemos vários arrancos. Nós estamos agora abrindo outro. Vamos ter algo assim como uns dez anos de crescimento econômico, de expansão da economia. E desta feita vai coincidir, vamos ter isso com democracia. Vamos ter um Juscelino, com alguns ganhos de qualidade. Juscelino, o que é para mim? É desenvolvimento e liberdade”. Esquece-se, em parte, da dívida externa ampliada com JK. Segue, “Quer dizer, nós tivemos os anos 70 com desenvolvimento sem liberdade, e ao longo desse desenvolvimento sem liberdade criamos um monstro que é a miséria mais atroz que a história do Brasil já registrou. Sim, porque a antiga miséria rural não tinha essas feições tão terríveis que a miséria urbana assumiu”. Alvissareiro como Plano Real, “Por que essa expectativa, agora? Porque as colunas objetivas do desenvolvimento estão se fixando. Coluna da poupança privada nacional: ela está se libertando da lógica da especulação financeira, para se dirigir aonde ela deveria sempre ter estado, que é o financiamento da produção” e “Financiamento externo privado: está entrando na bolsa, em diversos caminhos, quando o Brasil se acertou com a banca internacional, e a nossa dívida praticamente hoje é irrelevante, porque está muito bem equacionada”. Por fim, “Agências multilaterais estrangeiras: temos uma carteira com o Banco Mundial de sete bilhões de dólares de financiamento, vamos até refletir sobre isso, para ver se esse dinheiro vale a pena” (GOMES, 1994, p. 150-151).

A destacar, o mote ciriano também se revela em límpida posição quando perguntado sobre a opinião de Darcy Ribeiro segundo a qual a elite brasileira seria a mais cruel do mundo: “Não. O resultado, a leitura final que se faz é essa. Mas eu acho que isso acontece um pouco por falta de organizar as forças que, na elite, estão disponíveis para a reforma. Eu tive uma experiência muito agradável nisso, concreta”. Contra-argumenta a assertiva de Darcy, “Conseguimos identificar, em lugares onde não se suspeitava que pudessem

surgir, várias energias que, numa primeira leitura, estariam computadas contra (...) Empresários. A gente percebe, se olhar com mais sensibilidade, que eles não são orgânicos”. Isto porque “Você vê um empresário moderno, com uma indústria competitiva, bem inserida, pode esperar que ele esteja disponível para fazer as reformas e se descolar dos grandes discursos reacionários de seu meio. Tem muita gente chegando com uma consciência social aguda, com a compreensão de que a inserção da empresa na realidade não pode se dar apenas através da busca do lucro, que essa inserção tem que ser compatível com a aspiração de um meio ambiente sadio, de um trabalhador animado, participativo”. Convicto, “Há muita gente chegando assim. Não se deve, portanto, incluir tudo em categorias uniformes. É bom você começar a pinçar, tirar e organizar. Eu faria uns rabiscos para o Fernando Henrique levando essa idéia: separar, sistematizar os afins, sistematizar os contrários” (GOMES, 1994, p. 161). Trata-se, então, de separar o joio do trigo e conjurar com o empresário moderno, competitivo, disponível a reformas, com consciência social aguda, afinal, haveria “muita gente chegando assim”.

5.2 Da alternativa prática ao neoliberalismo ao consenso do choque neoliberal

O livro (1996) *O próximo passo – Uma alternativa prática ao neoliberalismo* de C. Gomes é escrito ao lado de Roberto Mangabeira Unger, autor e professor brasileiro, radicado nos Estados Unidos como professor de direito na Universidade de *Harvard*. Em entrevista de 1993, Unger já sinalizava, se aproximando das ideias cirianas postas no livro analisado acima, as seguintes necessidades: 1) Ampliação da arrecadação estatal (e, destaca, o baixo padrão de investimento do estado brasileiro), 2) equacionamento da divisão entre arcaico e moderno no Brasil, 3) promoção estatal de infraestrutura e do pioneirismo científico-tecnológico e 4) “imposição do capitalismo aos capitalistas brasileiros”, ou seja, “privatizar o setor privado”, emulando a competição mundial da qual fogem os capitalistas brasileiros, chamados por Gomes de *plutocratas*, como vimos, em seu propósito de esgarçar a seara *patrimonialista* brasileira.

Nesse diapasão, Unger define o fenecimento significativo, no umbral dos anos 90, de oposições como “estatismo” e “privatismo”, “socialismo” e “capitalismo”, “fortalecimento estatal” e “liberdade econômica” (conceitos que julga imprecisos e refratários). Não surpreende que “socialismo” apareça, nesse jogo de conceitos desgastados, como unilateralização estatista ou fortalecimento estatal ao paroxismo,

justamente como em C. Gomes. Unger é, dessa feita, proponente de uma “reforma estrutural” que é barrada pela falta de “imaginação política” associada ao vício das “elites dirigentes” brasileiras em circularem por conceitos pré-concebidos que realimentam sua estatura criativa exangue, seus privilégios autorreprodutivos, e tanto mais, o impedimento à estabilização e ao crescimento. Segundo Unger, dessa feita, trataria de derrogar os “consensos” autorreprodutivos e de dar viço a uma “dialética do conflito”, como em Gomes, que requeixa à renitência a necessidade de “ferir conflitos”.

Unger, com todo sabor voluntarista, sustenta uma idealidade política preta de “imaginativismo”, que pretende furar o couro da inércia política, outrossim, fazer descerrar o poderio “profético” da política, em que o país se torne um “clube de debates”, em busca do “mundo alternativo”. Encampa a conhecida dicção da lavra de uma “nova democracia”, não sendo coincidência fortuita a proximidade com o traçado da “renovação burocrática”, provida de especiais predicados intelectuais, imaginativos, morais e técnicos. O abstracionismo congênito do pensamento ungeriano emula um revolvimento disruptivo (mas, contrarrevolucionário), que busca provocar na burocracia de estado e na sociedade brechas para abrolhar a “imaginação política” e os “novos empreendedores”, propositura alijadora da insígnia conformista hodierna estabelecida: não surpreende, novamente, que os votos de seu pleito a deputado federal, malgrado, tenham vindo, segundo ele, dos bairros cariocas do Flamengo e Botafogo.

Há, segundo Unger, no Brasil, uma articulação entre “rigidez burocrática” e “apadrinhamento patrimonialista”, em suma, a congregação, conjuração e conagração dos vícios brasileiros. Segue-se disso que “dar liberdade econômica não é esquartejar o estado e dar à oligarquia econômica do país”, mas, segundo Unger, criar um “repertório” para financiar aqueles capitais emergentes e necessitados, consignando o liame entre a ponta tecnológica estatal e a “retaguarda” empresarial nucleada por interesses não viciados e de puro enfoque produtivo, tecnológico e moderno. Unger, como Gomes, parece querer desferir um golpe semivoluntarista – de elevada apreciação técnica e moral – nas “elites” burocrática e econômica brasileiras que se reproduzem sob a égide do *patrimonialismo*, broquel que preservam a todo custo. Angariam seu respaldo, Unger e Gomes, a partir da posição de uma “modernizada” intelectualidade burocrática e de uma “modernizada” pequena-burguesia, escanteada, mas existente, grávida de um sentido social, público e coletivo, isto é, uma pequena-burguesia alheia à manta *patrimonialista*.

O professor de *Harvard*, Mangabeira Unger, adiciona, ainda, que o espírito subversivo engendrado no interior da “micropolítica” acalenta esperanças populares na possibilidade de subversão da “macropolítica”, armando e robustecendo potencialidades práticas contra as tutelas político-empresariais viciadas. As prédicas cirianas demonstram-se bastante atinentes ao comboio ideológico ungeriano, o que é endossado com a assertiva de Mangabeira de que a representação política do “primeiro Brasil” é *corporativista* e a representação política do “segundo Brasil” é *clientelista* (Unger se refere, respectivamente, ao trabalho assalariado formal e ao trabalho desprotegido, à margem; enfim, edifica, como *Ciro*, uma crítica à parcela de trabalhadores também viciados em particularismos deletérios).

Como corolário, mais uma linha de aglutinação com a intelecção de Gomes, reprende a mácula marxista, que ainda permaneceria no pensamento acadêmico e político, de que a mudança só seria válida como “mudança total”: “A não existência da transformação revolucionária acaba sendo um álibi para a prostração. Assim está sendo governado o Brasil, também, por ex-comunistas e ex-marxistas que encontram na derrocada desse devaneio revolucionário o pretexto para o conluio com as oligarquias brasileiras”. Em outro momento, Unger define seu projeto teórico-programático como uma alternativa radical ao marxismo, ou também, que continua e evolue “onde Marx parou”, degredando o aspecto “fossilizado e decrépito” de um abstrato “socialismo”, por um responsável e detalhista desiderato cujo busfili é a construção, imaginativamente enriquecida, de um novo arranjo institucional. Por fim, é de necessário destaque, que neste momento (1993), Unger, pertencente ao PDT, adicione ressalvas ao pragmatismo vulgar ao qual Brizola vinha cedendo para se tornar mais palatável. Contudo, franqueia grandes elogios ao espírito “carbonário” de Leonel Brizola e à sua ideação que desnuda visceralmente o “segundo Brasil”, esquecido, rejeitado, marginalizado, depauperado. Para Unger, portanto, não se sustenta integralmente aquele cheiro de mofo político encontrado na letra ciriana a respeito da ponta de lança PDTista (veremos mais à frente que em 2002, Gomes estará em chapa aliançado a Brizola).

Em entrevista de 2001, já como formulador teórico da campanha de *Ciro Gomes* à Presidência em 2002 pelo PPS, Unger assenta, ainda com mais ênfase, os fios da sinergia com o ex-governador do Ceará. Endossa a morte da oposição “estatismo” e “privatismo” sinonimizada ao certame entre “socialismo” e “capitalismo” (categorias que julga como obnubiladoras, reiteramos). O ponto fulcral de Unger é a sùmula ciriana: renovação

burocrática e refundação econômica, tendo por óbices os vícios *patrimonialistas* brasileiros. Em outros termos, lapidar, aperfeiçoar, atilar uma via “alternativa” de “*democracia de mercado*”, lembrando os mesmos termos cirianos. Reitera, sobretudo, que o desafio contemporâneo seria, então, o “reimaginar” e o “reinventar” da “estrutura institucional da sociedade”. Segundo Mangabeira, o projeto de C. Gomes seria a efetivação da instrumentalização institucional para o novo projeto de desenvolvimento do país, propositura que não visa apenas o adicionamento de políticas assistencialistas/compensatórias (o que o autor chama, sarcasticamente, de primeira via/via dominante/neoliberal “açucarada” ou “humanização do inevitável”), mas engendrar efetivamente o que Unger chama por “*democracia/democratização do mercado*”: uma vez mais, a derrogação da *plutocracia*, da *corporação* e da *oligarquia*, isto é, dos agrupamentos viciados no *patrimonialismo*.

Nesse sentido, em sintonia com Gomes, Unger indica no PT o vínculo com os setores *corporativistas* da sociedade brasileira. Remete-se, resta claro, à minoria organizada na classe trabalhadora e “classe média” que, segundo o autor, se voltam contra o “povo brasileiro desorganizado”. Haveria ainda no Partido dos Trabalhadores uma debilidade de formulações, por exemplo, na exequibilidade de uma melhor arrecadação ou financiamento do estado, desvelando ausência de uma verve técnica no partido. Ademais, a organização capitaneada por Lula, oscilaria entre o gravoso e falido estatismo e o fascínio pelas políticas compensatórias, sem esquadrihar, sem lavrar, por conseguinte, uma nova plataforma ou arranjo institucional galvanizador do “novo desenvolvimento”. O PT é, por isso, cativo de ideias antiquadas (estatismo) ou inofensivas (políticas compensatórias) em termos de um reformismo fortalecido, débil de robustez técnica para arrimar a renovação burocrática, assim como prisioneiro dos “condomínios” particularistas dos *corporativismos* organizados entre setores específicos dos trabalhadores. Em suma, o PT enraíza um libelo moralista e pouco arejado de ideias, assim como arrasta-se a reboque das antigas tendências obliteradoras das novas instituições e do novo desenvolvimento econômico, uma vez que a renovação e refundação devem, sobretudo, prescindir das armações e parasitismos enquistados na sociabilidade brasileira, assim como dos erros do passado.

É bastante revelador quando Unger expressa que o grande momento divisor no Brasil foi aquele em que, em sua visão, uma “classe média” se desgarrou da *plutocracia* para criar um projeto de desenvolvimento de país. Veja-se, fundamentalmente, que, neste ideário,

o projeto *nacional-desenvolvimentista* brasileiro de 30 até meados do século XX, conquanto já esgotado e corrompido, representou uma sublevação de “classes médias”, cravando sua independência em relação às elites viciadas no *patrimonialismo*, que edificou uma arquitetura técnica, política e econômica para o país sem precedentes. Veremos o mesmo conteúdo no discurso ciriano. Doravante, decomposta e quedada a armação desse avanço, cumpre notar que os pensamentos sintônicos de Gomes e Unger conclamam o refazimento, atualizado e autocrítico, do projeto de independência e recolocação do Brasil no cenário mundial, através do saneamento moral e da ascendência técnica, projeto diretamente respaldado em uma intelectualidade burocrática e em uma suposta emergente pequena-burguesia, dinâmica e empreendedora, afinada aos valores ditos modernizantes, antimonopólicos, produtivos e antirrentistas. Unger é bastante explícito ao reivindicar que o núcleo da refundação econômica se dará, tão somente, na conjunção do estado burocraticamente renovado com as pequenas e médias empresas, que geram a maior parte do produto e do emprego nacional, e não com os “rentistas” e com os poderosos grupos que fazem fila no “guichê do BNDES”: enfim, uma “revolução produtivista” emparelhada necessariamente com o novo “arranjo institucional”. Grosso modo, como em todo projeto pequeno-burguês, os ideólogos em tela sofrem da utópica reivindicação do capitalismo sem suas consequências.

Por último, uma nota de pé de página se apresenta na entrevista em tela, qual seja, quando Unger é questionado sobre o “sentimento de tarefa, de missão” de C. Gomes, superado por valores provincianos, “coronelistas”, mesquinhos já que o ex-governador do Ceará, emergido no bojo do CIC, teria revelado se desalojar da competição eleitoral (2002) caso Tasso Jereissati, do PSDB, se colocasse no páreo. O constrangimento se amplia ao passo que Unger, consternado em seu justificacionismo, tem de afirmar limpidamente que Jereissati “nem de longe” representaria o projeto de renovação e refundação carreado pelo consórcio Gomes-Unger através da candidatura pelo PPS, afinal Jereissati burilaria o *status quo*, ou seja, a “entrega da política aos bandidos” e a “entrega da economia aos americanos”. Ao que tudo indica, sem que Gomes admita explicitamente, o projeto do “novo” carreado pelo CIC e encabeçado por Tasso Jereissati soçobrou nas brumas do “velho”.

Outrossim, esclarecidas as marcas siamesas dos pensamentos dos autores, debilhemos, propriamente, o sobredito livro (1996), *O próximo passo – Uma alternativa prática ao neoliberalismo*, para estabelecer, definitivamente, o quadro do consórcio ideológico

Gomes-Unger. Os autores em tela firmam o passo na força “imaginativa” para o rearranjo institucional contra as possibilidades desgastadas estabelecidas. Requentam, de maneira mais suavizada, diluída, as ideias irracionalistas de uma bonança cultural brasileira, de uma fertilidade social para o “novo”, como condição que precisa ser catalisada e solidificada institucionalmente.

O esgotamento do nacional-populismo no terceiro mundo, o colapso do comunismo no segundo mundo e até mesmo a postura politicamente defensiva e institucionalmente conservadora da social-democracia no primeiro mundo deixaram órfãos de idéias os que acreditam estar a democratização das sociedades contemporâneas ainda a meio caminho. No Brasil, como em muitos países em desenvolvimento, uma crise de confiança das elites transformou uma encruzilhada numa debandada. Renderam-se, e querem render o Brasil, ao ideário ora dominante nos países mais ricos. Aderiram ao neoliberalismo, a ideologia atual das metrópoles, e desculparam-se repetindo a toda a hora, porém sem consequência prática, que possuem uma consciência social e que querem humanizar o país. Abandonaram, como romântica, a tentativa de construir uma civilização própria no Brasil. Rejeitaram a concepção de que a história humana deve continuar a ser uma história de grandes alternativas, tanto no plano das instituições quanto no plano dos ideais. *Pois o que vale uma diferença de cultura se lhe falta a encarnação numa vida institucional própria?* (GOMES; UNGER, 1996, p. 2, grifos nossos)

Os autores delimitam a união consciencial (uma “imaginação disciplinada do possível”), a afinidade de ideologias que os une em prol de um projeto que atravessa o escaninho comprimido dos partidos: “Pertencemos a partidos políticos diferentes — um de nós, ao PSDB; o outro, ao PDT. Imaginamos ser o papel de uma proposta como essa situar-se num campo intermediário entre o debate das ideias e o embate dos partidos. Nem só por partidos políticos se afirma o potencial transformador da política. Há, também, correntes de opinião ou partidos latentes”. Forças que “geram parte da matéria-prima com que se constrói um futuro mais livre e mais consciente. Os adeptos de um ideário, crescendo em número, espalham-se pelos partidos estabelecidos e pelas organizações da sociedade civil e sua influência se faz sentir, pouco a pouco, em muitas cabeças. Querendo fomentar um debate, queremos, também, trabalhar pelo surgimento de uma corrente de opinião”. Essa noção será à frente sustentada por Gomes, a ligação de uma corrente de opinião a fomentar a luta partidária. Respaldam, “Foi assim, no Brasil, com os que se opuseram à escravidão e ao império. Assim há de ser hoje, no Brasil, com os que se opõem ao

neoliberalismo. Tal movimento de pessoas e idéias não bastaria para mudar o curso da história brasileira. Sem ele, contudo, nada se fará” (GOMES; UNGER, 1996, p. 3).

Nesse texto, os autores vituperam a esquerda, como muito se viu até aqui, que tenta edulcorar o projeto neoliberal, ou como foi dito atrás, a esquerda cativa de política compensatórias que edifica a “via dominante açucarada”. Logo, ter-se-ia uma falsa alternativa granjeando a refulgência do legado da transformação social: “As políticas sociais compensatórias, destinadas a moderarem as desigualdades, seriam, junto com o zelo pela vigência das normas de concorrência privada, as tarefas supremas do Estado. O Estado, segundo o refrão ouvido a toda hora, deve tornar-se menor para fazer melhor aquilo que só ele pode fazer”. Assim, “Conservadores e progressistas, direitistas e esquerdistas, distinguem-se hoje no Brasil mais pelo grau de radicalismo nas reivindicações redistribuidoras do que por roteiros concretos de desenvolvimento nacional. Divisões ilusórias e superficiais ornamentam esta nova unanimidade em vez de rompê-la” (GOMES; UNGER, 1996, p. 4). A esquerda permaneceria ranzinza ao solfejar velhos cânticos estatistas e prescindir de ideação técnica conjurada com arejamento imaginativo institucional; permaneceria inócua ao atrelar-se às políticas compensatórias; perseveraria o *patrimonialismo* ao aliar-se aos trabalhadores *corporativistas* como sua base de ação. Vejamos: “A esquerda assiste, impotente, a esta abdicação nacional. Sem rejeitar corajosamente seu discurso tradicional, também não acredita mais nele. Sua pregação *anda a reboque da militância dos empregados das estatais e dos sindicatos da grande indústria privada*”. A esquerda “Defende as estatais, indiscriminadamente, sem propor uma estratégia específica de crescimento a que elas pudessem servir. E insiste nesta defesa, quer por compromisso com os interesses *corporativos* dos quadros das empresas públicas, quer por nostalgia por um ideário perempto que lhe parece o único baluarte remanescente de resistência ao neoliberalismo”. Retomando seu *Standpunkt*, “(...) por isso mesmo, nem sequer consegue dar voz aos ressentimentos mudos e desorientados da pequena classe média. O país quer oposição. Precisa de oposição. Não confia na oposição que tem” (GOMES; UNGER, 1996, p. 5, grifos nossos).

Os autores são postos na condição de negarem certos pilares do Plano Real (outrora, absolutamente elogiados por Ciro), ou mesmo, a administração que vinha sendo feita do Plano Real, uma vez que o problema não seria o Plano em si. Nesse diapasão: “Governo ruim para o Brasil perpetua a dependência da estabilidade monetária sobre duas bases frágeis e insustentáveis: o câmbio sobrevalorizado e os juros escorchantes. Cala sobre

qualquer estratégia nacional de desenvolvimento econômico”. Governo que “Aceita como fatalidade histórica irresistível as regras do jogo da nova ordem econômica internacional, conformando-se com as exigências da hegemonia norte-americana. Presidente ruim para o Brasil exerce o poder presidencial como instrumento de acertos entre políticos e empresários. Prima pela cordialidade. Foge aos conflitos. Trai o país, porque o aceita” (GOMES; UNGER, 1996, p. 5).

Logo, o mais devido para o país seria a utilização inteligente do Plano Real e não sua recalcitrância cega: “Não se completa a obra anti-inflacionária sem sanear a situação patrimonial do Estado e elevar a receita pública. Não se fazem nem uma coisa nem outra sem compreender como avanços arrojados nas privatizações e na tributação, aparentemente regressiva, do consumo podem, logo em seguida, servir para financiar e fortalecer um Estado estrategista e redistribuidor”. Cravam, “Não se conseguem descartar os expedientes do plano real — o câmbio sobrevalorizado e os juros altíssimos — tão úteis como expedientes temporários quanto ruinosos como soluções duradouras, sem limpar as contas e elevar as receitas do Estado brasileiro”. Nesta quadra do sobrepeso eleitoreiro do Plano Real, “O consenso, argumentaremos, deixou-nos despreparados para as opções e os conflitos que a consolidação da estabilidade monetária exige. Por isso, deixa-nos sob a sombra da volta, a qualquer momento, da inflação desenfreada” (GOMES; UNGER, 1996, p. 6).

A questão da desigualdade é outra pedra de toque, que retoma a linha do pensamento ungeriano a respeito do “primeiro Brasil” e do “segundo Brasil”, a noção dualista de que “Temos uma economia e uma sociedade divididas em dois. Enquanto parte do país está, cada vez, mais integrada na economia e na cultura dos países ricos, outra parte continua à míngua de acesso ao capital, aos mercados e à tecnologia. Por causa desta estrutura dualista, o país cria desigualdade ao mesmo tempo que produz riqueza”. Os autores, como se demonstra, não quedam em deformação integral, como seria impossível, mas atuam, em suas ideias, junto à poeira empírica da sociabilidade brasileira, não chegando, o que só poderia ser feito com uma exímia intensificação ontológica, à essência, à concreticidade, ao concreto de nossa realidade efetiva, ou em outros termos, à síntese particular das múltiplas determinações. Seguem, “As transferências do primeiro Brasil — do Brasil capitalizado, organizado e favorecido — para o segundo Brasil - o Brasil marginalizado — teriam de ser gigantescas para resolverem os problemas da maioria que continua aprisionada neste. Tais transferências nunca ocorreriam na dimensão

necessária”, porquanto “As forças que comandam o primeiro Brasil jamais o permitiriam, nem o poderiam permitir sob pena de se desorganizar a economia avançada do país” (GOMES; UNGER, 1996, p. 6). A resolução, destarte, aparece na reinvenção ou reimaginação, tecnicamente qualificada, da tessitura do estado e de sua relação com os produtores emergentes da “classe média”.

Logo, é impossível pensar o desenvolvimento de um país sem a estreita relação, sem o forte liame entre estado e produtores. Como dito por Gomes, não se pode, senão vitimado por equívoco, conceber o estado fora da economia. Por isso, no caso brasileiro, para pensar para além da via neoliberal e da via neoliberal “açucarada”, seria preciso problematizar tecnicamente a recomposição arrecadatória do estado para a construção de uma refletida e arrazoada pletora de investimentos, os quais não seriam feitos espontaneamente pelo interesse do capital privado. Atrelado a isso, o acendramento da urdidura do estado, cristalizando o veio técnico indispensável contra o estado viciado, valhacouto do *patrimonialismo*. Por fim, como já está delimitado, a galvanização daqueles novos empreendedores, que na atualidade se veem banidos de qualquer contribuição de monta do estado, mesmo sendo justamente estes - contraos *plutocratas* - que detêm as possibilidades e o interesse da refundação econômica do país. Por conseguinte, os autores procuram deslindar que: “A única estratégia de crescimento econômico implícita no discurso dominante é a esperança de que a integração crescente do país na economia mundial baste, junto com a ação social do Estado, para assegurar o desenvolvimento”. No entanto, “A verdade — como argumentaremos — é que só asseguraria o crescimento de uma vanguarda produtiva excludente da maioria dos brasileiros e confinada a setores em que já desfrutamos de grandes vantagens comparativas” (GOMES; UNGER, 1996, p. 8).

Bradando, em circunlóquio, a alternativa, única legitimamente loquaz, do rearranjo institucional substanciado pela imaginatividade, tem-se que “Do esgotamento tanto do nosso antigo modelo de industrialização quanto das aspirações revolucionárias do esquerdismo, inferem a falsa conclusão de que só nos resta imitar o que seria - mas não é - um padrão único de organização econômica no primeiro mundo”, isto é, o neoliberalismo. Mas, “Para nos rebelarmos contra a injustiça e o atraso no Brasil temos, também, de nos rebelar contra a falta de imaginação” (GOMES; UNGER, 1996, p. 8). O problema, consentâneo entre os autores, é abordado como ausência de cérebros capazes de, afeitos ao baluarte da técnica e da sensibilidade pública, tecer, com originalidade e

viço, o enfrentamento do influxo taciturno e açambarcador das *oligarquias*, associações *corporativistas* e *plutocracia*. O sucedâneo é o mesmo e único trajeto da renovação burocrática e da refundação econômica baseadas na intelectualidade burocrática e na pequena-burguesia emergente.

O bastião *plutocrático* é, igualmente, atacado, como âncora inconveniente e obliteradora que fixa a “classe média” às máculas da desesperança de realizar seus intentos políticos, econômicos e morais. A abstrata “classe média” é posta como força intelectual, moral, política e econômica disruptiva, quer dizer, categoria social na qual fermentam as possibilidades do “novo”. O acerto de contas perpassa, dessa feita, pelo saneamento do estado e da economia, dilapidando os vincos viciados entre burocracia estatal e grande empresariado, fazendo perecer conscientemente o gozo inveterado com a mixórdia e a orgia *patrimonialistas*. Perpassa pela condução da “classe média”, em detalhe, da intelectualidade burocrática e da pequena-burguesia empreendedora, ao timão do destino do país, a força movente que poderia dar o tom da evolução nacional e promover a dissipação dos desvirtuamentos de nossa sociabilidade. O *Standpunkt* ciriano-ungariano se demonstra ao claro:

Desde os tempos da velha República, nunca se afirmou com tanta desfaçatez como no Brasil de hoje o controle do Estado brasileiro pela plutocracia brasileira. A política do governo central perde-se numa lista infindável de favorecimentos: a banqueiros aqui, a empresários da agricultura ali, a multinacionais da indústria automobilística acolá. As ambiguidades calculadas do discurso hegemônico - neoliberal e pseudo social lançam uma cortina de fumaça atrás da qual possa o Estado brasileiro adaptar-se às novas regras da ordem econômica mundial sem incomodar os endinheirados. E apresentam esta cumplicidade de maneira aceitável à classe média — como sempre, patriótica, inconformada e insegura. Os grandes avanços do país têm ocorrido nos momentos em que esta classe, que continua a ter nas mãos o destino da política nacional, percebe não poder realizar seus objetivos — econômicos, políticos e morais — sem romper com a plutocracia inepta e predatória que manda e desmanda no país. Coloca-se na liderança de um movimento nacional e popular. Assim foi com a rebelião contra a escravatura e o império e, depois, contra os arranjos políticos e as estruturas sociais da velha República. Hoje, tal ruptura haveria de tomar a forma do repúdio ao neoliberalismo pseudosocial. (GOMES; UNGER, 1996, p. 9, grifos nossos)

O ideário em voga debela imitações acríticas e se inspira na suposta fertilidade nacional, nas suas lacunas e necessidades, no seu horizonte que permite fazer crescer um experimentalismo próprio, na *democratização do estado* e na *democratização do mercado* tendo a “classe média” por protagonista. Porquanto “o Brasil não precisa nem deve ser a cara do primeiro mundo existente. Se copiarmos as instituições e as políticas dos países já ricos, acabaremos mais pobres, mais desiguais e, sobretudo mais medíocres do que eles. Não lhes imitaremos o exemplo, imitando-lhes os hábitos e os arranjos” (GOMES; UNGER, 1996, p. 10). Complementam a propositura, “Duas esperanças dão vida e significado ao experimentalismo democrático. A primeira esperança do democrata é que há campo em que as condições do avanço material da sociedade se cruzam com as condições da libertação do indivíduo: sua libertação das hierarquias e divisões sociais rígidas e subjogadoras”. Estranhamente, surge uma igualação ainda mais grosseira: “Não precisamos acreditar, como acreditavam os liberais e os socialistas do século XIX, que há convergência natural entre o enriquecimento da sociedade e a libertação do indivíduo; apenas precisamos crer na possibilidade de reconciliá-los. A razão profunda da afinidade entre estes dois bens é que ambos se assentam na difusão da capacidade de reimaginar as relações entre as pessoas e de realizar na prática o que se imaginou” (GOMES; UNGER, 1996, p. 10). Não é remoto lembrar quão possibilitadas ficam as ideologias de Unger e de C. Gomes, no terreno brasileiro, onde a iminência da completação democrática e econômica – a despeito de rejeitarem imitações – faz, periodicamente, surgirem os propagadores da aguardada realização do “santo” dia dos acabamentos sociais.

A solução para o Brasil “dualista”, “primeiro Brasil” e “segundo Brasil”, clivagem que parece remontar às prédicas de Celso Furtado (embora não haja explicitação comprovante), estaria em um compêndio de ações que podem ser sintetizadas em duas vertentes (dentro do programa geral da renovação burocrática e da refundação econômica): a questão tributária a criar um colchão de seguridade social e a proximidade e efetividade do fomento estatal à pequena-burguesia, o que só pode ser gerado com um estado provido de poupança e coordenação:

Esta política antidualista tem duas grandes vertentes. A primeira vertente é a gradativa diminuição da influência que exerce sobre o destino de cada brasileiro a transmissão hereditária da propriedade e das oportunidades de educação e trabalho. Numa sociedade justa, aberta e criadora, todos devem desfrutar uma herança social mínima que dê conteúdo prático ao princípio de igualdade de oportunidades em vez de poucos herdarem dos pais. A tributação progressiva do consumo pessoal das heranças e

doações há de ajudar a financiar uma conta básica, de garantias e recursos mínimos, à disposição de cada brasileiro. A segunda vertente do projeto antidualista é a ampliação das formas de parceria descentralizada entre Estado e empresa, já iniciadas na primeira etapa da alternativa. Fundos e serviços, que contam com o apoio do Estado, porém gozem de ampla autonomia, podem trabalhar com pequenas e médias empresas, ajudando-as a compartilharem recursos financeiros, comerciais e tecnológicos. Diversificam-se, passo a passo, as formas de crédito e propriedade. Assim se vai formando uma *economia democratizada de mercado que substitua, de vez, o dualismo econômico* e generalize entre todas as classes e regiões do país o extraordinário potencial inovador da nossa economia. A nossa esquerda tem permanecido cúmplice com o dualismo, acenando com os acertos corporativos e a proteção estatal para o Brasil organizado e com o assistencialismo para o Brasil marginalizado. (GOMES; UNGER, 1996, p. 12)

No comboio desses revolvimentos estatais, garantia do desenvolvimentismo e da suposta “*democratização do mercado*”, está intrínseca a noção de atilamento técnico-burocrático, fortalecimento dos partidos, garantia de fundo público à eleição, derrogação da máquina clientelista e facilitação da participação do “cidadão” em um estado saneado de antigos particularismos herméticos. Logo, “Advogamos a reforma do presidencialismo brasileiro para dotá-lo dos meios necessários à resolução de impasses entre os poderes do Estado; a formação de uma burocracia profissionalizada, bem remunerada, recrutada de forma competitiva, protegida contra o clientelismo político e, por tudo isso, capaz de atrair muitos dos melhores talentos do país — agente essencial de um Estado capaz e parceira insubstituível de uma cidadania mobilizada”; ademais, “a mudança do regime eleitoral para fortalecer os partidos, até mesmo pelo expediente extremo do sistema de ‘listas fechadas’; o enfraquecimento do vínculo entre dinheiro e eleição pelo financiamento público parcial das campanhas eleitorais e pela transparência das contribuições privadas que forem permitidas”. Outro tema relevante, “a democratização dos meios de comunicação e a diversificação das formas de propriedade neles e de acesso a eles; e, sobretudo, o desenvolvimento de instrumentos processuais e formas de assistência jurídica popular que levem os brasileiros comuns à consciência e à reivindicação dos direitos”. Fazendo uma liga entre diapasão tecnocrático e radicalização democrática, “Sem fortalecermos esta capacidade reivindicatória, jamais desestabilizaremos na base as formas de dominação e exclusão — inclusive raciais e sexuais — que continuam a frustrar

nossas aspirações democratizantes e nos impedem de desenvolvermos na prática a civilização pressentida nas nossas fantasias coletivas” (GOMES; UNGER, 1996, p. 13).

A crítica às elites *plutocráticas* rentistas e *patrimonialistas* não se delimita à burguesia brasileira, mas expande-se também à burguesia internacional que se valeu da elevada taxa de juros implicada com o Plano Real e das desregulações financeiras para chegar ao Brasil: “Se não criarmos um Estado seguro em suas finanças, o capital estrangeiro não virá, ou não continuará vindo, na forma e na dimensão que nos convêm. Estamos seguindo o caminho, já desastrosamente percorrido pelo México, de abertura a capital destinado, em grande parte, às bolsas de valores e aos títulos públicos”. Repontam: “Este caminho tem lógica própria, que progressivamente estreita a autonomia decisória do Estado enquanto destrói algumas das bases de um projeto rebelde de desenvolvimento nacional. A entrada do capital leva o governo a aumentar o estoque de títulos públicos para compensar o efeito inflacionário do afluxo de recursos” e “Os juros astronômicos, que ajudaram a atrair o capital, multiplicam-no da noite para o dia. Um pequeno investimento transforma-se numa grande exigibilidade. O medo da crise que seria provocada pela fuga repentina do capital já multiplicado dá cores de inevitabilidade à política de juros sensacionais. É como se fosse um estelionato que praticamos contra nós mesmos para a alegria dos investidores estrangeiros e dos seus sócios nacionais” (GOMES; UNGER, 1996, p. 16).

Ciro e Unger seguem afirmando medidas ortodoxas, como outrora Gomes afirmara a presteza do Plano Real, como medida temporária de recomposição dos fundos do estado, para ter capacidade de investir e reduzir o peso da dívida interna: “O caminho mais rápido para o pagamento da dívida interna é a privatização, seletiva e desideologizada, de algumas grandes empresas públicas. Não há nenhuma pureza ideológica, seja liberal ou antiliberal, internacionalizante ou nacionalista, que valha o desacerto das contas públicas”. Por isso, “Consertar a situação patrimonial do Estado é requisito para qualquer projeto nacional consequente. Como o vulto absoluto da dívida interna é relativamente pequeno, algumas poucas privatizações bastariam para reduzir substancialmente a conta”. Nesse mesmo mote, a melhora da arrecadação tributária incidiria, não apenas na herança como sobredito, mas, por exemplo, no valor agregado do consumo para todos (simplificando e ampliando arrecadação) para depois se dar escalonadamente nos distintos níveis de consumo, forcejando poupanças privadas (essa ideia será aperfeiçoada mais à frente): “A tributação do consumo tanto pode ser indireta (sobre transações) como

direta (sobre pessoas). Quando é direta, pode também ser progressiva: tributa-se, em escala crescente, a diferença entre a renda e a poupança ou o investimento de cada contribuinte, isentando-se o contribuinte que ganha e consome pouco”. Com isso, “É até possível imaginar que, nos níveis mais altos, a alíquota de um imposto pessoal sobre o consumo seja, digamos, de 200% — o abastado paga ao Estado dois reais por cada real que consoma” (GOMES; UNGER, 1996, p. 20). O problema da estabilidade inflacionária é aquele, portanto, “preliminar” para a consecução da ideação ciriana/ungeriana e remete à questão da minoração da dívida escorchante e do fortalecimento da arrecadação.

Gomes/Unger tecem uma sumarização do neoliberalismo, força política dominante contra a qual lutam:

programa neoliberal, também alcunhado na sua forma mais atual ‘Consenso de Washington’, seria aquele que prega a estabilização monetária, ancorada, de início, em alguma forma de paridade cambial, porém sustentada tanto na elevação da receita quanto, sobretudo, na contenção da despesa pública; a liberalização, entendida como a aceitação da concorrência internacional, não como a mudança da estrutura nepotista e oligopolizada do capitalismo privado em países como o nosso; a privatização, vista como o abandono pelo Estado de atividades produtivas, realizada através da simples transferência das empresas públicas a mãos privadas; e o desenvolvimento de políticas sociais compensatórias destinadas a suavizarem os efeitos sociais dos ajustes econômicos. O neoliberalismo, portanto, não é o *laissez faire* despreocupado com os problemas sociais. É a doutrina, socialmente preocupada, da adesão às instituições dos países ricos do Atlântico Norte. O discurso do ‘tudo pelo social’ não é uma alternativa ao neoliberalismo; é apenas uma maneira de salientar as suas pretensões compensatórias, dando-lhe, habitualmente, tanto maior relevo na retórica quanto menor realização na prática. (GOMES; UNGER, 1996, p. 28)

Ao mesmo tempo, o discurso não poupa o antigo *nacional-desenvolvimentismo* brasileiro que ficou desde suas entranhas, embora, primigenamente, como vimos, tenha representado uma espécie de subversão/disrupção das “classes médias” para os autores: “A economia inflacionária foi uma espécie de pseudokeynesianismo. Ao contrário do keynesianismo verdadeiro, que reforçou o Estado na sua capacidade de gerir a economia, esta finança populista revelava a fraqueza crescente do nosso Estado” porquanto “Em vez de impor os custos do governo, tanto de operação quanto de investimento, às classes aquinhoadas do país, generalizou este custo para a sociedade toda através da inflação. E

persistiu na fraqueza até que a inflação, havendo desorganizado o setor público, acabou por ameaçar a própria economia privada do grande capital” (GOMES; UNGER, 1996, p. 30).

Para os autores, nenhuma análise mais profunda é necessária, senão aquela abstração sobre arranjos institucionalistas, os quais, lastreados pelas posições de classes assumidas, vicejam repletos de voluntarismo aliado ao *know-how* técnico e ao ímpeto da “*democratização do mercado*”. O nacional-desenvolvimentismo antigo é criticado com golpes ligeiros que apontam a má administração do estado dos recursos, convergindo ao esforço protecionista e inflacionário. Por isso, o imbróglio torna-se um tatame de disputas morais e intelectuais, de visões mais amplas ou mais estreitas, mais generosas ou mais particularistas, mais técnicas ou mais clientelistas. Toda essa urdidura pode ser repetida nos diversos países, onde se poderia valer das mesmas explicações evanescentes, onde a particularidade vira apenas adorno. Teoria que se alia ao que outrora questionamos, sob a pena marxista, isto é, a autarquia suposta de uma esgrima cultural ou luta pela quintessência das ideias. É nesse sentido que outras referências aparecem sem precisar particularização: “É impossível explicar o êxito dos ‘tigres Asiáticos’ sem dar crédito à coordenação estratégica entre o Estado e as empresas privadas: diferenciação nos juros para facilitar o crédito ao investimento de longo prazo nos setores de maior potencial; diferenciação no câmbio para conter o consumo e favorecer a importação dos materiais e das tecnologias necessários à estratégia produtiva e comercial do país; associação flexível entre produtores públicos e privados; formação de quadros, práticas e idéias”. Ressalva, “O problema é que mesmo em Taiwan — o exemplo de maior descentralização econômica entre os “tigres” — a parceria tem o aspecto de um conluio entre elites políticas e burocráticas e setores favorecidos do empresariado, urdido e sustentado por um Estado forte e autoritário. Daí a tendência a descambar para os acertos clientelistas. Daí também a influência do dogmatismo burocrático, responsável por erros custosos e persistentes (...)” (GOMES; UNGER, 1996, p. 35).

O pleito, dessa feita, é um debate tecnicizado que não perfura a aparência, a imediatividade, a poeira empírica, e por isso, tem de armar piruetas e pirotecnias, dentro do estreito novelo institucionalista. O diagnóstico, além de sobejamente voluntarista, denota uma impetração moral desesperada contra mediações que caminham à revelia de teleologias tão relapsas com a própria objetividade. Isso também se demonstra ao tratar da força de trabalho: “A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Industrial calculou mais recentemente a porcentagem representada pelos salários no valor agregado da indústria brasileira como 23%. É triste comparar com as cifras correspondentes de países mais pobres do que o Brasil (sobretudo pelo critério mais relevante do valor produzido por cada trabalhador)", por exemplo, "a Índia (38%), a África do Sul (51%), ou o Panamá (37%), ou de países mais ricos como a Itália (69%) ou a Noruega (71%). E estas comparações nem levam em conta as desigualdades salariais extremadas no Brasil. *Um marxista diria ser o Brasil paraíso da mais valia. Nós outros observamos apenas que aqui a exploração humana passa da conta*" (GOMES; UNGER, 1996, p. 38). A âncora educacional segue o mesmo talhe no qual a acepção se abstrai da reprodução da sociabilidade capitalista e perde a especificidade e função reveladoras, chegando a um diagnóstico de cariz empobrecido, como já havíamos visto em Gomes: "O que precisa ser extirpado da educação brasileira, em todos os níveis, desde o pré-primário até os cursos de doutoramento, é o marasmo do decoreba, a prática da educação como transmissão passiva de informações, quando deve ser a aprendizagem do poder de fazer e refazer, de interpretar e de reimaginar, de analisar, pesquisar e criticar". Logo, "Por falta de educação orientada neste sentido, carecemos da base cultural para estendermos o domínio do vanguardismo econômico. Por falta dela, o gênio da nossa civilização, com sua informalidade subversiva e seu engenho surpreendente, tão bem expressos na nossa cultura popular, vive abafado na vida prática e no trabalho intelectual" (GOMES; UNGER, 1996, p. 41).

Elaborada a questão por meio dessa reclusão aos céus do intelecto político e da técnica jurídica-institucional, circunstância ideológica que emerge de um *Standpunkt* que não angula a sociedade propriamente do prisma da grande burguesia, nem das melhores possibilidades científicas fertilizadas pelo prisma proletário, se quer exprimir o horizonte e infundir fôlego das/às "classes médias" constringidas por uma realidade refringente aos seus saberes tecnocráticos maximamente arrojados e aos desejos ávidos de crescimento econômico da pequena-burguesia. Sustenta-se, desse modo, uma corregedoria voluntarista que tenta cercear com rédeas ou forcejar o influxo do capitalismo ao seu ponto ótimo, sob o jugo da técnica e da moral. Afirmam, pois, em corolário refulgente de seu politicismo, que "A política comanda a economia. Quanto maiores as ambições de mudança estrutural num país, mais decisiva deve ser esta primazia" (GOMES; UNGER, 1996, p. 53).

5.3 Um desafio chamado Brasil e outras utopias

Por fim, vamos ao encaixo de outro livro (2002) de C. Gomes, *Um desafio chamado Brasil*. Como cotejo clarificador, lembramos que Marx, outrora, com aguda racionalidade, afirmou que no caso da *miséria alemã*, a revolução parcial representaria uma utopia, ao contrário da revolução radical. A dicção marxiana, sobejamente injetora de fertilidade ao nosso texto, não nos poupa a paráfrase: no caso da *miséria brasileira*, em que a burguesia germinou sobre a sepultura do lume heroico de suas congêneres revolucionárias, em pleno capitalismo contemporâneo fundamentalmente dominado pelos grandes monopólios mundializados, torna-se mais refratário e irrazoável com a concreticidade, especular a respeito de uma “*democratização do mercado*”, isto é, refundação econômica a ser construída pelos artífices de uma renovação burocrática. Todavia, fica reiterado, com ares de maior sofisticação técnica e sociológica, o desiderato ciriano de consertar e ajustar a “mecânica” do capitalismo. São os solfejos dos salvadores de última hora de um capitalismo supostamente corrompido. A posição pequeno-burguesa, com suas múltiplas resoluções tanto à direita, quanto à esquerda, fica impossibilitada de confrontar-se com o ser do capitalismo, fertilizando as variadas ideologias restauradoras ou modernizadoras, salvacionistas, em última instância. E já não é preciso lembrar como a *via colonial* é um campo fértil para os salvadores e ajustadores.

O livro de Gomes (2002) é resultado de uma gama de artigos para jornal, de 1995 a 1999 (e uma entrevista de 2002), publicados no Jornal da Tarde e em O Estado S. Paulo. Está associado ao seu recuo em relação ao que ele designa por “militância pública”, experiência que lhe valeu, segundo diz, uma “sensação de dever cumprido”. Porém, no cenário da década de 90, duas máculas ainda o espezinhavam: a imposição neoliberal carregando a bandeira do “fim da história” e o governo FHC, que, admite, ajudara a eleger. Além de jornalista, o período também foi marcado pela inclinação acadêmica de Ciro no *visiting scholar* na Universidade de *Harvard*, no entanto, no prefácio ao livro, Gomes explicita o medo em ser tragado pela “rotina acadêmica” e pelo “anonimato dos supermercados”. Gomes é contundente ao verificar sua insistência em não se subjugar ao discurso da igualação das instituições dos países centrais do capitalismo, admitindo que a identidade cultural brasileira não poderia ser prescindida, tampouco seu experimentalismo institucional congruente. No discurso ciriano em tela, aparece um adjetivo vinculado ao Plano Real bastante distinto do que fora visto anteriormente: Gomes

o classifica agora por “precário”, inclusive, relatando que desde a formulação do plano fora essa sua concepção. Anteriormente, nas entrevistas que vimos e debulhamos, o autor “vestiu a camisa” do Plano e, somente, paulatinamente, como também esquadrihamos, foi admitindo sua natureza “temporária”, mas nunca uma sabedoria primígena de seu apanágio “precário”. Nesse sentido, a inflexão ciriana parece aquela que outrora criticamos em Celso Furtado, que admitira saber, desde o início, que a industrialização não resolveria o subdesenvolvimento brasileiro, no entanto, que não poderia assumir tal postura como homem público. Resta, nos dois casos, a justificação retrospectiva com ares de virtude republicana. Vejamos sua longa explicação:

Eu tinha participado de algumas reuniões no processo de formulação do “Plano Real”, e, por causa da chamada “crise da parabólica”, que provocou a demissão do ministro Rubens Ricúpero, acabei tendo que assumir a gestão da economia brasileira, como ministro da Fazenda do então presidente Itamar Franco. Desse ponto de vista, eu sabia que o Plano Real era uma iniciativa muito séria, mas *muito precária*, e que exigia novos passos estruturais graves para que a estabilidade da moeda se mantivesse e, mais importante, para que o País pudesse tomar um caminho de desenvolvimento sustentável e conseguisse, afinal, confrontar eficazmente a inadiável tarefa de combater a miséria e a selvagem concentração de renda. Além de problemas de infraestrutura sérios e de enfrentamento inadiável, como a questão energética, por exemplo. Na verdade, o Plano Real, salvo pela “URV” — criação original dos técnicos brasileiros que permitiu a indexação diária de todos os preços relativos da economia como transição para uma nova moeda saneada do germe inflacionário -, é uma mistura muito simples de ferramentas de “mercado” que, bem misturadas, derrubam inflação em qualquer economia: juros altos, câmbio sobrevalorizado, abertura comercial para agravar o nível de oferta e de concorrência (GOMES, 2002, p.12)

Segue, destrinchando:

Com os juros altos buscavam-se três efeitos: 1) desestimular a demanda agregada encarecendo o crediário; 2) substituir a inflação, que criminosamente era usada como forma perversa de fechar as contas do déficit público, por uma expansão, então imaginada modesta, do endividamento interno, e, chave de compreensão do plano; 3) atrair, em momento de liquidez internacional generosa, a maior montanha de dólares possível, que serviria de lastro de conversibilidade para a nova moeda que surgiria, o real. Àquela data, o regime de câmbio adotado era o flutuante, ou seja, nós não cometemos o desatino da paridade (no começo quiseram) que destruiu a Argentina. Mas os juros altos e a imensa sobra de dólares no mundo, na ocasião, fizeram o real se valorizar, passando a valer mais que um dólar. Isso não foi um acidente. Ao contrário, se a moeda nacional se valoriza, isso

provoca, na prática, um barateamento artificial dos produtos importados, ou seja, a concorrência fica tão acirrada que os produtos nacionais ou param de subir seus preços, ou simplesmente não conseguem ser vendidos. Este era um objetivo tático do Plano: desfazer os cartéis que cobravam sobrepreços dos brasileiros, protegidos pelas proibições de importações que tínhamos desde o pós-guerra. Quando assumi o ministério, em meio à crise que ameaçava abortar o plano, já no nascedouro, a inflação que em junho tinha sido zero, em agosto voltara com força total (3% no mês). Causa clara, e a mesma que lá atrás havia matado as tentativas anteriores de estabilização (Plano Cruzado, por exemplo): com o fim da inflação, a sociedade corre às compras, seja porque a renda melhora (14 milhões de brasileiros foram puxados para cima da linha de pobreza naquele 1994), seja porque o crediário com prestações fixas parece uma miragem para quem vinha de anos a fio de inflação alta. Resultado, a capacidade instalada da indústria nacional, cem por cento ocupada, produz menos do que as pessoas querem e podem comprar, e aí começam o ágio, a fila, o desabastecimento, a pressão generalizada por aumento de preços, e por fim a reindexação e a volta inexorável da espiral inflacionária. Nesse cenário, não resta outra alternativa a não ser trazer de fora aquelas mercadorias que estão faltando. E foi o que se fez: antecipamos a vigência da tarifa externa comum do Mercosul (TEC), que entraria em vigor no ano seguinte, eliminando as gradualidades naqueles setores desabastecidos onde a prática de ágio era já a semente da morte do plano. Isso era o Plano Real. Como se vê, uma mistura honesta de remédios sérios, porém de uso restrito ao curto prazo, como estava solenemente planejado e comprometido na época, porque seus efeitos colaterais são mortais se usados como remédios definitivos. Juro alto mata a produção e faz explodir o endividamento público; câmbio sobrevalorizado mata a produção e produz déficits externos explosivos; a falta de uma política industrial e de comércio exterior criteriosa mata a produção e desnacionaliza a economia. Sem produção, morrem os empregos, definha a massa salarial, empobrecem o Estado e suas políticas (saúde, educação, segurança, estradas, energia, universidades, servidores públicos). (GOMES, 2002, p. 14)

Ciro, dessa feita, passa a recriminar o Real, ou melhor, sua condução, como “panaceia” manipulatória, biombo para dissimular pretensões eleitoreiras. Insiste, porém, na “seriedade” do plano, junto à sua “precariedade”, aduzindo que os planos desenvolvimentistas que substituiriam as medidas “sérias, mas precárias” do Plano Real não foram adotados. Trata-se, segundo o autor, de um “desvio de caminho” dos dirigentes políticos que o administraram. Os remédios ortodoxos anti-inflacionários só poderiam granjear o efeito proposto se a astenia produtiva brasileira fosse jugulada e debelada pela somatória de uma política heterodoxa desenvolvimentista que derrotasse estruturalmente

os cartéis brasileiros, coadunados aos privilégios *patrimonialistas* com o estado, com a baixa produtividade, com o sobrepreço e com o ágio.

Como vimos nos momentos anteriores, todavia, a “privatização do setor privado” ou o “choque de capitalismo” não era apenas uma medida temporária. O argumento consta no ideário Gomes/Unger como um agulhão estrutural a perfurar a couraça “comodista” do grande empresariado brasileiro viciado no *patrimonialismo*. Ao mesmo tempo em que viceja a propositura do “choque de capitalismo” nas *plutocracias*, emerge, com tons de única salvação, a viga da refundação econômica lastreada na renovação burocrática, carreando a pequena-burguesia. Veja que a tônica ciriana não assume a radicalidade e a objetividade científica máximas propiciadas por uma posição - embora, a posição por si só não seja suficiente - proletária em qualquer dos momentos de sua explanação, quando muito traceja benefícios gerais advindos do combate aos grupos *patrimonialistas*. Mesmo em questões mais explícitas e empíricas da sociabilidade capitalista, nas palavras marxianas, a natureza artificial da pobreza gerada pelo capitalismo, Gomes edulcora: “Uma economia que, no conjunto, produz muito mais do que o necessário para alimentar toda a população, mas que, por razões diversas - políticas, culturais, sociais e económicas -, deixa a margem uma parcela inaceitável de brasileiros desnutridos, de crianças condenadas a uma virtual atrofia física e mental e, portanto, social”. Gomes permanece em abstração que mais esconde do que desvela. Segue: “O Brasil tem um problema estrutural, que não será resolvido se não atacarmos de forma determinada e sem recorrer às táticas usuais de adiamento que nossas elites empregam desde sempre, *vício* do sistema produtivo e de distribuição, passando pela reforma do papel do Estado nesse processo” (GOMES, 2002, p. 18, grifo nosso). Os privilégios, a concentração de renda, e até o “baixo índice de respeito pelas pessoas”, aparece como comboio descritivo cujo âmago parece ser ora a inépcia técnica, ora a insensibilidade moral, ora a perversidade de uma formação social em “abstrato”. O peso do escravismo também é trazido à tona por Gomes, ao passo que essa determinação pouco contribui em um esquadramento particularizador do capitalismo brasileiro.

No texto que abre o compilado, Gomes admite a necessidade de uma diversidade de reformas: agrária, ambiental, defesa, segurança, fiscal e tributária sem especificá-las. Mas, também, sintônico com o momento brasileiro (1995), defende a “desregulamentação”, “política racional para o funcionalismo”, “desestatização” junto à “maximização do uso dos recursos públicos”. Ciro também cita como causa do

pauperismo brasileiro o “engessamento do emprego, o alto custo de cada emprego em relação ao que efetivamente é recebido pelo trabalhador. Esse custo chega em algumas áreas a mais de 100%, carreando recursos que poderiam estar gerando mais empregos e melhores salários”, porém, “que são arrecadados por um sistema previdenciário e social incapaz de produzir benefícios adequados e que gera corrupção, má gerência, terceirização, subemprego ou excesso de horas extras” (GOMES, 2002, p. 20). O argumento ciriano admite, subjacentemente, a conhecida tese, propalada por todas as associações patronais, de que debelado o excesso de encargos com a força de trabalho, uma miríade de melhores salários e empregos, abrolharia, jogando o fardo do desemprego e do salário rebaixado ao direito social mal implementado e/ou gerido.

Nesse momento, Gomes também não configura ainda sombras ou silhuetas do acusador enérgico da “administração do Plano real, sério, mas precário”.

Se não encararmos de frente, e sem preconceitos ideológicos, as reformas estruturais requeridas para consolidar a estabilidade econômica e alterar as causas mais profundas da situação de extrema pobreza e de miséria a que chegamos em algumas regiões e áreas deste Brasil; se não dotarmos o Estado brasileiro de capacidade para fazer o que dele é exigido como tarefas fundamentais, se não dermos à nossa economia condições reais de voltar a crescer em ritmo sustentado, sem espasmos e sem recaídas de instabilidade; se não melhorarmos as condições para gerar empregos abundantes e bem remunerados no Brasil e se não nos prepararmos de forma decidida para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais competitivo, não resolveremos o problema da fome e não haverá esforço que acalme nossa consciência, nem haverá a esperança de vivermos num mundo mais seguro e estável, porque mais justo e solidário. Porque a fome é o estopim da violência. Com ela termina todo o humanismo e começam as revoluções mais sangrentas. Ainda há tempo, e isso é tarefa para uma geração. (GOMES, 2002, p. 21)

Ainda em texto de 1995, Gomes atesta o “êxito claro” do plano de estabilidade econômico, ao mesmo tempo em que meandra a questão, trazendo à tona a necessidade pensar a “modelagem econômica”, uma vez que a década de 80 desnudou as vísceras de um projeto (desenvolvimentista) carcomido. O ponto essencial de Gomes continua no perímetro do enfrentamento daqueles agrupamentos organizados militantemente (*oligarquias, corporativismos e plutocracias*) pela sua autorreprodução contra os interesses gerais e públicos: “Há, pois, não só uma gigantesca tarefa por realizar, mas um tempo para realizá-las e, infelizmente, esse tempo não é muito elástico como a qualidade

dessas reformas e a boa e sadia negociação democrática recomendável”. Isso porquanto “as reformas se farão contra alguns interesses muito poderosos, organizados e militantes, e em favor do difuso, desorganizado, desinformado e, na maioria das vezes, passivo interesse público. É, pois, absolutamente imperativo que a sociedade seja mobilizada para que essas reformas ocorram de fato” (GOMES, 2002, p. 24). Ou seja, eclipsa o domínio da luta de classe, ilumina o suposto confronto, ratificamos, do desorganizado e geral (trabalhadores, classe média desorganizados) contra o particularismo corruptor (*oligarquias, corporativismos e plutocracias*) organizado transversal às várias classes.

Condena o nacionalismo absolutamente protetivo, tanto quanto a desregulação comercial absoluta neoliberal, admitindo que o primeiro gera o cartel nacional e o segundo a destruição da indústria nacional quando débil. Ciro mescla uma acepção ortodoxa e uma acepção heterodoxa onde as prédicas do equilíbrio/austeridade fiscal (Ciro é defensor, também, de um “consistente e sólido superávit fiscal”), da estabilidade em relação à inflação, da austeridade com o funcionalismo público, da melhoria do arrecadamento, aparecem como via necessária e anterior ao projeto nacional-desenvolvimentista atualizado. A incapacidade de passar de um a outro momento, dos administradores do Plano Real, aparece como seu álibi para a defesa das medidas ortodoxas do Plano, equivocadamente duradouro. Gomes é bastante enfático ao falar dos juros adquiridos com correção inflacionária, logo, das benesses daquele capital que sorve da alta inflação em detrimento da população (logo, adendo à correção estabilizadora do Plano Real). Evidencia como ordem que urge, o estancamento da inflação e dos “juroscriminosos” (o Plano Real mantém juros elevados, ainda que controle a inflação); ademais, o juros elevados provoca dificuldades produtivas; o câmbio sobrevalorizado torna menos competitivo o produto nacional no exterior, assim como estimula a importação (e maquiagem interna) em vez da galvanização da rede industrial nacional; a desregulação comercial obriga a competitividade dos preços, o que tem de ser feito, uma vez que o câmbio sobrevalorizado agrada e induz ao consumo. A máquina roda sem sair do lugar: o juros elevado e o câmbio apreciado tornam iminente a debacle da indústria nacional, que também não consegue competir no exterior, o capital financeiro (inclusive, internacional) aplaude os juros altos, a moeda artificialmente apreciada induz ao consumo de uma indústria já a 100% de produção, o retorno inflacionário é resolvido com desregulação comercial, e por fim, não há “tempo” para resolver a autossustentação de investimentos do estado endividado e a reversão produtiva desenvolvimentista da

economia. O projeto de Gomes, de anexar ortodoxia com heterodoxia, entra em falência, em verdade, não pela “falta de tempo”, mas pela estrutura da reprodução capitalista, que não pode em um lapso de tempo provocar a elevação da produtividade, a autonomia e conclusão do capital industrial nacional, já vergado e associado dependentemente ao capital multinacional.

Para Gomes, entretanto, a retórica é “ganhar tempo e as energias necessários para o verdadeiro combate: a construção de um novo modelo desenvolvimento”, e nessa trilha, o fundamento e o instrumental são a “esperança” política que deve fazer mudanças profundas para “atender ao interesse geral”. Nesse sentido, para Gomes, como vimos também em Unger, as “classes médias”, como resta claro, são o celeiro da mudança, enquanto as massas enganadas demandam ser sensibilizadas com mais cuidado. Em certo trecho, Gomes admite as maiorias como “difusas, desorganizadas, mal informadas e manipuladas” (GOMES, 2002, p. 30).

Na democracia representativa o *locus* das reformas institucionais é o poder legislativo. Infelizmente, ou felizmente, esse não é um espaço neutro. Infelizmente porque é impressionante o grau de conservadorismo e a vulnerabilidade da maioria de nossos políticos à *influência das minorias ativas do poder econômico, dos ruidosos intérpretes do corporativismo fascistóide e do clientelismo fisiológico das oligarquias*. Felizmente, entretanto, porque a história tem demonstrado claramente que, quando acossados pela população, os políticos são passíveis de uma atitude em favor da coletividade. Quando acossados pela população (...) *As classes médias são um celeiro de militância ativa se acreditam na "nobreza" da missão*. E, para acreditarem, precisam ter convicção da coerência moral da obra e das parcerias com que se envolverão. As classes trabalhadoras sempre estiveram disponíveis porque percebem instintivamente que "como está não dá pra ficar". Mas é preciso muita sensibilidade no trato com ela, pois os mecanismos antigos de sua interlocução em boa parte estão aparelhados por interesses outros que não os verdadeiros interesses das maiorias. (GOMES, 2002, p.32, grifos nossos)

Gomes cita, inapropriadamente, de forma verdadeiramente esdrúxula para salvaguardar parte do empresariado brasileiro, Lênin, tal autor que o político dissera ter lido “muito pouco”, “não ter gerado interesse”, dando com isso provas de que fora uma admissão sincera: “É um equívoco imaginar que há uma classe empresarial no Brasil e, equívoco maior ainda, imaginar que ela seria contra a mudança. Muitos anos de luta concreta permitiram me livrar de preconceitos e perceber que a grande heterogeneidade da

economia brasileira produziu no país tipos profundamente diferentes de empresários”. Continua, “Há os predadores, cujo egoísmo e comportamento marginal cevam a visão desconfiada que o brasileiro médio tem dos empresários. Mas é crescente o número de homens de empresa que percebe que sem um ambiente social sustentável é vã a aspiração de desenvolvimento, mesmo de suas empresas”. Por conseguinte, “Esses homens e mulheres devem ser conhecidos, sistematizados, mobilizados e envolvidos na construção de outra mudança paradigmática: *a construção de uma nova parceria em outras bases morais e conceituais entre o Estado e a economia*. As energias potenciais dessa nova relação são extraordinárias!”. Aduz, “Vivi experiência concreta no Ceará com um fórum denominado Pacto de Cooperação, que tornou essa realidade evidente para mim. Os inimigos da mudança só são notórios por sua ascendência ou na retórica ingênua de uma certa fração do esquerdismo que, como disse Lenin, é a doença infantil do comunismo” (GOMES, 2002, p. 33).

Podemos exercer um cotejo entre a “separação de joio e trigo” de C. Gomes a respeito do empresariado brasileiro e a posição do próprio empresariado. Na tessitura das assertivas cirianas, está o núcleo de uma economia contaminada pelo *patrimonialismo*, mas configurada, supostamente, por partes ainda não gangrenadas, isto é, vitalizadas por empresários que emergem sedentos de oportunidades, contribuições técnicas do estado e com sensibilidade social para um projeto coletivo. Se Gomes afirma que a parte “podre”, “viciada”, do empresariado brasileiro constrange a renovação burocrática e a refundação econômica, por outro lado, alguns pilares desse empresariado *patrimonialista* brasileiro tornaram-se arautos dos vitupérios sofridos pelo grande empresariado nacional preterido pelo consórcio estado/capital estrangeiro, justificando suas demandas protecionistas. O ideário de José Ermírio de Moraes (Votorantim), por exemplo, mais uma vez, carrega exigências que nos legam o oxímoro da dúvida esclarecedora, se cotejado com o ideário reflexivo de C. Gomes: o grande empresariado brasileiro exige o “privilégio *patrimonialista/particularista*” ou não pode viver sem ele, pois configurando-se como burguesia ultrarretardatária no capitalismo hipertardio, não pode competir com as congêneres multinacionais, nem resistir ao “choque de capitalismo”? Vejamos o sobredito empresário, símbolo do empresariado brasileiro:

além de as grandes empresas estatais, como a Petrobrás, estarem sob diuturnas ameaças, às ocultas ou declaradamente, compramos a preços astronômicos empresas estrangeiras deficitárias como a AMFORP, vendemos tudo o que possuímos

a preços vis e permitimos a saída de riquezas preciosas através da ação insidiosa e deletéria de contrabandistas estrangeiros. Vivemos a pechinchar no Exterior e não damos as mínimas garantias ao produtor, ou ao industrial. /.../ Procura-se aniquilar tanto o operário quanto o patrão, liquidar o nacionalismo verde-amarelo e transformar as indústrias lidimamente brasileiras em verdadeiros montões de ferro-velho. Assim, não podea indústria genuinamente brasileira sair do desgaste nem do subdesenvolvimento, à exceção de algumas que lutam patrioticamente e que preferem morrer a se entregar. Essas, contudo, são poucas empresas fechadas, que não dão dividendos há muitos anos e que passarão outros tantos nestas condições até que venha um governo capaz de ouvir, no devido tempo, suas verdadeiras necessidades. São empresas, enfim, que constituem o verdadeiro sustentáculo da nação, pois não fazem remessas de lucros para o Exterior, nem mantêm saldos fora do país. (MORAES apud RAGO, 2004, p. 253)

A grita de José Ermírio de Moraes, por conseguinte, era apenas exemplo de um *nacionalismo* rarefeito, débil, defensivo e autocrático, e consentaneamente, paroxismo do *nacionalismo* possível do empresariado brasileiro. Seguindo essa linha, tanto Gomes, quanto Ermírio, expressam o valhacouto do capitalismo hipertardio, sendo o primeiro o acusador dos particularismos adstringentes ao interesse geral (supraclassista e técnico) e o segundo, a afirmação tácita da *miséria brasileira* na forma das impetrações empresariais ao governo. Gomes busca, em síntese, debelar atavismos incuráveis da inserção do capitalismo brasileiro na configuração mundial, enquanto José Ermírio de Moraes demonstra a incapacidade de sobrevivência do capital sem a tutela insidiosa do estado brasileiro. Em síntese: objetivação de uma burguesia como “filho temporão”, de compleição taciturna em seus métodos e propósitos, lançada à luz em meio à senilidade da sociabilidade capitalista e, ao mesmo tempo, à rígida corrente dos capitais superproduzidos imperialistas e mundializados, concerto que sobreviveu e sobrevive ileso e incólume aos solfejos tecnicistas propalados como solução.

Na seguinte passagem, Gomes traz à tona novamente sua inspeção fulcral sobre o técnico/público/geral/supraclassista x particularismo/*patrimonialismo*. Traz também à tona a perspectiva pequeno-burguesa renitente das pequenas e médias empresas, aquelas que precisam tanto ser assessoradas pela tecnicidade desviciada do estado burocrático atilado, quanto representam os atores potenciais da refundação econômica (em meio à mundialização do grande capital), processo necessariamente aliançado à supracitada renovação burocrática.

O interesse de uma corporação é o interesse de uma corporação, um interesse particular, ainda que de um grupo - definitivamente, não é um interesse coletivo! O crescimento da economia pela animação da atividade industrial, agrícola ou de serviços é interesse público, ainda que promovido por empresas privadas. Fundos de pensão de empresas estatais são de estrito interesse particular; a saúde de uma empresa estatal é provavelmente de interesse público. Estas são expressões meio óbvias de algumas das confusões mais “populares” no Brasil, onde questões particulares de grupos são manipuladas como se fossem de interesse geral. Outras situações, entretanto, não são infelizmente tão claras. Por isso é fundamental que nos situemos neste debate. Nesta universidade [Harvard] em que estamos a discussão é fascinante, pois a deliberação não é sobre caricaturas ou absurdos éticos ou inconseqüências políticas, mas sobre os novos desafios de um mundo que não se divide mais entre visões estanques de um Estado monopolizador dos fatores de produção ou de um “Estado mínimo” completamente ausente do domínio econômico. Discute-se aqui o fenômeno da globalização da economia versus a legitimidade de economias nacionais se administrarem por meio da proteção de políticas industriais conseqüentes. *Em textos do professor Mangabeira Unger, um brasileiro respeitadíssimo aqui e em todo o mundo acadêmico, e que está me ajudando neste período aqui em Harvard, encontro a expressão “concorrência cooperativa” para indicar um novo formato de relacionamento entre empresas, especialmente as menores, para vencerem juntas alguns desafios enquanto disputam mercado.* (GOMES, 2002, p. 42)

O ex-governador do Ceará forja a evasiva necessária ao classificar o mercado apenas por locus da “livre iniciativa” provida de “méritos extraordinários”. O “fim da história” é recusado apenas como epíteto para o neoliberalismo, mas de forma alguma para o capitalismo. O desafio concentra-se em galvanizar o mercado, sociabilidade ineludível, por intermédio do estado radicalmente atualizado, influxo que democratiza também o mercado e que não se desocupa de sua função coordenadora e de insigne racionalidade, concatenada, especialmente, com a pequena-burguesia. Ciro é explícito ao asseverar que o estatismo inchado é ainda pior que o estado ausente dos neoliberais, sedimentando a estrada técnica a ser trilhada pelos desafiadores da reconstrução do capitalismo. A “livre iniciativa”, celeiro de “virtudes muito úteis ao progresso do homem e da mulher” é emoldurada sem que o conteúdo propriamente seja desvelado; nessa plaga ideológica conservadora-manipulatória, sobra, apenas, à “esquerda antiga, ortodoxa” o estatismo constrangedor do stalinismo, constritor das virtudes possíveis da personalidade, e por isso, a mendaz, pífida, ardilosa e pueril confusão entre estatismo e comunismo.

Ao tratar sobrejamente da renovação burocrática, C. Gomes adere ao viés experimentalista de Unger. Informa sobre a necessidade de efetivar a democracia não apenas por meio do aperfeiçoamento das instituições estatais, mas também, pelo burilamento conjunto das forças coletivas e públicas capazes de acompanhar e relativamente moldar os mecanismos estatais. Vejamos: “Um dos problemas mais complexos e fascinantes em discussão hoje em dia é a questão da democracia entendida não mais em seus aspectos formais, mas verdadeiramente como um mecanismo de controle social sobre o aparelho do Estado. Não é mais sustentável no debate político-filosófico nenhuma proposta de dar a um só grupo — qualquer que seja ele - o controle hegemônico das estruturas públicas”. Em última instância, “essa discussão especula sobre uma nova fronteira institucional em que cada vez mais a organização da sociedade irá substituindo frações oficiais. Cada vez se fala mais em público e menos em estatal. Tal é a tendência irresistível da sociedade, na medida em que ela é menos tolerante com os abusos e com a arrogância das representações do Estado e com sua expressão mais rude e caricata, que são a corrupção e a violência” (GOMES, 2002, p. 45).

Gomes repisa, ou tenta repisar, o caráter factível de tudo que propõe. No caso da economia, toma o sucesso dos “tigres asiáticos” por suposto que garantiria a possibilidade de o Brasil, forjado pela burocracia atilada, conseguir, ainda, o desenvolvimento econômico contemporâneo, degredando as suspeitas pessimistas das “teorias da dependência”. Ora, todo revolvimento recai, a cada linha de C. Gomes, na substituição do bastião degradado brasileiro, os conluos deletérios empresa-estado hodiernos, a aliança escusa e particularista, o opróbrio obliterador, enfim, influxo de alcaguetes e açambarcadores das forças que se desviam dos interesses gerais para o ralo *patrimonialista*. Aos poderosos, os vícios, ao povo, as sevícias. Gomes alarda: “Viva! O empréstimo de tecnologia parece nos dar, aos brasileiros, a possibilidade de um atalho no longo caminho que temos por percorrer para alçar nossa nação ao patamar que desejamos: o de uma nação desenvolvida econômica, social e culturalmente”. E “se nos dá um folego para mitigar o temor do isolamento, não deve nem de longe dispensar um esforço profundo e urgente para apoiar a inteligência brasileira na direção do desenvolvimento científico e tecnológico”. Exemplifica: “Tendo como pioneira a ação do Ministério da Indústria e Comércio do Japão, toda a ação desenvolvimentista em curso nos Tigres Asiáticos obedece a um dirigismo estatal muito peculiar e na base do qual está inequivocamente assentado seu modelo de desenvolvimento. Planejamento estratégico,

política industrial ampla e em tudo presente, infra- estrutura orientada topicamente para a promoção industrial são contundentes contradições em relação à moda ocidental do Estado mínimo” (GOMES, 2002, p. 66). Lembremos, contudo, que os resultados alvissareiros dos “tigres asiáticos” e os festejos acerca do estado indutor, no caso brasileiro, convivem com a falta de poupança – e com a análise pouco aprofundada da dívida externa e da dívida interna – renitentemente apontada por Gomes, logo, o que urge, para Gomes, é a necessária privatização sem “ideologias”: “O de que devemos cuidar é de impormos controles sociais e morais mais eficazes sobre o processo de privatização, que empresas vender? Que outras, como a Petrobras, não podem ser vendidas por serem responsáveis por setores estratégicos pois no mundo do petróleo, por exemplo, só há as estatais e o cartel internacional?”. Ainda, “Por quanto se está vendendo o patrimônio público? Que destino se está dando aos recursos? O que devemos fazer para impedir que os monopólios estatais sejam substituídos por monopólios privados, todos perversos? Que programas de investimento são exigidos dos interessados em comprar empresas do Estado?”. Seguindo a trilha, “Que novas funções reguladoras deve o Estado assumir em substituição à sua presença direta como fornecedor de bens e serviços. Essas são as respostas que a sociedade brasileira tem direito de exigir, e que deve exigir, de sua representação política. E, o que é importante: privatizar é meio, não fim. O verdadeiro Estado moderno jamais deve abrir mão de sua faculdade de criar empresas estatais, quando a tanto recomende o interesse da nação. Não há nisso nenhuma contradição, senão autonomia ideológica e exercício positivo de soberania” (GOMES, 2002, p. 71)

Com as explicações acima, vai sendo deslindada a ossatura do pensamento ciriano, sobretudo, calcada na angulação de uma intelectualidade burocrática constricta pela “degradação” do terreno político e na angulação da pequena-burguesia, esta supostamente constricta pela negligência estatal e sua articulação fraudulenta (*oligárquica*), corrompida com a *plutocracia* e o *corporativismo*. Como já sedimentamos outrora, os critérios condicionantes para o verdadeiro conhecimento filosófico e científico são a maturação da objetividade, antes de tudo, mas também, a angulação do ser que conhece e o esforço despendido. Não precisaremos, se atentos ao percurso do texto, retornar à manta da determinação ontoprática e da determinação social do pensamento. Todavia, é válido acrescentar que uma miríade de combinações ideológicas abrolha ou pode abrolhar das clivagens sociais de classes, tendo sempre por travessão a posição social e a consciência ativa. Mesmo uma posição não proletária, como a de Gomes, pode alcançar rompantes

mais ou menos empíricos de veracidade, alvejar plagas mais ou menos objetivas da sociabilidade entificada, aproximar-se de problemas candentes da realidade efetiva, apresentando nesses contornos e circunscrições uma variada e imprevisível rede e perímetro de concatenações ideológicas, distorções, unilateralizações, correções mais ou menos parciais, hiperacentuações ou homogeneizações artificiais, enfim, um novelo de intelecções que não podem simplesmente serem dispensadas, com pedantismo supostamente loquaz e radical, como ocupantes preferenciais da latrina consciencial. Os óbices efetivamente presentes nas ideologias guardam sofisticada (sem travejamento epifenômico) relação com a realidade efetiva e a divisão social do trabalho em processo, destarte, unidade de uma diversidade de determinações cujos obscurecimentos da teleologia, isto é, da representação, da reflexão e do planejamento são forças integradas na reprodução de uma totalidade articulada social peculiar e não miasmas autárquicos de espíritos degradados, dilapidados, embora o terror manifesto ao contato com as ideologias burguesas mais depauperadas e agressivas nos cause tal impressão. No caso que temos em tela, o cariz ciriano aproxima-se muito mais do jaez rebuscado e tecnicizante (no altar das “classes médias”) patente em Unger, do que do talhe daqueles empresários/políticos do CIC, que, no decurso de sua atuação, consignaram ideologicamente e buscaram engendrar, efetivar as pautas mais puramente designadas neoliberais. Em suma, clarificando a reflexão:

Condições sociais específicas podem favorecer ou embaraçar o exercício apropriado da cientificidade ou da reflexão em duas direções: pelo grau de desenvolvimento do objeto ou pela posição do sujeito que busca o conhecimento. O processo de conhecimento é relacional, multilateral, não se situando apenas no sujeito (pois todo saber versa sobre algo) ou no objeto (cuja existência por si é apreensível por um sujeito ativo). Assim, de um lado, a plena estruturação categorial de um objeto exerce papel impulsionador na relação cognitiva, enquanto um caráter germinal ou um desenvolvimento incompleto a empata ou dificulta: a compreensão do objeto já posto em sua complexidade propicia chaves para a compreensão (sempre com base no destaque da diferença específica) do objeto menos desenvolvido. De outro lado, a posição objetiva do pesquisador em dadotempo e lugar históricos – o lócus social em que está situado – pode predispor ou obstar a cognição da realidade material ou espiritual. Em poucas palavras, a objetividade científica decorre de uma confluência entre um sujeito ativo situado em posição adequada à cientificidade e um objeto amadurecido suficientemente para possibilitar sua apreensão. (ASSUNÇÃO, 2021, p. 150)

Devemos registrar, destrinchando o trançado ideológico ciriano, que o *nacional-desenvolvimentismo* do autor e político não buscou, contudo, o travessão dos nacionalismos mais herméticos, mas concatenou-se com as concertações táticas liberais, “a privatização do setor privado”, o “choque de capitalismo”, assim como com o “temporário” Plano Real. Nas palavras de Gomes: “os preços brasileiros fortemente ‘oligopolizados’ pelo tradicional fechamento de nossa economia seriam contestados pela iminência da concorrência internacional, incrementada pela valorização do real frente ao dólar. Essa a razão objetiva para o ‘milagre’ da súbita parada nos abusos altistas de nossos preços”. Segue que “É bom lembrar que nessa fase o Plano Real tinha o objetivo específico e claro de estabilizar os preços e, como eu sempre disse, o real não é nem pretendia ser um plano de desenvolvimento, nem especificamente uma proposta de política industrial e de comércio exterior, embora se saiba da repercussão do padrão monetário e da política cambial na questão das importações e exportações do país e seu impacto na questão industrial.” Contudo, “com a moeda estável e as reformas sendo encaminhadas, há tempo para construir todas as políticas estruturais e de longo prazo de que o Brasil carece em todas as áreas” (GOMES, 2002, p.84). Ciro, por conseguinte, derroga qualquer nacionalismo aderente ao autarquismo nacional e ao aspecto “cartorial”, verdadeira origem dos conluios particularistas e *patrimonialistas*.

A posição ciriana indica uma hipóstase do estado, isto é, a possibilidade de um estado prenhe de uma autonomia absoluta galvanizadora de sua melhor technicalidade, que se integre em novo diapasão de responsabilidades equilibradoras, de ações ajuizadoras, um solo fecundo da neutralidade, enfim, todo esgarçamento dos liames ontológicos entre sociabilidade de classes e estado, fica patente quando o autor tematiza a esfera jurídica: “A lógica do estado de direito democrático só se consuma se um regime de leis legitimamente produzidas for garantido pela pronta e eficaz ação de um Poder Judiciário limpo, competente e dotado da vocação de distribuir a justiça. Se falha o Judiciário, de nada adiantam as boas leis, nenhuma segurança há na vida social: é pela lei da selva que os predadores impõem, pela violência ou pela esperteza, sua vontade criminoso”. Assim, “Em última análise, não há prática democrática possível de ser exercitada se o poder Judiciário não tiver garantias para atuar com independência, ou se se deixa corromper ou trair a esperança popular que nele busca a garantia de seus direitos e liberdades”. Posto o socialismo/comunismo como pleito nocivo estatizante, propositura ou concerto refringente às virtudes do mercado, resta apenas a prospectiva da cosidura dos “novos

desenhos políticos institucionais” e dos “novos modelos econômicos”, um repositório de prescrições do acendramento da máquina pública, momento preponderante ou sobreordenador em sua constelação ideológica. Destarte, “A estabilização trazida pelo Plano Real o foi pela manipulação hábil de expedientes estritamente técnicos. Poucos homens, sem alterar nenhuma estrutura institucional ou celebrar qualquer pacto político mais consistente, puderam chegar a essa preciosa conquista da moeda estável”. Doravante, “isso e mais os próximos e estruturais passos exigem o deslocamento do cenário e dos atores da área técnica para a área política. *Esse jogo, para sonhar com sucesso, não pode ser jogado na maquinação das elites políticas e econômicas.* Em boa parte, elas estão contaminadas pelo *vício* da cultura inflacionária e pelo mau hábito de usufruir do Estado como ferramenta de suas fortunas” (GOMES, 2002, p.121, grifos nossos).

C. Gomes, mantendo o talhe, vai contra qualquer ruptura revolucionária, tida por utópica e estreita, unilateral e “terceiro-mundista”: “Claro que um escape idealista ou aventureiro por um terceiro-mundismo inconsequente não é a política que melhor atenderia aos interesses de um país gigantesco e complexo como é o Brasil”, mas também, “certamente a adesão passiva e rendida aos ditados da nova hegemonia não nos permitirá uma integração ativa e dinâmica ao concerto internacional, nem a construção, com a agilidade necessária, da civilização com que sonhamos” (GOMES, 2002, p.126). Veja-se que as posturas que, de fato, poderiam aproximar à completude e autonomia de nossa indústria e descerrar uma proposta de horizonte civilizatório “de” esquerda, contra o capital, são logo postas abaixo por C. Gomes: “Em torno da questão da terra no Brasil têm sido fixadas as mais disparatadas posições, que vão desde a compreensão *superideologista* de que a sublevação no campo seria o primeiro estágio da revolução em direção ao Estado do proletariado, até sua contrapartida arquirreacionária, que vê em qualquer movimento que reivindique acesso à terra para os que nela vivem e trabalham uma perigosa ação de comunistas” (GOMES, 2002, p. 127, grifo nosso). O estado democrático persevera como percurso indelével de aperfeiçoamento da sociedade humana, descontando e retirando de campo os anseios refletidos, substanciados pela concreticidade, que poderiam levar o humanismo à revolução social. C. Gomes, de modo geral, permanece na cantilena vista em FHC a respeito da organização de outra “correlação de forças” para integrar o Brasil à atualidade.

Caminhando ao fim do capítulo com a saturação das ideias cirianas, sempre repetidas, construindo um novelo permanente de respostas a problemas da ordem política e econômica, devemos sistematizar três pontos fulcrais: 1) a renovação burocrática e a refundação econômica perpassam a manta politicista e visam a derrogação das *plutocracias*, *oligarquias* e *corporações*; 2) a renovação burocrática e a refundação econômica exigem que o desenvolvimentismo brasileiro seja passado a limpo, isto é, que se assuma não só a falência do “modelo 30-80” (geralmente, e equivocadamente, homogeneizado), mas que se deslinde minuciosamente a madeira oca da edificação, os entraves irremediáveis, logo, as mudanças fundamentais para o novo modelo do *nacional-desenvolvimentismo* sem *nacionalismos* ingênuos e autárquicos-protetionistas; 3) incipientemente, nas assertivas cirianas, vê-se a promoção necessária de um “choque de capitalismo” ou a “privatização do setor privado”, pleiteando, por conseguinte, uma consignação técnica de medidas liberais (desregulações, privatizações, reformas [administrativa, previdenciária, tributária], saneamento da burocracia, austeridade fiscal, aumento da poupança pública e privada, ratificando – temporariamente, que seja – os efeitos do Plano Real) como condicionamentos para a arregimentação do novo período desenvolvimentista.

Esse modelo promoveu [30-80] a industrialização do país com a estratégia de substituição de importações via um Estado-empresário deficitário e endividado (primeiro no exterior e, em seguida também, e em dose cavalari, internamente). É o modelo autárquico-protetionista, iludido da autonomia tecnológica, do corporativismo exacerbado e da política nacional-populista. É o modelo dos cartórios e da economia super-regulada. O modelo dos monopólios públicos e privados. O modelo que imaginava gerar pelo artifício público uma vanguarda econômica no país que teria o efeito de se generalizar para o restante da sociedade por repetição espontânea. O modelo do qual um dia oficialmente foi dito que “primeiro faria crescer o bolo para depois dividi-lo”. É claro que a estratégia, sob certos aspectos, funcionou muito bem durante mais de 30 anos. O fato de termos hoje um produto industrial superior a 130 bilhões de dólares dá testemunho eloquente que as coisas aconteceram no Brasil. É certo que durante esse período o Brasil foi o país que mais consistente e velozmente cresceu no mundo. No início do modelo, 80% dos brasileiros viviam no campo dominados por oligarquias rurais e *produzindo com práticas feudais que substituíram a escravidão mais renitente da história das nações*. Só que em 1982 o modelo explodiu, exaurido que já vinha, no colo do general Figueiredo, igual à bomba que o capitão e o sargento queriam fazer explodir no show a que os jovens cariocas inocentemente assistiam no Riocentro, episódio vergonhoso que agora vai se esclarecendo. Naquele ano, os juros internacionais, outrora baratos, subiram

violentamente e o modelo que dependia de créditos internacionais para se sustentar viu fugir-lhe o oxigênio e, pior, o esforço para continuar servindo à dívida externa passou a sangrar toda a capacidade de produzir e poupar da sociedade brasileira. Esse foi, aliás, o maior coadjuvante para que resgatássemos a democracia entre nós e entre quase todos os outros endividados países sul-americanos, subjugados por regimes totalitários de base militar. (GOMES, 2002, p. 165-166, grifos nossos)

No próximo capítulo, vamos nos deter com maior precisão nas ressalvas de C. Gomes ao governo de seu partido (PSDB), aproximando-se ainda mais da irresolução configurada na década de 90, como se vê nestes livros de C. Gomes. Neste momento, já fica límpido que Gomes não despede, não dispensa o projeto de privatizações, fonte necessária para o pagamento do endividamento estatal, renegando como “voluntarismo” ou valentia obtusa a prédica de não pagamento da dívida. O projeto de privatizações, entretanto, é tomado por mal executado, fenecendo uma valiosa jogada que configuraria a antessala ou preâmbulo necessários para o retorno de um projeto de desenvolvimentismo apropriado dos recursos condizentes. C. Gomes se porta como um arauto do Plano Real traído pela efetividade. Nessa quadra, “Eu, ministro da Fazenda, sabia que o real era sério, mas precário. Deixei o governo e me dirigi assim, diretamente, ao presidente, nesse artigo: ‘Presidente, faça as reformas, faça agora, faça junto com o povo, porque o tempo, nesse caso, não é neutro. Se não fizer, virá a crise de legitimidade, o senhor entrará num processo de impopularidade, não irá mais fazer as reformas, vai perder uma oportunidade de ouro’”. Ainda, “Veja que loucura: tínhamos um *timing* extraordinário. Era fazer e pronto. O que foi feito? Nada. A dívida interna explodiu. Vendemos nossos melhores ativos mal e porcamente, fora do tempo, para financiar o *câmbio artificial* que, por sua vez, ia manter a popularidade fácil até a reeleição”. O Plano Real, destarte, foi utilizado para além de seu apanágio conjuntural, de sua premissa tática, Vejamos: “Torrámos 70 bilhões de dólares e a dívida explodiu como nunca. O ministro do Planejamento era o José Serra [antes, tomado por Ciro como ótimo quadro]. Agora [2002], candidato, vem dizendo que sempre foi crítico da equipe econômica. Curioso: onde estava, na época, que nunca criticou?” (GOMES, 2002, p.290, grifo nosso)

Vejamos que outrora o argumento ciriano aparecia ainda mais cauteloso, como já demos provas suficientes, formulando até um vaticínio à oposição petista desatualizada:

A despeito dos protestos e recursos, das liminares e manifestações, o processo de privatização das estatais brasileiras

segue se consumando. Foi-se recentemente a Vale do Rio Doce, e estão prestes a ir os setores elétrico e de telecomunicações. Não é justo que se queira oposição à esquerda que ela assuma, de repente, uma postura favorável à desestatização, nem mesmo é razoável que não se compreenda, embora discordando, o fervor corporativista de amplos setores dessa mesma oposição que assenta sua base nesse rudimento de organização da sociedade civil brasileira. *Mas, diante da eloquência dos fatos, é razoável que já se cobre desses setores críticos que deem um passo adiante em sua atitude.* (GOMES, 2002, p.215, grifos nossos)

C. Gomes, portanto, balança entre o asseverador das medidas liberais (mostrando orgulhosamente a justiça de suas ações e assegurando o fichário de conhecimentos dos artífices técnicos, desde os elogios a Malan, Serra e a exemplaridade de FHC) e o político traído, justamente, pelos formuladores do Plano Real, que forjaram um destino eleitoreiro ao que era – postumamente, se assumiu - mera conjuração tática “temporária, precária” sob o fulcro estratégico. Inquieto e ferino, claro e convicto, crente na traição pela tergiversação da oportunidade seminal, afirma em artigo de 1999: “o depoimento de três ex-membros da equipe econômica do governo Clinton, que deixam a nu a questão afirmando, com todas as letras, que consideram hoje um erro o que fizeram em matéria de pressões sobre os governos da Ásia, da Rússia e da América Latina, Brasil inclusive, para liberalizarem seus mercados e desregulamentarem e desnacionalizarem seus sistemas financeiros locais”. Contesta, “Gravíssimo: com conhecimento de causa, afirmam que tudo foi feito sem maiores reflexões sobre as consequências dessa prática e, constrangedor, dizem literalmente que tudo foi feito por influência dos bancos e fundos de investimentos americanos sobre seu governo. Para terminar, patéticos, dizem, para nossa vergonha, que eles próprios visitavam os países para pressionar diretamente os governos a se ‘globalizarem’ ou para aplaudir aqueles que por iniciativa própria houvessem escolhido o rumo que a eles interessava” (GOMES, 2002, p. 245).

Enfim, a ressalva ciriana – ao governo PSDBista - se direciona ao mesmo redemoinho ideativo, inveterado e empedernido discurso, cujo bastião é o *patrimonialismo*, esposado como tese mestra das elucidações, agora sob epíteto da continuidade indecorosa do “pacto de elites”. Gomes sumariza o opróbrio, breve, loquaz e pungentemente: “Os atuais atores da cena política brasileira pensam mesmo que governam uma sociedade de imbecis incapazes de julgar sua demagogia de quinta categoria. O tema agora é a abolição da miséria. Como um vai fazer, como o outro deixou de fazer, como este é um assunto que

o outro acolá é que falou primeiro... e pronto, não se fala mais em Caimãs, Proer, privatizações manipuladas etc”. Arremata, “É como se a miséria de massa no Brasil não fosse consequência de um atávico *pacto de elites egoístas* que essa mesma gente de hoje replica fielmente” (GOMES, 2002, p. 282, grifos nossos). O anátema, enfim, se dirige muito mais à pusilanimidade do governo (dos governistas, ex-companheiros da política e do Plano Real) do que a qualquer desvelamento das raízes particulares mais profundas do capitalismo brasileiro e da peculiaridade da forma de ser capitalista

CAPÍTULO 6

CIRO GOMES SOB AS RUÍNAS DO PLANO REAL

6.1 Do remédio doloroso à má gestão do Real: discursos e entrevistas de 1995 a 2002

Voltemos ao âmago do ideário ciriano. Doravante, manifestações, entrevistas, discursos, entre 1995 e 2002 serão inspecionados, para averiguar a ressonância das ideias que crivam, com maior densidade, seus livros, analisados no capítulo passado, em tais expressões de menor porte. Em entrevista de 1995 (6), em retorno temporário de seus estudos nos Estados Unidos, em *Havard*, Gomes admite ter pressuposto, antes de sua pesquisa, que a inflação brasileira seria um “fenômeno político” e, para explicá-lo, volta a remeter aos grupos *plutocratas*, *oligarcas* e *corporativos* como beneficiados pelo “fenômeno político” em questão, polêmico e assaz debatido, a inflação brasileira. Gomes admite que o processo inflacionário não poderia ser controlado senão com medidas imediatas de recessão, segundo o autor e político, “não havendo precedentes” de outra forma imediata de correção, senão a provocação recessiva ou o desaquecimento da economia. A proposta de solução inexorável (provocação recessiva) nos leva à dúvida sobre se o diagnóstico especial de Gomes acerca da inflação brasileira como “fenômeno político” de oportunismo das elites, não pediria, desde o início, uma outra solução. Questionado sobre o desemprego escorchante e conseqüente, Gomes indica, persistindo na inevitabilidade, que a fase técnica do Plano Real engendrara aquilo que aparecera como único caminho, ou que “não permitia outra alternativa”, ou seja, a “provocação recessiva”. Debelar a inflação seria, portanto, a seara primígena da recuperação do país, uma vez que redundaria em golpe fulcral nos grupos *patrimonialistas* viciados na inflação, na isenção e no subsídio.

Gomes atesta, como vimos em suas linhas passadas, a substituição futura da “âncora cambial” e da “âncora monetária” pela “âncora fiscal”, isto é, resolver de vez o colapso das contas públicas, rearranjar e galvanizar a máquina arrecadatória, portanto, ultrapassar as resoluções infantis do Plano Real, conquanto sua technicalidade de esmero. Acerca do Plano Real, mais detidamente, dos juros bastante elevados, o ex-Ministro arremata a necessidade de “contenção da demanda agregada”, mas, principalmente, atrair capitais exteriores (dólares) com os juros altos para fechar as contas externas (balança de pagamentos/ manutenção de reservas/ apreciação cambial). Gomes justifica, nesse

contexto também, a antecipação da diminuição de alíquotas de importação como mote para paralisar qualquer retorno de inflação, ágio e desabastecimento, como já havíamos visto, posta a melhora do poder de compra da população com a apreciação do câmbio. O ex-ministro segue na justificativa de que a diminuição de alíquotas para importação (no setor automobilístico, a exemplo), diminuição de protecionismos, à época, não afetaria a balança comercial, uma vez que o câmbio estava apreciado, apesar de readmitir que, por princípio próprio desprezado por Itamar Franco, teria implementado a ampliação da taxa sobre os automóveis como parte do (seu) plano arrecadatório de recomposição fiscal, trocando o insidioso “ágio” pelo necessário imposto.

O político, como artífice do Plano Real e de seu legado, tem de defender as diretrizes (neste momento, não se refere ainda à “precariedade” do Plano) do “remédio doloroso” e, dessa feita, admitir, consternado, a imprevisibilidade da “superapreciação cambial” e suas consequências deletérias, já tratadas, para diversos setores da indústria nacional. Seguindo o diapasão, Gomes reforça sua lealdade ao Plano e em afirmativas, que soariam constrangedoras mais tarde, como “do PSDB com cada vez mais entusiasmo”, e mais à frente, “se eu sair do PSDB, é pra colocar o pijama”, conserva o respeito aos políticos que o esquadriharam, grupo do qual fez parte e partido ao qual ainda era filiado com altivo orgulho.

Questionado, todavia, se o governo FHC seria mais neoliberal do que socialdemocrata (ideário que admite como o seu próprio por toda vida e da gênese do PSDB), reage, de modo convicto, sobre a ausência de uma “marca” definidora, isto é, a “ausência de um projeto caracterizado” no governo do sociólogo presidente. Contudo, define que todas as reformas “que têm que ser feitas” possuem um caráter liberal. O governo FHC, dessa feita, deveria dar uma resposta rápida e contundente, providenciando as reformas liberais, ao passo que pudesse, como já afirmado, abrir alas para, jungido à renovação burocrática, metamorfosear-se em um estado gestor e desenvolvimentista dotado de uma boa poupança, argamassa do crescimento, prescrições cirianas indispensáveis.

Ciro Gomes, nesta entrevista em tela, não tematiza todos os componentes complexos do debate inflacionário: as razões do “estado falido”, as crises do petróleo e dos demais insumos básicos respaldando o desaquecimento e a inflação internacional, a malha produtiva nacional não integralizada a despeito dos avanços parciais do II PND e a necessidade perene de importações, a gigante depreciação cambial dos anos 80 com a

perda das reservas para dívida externa, a estatização da dívida externa privada, a elevação brusca dos juros da dívida externa, a impugnação de novos empréstimos externos e, portanto, o desinvestimento das estatais e seus preços subfaturados (e compras superfaturadas direcionadas), enfim, todo problema produtivo que perpassa fulcralmente a entificação de um capital industrial atrofico e caudatário, incompleto e subordinado, que não passa, resta claro, apenas pela argumentação tópica do “estado falido”, sendo este, apenas a consequência de uma tessitura capitalista particular. Sem essas reflexões, as lacunas do Plano Real como antessala para a consignação do estado repleto de poupança para engendrar a “refundação econômica” - sua propositura prenhe de um encadeamento idealista - ficam obscurecidas. Sobra a futura argumentação voluntarista da “traição” de planos por parte dos arquitetos e gestores políticos do Real.

No campo das privatizações, dentro do enfoque liberal, Gomes adere ao discurso do PFL sobre a leniência do estado com uma cadência muito vagarosa das privatizações. Contudo, admite o que já fora visto nos textos passados: o argumento das privatizações por si só não coaduna com o ideário neoliberal, muito menos com a derrogação do estado das atividades econômicas e restritivas à desigualdade. Circunscreve, sóbrio, mas comovido, o desmantelamento das contas estatais que naquele momento incidiam em juros da dívida interna que equivaliam a 3 meses e juros da dívida externa que equivaliam a 2 meses do orçamento. É nesse contexto que a prédica ciriana conclama e chancela o necessário “saneamento patrimonial” (privatização) como panaceia imediata para o pagamento das dívidas e, assim, esquadrihar um estado que possa, de vez, acabar com a inflação e elevar a produtividade do setor privado. O ex-Ministro fortalece, também tendo por mote a poupança estatal, a ideia de “reforma fiscal” que deve englobar a “reforma tributária” e ultrapassá-la com a reflexividade programada dos projetos e coordenações de gastos públicos.

Tema indelével, o Nordeste aparece no ideário como “fronteira econômica maravilhosamente potencial”, superando o paradigma primarizante, impondo a tecnologia já existente da irrigação, granjeando possibilidade evidente de emancipação na questão da água. Expansão da atuação mineral, intensificação industrial da agropecuária, aproveitamento da exportação pela localização direcionada à Europa e EUA, além da exploração, calcada em infraestrutura consequente, do turismo. Salieta, no entanto, que os problemas infraestruturais (energia e transporte, fundamentalmente) só deveriam ser resolvidos pela ascendência federal. Como ponto renitente, chancela a

SUDENE, e principalmente o FINOR agropecuário, como sede da tergiversação do dinheiro público, financiamento, então, já esgotado. Adiciona, ainda, a calamidade política da volta à “luta medieval pela terra” armada pela ausência da reforma agrária, além de ressaltar acabrunhadas e vis acusações públicas do Ministro da Agricultura de FHC ao grupo Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), que o identificara, arditosamente, ao grupo revolucionário Sendero Luminoso.

Enfim, Gomes replica, de modo mais breve e superficial, a concatenação das medidas ortodoxas urgentes (“estabilidade inflacionária, provocação recessiva, austeridade fiscal, reformas, privatizações”) e das medidas heterodoxas moderadas (“poupança estatal robustecida, modelo ou programa de desenvolvimento”). Encerra, arrematando, que o neoliberalismo possui prédicas sociais bastante rarefeitas, “compensatórias”, ao passo que também retira “o estado da produção”, configurações recusadas por Gomes, como por Unger, como vimos anteriormente com mais densidade e argúcia no livro de ambos. De outro lado, acusado de “estar brizolista”, responde, com espantada e renitente rejeição, “Eu, não (...) não me venha com essa não!”, retomando inveterado anátema ao *nacionalismo* “caudilhistas”, consentâneo da “velha política” (“populista, demagógica”) alérgica ao promotor da renovação burocrática e da atualizada refundação econômica desenvolvimentista.

Para Gomes, por conseguinte, a finalidade fulcral do Plano Real era a estabilidade inflacionária imediata, mas que deveria ter sido justaposta às reformas que melhorassem a máquina arrecadatória: em outras palavras, buscava concomitante de provocação recessiva e recuperação tributária, ou mesmo, desemprego, queda da massa salarial (a despeito do golpe na inflação), desinvestimento, desnacionalização, privatização, e, de outro lado, criação de recursos para a poupança estatal e pagamento austero da dívida pública. Em manifestação em janeiro de 1996 (7), confirma o vagar do governo FHC prenhe das possibilidades reformistas, mas na prática, inerte e inócuo nos conflitos que deveriam ser travados, “feridos”. O arauto da renovação burocrática, mais uma vez sustentando em latência a traição do governo FHC averso às reformas “estruturais”, afirma: “Quem percebe a necessidade de reformas profundas no Estado brasileiro tem de ter coragem de enfrentar os conflitos. Não se muda a velha ordem sem enfrentar os interesses que se beneficiam dela”. Ainda, adensando a crítica: “O Fernando Henrique Cardoso acredita que esse conflito pode ser desarmado por uma habilidade fantástica, que

ele de fato tem, por uma disposição negociadora que é muito ao gosto da cultura política brasileira. Não é possível construir o *novo* negociando com o *velho*”.

Gomes mantém a preza pelo PSDB, não ajuizando, ainda, rupturas, conquanto defina a contraposição, lentamente edificada, como ato leal e digno de sua propositura com o governo FHC. Talha argumento evasivo sobre sua candidatura (presidencial), ao passo que também um lamento parcimonioso e moderado pelo horizonte alvissareiro de FHC em sua reeleição. Tudo indica, embora o corolário negativo, sua iminente ruptura com o PSDB, partido que romperá a casca fina socialdemocrata, consignando-se como partido da ordem burguesa, do grande capital e das contrarreformas, enfim, do neoliberalismo. Sustenta: “Não há como eu escapar de ser franco nessa questão. Aprendi que ninguém é candidato de si próprio. O que você pode fazer se há uma aspiração legítima de se credenciar, de estar disponível para que o arranjo de forças de determinada conjuntura lhe possa considerar essa chance?”, responde, “Você pode se manter íntegro, estudar, se preparar, não fazer conciliações que lhe comprometam, preservando um perfil que seja respeitado. Isso eu faço. Mas estou vendo qual é o cenário. O vento é a favor do governo, as possibilidades de reeleição do Fernando Henrique são completas, e eu não me antagonizarei com ele. Não vou sair do partido”. Resume, em hesitante solfejo crítico: “Projeto de governo não é igual a projeto de poder. Este, o Fernando Henrique tem, e é muito forte. Difícil até de ser examinado moderadamente. Cheira a censura o que está acontecendo no Brasil. Esse alinhamento geral, que chega ao ponto de o Lula dizer que o Fernando vai se reeleger, é muito perigoso”, e admite, “Se um presidente da estatura da sua biografia afirma que nega o modelo neoliberal e que o modelo é outro, ele tem que mostrar qual é. Um ano depois, eu não sei o que eles estão fazendo. Se fosse neoliberal, seria até mais simples. O que vejo é uma enorme confusão dentro do governo, e eu sei quem são os protagonistas dessa confusão”. Em próximo futuro, Gomes já trataria, convicto, do governo FHC como neoliberal.

Já em setembro de 1997 (8), Gomes se manifestaria de maneira mais refringente e literalmente dissidente de FHC/PSDB. A argumentação continua vinculada ao seu ideário socialdemocrata, mas preservador do Real. Permanece no pensamento, na consciência do autor, a oposição entre grupos organizados (patrimonialistas) e grupos desorganizados, grupos voltados militantemente a preservar suas benesses e aqueles desprotegidos, desassociados, títeres. Destaca-se, todavia, que, se anteriormente, os *plutocratas* eram também as grandes indústrias, os grandes setores da produção aliançados e aconchegados

no esbulho, nos insidiosos protecionismos, isenções e subsídios (venda subfaturadas e compras superfaturadas com as estatais), agora, o argumento tem por *plutocracia*, principalmente, o baluarte “financista”. Tal inflexão indica modificações da própria sociabilidade capitalista e da realidade efetiva particular brasileira obnubiladas na constelação ideológica ciriana, o que, por sua vez, remeteria a uma voraz crítica ao Plano Real e seus efeitos. Assevera:

Convergir uma aliança ampla de centro-esquerda ao redor de uma plataforma clara, que substitua a lógica financeira especulativa pela lógica produtivista e do trabalho. Como político, desmascarar essa mistificação de que o Real depende da presença física do Fernando Henrique no poder. Ordenar a queixa generalizada dos setores excluídos, setores médios, pobres, dos trabalhadores, do mundo produtivo, da indústria, da agricultura de base familiar, dos violentados pela competição internacional. Organizar essa coisa que hoje é caótica. Propor uma alternativa prática

Permanece crente na crítica que a má administração do Plano Real fecundaria a crise: “Sei que o itinerário que está aí é de uma enorme crise. Que só não explodirá no colo de quem suceder FHC se for antes ajuizada junto à população, que deverá estar prevenida para o que temos que fazer para evitar ou tratar a crise”. Assevera que “O ciclo de privatização se exaure em 98. Em 99, ainda entram investimentos que vão complementar a imensa demanda por telecomunicações e eletricidade, de maneira que mitiga ainda a crise. Mas em 99, 2000, não tem jeito”, desvelando que o padrão produtivo e o colapso das contas do estado preservavam o país na circunscrição infante do Plano tático, embora o termo “precário” ou “temporário” não apareçam nesse momento como epítetos do Plano Real.

Sobre sua semelhança com Collor ao candidatar-se em 1998, refere-se ao presidente impedido sem realçar suas virtudes como outrora fizera: “Acredito em certas ideias e as defendo com ênfase. A radicalidade nas convicções é essencial. Collor é outra coisa. Montou um discurso marketólogo, não havia convicção naquilo. A elite brasileira o desconheceu porque quis. Sempre tomei posição contra ele”. Ainda em entrevista de 1998 (9), já diante de sua candidatura, traz um dado que ilustra estaticamente as conclusões sustentadas pela Tese acerca da gênese de sua ideologia, isto é, a angulação de sua visão de mundo, a circunscrição social de sua inteligência: “As pesquisas nacionais mostram que tenho 9% das preferências e que elas estão concentradas na classe média. Nesse segmento,

tenho 25%, como Lula. Eu me libertei da ansiedade de buscar a mídia. Faço melhor indo a Parnaíba, no Piauí, e a Vilhena, em Rondônia”. Completa, “Decolei porque ofereço uma alternativa de administração, ajudo a organizar o caos em que está a crítica ao governo e colaboro para desmascarar o mito segundo o qual o presidente Fernando Henrique Cardoso é o único fiador possível para a estabilidade da moeda”. Finalmente, “Estimo que algo como 25% do eleitorado está descontente e faz qualquer coisa para mudar isso, menos votar no Lula. Já se sabe que há um novo rosto na sucessão”.

Gomes reitera, temática seminal, a alcova eleitoral edificada por FHC que vitupera as reformas necessárias e a consumação do solo necessário para a construção do modelo de desenvolvimento. Nesta manifestação em tela, o autor e político, espessando a crítica já esposada anteriormente, remete ao “fetiche cambial”: “Acho que o governo, por motivos eleitorais, está fazendo uma aposta temerária. No ano passado, quase todos os países do mundo desvalorizaram suas moedas. Uns de forma ordenada, como a Alemanha. Outros de forma desordenada, como a Tailândia. Somos o único apostador da sobrevalorização”. Questionando o matraquear eleitoreiro do sociólogo e político, “Não proponho uma desvalorização abrupta, mas acho que o governo está tirando a competitividade de nossa economia. As exportações brasileiras não vão crescer em 1998, pode anotar. Se bobear, caem. Isso que se está fazendo é uma loucura. Agrava o risco de um ataque especulativo. Nessa hora, você perde o controle”, dessa feita, “Não acho certo apostar numa política excêntrica e suicida simplesmente porque se vinculou o futuro da campanha do presidente pela reeleição a um fetiche cambial”.

Ainda na mesma manifestação em 1998, aninhado à sua primeira campanha para presidência, esclarece o seu projeto tributário (assimcomo visto no capítulo passado, um projeto que ataca o consumo perdulário, de luxo e as grandes heranças), âmago da propositura de derrogação definitiva da inflação, vez que o estado provido de poupança seria o fulcro organizador da economia, integralizador e coordenador da produção, alvejando a dilapidação de dependências tecnológicas-financeiras deletérias e a refundação econômica contra o oportunismo *patrimonialista plutocrata, oligarca e corporativo*:

Minha principal proposta, hoje, é uma nova ordem tributária. Parece maluquice um candidato insistir em falar num assunto chato, mas acredito que mereço atenção. Proponho que se arrecadem apenas cinco impostos. O primeiro, sobre vendas a varejo. Você compra um quilo de carne e fica sabendo o valor do

imposto que deixou no açougue. O segundo, sobre o consumo anual do contribuinte. Em vez de haver Imposto de Renda, haverá uma declaração na qual a pessoa diz quanto ganhou, quanto poupou e quanto consumiu. Sobre o que consumiu, paga um imposto progressivo. Se o sujeito ganha R\$ 500 mil e gasta R\$ 500 mil, paga mais que o vizinho que poupa R\$ 200. Esse imposto só pega quem estiver da classe média alta para cima. Quero tributar as heranças e doações. O dinheiro arrecadado irá para um programa de renda mínima; um imposto sobre o consumo seletivo. Carros de passeio, cosméticos e artigos de luxo. Também sobre eletricidade e telecomunicações, a partir de um certo nível de consumo. Finalmente, um imposto sobre as propriedades urbanas e rurais. O IPTU já existe. O ITR existe, mas ninguém paga. Pois vão pagar.

Gomes amplifica, por conseguinte, por meio de discursos, manifestações públicas e entrevistas de mais curto fôlego a procedência de suas ideias críticas à conjuntura política que ajudara a consignar, enviesando a interpretação à gestão equivocada e eleitoreira do Plano Real. Em entrevista de 1999 (10), derrotado no pleito presidencial pelo PPS, Gomes aduz que o partido se conjurava como uma associação daqueles que visavam a uma postura crítica e uma alternativa, algo que divergia tanto das forças à esquerda e à direita que o impugnavam pela falta de “quadros” político. C. Gomes nega patentemente que o partido tenha se forjado como uma associação aleatória para conseguir legenda. Segundo Gomes, o partido não fez ofertas “fisiológicas” e não angariaria uma pletora de postulantes a prefeitos para distribuir palanques para Gomes nas eleições presidenciais de 2002. Indo ao busfílis do programa do partido, atesta que o debate, ainda não fechado dentro do partido (PPS), seguiria, ao menos, a crítica ao neoliberalismo, à âncora cambial eleitoreira, à destruição da economia, à impopularidade granjeada por FHC com a recessão econômica, enfim, mais uma vez a síntese da má gestão do Plano Real transplantada a diagnóstico do novo partido que pretende reunir, de vez, a “centro-esquerda”. O partido seria, destarte, o “catalisador” de uma corrente de opinião a arrastar todos os descontentes com a política, “pequenos e médio empresários”, “profissionais liberais”, “artistas”, “intelectuais”, enfim, concatenando na forma partido um “consenso popular” por uma transformação de uma “situação tão complexa” que apenas um partido não poderia dar cabo.

Gomes alerta que única possibilidade de êxito de sua vitória seria abonado por uma “corrente de opinião” precedente capaz de “abalar as estruturas”. Dessa forma, seu compromisso intelectual e político, apareceria como ponta-de-lança de um movimento

societário, empresarial, intelectual, sindical, capaz de enformar um projeto político destoante da presença massiva do programa de poder instalado, excluindo qualquer “obra personalíssima”, “promessas sociais mirabolantes” e os recursos “messiânicos, populistas”, assim como o “hegemonismo personalista petista”, tampouco a aliança aos campos da “oligarquia política”. O ex-governador preserva, por conseguinte, a consistência do ideário já debilhado, a prédica da renovação burocrática contra a “velha política”, do mesmo modo que insiste nos aspectos econômicos de que “foi o único governador a resgatar 100% dívida mobiliária de seu estado”, de que seria “possível pagar” a dívida brasileira, de que “seu grande problema não seria o tamanho dela ainda, embora esteja crescendo exponencialmente”, vaticinando a reforma fiscal/tributária como eixo do desenvolvimentismo. Acusa o governo FHC como aquele que “descasou” a dívida do patrimônio estatal, “brincando de populismo fácil”, alimentando o “consumismo”, envergando as contas públicas ao colapso, para manter a apreciação do câmbio que lhe garantira a reeleição. Consonante, “alienaram o patrimônio público a preço de banana”, sem pagar a dívida, perigando as relações com os credores com a sintomática da iliquidez em que o estado se encontrava, tendo ampliado vertiginosamente sua dívida interna.

Questionado como artífice da situação em que o Brasil se encontrava, acossado pelos efeitos deletérios do Plano Real, Gomes responde, insistentemente, que “cumpru o seu dever”. Relembra a existência do ágio, do desabastecimento, da pressão inflacionária e da indústria atuando em 100% de sua capacidade como urdidura social que demandara a abertura, o “choque de oferta”. C. Gomes não manifesta neste caso - como outrora elucidou em seu livro com Unger a respeito de um mais profundo “choque de capitalismo” ou “privatização do setor privado” - insumo ideológico mais consistente na crítica do decurso e dos arrimos estatais parasitados pela *plutocracia*, aconchegada ao esbulho e à baixa produtividade (uma das determinações da inflação). O “choque de oferta” apareceria como uma resolução de momento não sendo da estatura de uma “política industrial”, ao que Ciro aduz a incapacidade de o setor produtivo concorrer com uma integral abertura. Nos textos anteriores, o “choque” a ser dado no empresariado brasileiro presumia um aspecto mais “estrutural”, o combate à *plutocracia* açambarcadora e pouca produtiva, concatenado com a equipagem, promovida pelo estado, da pequena-burguesia. Por fim, moderando a reflexão, Gomes conclui a necessidade de diagnósticos setoriais que definam aqueles setores que devem estar abertos à concorrência e aqueles

que ainda demandam a proteção estatal transitória (“sempre em direção a uma economia aberta, integrada”); explicitamente, Gomes atesta sua refringência ao *nacionalismo* hermético, autárquico, antigo.

Ainda no novelo de suas propostas, Gomes afiança que a batalha contra o neoliberalismo e o governo FHC não pode “resvalar com o desamor à normalidade institucional do país”. Insiste na ascendência jurídica, consistente durante toda sua trajetória, de que a defenestração de um governo só de radicaria no voto, inclinando-se, mais uma vez, contra tentativas à esquerda de proceder antecipadamente à revelia da letra jurídica no combate do governo com a prédica do impedimento formal. Assevera, ainda, que a crítica à (sua) postura institucionalista preservadora da “política burguesa” não seria mais do que um “cacoete stalinista mofado”. Nesse ensejo, explica que o PPS, originado do antigo PCB, passou por uma verdadeira “catarse”, um acendramento, mais que uma mera “revisão programática”, derogando seus resquícios socialistas e comunistas, embora Gomes advirta, também, que o conceito antigo de “socialdemocracia” (como de “nacional-desenvolvimentismo”) esteja também superado, emulando a perplexidade daqueles, que como ele, desejam atualizá-lo, pesquisá-lo, recompô-lo, do mesmo modo como alhures reivindicara o refazimento do “nacional-desenvolvimentismo” diante da, repete nesta entrevista, “exaustão” de sua antiga manifestação. Neste mote, aquiesce contra o sectarismo da esquerda que tem, com esse apanágio incompreensivo “do país em que vive”, dado a vitória à centro-direita, em vez de celebrar o imperioso programa atualizado da centro-esquerda que concatena as sobreditas revisões da socialdemocracia e do nacional-desenvolvimentismo. Nesse sentido, detalhe imprescindível, o político vai se afastando das declarações de aliança política com seu berço, CIC/Jereissati (em 2002, em campanha presidencial em rede nacional, o designa apenas por “bom amigo”), esvaziando, paulatinamente, as referências à sua gênese política. Nesse enfoque dos arranjos políticos, Gomes é compelido a responder – evadindo da resposta - sobre as propostas de outro parceiro político/intelectual, Mangabeira Unger, acerca de uma atuação política dinamizada, popular e plebiscitária. Isso porque o professor de *Havard* teria, em livro da época, provocado um intenso desconforto aos autores institucionalistas, inclinando-se contra o baluarte formal-jurídico da democracia burguesa, emitindo a conclamação do “novo” a partir da evocação da criatividade institucional, diante da rigidez das arquiteturas políticas burguesas liberais, como havéramos visto. Gomes, explicitamente em 2002, ao revés da “criatividade” de Unger, parece um pouco mais

modesto ao excluir a necessidade dos liames possíveis entre mobilização popular e negociação com o congresso, “santuário da democracia” (ou sede dos *oligarcas?*).

Sobre a questão do desemprego, Gomes adiciona a solução já estatuída e enfatizada em seus livros: o país adquire 2 milhões de novas pessoas aptas ao trabalho por ano, assim como a produtividade cresce a 3%, forcejando pelas duas vias o desemprego, que só pode ser combatido pelo crescimento de 5,5% ao ano, o que remeteria a uma taxa de investimento superior a 35% do PIB. Logo, Ciro cai novamente no problema produtivo, aquele mesmo que debelaria efetivamente a inflação, como conformaria as bases da solução do emprego, da desigualdade e da capacidade da competição internacional. O problema retorna mais uma vez ao “nó da dívida” que precisa ser desatado para a construção necessária da poupança e do investimento expectados como única solução sustentada. Mais uma vez, reage contra a dependência do “dinheiro estrangeiro” clivando o “investidor estrangeiro” e o “especulador internacional”. Dessa forma, aduz ainda que o dinheiro estrangeiro naquele momento só entrara no Brasil para adquirir as estatais lucrativas “a preço de banana” e para adquirir as empresas privadas “estranguladas”, mantendo interdito o processo de expansão econômica e realçando a visada politicista do estado coordenador e galvanizador da economia. Ainda mais enfático do que na reflexão tributária anterior, C. Gomes passa reivindicar uma isenção integral da “produção” e do “salário”, assim como a tributação do consumo (de luxo e perdulário), heranças e doações, como da “apropriação especulativa de capital e propriedade”.

Nota-se, no decurso das explanações cirianas, algo já demarcado (e não explicado pelo político), relevante e revelador do destino “desindustrializante” do país, que acaba, ao menos, nuançando a ideia de C. Gomes: se antes, entre os *plutocratas*, estavam também e fundamentalmente os proprietários da “produção”, açambarcadores de gravosos privilégios, proteções, isenções e subsídios (compras subsidiadas e vendas superfaturadas para as estatais), no estertor dos anos 90, a “produção” passa a ser defendida sem mais, ao que parece, tanto daquela pequena-burguesia emergente e potencial protagonista de uma possível “refundação econômica”, mas também, de um modo generalista (“a produção”) que, possivelmente, pode incluir a declinante burguesia industrial. O anátema à *plutocracia* parece se dirigir, cada vez, mais aos “especuladores”, aos “financistas”. Exemplifica na execração aos “endinheirados” brasileiros que enviam suas finanças aos paraísos fiscais e retornam ao país especulando com a dívida interna, livrando-se de tributos. Já tendo se remetido, de forma repreensiva, à *oligarquia* política, Gomes também

retoma, ao fim da entrevista, a crítica ao último grupo *patrimonialista*, o *corporativismo* “protofascista” daqueles grupos de trabalhadores conjurados na defesa selvagem e em-si-mesmada de seus interesses particulares.

Gomes finaliza a entrevista com uma declaração que sumariza sua posição e o cerne da crítica que temos levantado:

o centro tem que ser deslocado do seu pacto com a direita (...) pequeno e médio empresário, profissional liberal, mundo universitário, artistas, intelectuais, por média no Brasil, tem uma posição ao centro, classe média tem uma tendência ao centro, é disso que nós estamos falando, essa gente está toda em oposição a esse projeto, essa gente está amargando o susto com futuro dos seus filhos, essa gente não aguenta mais pagar plano de saúde, essa gente não aguenta mais pagar mensalidade escolar, essa gente não aguenta mais a antiética, miséria que cerca e que lhe ameaça nos sinais, nos faróis desse país, essa gente está solidária a uma certa distância com a questão social, essa gente está indignada com a questão ética (...) vamos fazer o quê? Vão pra lá, vocês são tudo de direita, vocês são tudo conservadores, vão pra lá, que nós puristas da esquerda não queremos contaminação (...) isso é com eles lá, eu, não, eu quero essa gente porque essa gente é que vai, como fez a abolição da escravatura, como fez a independência do Brasil, como fez o movimento republicano, como fez a redemocratização do país, como fez o impeachment do Collor, quando esse setor médio brasileiro celebra um pacto com o povão, a história anda, quando essa gente vai pro lado conservador assustada, a história para.

Em polêmica entrevista de 2001 (11), entre o ricochetear de acusações, Gomes, sentindo-se perseguido pelo tom “faccioso” da entrevista, responde acerca de sua relação com as elites: “Há elites e elites. Eu quero muito ser identificado pelos empreendedores nacionais, *especialmente os de médio e pequeno porte*, quero ser reconhecido pela academia brasileira, quero ser reconhecido pelos artistas e pelos trabalhadores organizados”. Completa, “Agora, há setores da elite que tem um comportamento pusilânime. São os *plutocratas*, os entreguistas, os corruptos de todas as formas, os fisiológicos e os setores da mídia governista”. O ex-governador é mobilizado, pelo combate inerente à entrevista, e visualizando nos entrevistadores e na empresa de comunicação a plaga da *plutocracia* articulando a entrevista a uma defesa da campanha PSDBista de José Serra, a demonstrar a plenos pulmões sua ruptura com o partido tucano, antes sumariamente tida por impossível (outrora, “colocaria o pijama’ de saísse do PSDB). O PSDB aparece, logo, como partido da ordem *plutocrática* e *oligarca*, enquanto

o PT, além de concentrar linhagens *corporativistas*, aquiesce com uma postura inerte e negativista na política: “Existem três eleitores no Brasil. O governista, que é eleitor do Fernando Henrique, que tem liderança. Esse eleitor está dividido em dois grupos: o realmente entusiasmado e o que tem medo da mudança. Os tucanos estão emulando muito esse terror para ver se segura esse eleitorado, que representa entre 20% e 25%”. Ainda, “Há outros 25% de eleitores que estão tão cansados da impostura das elites brasileiras que não querem saber de debate. Estão contra de qualquer jeito, representado pela candidatura Lula”, e por fim, “tem 50%, em graus diferentes de intensidade, que estão contra o governo, mas não se veem representados no PT, porque acham que não basta ser contra e que é preciso dar caminho ao país. Esse é o universo que eu procuro representar”.

O apanágio da traição dos gestores do Plano Real também reaparece, síntese condensada da tergiversação dos planos reestruturantes, logo, traição tanto à renovação burocrática no plano nacional quanto interdição da refundação econômica: “Fernando Henrique está fronteiro a uma atitude boa. Porque ele, de quem eu sou adversário, me deixou precocemente decepcionado com o encaminhamento que deu ao país. Ajudei a fazer o Plano Real e acreditava que ele seria o grande estadista. Vi de perto a brutal contradição de seu governo”. Edulcora, “Mas, faça-se justiça: ele deu paz política ao país. Ele administrou uma coalizão de forças heterogêneas. Passou dos limites nas concessões que fez. Mas o resultado é que administrou PSDB, PMDB, PFL, PPB e PTB. Em 60 dias da candidatura Serra tudo foi implodido, inclusive pedaços do PSDB”. Ademais, “Mas que estabilidade? Tudo o que não temos mais é a estabilidade. A inflação anualizada é de 8%. Sem indexação, isso é uma pancada”, em um cenário em que “Os salários encolheram 11,4% nos últimos 12 meses. *O real foi uma bela idéia jogada na lata de lixo pela dinâmica da reeleição. Agora, os valores de uma economia estável e de uma moeda não-inflacionária são valores fundamentais*”.

As falhas e de declínios de FHC/PSDB são ressaltadas em outra entrevista de 2001 (12), véspera da eleição de 2002 que consagraria sua segunda derrota, pelo PPS, no certame presidencial, desta vez, com o apoio do PTB e do PDT de Brizola. Com o Plano Real imolado, ao PSDB sobraria apenas a evasiva da contrafação ideológica para dobrar seus próprios equívocos: “Visualizo uma possibilidade que alteraria todo o quadro. Um nome do PSDB, que tenha alguma biografia, no começo de 2002 diz assim: ‘Chega. Demos todo apoio, mas o governo não tem jeito. Esse tipo de entrega dos interesses nacionais, esse tipo de concessão a políticos do passado, que nós denunciemos na nossa origem,

passou da conta. É hora de o PSDB mandar embora esses vendilhões da pátria, esses bandidos da política. Temos de salvar o país da irresponsabilidade da oposição”. Segue, “Se alguém fizer isso, na mesma hora vai se tornar o encantador ao redor do qual se cicatriza toda a elite e boa parte da classe média zangada com a atual situação. E vira imediatamente um candidato competitivo”. O périplo discursivo de Gomes, por outro lado,edulcora, ao arrepio de outros tantos momentos, a crítica ao PT (é bom lembrar que Gomes viria a se tornar Ministro da Integração Nacional no eleito Governo Lula): “Saúdo a iniciativa como demonstração de um estágio a mais no processo de amadurecimento do PT, em direção à ideia de que a política não deve se resumir à satanização do adversário e à oferta voluntarista de soluções que desconsideram a realidade. Acho positivo, ainda que o documento venda algumas ilusões”. Surpreende a discriminação da ilusão: “O imposto sobre grandes fortunas. Tem efeito retórico fantástico, mas não arrecada nada”.

Passemos, finalmente, à entrevista do ano eleitoral, 2002 (13). Gomes será taxativo ao desenhar, programaticamente, o que deve ser propalado por uma aliança de centro-esquerda: um marco de modelo de estado e de modelo econômico que incline fundamentalmente a “construir um nível alto de poupança”; “vincular essa poupança ao investimento produtivo”; “uma nova instituição que aperfeiçoe a distribuição de renda (..) que é um problema de arranjo institucional e não de um erro de manejo ou de gerência”; “um movimento que refunde as bases da democracia brasileira (...) radicalizar a democracia”. Nesse ensejo, Gomes define claramente o seu adversário como os representantes do neoliberalismo, ideologia que expulsou todos aqueles beneficiados pelo Plano Real, novamente, para abaixo da linha de pobreza (14 milhões de pessoas). Consonante à investidura crítica ao neoliberalismo, Gomes vaticina contra a privatização feita como uma “patifaria”, sem critérios límpidos, baluarte crítico que vinha se arrastando por meia década e que incutia em José Serra o brasão continuador inescrupuloso.

Em meio ao pleito presidencial de 2002, Gomes procurara, segundo sua dicção, furar a tendência centrípeta PSDB-PT e o conjunto de mútuas superficialidades acusatórias que concentravam o debate na mais tópica rede de escaramuças obnubiladora da proposta de centro-esquerda, agora encabeçada por Gomes pela coligação PPS-PTB-PDT. Lembra, nesse ensejo, aquelas assertivas, quando correligionário entusiasta e prosélito do PSDB no início dos anos 90, sobre ruídos renitentes a matraquear a “velha política” (Collor x PT/Lula), aninhando “messianismos”, “personalismos”, “moralismos” que imolavam a

sofisticação intelecto-política do imberbe partido Tucano, obliterando a “renovação burocrática”, o périplo completo da consignação da “nova política”. Gomes parece, portanto, arrastar consigo a chama de um projeto inquebrantável, saltitando sobre ruínas sucedâneas da política brasileira. Mas, alvissareiro, expressa:

Eu sou a favor de uma reforma política, mas sou contra a ideia autoritária, iluminista, de alguém, seja o TSE, mínima ainda o prejuízo se for o congresso nacional, mas em nenhuma hipótese o presidente da república, ser ele o motor dessa reforma. O processo político brasileiro tem mil imperfeições, mas quando a gente olha o colapso das instituições democráticas na América Latina, aquilo que aconteceu no Peru plebiscitariamente, a sociedade abrindo mão de franquias democráticas, aquilo que está acontecendo na Venezuela, plebiscitariamente, a sociedade abrindo, vulnerando-se ao personalismo, populismo autoritário de direita, que é admirado no Brasil por exemplo pelo Lula, que é inacreditável isso, né? E por aí vai, quer dizer, colapsam as instituições colombianas, o colapso da instituição boliviana, o colapso da instituição equatoriana, tudo isso nos recomenda que nós brasileiros demos mais valor ao que temos. Nós estamos fazendo uma reforma política muito lenta, muito contraditória, mas estamos fazendo. O Brasil está avançando, nós temos esses...pelo menos, nesse aspecto, o Brasil está avançando. Olha, com todas as imperfeições, uma influência terrível do poder econômico, há um monopólio da informação, tudo isso atrasa muito mais do que a regrinha, mas se você quer, eu sou a favor de listas fechadas, admito discutir, o meu partido é contra, mas admito discutir o distrital misto que preserva franquias para minorias se expressarem ao lado daquele voto majoritário regionalizado que paroquializa um pouco a política, sou a favor do financiamento (...) público de campanhas, e sou a favor do *recall*, você conhece bem, vou só explicar, mecanismo de democracia direta em que uma fração da sociedade tem direito de postular na justiça cassação de mandatos não porque roubou, matou, fraudou a SUDAM, porque isso já tem, mas pelo mero fato de ter se comprometido com um programa e fazer outro completamente distinto, não é? E eu sou parlamentarista.

C. Gomes, ainda no âmbito do exercício político, acrescenta que, a despeito do “amadurecimento” petista naquela quadra, ainda permanece um vício “hegemonista” unilateral que dimana um “sectarismo” rançoso incurado e põe em evidência, pelo medo propagado e profissionalmente ampliado, a recusa taxativa da direita ao “anarquismo” petista. Ainda que mais docilmente, a mesma tonalidade democratista e institucionalista ciriana relembra as moderações e racionalidades intrínsecas e necessárias à dinâmica democrática, como visto no capítulo passado ao tratar do panorama da política e das “esquerdas” brasileiras. O ex-ministro assevera, também, que tentara já em 1998 um

“diálogo nacional” cujo planejamento final seria uma união ao PT, enredando a dinamização da “sociedade civil” com “seminários temáticos e regionais” que pudessem organizar fundamentos de um programa comum a ser capitaneado, sendo frustrado pela inércia particularista/sectária petista, arvorada na presença personalista de Lula sem, ainda, década depois das primeiras críticas cirianas ao partido, edificar um programa técnico satisfatório.

Gomes se demonstra, enfim, reanimado e centraliza o projeto: “eu sou candidato. Porque a essa altura não é disponível para minha vontade pessoal...às vezes até vendo essa imundície, dá vontade de fazer homenagem aos seus filhos e, olha, quer saber de uma coisa? Vou voltar para a academia”. Complementa, “Mas eu estou entusiasmado e acho que a gente pode estar fazendo história. Não eu pessoalmente, mas esse movimento, estou animado com esse movimento, *que está um pouco atrás do projeto do Juscelino Kubistchek, socialistas e trabalhistas, a ideia de unir o trabalhismo brasileiro nessa versão mais conservadora com a verã mais progressista, reciclá-lo à luz dos novos tempos, que está falando Stiglitz*”, segue, “*tem muito a ver com essa ideia de um estado capaz de, preservando a iniciativa privada, apoiar quem produz e trabalha, ampliar, enfim, as oportunidades dos emergentes, das pessoas, enfim...uma série de ideias que estão me dando entusiasmo*”. No detalhe, no caso do crescimento econômico, a taxa de investimento, para o crescimento de 5,5%, índice satisfatório para integração da população a postos de emprego, aparece mais modesta como, “25, 28, 30% do PIB”, e mais à frente, “isso exige um investimento de 27%”, ao contrário dos mais de 35% visados anteriormente. Sem poupar repetições, confirma novamente o esforço redobrado pela poupança como argamassa imprescindível para tornar atividade prática, efetivada, sensível, o projeto renovado do desenvolvimentismo e de controle efetivo da inflação. Propala mais uma vez, busílis de sua mordacidade, a perfidez do governo Tucano na irresponsabilidade criminosa das privatizações, ao modo executado, a ampliação em mais de dez vezes da dívida pública, a sustentação do real e do consumismo como plano eleitoreiro, e por fim, a inércia e inefetividade deliberada nas reformas que poderiam reerguer a capacidade de investimento. Elenca a urgência estrutural da “reforma tributária”, da “reforma previdenciária”, e os “movimentos conjunturais” de “alongamento dos prazos da dívida interna” e “eliminação do déficit externo”. Sem destrinchar satisfatoriamente, afirma também a utilização estratégica (infraestrutura, agropecuária, industrial, mídia) do BNDES para projetos de escala que não transformem

o banco em um mero balcão de negócios em benefícios do presidente de momento, ou mesmo, um “balcão clientelista”.

Gomes, destarte, reúne as linhas diretivas já debulhadas: a captação da realidade a partir das posições ou das angulações da intelectualidade burocrática e da pequena-burguesia; escopo da reconfiguração do capitalismo por meio da renovação burocrática contra a “velha política” e da refundação econômica pavimentada pela galvanização da pequena-burguesia emergente e não viciada no patrimonialismo; crítica aos grupos *patrimonialistas*, concatenada com o recente brasão - manipulatoriamente generalista - da “produção e trabalho”. Enfim, o autor e político tergiversa e tampona definitivamente a inspeção correta da dinâmica de classes no capitalismo e expecta a alavancagem de sua candidatura através da efervescência mobilizadora das “classes médias”.

6.2 As transformações do capital: delimitando algumas utopias

Penetrado, o âmago da ideação ciriana, devemos fazer uma breve digressão na pesquisa a partir de certos pilares considerados pelo autor, de modo latente ou patente, em seu pensamento. Isso porque tais “aspectos” são importantes, mas, aparecem, como temos demonstrado, com explicações rarefeitas, ou mesmo, com menções descritivistas, quase naturalistas. Mais uma vez, como já aduzimos: sem inspecionar a processualidade da forma de ser capitalista que vige como um mero cenário, um mero tabuleiro ao jogador político mais apto. Nesse sentido, “aspectos” como “globalização”, “fronteira tecnológica”, “rentismo”, “multilateralidade”, entre outros, aparecem, de passagem, como mera atmosfera na qual o autor e político, emoldurando seu pensamento pretensamente atualizado, de apanágio técnico-burocrático e pequeno-burguês, pretende atuar. Por isso, vamos em busca de algumas explicações, ainda que breves, que situem alguns desses “aspectos” da sociabilidade em detrimento de meramente descrevê-los e procurar se integrar a tal influxo tido por ineludível.

Doravante, vamos ao enalço das abstrações razoáveis (nesta seção) em direção ao caso brasileiro (na próxima e última seção) no estertor do século XX e aurora do XXI, demonstrando o jaez da intelecção ciriana presa ao modo de representação enfeitado ou fetichizado da realidade efetiva, isto é, perseverantemente sustado na aparência, na imediaticidade, na poeira empírica. Reiteramos, a despeito de não ser uma mera ilusão pueril autoposta (dada questão do *Standpunkt*), a despeito da bravura moral, da

desenvoltura retórica e das correções técnicas, persevera, no ideário de Gomes, o cariz de obscurecimento da essência, da concreticidade, do concreto das relações sociais presentes na peculiaridade capitalista e na particularidade de sua entificação pela via colonial, a realidade efetiva particular brasileira. E, resta claro, é o diagnóstico oblíquo que lhe faculta a prescrição conservadora-manipulatória.

As prédicas acerca da estabilidade inflacionária/austeridade fiscal, das reformas (tributária/fiscal, em especial) e do robustecimento da poupança estatal aparecem como basilares na tessitura ideológica ciriana. É a partir delas que se desdobrará o novo ideativo desenvolvimentista. Lembremos que o atualizado primado desenvolvimentista da ideologia ciriana previa, em síntese, 4 diretrizes: regulação do mercado; rejeição e dissolução dos monopólios e oligopólios privados (e estatais) pela criação de empresas estatais competidoras (por vezes, abertura seletiva do mercado para descoagular monopólios ineficientes/plutocracias); galvanização tecnológica de setores da economia atrasados; enfaticamente, assessoria e alavancagem da pequena-burguesia empreendedora e refringente ao “vício patrimonialista”.

De início, já poderíamos destacar que o tema da inovação tecnológica remete à uma “neutralidade” absoluta, em Gomes, obscurecendo os nexos e relações da objetividade social determinada, isto é, excluindo do escrutínio, a legalidade imanente ou lógica específica propulsora dos avanços tecnológicos. Determinações bastante peculiares do capitalismo são obliteradas por Gomes. A generalização mercantil (do valor), a expropriação originária, a compra de força de trabalho, a valorização do valor, a extração de mais-valor e a busca compulsória por maiores taxas de lucro, entre outros, permanecem escamoteadas ou ignoradas simplesmente no debate. Sequer, se lhes opõe uma crítica. Logo, forma valor, mercadoria, dinheiro, capital não são esmiuçadas a contento, como se poderia reivindicar de seus livros, nem sequer uma crítica diletante. Ao marxismo, em grande parte das vezes, cabe a redução a estatismo/socialismo/stalinismo ou as assertivas sobre virtuosas releituras do Trotskismo de Ernst Mandel, sem maiores explicações.

Ainda, devemos destacar a irrazoabilidade extremada contida em um pensamento que leva o intelecto político ao paroxismo, fazendo do voluntarismo e do rearranjo político – renovação burocrática – e da derrogação das “elites patrimonialistas” e da emersão assessorada de uma nova elite originada das virtudes pequeno-burguesas – refundação econômica – um projeto de ajustamento, galvanização e equilíbrio do capitalismo

“imperfeito” brasileiro. A propositura se apresenta como o manejo técnico acertado a ser chancelado pelo “levante” das camadas médias, posição de origem de Gomes. Por sua vez, ficam de lado as condições adequadas de investimento tecnológico e científico, as conquistas pretéritas de ciclos tecnológicos, a concentração e centralização de capital, as crises cíclicas, as distintas entificações do capitalismo, enfim, as circunstâncias que ultrapassam – embora, não torne irrelevante de modo algum – o engendramento e a alçada da “correta” política econômica. Resta, prevalecentemente, o esboço ilusório de um estado demiurgo, sempre iminente em sua figura maximamente atilada, contra uma suposta tergiversação da utilização das instituições.

A discussão sobredita, portanto, não pode ser associada a qualquer mote hermético escolástico, nem pretendemos/poderemos aqui iluminar toda obra marxiana. Importa, entretanto, informar que as reflexões marxianas, outrossim, iluminam deficiências de Gomes, estas que queremos apontar, brevemente, antes de voltarmos à recente urdidura social brasileira. É relevante o enfoque crítico, uma vez que o debate da produtividade, do desenvolvimentismo, da tecnologia, da mundialização, das possibilidades objetivas de alçar novos empreendedores à competição mundial, da poupança estatal, temas caros a Gomes, remetem diretamente à forma valor e capital, interditando as promessas de todo tipo de administração burilada, e no caso brasileiro, de completção da democracia/burocracia e da economia. Nesse quesito, a lógica específica ou legalidade imanente (nexo/relação) do capital deve ser necessariamente apontado para que os “ganhos tecnológicos” ou os “hiatos tecnológicos”, tão propalados, não apareçam como conquistas civilizatórias fortuitas ou como deficiências tão só engendradas pela debilidade de políticas. Trata-se, ainda, de como o capital se objetiva em cada entificação do capitalismo e a sua articulação mundial, cada vez, mais universalizada.

Em primeiro lugar, “os ganhos tecnológicos” não são conquistas civilizatórias fortuitas, já que a própria arregimentação da maior composição orgânica de capital (aumento relativo do capital constante) que visa a ampliação de produtividade (portanto, um avanço tecnológico, muitas vezes, unilateralizado) tem como escopo o atingimento do mais-valor relativo, a hegemonização de mercado, os sobrelucros temporários, a conquista de uma taxa de lucro superior à taxa de lucro média – promovida pela redistribuição do mais-valor dos setores mais ineficientes - até que a inovação seja espriada pelo setor (o que remete a uma série de dificuldades e óbices). Em suma, a reflexão nacional-desenvolvimentista reatualizada de Ciro só pode ser entendida e criticada a partir da

apreensão do nexos e relação da valorização do capital e através da captação da circunscrição social de gênese, isto é, das posições/angulações de classe atinente ao seu pensamento. Nesse sentido, a crítica pequeno-burguesa se volta contra o conluio entre elites política e econômicas, e não contra a apropriação privada e desigual do patrimônio material e tecnológico. Nesse sentido, partindo da posição do autor, os “ganhos tecnológicos” aparecem tão somente como ganho civilizatório fortuito, em um cenário competitivo que se assemelha a uma paisagem canora ou politicamente harmonizável, sem os necessários meandros e escopos destrutivos subjacentes à busca compulsória da manutenção/elevação da taxa de lucro, da hegemonização de mercado e todas as deformações e contradições adstritas ao avanço tecnológico derivadas das necessidades do capital (destruição de riquezas, moderação/controlado monopólio dos ciclos tecnológicos, ampliação da taxa de exploração, desemprego estrutural, crise de superprodução, concentração e centralização de capital, impedimentos da difusão tecnológica, subsunção entre os diversos países na inserção internacional na economia, exercitação de acumulação por meio do imperialismo etc).

Por outro lado, o colapso econômico brasileiro dos anos 80 e o “hiato tecnológico” aprofundado não podem ser reduzidos apenas a um suposto feitiço “patrimonialista”, quase naturalista, ao qual se acomodaram as elites (plutocratas, oligarcas, corporativos) do país exaurindo e expondo as deficiências de “criatividade” das políticas econômicas 30-80 (“exuberantes” e “esgotadas”). Vejamos determinações do caso brasileiro que não são suficientemente explanadas pelo autor e político e que já esmiuçamos ou esmiuçaremos na seção seguinte: as possibilidades constringidas de competição da indústria nacional, pela baixa concentração de capital, com suas congêneres dos países centrais; até certa data, a exiguidade do mercado de consumo (população rural majoritária, não inclusa, no primeiro momento, no assalariamento e na legislação trabalhista); as consequências subordinantes da objetivação burguesa ultrarretardatária (dependência tecnológica e financeira); a dependência colossal da venda subfaturada e da compra superfaturada em relação ao estado (além dos protecionismos, isenções e subsídios de monta); a sedimentação quase inamovível da superexploração da força de trabalho a obstaculizar investimentos em capital fixo e a estrangular precocemente o setor de bens duráveis; a necessidade, e ausência, de força de trabalho qualificada em alguns setores; as debilidades tardias de infraestrutura e desenvolvimento científico. Enfim, uma plethora de determinações do capitalismo hipertardio perseveram não esmiuçadas a contento por Gomes para explicar

o esgotamento do périplo 30-80, em seus textos e manifestações, o que consigna apenas a explicação unilateral, técnico-burocrática e pequeno-burguesa, que acusa o vício patrimonialista das elites e a ineficiência/esgotamento das políticas econômicas pela paralisação do processo. Sobra a interrogação perplexa e retórica sobre o que teria acontecido para um país que tanto crescera, ter se interditado o caminho. Se é certo que os aspectos ligados às transferências de monta de valor do estado ao âmbito privado podem ser comprovados, como o político alerta, a inspeção da processualidade do capital industrial atrofico e caudatário, incompleto (incompletável) e subordinado, ainda permanece lacunar em Gomes. Também, em outra parte de nossa Tese, já esmiuçamos exaustivamente o apanágio unilateral, subordinado e socialmente teratológico do indiscriminado “crescimento 30-80”, aquele que, entre outras coisas, em seu auge (68-73), inclinou diversas capitais ao retorno da mortalidade infantil da década de 50. Retomaremos o desfecho “30-80” na próxima seção.

Analisemos as diretivas vistas à renitência no ideário de Gomes. A expressão do autor e político, dentro de suas assertivas desenvolvimentistas, parece impor, dessa feita, que a ação política seja suficiente, sem todo diagnóstico da objetividade social determinada, por ocasionar, de modo voluntarista e previamente conceitualizado, a dissolução dos monopólios e oligopólios emersos da própria economia da concorrência. Persevera a visão do estado como agente surgido da dinâmica desigual para, internamente, lhe impor o equilíbrio necessário, em longo prazo, promovendo a “democratização do mercado” dos países “centrais” onde se poderia ser, sem problemas, “neoliberal”. Seguindo a trilha dessa ideia, o estado deveria mobilizar vultuosas somas em cada momento para entrar em competição com oligopólios de vários setores (não só nacionais, mas mundiais, aqui atuantes), unidades de elevada concentração e centralização de capital, de modo a alterar satisfatoriamente o cenário em direção à saneada concorrência. Bastaria imaginar que a monta de recursos, de gestão, de força de trabalho especializada e de tempo para dissolver os diversos setores oligopolizados – descontando qualquer intromissão arbitrária - levaria a um exercício multifacetado e colossal em um estado, como vimos na dicção de Gomes, já constrangido historicamente pela constrição de poupança, dependendo de divisas externas – em grande parte de seu percurso - para a criação de sua malha de empresas estatais, definhadas desde a década de 80 com a impugnação dos empréstimos externos. Um estado que, como veremos na próxima seção e no próximo capítulo, reuniu, nas últimas 4 décadas, taxas de investimento/PIB minoritárias (muito longe da taxa de mais

de 30% impetrada pelo autor em diversos momentos). Um destaque importante nesta temática dos monopólios é que a inflexão monopólica ou oligopólica restringe, mas tampouco interdita a lei do valor, quanto antes tende a cristalizar, sob égide da lei do valor, o hermetismo contra novos concorrentes estatais ou privados:

A capacidade tecnológica de uma grande empresa é um elemento que habilita a auferir os lucros extraordinários, agora, dada a sua posição monopólica, de uma forma permanente. Ou, em outras palavras, para atingir a posição monopólica (ou oligopólica) um certo nível de capacitação tecnológica (que implica em uma capacidade de mobilização de capitais acima da média) é indispensável. Aqui cabe uma pequena observação sobre o valor nessa fase do capitalismo: a lei do valor atua de uma forma minada, mas atua. Ela termina por determinar limites concretos para a ação dos monopólios (que jamais têm uma capacidade de atuação inteiramente arbitrária). A produção em larga escala, segundo melhores condições técnicas pressupõe uma concentração de capitais e possibilita um preço de custo menor. Mas o monopólio que impuser preços irrealistas, muito acima do valor das mercadorias produzidas, poderá viabilizar o reaparecimento de mercadorias produzidas em piores condições técnicas, que encontram espaço no mercado pelo irrealismo da política de preços do monopólio em questão. Na verdade, o funcionamento da economia monopolista é cheio de brechas deste tipo, que apenas ressaltam a dicotomia entre o espaço “conquistado” pelos monopólios e as limitações concretas que existem (que exigem um “zelo” permanente para preservar a posição monopólica ou oligopólica). (ALBUQUERQUE, 1990, p. 18)

Apesar da atualização das medidas contratendências à (lei da) queda tendencial da taxa de lucro, métrica propulsora do movimento do capital, o debate acerca do tema da “crise” aparece, nas resoluções cirianas, um tanto simplório e restringido à unilateral propositura da efetivação plenipotente das políticas econômicas corretas. Nessa quadratura, duas outras colunas do ideário desenvolvimentista de Gomes podem ser questionadas a respeito de sua perenidade, além da interrogação acerca das possibilidades objetivas da própria consignação: o estado brasileiro como galvanizador da fronteira tecnológica nos setores estagnados e, outro alicerce do seu pensamento, a assessoria técnica, tecnológica, financeira, logística aos pequenos empreendedores (à pequena-burguesia) para a formação de uma nova elite “não viciada no patrimonialismo”. Sustenta-se, dessa feita, uma relativa negligência em relação às possibilidades objetivas de promover os saltos tecnológicos ou a difusão daquelas tecnologias já existentes e “zeladas” pelos oligopólios, quanto mais de dispersá-las pela pequena-burguesia no escopo de edificação de uma nova

elite “não viciada no patrimonialismo”, isto é, uma nova elite empresarial capacitada para a disputa nacional e internacional desprendida do esbulho parasitário perene ao estado. Vejamos que:

A crise tem uma função objetiva no capitalismo: é um momento onde a lei do valor se impõe. Se essa é a causa mais profunda das crises periódicas, há um conjunto de contradições, de ações simultâneas de agentes antagônicos que se expressará (que desaguará) na eclosão da crise. Partindo das contradições inerentes à mercadoria, passando por contradições de nível mais complexo, as crises periódicas são um momento em que o conjunto das contradições da sociedade burguesa vêm à tona. (ALBUQUERQUE, 1990, p. 67)

Assim, o movimento da taxa de lucro diz respeito diretamente aos ciclos prosperidade/crise, importando saber a predominância da tendência ou dos disparadores políticos e econômicos de contratendências (ALBUQUERQUE, 1990). De um modo grosseiro, as contratendências podem ser atualizadas da seguinte forma: 1) exploração mais intensiva da força de trabalho, compressão de salários, pressão nos salários pelo maior exército de reserva (apoiado em variadas contrarreformas políticas) 2) inovação tecnológica aplicada à produção, com diminuição paulatina dos custos em capital constante (instrumentos de produção) pelo desenvolvimento no departamento (1) de meios de produção, além, de máquinas mais evoluídas poupadoras de matérias primas (objetos da produção) 3) expropriação originária: imperialismo e privatização 4) mundialização dos monopólios/oligopólios (expansão a novos espaços geográficos de exercitação da acumulação, emulados pela desregulação comercial) e a financeirização das grandes empresas transnacionais (obtenção de valores em ações e títulos, emulados pela desregulação financeira) 5) espraiamento do capital por todos os setores da vida social 6) a própria crise como “saneamento” do capital, isto é, engolfamento de capitais menores, concentração e centralização de capital, restringindo os competidores. Nesse ensejo, na próxima seção, veremos a inclinação brasileira, nas duas últimas décadas do século passado (XX) ao início do XXI, reiterando seu apanágio: o arrocho salarial, a privatização do patrimônio conjurado em 30-80 e o peso ascendente do setor financeiro como características de um processo que procurou vicejar o afastamento da crise e do rebaixamento da taxa de lucro à revelia das assertivas designadas por “desenvolvimentistas”. Também, nesse ensejo, ficará exposta a sintomática da

insuficiência do rescaldo do II PND e suas consequências nas últimas décadas do século XX.

Albuquerque (1990, p. 81) salienta, ainda, repondo avanços de análise pós-Marx, a necessidade de interpretar os ciclos (e, logo, as crises) no interior da dinâmica longa (ondas longas expansivas e depressivas). Dispensando a noção de uma “derrocada final”, temos que:

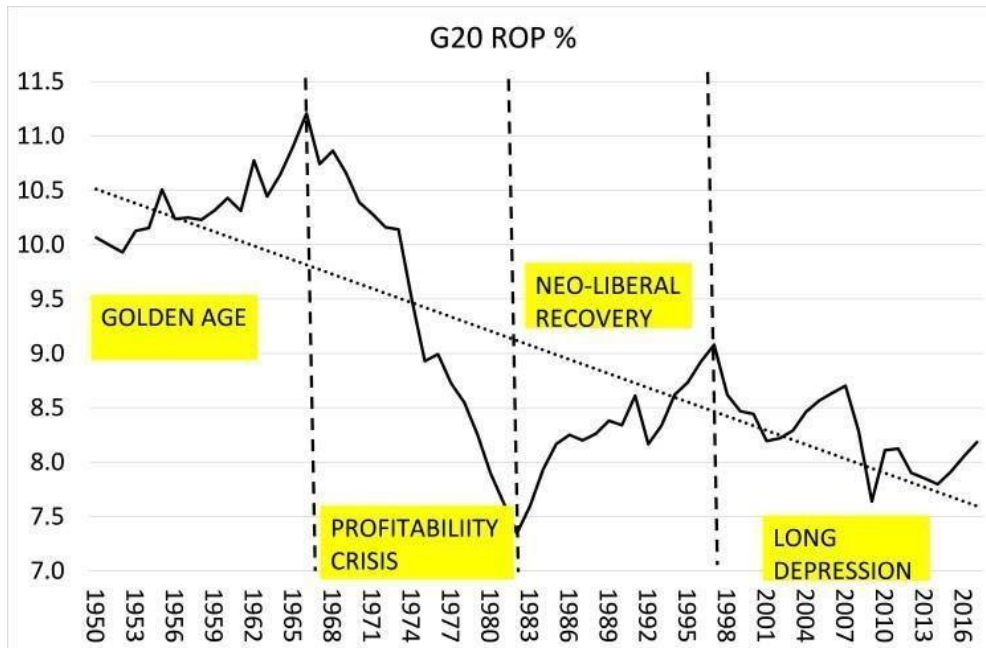
A mediação da dinâmica longa do capitalismo - para a explicação dos ciclos e da responsabilidade da oscilação da taxa de lucro na determinação de suas características - é necessária já que será ela que explicará porque o movimento da taxa de lucro no curto prazo é tal ou qual. A pergunta que deve ser feita passa a ser: por que em certos períodos predominam os fatores que facilitam a queda da taxa e em outros predominam os que dificultam? Respondido isso, ter-se-á explicado porque em certo ciclo a taxa de lucro sobe com facilidade (determinando ao ciclo uma forma de grande prosperidade e pequena crise) e porque em outro ciclo a taxa sobe com muita dificuldade (ampliando a fase de depressão e diminuindo a prosperidade) (...) Períodos em que a tendência dá o tom, períodos em que as contratendências predominam: são fases distintas de um mesmo movimento - um movimento de marés ascendentes e descendentes, um movimento ondular -, de uma mesma onda longa. A dinâmica longa do capitalismo (que tomam a forma de ondas longas) é em última instância expressão do movimento da taxa de lucro: são as ondas da taxa de lucro. Dependendo da fase em que estão, determinam a forma dos ciclos industriais. Essas ondas longas mantêm, assim, uma relação com os ciclos industriais que é distinta da que considera o ritmo longo da economia como simples somatório dos ciclos industriais. Essa mediação através do movimento da taxa de lucro permite clarear como a onda longa determina características específicas de cada ciclo. Marx não teve a oportunidade de analisar dados que apontassem para a existência dos movimentos longos da economia capitalista: comovimos, os primeiros estudos datam de 1896 e 1913. Não é necessário aqui discutir o caráter *post-festum* do conhecimento. (...) Rosdolsky, com todo o seu rigor metodológico, indica qual o cenário para a discussão da lei da queda tendencial: as perspectivas de longo prazo do capitalismo. Algo media os ciclos industriais e a derrocada final: a queda da taxa de lucro não se dá de uma maneira linear, mas sim aos saltos, expressando um movimento conflituoso entre suas tendências e contratendências (que por sua vez expressarão uma interação entre a luta de classes e a dinâmica do capitalismo), movimento que se expressará nas ondas longas do desenvolvimento capitalista. As ondas longas fazem a mediação entre os ciclos e a derrocada final do capitalismo (as ondas longas podem ser a forma concreta da "espiral" de que fala Rosdolsky)

Albuquerque (1990, p. 83-84) disserta, ainda, sobre as relações entre a inovação e difusão de grandes tecnologias (modificação sistêmica de base técnica) e as ondas longas expansivas/depressivas. Encadeadamente, trata da influência do padrão da onda longa (expansiva/depressiva) e a anatomia dos ciclos. Disserta, “a partir da compreensão da relação entre mudanças na base técnica e onda longa é possível lançar mais luz em um ponto da relação entre os ciclos industriais e as ondas longas: a anatomia diferenciada dos ciclos”. Explica: “Quando os ciclos coincidem com uma fase expansiva da onda longa eles terão uma fase de crescimento maior porque estará ocorrendo uma renovação de capital fixo mais intensa na economia, (Aqui além da reposição do desgaste físico, estará se dando a tal renovação ‘moral’)”. Logo, “Quando está se processando uma mudança da base técnica da economia, quando mais recursos econômicos estão sendo utilizados para modernizar o parque produtivo adaptando-o à nova base técnica, a intensidade dos gastos em novas máquinas será mais consistente, ‘esticando’ a fase do ciclo gerada pelas repercussões na economia com um todo dos gastos com esses produtos da última revolução tecnológica, minorando os impactos da fase depressiva de cada ciclo. A tonalidade da onda longa terá, assim, deixado a sua marca na anatomia do ciclo”. Depois de “operada essa difusão, tendo já se processado as repercussões da instalação da nova base técnica na economia (que coincide com a transição da onda longa expansiva para depressiva), o ritmo da renovação do capital fixo cairá, (com uma grande queda da renovação moral), passando a prevalecer uma dinâmica de racionalização e cortes nos custos de produção etc, o que repercutirá na diminuição da consistência dos períodos de crescimento dos ciclos industriais e, portanto, no ‘esticamento’ das fases depressivas desses ciclos”.

Seguindo, ainda, a dicção de Albuquerque (1990, p. 97-98), “durante a fase expansiva da onda longa, ter-se-á a mudança do maquinário: nessa fase – dada a elevação da taxa de lucro – não é tão urgente para a burguesia mudar o processo de trabalho para além do requerido pela a nova base técnica”. Segue que “Já durante a fase depressiva, com a passagem da predominância dos fatores que levam à queda da taxa de lucro (inclusive com o esgotamento dos "superlucros tecnológicos"), há um grande incentivo para mudanças profundas no processo de trabalho, conseguindo com a sua intensificação uma contribuição para a elevação da mais-valia”. Nessa direção, “há a necessidade dos capitalistas quebrarem a capacidade de resistência dos trabalhadores com as mudanças no processo de trabalho, na medida em que essa capacidade deverá ter se desenvolvido muito

durante a fase expansiva da onda (quando o movimento operário terá aprendido a lutar nas novas condições de produção)". Logo, "A generalização das modificações na organização do trabalho se dará durante a fase depressiva da onda, embora durante a fase expansiva sejam realizados os experimentos básicos que darão origem a essa "revolução" na organização do trabalho. Evidentemente essa revolução na organização do processo do trabalho pode abrir espaço para inovações técnicas importantes, sendo uma espécie de base para uma próxima revolução no sistema de máquinas".

As ondas longas expansivas e depressivas onde se encontram, em intervalos menores, os ciclos de prosperidade/crise (aumento da taxa de lucro/ diminuição da taxa de lucro), todavia, não devem ser explicados apenas pela mudança/difusão radical da base técnica da economia, mas por todo conjunto de ação das contratendências, sua sincronia, sua efetividade e sua ação em locais distintos. Nesse sentido, as revoluções industriais/tecnológicas servem como contratendência efetiva nas ondas expansivas (taxa de lucro médio aumenta), mas não atuam só, outrossim, outros elementos contratendências (extraeconômicos, inclusive) atuam (sincrônica, efetiva e particularmente) nessa contextura, o que remonta à captação de cada momento. Nesse sentido, se os ciclos prosperidade/crise podem ser explicados mais diretamente em sua dinâmica pela lógica específica do capital, as ondas longas devem referir-se à certa imprevisibilidade devido às possíveis sofisticações históricas das contratendências (por exemplo, a imprevisibilidade das guerras) e, fundamentalmente, à ambientação, ou seja, às objetivações capitalistas particulares, seus arranjos políticos e suas inserções no capitalismo contemporâneo. Por isso, como aduz Albuquerque (1990), "cada onda é única".



Fonte: <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/5262-mais-sobre-a-taxa-de-lucro-mundial>

As ondas longas demonstram, portanto, em um prazo estendido de tempo, uma média crescente (expansiva) ou uma média decrescente (depressiva) da taxa de lucro. Tanto nos momentos expansivos quanto nos depressivos (das ondas longas), atuam (com maior ou menor sincronia, efetividade e particularidade) as contratendências à lei tendencial da queda da taxa de lucro. É possível ver no gráfico acima a variação das ondas longas (expansiva e depressiva) contendo ciclos de prosperidade/crise (aumento e diminuição da taxa de lucro), processo que só pode ser distinguido apreendendo grandes espaços temporais, nos quais se pode ver a influência das ondas longas na anatomia dos ciclos. Pode-se ver, também, que, tendo em conta “as maiores economias” mundiais, encontramos, na atualidade, uma onda longa depressiva. Em outros termos, significa que a taxa de lucro médio declina neste período, ou seja, a lei tendencial da queda da taxa de lucro predomina sobre as contratendências.

É preciso destacar, fundamentalmente, que na particularidade dos países periféricos, há a atuação das contratendências de um modo especial. Não precisaremos mais desdobrar elucubrações a respeito da “acumulação primitiva” (expropriação originária) que fez dos países “dependentes” uma empresa comercial/colonial, arregimentando dilapidação de um lado e espoliação transformada em acumulação de capital do outro. Reforçando o que já foi explicado, nos capítulos anteriores, em graus maiores e menores de abstração: “A incipiência e a insuficiência de capitais é, então, uma decorrência da situação da

espoliação nacional, de dependência econômica. O controle direto ou indireto da economia nacional pelas potências imperialistas impõe restrições à superação desta incipiência”. Segue que “O caráter retardatário destes países e sua relação com insuficiência da acumulação de capitais não pode ser vista de uma maneira estática. Afinal, o desenvolvimento nos países capitalistas mais avançados não cessa: muitas vezes um determinado país atinge um certo porte de acumulação de capitais em um momento que esse montante já não é mais tão significativo, se comparado com o padrão vigente nos países avançados”. Ou seja, “Quando se atinge, por exemplo, o nível de acumulação típico da fase das pequenas empresas nos países atrasados, já terão os países avançados centralizado e concentrado seus capitais em grandes empresas”. Logo, evadindo das explicações unilaterais e absolutas do pleito “patrimonialista” como um inexplicado “vício” ou da “incorreção/correção” da política econômica, “essas características estruturais apontam para alguns elementos centrais para a compreensão do processo de acumulação nos países dependentes: em primeiro lugar é um processo subordinado a uma dinâmica exógena, que impõe uma determinada divisão internacional do trabalho e define a inserção das economias nacionais”; ainda, “é um processo de acumulação estruturalmente limitado, dada a dificuldade de superação das debilidades da capacidade nacional de financiamento, no longo prazo, do desenvolvimento econômico e industrial” (ALBUQUERQUE, 1990, p. 103).

Postas estas questões, deve-se ainda indicar a dificuldade ampliada dos países subordinados se “apropriarem” das revoluções tecnológicas. Em outros termos, o que se afirma é que a cada revolução tecnológica, fundamental na caracterização de uma onda longa, edificam-se mais óbices à difusão do patamar tecnológico dos países centrais (das empresas multinacionais matrizadas nesses países e atuantes mundialmente) do capitalismo. É óbvio indicar, no contexto em que “o acesso dos países dependentes ao patamar tecnológico internacional, dada a crescente ‘apropriabilidade’ das tecnologias principais, vai se tomando, cada vez, mais difícil à medida que as ondas longas se sucedem”, que todas as proposituras desenvolvimentistas tem de lidar com a amplitude expressamente agravada dos “hiatos tecnológicos” acompanhada pela renovação das barreiras técnicas, jurídicas, militares, científicas à “assimilação” e exigência de “transferência de tecnologia”.

Há uma dinâmica que, segundo Albuquerque (1990), repassa aos países subordinados em industrialização, nas ondas longas expansivas (medidas pelos processos econômicos do

“primeiro mundo”), uma expansão de tecnologias importantes nas ondas longas expansivas anteriores e que nas ondas longas depressivas tende a retrair tais investimentos. Nas ondas longas depressivas, onde há a paralisia da fronteira tecnológica, abre-se uma “brecha” para as tentativas de aproximação, que na próxima onda longa expansiva tende a ser derogada ou atenuada. Esse processo de “aproximação”, contudo, varia entre os diversos casos de entificação capitalista “dependente”, tendo como terrenos que não podem ser desconsiderados (nem absolutizados), as políticas econômicas e as pressões das classes dominantes locais. Todavia, relembra-se, que as tentativas de “aproximação” dos países subordinados a países centrais nas ondas depressivas tornaram-se, cada vez, mais obliteradas pelas últimas revoluções tecnológicas. Logo:

É uma dinâmica que simultaneamente "estimula" e "bloqueia" o desenvolvimento econômico. Para ilustrar o primeiro caso, dando um exemplo de uma ação direta, podemos colocar a produção de ferro: em 1950 o terceiro mundo não representava mais que 6,5% da produção mundial, mas em 1982 atingiu 26,7% desta mesma produção. Já no segundo caso, podemos citar o desenvolvimento tecnológico nos países centrais, com a produção de fibras sintéticas, adoçantes artificiais, produtos derivados da evolução da biotecnologia, o crescimento da reciclagem de materiais usados etc., todas essas questões tendo um impacto tal no comércio mundial que leva à queda da participação dos produtos de base (produtos agrícolas e matérias-primas): em 1960 totalizaram 45% das trocas e em 1985 apenas 17,5%. Essa queda tem uma incidência significativa nas cotações destes produtos, com repercussões sobre as economias que vivem de sua exportação (...) São dois fenômenos que convivem e se relacionam, tornando-se compreensíveis pelo movimento das ondas longas: a dinâmica é imposta pelos países centrais (domínio das tecnologias típicas da quarta onda), que repassam para os países dependentes indústrias típicas das ondas anteriores (ferro, siderurgia é da segunda), e, ao mesmo tempo, inovações (novos materiais) típicas da quarta onda ao se desenvolver incidem sobre a vida de uma nação cujo papel na divisão internacional do trabalho está fixado desde a primeira onda longa (os exportadores de matérias primas). É uma dinâmica global que na relação entre os países centrais e os dependentes combina elementos de uma ação direta com os da indireta; assiste a uma intervenção mais ativa ou mais passiva dos países dependentes no interior de uma dada divisão internacional do trabalho. (...) Os atrasados não dependentes se diferenciam dos dependentes pela consequência de um processo de alcance tecnológico: aqueles conseguem atingir o patamar internacional. Já os países dependentes, uma vez detonado um processo de alcance, não logram concretizá-lo: o processo se limita a uma "aproximação" do patamar, a uma diminuição do “hiato tecnológico” (...) Os limites estruturais da acumulação dependente impedem que os países sejam gestadores de progresso técnico. A persistência dos problemas de

financiamento do desenvolvimento económico de médio e longo prazo mantém esses limites. O avanço continuado das fronteiras tecnológicas, ampliando as exigências para ser atingido, cria uma dinâmica infernal nos países dependentes: sempre estarão chegando a um lugar de onde os países centrais já estarão saindo. (ALBUQUERQUE, 1990, 114-124)

Dessa forma, os países subordinados “pulam” a etapa da invenção/inação/integração tecnológica. Nesses países, o processo abrolha a partir de uma contraditória difusão tecnológica, uma vez que tem que lidar, pelo menos, com 3 obliterações já apontadas: 1) a exiguidade de recursos educacionais e científicos para a operação e assimilação eficiente da tecnologia (que já não é mais fronteira tecnológicas nos países subordinantes) 2) a exiguidade de infraestrutura técnica para auxiliar a operação das máquinas inovadoras recentemente aplicadas 3) o impedimento (pela constrição de recursos) da difusão consistente da tecnologia pela economia, reforçando no país o bolsão do atraso e a ilha do “progresso”. Tem-se, dessa feita, um “deslocamento” da dependência, uma mudança na permanência (ALBUQUERQUE, 1990). Nessas condições, o desenvolvimentismo ciriano tende a inclinar-se, novamente, pelo peso da objetividade social determinada, em tutela permanente geradora do designado “vício patrimonialista”, o que na verdade é a efetivação da reposição dos pressupostos ou determinações centrais da particularidade de entificação do capitalismo pela via colonial e as respectivas obliterações inerentes ao processo de assimilação/aproximação das revoluções tecnológicas geradas nos polos subordinantes. Vejamos que esse processo de “renovação da dependência” acontece conjuntamente com a derrogação da “passividade” da economia nacional (reflexo passivo de movimentos exógenos), isto é, continua a persistir, a perseverar mesmo quando políticas econômicas engendram, prevalecentemente, uma posição ativa de inflexões influenciando na reprodução da totalidade articulada social brasileira. Destaque, não menos importante, é que esse misto de influência (ativa) interna e influência externa pôde desembocar em períodos de elevado crescimento devido ao baixo patamar de partida.

A expressão dessa aproximação em termos de ciclo é a obtenção de altas taxas de crescimento em sua fase expansiva. No caso brasileiro, as taxas de crescimento foram superiores à média em geral obtida nos países capitalistas avançados. Al estão os verdadeiros saltos que a acumulação dependente pode dar. Evidentemente, dada a distância dos países avançados, os saltos-por maiores que sejam – não os alcançam. Esses saltos, viabilizáveis pelo atraso, demonstra possibilidade de políticas

que sustentem taxas de crescimento estáveis por largos períodos: há muito para ser percorrido na evolução econômica e social e não deixa de ser um dado importante para situar a necessidade e a viabilidade de transformações revolucionárias nas sociedades dependentes! O processo de alcance tecnológico não pode ser isolado de algumas características centrais da acumulação nos países dependentes: a base desigual da economia (a persistência de um quadro de acumulação primitiva financiando desenvolvimento capitalista), a super-exploração dos trabalhadores, inúmeras formas de ampliação da extorsão de mais-valia etc. (ALBUQUERQUE, 1990, p. 142)

É nesse sentido que, como veremos na próxima seção, as prédicas da superação do “subdesenvolvimento” no Brasil a partir do período 30-80 podem ser consideradas expressões de uma indiscriminada captação da realidade efetiva. Remeter ao complexo e heterogêneo período sobredito com números e médias isoladas significa configurar um – ardiloso - biombo que indistingue a trajetória do crescimento. Sem esmiuçar setores de crescimento, condições de partida, compleição autocrática das classes dominantes, conteúdos das política econômicas, financiamento externo a juros flutuantes em controle dos credores e endividamento interno com juros exorbitantes (impeditivos da marcha de capitalização), arrocho salarial e ampliação do grau de exploração, inflação, a divisão setorial entre capital nacional, estado e capital internacional (este, possuindo maior peso na produção e nos setores dinâmicos), regime fiscal regressivo, interdição ao direito social, repressão recrudescida pelo estado etc, se estabelece a contrafação pseudocientífica e falsamente animadora, através da refulgência de números frios e sem textura, que se apresenta como plataforma aparentemente loquaz para a prédica do “é possível de novo retomar aquele crescimento”. Logo, uma acurada apreensão do processo deve se esmerar em debulhar o “deslocamento da dependência”, a “mudança na permanência”, a modificação significativa da malha produtiva, assim como proceder na aguçada captação das determinações permanentes e reconfiguradas.

Veremos no próximo capítulo essa posição relativamente indiscriminada representada por Antônio Barros de Castro que equaciona equivocadamente o “crescimento 30-80”. Tomando Barros de Castro por interlocutor, Albuquerque (1990, p.159) expressa sobre a tese de uma “nova economia” brasileira: “Sim e não. Sim porque a economia brasileira nunca foi tão complexa, com uma industrialização tão ampla, penetrando em setores que muitos adeptos da teoria da dependência não acreditavam ser possível o seu desenvolvimento (como o setor de bens de capital)”. Mas, também, “Não porque as

‘deficiências estruturais’ não foram literalmente superadas: como vimos, desenvolveu-se a produção dos bens de capital, mas não a dos equipamentos mais sofisticados e de conteúdo tecnológico maior: o próprio Barros de Castro afirma que as empresas de engenharia têm uma capacidade de recriar e recondicionar, mas não de criar ou gestar processos técnicos e produtos”.

Vamos, na próxima seção, debulhar as modificações políticas e econômicas ocorridas na realidade efetiva brasileira (no estertor do século XX e aurora do XXI), esmiuçando a arregimentação e sedimentação de forças contrariantes ao projeto de C. Gomes que refletem e aguçam as debilidades e interdições da sociabilidade capitalista entificada pela via colonial e não apenas equívocos de política econômica ou a hipóstase cultural “desterrada” do “vício patrimonialista”. Trata-se, outrossim, da ratificação atualizada da miséria brasileira, à revelia da qual Ciro se arma, arranjando o concerto da socialdemocracia e do nacional-desenvolvimentismo atualizados, em suma, a renovação burocrática e a refundação econômica, projeto angulado pelo pleito conservador-manipulatório do “levante” das “classes médias”.

6.3 Brasil e a plaga neoliberal nos 80/90: a consolidação da subordinação

Em qual cenário nascem as propugnações da renovação burocrática com as quais C. Gomes faz contas? Em meio ao processo da transição “lenta, gradual e segura” (Geisel) e, posteriormente, da “abertura política” (Figueiredo). Um processo que, se bem analisado, remete à institucionalização da autocracia, uma transação transada, uma autorreforma da ditadura, algo ligado ao caráter formativo brasileiro, isto é, à conciliação pelo alto ou à oscilação de acordos por cima, como já debulhamos. O processo deflagrado no governo Geisel (e continuado em Figueiredo e Sarney), por conseguinte, não deve ser observado como rompante democratista, mas como peça de manutenção metamorfoseada de uma estrutura de dominação, em um processo de afrouxamento como se estabelecia no ideário organicista de Golbery. Tratava-se, ainda, de derrogar as contradições de hierarquia das Forças Armadas, perpassada pelas dissonâncias entre esfera política e esfera militar (CODATO, 2005). Nessa rota, é que o estudado “nacionalismo de circunstância” reforçou a aliança entre estado e grandes frações do capital momentaneamente, alvejando a manutenção das condições mais favoráveis aos setores da classe dominante, isto é, garantias de compras estatais para suas

inversões/investimentos (que já não o eram, como vimos, completamente autofinanciadas), leis direcionadas ao capital financeiro, isenções ao capital estrangeiro e nacional e uma malha de subsídios. O processo que se descerra, portanto, com a “renovação burocrática” (seja no Ceará, seja no âmbito federal) é a senda manipulatória repetida, diapasão ideológico de alto poder sonoro, cativante e aparentemente pungente, propalado tanto no início quanto ao fim da ditadura, tendo por busílis tácito, subjacente, a recomposição da acumulação burguesa, como outrora esmiuçamos. Embora, em C. Gomes essa proposta de “renovação burocrática” apareça alinhavada especificamente com mote técnico-jurídico, com a concatenação de ortodoxia e heterodoxia econômicas, e ainda, com presença de direitos sociais nunca efetivados, o autor embarca no novelo ou atmosfera ideológica que embala o momento “mudancista”, repisando as esperanças, sempre retiradas do armário em função da manipulação conservadora de momento, de completação da democracia (e da economia).

E, nos parafraseando, em qual cenário nascem as propugnações da refundação econômica ciriana? Em um processo de elevada drenagem movida pela exaustiva e acelerada dívida externa e da irresolução do programa desenvolvimentista, no fim dos anos 70 e início dos 80. Demarca-se que até o momento anterior a 74/Geisel, a dívida externa privada aparecia como superior à dívida externa estatal (CRUZ, 1995), invertendo o processo com a ocasião do II PND/ “nacionalismo de circunstância”. Como já destacamos neste decurso explicativo, o máximo *nacionalismo* emanado pela burguesia brasileira foi aquele defensivo e autocrático, sendo já deslindado o destino do II PND e a referente refringência final empresarial. A quadra do II PND serviu, dessa feita, para emular o capital oligopólico internacional e nacional, dando último fôlego ao projeto do tripé empresa estatal/ capital estrangeiro/ capital nacional (teoricamente, focando neste último): o processo se deu a partir da compra direcionada pelas estatais, de maneira superfaturada, dos monopólios e oligopólios aqui atuantes (onde se revelou a escaramuça dos empresários nacionais com o estado para manter, ao menos, suas preferências nos setores básicos da indústria de transformação), a venda subfaturada de bens de produção e serviços estatais aos grandes capitais privados, o estabelecimento de subsídios mediante fundos públicos de monta para a capitalização e financiamento do empresariado nacional (BNDE), isenções para exportações e para o setor de máquinas e equipamentos nacionais, protecionismos etc.

É certo que Ciro identifica a draga sobredita designando por *elite patrimonialista* e a apontando o seu aninhamento na ineficiência. Nesse sentido, um estado definhando sotoposto pelo capital açambarcador só poderia refletir, necessariamente, em inflação. A necessidade de promover outra relação estado-capital que provocasse um avanço de produtividade, incluindo os “choques de capitalismo”, “privatização do setor privado”, abertura de mercado para abalar as plutocracias, apareceram no ideário desenvolvimentista de Gomes como instrumento de modificação dessa relação dita “patrimonialista” e, logo, contra a inércia comodista e corrupta privada. Todavia, menos tocado por Gomes, é que a dependência sistêmica da importação dos bens de produção inclinaria o país à vulnerabilidade fixa da importação e da inflação internacional e à situação deletéria nos termos de troca. Além disso, a inflação inercial ou a indexação oportunista aparece como outra determinação do aproveitamento das elites no “fenômeno político” da inflação, algo tocado de modo inflamado por Gomes. Veja-se, enfim, que o autor e político coloca-se em uma situação contraditória, uma vez que o “exuberante” processo desenvolvimentista “30-80” legou ao país, para seguir a dicção ciriana, uma grande burguesia industrial aconchegada ao esbulho estatal, prevalentemente subordinada ao capital internacional (financeira e tecnologicamente), aclimatada à inflação oportunista e um estado incapaz de soerguer a monta de investimentos. Vejamos mais de perto a situação brasileira nas décadas de 80/90.

Não bastasse o concerto de prebendas e esbulhos providos pelo anelamento estado-capital, a partir do governo Figueiredo o estado 1) absorveu a dívida externa privada, tornando-se titular dos antigos passivos privados, socializando o ônus das empresas privadas com os trabalhadores brasileiros já acoçados pela superexploração do trabalho, 2) sofreu com a explosão dos juros da dívida externa, contratada com juros flutuantes em controle dos credores (de 8% a 20%, entre 1978 e 1981), além da suspensão da concessão de créditos externos de longo prazo, a partir de 1982, 3) perdeu e destruiu integralmente reservas em dólar com o pagamento da dívida externa, engendrando uma depreciação cambial paralela e retroalimentadora do momento deletério, 4) não solucionou o problema inflacionário, não tendo conquistado com êxito um capital nacional industrial completo e autônomo (a despeito do II PND), tarefa econômica da burguesia, crispando os salários e mantendo-se aquém financeira e tecnologicamente dos países centrais, circunstância agravada com crise pungente do petróleo em 1979 e o forte desaquecimento econômico no decurso da década de 80, além do definhamento das estatais sustentadas

por divisas externas 5) teve de promover mais isenções fiscais (depois de tantas) aos monopólios internacionais exportadores para conseguir divisas para pagamento da dívida externa, 6) teve de intensificar a dívida interna como via de solução do orçamento público, absorvendo esses recursos justamente dos monopólios (e bancos) que recebiam as isenções fiscais sobreditas e que já tinham passado seus passivos/dívidas externas para o estado, e que, então, ganhavam mais um ativo financeiro emprestando, pela dívida interna, ao estado, com elevados juros.

Destaca-se, ainda, que no governo Sarney a dinâmica, o ordálio galvanizado pela ditadura, não mudou significativamente: o legado da dívida externa prosseguiu (estatal e a estatização da dívida externa privada), a ampliação brutal dos juros (caindo ao final da década de 80, em 89, atingindo 11,4%), o câmbio depreciado com a jugulação das reservas, a inflação ainda mais galopante com a irresolução da malha produtiva nacional e o desaquecimento, na maior parte dos anos, da economia internacional (e a moeda nacional depreciada); ainda, a dilapidação das estatais, com um programa subalterno de desinvestimento (mantendo preços subsidiados/subcorrigidos para os monopólios/oligopólios privados), isenções para exportação e a pavimentação galopante da dívida interna. Somente a partir de 1988/1989, com o quadro da depreciação cambial, é que as exportações conseguiram expandir e garantir os dólares para o pagamento dos juros da dívida externa (o estado continua absorvendo a dívida externa privada no decurso da década de 80), assomadas às quedas dos juros internacionais (em 1989, 11,4%); mesmo nessa quadra, manteve-se a ampla transferência dos recursos para o exterior, o câmbio “maxidesvalorizado”, a malha produtiva inacabada mantendo a inflação (câmbio maxidesvalorizado, bom para exportação, mas com a necessidade de continuar importando, mesmo controladamente, devido à malha produtiva não integralizada). Ainda, o quadro de sucateamento e subsunção das estatais (anteriormente, mantidas com recursos externos, já inexistentes), a manutenção dos juros da dívida interna elevados, a manutenção de isenções (principalmente, para os exportadores) e o típico arrocho salarial mesmo com elevação do salário nominal (PINTO, 2019).

Destaca-se, ainda, que em 89, apesar do pífio crescimento do país, a taxa de lucro das empresas não-financeiras e dos bancos foi de, respectivamente, 14% e 17,2%, devido, sobretudo, ao arrocho salarial e ao repassamento da inflação ao produto final em proporções superiores, além das sobreditas isenções, subfaturamento/subcorreção dos preços das estatais, absorção das dívidas externas privadas e queda dos juros externos. O

cenário não é menos que teratológico e desvela, com refulgente clareza e opróbrio ruborizante, o anelamento funcional estado-capital, mesmo no momento de declínio deflagrado dos recursos de investimento estatal, circunstância contra a qual se volta o voluntarismo ciriano, crente na ressubstanciação quintessencial do estado, por meio da intelectualidade burocrática e do arejamento moral e dinâmico da pequena-burguesia não viciada e assessorada.

No início do governo Sarney, em 1985, abrolharam os primeiros paliativos à inflação com o primeiro ministro da fazenda: “O Ministro Dornelles da Fazenda, monetarista ortodoxo, seguiu à risca a orientação e adotou um pacote de medidas que tinha como eixo a redução dos gastos. Para tanto, utilizou-se da elevação da taxa real de juros (que aumentou de 5,8% em 1984 para 15,1% em 1985) para, por um lado, inibir a demanda agregada e, por outro lado, para estimular a ampliação do financiamento do déficit público de forma não inflacionária por meio de lançamento de títulos públicos no mercado”, os quais “foram comprados pelos bancos privados em virtude da enorme rentabilidade proporcionada pela elevação das taxas de juros reais (ganhos de tesouraria). Aquele pacote ainda propunha a renegociação da dívida externa com credores, de forma que as expectativas dos agentes fossem influenciadas positivamente”. Destarte, “O pacote de Dornelles incluiu ainda medidas de curto prazo para combater a inflação, a saber: i) semicongelamento de preços das tarifas de serviços públicos e dos produtos vendidos pelas empresas estatais; ii) adoção de uma fórmula de cálculo das correções monetária e cambial (média geométrica da inflação dos últimos três meses); e iii) tabelamento de preços no varejo de 41 produtos na cesta básica”. Nessa linha, as “medidas conseguiram arrefecer a inflação entre os meses de março e abril de 1985 (que passou de 12,7% para 7,2%), mantendo esse patamar mensal nos meses de maio e junho. Essa queda foi fruto do represamento de preços, pois na medida em que se iniciou o descongelamento a inflação retornou ainda maior em agosto (14%)” e “O efeito colateral dessas medidas de curto prazo foi a deterioração das contas do governo geral (maior pagamento de juros internos) e das empresas estatais” (PINTO, 2019, p. 32). Um quadro bastante parecido como que foi visto durante o governo Figueiredo. Veja-se, ainda, que as medidas ortodoxas tomadas já renunciavam, em parte, o Plano Real e sua precariedade, isto é, o represamento da inflação sem resoluções produtivas basilares, os juros altíssimos reverenciando o capital financeiro, a submissão (ao capital internacional) e esgarçamento das estatais.

O ministro ortodoxo Dornelles, no próprio ano de 1985, foi substituído por Dílson Funaro (empresário industrial com ligado à FIESP e ao PMDB), que articulado ao ministro do Planejamento, João Sayad, inverteu as preocupações trazendo à tona a determinação do crescimento econômico contra a cartilha ortodoxa. A tentativa central foi a redução dos juros de curto prazo que jugulavam a atividade empresarial, o que visava tanto o crescimento econômico, como também preocupava, já que o leve aquecimento do mercado poderia gerar novamente – e, de fato, ocorreu – a ampliação da inflação. O Plano Cruzado, de Funaro, visou estabelecer uma nova moeda forte para acabar com a “inércia” de aumento antecipado dos preços: estabeleceu o controle no ajuste de preços (famigerado congelamento artificial), distribuição da renda com aumento engatilhado do salário em caso de inflação atingindo 20%, diminuição de juros. Os primeiros momentos do plano aqueceram a economia. Entretanto, manteve-se em um ambiente em que as questões estruturais produtivas, fundamentais para o debate, continuaram não resolucionadas e por isso “Com a aceleração do consumo, num contexto de congelamento de preços que gerou ‘desalinhamento’ de alguns preços (como, por exemplo, a carne bovina, o leite, componentes eletrônicos, etc.) em relação aos seus custos de produção, começou a ocorrer o desabastecimento de alguns produtos ou a venda de produtos com ágio” (PINTO, 2019, P. 35). Se a depreciação cambial (com as perdas gigantes com a dívida externa), ajudou na exportação (para obter divisas para a própria dívida externa), não resolveu, no entanto, a necessidade importações dada a malha industrial não integralizada (mesmo com o II PND), a dependência de certos bens de produção, o que favorecia o processo inflacionário com o câmbio depreciado e a imprescindibilidade de tais importações (vulnerabilidade a qualquer aquecimento), talhando o cenário do ágio e o desabastecimento. Percebe-se, com clareza, que o gargalo ou estrangulamento econômico retornam no decurso do aquecimento econômico (Plano Cruzado) induzindo ao ágio (por conta do desabastecimento) e à inflação, já não bastasse a dívida externa, o juro internacional elevado, a perda de reservas, a depreciação cambial e a imprescindibilidade em importar. A problemática estrutural permanece irresolucionada, com o subjacente e taciturno legado II PND logrado parcialmente, e vincado a uma ampliação da dívida externa que sucumbiu as reservas e investimentos estatais. Não olvidemos que as metas do II PND eram “flexíveis” e que o designado “Fundão” trazia em seu planejamento a desvinculação progressiva de recursos. Enfim, apesar da racionalidade econômica do plano, não se deve esquecer seu âmagô político-autocrático.

A moratória dos juros da dívida externa veio logo em 1987. Funaro também é substituído por Bresser Pereira em 1987. Bresser, economista renomado, também promoveu as polêmicas tentativas de congelamento de preços e de dificuldade da demanda, porém, não resolvendo de vez o problema inflacionário, implodindo sua atuação. Tanto o Plano Bresser, quanto o Plano Verão, do posterior Ministro, Maílson da Nóbrega, pretenderam promover, novamente, a cartilha ortodoxa, pletora renitente e precária da atividade político-econômica visando a estabilidade inflacionária, por meio da recessão e da austeridade, sem sucesso. Logo, “o Ministro Maílson girou novamente em direção às medidas de combate à inflação dos ‘inercialistas’ por meio do anúncio, em 14 de janeiro de 1989, do Plano Verão que continha medidas de cunho ortodoxos”, isto é, “ (...) (redução das despesas, políticas monetárias e creditícia restritiva, com destaque para a expressiva elevação da taxa de juros reais de 12% em 1988 para 34,5% em 1989) e ‘inercialista’ (congelamento de preços e salários) como observado no Plano Bresser”.

Nesse sentido, todas as tentativas epidérmicas, tanto mais heterodoxas (Plano Cruzado/Funaro), quanto mais ortodoxas (Dornelles; Plano Bresser/Bresser Pereira; Plano Verão/Maílson da Nóbrega), de acabar com a inflação fugiram do mote produtivo e soçobraram na contradição estrutural: o país necessitava de depreciação cambial para aumentar exportações para o pagamento da dívida externa explosiva, ao passo que a depreciação cambial também ampliava o problema da dívida externa e a inflação em uma economia em que a malha produtiva não integralizada ainda dependia da importação de bens de capital/produção, estando vulnerável a qualquer “aquecimento” econômico. A compleição atrofica e caudatária, apanágio do capital industrial brasileiro, não fora derogada, e as consequências advindas do complexo e multifacetado processo 30-80, sempre dilapidadoras da vida dos trabalhadores, permaneceram não debeladas.

Deve-se salientar ainda que, ao contrário do que expectaram as prospectivas ou prognósticos dos arautos do neoliberalismo, o veio ideológico neoliberal (hegemônico no decurso de 80-90), insumo ideativo no bojo da mundialização (e financeirização) reafirmada e intensificada dos grandes monopólios, não garantiria a distribuição tecnológica pelo mundo (como afirmamos na seção passada, salientando sobre a ampliação do “hiato tecnológico), quanto mais em países como o Brasil, tipicamente favorecedor das condições de atuação do capital estrangeiro no interior do país (superexploração do trabalho, ausência exigências de reinvestimento e transferência de

tecnologia, ausência de taxações sobreremessas de lucros e dividendos) e, naturalmente, as autoproteções dos capitais e países portadores da “fronteira tecnológica”.

Com o aumento da luta entre capitalistas (lucros) e trabalhadores (salários), associado a enorme transferências de excedentes econômicos para o exterior, reapareceram, com bastante virulência, as disputas entre frações dominantes pela maior apropriação da renda (com a queda da lucratividade em 1987 e 1988), fator que foi acentuado pela ampliação da heterogeneidade do condomínio do poder, haja vista a manutenção das frações existentes (industriais nacionais, capital industrial estrangeiro, oligarquias fundiárias, o capital comercial nacional) e a emergência e conformação de novos segmentos sociais atrelados ao fortalecimento dos segmentos financeiros nacionais (enormes ganhos de tesouraria dos bancos privados proveniente da elevadas taxas de juros reais de curto prazo) e estrangeiros (bancos internacionais sobretudo os norte-americanos credores da dívida externa brasileira que receberam de juros e amortizações cerca de US\$ 133 bilhões no acumulado entre 1985 e 1989) e ao agronegócio. *Apesar desse aumento da luta pela apropriação da renda, as grandes empresas e bancos privados conseguiram aumentar suas taxas de lucros, obtendo expressivos resultados em 1989.* Além da ampliação de transferência de excedente para o exterior, a luta em capital e trabalho, durante o governo Sarney, foi impulsionado pelo aumento de poder dos trabalhadores em virtude da redução das taxas de desemprego e do aumento do poder de atuação das organizações sindicais (criação da Central Única dos Trabalhadores-CUT em 1983 em São Bernardo do campo), que vinha avançando desde o final da década de 1970 com as greves operárias no ABC paulista que lutavam contra o arrocho salarial – estratégia utilizada em boa parte do regime militar. Não por acaso, o número de greves cresceu ano após ano, durante o governo Sarney, atingindo o seu pico em 1989 – ano do maior número de greve da história brasileira segundo o Dieese. (PINTO, 2019, p. 39, grifos nossos)

Sobre as taxas inflacionárias, consta: 1978 - 40,8%; 1979 – 77,2%; 1980 – 110,2%; 1981 – 95,2%; 1982 – 99,7%; 1983 – 211%; 1984 – 223,8%; 1985 – 235,1%; 1986 – 65%; 1987 – 416%; 1988 – 1038%; 1989 – 1783%. Alguns dos economistas heterodoxos que “discutiam o processo inflacionário brasileiro pela via do conflito distributivo vão focar na questão da luta pela apropriação da renda gerada no Brasil (entre capitais estrangeiros e nacionais, entre capitalistas e entre capitalistas e trabalhadores), especialmente a luta entre salário e lucro”, contudo, “sem negar a importância da transferência de excedentes para o exterior e seus efeitos sobre os custos de produção e a formação dos preços das empresas e sobre a desestruturação da moeda nacional que provocaram o encurtamento

temporal das decisões empresariais (preços e acumulação de riqueza)”(PINTO, 2019, p. 31).

Outras reflexões como de Pedro Dutra Fonseca (1987, p.1-3) questionam os Planos ortodoxos que atuam com medidas esdrúxulas e focadas contra a inflação de demanda (mesmo que alegando uma “inflação inercial”) e consentaneamente questiona a noção de espiral inflacionária (preços-salários), visto que a inflação cresce mesmo em fase de decréscimo da massa salarial, “Nesse sentido, vale lembrar os próprios pronunciamentos do Ministro Bresser Pereira, os quais vêm vinculando a explicação das taxas presentes a expectativas futuras [inflação inercial], sem contar que o conflito distributivo entre capital e trabalho pouco pode ser responsabilizado pela retomada altista dos preços, para quem não é dado negar os fatos”, quer dizer, “exatamente de novembro a maio, quando os salários perderam cerca de um terço de seu valor real, a inflação acelerou-se. O que tivemos, e isto parou indiscutível, foi o retorno à inflação sincrônico à perda de salários reais, a qual, portanto, choca-se em boa medida com a proposta de que a inflação deveu-se principalmente ao superaquecimento da demanda (e esta entendida como basicamente de consumo)”. Segue o autor com sua reflexão inercialista: “Nesse sentido, há o conflito distributivo, sim, como querem os inercialistas; mas sua dinâmica diz mais respeito a problemas do capital com ele mesmo que do capital em relação ao trabalho”, quer dizer, “A queda dos salários reais - outra face da explosão inflacionária, a qual não há gatilho que impeça – não deixa de ser uma forma recorrente de amenizar ou minimizar o conflito entre os vários blocos de capital, ou seja, ‘transfere-se’ à relação lucro/salários a solução do problema ‘lucro-lucro’”. O autor entende, ainda, que “Tal transferência é sobretudo política, mas não deixa de ser a saída clássica encontrada historicamente para as crises capitalistas. Nesse sentido, vale lembrar que o fim das hiperinflações não se deu sem perdas violentas de riqueza e renda e, dentro desta última, sem queda de salários reais”. Ou seja, as taxas de lucro exuberantes do ano de 1989, diante do crescimento negativo da economia, se devem às tradicionais contratendências da economia brasileira, o esbulho desenfreado do estado (estatização da dívida; subfaturamento de preços das estatais; isenções; juros internos elevados), e não à implementação tecnológica na produção. Conforme Dutra Fonseca, vem à tona, “o velho ensinamento de que a aparência não desnuda toda a essência: a lógica aparente do processo leva o analista preso aos fatos a diagnosticar que os salários são altos, quando na verdade as taxas de lucro são baixas; leva-o a crer que os salários ameaçam os lucros, quando os lucros ameaçam a si mesmos;

leva-o a crer que a inflação é de demanda (de consumo), embora os dados apontem, indubitavelmente, para a queda violenta do poder de compra dos salários - o que hoje se discute é a magnitude da queda, e não sua ocorrência”.

Dessa feita, não se capta ou engendra um diagnóstico satisfatório do Brasil sem a delimitação da peculiaridade da articulação da sociabilidade capitalista em um nível maior de abstração, e, sem esta etapa, também se inviabiliza a continuidade da concreção, da particularização, da intensificação ontológica, da escavação da objetividade que apreenda a essência (concreticidade, concreto) da realidade efetiva particular brasileira, onde se tem, como não poderia ser distinto, uma síntese de múltiplas determinações ou uma unidade de diversas determinações. Os diagnósticos/prescrições políticos, impedidos de ir ao centro resolutivo da questão, atestam sua inépcia, alvejam sua debilidade, e no caso brasileiro, consignam e efetivam a reprodução do capitalismo por meio da desigualdade de classe levada ao paroxismo do ordálio da classe trabalhadora. De outro lado, os gastos do estado com isenções e subsídios permanecem perdulários em favor do esbulho do capital estrangeiro e do capital nacional, sócio menor na apropriação dos valores. C. Gomes, como vaticinamos ao debulhar suas denúncias altivas contra o arдил dos particularismos patrimonialistas, não forja mera contrafação ideológica, mas angaria explicação voluntarista, politicista e moralista, crendo ser possível, também por esses meios funcionalmente conservadores, a resolução ou enfrentamento dos grupos *patrimonialistas*, segundo sua dicção, que arquitetam este açambarcamento diuturno. Este processo se dá, como temos destrinchado, pela gênese da ideologia ciriana, a intelectualidade burocrática e a pequena-burguesia (o que por si só não traduz a especificidade da intelecção, por isso, a lavra especificadora de nossa Tese), posições que não podem se voltar ou não fertilizam o empenho do pensamento e da atividade prática radical contra a lógica específica, legalidade imanente, nexu ou relação capital, mas armam, de maneira voluntarista e tecnicamente embebida, um novo edifício que pretende melhor esculpir a liga entre burocracia técnica isenta e pequena-burguesia empreendedora. Para sintetizar o acabrunhado ambiente dos anos 80:

O aumento da luta entre os capitalistas (pela apropriação dos lucros) e entre os capitalistas e os trabalhadores (organizados e não organizados) impulsionado pela transferência de excedentes para o exterior foi “resolvido” (i) pelos desajustes do setor público (crise fiscal e financeira) (...) (ii) pela redução do salário real dos segmentos não organizados (expresso na queda realdo salário mínimo); e pela elevação da inflação. Esses elementos minaram a aliança entre as diversas frações dominantes, que se

mantivera pela força do crescimento econômico durante a Era Desenvolvimentista e pela capacidade de coordenação estatal das políticas desenvolvimentistas e da implementação do arrocho salarial num contexto autoritário (do regime militar-empresarial) (PINTO, 2019, p.42).

Pinto (2019, p. 42), destaca ainda que este momento define uma ascendência do capital financeiro: “Ao longo de toda década de 1980, até os primeiros anos da década de 1990, não havia uma supremacia clara de uma fração dos setores dominantes nacionais em direcionar novas trajetórias ou para reformar o modelo antigo. Qual modelo seguir? Quais seriam os novos rumos diante da crise desenvolvimentista, fruto da redução da capacidade estatal de coordenação fruto da crise fiscal e financeira?”. Trata-se do “pacto de elites” empiricamente destacado por C. Gomes, mas que já traz em seu bojo que “aquele período fora marcado por uma forte disputa econômica, política e ideológica entre os segmentos sociais dominantes de caráter industrial (com vestígios de perspectivas nacionalistas rarefeitas) e os de caráter financeiro (articulados a uma visão globalista) formado por segmentos bancários e também industriais que passaram a obter expressivos ganhos aplicando em títulos da dívida pública interna, criando uma expressiva relação entre a taxa de lucro dos bancos privados e os ganhos financeiros das empresas com a taxa de juros da economia determinada pela política monetária”, dado o incremento da dívida interna para aplacar o déficit público. Em suma, “O primeiro grupo, em resposta à crise dos anos 1980, tentava consubstanciar um projeto neo-desenvolvimentista voltado à redefinição e à reforma do padrão de acumulação pautado no Modelo de Substituição de Importações (MSI), ensejando a manutenção do Estado com funções de planejamento e implantação de investimentos estratégicos em desenvolvimento tecnológico, acalentando a ideia mais voltada a ampliação dos mercados internos”, enquanto, “O segundo grupo tinha como proposta de desenvolvimento – explicitado no Consenso de Washington de 1989 – focado na liberalização econômica (comercial, produtiva e financeira) e na redefinição do papel do Estado (privatizações, políticas sociais focalizadas, reforma da previdência, etc.) e de suas políticas econômica”. Não obstante, Pinto não especifica o *nacionalismo* máximo (apesar de qualificá-lo por “rarefeito”) da classe industrial brasileira, isto é, seu apanágio defensivo e autocrático, restrito à sua atrofia/incompletude e caudatarismo/subordinação, e recheado, repleto de recursos para a aglutinação das forças necessárias ao tacão repressivo, quando necessário.

Postas essas explicações, se pode entender com mais clareza a concatenação ciriana entre política ortodoxa para controle inflacionário (com admissão póstuma de sua precariedade e pequena durabilidade não respeitada) e política heterodoxa para atacar a problemática produtiva (após a recuperação, via reformas que poderiam ser feitas sob a égide do sucesso do Plano Real, da poupança estatal). Gomes, contraditoriamente, assevera uma melhora da arrecadação em meio à provocação ortodoxa das maiores dificuldades de desenvolvimento (elevação de juros e câmbio), derrogação de protecionismos e privatização/desnacionalização das empresas estatais, historicamente, sustentáculo, coluna do setor privado. A varredura ciriana antes de lograr êxitos, é sucumbida pela realidade do Plano Real e sua perenidade neoliberal, que não solucionou (ao contrário) tanto a dívida externa, quanto galvanizou a dívida interna (apesar do sucesso temporário como freio inflacionário), além da dilapidação corrupta do patrimônio estatal, denunciada por Gomes.

Por último, para que tenhamos ao claro todas as principais proposituras analíticas, devemos inserir um texto que não pode ser prescindido: Antônio Barros de Castro (1985) cita que não só os incentivos às exportações (isenções fiscais) conseguiram cooperar no serviço da dívida externa até meados dos 80, mas a diminuição de algumas importações (não só pela ação política direta), quais sejam, daqueles produtos que receberam investimentos no, parcialmente logrado, II PND (metais não-ferrosos, siderurgia, papel e celulose, químicos/fertilizantes). Mesmo que Castro admita a variação de êxitos e fracassos, emperramentos e progressos do II PND, o autor se fixa na ideia de que seus logros viriam com mais explicitude nos anos 80, confirmando a ação correta (assume, mas não tematiza, o âmago político-ditatorial do II PND) no diagnóstico e na prescrição econômicos. Logo: “Não obstante preservados, os programas integrantes do II PND sofreram atrasos que postergaram o atingimento de diversas metas. Já em 1978 se admitia que alguns objetivos estavam sendo alcançados (por ex. em siderurgia e celulose), mas, para o conjunto dos insumos básicos a auto-suficiência só seria atingida em 1981/1982”. Segue que “Com mais razão na área da energia, onde as mudanças de estrutura são caracteristicamente lentas (sendo ainda, no caso do petróleo, notoriamente sujeitas a azares), os maiores resultados passavam a ser esperados para a primeira metade dos anos 80. *De fato, enquanto reforma da estrutura produtiva, e mudança da inserção do país no mercado mundial, o programa só seria realizado nos primeiros anos da atual década*” (CASTRO, 1985 p. 40, grifos nossos).

Em 1984 a economia brasileira se revelou capaz de obter um saldo comercial de US\$ 13 bilhões, gerando um volume global de renda aproximadamente igual à média do biênio 1979/80 – quando o saldo comercial foi negativo e da ordem de US\$ 2,8 bilhões. Deste salto para melhor do superávit comercial - a uma renda global aproximadamente constante - US\$ 7,4 bilhões seriam devidos aos ganhos de divisas provenientes dos grandes programas setoriais. O restante se deve a fatores tais como: substituição de importações em outras áreas (aí incluídos bens de capital); aquisição de capacidade competitiva por parte das exportações brasileiras (por desvalorização cambial, bem como por outros mecanismos); contenção da economia 80; e crescimento (explosivo) das importações norte-americanas. É através do exame da contribuição destes fatores que poderia ser realisticamente avaliado em que medida concorreu a política econômica, levada a efeito no período, para a mudança verificada na balança comercial. Quanto aos grandes programas setoriais - e seu impacto - são devidos a decisões muito anteriores [II PND]. (CASTRO, 1985, p. 60)

Ninguém ignora que as "políticas recessivas" contribuíram para a contenção do déficit de transações correntes ao longo dos anos 80. O grave é não perceber que os resultados alcançados nos mais recentes anos dependem primordialmente da substituição de importações [II PND] e, secundariamente, da contribuição dos grandes programas setoriais, para o aumento das exportações. Sem isto o "excessivo realismo" pós-82 teria se revelado de longe impotente - vale dizer, irrealista. (CASTRO, 1985, p. 72)

O mesmo argumento é sustentado por Francisco Pires (1985, p. 160) no mesmo livro supracitado de Antônio Barros de Castro: “Recordaríamos aqui apenas que, entre 1981 e 1983, o processo teve as seguintes características: a alternativa de ampliar as exportações encontrava-se fortemente limitada pela recessão nos países industrializados, de um lado, e pelo colapso dos mercados dos países menos desenvolvidos (especialmente a partir de 1982)” e “de outro, as importações foram contidas, em parte pela redução do nível de atividades, e, em medida crescente, pela substituição de importações”. Todavia, “A partir de 1984, nota-se uma inversão profunda neste quadro (...) O amadurecimento de um conjunto de transformações internas, em conjunção com uma substancial melhoria da conjuntura externa, permitiu que um superávit extraordinário fosse obtido exclusivamente por meio da expansão das exportações e da substituição de importações. Estas modificações dissolveram o dilema pagamento da dívida [externa] X crescimento”, processo que desvelaria um rescaldo importante do II PND. Todavia, pela temporalidade do texto de ambos os autores, não se expõe, por exemplo, o fôlego breve do crescimento do PIB (por si só, dado empírico repleto de manipulações e contrafações sobre o real

estado do país, da desigualdade de renda, da inserção internacional da economia etc): 1984 – 5,3%; 1985 – 7,8%; 1986 – 7,4%; 1987 – 7,5%; 1988 - -0,1%; 1989 – -3,2%.

Nesse sentido, a problemática reaparece quando o crescimento atinge determinado patamar e exige, em diante, pela malha produtiva não integralizada, as importações (o que torna o cenário mais complicado em ocasião de depreciação cambial). Outra problemática se refere ao desinvestimento das estatais responsáveis pelas vendas subsidiadas (subfaturadas, indicara C. Gomes) movedoras do complexo produtivo, e ainda, seu programa de compras (superfaturada, indicara C. Gomes) dos produtos dos monopólios e oligopólios atuantes no país. A coluna estatal abalada, já impugnado o financiamento externo, em cenário de estatização da dívida privada e explosão dos juros externos, ressoa nos próprios preços da economia, admitindo ainda a possibilidade fulcral das antecipações de aumentos de preços no bojo da inflação inercial.

Se até 1983 (81-83), o crescimento é modesto, entre 84-87 (aquecimento internacional e, depois, nacional), há um crescimento puxado pelas exportações e pelo ambiente doméstico levando o rescaldo do II PND e a capacidade ociosa ao limite de utilização (além da permanência de isenções para exportação, subcorreção de bens e serviços das estatais, mesmo com o desinvestimento, e principalmente, maxidepreciação do câmbio), demovido já no biênio 88-89, a despeito do lucro recorde em 89, sustentado pela inflação crescente repassada/antecipada e o arrocho salarial caracterizante da realidade efetiva brasileira. No período de crescimento mais marcado (84-87), demonstrou-se ao claro a impossibilidade de sustentar exportação e ambiente doméstico aquecidos. Mostrou-se, portanto, os limites da “reversão estrutural” consignada com o II PND. Ademais, sobre os setores de exportação tem-se o avanço, principalmente, dos produtos primários, dos bens de consumo básicos/não duráveis e dos bens de produção básicos/intermediários, sem alavancar os bens de consumo avançados/duráveis e os bens de produção avançados/bens de capital e mesmo os bens de produção intermediários mais elaborados. O aquecimento doméstico (86-87), por sua vez, exigiu a dinamização dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, o que no período 84-87 exigiu e fez ampliar as importações compensadas pela baixa dos preços internacionais, o que estagnou os valores de importação mesmo em cenário de aumento considerável do seu volume (CARNEIRO, 2002).

Evidências empíricas nos permitem associar a instabilidade à incompatibilidade entre a geração de superávits comerciais e o

crescimento. Observem-se, a esse propósito, as relações entre o desempenho do investimento e das variáveis definidoras do saldo comercial. No período recessivo, quando o investimento se retrai, ocorre uma redução proporcional das importações e uma aceleração do crescimento das exportações. Na retomada do crescimento interno, quando o investimento volta a crescer, ampliam-se as importações e cai a taxa de crescimento das exportações. (...) Os dados macroeconômicos sugerem, portanto, uma incompatibilidade entre a preservação do superávit comercial e o aumento do investimento, cuja origem advém tanto da ampliação das importações como da insustentabilidade do ritmo ascendente das exportações ante o crescimento sustentado da absorção doméstica. (CARNEIRO, 2002, p. 147)

Sobre o crescimento lastreado em exportações, ainda é preciso dizer: “A questão de maior importância relativa ao desempenho do investimento refere-se à incapacidade da orientação exportadora em constituir o elemento da sua dinamização”. Em outros termos, “os mercados adicionais originados da nova inserção exportadora foram insuficientes para assegurar a elevação e sustentação da taxa de investimento”. Logo, aquele crescimento engendrado no período 84-87 não ilude com a iminência de qualquer sustentabilidade de longo prazo. Veja que “mais relevante ainda é o aspecto qualitativo, ou seja, a noção de que o crescimento do mercado interno continuou a ser o elemento dinâmico por excelência na determinação do investimento. Os mercados externos foram e continuaram a ser complementares”. Observando esta métrica dos investimentos, sabe-se que, diante da compleição da economia brasileira, “Olhada a mesma questão de um ponto de vista microeconômico, ou seja, dos determinantes do investimento, pode-se afirmar que em alguns poucos setores, nos quais o Brasil possuiu vantagens comparativas absolutas, os mercados externos puderam se constituir no incentivo principal ao investimento”, no entanto, “Na grande maioria dos segmentos produtivos, foi a perspectiva de expansão do mercado interno que determinou a decisão de investir com a possibilidade de acessar os mercados externos desempenhando papel secundário”. (CARNEIRO, 2002, p. 150).

Carneiro (2002), por sua vez, como Lessa outrora, alinhava as limitações dos logros do II PND. Carneiro demonstra que justamente no breve período de aquecimento interno (assomado ao aquecimento externo desde 84) da década de 80 (86-87), as importações voltam a crescer, as exportações atingem um teto, apontando gargalos produtivos. No setor de bens de capital e insumos elaborados, o país continua durante toda década de 80 apresentando déficits comerciais, aproximando-se de 1,3 e 1,4 bilhões de dólares nos anos

de 1986 e 1987 (anos do aquecimento interno da economia), respectivamente. Nesse ensejo, “A conclusão geral sobre os dados parece óbvia: o esgotamento da capacidade produtiva doméstica em face do crescimento da absorção interna ocorreu na indústria de bens intermediários e em alguns segmentos de bens de consumo, exatamente os que possuíam elevado coeficiente de exportação” (CARNEIRO, 2002, p. 177). Veja-se, portanto, a manutenção da debilidade nos bens de capital mais avançados e o estabelecimento do teto produtivo no setor de bens de produção intermediários, foco do II PND, quando aquecimento interno e aquecimento externo se aglutinaram. Como foi visto, a elevação da produção e da produtividade dependeriam dos investimentos estatais, já definhados pelo próprio movimento anterior de inversões que legou uma dívida acachapante e constritora.

Os próprios dados relativos ao II PND evidenciam as duras amarras da economia brasileira: apesar do crescimento do valor (em bem menor medida) e do *quantum* das exportações (em maior medida, e a partir do marco de 1977), tem-se de outro lado uma quase estagnação da importação, sendo seu *quantum* igual em 1974 e 1980, porém, com crescimentos radicais dos valores nesta mesma época, refletindo a irresolução em bens de capital e alguns bens de produção básicos/intermediários. O momento mundial, como se sabe, foi inflacionário derivado da crise do petróleo e outros bens, mesmo em uma situação nacional de contenção/estagnação de importações, mantendo apenas o básico necessário delas. Quanto ao financiamento, a dívida externa funcionou para nutrir os investimentos das estatais, visto que a poupança interna foi direcionada às indústrias nacionais pelos programas do BNDE. O período de 1977-1980 é de crescentes déficits, uma vez que a exportação brasileira, como afirmado, mantém valores pouco variados (apesar do aumento quantitativo), mantendo-se em manufaturados básicos (têxtil, calçados) e produtos primários (em queda de valores internacionais), enquanto as importações ampliam radicalmente seus valores (apesar da estagnação quantitativa). Tudo isso, conquanto o país tenha promovido alguns saltos em áreas como siderurgia, metalurgia, papel e celulose, petroquímica, química. Todavia, mantém déficits com a importação do petróleo, dos metais não ferrosos e dos bens de capital.

Já no período seguinte – entre 1977 e 1980 – de crescente ampliação do déficit, a deterioração das relações de troca é contínua e os déficits só não se mostram mais elevados porque é evidente o esforço doméstico para compensar, pelo quantum exportado, o medíocre crescimento dos preços das exportações. É muito diferente o comportamento das importações, no qual o

aumento acentuado de preços se faz acompanhar da manutenção do quantum importado. Em síntese, a melhor evolução do quantum não foi suficiente para compensar a trajetória altamente desfavorável dos preços (...) a política comercial apoiou-se em dois pontos principais: o controle seletivo de importações e a criação de uma ampla gama de incentivos e subsídios creditícios às exportações. Essa política surtiu parcialmente efeito ao reduzir o componente supérfluo da pauta de importações, estabilizando seu quantum, e ao promover, principalmente a partir de 1977, um expressivo crescimento do quantum exportado. A análise detalhada das pautas esclarece melhor o que aqui já foi dito. Quanto às importações, o maior destaque foi o petróleo, cuja participação passa de 10% do valor importado em 1973 para 44% em 1980. As importações de matérias-primas, embora mantendo patamares elevados, sofrem queda relativa certamente por efeito da entrada em operação de projetos que “substituíam importações”. O declínio dos bens de capital está intimamente associado à desaceleração do investimento, enquanto o dos bens de consumo vincula-se à política de controle seletivo (...) *Em síntese, o ajuste estrutural por meio do II PND não foi capaz de constituir um novo padrão de crescimento para a economia brasileira, deslocando seu eixo dinâmico para a indústria de bens de capital. Ao mesmo tempo, não foi capaz de remover a vulnerabilidade externa expressa nos déficits comerciais elevados e ampliados após o segundo choque externo.* (CARNEIRO, 2002, p. 80-82, grifos nossos)

O cenário em questão revela de modo atilado e bem ilustrativo a configuração do capitalismo brasileiro, situação equivocadamente designada por Gomes como *patrimonialista*, isto é, aquela em que as empresas privadas, supostamente, se valem de uma cultura de “privilégios”, como a 1) dívida externa estatal para sustentar os investimentos das estatais que promovem vendas subfaturadas ao grande capital internacional e nacional; nessa quadra, é clara “a dependência das empresas estatais do financiamento externo para a realização dos seus programas de investimento. O esgotamento dessa fonte de recursos e a obrigatoriedade de pagar pelo menos os juros da dívida contraída constituíram as razões principais para a queda permanente dos investimentos nesse setor” (CARNEIRO, 2002, p. 148) na década de 80. 2) a absorção pelo estado ou estatização da dívida externa privada, como por exemplo, assumindo riscos cambiais das dívidas dos bancos nacionais 3) a poupança interna vertida em subsídios, capitalizações e financiamentos, para o setor industrial nacional 4) a dívida interna de juros elevados para cobrir o déficit público, restrição monetária e creditícia anti-inflacionária (apesar das tentativas de prefixar a dívida interna desvalorizando seu montante pela inflação). Nessa malha, “a trajetória da dívida pública já se colocava como

problema em razão da política anticíclica combinada com a política monetária restritiva, criando um expressivo diferencial entre o crescimento da dívida e das receitas públicas”. Logo, “Entre 1970 e 1979, a dívida pública mobiliária interna passa de 8,7% para 11,8% do PIB e de um terço para metade da carga tributária bruta no mesmo período” (CARNEIRO, 2002, p. 104).

Utilizando e ultrapassando as reflexões de Carneiro (2002), resta claro que as medidas tomadas na década de 70 com o escopo de manutenção da taxa de crescimento contraditaram por pouco tempo a onda longa depressiva deflagrada mundialmente desde a década de 70 e que atingiu fortemente os países centrais para depois atingir os países periféricos. Os resultados da inclinação “nacional-desenvolvimentista”, do “nacionalismo de circunstância”, não edificaram a resolução definitiva da malha produtiva, nem desarmaram, assim, o gatilho inflacionário que seria retomado em toda sua força na década de 80. Por isso, “A crise econômica não é superficial nem passageira: é uma crise que expressa o esgotamento de um modelo econômico, de um padrão de financiamento do desenvolvimento capitalista baseado no capital estrangeiro, na intervenção do Estado para subsidiar o lucro privado (direta ou indiretamente) e no papel secundário do capital privado nacional. Essa crise deteriorará o já precário quadro social do país” (ALBUQUERQUE, 1990, p. 217). Como temos demonstrado, junto aos autores citados, são derrogadas, no período da onda longa depressiva, as dinâmicas que pretenderam arregimentar a mudança de padrão produtivo brasileiro com: a impugnação do investimento baseado em capital estrangeiro, o definhamento do estado e a incapacidade estrutural da alavancagem da indústria nacional aos setores de ponta da produção e os investimentos de médio e longo prazo.

Nesse diapasão, mais um dado trazido por Albuquerque (1990) é a perda de espaço das máquinas e equipamentos na composição da formação bruta de capital fixo na economia brasileira, perdendo espaço para a construção civil. Os dados indicam que em 1971, 42,4% do capital fixo era referido a máquinas e equipamentos, chegando a 34,9% em 1979 e 27,3% em 1987. Trata-se, como pode se supor, da contenção de investimentos e da estagnação do nível de produtividade e aplicação tecnológica no país, isto é, uma taxa bastante pequena da “substituição de maquinário” no país, reiterando o “alargamento” do “hiato tecnológico”, a partir da última revolução tecnológica. Alguns poucos setores foram aqueles que dedicaram investimentos em automação microeletrônica, como siderurgia e autopeças, mas sempre dependentes da tecnologia de ponta estrangeira, uma

vez que, no Brasil, não se edificou a indústria de circuitos integrados, produto básico da microeletrônica, diretiva que demandaria recursos de monta.

Quando se analisam as despesas do setor público, fica transparente a estratégia do ajuste fiscal tentado durante o período, vale dizer, o papel crucial desempenhado pela sua redução. O corte de gastos, apesar de generalizado, atinge mais que proporcionalmente os investimentos, cuja diminuição no período é de 50%. Os gastos de custeio também sofrem expressiva redução, de 33,4%, destacando-se no final do período o corte dos recursos destinados a pessoal. As despesas correntes só mantêm valor aproximadamente constante em razão da maior rigidez das transferências. De qualquer maneira, é importante ressaltar o caráter não linear dos cortes, que sacrificaram prioritariamente os gastos com investimento (...) A inviabilidade desse tipo de ajustamento, prioritariamente centrado no corte de despesas, aparece também no profundo corte dos investimentos das empresas estatais durante o período. Dados da Seplan/Sest (1989) mostram que o investimento das empresas estatais, entre 1981 e 1984, se reduz 40% em termos reais. O caráter estratégico desses investimentos, por causa da concentração dessas empresas nas áreas de bens intermediários e insumos básicos, demonstra a incompatibilidade desse tipo de ajustamento com uma trajetória sustentada de crescimento. (CARNEIRO, 2002, p. 186-187)

A onda longa depressiva, portanto, atinge os países centrais do capitalismo desde meados da década de 70, assim como chega aos Estados Unidos no fim da mesma década e se insere no “terceiro mundo” a partir de 80, como vimos o caso brasileiro. Até o estertor dos anos 70, o país pode ainda absorver os fluxos de recursos estrangeiros disponíveis, diversificar sua pauta de exportação a partir dos investimentos industriais sustentados com os recursos externos, diversificar o destino de exportação (América Latina, África, Ásia, Leste Europeu e EUA), manter o considerável crescimento puxado pelas estatais, pelas isenções e subsídios. O quadro foi exaurido e rompido na década 80 como debulhamos e os reflexos da onda longa depressiva se estabeleceram com todas as particularidades do capitalismo subordinado. É a partir das condições objetivadas na década de 80, no plano nacional e internacional concatenados, que se deve apreender como o país, doravante, inclinou-se a medidas contratendências específicas, as quais refletiram (ativa e passivamente) as consequências constritoras do desenvolvimentismo parcial anterior. O que temos visto, em síntese, são os processos de aguçamento e explicitação da incompletude produtiva, do definhamento do estado/investimento (estatização da dívida, explosão de juros e impugnação de empréstimos, perda de receita etc.) e da capacidade de ação das estatais, a irresolução da dívida externa e o acréscimo

generoso da dívida interna; mais à frente, abrolharam os processos de desregulação financeira, de desregulação comercial, de privatização e aquisições/fusões desnacionalizadoras, enfim, um decurso de sedimentação da posição subordinada brasileira no cenário internacional, em que se repontou o caráter caudatário genético da classe dominante nacional.

Se trata de apreender, dessa feita, a reorganização da economia brasileira, ou mais precisamente, uma reorganização que sedimenta, conserva, ao mesmo tempo quer renova, traços genéticos da via colonial e tornam o ideário ciriano mais remoto de potencialidade. Nesse ensejo, pode-se referir a uma aceitação, por parte do empresariado industrial brasileiro, do ideário e da política neoliberal que, em suma, concretizou um horizonte túbio à indústria de transformação brasileira. Essa reorganização não se consignou, entretanto, por puro comportamento insidioso, quanto antes pelo adensamento de impossibilidades objetivas. Como descrevemos, o cenário dos anos 80 engendrou o definhamento das estatais (perda do aporte financeiro externo), a menor carga de investimentos estatais e subsídios ao setor privado, os problemas arrecadatórios-fiscais, o endividamento interno célere, a inflação galopante, a perda de competitividade industrial-tecnológica com as congêneres internacionais. A reversão neoliberal apresentou-se como contratendência à queda da taxa de lucro, por excelência, da periferia capitalista (e propugnada pelos organismos financeiros internacionais), implicando nas desregulações comerciais, nas desregulações financeiras, nas privatizações, nas contrarreformas que resultaram em um espaço mais comprimido para a burguesia nacional e mais ferino para os trabalhadores, uma admoestação ao desenvolvimentismo puxado pela forja estatal e um reposicionamento da hegemonia intraburguesa.

Segundo Bianchi (2004), pesquisador da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), principal associação patronal do país, pode-se observar esta hegemonia neoliberal no seio da própria FIESP se formando durante as décadas de 80 e 90, mesmo trazendo em seu bojo o tema conflitivo da desregulação comercial. A primeira transformação, na aurora dos anos 80, foi a eleição de Vidigal Filho e a ocupação do arranjo institucional da FIESP (arranjo institucional sotoposto à associação civil CIESP) pelos personagens do “Documento dos 8”. Na mesma medida, a despeito do Documento “crítico” de 1978, o governo Figueiredo foi marcado por um inicial estreitamento de relações e comunicações entres Forças Armadas e empresariado (BIANCHI, 2004), evidenciado, dentro do órgão paulista, todo tipo de simpatia à “revolução 1964”. Nesse

estreitamento, porém, o diapasão foi a exigência do papel ativo do empresariado, isto é, a pretensa derrogação de tutelas estatais subalternizantes (como se não fosse essa a tessitura necessária para o soerguimento econômico dos reclamantes; para não falar da participação direta do empresariado nos órgãos do BNDES no âmbito dos subsídios, financiamentos e capitalizações, promovidos durante o II PND).

A percepção da crise exigiria um papel mais ativo por parte do empresariado: "Se o Brasil optou por um regime capitalista, há necessidade de a classe industrial exercer o seu papel, não ficando a reboque da História". Tal exigência, imposta pela realidade assumiria a forma de uma reivindicação perante o governo. E nesse momento a reivindicação de serem ouvidos parece ser a única que o empresariado, de fato, faz. Há no discurso de Vidigal Filho, é verdade, um apelo por um novo "projeto de nação" sob a direção do empresariado industrial: "o capital no Brasil, espalhado pela nossa estrutura produtiva, tem a representatividade necessária, junto à sociedade civil, para interpretar os interesses coletivos do país" (BIACNHI, 2004, p. 151)

Em um primeiro momento, segundo Bianchi (2004, p. 187), até meados da década de 80, a posição da FIESP reagiu às políticas recessivas do governo Figueiredo (e de Delfim Netto), tateando soluções, alternativas, que flertavam com um "neodesenvolvimentismo" que ainda "reservava ao Estado um importante papel", seja no "planejamento" ou no "investimento estratégico". Nesse ensejo, a dicção neoliberal ainda aparecia como um ideário marginal entre os industriais, prenhes do *nacionalismo defensivo e autocrático*, que outrora marcamos na figura de insigne representação, Antônio Ermírio de Moraes, exigindo, todavia, uma maior atividade decisória dos empresários (replicando o que se viu no mendaz e pérfido "documento dos 8").

até o momento aqui tratado o neoliberalismo era extremamente minoritário entre os industriais. Não havia, portanto, nenhuma barreira político-ideológica que impedisse, que o empresariado industrial gradativamente, a partir de sua dissociação com o governo ao longo dos anos de 1982 e 1983, passasse a endossar a alternativa neodesenvolvimentista preconizada pelos "economistas de oposição". No final de 1983, a aliança com os "economistas de oposição" foi soldada pelo documento divulgado pelos líderes empresariais eleitos em 1983 no Fórum Gazeta Mercantil. O Documento dos Doze como ficou conhecido, era assinado por um conjunto respeitável de lideranças empresariais: Abílio dos Santos Diniz, Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau Johannpeter, José Ermírio de Moraes Filho, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Manoel da Costa Santos, Olavo Egydio Setúbal, Paulo

Vellino, Paulo Villares e Severo Fagundes Gomes. Várias dessas lideranças eram signatárias do Documento dos Oito, que tanto furor havia causado cinco anos antes. Embora menos conhecido que seu antecessor, o Documento dos Doze estabelecia claramente as bases programáticas da aliança entre os empresários e os “economistas de oposição”: reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, "preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos insumos básicos, energia, petroquímica, mineração, telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para expansão do parque industrial brasileiro" e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos; e “uma nova atitude na renegociação da dívida externa” (Diniz et alli, 1983). Assim como o Documento dos Oito, no novo texto os empresários afirmavam seu compromisso com a democracia e advogavam a "plena democratização" e a "total reinstitucionalização do País". Não eram feitas menções à sucessão presidencial, tema que já era amplamente debatido. Mas a ausência pode ser creditada à tradicional prudência demonstrada pelo empresariado quando o assunto eram os militares. (BIANCHI, 2004, p. 190-191)

A simpatia dos industriais à ação governamental estendeu-se, ainda, com a empreitada heterodoxa de Funaro, segundo ministro da fazenda (85-86) do governo Sarney. Como já aditamos, o ministro e empresário industrial foi aquele que rompera com a sucessão de aplicações da cartilha ortodoxa, diminuindo juros de curto prazo, engatilhando aumentos salariais, congelando preços, estabelecendo o Cruzado. Todavia, no plano Cruzado II, inclinou-se ao aumento das tarifas públicas (tradicionalmente, subcorrigidas, subfaturadas), o aumento de impostos sobre uma série de mercadorias, como combustíveis, açúcar, leite, assim, como emulou pela via tributária os poupadores, diminuindo a demanda (BIANCHI, 2004). Essas transformações consignaram a passagem da esperança “neodesenvolvimentista” a outro levante de insatisfação antiestatista, indisposição severa ao controle dos preços, à renitente falta de investimentos e ao controle da demanda. É dessa forma que, em manifesto das grandes associações patronais, dos setores comercial, financeiro e industrial de São Paulo, viria a anátema ao “dirigismo” sob o broquel ideativo de ser o momento de substituir “a vontade burocrática pelo sistema de livre competição e da eficácia” (AMATO apud BIANCHI, 2004, p. 199). Consonante com o que se pode observar das modificações e impossibilidades objetivas:

A falência do Plano Cruzado foi, para os "economistas críticos", "uma derrota de alcance estratégico" (Cruz, 1997, p. 82). Representou, também a dissociação dos empresários dessa corrente político-intelectual. Não eram apenas esses intelectuais que fracassavam, era o próprio projeto neodesenvolvimentista que mostrava seu esgotamento. A partir de então, o empresariado se voltará para aquela que parecia ser a única alternativa capitalista disponível para a crise do capitalismo brasileiro: o projeto neoliberal. A alternativa neoliberal não nasce pronta no interior do empresariado brasileiro. Ela é o resultado de um conflito projetivo que se desenvolveu por vários anos, seguindo uma trajetória nem sempre ascendente e resultando em uma formulação do projeto neoliberal que está muito longe da versão quimicamente pura preconizada pelos textos doutrinários de Friedrich Hayek, Milton Friedman e James Buchanan ou mesmo pelos Institutos Liberais (BIANCHI, 2004, p. 200)

O governo Collor reforçou a carga à inclinação neoliberal. Congelamento de preços, compressão salarial, congelamento de poupanças, aumento considerável dos juros para a restrição monetária apareceram como terapia voltada à estabilidade inflacionária (sempre associada à austeridade fiscal – contra a classe trabalhadora). As desregulações comerciais e financeiras, visando uma abertura externa, assim como a privatização, também descerraram a política econômica refringente à “substituição de importações”, prenhe da crença de que postas as condições anteriores, o crescimento e o investimento seriam naturalmente retomados pela iniciativa privada, desacorrentada das peias e intervenções estatais. Importa dizer que no livro *Livre para crescer*, de 1990, divulgado pela FIESP, a sistemática neoliberal aparecia emoldurada como caminho de ouro para o retorno do crescimento e do investimento, saneando o ambiente econômico da intervenção arbitrária e constritora do estado (BIANCHI, 2004). Nesse sentido, a sobredita polêmica sobre a desregulação comercial recaía não em negativas absolutas, mas em ponderações do tipo reivindicativo de reduções gradativas ou de reduções tarifárias (protecionistas) seletivas, focando mais nas matérias primas do que nos produtos industrializados, por exemplo.

A alternativa neoliberal e a abertura externa não recebiam, portanto, reprovações absolutas. Parte do empresariado mais precavido, como Emerson Kapaz (candidato da oposição à eleição no CIESP-FIESP em 1992), citado outrora nas prédicas de C. Gomes, exigia do governo uma melhor preparação competitiva para a abertura externa, como a atualização tecnológica, ao mesmo tempo que demandava as privatizações e as contrarreformas contra os direitos sociais e trabalhistas (soluções diante da compressão

gerada pela abertura externa), assim como Moreira Ferreira (situação no certame do CIESP-FIESP), este, franco prosélito da abertura (BIANCHI, 2004). Em cotejo, as minoritárias ressalvas empresariais, no decurso da abertura externa, remontam à reflexão marxiana trazida à tona contra o nacionalismo alemão: querem as benesses do capitalismo dentro do país, mas protegem-se dos perigos advindos de fora. A abertura externa deveria ser feita, resta claro, consequência ideológica definitiva da rejeição ao “estatismo” ou ao “estado paternalista”: a polêmica, no entanto, refletia receios e precauções de parte do empresariado que prescrevia, contraditoriamente, mais auxílio estatal, todavia, para uma ineludível nova fase “aberta” de embate econômico.

As políticas de reforma do Estado propostas pela Fiesp não estavam alicerçadas em um discurso neoliberal minimalista. Advogando a necessidade do estado manter a provisão de bens públicos baseado em critérios de eficácia auferidos pelo desempenho no mercado, o que propunha era a participação privada na produção de bens públicos (privatização), a eliminação, sempre que possível, da gratuidade da oferta de bens e serviços públicos, e o fim do monopólio estatal para os serviços públicos (“liberdade de escolha”). O documento também defendia a redução do papel empresarial do Estado, por meio da adoção de critérios mercadológicos para o funcionamento das empresas de propriedade do Estado, da privatização das empresas ou do encerramento de suas atividades. Nos processos de privatização, a Fiesp defendia que não existisse qualquer discriminação em relação à origem do capital interessado na aquisição: “a transparência do processo de privatização, assim como a valorização máxima dos ativos a serem privatizados, exige a presença de todo capital interessado, seja nacional ou estrangeiro.” Cabe ainda destacar a defesa de políticas de desregulamentação estatal, principalmente do mercado de trabalho, onde o Estado deveria intervir fixando unicamente o valor do salário mínimo, deixando ao mercado de trabalho a livre negociação das demais categorias salariais. (BIANCHI, 2004, p. 219)

A década de 90 densificou, portanto, o movimento da objetividade social que encaminhou, a passos largos, a ideação ciriana ao diapasão utópico. Se isto se revelou, de certo modo, na sua ruptura com os “gestores” do Plano Real (principalmente, Fernando Henrique Cardoso), de outro lado, como temos demonstrado, não se pode apreender o processo como um mero “erro” de gestão, como quer Gomes, mas como uma verdadeira inclinação da configuração capitalista brasileira que sintetizou uma reorganização das classes dominantes e o ocaso do projeto desenvolvimentista. A abertura externa, apoiada pelo empresariado nacional, como vimos, abrolhou no final da década de 80 e consignou,

como viria a ser ratificado com as privatizações sequenciais, uma desindustrialização relativa, uma especialização regressiva e uma desnacionalização da economia brasileira.

Acerca do processo de desregulação comercial, assevera, Carcanholo (2002, p. 144):

O processo de abertura comercial no Brasil teve início ainda no biênio 1988-89. Em julho de 1988 foi implementada uma reforma tarifária que visou aproximar as tarifas legais de importação das efetivas, ao suprimir parte dos regimes especiais de importação. Além disso, foram eliminadas algumas sobretaxas importantes, como o IOF de 25% sobre operações de câmbio para importação e a taxa de melhoramento de portos equivalente a 3%. No ano seguinte, uma reforma tarifária reduziu as alíquotas de importação de bens intermediários e de capital. Assim, o biênio 1988-89 pode ser considerado o início do processo de abertura comercial, mesmo antes do governo Collor, como frisam Moreira e Correa (1997), por conta da diminuição da redundância tarifária média de 41,2% para 17,8%, de uma pequena alteração na estrutura tarifária, da abolição da maior parte dos regimes especiais de importação, e da unificação do grau de proteção tarifária da indústria local (...) a política de comércio exterior do governo Collor ficou inteiramente subordinada à "nova" política industrial, proposta pelo governo no documento PICE (Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior) de 26/06/1990. A concepção que norteava o documento era a da redução progressiva dos níveis de proteção, com a redução das tarifas e a eliminação da distribuição indiscriminada de incentivos e subsídios, de forma a fortalecer os mecanismos de concorrência e mercado. A exposição da indústria à competição internacional asseguraria ainda o incentivo ao aumento da produtividade e qualidade dos produtos locais.

Ainda, segundo Carcanholo:

Foi sob estas diretrizes que se deu a seqüência da abertura comercial no governo Collor, posteriormente intensificada nos governos seguintes. Já no seu primeiro dia de governo, Collor introduziu uma legislação que revogava todas as isenções e reduções de imposto de importação e de IPI sobre importações, exceção feita aos casos de draw hack, bens de informática, Zona Franca de Manaus, e às Zonas de Processamento de Exportação, mais tarde extintas. Em seguida, foram revogadas as listas de bens com importações suspensas (Anexo C), e as exigências de apresentação de programas de importação, de anuência prévia de órgãos da administração federal para importação (exceção à informática), e de financiamento externo para as importações de bens de capital com cobertura cambial. Completando a eliminação das restrições não-tarifárias, foi revista posteriormente a política de informática, com a redução do número de produtos sujeitos à exigência de anuência prévia para importação e produção no país, e o compromisso quanto à extinção da reserva de mercado. Esta se definia tanto pela

suspensão das proibições às importações como pela presença de capital estrangeiro no setor de produção doméstico (...) Em 1994 a política comercial sofreu algumas modificações, mas no sentido de aprofundar o processo de abertura comercial. Foram reduzidas novamente as alíquotas de importação, em alguns casos para zero ou 2%, sobretudo para bens de consumo com peso significativo nos índices de preço. Adicionalmente, foi antecipada para setembro de 1994 a entrada em vigor da TEC [tarifa relativa ao Mercosul].

Destarte, o suposto engatamento de ortodoxia e heterodoxia, dentro do qual Plano Real cumpriria a primeira etapa, noção propugnada por Gomes, se revelou frágil em seu escopo. A austeridade fiscal exigiu um programa de desinvestimento (já iniciado nos anos 80), assim como prosseguiu a irresolução da dívida estatal externa, soergueu endividamentos privados externos (pela alta do juro interno), crescimento monumental da dívida estatal interna (desregulação financeira/atração de capital externo), para manter a âncora cambial no intervalo das bandas cambiais definidas, prejudicando o poder de investimento estatal (a despeito de segurar a inflação por certo tempo), o câmbio superapreciado galvanizando importações e ratificando a irresolução da malha produtiva, a desnacionalização da economia a partir da desregulação financeira e comercial e das privatizações, em suma, uma configuração que constrangeu investimento estatal e investimento produtivo privado, absolutamente refringente a uma “segunda etapa” heterodoxa-desenvolvimentista.

Esse processo de abertura comercial teve impactos profundos sobre a estrutura da economia brasileira nos anos 90. Em primeiro lugar, a abertura comercial, em conjunto com a sobrevalorização cambial provocou um enorme crescimento das importações, que se traduziu em vultosos déficits comerciais. O total de importações em 1989 chegou a US\$ 18,3 bilhões, passando para US\$ 21 bilhões em 1991, US\$ 33 bilhões em 1994, atingindo US\$ 61,4 bilhões em 1997. Por sua vez, o superávit comercial de US\$ 16 bilhões em 1989 caiu para US\$ 10,4 bilhões em 1994, e se transformou em um déficit que percorreu todo o período 1994-2000. Em 1997, esse déficit totalizou US\$ 8,4 bilhões. (...) Percebe-se claramente que o coeficiente de importações da indústria passou de 6,4% em 1990 para 14,6% em 2000, um crescimento bem maior do que o do coeficiente de exportações. Por macrocomplexos, destacaram-se nesse sentido o metal-mecânico (que inclui o setor de máquinas e equipamentos) e o têxtil. Especificamente no que se refere ao setor bens de capital, esse coeficiente passou de 13,5% em 1991 para 57,6% em 2000 (...) O que ocorreu, na verdade, foi uma mudança estrutural na economia brasileira durante os anos 90. O processo de abertura comercial, em conjunto com a valorização

cambial, levou a um brutal crescimento das importações, não acompanhado pelas exportações. Como não se tratou de algo meramente conjuntural, a demanda tendeu a se deslocar dos produtos domésticos para os produtos importados, elevando a propensão a importar da economia. Notadamente, o avanço deste efeito rumo aos setores intermediários de produção provocou um verdadeiro processo de dessubstituição de importações (CARCANHOLO, 2002, p. 148-149)

A somatória de endividamentos provocou, logo em seguida, a crise cambial de 1999, dada a insolvência do país. O crescimento médio do país entre 1990 e 1999 foi de 1,78%, menor que os 2,2% da década de 80. Da mesma forma, a taxa média de investimento de 90 foi de 15,9% do PIB, enquanto a década de 80 apresentou 17,7% (CARCANHOLO, 2002). Ainda, “a indústria de transformação teve o pior desempenho setorial. Sua taxa média anual de crescimento foi de 0,2%, pior do que os 0,9% da década de 80. A participação deste setor no PIB caiu para 20%, algo similar ao observado ainda na primeira metade da década de 50”. Alimentando a tessitura deletéria, “As taxas oficiais de desemprego, por sua vez, mais do que duplicaram durante a década de 90, saindo dos 3,3% da PEA (população economicamente ativa) em 1989 para 7,6% em 1999” (CARCANHOLO, 2002, p. 165). A dívida externa, segundo Carcanholo (2002), passa de US\$ 115,5 bilhões em 1989 para US\$ 241,2 bilhões no prazo de dez anos. A ampliação da dívida interna (de 108,8 a 451,8 bilhões de reais, entre 1994 e 2000) dado o aumento considerável dos juros para atrair o capital externo, também consignou um problema orçamentário de longo prazo, manietado ideologicamente pela estabilidade inflacionária de curto prazo. Ficou engendrado, dessa feita, uma configuração de peças que tornava constrictos os recursos para o investimento dados os volumes de endividamento externo e interno. O processo, portanto, como remetemos acima, imantou uma especialização regressiva do capital industrial nacional, a aquisição/fusão de empresas privadas nacionais por parte das estrangeiras, a privatização desnacionalizadora, e também, a refringência à sobrevivência da pequena e média empresa.

Os primeiros momentos de impulsão econômica (1994/1995), devido ao câmbio apreciado, proporcionaram a instigação “consumista” (assim como a queda da inflação de 46% em junho de 1994 para 3,34% em agosto). O crescimento econômico, por sua vez, apresentou um crescimento de 3,11% no terceiro trimestre de 1994 e 3,81% no trimestre posterior, em relação aos trimestres anteriores (CARCANHOLO, 2002). O apanágio alvissareiro, todavia, foi fustigado, admoestado pelos sintomas deletérios

crescentes derivados da desregulação comercial (derrogação de protecionismos tarifários, cambiais especiais-seletivos, licenciamentos e proibições de importação, reservas de mercados, compras governamentais direcionadas, isenções e subsídios) assomada ao câmbio apreciado. O país apresentou crescentes problemas de balança comercial, déficit que chega a 8,4 bilhões de dólares em 1997, como já aduzido.

A desregulação financeira, implementada desde a virada 80/90, serviu ao diapasão da preservação da âncora cambial ente o interregno das bandas cambiais definidas, implicando, no início, na entrada de capital externo atraído pelos elevados juros internos, mas, logo à frente, promovendo a majoração extravagante da dívida e do serviço da dívida. No bojo da desregulação financeira, as privatizações das empresas estatais e aquisição das privadas, como explanaremos à frente, não provocaram a ampliação da formação bruta de capital fixo, funcionando apenas como “transferência patrimonial” que acarretou nas amplas remessas de lucros e dividendos despojadas de impostos; este processo leva a críticos números da balança de pagamentos, o que se refletiu na sustentação do câmbio elevado em curto prazo, até início de 1999 (inclinação eleitoreira do segundo mandato de FHC), e logo em janeiro de 1999, engendrando a crise cambial brasileira (CARCANHOLO, 2002). Nesse sentido, a panaceia ciriana (segundo o autor, atinente aos planos pioneiros do projeto) promissora de uma concatenação entre ortodoxia (Plano Real) e heterodoxia (desenvolvimentismo) subestimava as peias objetivas arrançadas pela “primeira etapa”, no mínimo, lavra de obstáculos de elevado grau à verve de um atualizado nacional-desenvolvimentismo. Todavia, é evidente que esta circunstância não deve obscurecer o arranjo tributário assimétrico, regressivo e privilegiador aos grandes proprietários.

Dessa feita, o governo permaneceu títere de seu próprio arranjo: da desregulação financeira, vez que as privatizações gerariam, segundo consta, recursos para o pagamento da dívida externa; dos juros elevados para atração do capital externo (“A taxa nominal de juros chegou a 60% ao ano, a terceira maior do mundo, enquanto que a real atingiu 30% ao ano, a maior de toda a economia mundial”) e a preservação do câmbio flutuante no interior das bandas cambiais; de toda saída de capital quando o país enveredasse pela senda da insolvência, evidenciando o baixo espaço de manobra da política nacional (“vulnerabilidade externa”). Ao mesmo tempo, tem-se que o próprio câmbio apreciado “exigiu” a continuidade da desregulação comercial para evitar o ágio/desabastecimento (o que seria repetição do Plano Cruzado, segundo Gomes).

O governo engendrou também, adensando a cartilha ortodoxa neoliberal, as contrarreformas (adstritas à exigência de “austeridade fiscal”: manter/ampliar arrecadação ao passo que consigna o desinvestimento) em 1997, “incluindo a demissão de 33 mil funcionários públicos sem estabilidade, a suspensão do reajuste salarial do funcionalismo, redução nos gastos e investimentos públicos, e a elevação de alíquotas de impostos e preços dos derivados de petróleo e álcool” (CARCANHOLO, 2002, p 191).

Em outubro de 1998 é lançado outro pacote fiscal que incluía, ainda para aquele ano, a redução dos gastos orçamentários federais em 1,5% do PIB no quarto trimestre, a diminuição dos investimentos estatais em 0,3% do PIB também para o quarto trimestre, e a adoção de uma meta obrigatória para o superávit primário. Para o triênio 1999-2001 foi adotado um forte Programa de Estabilidade Fiscal composto por: (i) metas de superávit primário de 1,8% do PIB em 1999, 2% em 2000 e 2,3% em 2001; (ii) elevação do COFINS de 2% para 3%, 1/3 do qual com a possibilidade de desconto em imposto de renda; (iii) aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,3%; e, (iv) acréscimo dos percentuais de contribuição para o plano de aposentadoria do setor público, incluindo a proposta de contribuição para servidores inativos. Com a piora da situação, e na tentativa de se antecipar ao colapso cambial que se aproximava (o déficit em transações correntes chegou a 4,4% do PIB em outubro de 1998 e, em três meses, ocorreu uma redução de US\$ 30 bilhões nas reservas internacionais), o governo fechou um acordo com o FMI no final de 1998. Os comprometimentos com o FMI, dentre outros, incluíam a manutenção do regime cambial, a continuação da abertura comercial, a aceleração das privatizações, a aprovação de reformas liberais, em especial no campo trabalhista, a manutenção do programa de ajuste fiscal por 3 anos (com metas de superávit primário e pagamento de juros), e o comprometimento de não implementar controles à saída de capital (CARCANHOLO, 2002, p. 192)

O processo, por conseguinte, engendrou uma armadilha que de início favoreceu a capacidade instalada no país e a geração de emprego, mas que, inexoravelmente, em um segundo momento, consignou a erosão do parque produtivo, o descompasso entre exportação e importação, com a ampliação desta (no bojo estrutural do capital industrial nacional incompleto), a desnacionalização da economia, o endividamento galopante para sustentação do câmbio e da estabilidade inflacionária, enfim, uma erosão incisiva da capacidade produtiva da indústria nacional revertendo e imolando possibilidades objetivas, já esgarçadas estruturalmente, de um projeto desenvolvimentista. Consentâneo à nossa reflexão, Ouriques (1997, p.94) assevera que “as contradições inerentes ao ‘êxito

de curto prazo do plano' no que diz respeito ao controle momentâneo da inflação levam, inevitavelmente, a sua crise no médio ou longo prazos. Esta crise manifesta-se sob a forma de uma brusca desvalorização da moeda, motivada pelo baixo crescimento da competitividade industrial do país e dos elevados déficits comerciais". No mesmo bojo, "outro fator de pressão decisivo é o aumento do sistema de dívidas - interna e externa - consequência natural da estratégia implantada que conspira contra a estabilidade da moeda na medida em que aprofunda a crise financeira do Estado, que é impossível de ser controlada por maior que seja a disciplina fiscal imposta".

Sobrinho (2008) salienta, por sua vez, que no íterim da "redemocratização", FHC ratificou sua postura politicista ao valorizar os transpasse institucionalista. Já ficou posta a posição relativamente positiva do sociólogo quanto à "renovação burocrática" imposta pelo golpe 64, que configurou o que foi designado por ele como regime "burocrático-autoritário". Nesse momento da "transição transada" (autorreforma da ditadura, institucionalização da autocracia), o autor também empunhou teoria politicista tendo como foco o aperfeiçoamento do estado quanto às "relações de forças no centro decisório" em prol da superação do "tradicionalismo" e do "populismo", e também, da abertura de caminhos efetivos para a modernização – possível/dependente-associada - do país. Semelhante a Gomes, neste aspecto, o autor uspiano e presidente brasileiro hipertrofiou ideativamente o "centro decisório político", ampliando arbitrariamente sua capacidade de manietar a reprodução social, de modo que o próprio capital monopólico externo, segundo sua teleologia, equacionaria sua imersão no país por meio da "racionalidade e competência" (SOBRINHO, 2008) desse estado renovado ("renovação burocrática") em sua "correlação de forças internas". Nesse sentido, a imposição imperialista e a gênese e especificidade da subordinação ficam obnubiladas. A designada "redemocratização" é prismada pelo mesmo aspecto de burilamento artificioso do estado, convergindo o ideário à apologia liberal da democracia como reino alcandorado da racionalidade, da liberdade, da igualdade, da universalidade, quando em verdade a democracia – mesmo em seu modo acabado, como afirma Marx – resulta na configuração de uma emancipação oblíqua o que justifica seu teor "teológico/religioso", isto é, seu apanágio de comunidade da universalidade abstrata, longe de qualquer cariz efetivo de neutralidade ou efetivação da igualdade.

Junto a Sobrinho (2012, p.35-36), devemos demarcar, fulcralmente, que:

A investigação do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso deixara claro que, ao contrário do que era frequentemente divulgado pela academia e pelos meios de comunicação no Brasil, nos anos noventa, o sociólogo presidente mantinha a mesma concepção política construída nas décadas anteriores: tanto o politismo que matizou as suas interpretações acerca da realidade brasileira, quanto as proposituras daí decorrentes, entre elas, a de que o caminho para o desenvolvimento e a modernização do país era o da internacionalização

Nessa quadra, as propostas de liberalização e desregulamentação forjaram a inflexão do governo tucano, readmitindo no campo político a subalternidade teórica à renovação da subordinação através da inserção na economia internacionalizada (SOBRINHO, 2012). Em suma, o polo subordinante é apagado, isto é, as determinações do imperialismo e o caráter deletério da dependência são edulcorados, e serve como refulgente anódino a conjectura categórica da possibilidade de atrair para o país a mais ampla capacidade tecnológica e financeira promovendo o – único - desenvolvimento possível, isto é, a integração ao curso da mundialização através da dependência reafirmada. É preciso demarcar, com ainda mais importância, tendo em vista um autor que se utilizou de Marx, que mais obnubilada ainda, fica a luta de classes, vez que o sociólogo e presidente passa a discorrer do problema simplesmente pelo diapasão do avanço industrial e tecnológico, assim como em C. Gomes (embora, neste, a iniciativa ortodoxa tenha uma finalidade heterodoxa), deixando tácito que a circunscrição da ótica dos trabalhadores deve limitar-se, submeter-se ao perímetro institucionalizado das “alternativas” políticas.

Em suma, o processo de desregulação/liberalização da economia abrolha timidamente já no final do governo Sarney, ampliando-se sobremaneira com Collor e, fulcralmente, com FHC. No entanto, devemos retomar que mesmo no decurso dos anos 50, da ditadura 64 e em seu estertor, a liberalização em prol da atuação do capital externo já granjeava ampla contribuição estatal; pode-se referir, também, que o capital externo (e o interno) sempre se beneficiaram da superexploração do trabalho no evoluir econômico nacional como característica estrutural regulada pela administração política do arrocho salarial, além de ter sido blindado pela maior parte do tempo de exigências de reinvestimento e transferência de tecnologia. Outra questão de elevada importância é ausência de taxações sobre remessas de lucros e dividendos, o que constituiu um benefício amplamente atrativo. Ainda, a ampliação em 33 vezes da dívida externa durante o período bonapartista

64 e o consentimento na década de 80 com o sucateamento das empresas estatais como consequência de impossibilidades objetivas do capitalismo hipertardio e de exigências fiscais de órgãos financeiros internacionais, processo, esse, que desembocou na maré de dilapidação das estatais e de privatizações da década de 90. Sobrinho (2012) alerta, no entanto, sobre um movimento contrário nos países centrais do capitalismo, isto é, de ascendência de protecionismos no decurso da mundialização/globalização.

Analisando a política externa do período FHC, vê-se que a hipertrofia do político como “centro decisório” manietador também prevaleceu, requentando de maneira bastante pragmática seu politicismo. Tratou-se de engendrar no cenário internacionalizado da economia a suposta conquista do espaço brasileiro e de sua modernização, lastreado na capacidade racional do estado de efetivar positivamente essa inflexão. O discurso da autonomia por meio da internacionalização edifica, dessa feita, contrafação manipuladora que obscureceu o internamento passivo e ratificador da subordinação, que, por sua vez, lavrou e forneceu a imagem do país como “arena global” de “confiança”.

Nessa direção, Cervo vê, no esforço do governo em buscar um relacionamento positivo com os Estados Unidos e superar a política terceiro-mundista, além da introdução de novos temas na agenda internacional, uma ruptura com a trajetória histórica do Brasil. No interior do Itamaraty teria prevalecido o pensamento de FHC, sobretudo porque contou com figuras como Lampreia, seu fiel intérprete, e Celso Lafer, que, por suas posições, reforçou a linha de FHC dentro do Ministério. Ou seja, aparentemente, as tradicionais divergências entre a pasta da Fazenda e o Itamaraty foram diluídas durante a Era FHC, precisamente porque a liderança de Cardoso possibilitou uma relação de confluência entre as duas esferas. (...) Lessa, ao analisar a relação entre o Plano Plurianual (1996-1999) e a política externa brasileira, conclui que não havia, além dos postulados neoliberais, qualquer intencionalidade de uma política externa autônoma —ou como a atuação externa do país estaria a serviço de seu desenvolvimento. Ainda que, no discurso, fosse preconizada uma participação ativa no cenário internacional, obtinha-se, segundo o autor, uma inserção dependente, pois, durante quase toda a trajetória do governo Cardoso, prevaleceu a orientação das políticas ortodoxas hegemônicas que vincularia responsabilidade à imagem internacional do país e o credenciaria na arena global (SOBRINHO, 2012, p. 67)

Doravante, é necessário deixar bem marcado que importa analisar o encaminhamento conjuntural dos anos 90 sem perder o apanágio essencial de entificação da via colonial e sua superação contraditória, logo, não apenas como “resultado de uma opção acrítica ao

chamado Consenso de Washington”. Outro problema é que “a vaga neoliberal, expressão ideológica e prática do capital superproduzido, passa a ser confundida com o próprio processo de mundialização do capital”, que necessita e exige, “a partir da década de oitenta, um movimento de remoção dos óbices para a sua efetiva expansão em todos os espaços, a favor da qual operam o encerramento da Rodada Uruguai e as políticas de liberalização e desregulamentação daí decorrentes”. Destarte, “o processo de reinserção internacional dos países latino-americanos, a partir da década de noventa, compreende a rota de mundialização do capital”, que, conforme Chesnais, “dadas as engrenagens do regime de acumulação com dominância financeira, liderado pelo capitalismo avançado, notadamente Estados Unidos e Reino Unido, exige, a ponto de ser consubstancial a sua existência, um conjunto de medidas” que preconizem e favoreçam “a liberalização e desregulamentação em todos os países, não somente para remoção dos óbices no âmbito financeiro, mas para a plena mobilidade do IED”, de sorte que “um processo de construção institucional internacional, tanto de fato quanto de direito, (...) tornou a adesão dos países obrigatória e reduziu sua margem de escolha quanto às formas de sua inserção internacional a sua mais simples expressão” (SOBRINHO, 2012, p. 74).

Nesse sentido, não se deve apostar na insuficiência explicativa de uma passividade acrítica do governo FHC (mera passividade ao Consenso de Washington), mas entender sua atividade ideológica e prática como falso socialmente necessário irradiado ou emergido a partir de um *Standpunkt*, de uma clivagem, de uma posição, inserida no capitalismo maturado e mundializado, diga-se de passagem, endossadora do tipo dilapidado, atrofico e caudatário do capitalismo brasileiro e de suas elites já despidas de interesses designadamente nacionalistas, mesmo em sua estreiteza de cariz.

Em outras palavras, é preciso salientar a concatenação de duas determinações: a onda longa depressiva desde a década de 70 e a extinção das condições arregimentação dos ímpetus desenvolvimentistas no Brasil. O país, nas últimas duas décadas do século XX, inclinou-se à gama de interesses do capital internacional: a austeridade fiscal (exigida pelos órgãos internacionais, induzindo ao sucateamento de estatais – que mantiveram seus preços ainda subcorrigidos) e o elevado pagamento de juros na década de 80 (dívida externa ampliada em 33 vezes durante a ditadura) coadunaram com a maré de privatizações de estatais em 90 (durante a década de 80, houve a “reprivatização” de 38 empresas de pequeno porte, sem um programa ampliado de desestatização e com o ganho relativamente modesto de 780 milhões de dólares); o salto na desregulação financeira e

comercial que, como dissemos, já contava com um elemento estrutural brasileiro: a superexploração da força de trabalho. Dos resultados consignados neste período, se pode tratar tanto da redução percentual da indústria de transformação no PIB, quanto da redução salarial, assim como da internacionalização subserviente da economia. Houve, por conseguinte, “A ampliação do controle do capital estrangeiro em amplos setores produtivos, serviços e financeiros [que] superou, em extensão e velocidade, as fases anteriores do capitalismo brasileiro”. Nesse sentido, “A magnitude da liberalização da economia brasileira, se não provocou a completa desindustrialização, como ocorreu na economia argentina”, fez com que se intensificassem “os limites estruturais com os quais o capitalismo brasileiro se inseriu nessa quadra da mundialização do capital”. Assim, “Num curto espaço de tempo foram erodidos praticamente todos os mecanismos de proteção à indústria brasileira”, quais sejam, “remoção de políticas setoriais em favor das horizontais, eliminação dos subsídios, supressão de barreiras não tarifárias e redução drástica das tarifas alfandegárias, que, entre 1990 e 1994, caíram, segundo Carneiro, a um terço da que havia” (SOBRINHO, 2012, p.91).

A título de ilustração, após a alteração da Lei de Informática, no início da década de noventa, os únicos óbices à atuação de investidores estrangeiros na indústria de transformação ficaram restritos ao monopólio do petróleo, mas, em 1995, eles foram substancialmente removidos. Entre 1994 e 1998 a liberalização se estende para os setores extrativos e de serviços, acompanhada de incentivos do governo a participação do capital estrangeiro no processo de privatização. A liberalização nos primeiros anos da década de noventa foi tanto abrangente quanto veloz, como atesta a alteração no cronograma de redução da estrutura tarifária iniciado em 1990 para todos os setores da indústria, que foi radicalmente antecipado, já em 1993. Em termos efetivos, a proteção da indústria em 1994 já havia alcançado os patamares acordados no âmbito do Mercosul e que teoricamente deveriam ser atingido em 2006. O acordo automotivo, que contou com tratamento especial entre 1995-99, e as medidas de proteção aos setores têxtil e de brinquedos, resultado da pressão desses setores, são um dos poucos exemplos de reversão parcial do processo de liberalização dos anos anteriores. (SOBRINHO, 2012, p. 92)

No que tange aos IEDs (Investimentos Estrangeiros Diretos), entre 1994 e 2002, obteve-se um investimento de 170 bilhões de dólares, algo significativamente maior do que todo investimento já realizado no país; no entanto, deve-se ter em conta que os recursos vertidos ao continente asiático praticamente dobravam os recursos investidos na América

latina (SOBRINHO, 2012). Deve-se destacar, ademais, que ao contrário do que ocorreu na área asiática, no Brasil, conforme ocorreu também nos países centrais, os IEDs apareceram intensamente no setor de serviços, isto é, privatização de serviços públicos (SOBRINHO, 2012). A privatização da década de 90, tendo-se em conta 91-97, engendrou intenso processo de desnacionalização da economia, privatizando estatais e adquirindo nacionais privadas, as últimas em maior intensidade que as primeiras (SOBRINHO, 2012). Destaca-se que, subalternamente, os próprio estado brasileiro participou com empréstimos para os grupos privados que “levaram” as estatais: “O apoio do BNDES ao processo de privatização favoreceu os grandes grupos privados locais - a exemplo dos setores bancários, industrial e da construção civil”, os quais “ampliaram e diversificaram as suas atividades – e, posteriormente, os grupos estrangeiros, que aumentaram a sua participação e controle sobre a estrutura produtiva e de serviços no país” (SOBRINHO, 2012, p. 97-98).

Destaca-se, contudo, que apenas no final de 2001, o capital estrangeiro conseguiu ultrapassar as privatizações exercidas pelo capital nacional (que beneficiaram grupos como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Jereissatti, Votorantim, Gerdau). Além do mais,

A aquisição de empresas privadas pelo capital externo teve amplo espectro setorial, incluindo ramos industriais nos quais a sua participação já era significativa, como os setores químico, farmacêutico, eletrônico e de mineração, mas abarcou também empresas de higiene e limpeza, alimentação, autopeças e comércio varejista. Enquanto isso as empresas brasileiras fizeram aquisições nos ramos petroquímico, têxtil e de vestuário, calçados, mecânica, papel e celulose, construção civil e comércio atacadista (SOBRINHO, 2012, p.99)

Pode-se afirmar que as corporações capitalistas estrangeiras iniciaram pelo investimento no setor industrial e migraram, fundamentalmente, para o setor de serviços. Doravante, “os investimentos externos diretos no Brasil, a partir da década de noventa, concentraram-se no setor de serviços, atraídos, em parte, pelo processo de privatização”, principalmente, “financeiro e de telecomunicações, o que fez com que a indústria perdesse a sua hegemonia ao longo da década de noventa. Assim sendo, até 1995, mais de 50% dos IEDs direcionaram-se para a indústria”, com destaque para “metalurgia básica, produtos químicos, automobilístico, alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos”. Entretanto, “a partir de então, o setor de serviços (eletricidade, gás e água, correio e

telecomunicações, intermediação financeira, comércio atacadista e varejista) passou a ser o principal foco de atração de IED”, angariando, “entre 1995 e 2000, 66,9% do estoque de investimentos externos, embora tenha ocorrido um crescimento maior dos investimentos externos na indústria a partir de 2000” (SOBRINHO, 2012, p. 99).

Para aprofundar o quadro, deve-se afirmar, ao contrário das perspectivas neoliberais, que as investidas do capital exterior não infletiram em elevadas taxas de aumento da formação de capital fixo no Brasil, nem de ampliações significativas do PIB; isso se deu vez que o capital estrangeiro promoveu aquisições de estatais e (principalmente de) empresas privadas já existentes, tomando medidas ampliativas de monta apenas nos setores automotivo e de telecomunicação. Para explicar, afirma-se também que as filiais aqui instaladas levavam ao mercado produtos de menor agregação tecnológica, como implementaram soluções lucrativas relativas à organização do trabalho, além de contarem com a importação (a partir de suas matrizes, de bens intermediários ou finais) por conta das deficiências nacionais de suprimentos (SOBRINHO, 2012). A maior parte das filiais estrangeiras de *commodities* dedicava sua produção para fora, o que não se repetia nos outros setores que focavam intensamente no mercado interno brasileiro; todavia, o setor automotivo, diferentemente, ocasionou uma integração com o MERCOSUL e Aladi, isto é, uma integração regional por meio de exportação (SOBRINHO, 2012).

Em suma, o capital estrangeiro participou ativamente do processo de privatização no país, desde o plano nacional de desestatização (PND) de Collor, todavia, suas fusões e aquisições se deram mormente sobre empresas privadas. Neste caso, atacaram aqueles setores há tempos conquistados, bens de produção avançados e bens de consumo duráveis, mas também os bens de consumo não duráveis, agropecuários e comércio atacadista/varejista. No certame da privatização, só ultrapassaram as aquisições do capital nacional em 2001, levando, portanto, mais de década para tanto. Segundo o BNDES, foi em 92/93 que se consignou “a venda de participações minoritárias, detidas direta ou indiretamente pelo Estado, e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas a serem alienadas”. Até 95, avançaram sobre as empresas de bens de produção básicos (siderúrgicas, fertilizantes, petroquímica), assim como as nacionais o fizeram em elevada escala beneficiando sobremaneira determinados monopólios privados do país; até 95, houve ainda óbices para o avanço sobre setores extrativistas, retirados a partir de 95; pós-95, avançaram tanto no extrativismo, como principalmente no setor de serviços (gás,

eletricidade, água, telecomunicações, infraestrutura de portos, cais, rodovias e empresa estatal de informática), financeiro (bancos estaduais), ações estatais da Petrobrás e a própria Vale só foi atada nessa marca (1997), tanto pelos fundos de previdência quanto por consórcios do capital nacional e estrangeiro. O excerto seguinte expõe algumas contradições:

significativos são os dados oficiais segundo os quais a CVRD exerce direito de exploração minerária sobre reservas que, com montantes comprovados incluem, 41 bilhões de toneladas de ferro que mantido o atual ritmo de exportação equivale a mais 400 anos de atividade, 994 milhões de toneladas de níquel, 67 milhões de toneladas de caulim, 9 milhões de toneladas de zinco, 1,8 milhão de toneladas de urânio, 1 milhão de toneladas de titânio, 510 milhões de toneladas de tungstênio, 60 milhões de toneladas de nióbio e 563 toneladas de ouro. A Vale do Rio Doce, a maior companhia mineradora do mundo, é um exemplo fantástico que elucida os interesses envolvidos nas privatizações. Contudo, é importante sublinhar que estas cifras se referem apenas a reservas provadas; como muito bem alegou o jurista Fábio Konder Comparato, que juntamente com outros advogados impetrou ação popular contra a venda da CVRD, existe um conjunto de ilegalidades no edital de venda, entre as quais o fato de que "o sistema adotado para transferir a terceiros a exploração dos recursos minerais da CVRD implica alienar direitos relativos a bens indeterminados. Com efeito, quem comprar as ações adquirirá com isto o direito de exploração de um potencial desconhecido, provavelmente muitas vezes maior do valor avaliado. Isto é, a União, além de vender o que tem e que avaliou, está substancialmente vendendo aquilo que ela sequer sabe que tem ou quanto tem. Ou seja, pelo valor da avaliação, alienou-se muito mais do que o avaliado. Outras cifras ajudam a enxergar a racionalidade econômica da ação governamental; a Vale do Rio Doce tem um faturamento bruto da ordem de 5,5 bilhões de dólares anuais e foi vendida por 10,5 bilhões de dólares, o equivalente, portanto, a menos de dois anos de seu rendimento bruto anual. Existiam pelo menos outras duas avaliações que não foram consideradas pelo governo brasileiro: a do consultor de empresas Antônio Trevisam e a da Salomon Brothers, ambas com avaliações bastante superiores à vencedora, da Merrill Lynch. Ocorre que, no consórcio vencedor, participa a corretora sul-africana Smitih Borkum Hare (SBH) da qual a Merrill Lynch é proprietária; aquela, por sua vez, é a principal acionista de uma das empresas que contribuiu para a compra da CVRD: a Anglo American. Como podemos observar, o negócio parece mais uma ação entre amigos do que os argumentos expostos pelo governo brasileiro em campanhas televisivas. (OURIQUES, 1997, p. 119-120)

Cabe, por fim, citar que 1) parte das empresas privatizadas foram “saneadas” antes da efetiva privatização, concedendo aos interesses privados melhores condições de

competitividade 2) nem todas as dívidas, por exemplo, dos bancos estaduais privatizados, foram admitidas pelos grupos compradores relegando o impacto aos estados 3) ademais, o próprio BNDES, atuante estatal como prestamista de grupos privados para a dilapidação do próprio estado, sofreu revés com não pagamentos. Segundo o economista João Batista Santiago:

O que houve, na verdade, foi redução de custos, especialmente trabalhistas, terceirização, precarização do trabalho, com contratação de empreiteiras, planos de demissão voluntária e incentivada, por um lado, e muitos investimentos, embarcando tecnologia, aumento de investimentos públicos, para depois privatizar a preço de banana. Arrumaram a casa, deixando-a cada vez mais eficiente para vender. Na Lei Geral de Comunicações, em 1997, havia um plano com metas para a telefonia fixa cumprir, de oito a dez anos. A Telebrás já tinha feito, em alguns lugares, entre 60% e 80% dos investimentos em digitalização. Na privatização, venderam por 19 bi e liberaram empréstimos de 11 bi pelo BNDES, para financiar as empresas. E o ex-ministro Pedro Malan, depois da privatização, tomou medidas para permitir que as empresas descontassem o ágio (diferença entre o valor total das ações e o valor patrimonial) em impostos devidos à União. O governo pegou 11 bilhões de dólares e os devolveu pelo BNDES, além do ágio. Então, não entrou nada para o país na privatização da quinta melhor empresa do mundo no setor. (SANTIAGO, 2019, s/p)

Nesse diapasão, conta esclarecer que o país ratificou sua posição de exportador geral de *commodities*, apenas exportando bens de consumo duráveis no interior do comércio regional da América do Sul e Central (automotivos e alguns eletrônicos, através das multinacionais aqui instaladas), isto é, comércio regional intracontinental movimentado por monopólios estrangeiros majoritariamente. Além do mais, de grande importância, as empresas envolvidas com a produção de bens mais industrializados foram abastecidas majoritariamente por suas filiais de outros países ou pelas próprias matrizes, o que reduziu uma galvanização tecnológica lateral ou horizontal da cadeia produtiva brasileira. A difusão tecnológica, a inserção do Brasil na modernização, pelo veio associativo-dependente, soçobrou, e reforçou o país na mesma posição de debilidade e raquitismo de sua indústria nacional nos setores mais avançados, consignando filiais estrangeiras dependentes de peças e tecnologias não produzidas no país (ausência de um pólo e projeto endógeno de galvanização e criação tecnológica resolucido com o “comércio intrafirma” por parte do capital externo). Além do mais, como sobredito, em uma plaga

mundial em que as filiais estrangeiras produziam no país produtos de mais baixa tecnologia para o consumo doméstico e regional (SOBRINHO, 2012).

Outro dado que garante a análise da reinserção subordinada na mundialização do capital, é que as maiores taxas de crescimento se encontraram no setor de petróleo (extrativo e industrial) e de siderurgia reforçando que a indústria extrativa e a produção de bens de produção básicos encorpavam o país, isto é, exerciam o papel sobressalente (SOBRINHO, 2012). O único ramo de destaque na exportação mundial, possuidor de alta tecnologia, foi o de aviões, promovido pela EMBRAER, a despeito de ser uma sociedade mista que demandou longa e ativa preparação estatal. No que concerne à força de trabalho, foi intensificado o processo de superexploração, marca atordoante da periferia de via colonial brasileira, assim como – articuladamente – empregadas novas formas de organização do trabalho, apoiando-se em aplicação de técnicas de gestão do trabalho e na precarização do emprego.

No compasso da degradação neoliberal, asseguradora dos movimentos contratendências de última hora, tem-se também a desregulamentação financeira. Essa foi caracterizada pela liberalização de investimentos externos no mercado financeiro nacional, além da facilitação de transições financeiras no país em moeda estrangeira. Nesse novo liberalizante, não ocorreu a melhoria nas condições da oferta de crédito no país, mas o abuso de interesses imediatos dos bancos internacionais, principalmente, depositando suas aspirações na dívida pública do país. Nesse importante diapasão reorganizador da classe dominante brasileira, a rentabilidade bancária triplicou entre 1994 e 2001 (SOBRINHO, 2012). A expressividade do setor financeiro no parasitismo estatal deflagra-se na consignação das desvinculações de receita da união (DRU) que constrangeram receitas de direitos sociais e infraestrutura/desenvolvimento para o pagamento de juros e refinanciamentos da dívida. A remoção de mecanismos facilitou também a consignação de empréstimos diretos a partir das empresas estatais e privadas gerando uma armadilha financeira em um ciclo de endividamento que não pode ser rompido, agravado pela condição dos empréstimos feitos, evidenciando as contas negativas nas balanças brasileiras (ampliação das remessas de juros, como de lucros e dividendos). Sob o jugo das organizações financeiras internacionais, o país aportando contas combalidas, foi induzido aos arcos dos ajustes fiscais, manutenção de elevadas taxas de juros (chegando a 40%) e novos empréstimos a partir das mesmas organizações

e Tesouros dos países centrais, manutenção de política cambial, medidas que agravaram a situação e forçaram a intensa desvalorização cambial a partir de 1999.

A conquista da redução dos déficits comerciais foi atingida, no fim da década e início de século, pela aliança entre desaquecimento econômico (redução da importação) e, após, pela desvalorização cambial (em favor de exportações), contornos que não arregimentaram a remoção da problemática estrutural-produtiva (quadro semelhante na década de 80) do país e salvaguardam a remuneração dos setores financeiros nacionais e externos. A consequência não deixa de ser o reforço do apanágio mais caracterizante do capitalismo periférico, *locus* capitalista exangue para o progresso social, mesmo por momentos breves, anabolizando o desemprego e a renitência do rebaixamento da vida da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 7

A COMPLEIÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTISMO MODERADO

7.1 A transição sem ruptura: discursos e entrevistas de 2003 a 2006

Nesse momento, dado o hiato na consagração intelectual do autor e político, voltamos aos discursos, entrevistas, debates e demais manifestações subsidiárias de C. Gomes, entre 2003 e 2016, dividido por seções, onde nos centraremos nas ideias mais estruturais de sua ideação, evitando desvios por comentários conjunturais que não sirvam ao deslinde do fulcro intelectual ciriano. As manifestações cobrem dois períodos “federais” de Gomes, aquele como Ministro da Integração Nacional (2003-2006) no Governo Lula 1, e após, seu mandato de deputado federal pelo PSB (2007-2010), assim como o período posterior, em que o autor exerceu cargos públicos no Ceará e como executivo no âmbito privado (CSN – Companhia Siderúrgica Nacional).

O período se torna bastante relevante para a nossa reflexão, entre outros motivos, porquanto até aqui cobrimos com rigor a acepção gravosa e pungente de C. Gomes em relação às deficiências das oposições de esquerda brasileiras, quase sempre associadas à “velha política” (personalista, messiânica e moralista), ao despreparo técnico, ao estatismo vencido, às políticas compensatórias inócuas e ao condomínio *corporativista*. Nesse ensejo, se verá um deslocamento do autor e político nacional-desenvolvimentista entre uma maior e leal transigência à admoestação aberta ao governo petista do qual participou.

No seu discurso de posse como Ministro da Integração Nacional em 2003 (14), as diversas saudações merecem alguns destaques. Em primeiro lugar, emoldurando a transigência inicial, uma que acalenta a relação democrática e cordial com o Partido dos Trabalhadores: “E por alegria muito especial, eu quero registrar a generosidade, o espírito democrático, a maturidade de uma grande liderança política brasileira que milita no meu Estado, o José Airton, presidente do PT cearense, que foi candidato a governador, atualmente vereador em Fortaleza. É muito especial que você esteja aqui presente, a despeito do embate recente”. Em seguida, uma que discretamente ressalta as “agências de desenvolvimento” que ganham a insígnia da militância atinente ao seu ideário do político: “Saúdo os servidores do Ministério da Integração Nacional”. Desdobra, “Saúdo

os servidores dos órgãos vinculados da extinta Sudam, da extinta Sudene, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, da Codevasf, das diversas entidades e colegiados que orientam o Ministério na aplicação dos fundos diversos, alguns deles específicos como a questão do entorno do Distrito Federal, ou como a questão do Espírito Santo” e, ainda, “aqueles que *militam* na Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, que *militam* na Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional”. Enfim, os registros se integram ao aspecto desenvolvimentista de seu ideário. Por fim, a compleição cordial também se estende ao antigo adversário, Lula, deixando a entender, na incipiente cordialidade a Lula e ao PT, algo visto há pouco, no capítulo anterior: a posição severamente crítica, mas, aberta, de Gomes, a uma costura teórica e política com a esquerda petista, desde quando havia proposto os “Seminários Temáticos Regionais” galvanizadores da “sociedade civil” em busca da confecção de uma “corrente de opinião” (alicerce de seu ideário) sustentadora de um projeto político alternativo “médio”, deliberado civilmente e congregador das esquerdas.

No discurso de posse de Gomes, no entanto, devido à alegada discrição institucional atinente à sua função, se ausentam ou são pouco tratadas as problemáticas candentes e mais especificadoras de sua ideação, como vimos até aqui: 1) a estabilidade inflacionária, 2) as reformas estruturais (fiscal, mas também, política), 3) a retomada da poupança estatal e 4) as estratégias do atualizado nacional-desenvolvimentismo, propostas que sintetizariam 5) a debacle dos grupos patrimonialistas através do “levante” das “classes médias” a sustentar o projeto político da renovação burocrática e da refundação econômica. Porém, fica cravado, indelével, o bastião da “austeridade fiscal” (que Gomes tomara como “questão de conceito” referindo-se ao “superávit fiscal” outrora, como registramos), do problema hídrico (sua principal agência como Ministro, visando a “segurança hídrica”) e da “distribuição de renda”, logo, apresentando uma versão mais moderada do veio desenvolvimentista propugnado.

Quero saudar a todos os servidores da nossa equipe pedindo uma oportunidade para que com sua experiência, nós possamos aprender e trabalharmos juntos para estarmos a altura desse imenso desafio e mais que isso da grave confiança que nos foi depositada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para quem vai a minha primeira palavra, que é minha palavra de gratidão pela honra especial que concede a mim, seu adversário de ontem, seu parceiro leal para qualquer dificuldade, a partir desse momento. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vem nas suas atitudes, em cima de uma experiência acumulada de muitos anos, de décadas, sinalizando ao país uma possibilidade generosa de

que as tão ansiadas mudanças que nesta conjuntura se aperfeiçoam na retomada do desenvolvimento econômico, na construção de outras instituições que permitam a inclusão social, a melhoria da distribuição de renda, que ele de forma tão comprometida afirma com grande eloquência, na sua simplicidade, que estará realizado, e eu quero colaborar modestamente para que isso aconteça, se ao cabo do seu governo, todos os brasileiros poderem tomar café da manhã, almoçar e jantar. Eu quero agradecer ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a confiança. Quero afirmar à sua excelência o meu devotado empenho para estar à altura da confiança que pôs em minhas mãos e não só no específico, mas para consertar caminhos que equilibrem e atenuem os desníveis graves da distribuição de renda sob o ponto de vista regional do país. Caminhos para consertar a sustentabilidade do desenvolvimento da nossa Amazônia, do nosso Centro-Oeste. Caminhos que afirmem uma política de recursos hídricos que encerre uma contradição inexplicável de um país que detém um quinto da água do planeta, ainda no século 21, transportar água para a população beber em carros-pipa. Realidade que eu conheço tão proximamente e de forma tão doída. (...) Não só naqueles objetivos positivos de retomada do crescimento, de restauração da autonomia brasileira e do seu crédito internacional, mas também naquilo que é mais grave, mais difícil e que exige mais sacrifício, mais austeridade. *Cumprir os objetivos de austeridade fiscal e garantir a regularidade e a normatividade ética intransgredível, por determinação do senhor presidente que eu acato com o maior entusiasmo. O que nos determinará uma tarefa muito difícil.*

Ainda na incipiência de 2003 (15), Gomes explica a função do ministério que ocupara, assim como coteja sua função ministerial com suas propostas de campanha quando candidato e adversário do projeto petista: “O [ministério] da Integração Nacional está encarregado de agitar instrumentos, ferramentas e instituições, que no governo propõe acelerar o desenvolvimento das regiões do país que estão mais atrasadas, e empobrecidas, em relação às demais”. Gomes toma uma posição relativamente caudatária ao governo restringindo-se à sua função a despeito de suas propostas mais originais, assim como vimos na moderação de seu discurso de posse. Esse aspecto moderado se revela em circunstâncias como a interrogação sobre a reforma da previdência que lhe fora tema central nas reformas estruturais: “A minha opinião sobre este assunto está disponível ao presidente da República e aos demais companheiros, principalmente ao ministro Bezoini, mas não publicarei nenhuma declaração porque agora estou especializado em integração nacional”. Segue rente ao entusiasmo e à lealdade, portanto, ao governo: “O que é preciso deixar bem claro neste episódio, é que no governo Lula, as viúvas do velho regime

poderão nos atacar, como é normal na democracia, em todos os planos. Mas vamos demonstrar na prática, de forma concreta, que este será um governo intransigente quanto à ética”.

Assunto de maior importância, o autor e político descerra as diretrizes dos Projetos de integração nacional de maneira sumariamente restrita ao novelo moral em um primeiro momento: “O órgão, em si, não é o culpado, o culpado foi uma gestão. Eu fui à Belém fazer uma avaliação deste processo - eu tenho 20 anos de vida pública, fui ministro da Fazenda, governador de estado, prefeito de capital, já vi muito toucinho com cabelo, mas nunca vi coisa tão grosseira em matéria de corrupção e despudor”. Uníssono ao governo, “O presidente Lula tem um compromisso em recriar instrumentos que ajudem as regiões de desenvolvimento mais deprimido no Brasil, como é claramente o caso da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, a recuperar essas ferramentas. Nós não vamos fazer uma volta ao passado e, sim, procurar discutir com as comunidades envolvidas, recolher experiências, aprender com os erros do passado”. Aduz, “Vamos recriar, com o compromisso do presidente, ferramentas modernas preventivamente blindadas dessas distorções que no passado desmoralizaram esses institutos, e preparar o país de fato para ter um desenvolvimento mais integrado, para que não haja miséria tão chocante, que empurre as pessoas a migrarem para outras cidades onde vão ser humilhadas e empurradas para a violência e para o desemprego”.

O tom da reflexão, sem os termos antes sobejamente utilizados (plutocracia, oligarquia e corporativismo), parece atacar frontalmente o opróbrio da ingerência patrimonialista, requisição primígena da “renovação burocrática”, ética e racional, como vimos: “O varejo, o clientelismo, a descoordenação são generalizados, sem falar na vulnerabilidade ética, em que muitos escândalos foram feitos. O ministério tem uma notícia desagradável. O que eu fiz foi fazer uma pausa para balanço”. Complementa, “Eu não tenho vocação para delegado de polícia nenhuma, mas achei que do dia 2 em diante, como a responsabilidade era minha, eu suspendi os pagamentos, novos contratos e novas licitações e estou determinando uma revisão completa de todos os procedimentos, preços, hierarquia de prioridades, para que dentro do mais curto espaço de tempo a gente possa oferecer uma reestruturação”, além de “novos procedimentos, um tratamento mais sério às lideranças políticas que estão enganadas, vão lá postular coisas justas para os seus municípios, os prefeitos e deputados, e o ministério despudoradamente engana essas pessoas (...) isso não é tradição cultural nenhuma no Brasil, isto é um *vício* que tomou

grande relevância nos últimos anos, mas nós temos que levar isso para uma clínica de desintoxicação”. Gomes, nesse sentido, faz coro ao combate ao consórcio arraigado – “vício” - entre plutocratas e oligarcas, embora não utilize os termos, uma das colunas de seu novo ideológico. Mais à frente, o político afirmaria a interrupção de mais de 6 mil convênios e a recuperação de mais de 10 milhões de reais, além de uma diminuição de custeio em mais de 85 milhões de reais de um montante total de 220 milhões nas atividades em curso.

Um detalhe que não deixa de ser importante: arguido sobre a integração do Centro-oeste, Gomes demonstra aderência às vantagens do agronegócio e da pecuária, setores que consolidariam domínio durante o governo: “Não há uma definição em relação a isto. Nós já temos uma secretaria especial, diretamente no meu ministério, ocupada dessa função. Eu pretendo dar prestígio a essa secretaria, até porque a questão do Centro-Oeste é diferente: ela tem potencialidades econômicas extraordinárias, o problema é a infraestrutura, são os fluxos, hidrovias, ferrovias, rodovias”. E mais, “Há uma vocação do Centro-Oeste extraordinário para o agronegócio, para a pecuária, um progresso em Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul e Mato Grosso fenomenais. Por enquanto, a diretriz é dar prestígio a essa secretaria que já existe, e nas outras regiões que têm um baixo desempenho econômico é que precisamos agitar um pouco mais”. Pode-se destacar, todavia, que, contraditoriamente, o agronegócio representaria justamente aquele setor “plutocrata”, se quisermos usar a dicção ciriana, na draga de isenções e subsídios de monta. No início de 2003, Gomes alertará ainda que o Centro-Oeste se desenvolvia “apesar do governo”, negando, contudo, a possibilidade de continuação desse “desenvolvimento” sem a mão estatal. Gomes adiciona que, sob o slogan de “apoio ao esforço dos brasileiros do centro-oeste”, os créditos rurais destinados ao centro-oeste, no decurso mesmo inicial do governo, já alcançavam naquela data a marca de maior volume da história, tanto na agricultura familiar quanto nos grandes empreendimentos.

É preciso lembrar, para o nosso cotejo com a situação presentemente tratada, as definições gerais desenvolvimentistas de Gomes, isto é, as funções econômicas do estado: 1) atuação regulatória na economia 2) dissolução – por meio de empresas estatais - de monopólios e oligopólios privados (lembramos que Gomes também dispensa os monopólios estatais, como admite as desregulações comerciais que forem necessárias) 3) avanço tecnológico irradiador nos setores mais estagnados da economia 4) assessoria técnica, tecnológica e

financeira aos novos empreendedores alheios ao concerto viciado do patrimonialismo, em suma, resultando na 5) eliminação das elites patrimonialistas.

Em outra entrevista de 2003 (16), Gomes, ampliando as antigas explicações, admite que o ministério não visaria apenas as regiões geralmente destacadas pelo baixo desenvolvimento (norte, nordeste e centro-oeste), mas regiões insuspeitas como o sul do Rio Grande do Sul que representaria, à época, a maior queda do PIB do país, assim como as situações subdesenvolvidas do vale da Ribeira, do vale do Jequitinhonha e do vale do Mucuri. Ainda, as cidades metropolitanas abarrotadas de subúrbios e dotadas de precariedade de recursos. Gomes admite que, metodologicamente, o enfoque estaria dado em 14 mesorregiões concatenando atuação governamental e a cooperação ativa e instrutiva dos moradores das regiões, o que remonta a outra diretriz do pensamento ciriano/ungeriano sobre a modificação dos arranjos institucionais (reforma política). É dessa “aliança” estado-sociedade, doravante, que o Ministério da Integração Nacional, imbuído de uma função mais articuladora do que “obreira”, concretizaria um programa interministerial de atividades de *desenvolvimento locais*. A articulação a ser promovida e os efeitos a serem engendrados, a partir da “identificação do mapa de necessidades e carências”, se submetem inteiramente ao pendor ideativo de Gomes outrora perpassado pelo nosso escrutínio: assessoria técnica, tecnológica, logística, comercial e financeira a polos locais constrangidos por uma ou mais variáveis elencadas. Trata-se, principalmente, do apoio aos designados “novos empreendedores”.

Outro ponto de muito destaque - e distinção, visto que provido de responsabilidade prática das obras - não deixa dúvida: as execuções das obras hídricas, fundamentalmente, a “transposição” (revertido nominalmente a “integração”) do Rio São Francisco. Em entrevista de 2004 (17), Ciro exprime a diligência técnica do projeto:

A ideia de integrar a bacia do Rio São Francisco às dos rios intermitentes do Nordeste Setentrional vem do tempo do Império. Ela é hoje, como já foi no passado, motivada pela necessidade de garantir segurança hídrica a uma área densamente habitada do semiárido nordestino. As tentativas anteriores foram inviabilizadas por erros de concepção, pela paixão que o tema suscita, pela desinformação e, também, pela ideologização da questão. Logo após tomar posse da presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva instruiu o vice-presidente José Alencar para levantar a literatura existente a respeito do assunto, incluindo as diferentes propostas técnicas, e ainda ouvir as partes interessadas em cada um dos estados que integram a bacia hidrográfica do São Francisco. Durante cerca de cinco meses, Alencar reuniu-se no Nordeste e em Minas Gerais, berço

do rio, com as partes interessadas, recolhendo subsídios técnicos, comentários e opiniões para a elaboração da nova concepção do projeto, agora adequado às condições hidrológicas do São Francisco. O que no passado mais recente inviabilizou o projeto foram alguns claros erros técnicos de concepção. Por exemplo: estimou-se uma captação contínua de 300 metros cúbicos de água por segundo. No projeto atual, a captação contínua – estabelecida pela Agência Nacional de Águas (ANA), à qual cabe, por lei, a outorga do uso da água, e aceita pelo Comitê de Gestão da Bacia do São Francisco – será de apenas 26 metros cúbicos por segundo, ou seja, 1% do volume que o rio despeja no mar. Nos anos hidrológicamente favoráveis, quando estiver cheia a barragem de Sobradinho, a jusante da qual será feita a captação, esse volume será ampliado para a média de 63,5 metros cúbicos por segundo. Também inviabilizou as propostas anteriores a completa desinformação da sociedade nordestina sobre a questão (...) A primeira fase do projeto – que prevê a construção do Canal Leste, que levará água para o agreste e o sertão de Pernambuco e da Paraíba, e o Canal Norte, que demandará aos estados do Ceará e Rio Grande do Norte e ao alto sertão paraibano – tem um custo estimado em R\$ 4,5 bilhões, recursos exclusivamente oriundos do orçamento da União. O governo construirá e operará o projeto. A ideia é de que, quando o projeto estiver concluído, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) assuma a sua operação e gestão, desde a fiscalização da faixa de domínio dos dois canais, até a comercialização da água.

Gomes segue a reflexão técnica:

Foi um importante avanço, pois verificou-se que o consumo atual de água na bacia é de cerca de 5% da vazão garantida do rio na foz, mesmo nos anos de hidrologia crítica. Isso significa que há disponibilidade hídrica no rio, por muitas décadas, para promover o desenvolvimento sustentável do Vale do São Francisco e do semiárido nordestino, pois não podemos desconhecer que 70% da água da região estão no São Francisco, enquanto a maior parte da população do Polígono das Secas encontra-se fora de sua bacia hidrográfica. Haverá água para todos, felizmente. A discussão sobre o quanto de água é possível transferir para outras bacias tem sido feita pelo Comitê, que em princípio concorda com a retirada de água para a segurança da demanda humana. Serão 26 m³/s, que garantirão o suprimento da demanda humana de água. A Agência Nacional de Águas propôs que se aproveitem as águas do rio nos anos chuvosos, transferindo-as do reservatório de Sobradinho, quando este estiver cheio e vertendo, para os açudes dos rios intermitentes, por meio dos quais poderão ter uso múltiplo. Ninguém perderá com isso, pois esse excesso de água iria para o mar sem qualquer uso útil. Embora alguns setores presentes no Comitê advoguem que é primeiro preciso revitalizar o Rio São Francisco para depois fazer a integração de bacias, essa opção, a nosso ver, não é sensata, pois uma coisa independe da outra. Os estudos de impacto ambiental do Projeto demonstraram que ele não impacta

os usuários do São Francisco, com exceção de uma pequena perda de energia na produção da Chesf. Ninguém na bacia será prejudicado, e parte dela será beneficiada pelo projeto, pois o estado de Pernambuco, que pertence à bacia, receberá 1/3 da água do projeto. Por outro lado, a revitalização é um processo também de mudança cultural, demorado, e levará uma geração para ser totalmente concretizada. Não é justo prejudicarmos nordestinos que precisam de água em curto prazo, mesmo porque o problema do Rio São Francisco não é falta de água, especialmente depois da barragem de Sobradinho, onde se farão as captações do projeto de integração.

Importa-nos mais de perto as razões e teleologias do polêmico programa sustentado por C. Gomes, uma vez que, dentro da quadratura do planejamento público, o projeto visava ao benefício direto e de monta de pequenos produtores e consumidores, assim como a geração de renda, sendo sustentado pelos setores mais potentados: “Os estados serão induzidos a cobrar pela água para que possam pagar ao operador do projeto de integração. Essa cobrança será feita aos setores produtivos, industriais ou agroindustriais, e aos grandes consumidores urbanos per capita, com o que se permitirá que a água continue a ser ofertada às populações mais pobres, dos meios urbano e rural, a custos subsidiados ou, no limite, a custo zero”. Nessa linha, “Estima-se que o projeto viabilizará, direta e indiretamente – pela melhoria da gestão dos recursos hídricos locais e pela sinergia hídrica – a inserção de cerca de 100 mil hectares e a criação de 186 mil empregos de novas áreas irrigadas, bem como a inserção/viabilização de cerca de 24.400 hectares irrigados nas áreas ao longo do traçado dos canais e de mais 20 mil hectares ao longo das várzeas dos rios receptores”. Segue que “Nas áreas ao longo dos canais, os beneficiados serão pequenos agricultores e assentamentos do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] já instalados na região, além de novas áreas destinadas à reforma agrária que já se encontram em estudos pelo Incra. Nos projetos de irrigação planejada uma parcela dos lotes é usualmente ocupada por pequenos produtores habilitados”. Além disso, o projeto conteria uma intervenção fundiária de desapropriação de 2,5 quilômetros das margens do rio com a intenção de não beneficiar concentradamente as oligarquias nordestinas. Convicto, “esse projeto é de segurança hídrica para 12 milhões de pessoas” e “lateralmente, e apenas lateralmente, ele pode permitir que se expanda a irrigação”.

Retomando sua posição passada a respeito do PT, e cotejando com a subsunção de suas assertivas ideológicas enquanto Ministro do governo Lula, Gomes não omite integralmente sua antiga visada. Se, admite, se assemelhava (ao PT) em relação às

“indignações morais” e “sentimento nacional”, distinguia-se frontalmente pela linha técnica de reconhecimento e respostas aos problemas brasileiros. C. Gomes, no entanto, expressa nesta entrevista uma surpresa, uma “subversão de expectativas”. Admite que Lula demonstrara capacidade e lucidez para coordenar as forças aliadas a um projeto, uma “estratégia possível de ruptura”, ou mais precisamente, “uma transição sem ruptura”, que “está funcionando”. Gomes assevera, sobretudo, que a apreciação cambial promovida por Lula aparece como grande conquista, uma vez que se trata de um país “dependente de importações, dependente do dólar”, visada pouco atinente à galvanização da indústria.

Veja-se que as noções, como dissemos, mais atinentes ao núcleo desenvolvimentista de seu pensamento, reformas estruturais, poupança estatal e conclusão e autonomia da economia nacional, assim como, o estado pioneiro tecnológico e desarticulador dos monopólios privados com a criação de estatais, não são propaladas a plenos pulmões. Vigem, no entanto, com mais clareza, a apreciação cambial (uma posição tributária às importações, e logo, à malha industrial incompleta e em “especialização regressiva” desde o Plano Real), a estabilidade inflacionária, a austeridade fiscal, a guerra institucional ao patrimonialismo e o apoio aos novos empreendedores (fomento à pequena-burguesia) por meio da rede circunscrita de possibilidades do Ministério da Integração Nacional (obras hídricas e de desenvolvimento local), além das preocupações, de modo muito geral e mais imediatas, com a taxa emprego e renda que, então (2003), conforme diz, não cedera em nada sua deletéria condição. Lembremos que algumas dessas condições já foram ressaltadas por Gomes no passado como prejudiciais ao desenvolvimento da economia se perduradas, como a apreciação do câmbio. Tudo indica, dessa feita, uma posição desenvolvimentista mais modesta, mais moderada de C. Gomes, atinente, segundo infere, à submissão institucional devotada e limpidamente assumida neste quadrante, mas não apenas, uma vez que se deve compreender a inclinação moderada de Gomes através da senda objetiva tomada pelo país desde os anos 80 e, principalmente, com as consequências do Plano Real, já esmiuçadas. Em suma, a moderação do ímpeto desenvolvimentista deve-se à 1) especificidade do discurso ciriano, que como vimos, mescla ortodoxia e heterodoxia e 2) inicial transigência com a “transição sem rupturas” petista.

Nesse diapasão, para que marquemos o que é ou não descontinuidade do ideário debulhado, Gomes é taxativo sobre o governo petista: “não é o meu projeto”, e outrora, “o povo arquivou o meu projeto”. O ministro, portanto, se aliança transigente e

conscientemente ao que chama, então, de “transição sem ruptura” em relação ao governo neoliberal FHC/PSDB e afirma que o “modelo econômico que nós herdamos é inadmissível”, tendo como predicados “as menores taxas de investimento desde a II Guerra Mundial” e com “a menor média de crescimento dos últimos 50 anos”.

O autor e político referencia o próprio presidente Lula como aquele que teria se responsabilizado por uma “transição sem rupturas”. O marco dessa decisão aversa à ruptura, segundo Gomes, gravada por uma “azeda crítica” dele próprio, teria sido a “Carta aos Brasileiros” grávida da promessa “não romper contratos”. Gomes indica que fora, ironicamente, uma “carta aos banqueiros”, prenhe do apanágio do governo. Dessa forma, ainda em 2003, Gomes põe-se em uma circunstância singular de “arquivar seu projeto” de desenvolvimento nacional, de coadunar com uma “transição sem ruptura” e respaldar o bom funcionamento de tal transição limitada. Uma transição que, segundo Gomes, carece de um plano “sistematizado a um rumo estratégico do país”. Ciro, ilustrativamente, crava que a questão mais pungente a ser respondida seria, justamente, “quanto do nosso governo se parece com o governo passado?”, remetendo à debilidade da “transição sem ruptura” em consignação pelo projeto petista. Ainda na tessitura de suas complicadas alianças (como esta ao governo petista), Gomes revela, sucintamente, ter perdido “a confiança política em Roberto Mangabeira Unger” pela sua oscilação e “imprudência” nos acordos políticos. Sobre Roberto Freire, líder de sua legenda (PPS), afirma sobre um desentendimento ideológico, uma vez que Freire passara ao apoio do PSDB, ou mais precisamente, da parte do PSDB que hasteava, ainda, orgulhosamente, a bandeira de seus governos federais, ensejando, pois, que o partido (PPS) tomasse o assento de oposição ao governo petista e ao próprio ministro C. Gomes.

Outro grande tema referido na entrevista em tela é o da política externa em que o autor de *O Próximo Passo* revela seus desideratos mais sintônicos aos do governo. Lembremos que Gomes não fora, tomando por irrazoável, contra, absolutamente, um processo de desestatização (e, como mostramos no capítulo 6, via desnacionalização) da economia, quanto antes, o colocou como bastião de resolução das contas públicas, admoestando o modo e os gestores do processo de privatização, posto que empreitada distorcida dos princípios primeiramente acertados, artilosa na operação e dilapidadora do escopo da renovação das capacidades de investimento estatal e pagamento da dívida pública. Deve-se lembrar que Ciro também recusara o talhe do antigo nacional-desenvolvimentismo excessivamente protecionista e hermético, conjurando com a noção e a prática

inexoráveis de uma economia aberta, setorialmente pensada em sua abertura, isto é, aberta paulatinamente ao avanço competitivo multissetorial. Foi nesse sentido que em seu discurso anteriormente analisado se trouxe o tema do “choque de capitalismo” ou “privatização do setor privado”, como forma de aguçar o sentido competitivo dos grandes monopólios protegidos em seu esbulho e ineficiência. O tema se deslinda nestas palavras seminais:

aí [política externa] como os antagonismos são menos imediatos, nós podemos avançar muito claramente em um novo modelo. Então, o comportamento do presidente Lula na política externa em seis meses dos dez meses e doze dias que nós temos, já posicionou o Brasil de uma forma radicalmente diferente (...) ali, pode-se dizer, ali houve uma mudança... não de antagonismos e rupturas que chama mais atenção, são os alinhamentos mesmo. O Brasil volta a compreender que é um país sulamericano que jamais deveria ter deixado de compreender. Nós não somos um país da América do Norte, nós não somos um país da Europa, nós somos um país sulamericano e temos que superar dificuldades, as desconfianças (...) com o resgate da África. O Brasil tem direito de, pelo pedantismo de frações de nossas elites, se considerar um país branco europeu para ir passear na carruagem da rainha da Inglaterra abandonando uma tradição e uma dívida mais que moral e uma frente de negócios e o posicionamento geopolítico estratégico que está disponível para nós a partir dos países de língua portuguesa, mais a similitude de interesses com a África do Sul por uma ordem multilateral e não unipolar como essa esmagadora que resulta do pós-Iraque? (...) O presidente está viajando para recuperar o próprio conceito de afirmação. O G-20, o G-X é “gol de placa”, quer dizer, num primeiro momento o que nós conseguimos foi inviabilizar Cancún, perfeitamente. Mas, para inverter uma tendência onde as reuniões multilaterais eram apenas para homologar os interesses prepotentes das potências mais ricas, agora é diferente, nós estamos sendo chamados a conversar, a negociar... ALCA, ALCA é um problema porque vários setores da economia brasileira ganham expressivamente com a celebração de uma área de livre comércio rápida em 2005 sem maiores condicionamentos como a ALCA, mas na média muitos interesses serão esmagados, por quê? Porque há três assimetrias básicas entre nossa economia e a economia norteamericana: a condição de financiamento, é muito diferente operar juros de 1% ao ano para operar juros de 18% ao ano, falando de juros básicos; a condição tecnológica. Nós temos um retardo tecnológico que tensiona principalmente no nosso equipamento industrial, que pode ser superado se houver uma política industrial consistente, um processo que não seja para acomodar ineficiências, mas para fazer essa reciclagem tecnológica, enfim, para modernizar o parque brasileiro; e escala, 7 em cada 10 empregos no Brasil vem de pequena empresa. Se nós entramos abrindo mão de propriedade intelectual, compras governamentais etc, política industrial, nós vamos fazer o quê? Nós simplesmente teremos perdido as ferramentas de fazer o

Brasil, enfim, um país industrial...que nós não podemos abrir mão. O Chile pode abrir mão. A Argentina não podia e abriu. O Brasil não pode abrir mão de ser um país industrial.

Como temos buscado elucidar por meio da minúcia da letra ciriana, o autor e político, acordado com suas funções ministeriais, dotou sua elucubração pública de menor grau de requisições e mais modestas prescrições, subtraindo grande parte de seu “projeto nacional de desenvolvimento”, já debulhado em suas diretrizes, detalhes e expressões específicas. Em entrevista de fevereiro 2005 (18), o protagonista de *No país dos conflitos* desvela que, consonante ao diapasão de nossa análise, “acho que eu apresentei uma visão muito tosca da mudança que eu ansiava para o Brasil. Eu acho que eu calculei mal e nisso eu fui pouco humilde, acredito. Isso foi uma lição que foi importante para mim. O presidente Lula foi o oposto, absolutamente sábio e humilde quando percebeu o tamanho do antagonismo e escreveu aquela Carta aos Brasileiros que eu chamei de Carta aos Banqueiros imediatamente porque fiquei indignado, né?”, segue, “*mas, eu, hoje, vejo que a mudança pode ser buscada com um pouco mais de tato, um pouco mais de paciência, um pouco mais... às vezes, muitas pessoas veem nisso uma contradição, mas eu não vejo*”.

Recalculando as margens de realização de seu projeto, Gomes parece inclinado, neste momento supostamente promissor e progressista, a edulcorar contradições (com o projeto da esquerda petista) em detrimento do feitiço mais original e circunscrito de seu projeto desenvolvimentista, pouco “humilde”. Trata-se de amearhar tempo, recursos e alianças relativas dada a grandeza das exigências e das resistências, revisadas em seu poderio imobilizador, para a consecução da renovação burocrática (contra as oligarquias) e refundação econômica (contra as plutocracias e corporativismos). Projeto que também ganhou, como vimos, o epíteto de “levante das classes médias”, aquelas que mobilizaram, segundo sua dicção, os momentos fulcrais de progressismo no decurso histórico do país e que angariariam o posto reatualizado de elemento propulsor do progresso intelectual, técnico e moral do país para Gomes. Vejamos:

eu acho que o papel de um partido progressista é, mesmo percebendo as contradições do governo, colaborar para que ele funcione. Isso quer dizer tensionar por dentro, denunciar por dentro como eu faço. eu tenho toda liberdade para dizer o que eu quero ou bem entenda na presença do presidente da república e meus colegas de equipe. Discutimos o destino do Brasil, os rumos disto ou daquilo, de qualquer assunto e *uma vez tomada uma posição no governo, meu papel é cooperar para que dê certo*

ainda que minha posição não seja prevalente...isso que é o papel grave de um militante progressista no país hoje. Senão, nós vamos ficar nessa pseudoesquerda que no passado recusou apoio ao Itamar, o PT recusou apoio ao Itamar naquela hora grave. É a mesma coisa, talvez, agora, com mais dramaticidade porque é um operário, líder sindical, primeiro presidente da república que não é parido pelas oligarquias, quer dizer, primeiro não, Juscelino tinha sido. Eu sou admirador de Juscelino. Juscelino tem uma raiz de classe média, pequena, modesta, e o Lula. Se isso não der certo, o povo vai se descrever em si próprio, então, tem que ajudar. Quem gosta da democracia, tem que ajudar, o resto é conversa mole.

Devemos, dessa feita, assegurar que a inflexão de C. Gomes não é uma modificação na ossatura de seu pensamento, mas uma adequação de sua ideação aos nexos ajuizadores das possibilidades objetivas brasileiras naquele momento e à sua descrição institucional, convite à parcimônia de uma execução moderada e negociada do fulcro ideológico ciriano. C. Gomes finda em março de 2006 sua posição no cargo de Ministro da Integração Nacional, tendo em vista o processo estratégico de seu novo partido, PSB, impelindo o político ao certame eleitoral para deputado federal. Em manifestação oficial de 2006 (19), Gomes, em vésperas de seu desligamento, resumiu a atividade do ministério, congruente com o que tentamos esmiuçar, isto é, não como uma preocupação concentrada na pobreza, tampouco como uma instância de galvanização da excelência científica e tecnológica, mas como uma empreitada “articuladora” interministerial, focada na identificação das “bases territoriais” de ação (suas “carências e necessidades”) e a geração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Grava na tessitura das propostas, e explicitamente no discurso referido, a arraigada ideia do “dualismo brasileiro”, ou como visto em seu livro em consórcio com Unger, o opróbrio ruborizante do “primeiro Brasil” e “segundo Brasil”, urgindo soluções ponderadas para além das superficialidades compensatórias. Revelador, como outrora se alertou, é que os resultados dos diagnósticos do Ministério vaticinem que a heterogeneidade se distribui pelo país, deslindando em cada macrorregião polos dinamizados e polos de retrocesso em relação às médias brasileiras de crescimento. O autor de *Um desafio chamado Brasil* atua, por conseguinte, transigente ao enclave petista no qual se insere, engendrando apenas parcialmente seu conjunto ideológico, redimensionando as assertivas e teleologias tão esquadrihadas em seu ideário.

7.2 Da transigência à intransigência: discursos e entrevistas de 2007 até 2010

Doravante, façamos o périplo analítico pelas manifestações, discursos e entrevistas de Gomes em seu período como deputado federal (2007-2010). Antes, de forma bastante sintetizada, lembramos os pontos fulcrais da intelecção do político: estabilidade inflacionária como pressuposto tático associado à austeridade fiscal como princípio conceitual; reforma estrutural tendo como meta fundamental o ajuste arrecadatório e de investimentos; robustecimento da capacidade de poupança e investimento; desenvolvimentismo calcado em atividade estatal regulatória, emersão de empresas estatais para a dissolução dos monopólios privados (assim como a abertura selecionada do mercado com o mote do “choque de capitalismo” aos setores “plutocráticos”), engendramento estatal da fronteira tecnológica galvanizando setores atrasados, consórcio de múltipla assistência aos “novos empreendedores” para a forja de uma nova – e não “viciada” - elite empresarial. Os empreendimentos acima seriam a consignação da “renovação burocrática” e da “refundação econômica”, bastante tematizadas, a desossar a sociabilidade crispada e cristalizada nos vícios “patrimonialistas”, efetivando-se por um verdadeiro “levantar” ou “revolução” das “classes médias”, edificadoras de uma “corrente de opinião” efervescente na sociedade civil, premidas, então, pelos privilégios e esbulhos multiclassistas das oligarquias, plutocracias e corporativismos.

Em manifestação primígena como parlamentar em 2007 (20), Gomes segue a hastear a bandeira da integração da bacia do São Francisco com os rios intermitentes do nordeste setentrional (sua antiga missão como ministro) e destaca, a despeito das funções mais “urgentes” do projeto (“segurança hídrica”), o esforço do povo do Piauí produtor de soja contra todas as adversidades. Gomes apresenta-se, corriqueiramente, sem críticas decisivas ao agronegócio, isto é, sem associações deste setor à criticada “plutocracia”. Destaca, vinculadamente aos efeitos promissores da Integração (“segurança hídrica” e, “lateralmente”, irrigação) a hostilidade do país a quem “produz e trabalha”, sedimentando o bordão de extremo generalismo já identificado no capítulo passado, que abrolha com força e renitência, justamente, no compasso da desindustrialização relativa e desnacionalização galvanizadas pelo governo FHC. Anteriormente, claro nos registros e análises, o setor produtivo-industrial, ineficiente e esbulhador, aparecia frequente e mordazmente como parte de seu conceito “plutocracia”.

Gomes apresenta-se, como deputado federal, com uma retórica mais livre e menos constrangida institucionalmente. Brada, em sonora verborragia, sobre as inconseqüências das “elites dirigentes” como única causa de possível explicação da miséria brasileira, uma vez que se trata de um país repleto de condições naturais para a atividade econômica rural, assim como dotado da maior matriz energética natural do planeta, como também, grassando das reservas estratégicas de petróleo, minerais e refulgente biodiversidade. O político enviesa, novamente, o pensamento pelos escaninhos da acusação ao *vício das elites patrimonialistas*, enquistado que imobiliza, enrijece a reprodução da realidade efetiva particular, açambarcando recursos e emudecendo oposições. O pleito ciriano, como neófito deputado federal, solene pela condição de jejuno no que considerara “templo democrático”, não desvela nomes e nem deslinda explicitamente ter por interlocutores a própria oligarquia criticada; fecha-se, dessa feita, em circunlóquio discursivo exaustivo e generalista conta as repetidas elites patrimonialistas.

Retoma, também, o balanço do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, “exuberante” e “esgotado”, já tematizado por sua perspectiva em outros momentos e reatualizado pela pena de seus livros, como parcialmente exemplificado no novelo de sua ação política nas oportunidades municipais, estaduais e federais. As análises (e prescrições) de Gomes seguem negligenciando a delimitação da peculiaridade da sociabilidade capitalista, isto é, da legalidade imanente capital, o desdobramento radical da luta de classes, como segue negligenciando a particularização da essência da realidade efetiva particular brasileira. Tanto a exuberância quanto o esgotamento sobreditos se dão de certa maneira voluntarista. A exuberância da efetividade transformadora 30-80 é, quase sempre, homogeneizada por um discurso de um crescimento monocromático. Apresenta-se, também, distorcidamente, este momento de 50 anos como efervescência do desejo popular (“levante das classes médias”, âmago do revolvimento desejado) tendo como corolário um projeto político relativamente racional-burocrático e desenvolvimentista representado por Vargas e Juscelino. Gomes negligencia e oblitera as razões de ser dos momentos sobreditos, isto é, ignora a compleição do capitalismo e das classes dominantes brasileiras, a conciliação/transição pelo alto ou a oscilação de acordos por cima, o arcaísmo das relações de trabalho dominantes rurais, assim como a permanência da mácula da superexploração da força de trabalho na entificação do capitalismo brasileiro, a plaga autocrática refringente ao direito político e tanto mais ao direito social, a associação subsumida ao capital estrangeiro marcante desde o governo JK, marcas de um

capitalismo hipertardio, de uma burguesia ultrarretardatária, de um capital industrial atrofico e caudatário que, se deu passos importantes no meio século referenciado, não resoluciona e não pode resolucionar de vez sua incompletude e subordinação. Além disso, pouco reflete sobre as ondas longas expansivas e depressivas das taxas médias do lucro, a expansão da mundialização do capital transnacional desde 55 para a América Latina como ampliação do espaço de acumulação, a cristalização do hiato tecnológico vez que o desenvolvimento industrial brasileiro do período marcado se concentra na revolução tecnológica da onda longa expansiva anterior e não de base microeletrônica de momento nos países centrais. Da mesma forma, o “esgotamento do modelo” pouco referencia, e menos, explica as crises e inflexões do capital mundial, como não interessa ao próprio Gomes discernir o biombo obliterador de crescimento brasileiro, explicando as formas estarrecedoramente incompletas e desiguais do “milagre brasileiro”, o núcleo político autocrático do II PND e a parcialidade das resoluções do parque industrial brasileiro, que se demonstraram vivamente adiante no período de 86-87 quando o retorno do crescimento induziu à multiplicação da importação em 50%. Logo, um conjunto de problemas aparecem desde o balanço de Gomes, onde o mítico “30-80” é utilizado para franquear esperanças anuviadas.

A homogeneização generalista e propagandeadora do “período desenvolvimentista” aparece como frontispício refulgente, mas sem verdadeiros arrimos para nutrir as cândidas esperanças em um novo desenvolvimentismo reatualizado, arejado, sem hermetismos, mais burocrático e refratário aos vícios patrimonialistas das elites plutocratas-oligarcas que esgotaram o antigo processo “exuberante”. Tampouco se sustenta a visão ciriana de que os momentos deflagrados do progresso sejam, em todos os eventos, uma mera manifestação política da força popular e do “levante” efervescente das “classes médias” a provocar “revoluções” pelo país. Disserta:

o Brasil tem na sua própria história e para ontem, não é preciso consultar livros, é um testemunho de pessoas que ainda muito jovem podem nos dar esse testemunho...o Brasil sai de uma agricultura simplória e de uma economia absolutamente simplória e se transforma na 15ª economia industrial do planeta. E se com tanta agudeza eu repito a denúncia a uma certa cupidez, a uma certa criminoso omissão ou muitas vezes ações deletérias de uma certa elite dirigente crônica no país, é preciso abrir exceções para demonstrar que também foi a elite política, em momentos em que o povo brasileiro teve a liberdade de se organizar e escolhê-la, que produziu este fenômeno extraordinário para a história humana observar. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek são apenas dois nomes, dois grandes

estadistas que sistematizaram e só resumidamente representam com grande eloquência o símbolo do que eu quero dizer. O país transformou-se nisso. E depois o Brasil que crescia a 10, 12, 14, até 15% ao ano passa na década de 90, especialmente, mas aí na década de 80, os primeiros e graves soluços já são dados, a experimentar a mais medíocre taxa de crescimento econômico de toda a nossa história. A terra não mudou, o clima não mudou, se mudou nosso povo e como extraordinariamente tem mudado, foi só pra melhor, porque hoje as mulheres que eram confinadas ao gueto da cozinha têm protagonismo da história, são maioria nos bancos escolares, ocupam a magistratura, o analfabetismo é residual, embora deva se denunciar sempre a desqualificação e a precariedade da escola que se dá ao filho do trabalhador brasileiro. O país só melhorou. O que aconteceu? O que que houve para sairmos dessa coisa exuberante em tão rápido tempo? Evidente, coisas graves aconteceram. É o mundo que financeiriza a economia, é a matriz de petróleo equivocada, na crise ilusória que duraria barato para sempre, que explode seus preços. *Mas o dado final é que o Brasil exauriu seu projeto de nacional-desenvolvimento por uma convergência dramática de estupidez ideológica das elites que emergiram, doravante, com uma condição muito mais hostil de tanger desenvolvimento do que outrora o experimento nacional-desenvolvimentista com muito êxito, embora com grandes contradições tenha produzido. E é isto, será isto que me guiará o mandato.*

A problemática do Plano Real também não é tratada a contento, pois lembramos que a referência a um mero equívoco de gestão é extremamente incongruente, uma vez que:

Esse Plano não é, meramente, um programa de estabilização solitário. Na essência, vai muito mais longe, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do Consenso de Washington. Portanto, a política de estabilização daí decorrente tem impactado, entre outras coisas, no redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formatação de suas políticas públicas e sociais; na reestruturação, concentração e desnacionalização de diversos setores econômicos; nas relações internacionais, comerciais e financeiras do país e, cada vez mais, na redefinição das relações trabalhistas e no perfil do mercado de trabalho. A estabilidade monetária até agora conseguida, assentada numa indiscriminada abertura comercial e financeira da economia e, até janeiro de 1999, na sobrevalorização do Real – tudo isso conforme o ideário liberal e as novas circunstâncias do mercado financeiro mundializado -, ao exigir elevadas taxas de juros para sustentação da "âncora cambial", provoca uma permanente situação de instabilidade macroeconômica. Esta última tem se expressado na fragilização do balanço de pagamentos, na deterioração das finanças públicas, em taxas de crescimento diminutas – com flutuações reiteradas do nível de atividade econômica – e numa

elevação inédita das taxas de desemprego. (FILGUEIRAS, 2000, p. 31)

Doravante, Ciro volta a enunciar alguns pilares de sua ideologia politicista/socialdemocrata/desenvolvimentista da renovação burocrática e refundação econômica: o caráter central do robustecimento da poupança interna, a qualificação dos arranjos institucionais e a galvanização das virtudes produtivas iminentes de “seu povo”. É taxativo, ao designar o inimigo a ser imolado, uma vez que nunca houve “desenvolvimento sustentado” lavrado pela “perversidade neoliberal”, ideologia que hegemonizou o destino do país. Ciro cita Hanna Arendt como “moderníssima” teoria da filosofia política propaladora das deficiências e insuficiências da política diante do poderio megalomaniaco das gigantes corporações multinacionais. Todavia, contraditoriamente, expõe ainda a necessidade de infundir forças reabilitadoras na práxis social política como esfera imprescindível, instrumento indispensável, a despeito das explicitudes de seu apequenamento ideológico e prático contemporâneos. Completa: “Hannah Arendt diz que a política deve ser emulada, mantida, cevada, estimulada, e acima de tudo, protegida porque só ela é capaz de produzir milagres”. Ciro completa o altivo discurso engalanando a posição parlamentar como reunião do melhor da inteligência e moral brasileiras.

Em debate de 2008 (21), ainda como parlamentar federal, Ciro confronta-se com o hodierno ministro da economia do Brasil, Paulo Guedes, a quem considera um “extraordinário educador”, em sua abertura. Gomes deflagra seu discurso apresentando as premissas “neoliberais” do evento, delimitando os contornos de uma ideologia contra a qual se põe como um “militante político” provido de esforços acadêmicos, posição que temos buscado esmiuçar em seus detalhes, nuances, contradições e especificidades. Gomes, apesar de ser um arauto do “choque de capitalismo”, da “privatização do setor privado”, da abertura de mercados para acossar a ineficiência das plutocracias, defendeu também em outros momentos uma abertura moderada, refletida, já que a abertura absoluta poderia agravar a outra fundamental perna de seu desenvolvimentismo reatualizado: a assessoria estatal catalisadora dos novos empreendedores não viciados no patrimonialismo. Outrora, não custa lembrar, em entrevista da década de 90 trazida à tona, Gomes foi enfático e animado ao requisitar os bons efeitos do trabalhador brasileiro poder consumir um produto melhor e mais barato egresso do estrangeiro (ainda em momento anterior à consignação plena das consequências do Plano Real). Nesse novelo de

acepções, só tardiamente Gomes admitiu o apanágio “precário” do Plano Real, conquanto desde cedo expusesse seu caráter temporário; o problema produtivo derivado do Plano Real/FHC, todavia, sempre foi explanado pelo mote equivocado da má gestão como também se aclarou. Lembremos, também, que após os repetidos movimentos deletérios do governo FHC para o setor produtivo, Gomes inclinou-se à fraseologia generalista da defesa de quem “trabalha e produz”, dando a entender uma salvaguarda completa ao setor industrial, anteriormente, renitente frequentador do conceito de plutocracia, setor que deveria ser admoestado de todas formas que a política proporcionasse (inclusive, com a abertura comercial, repetimos).

Outro problema constante que reaparece é a chamativa de Gomes à renovação burocrática, neste debate, por meio das exclamações sobre a maturação de nossa democracia. Dessa forma, o estado é exilado da economia, uma vez que o autor não explica o decurso das autocracias brasileiras a partir das determinações recíprocas com o solo social do padrão de entificação do capitalismo brasileiro. A fragilidade da democracia e da burocracia brasileira, arranjo institucional ferido pela oligarquia e pelo clientelismo, se postam como uma “cultura viciada” a ser saneada na panaceia do levante das classes médias a propugnar e promulgar a renovação burocrática, ou seja, outorga civil do movimento político-institucional-eleitoral que Gomes pretende, a largo tempo, encabeçar junto a qualificada intelectualidade burocrática. Vejamos o núcleo de sua manifestação que endossa os temas sobreditos em uma extensa passagem que não deixa dúvidas do que temos procurado sistematizar:

Eu quero crer que não há dificuldade nenhuma, eu não sinto interdição ideológica nenhuma, minha inteligência não se choca, minha solidariedade, minha vontade de viver numa sociedade menos injusta, menos perversa, em nada se choca com a idealização de uma humanidade sem fronteiras em que a liberdade seja absoluta, liberdade para comercializar, para fluxos financeiros, liberdade para fluxos tecnológicos, liberdade para a migração da mão de obra, liberdade para migração da mão de obra! Que é um fator central do processo produtivo. Entretanto, isto um dia acontecerá. Hoje as coisas não são assim, por que não são assim? Porque, e por favor, não confundam minha constatação com bem-querer, eu apenas constato. As coisas não são assim porque ao mesmo tempo que pela instantaneidade das comunicações se estandardiza um padrão de felicidade referida a um determinado patamar de consumo e de desejo das pessoas, as condições reais de empreender, de produzir, de trabalhar, de gerar riqueza, de comercializar, de pagar impostos e, portanto, um padrão de financiamento de essencialidades maiores ou menores que nossas concepções de estado tenham, para maior ou

para menor, mais simples ou mais complexas, mais intrusivas ou menos intrusivas, tudo isso ainda é, e lamentavelmente, em vários espaços da contemporaneidade da geografia mundial, há retrocessos, ainda são intrinsecamente nacionais, no máximo, regionais. A caricatura brasileira que o professor Tom Palmer relatou aqui me incomoda muito, mas eu preciso ter a humildade. Não é possível chocar uma ideia tendo por referência as caricaturas que nos remaneseram de um estado balofo, corrupto, ineficiente, clientelista, fisiológico, de uma cultura política que foi atrapalhada, mas eu queria só lembrar para que nós não tenhamos tanto desapareço a nossa própria história, nossa própria identidade, professor Tom Palmer, o Brasil está comemorando esse ano o mais longo período de vivência democrática da nossa história. Desde a república o Brasil nunca completou 18 anos de vida democrática regular. Isso é chocante a gente lembrar, mas é dado da nossa história e evidentemente o processo autoritário pra cá ou pra lá, todos nós sabemos que a contrafação da liberdade é um processo que se especializa, para além da grande caricatura repressora do ditador, se especializa na regulação, no controle do que as pessoas pensam, do que as pessoas falam e de como as pessoas trabalham, comercializam. E nós estamos cuidando de limpar isso, claro, com muita lentidão, muita contradição, mas o Brasil se persistir nesse caminho não tenho a menor dúvida, vai se reconciliar e não precisaremos mais estar num debate como esse envergonhados de ver as caricaturas. Mas, esse debate não pode se referir sobre caricaturas. *Eu estava lembrando que as condições reais de empreender são, hoje, em alguns casos agudizadas, nacionais. Eu não gosto disso, apenas constato.* E poderia lembrar 150 mil assimetrias que tem a ver com a divisão internacional do trabalho no mundo no presente momento, mas eu vou ficar em três: hoje, o padrão de financiamento de uma economia, o custo de capital, perfil de capital, deriva de economia política, deriva da modelagem de economia política, deriva do estado de poupança interna de cada lugar e deriva da situação patrimonial de cada país e nós no mundo não detemos isto, é um dado lamentável. No futuro, quem sabe, não será assim, mas hoje é. Os termos de trocas internacionais são feitos em doze moedas, até ontem, feitas em uma única moeda. E os norte-americanos tem todo direito por razões que não valem especular profundamente aqui de praticar déficits monstruosos nas suas contas e não ter inflação porque o dólar é reserva de valor das reservas cambiais do Brasil, da China etc, etc, etc. E quando você tem investimento em uma moeda que você não emite, você tem que saber imediatamente como vai remunerar esse passivo. Ninguém vem fazer investimento aqui para fazer caridade, vem para fazer, como é bom, bem-vindo, mas para fazer, para se remunerar. Quando você, por exemplo, privatiza, internacionalizando uma companhia que processa *nontradables*, você põe lá no elemento das suas contas (...) corrente com o mundo, você põe lá o seguinte: um passivo externo que não tem em si caminhos de financiamento, ninguém exporta pulso telefônico, ninguém exporta kilowatt, a não ser se tiver uma hidrelétrica na fronteira, que não é definitivamente o caso brasileiro, portanto, o padrão de financiamento não é mundial, não é global. A taxa de juros brasileira, o empreendedor gaúcho

de grande, extraordinário valor desconta uma duplicata em Porto Alegre, bom amigo do gerente, a 1,50, 1,75 % de juros ao mês, que é por quanto se financia um japonês ao ano, descontada a inflação. O componente tecnológico tem tal centralidade hoje em matéria de apazibilidade, de preços, de produtividade, enfim, de tudo nos bens e serviços desejados pelo padrão globalizado de felicidade referido ao consumo que não é mais possível, não é opcional dizer que nós podemos operar aqui com retardo tecnológico, isso é lixo. É um erro grave de uma certa esquerda antiga do Brasil ficar com essa coisa de...reacionária, no fim, conservadora na pior acepção desse termo, mas compreendamos, a tecnologia ainda é um domínio que está territorializado no mundo. Ainda é nacional ou regional, por exemplo, vou citar aqui...eu sou um provocador militante político absoluto, provocado pela ilustrada palestra do professor Tom Palmer. A EMBRAER se vira aí para fazer uns aviões, está crescentemente nacionalizando, o desenho é nosso, mas evidentemente não temos capacidade de fazer turbina, a EMBRAER tem um avião de treinamento militar chamado tucano e o Chávez quis encomendar uma porção de aviões do Brasil, a América do Norte fez um embargo, proibiu o Brasil de vender os Tucanos para o Chávez porque tem um componente de aviônica tecnológica que o Brasil não produz e que é egresso da América do Norte. É claro que chocando com a teoria, eu volto à minha premissa, eu não tenho nenhuma dificuldade ideológica de defender o *free trade*. Eu suponho que no futuro a humanidade será capaz de se equalizar, de estabelecer uma divisão internacional do trabalho capaz de compreender as especificidades. Agora, compreender isso hoje necessariamente tem que estabelecer um nexos de inteligência que nos blinde das paixões ideológicas simplificadoras porque senão os operadores da realidade traquejam a contradição diária que, por exemplo, obriga o Brasil a defender nos fóruns internacionais *free trade* em *commodities*, mas reclamamos da América do norte que restringe os nossos aços planos, que já é até um semielaborado, causando distorções graves nas decisões de investimento...lá vai outra provocação, porque a nova siderúrgica do Jorge Gerdau não é no Ceará? porque é na América? Porque o governo Bush republicano, ultraconservador, resolveu estabelecer um programa de reconversão industrial siderúrgica nos Estados Unidos e restringiu as importações do aço plano brasileiro que é o mais competitivo do mundo

Gomes considera no estertor de sua apresentação: “(...) coordenação que não significa burocracia, coordenação, tem mil instituições, cada cultura saberá fazer a sua...coordenação estratégica explica a Coreia que 30 anos atrás registrava menos patentes que o Brasil, hoje ser sede de uma plataforma automobilística deles, ter uma plataforma de eletroeletrônica deles e o Brasil que registrava mais patentes do que a Coreia há 30 anos...enfim, todos nós sabemos como está”. Deriva que “Então, o estado

necessário é esse que atenda de um lado o interesse, o interesse nacional, isto é um valor, o interesse do nosso povo, isto é um valor, não tenho acanhamento nenhum em qualquer lugar de dizer que o que deve nos guiar é a defesa do interesse nacional, do interesse do nosso povo”. Arremata, “em segundo lugar, uma mediação que, pelo menos, na transição para a equipotência dos fatores reais de competitividade sistêmica do mundo, prepare o empreendedor brasileiro para suportar a competição no mercado doméstico e fazê-lo de forma exitosa em terceiros mercados do mundo”. O problema central das classes segue aplinado pelo “interesse nacional”.

Em entrevista de 2009 (22), Gomes indica uma preocupação decidida com a astenia da democracia brasileira, referindo-se a uma “democracia envelhecida”, a uma “baixa energia popular”. O político refere-se, acalentando o vaticínio anterior, à sua empreitada política como uma militância necessária ao viço democrático, mais associada aos debates civis, à lavra das correntes de opinião acerca das estratégias de país do que à “contingência” dos postos públicos. A acepção ciriana, neste momento, prossegue transigente com a empreitada petista, mesmo pondo-se, claramente, distinta dela. Apesar de reenfatizar a ligação do PT com o corporativismo organizado em detrimento do “Brasil desorganizado”, alega que o governo teria posto ao claro a possibilidade de mudanças, exemplificando através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que o Brasil demonstrava relevantes melhoras em todos os números. Todavia, outrora, como vimos, o autor e político nacional-desenvolvimentista, ministro da integração nacional, designara o processo engendrado pela esquerda petista como uma “transição sem ruptura” (em relação ao governo FHC/PSDB/neoliberalismo), algo que será intensificado em sua futura acepção intransigente ao decurso petista. Ao antigo partido, PSDB, sobra a renegação completa como associação que se desviou da circunscrição doutrinária e ética propugnada em sua emergência.

Acerca do quadro de rupturas e continuidades da política brasileira, o deputado federal, íntimo participante do embate das forças em questão, decreta: “minha preocupação na questão da política não é com fulano ou beltrano, é que se você bem reparar, essa confrontação radicalizada do PT com o PSDB em São Paulo está fazendo muito mal ao Brasil”. Esclarece, “Veja, o Fernando Henrique quando se elegeu era uma página em branco, brilhante, um cara que tinha uma ‘puta’ trajetória, uma biografia. Aí vai pra lá, o PT nega conversa, nega diálogo. E o Fernando Henrique a pretexto, muito apressado, de governar o país, de ter maioria no congresso, se atraca no que há de pior no

patrimonialismo, no clientelismo, na corrupção etc, etc”. Espelhando o movimento, “Aí muda a vida do Brasil, o Lula vai lá, o maior líder popular da história moderna do país, um homem respeitado no mundo inteiro, toma posse na presidência da república, o PSDB nega diálogo ao Lula, toma uma posição de intransigência que até tomou cores de golpe de estado naquela vez da crise do tal dito mensalão e o Lula faz o quê?”, prossegue, “A pretexto de governar, de ter maioria no congresso, se sustentar, de estabilidade política, se atraca com quem? Com a mesma turma, a mesma, rigorosamente (...) É preciso encerrar isso. O Aécio [Neves/PSDB] temessa tese e eu tenho essa tese, fora as afinidades pessoais”.

O ex-ministro, na entrevista em tela, debulha seu percurso, buscando iluminar a coerência de suas oscilações em prol do projeto socialdemocrata/nacional-desenvolvimentista:

A minha vida partidária, de fato, meio trágica. Por quê? Porque eu me filiei na véspera da eleição de 82 no PDS porque meu pai era prefeito no interior do Ceará, Sobral, e baixaram um pacote estabelecendo a vinculação de votos. Na época, eu era líder estudantil, fui candidato a vice-presidente da UNE, na reabertura, tinha uma vinculação com o pensamento progressista do país como sempre. Embora, sempre tenha perplexidades intelectuais a serem saciadas permanentemente (...) e depois fui para o PMDB que era o partido de oposição, o que acontece: ajudei o Tancredo Neves (...) e aí o Tancredo morre, vai ao poder, o Sarney, e acontece aquela tragédia que aconteceu no Brasil que há um esforço muito grande para lembrar que eu falei uma bobagem, mas as pessoas fazem um esforço imenso para que o povo esqueça sua própria história. Aí eu rompo junto com o Fernando Henrique, com Montoro, com Serra, para fundar um partido que tinha compromisso ético e com a, uma visão de mundo socialdemocrata e ajudo, sou ministro da fazenda e vou para o ministério da fazenda ajudar na consolidação do real que eu tinha ajudado na concepção política, não na parte da engrenagem técnica, saio com grande êxito e o Fernando Henrique se elege em uma aliança com o PFL. Eu me aborreci com essa aliança. Depois fui embora para os Estados Unidos, larguei a política. E o Fernando Henrique impõe ao Brasil uma agenda neoliberal que destruiu o país. Por favor! Olhem os números. O Brasil levou 500 anos de história (...) 500 anos demorou o Brasil para sair de 38...de 0 para 38% do PIB da dívida pública. Em 8 anos a dívida pública foi para 78% do PIB. A carga tributária quando era ministro da fazenda até o dia da posse do Fernando Henrique era de 27% do PIB, ele levantou essa carga tributária para 35% do PIB. A dívida pública dobrou, a carga tributária aumentou e eles venderam 100 bilhões de dólares de patrimônio da união brasileira e esse dinheiro se dissipou porque o país caiu ao menor nível de investimento desde a segunda guerra mundial, destruiu-se as estradas, perdemos um terço dos mestres e doutores das universidades públicas (...) e fomos para o apagão do setor elétrico. (...) então, a minha vida partidária não

é minha melhor virtude, embora haja razão (...) Eu fui para um partido com 2 deputados, 2, não é coisa de carreiristas, nem de quem vai aderir ao governo, eu fui para a oposição e fui fazer o quê? *Fui tentar criar uma corrente de pensamento no Brasil e funcionou.* O PPS que tinha dois deputados virou um partido de vinte e tantos e elegeu dois governadores que nunca tinha elegido. Qual não foi minha amarga surpresa: o Roberto Freire, presidente do PPS e dono da burocracia do partido rompe com o Lula na primeira hora, o primeiro governo de esquerda do país, desde João Goulart, que olha lá se era de esquerda...e vai se atracar com o PFL de Pernambuco que é um dos mais sérios e mais conservadores do país (...) aí eu faço o quê, obedeço ao Roberto Freire e desrespeito meus princípios? Não, fui para o PSB com a tentativa final de ser coerente com essa linha

Em outra entrevista de 2009 (23), o deputado federal expressa outro balanço da situação nacional, busílis do deslocamento entre transigência e intransigência com a empreitada petista: “O Brasil vive um momento maravilhoso, tudo está melhorando, quer dizer, é uma palavra muito perigosa de usar em política, mas tudo está melhorando. Como eu sou uma testemunha ocular dos últimos 30 anos, eu afirmo seguro, tudo está melhorando no Brasil com o governo Lula”. Entretanto, “essa é uma afirmação que se faz olhando para o retrovisor. Se você olhar o presente do povo brasileiro, se olhar os *standards* internacionais, mesmo a condição de desenvolvimento possível, dadas as energias que o país já possui, além dos potenciais extraordinários que poderiam estar sendo executados”, enfatiza, “sendo guiados por um projeto nacional com planejamento, com inteligência, com coordenação estratégica, objetivos de médio, curto e longo prazo, supervisão, avaliação, controle, um estado que tivesse um mínimo de capacidade de gerência em bases modernas de eficiência, o Brasil era outra coisa. Se olharmos esse *standard*, o Brasil é um país por fazer (...) o PT desertou dessas questões na medida em que, para o bem ou para o mal, engoliu, com casca e tudo, as condições de governar em bases tão heterogêneas suportando o presidente Lula”.

Em mais uma entrevista de 2009 (24), Gomes apresenta o presidencialismo brasileiro como um óbice para as reformas estruturais necessárias aventadas; exclama que o presidente dispõe de artimanhas para punir e premiar os membros do âmbito parlamentar, todavia, permanece títtere do congresso caso queira engendrar reformas de diapasão “estrutural”. O ensejo dessa manifestação é ainda a defesa ou a transigência com o governo Lula (“faz muito bem ao país”/ “o Brasil está melhorando extraordinariamente em tudo”) que, pela sua “hegemonia moral e intelectual”, recebe a franquia popular para

tecer alianças, mesmo os anelamentos mais duvidosos levantados por Gomes. O viço alvissareiro de Gomes completa-se na afirmativa de que “o Brasil não vai aceitar retrocesso”, pondo ao claro a crença em um amadurecimento político e econômico do país. No primeiro caso, Gomes aponta o grande erro político petista como a vacilação de não ter conseguido consignar a institucionalização das conquistas amealhadas. Já no último caso, econômico, Gomes é taxativo em discriminar a modificação da disponibilidade de crédito, “13 para 45% do PIB”, maior disponibilidade de crédito da história do país, circunstância que, nos momentos futuros de menor transigência com o governo petista, tomará um sentido negativo ligado à somatória de endividamento popular e desemprego. Também, sobre o salário mínimo, o deputado reponha a ampliação de 76 a 250 dólares, como um feito econômico louvável. Mantendo a verve defensiva, “o brasileiro, hoje, vê no presidente Lula um símbolo de que toda a dificuldade que ele tem é superável, porque o Lula é o primeiro experimento de um líder popular na história da humanidade que vai ao poder e funciona”. Se vê com claridade refulgente que Gomesedulcora a antiga razão crítica acerca dos condomínios corporativistas, sobre o estatismo vencido, as políticas compensatórias inócuas, a verve da velha política. O deputado federal do PSB pelo Ceará parece lutar, através da ressonância dos debates, para que as conquistas primígenas petistas não fossem congregadas em qualquer síntese crítica às máculas do governo.

Em sequente manifestação de 2009 (25), Gomes alerta, perguntado sobre a possível candidatura em 2010, que a causa de suas candidaturas presidenciais anteriores fora a contrariedade ao projeto neoliberal posto e a suposição sobre as incapacidades reversoras do petismo. Assim, seu projeto denotava o diagnóstico técnico dos problemas e a militância política calejada para lavrar as soluções concretas, tendo por âmago, e somente assim, uma “corrente de opinião” maturada exigindo a complementação objetivadora de um projeto político cujos predicados necessários seriam aportados por Gomes. O deputado federal, contudo, reitera a experimentação, naquela quadra do estertor do governo Lula, de “avanços extraordinários”, que se não impediriam absolutamente uma candidatura própria de Gomes, deveriam ser acobertados por um projeto político que vaticinasse a institucionalização dos graves avanços petistas (ligados ao desenvolvimento e à distribuição de renda, sem discriminação exata), ainda fragilizados em termos de garantias de longo prazo, para não serem vulneráveis à “canetada” ou à “boa vontade”.

Já em entrevista de 2010 (26), Gomes é taxativo ao expressar que só a autoridade do PSB impediria sua candidatura (“um imperativo moral”), o que veio a acontecer alguns meses depois quando o partido, liderado por Eduardo Campos, político pernambucano descendente de Miguel Arraes, derogou a possibilidade expectada pelo socialdemocrata (visando o apoio do PT nos pleitos estaduais). Ao que se indica, a transigência de Gomes, já neste momento, não o imantava a fazer concessões de candidatura, reforçando a distinção entre o seu projeto nacional de desenvolvimento e a “transição sem rupturas” petista, ainda respeitada pelo deputado federal, naquela quadra. Gomes alerta sobre o passado “sectário” petista, a negativa à constituinte, aos apoios de Ulysses Guimarães e Mário Covas em 89, como a negativa ao Plano Real; o deputado federal revela, mostrando a origem remota de sua transigência (apesar, das ácidas críticas antes de formar bloco com o PT), ter tentando cosir uma chapa PT/PSDB em 1994, também rechaçada. O deputado federal não deixa de situar o PT como uma “esquerda anticomunista” desde a origem, inspirada pelo rol intelectual paulista como o próprio FHC, justificando o cosimento da chapa como junção do “novo” brasileiro (pós-ditadura). Lembremos, todavia, que no incipiente da década de 90, Gomes foi mordaz com o Partido dos Trabalhadores, inferindo a presença da “velha política” naquele partido. Em suma, mesmo nos períodos de mordacidade (pré-2003/ Ministro da Integração Nacional), Gomes revelou tentativas de articulação (chapa e os seminários temáticos regionais formadores de um projeto político): o que se cristalizou, outrossim, foi a oposição aparente PSDB/PT sempre à revelia de liames mais profundos.

Aliado ao bloco petista, Gomes renovou sua transigência, edulcorou as críticas mordazes, mas manteve-se atinente à distinção de seu plano de desenvolvimento, a distinção de sua candidatura, mesmo averiguando a maturação do partido de Lula como as conquistas relativas granjeadas, embora, não institucionalizadas. Nas críticas moderadas deste momento de transigência, apontou a posição equivocada do Banco Central ao perseguir o controle inflacionário sem perseguir o pleno emprego levando à vacilação do rentismo, assim como debilidade dos avanços não institucionalizados pelo governo Lula, e lateralmente, as alianças inescrupulosas sustentadoras da estabilidade governamental. Gomes, ainda, revela em meados da entrevista em tela que “o nacional-desenvolvimentismo é impraticável modernamente pela aceleração tecnológica que aconteceu”, referindo-se aos ciclos tecnológicos cada vez mais céleres e aos ocorridos marcantes do período 30-80 no Brasil. Todavia, o autor e político não discrimina seu

reatualizado nacional-desenvolvimentismo, embora advogue o “novo modelo tributário” para “desgravar a poupança destinada ao investimento”, além de criar mecanismos que vinculem poupança a investimentos de longo prazo arregimentando política monetária desfavorável ao “rentismo”, isto é, que combata a inflação vinculadamente às preocupações de investimento/crescimento, em um “conjunto keynesiano de ideias”. A entrevista caminha ao término com a assertiva de um indiciário da futura intransigência ciriana: “eu sou aliado do PT, mas exijo respeito. O PT está acostumado a tratar seus aliados como se fossem empregados”.

O voluntarismo tecnicizante de Gomes se expressa, por conseguinte, em meio ao balanço de idas e vindas entre os cargos e os partidos “desviados” de sua coerente propugnação. Busca outorgar, em cada momento, a conversão das forças do partido adstrito e, também, da posição institucional ocupada, ao modelo – epistemologista, prontificado, aplicável - de seu designado projeto nacional de desenvolvimento. Notável é que seu projeto tenha acentuações e correções tácitas, como aquela ligada ao dilema da “plutocracia/quem produz e trabalha/rentismo”, como já alvejamos algumas vezes, isto é, a entonação que traveja uma salvaguarda generalista à indústria, antes personagem principal da “plutocracia”, a substituindo pelo parasitismo “rentista”, algo que só se reponta após a imolação da indústria brasileira no périplo político tucano, cuja lavra deletéria contara com o aporte político de Gomes. De toda forma, essa mudança, em nada percebida por outros analistas, demonstra o movimento da objetividade à revelia, em detrimento dos mais altos interesses do reatualizado nacional-desenvolvimentismo ciriano, o induzindo a adaptações parciais em sua ideação, em sua intelecção, a partir de inflexões concretas da realidade efetiva particular que, inclusive, põem ao claro seu projeto como cada vez mais remoto e voluntarista.

Embora, Gomes não envergue um nacionalismo perdulário e prolixo (como o da “velha política”, “autárquico”, para seguir sua dicção), a súpula do “interesse nacional”, manobrada entre proposituras tático-recessivas e desenvolvimentistas, como fora visto, segue consignando uma síntese ideológica conservadora-manipulatória que dissolve a delimitação da peculiaridade da articulação da sociabilidade capitalista, assim como a particularização, a concreção do capitalismo hipertardio. O pensamento parte ou se angula, admitidamente, das “correntes de opinião” civil de “classe média” (plataforma do corolário político que ele pretende representar), a pequena-burguesia e a intelectualidade burocrática, e convoca à derrogação das elites patrimonialistas (renovação burocrática e

refundação econômica), mantendo algumas contradições: como as relativas ao decoro indelével com o agronegócio (remetimento, principal, ao centro-oeste, como vimos) e à salvaguarda generalista com a indústria, sob a égide do epíteto “quem produz e trabalha”, classe dominante antes protagonista do conceito “plutocracia”, como já reiteramos. O rol de pensamentos, rastreados direta e abundantemente em Gomes, não efetivam, portanto, uma consciência ou teleologia com representações, reflexões e planejamentos chauvinistas, todavia, assentam, na sumarização do “interesse nacional”, uma contrafação atualizada que franqueia o esmagamento dos interesses inconciliáveis das classes e o esmaecimento ideativo da possibilidade objetiva da ruptura radical.

Remontamos, por fim, ao insistente politicismo de Gomes: o estado aparece como um participante necessário da economia. Uma economia tal configurada como manancial de desigualdades. Nesse sentido, a dinâmica econômica geradora de desigualdades, gera também seu contrapeso ajuizador e regulador, o estado. É a atividade estatal que, agindo sobre o mercado efetivador de desigualdades, contorna a problemática original e infunde no mercado uma democratização, equilibrando forças. Postos, os efeitos da ação estatal ajuizadora e equilibradora, o estado perde em grande parte suas funções intrusivas, o que aparece nas assertivas de Gomes de que na Inglaterra faria sentido ser, e ele mesmo não teria problema de o ser, neoliberal (as passagens se encontram registradas nos capítulos anteriores). No caso brasileiro, onde ainda se teria um “país por fazer”, abrolha a necessidade ajuizadora e equilibradora do estado para incutir, fazer prevalecente, a “economia democrática” ou “democratização do mercado”. Esta, engendradora, franquearia os distanciamentos do estado, sua menor responsabilidade na dinâmica econômica. O estado aparece, pois, como o agente inflexor do capitalismo, que promove o rumo correto ao mercado, ceifando sua plaga deletéria original e robustecendo o equilíbrio das partes outrora desiguais. A política econômica, por meio da ação burocrática tecnicizada, é o demiurgo catalisador do ponto ótimo capitalista, o promotor, por excelência, dos ajustamentos que amealham as determinações da situação propícia à “economia democrática”, isto é, a instituição responsável e capacitada a manietar, a manobrar, a manejar da sociedade da generalização mercantil ou da generalização do valor. Consentâneo, viceja o anátema, a execração ao estatismo/socialismo sufocante do mercado, como a repreensão, a reprovação da aceitação sem ressalvas do neoliberalismo em um país de desenvolvimento jejuno, neófito, como o Brasil, diapasão que se consagra

na luta insistente contra a herança política do PSDB e nas assertivas, mais ou menos transigentes, acerca da “transição sem ruptura” do governo Lula.

7.3 O último ato: discursos e entrevistas de 2011 a 2016

Recapitulando, constatamos, de modo geral, três matizes no discurso ciriano durante a empreitada petista: 1) a moderação do ideário desenvolvimentista 2) a constatação do decurso petista como uma “transição sem rupturas” em torno do modelo político neoliberal herdado de FHC 3) um movimento da transigência à intransigência com os governos petistas (a última veremos nesta seção). É preciso, ainda, lembrar que o discurso ciriano se calca, renitentemente, nesse período, em um duplo equívoco: 4) a homogeneização forçada do período 30-80 com talhe de mitificação que, se não assegura, respaldaria a possibilidade de um novo crescimento “exuberante”, bastando a retomada da correta política econômica e 5) a crítica oblíqua ao Plano Real que se desvia ao cariz da “má gestão”. Não é excessivo lembrar, também, que a classe, a clivagem, a posição de Gomes fertilizam ou tendenciam a angulação constritora de horizontes de seu ideário político intelectualizado que, nesse ensejo, frutifica um jaez ideativo obliterador 6) das articulações peculiares da sociabilidade capitalista e 7) do conjunto de determinações que definem a entificação da realidade efetiva particular brasileira, como já detalhamos.

Em entrevista de 2011 (27), liberto de entraves institucionais, Gomes preserva um dos pilares de seu ideário: o assentamento das elites patrimonialistas como entrave econômico e político. Acerca da presidenta Dilma Rousseff, assevera “eu acho que ela está indo razoavelmente bem. Diria razoavelmente bem porque essa crônica eterna das crises de corrupção, ela está conseguindo se desvencilhar de um jeito surpreendentemente correto, para quem não tinha vivência política praticamente nenhuma. O que ela está revelando ao país é que... por pragmatismo da aliança terrível que ela teve que honrar, o arco de forças que compôs a base de sustentação da Dilma era a crônica de uma morte anunciada”. Em seguida, “O cimento dessa aliança foi a fisiologia e a expectativa de roubalheira sem nenhuma dúvida”. Como visto outrora, o autor e político considera que “Collor não topou isso. Sejamos justos. O Collor não topou isso e fez uma coisa muito inorgânica. Acabou rompendo com tudo que está posto na vida pública brasileira e caiu pelos erros, mas caiu também por essa inorganicidade absoluta com que ele conseguiu se situar na Presidência

da República. O Itamar Franco não fez isso. O Itamar Franco apelou quase sempre para uma sustentação de opinião pública”.

O autor e político tematiza o mesmo ponto, central ao seu ideário, ao tratar de FHC e Lula: “Ele [FHC] disse para mim: ‘Olha, você é muito jovem, um dia você vai sentar nessa cadeira aqui – era a cadeira de presidente da República – e vai ver que o presidente que não contemporizou com o patrimonialismo caiu’. E eu disse para ele: ‘eu não concordo com isso não’. E fui embora e rompi com o PSDB. Depois, no primeiro governo do Lula, o Zé Dirceu [ex-ministro da Casa Civil] já queria essa trempe aí de PT com PMDB, com cimento de fisiologia. E o Lula resistiu. Eu testemunhei isso...depois da crise do mensalão, ele resolveu ceder”. Não cabe olvidar que a renovação burocrática e a refundação econômica têm por busílis ou centro nevrálgico a derrogação das elites patrimonialistas designadas e discriminadas por Gomes e por isso se constitui como central na intransigência emergida por Gomes a partir do avanço dos governos petistas.

O político é bastante explícito ao definir o clientelismo, o patrimonialismo como sede da dinâmica antiburocrática e da refringência à refundação do modelo econômico ou de uma “agenda nacional” ou política econômica estratégica: “A agenda nacional não tem consideração porque o Congresso Nacional, salvo exceções, é uma grande câmara de vereadores, de paróquias que estão ali reunidos potencializando força para rachar um pouquinho de dinheiro. E tem a turma da quadrilha mesmo. Do assalto, do lobby. E isso é preciso separar: o tratamento de um grupo é [com] uma linguagem, de outro, é outra. Tem que ter ali um fichário, um prontuário”.

A intransigência com o projeto petista, que demarcaremos nesta seção, passa a se revelar de modo mais decidido, justamente, pela aquiescência do Partido dos Trabalhadores, como governista, com a paralisia enquistada do status quo supostamente desfraldado pela tese ciriana das elites patrimonialistas. Gomes repete as assertivas sobre a “deserção” petista de uma visada “estratégica” para a economia. Assim se expressa: “Para o ano que vem acumulam-se forças potencialmente negativas. Elas não são, nenhuma delas, explosivas. O Brasil não vai quebrar pela segunda vez em 150 anos porque essa crise pode até ter um lado muito favorável para o Brasil, mas nós não fizemos as equações. Esse é outro erro, na economia. Comentamos daqui a pouco. E não é dela [Dilma]. É um erro crônico na medida em que o PT desertou de qualquer visão estratégica realmente mudancista no Brasil”.

A ausência de apoio do PSB à candidatura de Gomes em 2010, junto à sua recusa aos convites para novos cargos ministeriais do governo petista nutrem a concepção de acirramento do deslocamento entre transigência e intransigência, como afirmamos: “Eu falei muita coisa forte nas antecedentes, quando eu fui derrubado do meu direito ou da minha pretensão legítima de ser candidato a presidente da República, eu falei coisas muito fortes sobre o porquê eu não queria me ajuntar com aquilo ali. E queria dizer qual era o tipo de cimento que estava juntando PT com PMDB”. Na substância da concepção, o sustentáculo da renovação burocrática se preserva, coluna necessária à edificação do arrimo paralelo: a refundação econômica. Mesmo no novelo de equívocos de concepção, o autor mantém uma consistência autossignificativa congruente no discurso.

Pode-se levantar a hipótese de que na medida em que a transigência vai cedendo o lugar à intransigência, a moderação do ímpeto desenvolvimentista, vista anteriormente, vai sendo corrigida e substituída por uma nova reafirmação da completude de seu ideário desenvolvimentista (sempre acompanhado de notas conceituais ortodoxas e da não admissão das contradições internas do Plano Real, destacamos, para afirmar facetas de sua especificidade). Vejamos a forja desta intransigência de maneira ainda mais explícita: “desertou (...) das tarefas mais graves, que a sociedade... Sendo o partido mais importante do Brasil, desertou de qualquer compromisso ético. Desertou de qualquer compromisso republicano, desertou de qualquer compromisso transformador (...) o governo Dilma herdou um PT completamente fisiológico”.

Finalmente, Gomes vai ao busílis da problemática do “modelo econômico”, isto é, da “política econômica correta”. Aquilo que fora tratado anteriormente transigentemente sob o epíteto de “transição sem ruptura”, passa a ser tomado explicitamente como continuidade “eficiente” com o “neoliberalismo”. Para além do diapasão neoliberal renitente e mantido pelo PT, o político socialdemocrata enfatiza criticamente o arrefecimento das forças organizadas da sociedade civil como outra obra deletéria petista, assim como, na sua visada própria, naturaliza conservadoramente o “conflito social” de modo abstraído de peculiaridades. Trata-se, por óbvio, de uma disputa pela lapidação do intelecto e da atividade sensível da esfera da politicidade.

Acho que o partido [PSB] tem a obrigação, agora mais grave ainda por conta dessa deserção do PT. Volto a falar: aqui é uma admiração frustrada [para com o PT]. Quem é que está considerando as mudanças estratégicas do país? Na verdade, o que está acontecendo na minha opinião, é um texto que eu estou

aguardando um lugar para publicar, chama-se o “Crime Perfeito”. Está acontecendo no Brasil o crime perfeito. O PT herdou a agenda neoliberal mal arrumada à brasileira do Fernando Henrique, com aquela carta aos brasileiros [Carta do Povo Brasileiro, publicada por Lula na campanha presidencial de 2002], que eu chamei de “carta aos banqueiros” que o Lula escreveu. Impôs muito maior eficiência na gestão desse modelo cripto-conservador, pôs coração... O modelo é o mesmo, mas a eficiência é muito maior. A austeridade fiscal do experimento PT é muito mais séria que a do experimento fiscal do governo Fernando Henrique. A privatização escandalosa cessou. E botou coração. O superávit primário é o maior da história. Então é muito mais eficiente na agenda do PSDB, tem as mesmas contradições, porém botou coração na história. E cooptou tudo o que é, aspas, sociedade civil organizada no Brasil. Tudo. Centrais sindicais, movimento estudantil. “Tá tudo dominado”. Agora até a ADA, Amigos dos Amigos [facção criminosa de narcotraficantes do Rio de Janeiro] que era lá do Nem [traficante preso em operação da polícia do Rio] na Rocinha acabou-se também. Então os movimentos de trabalhadores e de estudantes no Brasil estão acéfalos. Aconteceu um movimento de professores agora em 14 Estados, você não tem mais com quem dialogar. Porque eles não acreditam mais na CUT. O sindicato dos professores do Ceará é dominado pelo PT. Tem seis meses de greve na Prefeitura controlada pelo PT e os professores passaram por cima das lideranças (...) Agora, essas coisas não funcionam. A vivência brasileira com Getúlio Vargas, espero que jamais aconteça de novo, deu no que deu. Era uma coisa parecida com Getúlio Vargas. Era o Queremismo. Getúlio tinha uma agenda, entregou uma agenda para o povo brasileiro muito mais... O Brasil não tem mais nada a ver com aquilo. Agora o essencial é a essência política. A política existe para civilizar o conflito, dado que o conflito é inerente à vida humana, à existência social. Se você a pasteuriza tudo, o conflito vai explodir no último lugar. E não é o PSDB o antagonico

Discutindo ainda as pretensões políticas do Partido dos Trabalhadores, o autor enfatiza a necessidade de criação de uma esquerda que pudesse se emancipar da força centrípeta petista: “Acho que é natural que isso vá acontecer em algum momento. Não sei se é 2014. A não ser que o PSB comece a definhar. Mas o PSB vem crescendo. Crescendo vai contrastar nesse mesmo espaço, vai contrastar a hegemonia do PT. O PT quer o PC do B como um satélite subalterno. Quer o PDT como um satélite subalterno. Já liquidou os dois, como persona política, estão liquidados os dois. E nós [do PSB] seremos os próximos”. Em suma, o deslocamento entre transigência e intransigência se consolida, admoestando tanto o comportamento político, quando o modelo econômico sustentado, isto é, a regência da “fisiologia” autorreprodutiva ante às necessidades da renovação

burocrática e do modelo neoliberal ante à necessidade do atualizado nacional-desenvolvimentismo ou da refundação econômica.

Gomes, ao tratar do combate às elites patrimonialistas, volta à divisa multiclassista entre “Brasil organizado” e “Brasil desorganizado”, conceituação que vimos com grande ressonância nas ideias de Mangabeira Unger: “Nada do que nós precisamos resolver no Brasil tem solução se o povo não entrar na jogada. Por quê? Porque tudo o que está errado, não está errado por acaso. Está errado porque atende aos interesses de uma minoria ativa, organizada, que vive reinando por conta de a maioria estar desorganizada, atomizada, dispersa, cuidando da vida, com grande sofrimento, perdendo um expediente por dia, por pelo qual ninguém paga nada, nos ônibus das grandes cidades”. O extrato converge, de modo subentendido, ao conceito de Gomes de que seu projeto só se engendraria como corolário político de uma corrente de opinião efervescente na sociedade civil, quando os “atomizados” – essencialmente, da dita “classe média” – se levantarem.

Enfatizando nossa hipótese – de que a intransigência emergida ativava a recolocação do ímpeto desenvolvimentista em seus termos próprios sem quaisquer velaturas – Gomes passa ao debate ativo da política econômica: “Eu acho que o Brasil estava na hora, neste instante, de fazer um programa de substituição de importações, sem perda de eficiência. Essas palavras e expressões são todas desmoralizadas para propaganda, mas assim... O SUS, eu tenho esse levantamento, que é de um estudioso, chama-se Carlos Gadelha, que está no governo, está no Ministério da Saúde. O SUS compra neste ano 13 bilhões de dólares. O SUS, dinheiro federal, compra do estrangeiro 13 bilhões de dólares”. Esmiuça, “De coisas como prótese, cama de hospital, cadeira de roda, fármacos etc etc 76% disso, nesse estudo que está pronto, estão com patente vencida. Se você tivesse um programa de compras governamentais, casado com substituição de importação interagindo o setor público com iniciativa privada, com desenvolvimento regional, você tem como fazer, estou te dando aqui uma pista concreta, uma emulação completamente alavancada pelas nossas energias. Não vamos fazer nada. Não vamos sair para gastar mais”. Lembramos, todavia, que uma das críticas centrais de Gomes ao nacional-desenvolvimentismo “antigo”, foi às vendas subfaturadas e compras superfaturadas estatais garantidoras de esbulhos “patrimonialistas” da seara privada (inclusive, das indústrias), o que remete ao “esgotamento” do período “exuberante” 30-80 também posto na conta da tese das “elites patrimonialistas”.

Em debate de 2012 (28), Gomes critica a manutenção de uma tríade do modelo econômico, que persevera desde FHC (Gomes refere-se ao composto teórico-prático de Armínio Fraga, presidente do Banco Central do governo FHC II), que condena as possibilidades de desenvolvimentismo do país: a estabilidade inflacionária rigorosa sem preocupações com o pleno emprego; o superávit orçamentário negligenciando investimentos básicos como a infraestrutura; a taxa de câmbio apreciada vertendo-se em contrapeso à economia nacional. Gomes ratifica o pragmatismo da “transição sem rupturas” petista, neste caso, granjeando a explicitação mais intransigente com a opção da “deserção” da inflexão “estratégica” e intensifica o desserviço do PSB em derrogar a sua candidatura de 2010.

Refletindo sobre a blindagem brasileira em relação à crise de 2008, Gomes refere-se à preservação das reservas cambiais superiores aos pagamentos da dívida, o que fora logrado com os “satanizados” ganhos do setor do agronegócio, segundo o político. Todavia, o autor enfatiza a impossibilidade de manter uma boa posição no terceiro milênio na condição unilateralizante de exportador de *commodities*, eixo crítico ao modelo econômico sustentado nos anos petistas. Cravando a explicitude de sua inclinação atualizada do nacional-desenvolvimentismo, sentencia “Jamais prosperou ou prosperará uma sociedade que não tenha alto nível de investimento doméstico”, subentendendo a necessidade de “desenhar um novo modelo tributário”, eixo de seu pensamento. Questiona, em seguida, incisivamente, ter sido referenciado como político que aderiu integralmente ao insumo ideológico neoliberal: enfatiza que como ministro da fazenda foi conduzido à antecipação da desregulação comercial pela cobrança de ágio em uma quadra histórica de utilização de 100% da capacidade instalada brasileira e, ademais, para atacar oligopólios. Outrora, vimos como Gomes foi ressonante à tese da “privatização do setor privado”, do “choque de capitalismo”. Em suma, sendo ilustrativo nas marcas da sua ideologia não mais recôndita ou moderada, Gomes prossegue em sua reflexão: “o Brasil não tem uma marca de eletroeletrônico. O Brasil é o maior consumidor de aparelhos celulares do mundo, *per capita*. Como nós vamos pagar essa conta? Com minério de ferro, com soja, com milho? Não dá para pagar. No limite, não vai dar para pagar”.

Cevando o influxo ideológico desenvolvimentista, em entrevista de 2012 (29), Gomes repisa pontos fulcrais: critica o modelo de privatização ocorrido na época de FHC como dividendo prático de uma condenação ideológica absoluta à corrupção do estado que,

imprudente e/ou interessada, torna-se meio de defenestração de capacidades de governança econômica estatais, enfatizando que “por isso é preciso uma CPI para desnudar esses preconceitos”, isto é, a manta ideológica privatista, antiestatal. Nesse diapasão, não fugiu ao escopo da tese, a percepção positiva ciriana, no início da década de 90, do processo de privatizações direcionada politicamente ao abatimento do problema central da dívida pública, interditando qualquer posição apriorística do autor sobre o tema das privatizações. Gomes refere-se às plutocracias como protagonistas do modelo de privatização (segundo ele, cessado na empreitada petista) que, por sua vez, impediriam qualquer retorno político-jurídico ao fenômeno ocorrido na década de 90 para o escrutínio desvelador da corrupção e das máculas da ideologia privatista. Enfim, o autor define os “bancos, megacorporações de mídia e grandes empreiteiras” como o corpo sólido do conceito plutocracia que associada à sobeja oligarquia, costurou o esbulho privatista. Arremata, sintetizando sua concepção: “eu privatizaria o setor de telefonia se presidente fosse, porém, o brasileiro não sabe que no modelo em que foi feito, o brasileiro paga a maior tarifa do mundo, sem rival”.

Enfatizando a intransigência ao concerto da “deserção” petista, o autor assevera: “por nosso lado, como o PT agarrou-se no poder, são 6 mil cargos comissionados, cartão corporativo, carrão preto pra cá e pra lá, nós ficamos sem interpretação do pensamento progressista. Então, a liderança estudantil cooptada, a liderança dos trabalhadores dos sindicatos cooptada, enfim, quer dizer, que a história acabou em um país que tem a pior distribuição de renda do mundo? Como tudo está melhorando no Brasil, vale a pena apoiar (...) mas, nós ainda temos a pior distribuição de renda do mundo. As 10% mais ricas famílias do Brasil têm mais da metade de toda riqueza que o povo brasileiro produz. O Brasil, se nós fomos apurar nossas contas com o estrangeiro, nós estamos com o maior buraco da história: não é balança comercial, é tudo. Porque nós não temos tecnologia, pagamos royalties. Nós temos uma fraude contábil na legislação de remessas de lucros explodindo, a crise internacional, as matrizes estão todas se compensando com suas filiais no Brasil, um oligopólio da indústria automobilística, inclusive, incentivada pelo governo. Você tem um processo de desindustrialização, o câmbio no lugar errado, enfim, tem tanto problema sem se falar que o Brasil tem menos de 14% dos nossos jovens de 18 a 25 anos a escola superior”.

Em entrevista no ano de 2013 (30), Gomes reitera as inflexões demarcadas: a retomada intensiva ao claro do ideário desenvolvimentista junto ao assentamento da intransigência

com o governo petista. As noções de fundo – renovação burocrática, refundação econômica e varredura das elites patrimonialistas – se preservam como alicerces, arrimos indelévels, em momento de crescente frustração com os logros da “esquerda” petista. Admoestando a oligarquia política, afirma que os mais “picaretas, os mais iletrados, os mais despreparados” são os que ainda “prevalecem” na tessitura política, implicando, em última instância, em uma dessubstanciação institucional, um golpe no núcleo, no cerne da dinâmica representativa (“faca no coração da democracia”, “sistema mofado”, “a democracia precisa se aperfeiçoar, deixar de ser somente representativa”), que se esgarça na autorreprodutividade “fisiológica”. A crítica incisiva repete a inclinação ao anátema ao “cimento” de ligação PT-PMDB.

Gomes assevera, na entrevista em tela, que o PSB estaria “atrasado” na entrega dos ministérios que lhe foram delegados (o partido fazia parte da aliança governista, como vimos na concessão da eleição de 2010 que retirou Gomes do certame), em vista de um processo de ruptura mais consistente com o governo em exercício e tendo em conta a necessidade de um projeto alternativo – do PSB – para 2014 (eleição presidencial). Em síntese refulgente sobre a pertença do PSB no governo petista, Gomes afirma que “Estamos acorados comendo migalhas de um banquete que não nos pertence”.

Retomando movimentos populares daquele ano, Gomes explica que se de um lado é preciso ultrapassar a circunscrição da representatividade no percurso de lapidação democrática, não se pode cair na ilusão do apoliticismo, uma vez que “não existe nada fora da política”. Dessa forma, apresenta como um obscurecimento ideológico o comportamento popular (à época dos movimentos referidos) de recusa radical da política, ou mesmo, de “satanização da linguagem” política, que deveria ser limpada e cevada. Aduzindo seu debate sobre o burilamento institucional da política, Gomes reitera: “não há nenhum sistema perfeito legalmente, o mundo inteiro experimenta sistemas os mais variados, eu costumo estudar muito essas coisas (...) o que acontece no Brasil é a ancestralidade do problema. Você tem que criminalizar o mal-feito, não satanizar catolicamente, superficialmente, a relação de dinheiro com política, que é uma tragédia da moral católica (...) essas coisas se transmitem para atitude geral moral da sociedade brasileira (...) há um colapso da legitimidade operacional das instituições (...) a democracia moderna exige que sua estrutura representativa renove a legitimidade na operação dos mandatos”. No mesmo diapasão, o ex-governador do Ceará reitera a necessidade da oxigenação política através do revezamento de mandato e que o retorno

do presidente Lula à presidência significaria um movimento deletério de ratificação de “personalismos”, “caudilhismos” impróprios, apanágio de uma velha política à qual Gomes sempre se postou como adversário esclarecido. Gomes aduz, ainda, a necessidade de estatização das campanhas políticas em que só o Tribunal Superior Eleitoral financiaria o processo de publicização – institucionalizada, padronizada, regulamentada – das campanhas.

O político cearense, ainda, no decurso da explanação dos movimentos populares da época, refere-se ao comportamento débil governista: “nas vésperas daquelas manifestações, a presidenta Dilma estava com altíssimos níveis de aprovação, e aquilo não era contra ela...esse movimento nas ruas não era contra ela, era um conjunto que era contra essa estrutura representativa que ela pudesse até ser ressalvada como exceção, mas o que ela faz? Demora, não interpreta, não lidera aquilo, se sente vítima daquilo (...) cinco dias depois, vai para televisão e traz para o colo dela o alvo das manifestações que não era ela. Traz como? Fazendo dois movimentos práticos: primeiro fala demais (...) tanto discurso comprido. Não é assim. A população gosta de ser liderada, a população naquele momento, especialmente, queria uma referência, aí ela diz assim: ‘eu vou fazer uma reforma política por uma constituinte’. Ela propôs um golpe de estado na TV. Inacreditável. Em menos de 24 horas, ela percebeu que estava errada”. Continua: “propõe como resposta à confusão das ruas, o Programa Mais Médicos, inacreditável. Quer dizer o quê? Que nós não precisamos quebrar essa equação corporativista, exacerbadamente corporativista, que a classe médica brasileira tem infelizmente? (...) improvisou para dar uma resposta”.

Indo, mais uma vez, de encontro ao modelo econômico petista, o autor e político chancela: “do jeito que a coisa vai, vai ter que trocar o centro do governo. Isso não é caso particular (...) se não fosse o meu amor e fidelidade ao Brasil, eu preferia estar aqui adulando a Dilma (...) é inacreditável, e estou falando de amigos meus: as respostas que o Mantega está produzindo para o tamanho, para a complexidade da crise econômica brasileira são patéticas e chegam a escandalosas porque o favor de renúncia fiscal para estimular o consumo de carros etc etc deu 35 bilhões de reais. Com 35 bilhões de reais, você constroi uma refinaria de petróleo e o maior buraco das contas externas brasileiras, quem está produzindo é a Petrobrás que é uma empresa que está sendo destruída (...) tudo isso é cuspir para cima”.

Segue o pleito das explicações econômicas cirianas:

nós já estamos vivendo a crise. Essa crise tem um aspecto crônico, mas essa crise, ela tem um desenho que é um filme meio já visto, tanto mais por mim...ela desagua em uma crise aguda, se providências não forem tomadas (...) o grande problema do Brasil hoje é a interdição do debate, mais uma vez. Em todas as áreas, mas especialmente na questão do modelo econômico, qual é o modelo de relação do estado brasileiro, que tamanho tem, que perfil tem e qual é a relação que nós brasileiros queremos que esse estado tenha com a sorte estratégica da economia do país? O que aconteceu? Você tinha, nós todos desse campo, Fernando Henrique inclusive, uma concepção entre socialista e socialdemocrata, então, nenhum de nós aceitava a ideia do *laissez faire*, espontaneísmo, individualismo do mercado ia resolver problemas estratégicos do povo brasileiro, da nação brasileira, da nossa inserção internacional. Uma fração de nós fizemos o real com Itamar Franco, o Fernando Henrique foi produto disso. O Fernando Henrique perde a crença porque o mundo inteiro pôs em relevo praticamente o “fim da história”, aspas ao imbecil do Fukuyama, que o embate entre a economia mista, socialista e a economia de estado...que esse embate tinha sido vencido pela economia capitalista (...) cumpria aos estados que não estavam com suas agendas ainda resolvidas, apenas replicar as instituições vitoriosas do atlântico norte (...) isso é de extrema estupidez e 2008 resolveu esse problema (...) é evidente que não é o dirigismo, o estatismo puro e simplesmente ou a substituição de importações à moda antiga, enfim, nada daquilo. O desafio hoje é moderno (...) mas, não era jamais imaginar que nós íamos resolver nosso problema estratégico, país com nossa característica, 200 milhões de habitantes, com gente vivendo em tradições medievais de agricultura no semiárido e fazendo nanotecnologia em Campinas na UNICAMP. (...) o Lula beijou a cruz com a Carta aos Brasileiros e a Dilma segue beijando a cruz (...) O Guido é peça desgastada (...) é um bom companheiro, mas ele não lidera. Não é crível o que ele possa agora formular. Porque ele beijou a cruz. Ele beijou a cruz. Ele é o responsável por essas saídas pífiás. (...) O Brasil não tem política industrial de comércio exterior (...) projeto da transnordestina está parado, não anda, o projeto do São Francisco está metade feito, era para ser executado em três anos, não anda, as refinarias do Ceará, do Maranhão não andam, a de Pernambuco, não fica pronta, para ficar na agenda, a ferronorte não faz porque não tem gestão, meu patrão, não tem recurso, não tem lógica locacional. Isso não é falta de dinheiro porque tem 35 bilhões para dar para indústria automobilística ou para fazer uma refinaria (...) é evidentemente falta de gestão (...) qual é o grande problema do Brasil? Réplica da modelagem neoliberal macunaímica do senhor Fernando Henrique Cardoso (...) o Brasil precisa desesperadamente apostar na elevação do nível de investimento porque o ciclo Lula/Dilma, ele encerrou-se em cima de uma ideia de que nós íamos crescer baseado na expansão de consumo, então, o movimento de salário mínimo, saiu de 76 para 320 dólares, muito boa previdência, a melhor de todas, porque amplia participação do salário na renda nacional, aí você faz crédito, 13% do PIB para 50% do PIB, ninguém fez isso, gol de placa da nossa coalizão sob liderança Lula/Dilma. Terceiro, consolidação, expansão da rede de

proteção social, que tem efeito econômico, tem efeito econômico...são 17, 20 bilhões, fora a previdência, injetado direto no consumo. Estes três movimentos se exauriram. Agora, nós temos que aprender a crescer como o mundo inteiro sabe que se deve crescer. É expandindo investimento doméstico. A formação bruta de capital do país. E ao contrário do que supõe a filosofia neoliberal, o nível de investimento do país não é obra fatalista do acaso, é consequência de arranjos institucionais que a política, a danada da política faz ou deixa de fazer, faz direito ou faz mal feito, e nós nem sequer estamos discutindo isso. (...) onde for privatização, é privatização, onde for concessão, é concessão, mas tem que ter um plano.

O socialdemocrata e nacional-desenvolvimentista é ainda mais loquaz em outro diálogo de 2013 (31): “hoje mais do que nunca [existe uma plutocracia]. Hoje mais do que nunca, porque, naturalmente, hoje, eles cooptaram a estrutura central do PT. O PT está executando o epicentro dos compromissos que eles querem. Eles tiveram que engolir um galope do salário mínimo, tiveram que engolir um galope do crédito, tiveram que engolir, não sem muita difamação, muita calúnia, tentativa de golpe, como foi a escalada em relação ao Lula no mensalão, foi uma tentativa genuína de golpe, eu estava dentro e vi o que estava acontecendo, e conversei com vários deles para dizer que nós não íamos topar o golpe (...) o mensalão é um problema real, patrimonialismo de esquerda (...) a ideia de que os fins justificam os meios”. Sobre a plutocracia, arremata: “é possível governar com ela, até porque ela é um dado da realidade e não se elimina um dado da realidade (...) agora, é preciso organizar os desorganizados se a gente quiser ter força para mudar a hegemonia”.

Consagrando sua intransigência ao PT (antes, braço defensivo dos corporativos, doravante, subalterno à plutocracia e transmutado em elite oligárquica), arremata: “o Guido Mantega entregou aos oligopólios e cartéis 80 bilhões de reais de dinheiro público com renúncia fiscal, isso quase tudo virou remessa de lucros e dividendos para o estrangeiro, especialmente, do cartel da indústria automobilística. Quem sabe? O Eike Batista levou uns 20 bilhões de reais do BNDES e contando (...) sabe quanto é que o Brasil vai entregar a 10 mil famílias de rentistas do país que tem os bancos como intermediários esse ano? 186 bilhões de reais. Sabe quanto o país vai investir para tudo...investimento? menos de 40 bilhões de reais”.

Novamente, retomando a tônica dos movimentos populares como legítima insatisfação, afirma: “está tudo de cabeça para baixo no Brasil porque não tem ideia. Os assim

chamados, autorreferidos da esquerda, viraram protagonistas da direita, do pensamento orgânico da direita e o crime perfeito de novo está acontecendo, está tudo dominado. Eles têm a CUT, eles têm as centrais sindicais, têm os grêmios estudantis, têm tudo, o suborno, aliciamento, fisiologia, e aí, o que é que aconteceu? A sociedade atomizadamente foi para rua quebrar vidraça. A rua é uma esperança grande. Evidente que está sendo malversada por um movimento profascista, porque falta ideia. Então, *black block* é nada menos do que profascismo. A ideia é o seguinte: Na Europa, até entendo. Na Espanha, entre 18 e 25 anos, tem 42% de desemprego. a esquerda já foi ao poder (...) a direita já foi ao poder, estragou também. Então, todo itinerário ideológico...que é algo esmagador que o neoliberalismo faz. Os escombros do neoliberalismo é isso: a política como linguagem não responde mais nada. E aí a menina vai para rua quebrar a vitrine, tocar fogo em carro. Eu até se fosse espanhol, provavelmente, estaria teorizando sobre a necessidade dessa transição, mas não é o caso do Brasil. *O Brasil tem uma agenda gigantesca dentro do marco democrático, dentro do marco conservador, dentro do capitalismo, para gente acelerar a superação das desigualdades, coisas toscas (...) o PT como tal já é uma caricatura*”.

No trecho em destaque acima, fica patente a função conservadora-manipulatória do discurso ciriano, isto é, a teleologia da completção do capitalismo “inacabado” brasileiro. A renovação burocrática concatenada à refundação econômica, exercício construtivo mediado pela investida destrutora (ou inversão de hegemonia) das elites patrimonialistas, busca, em suma, a completção da democracia e a completção da economia capitalistas. Trata-se de uma correção sofisticada e intelectualizada do capitalismo *sui generis* da via colonial, que parte do ponto alto de um consistente ideólogo e político que representa a intelectualidade burocrática e a pequena-burguesia, ambas sufocadas pela designada aliança entre plutocratas, oligarcas e corporativos. Gomes, como ponta-de-lança de um projeto socialmente amplo, apresenta-se como corolário político de uma possível corrente efervescente da sociedade civil, aquilo que podemos identificar na sua ideação como um “levante das classes médias”, aquelas que possuiriam a capacidade intelectual e moral de modificar os rumos do país. Dessa feita, o insumo ideológico ciriano engendra uma função conservadora-manipulatória que desemboca em apologia direta do capitalismo – de modo todo específico, como temos demonstrado – partindo de anseios, da designada “classe média”, de lapidação, de aperfeiçoamento do capitalismo, tendo por necessário social o obscurecimento da delimitação das articulações

peculiares da sociabilidade capitalista e a ocultação de limites entificados no capitalismo hipertardio entificado pela via colonial, limites que, como cotejamos, só foram debelados no capitalismo tardio pelo taciturno movimento nazifascista.

Seguindo o decurso identificado (no “período petista”), que culmina na intransigência concatenada à emersão sem peias do seu atualizado “nacional-desenvolvimentismo”, em entrevista de 2014 (32), após reeleição de Dilma Rousseff, Gomes retorna ao resiliente e diligente anátoma escancarado, com doses de vaticínio certo, à dinâmica designada por patrimonialista na qual o PT se imiscuiu para se consolidar: “Brasília vive de segredos de polichinelo. Mais ou menos, todo mundo sabe quem está roubando aonde. Quanto, não, quanto é segredo. E a imprensa reacionária é sócia dessa mundanice toda, dessa salafrarice toda, porque os grandes grupos de comunicação estão tudo agarrado dentro, comendo exatinho igual, naturalmente, lavando dinheiro com verba publicitária de monopólio. Porque que a Petrobrás tem que ficar fazendo propaganda se não tem ninguém competindo com ela? (...) esse é o grande pacto no Brasil que o PT está traindo o compromisso de romper (...) a única forma de ruptura com isso dado que houve uma conciliação por conveniência eleitoreiras, tempo de televisão ou medo de CPI (...) é a presidenta passar uma risca no chão e dizer ‘daqui para trás’, se ela não fizer isso, ela vai para o chão, dessa vez, ela vai para o chão, não inteira o mandato”. Dessa feita, Gomes vai deixando ao claro, ao longo dos últimos anos tratados, o afastamento de seu desiderato ideológico pelo anelamento político com a base petista, isto é, imolação de escopos expectados em torno da renovação burocrática e da refundação econômica que debelariam a égide e o jugo das elites patrimonialistas, e é por isso que se justifica a intransigência emergida. Dessa forma, a divergência com o projeto petista não perpassa por qualquer matiz rebaixado de oportunismo, mas por uma consequente e coerente manifestação de fidelidade ao seu ideário.

Em entrevista de 2015 (33), Gomes passa ao caloroso debate acerca do possível impeachment de Dilma Rousseff, ressoando, nesse ínterim, a suposta confirmação do poderio das elites patrimonialistas, com quem o próprio petismo se aliou, e a perda de enraizamento orgânico nos movimentos sociais com a desertificação e cooptação desses aparelhos: “naquela data [tentativa de ‘golpe’ em Lula], nós tínhamos o povo, se você olhar as pesquisas de avaliação do governo Lula, nunca perdeu 40, 50% do apoio popular, nós tínhamos uma legitimidade importante ainda antes do processo grave de cooptação, de manipulação, que o PT lamentavelmente resolveu fazer simplificando a política,

queimando atalhos, então, coopta com dinheiro o MST, coopta por cooptação pura e simples a UNE etc etc. Naquela data, ainda não, havia capacidade convocatória e a tal direita com seus valores inclusive sob o ponto de vista de costumes etc etc, naquela data, ainda não tinha o despudor que hoje se apresenta. Mas, tudo isso acontece por uma razão: a desaprovação generalizada que o governo Dilma sofre”.

Enfatizando a tônica institucionalista de seu discurso (que, se deve lembrar, preenche de indagações e propostas sobre rearranjos institucionais democratizantes), Gomes afirma:” nós precisamos amadurecer a democracia. Remédio para governo que a gente não gosta não é *impeachment*. Só houve, tenho repetido, dois *impeachments*, na história do direito constitucional moderno mundial, dois. Um foi o do Collor no Brasil em que houve um grande consenso por esse *impeachment*, praticamente, não houve nenhuma fração da sociedade que não, por razões diversas...mas a própria plutocracia brasileira que construiu o Collor se sentiu traída pelo sequestro da poupança, se sentiu traída pela desregulação comercial em cima dos oligopólios e se somou conosco que já vínhamos contra. Então, foi um consenso por razões distintas, mas generalizou-se consenso. Depois, a Venezuela, muito pouco tempo depois, imitando o Brasil, fez o *impeachment* do Carlos Andrés Pérez com forte componente de ilegitimidade. Eu chamo atenção para a elite brasileira: até hoje a Venezuela está ingovernável. Quem produziu essa confrontação odienta na Venezuela foi esse tipo de despreço às regras, aos calendários”.

Para fechar nosso capítulo, vamos à forja crítica ciriana no ano clímax de 2016, quando em 31 de agosto se chancelou o *impeachment* do segundo governo de Dilma Rousseff. Buscando as considerações de Gomes, percebe-se que o pleito da crítica ao “modelo econômico”, isto é, a desenvoltura da diferenciação de seu projeto em relação ao projeto petista se aglutina à intransigência crescente à empreitada petista, mesmo no bojo das acusações de inconstitucionalidade do impedimento levado a cabo. Em entrevista de 2016 (34), sintetiza a ocasião dessa forma: “Estamos fazendo uma marcha da insensatez, com grande velocidade e complexidade. Começa com essa ideia desbaratada de trazer o Lula para dentro do governo. De outro lado, você tem um juiz que é importantíssimo para o Brasil: a obra do juiz (Sérgio) Moro é muito importante, será referência histórica se ele não jogar isso tudo fora. De outro, temos um ministro do Supremo Tribunal Federal, que é o ministro Gilmar Mendes, que fica ao descuidado daquilo que é a última saída dos brasileiros que pensamos com equilíbrio, que é a confiança de que o Supremo vai corrigir essa marcha da insensatez (...)”. Segue na explanação: “Primeiro, é ruínosa a

administração da economia. Temos hoje a pior recessão da história moderna do País. Segunda questão: está falhando gravemente nas projeções dos sinais de decência da coisa pública. A presidente Dilma é uma mulher honrada, decente, honesta, porém, os sinais são contraditórios. Ela entregou, por exemplo, a um afilhado de Eduardo Cunha a vice-presidência da Caixa Econômica Federal (Fábio Cleto, exonerado em dezembro). Terceiro: a destruição da esperança da sociedade, que foi construída nos últimos 12 anos por coisas práticas”.

Remetendo aos ajustes econômicos de última hora para vislumbre de uma solução urgente, assevera, pautado em seu projeto desenvolvimentista: “O câmbio já se ajustou, é possível anunciar uma tendência consistente e rápida quanto possível de queda da taxa de juros, construir um caminho de obstrução do colapso fiscal dos municípios, especialmente se compromisso com um grande programa de reversão de expectativas e com a retomada do desenvolvimento do País. É possível fazer um fundo sóbrio ou um fundo garantidor com base na fração das reservas internacionais para reestruturar conforme dívidas de empresas nacionais que comprometidas com algum programa de investimento”. Conclui, “Só um milagre salva a nós, brasileiros. A queda dela é a ruptura da democracia e o nascimento de um governo ilegítimo”.

Percebe-se, embora não possamos nos delongar, que o diapasão ciriano à designada Operação Lava-Jato ainda se apresentava sem o talhe crítico hodierno (em que ela passa a ser associada a desvios oligárquicos): “O objetivo maior é assalto ao poder, tirando o povo da jogada. E o objetivo lateral é encerrar a (Operação) Lava Jato. A coalizão PSDB / PMDB está tentando, entre outras coisas, simples e puramente o fim e a morte da Lava Jato. A democracia precisa saber que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot conseguiu mil contas na Suíça de tudo que é de partido. Eles estão fazendo jantares em Brasília e conversando explicitamente que é preciso acelerar o *impeachment*, derrubar uma Dilma e sinalizar que uma Lava Jato fabricou sua concepção e está na hora de encerrá-la. Não estou dizendo que é fácil, nem que vão conseguir. Estou dizendo o que eles estão tentando. Assumindo a Presidência, fica mais fácil.”

Em nova entrevista de 2016 (35), a mesma compleição ideológica é afirmada para ferir a fragilidade e incipiência de nosso complexo estatal moderno, admitindo, por premissa, o feitio da completação: “O pedido formal que está dando azo ao *impeachment* não se baseia numa denúncia de crime de responsabilidade. É um golpe parlamentar. Só três

presidentes da República neste país concluíram seu mandato normalmente. Todos os outros tiveram seu mandato interrompido por suicídio, renúncia, golpe. É nessa linha da história que me coloco. Hoje você faz uma ruptura que coesiona pela negação do governo três grandes grupos sociais”. Afirma, “O primeiro é o do eleitor do Aécio, que nunca aceitou o resultado da eleição. Desde o primeiro dia, esse grupo tem sido excitado a negar (o governo), com o agravante, correto, de que o governo Dilma se constitui em cima de uma grande farsa de marketing. A prática do governo é completamente mentirosa em relação ao marketing da coisa. Um segundo movimento vai dentro dos eleitores dela. É o eleitor decepcionado com a crise. Nós temos uma depressão no Brasil, a pior (que já vi). Isso é uma coisa violenta na cabeça do nosso povo. Eu, concretamente, estou muito nessa razão aqui. Por fim, tem o (grupo) da denúncia moral que, agravado pela crise econômica, acaba passionalizando o ambiente. Esse conjunto de valores se reúne apenas para negar (o governo)”. Gomes, todavia, se equivoca no vaticínio, baseando-se nos efeitos desequilibrantes da institucionalidade, como se pode ver ao se referir ao futuro presidente, à época, Michel Temer: “Ele é o capitão do golpe. É amigo íntimo do Eduardo Cunha. (Um governo Temer) será a consumação do desastre. A elite que está embalando a Fiesp acredita em (algo) que ele não tem a menor chance de entregar. Todo esse papo furado, redução de impostos, de custos trabalhistas, é tudo mentira. Zero chance de sequer propor (...) Ele vai ser contestado por MST, CUT, UNE. Tudo o que é sociedade civil organizada que teve participação na vida brasileira vai à luta. Eu mesmo vou lutar contra o governo ilegítimo. Quando saiu o PMDB (da base do governo), as pessoas perceberam que o poder vai para Temer e Cunha. Começa a circular a informação. E não há consenso. Ajudei a fazer o impeachment de Collor, e havia consenso”. Finaliza com a concepção primeira levantada, alibi inexorável do movimento pela renovação burocrática: “O Brasil repete filmes velhos porque a democracia não está madura. Olhe nos arquivos, o Fernando Henrique Cardoso se elegeu mentindo para a população (em 1998). Ele toma posse do segundo mandato e desvaloriza o câmbio, a inflação vai a 12%. E aí, merda geral, Lula faz o pedido de *impeachment*. Quem recebeu o pedido foi Michel Temer! E eu aqui fora dizia: ‘isso é besteira’.”

Pondo ao claro, sem titubear, o projeto de seu partido (PDT), confirma o afastamento da base aliada do petismo, a despeito da defesa democrática: “Nós não queremos participar de mais nada, está muito claro para nós. Estamos no governo. Já lá trás, antes dessa crise, o (Carlos) Lupi foi comunicar a presidente de que nós provavelmente já teríamos

candidato próprio em 2018. E que, portanto, sentíamos a necessidade de sair do governo. Ela fez um apelo grande para a gente ficar. Ainda ontem (quarta-feira), conversei com o Lupi e considero que temos que lutar pela questão da democracia. Eu estou pelo valor superior da democracia, porque conheço a Dilma. Ela é uma senhora honrada, mas tem uma contradição original de ter herdado um governo mestiço feito pela frouxidão moral do Lula. Agora, nós do PDT, não participaremos dessa discussão, vamos votar disciplinadamente contra o *impeachment*, como posição do partido para preservar a democracia”. Arremata, “Carregamos a memória do trabalhismo brasileiro, da tragédia do Getúlio Vargas, do João Goulart. Isto posto, estou defendendo que a gente saia do governo. O ideal para nós é: ganhar a batalha pela democracia, preservar o mandato e comunicar à presidente que queremos sair. É uma ideia do Lupi com meu entusiástico apoio. E agora vamos validá-lo com os companheiros (...) Não vamos para a oposição. Apenas não gostamos desse governo e chega. Já pagamos o nosso preço. Tudo que puder ajudar vou continuar ajudando, mas não quero ter responsabilidade de defender o indefensável. Qual é a explicação para a taxa de juros a 14% no Brasil hoje?”

Gomes explica o seu retorno à política, embora em 2013 e 2015 tenha exercido cargos de secretaria no estado do Ceará: “Quando começou essa crise, estava num momento pessoal em que pensava se não era a hora de me dar uma vida privada. Pela primeira vez, aceito um emprego na iniciativa privada. Pela primeira vez, alguém paga um salário que acho que mereço e nunca recebi. E aí, enfim, estou bem, tranquilo, feliz. Tenho 58 anos. Fiquei pensando nisso e tomei a decisão de vir para São Paulo, aceitar um emprego aqui. Às vezes vou para o trabalho a pé, não tenho carro. Ninguém tem nada a ver com a minha vida. E aí vem a confusão e o Lupi me procura. Acho que não posso me omitir. A questão básica é a seguinte: é uma honra muito grande servir ao país e se eu for (candidato), vou para fazer história”.

Gomes reitera suas preocupações econômicas com a diluição das conquistas contra a desigualdade que beneficiaram os “novos” empreendedores, fulcro de uma promissora classe empresarial não viciada, como vimos em sua aceção até aqui: “Não estão totalmente comprometidos, mas há uma rampa decrescente acelerando muito rapidamente. O poder de compra do salário-mínimo já baixou de US\$ 320,00 para US\$ 250,00, o que é uma base para todo o conjunto de salários. O Bolsa Família, não cortaram, mas também não reajustaram. *Um quinto da renda da proteção social já se perdeu com a inflação. E o crédito sumiu, colapsando o sonho de ascensão de jovens*

empreendedores, pequenos e médios empresários, agricultura familiar. Então, o desastre é esse”.

Uma outra acepção do “modelo econômico” petista, em mais uma entrevista (36), aparece seu discurso: “É o PT advogando esse keynesianismo mal lido, como se um país sustentasse desenvolvimento pelo consumo - e aí, evidentemente, houve um ciclo, mas onde ele deu? O que sustenta desenvolvimento é a formação bruta de capital alto, é uma taxa de investimento elevada aplicada estrategicamente. Isso é o keynesianismo moderno. E o neoliberalismo está desmoralizado. Em 2008, se alguém ainda estava duvidando, desmoralizou-se, porque esterilizaram quase US\$ 2 trilhões de riquezas nessa impertinência. E ainda hoje remanesce a tragédia, porque a Europa não tem mais o menor mecanismo de coordenação, porque as ferramentas todas foram desmontadas por prostração ideológica”. Enfatizando a atualização de seu ideário: “Acho que Keynes lido modernamente traz algumas questões. E mais do que alguma corrente, minha reflexão é a seguinte: será que há um padrão a ser replicado que explique o êxito civilizatório? Quer dizer, por trás de toda essa imensa diferença de línguas, histórias, institucionalidades, manipulação ideológica, enfim, será que existe um padrão? Penso, comovidamente, que sim, que são estes três: elevar o nível interno de poupança; coordenar estrategicamente governo, empresariado e academia em torno de um projeto nacional com começo, meio e fim; e investimento em gente”. O discurso circunlóquio da completação democrática e econômica impele à compreensão de ser ainda, como disse outrora, um capitalismo por fazer:

Democracia não é um regime de concessão. Não é o despotismo esclarecido que vai fazer democracia. Democracia é um regime de conquista. Não é um regime de concessão. É um regime de cidadania, de sacrifício, de mediação de conflitos. Estamos muito longe disso. Não temos uma geração ainda democrática. A democracia brasileira, sob o ponto de vista protocolar, não tem 25 anos, quanto mais de prática. Só temos uma democracia eleitoral, que é um princípio importante. Por exemplo, aqueles remédios que estão na Constituição, de democracia moderna, de plebiscitos e referendos, que são praticados como rotina nos Estados Unidos e na Europa, aqui a elite brasileira considera chavismo. Porque acabou a eleição, o povo vai para casa, se dispersa, e o *lobby*, o grupo de pressão, o corporativismo, toma conta da representação popular, que só vai se lembrar da agenda do povo de novo quatro anos depois. Por isso é preciso lutar. Repare, o filme é muito velho. Em 1999, Fernando Henrique desvalorizou o câmbio, a reeleição dele foi considerada pela população, como a da Dilma, uma grande mentira, porque foi feito tudo oposto: tarifaço, inflação alta, desemprego pesado, juro

muito alto, falência, concordata, pedido de *impeachment* feito pelo Lula, movimento Fora FHC, que agora é Fora PT. Tudo igual! E numa sequência de escândalos em que estava envolvida a Odebrecht. Mesma coisa. Percebe? *E aí o que faz o PT? Imita o PSDB nas mesmas práticas. Tanto no conservadorismo econômico quanto nas práticas patrimonialistas, de manipulação do espaço público para interesses menores ou de projeto de poder.*

CAPÍTULO 8

PROJETO NACIONAL: A EPOPEIA DAS INCOMPLETUDES

8.1 Algumas influências recônditas

Embora, tenhamos no complexo econômico a base material ou o solo social de onde emergem necessidades e possibilidades para a gênese das demais práxis sociais, não se deve, a não ser em porte de materialismo obtuso, negligenciar as determinações recíprocas entre os insumos teóricos (filosóficos/científicos) de diversos autores e entre as demais esferas extraeconômicas. Se a determinação social do pensamento, isto é, a classe, a clivagem, a posição, dentro de uma totalidade articulada social, fertilizam ou tendenciam a forja da consciência e pensamento de um autor, não ocorre que a feitura dessa ideação seja privada do colóquio, tácito ou explícito, enriquecedor ou obnubilador, com outras intelecções, e mesmo, com outras práxis sociais teóricas, mais ou menos efetivas em seu espraiamento ideológico ontoprático.

Em nosso caso tratado, ficaram marcados, durante o texto, alguns nódulos - mais explícitos - constitutivos do novelo influenciador de Ciro Gomes, quais sejam: 1) o ascendente CIC/Jereissati: reuniões do grupo empresarial “mudancista” que levou às reuniões de um oxigenado CIC, liberto da submissão à FIEC, nomes como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, além de empresários de ponta do sudeste, membros do “Documento dos 8”; 2) o próprio estruturalista cepalino Furtado, naturalmente, como representante brasileiro maior de um desenvolvimentismo latinoamericano. Apesar de Gomes não citá-lo tão correntemente, apresenta nítidas preocupações e ocupações com a “heterogeneidade social” e a “integração nacional”, como vimos em Furtado; 3) o sociólogo e ex-presidente FHC: este, citado mais como político do que como teórico, tendo por liame o mote da “renovação burocrática”, contudo, sendo severamente criticado como “traidor” em seu exercício político presidencial durante o clímax e o “pós” Real; 4) e por fim, de Mangabeira Unger, autor com quem o político cearense escreveu um livro, já debulhado, sintetizando acepções designadas pela nossa Tese como “renovação burocrática”, “refundação econômica”, e pelos autores, a divisa entre “Brasil organizado” e “Brasil desorganizado” em um recorte multiclassista do qual dimanam diagnósticos e prescrições.

Na próxima seção, buscaremos debulhar a influência, também explícita entre as partes, do economista 5) Bresser Pereira (no bojo do “novo desenvolvimentismo”) no ideário ciriano, tendo como pauta ilustrativa seu Plano de Governo no pleito presidencial de 2018, pelo PDT. Contudo, antes do escrutínio sobredito, devemos, de passagem, nesta seção, registrar brevemente mais algumas possíveis influências, neste caso, mais recônditas, de Gomes, averiguando elementos configurativos da 6) ciência jurídica, da 7) ciência política e da 8) sociologia/historiografia, renitentemente, presentes em seu ideário. Essas influências aparecem como fortes hipóteses a partir da diligente perquirição da especificidade da ideologia do autor e político cearense (a despeito de ter nascido no interior de São Paulo, como foi aludido).

Nesse ensejo, algumas ideações jurídicas – formação científica de Gomes - de Fábio Konder Comparato, uma vez referido pelo autor de *Projeto Nacional: o dever da esperança*, são exemplares e consentâneas às noções de Gomes, isto é, aos seus pressupostos. Analisemos algumas passagens convergentes. Em texto de 1997, Comparato refere-se ao neoliberalismo como derrogação dos “direitos humanos de segunda geração”. A noção aparece nos seguintes termos: “vaga neoliberal deste fim de século demonstrou quão precário é o princípio da solidariedade social, base dos chamados direitos humanos da segunda geração, diante do ressurgimento universal dos ideais individualistas” (COMPARATO, 1997, p.2). Assim como em Gomes, a noção “neoliberal” aparece, para o jurista uspiano, como “modelo político-econômico” hipostasiado, sem constatar, no seio do complexo econômico, as oscilações de taxa de lucro e os nexos e relações da regência capital que imantam as inflexões contratendências de toda sorte.

Na mesma esteira de Gomes, o autor apresenta-se como firme defensor dos direitos humanos, sem arriscar a romper velaturas ou inclinar-se aos processos de crítica ontológica dos influxos ideológicos burgueses. Nesse diapasão, afirma: “Ora, é justamente aí que se põe, de forma aguda, a questão do fundamento dos direitos humanos, pois a sua validade deve assentar-se em algo mais profundo e permanente que a ordenação estatal, ainda que esta se baseie numa Constituição formalmente promulgada. A importância dos direitos humanos é tanto maior, quanto mais louco ou celerado o Estado”. Logo, “Tudo isto significa, a rigor, que a afirmação de autênticos direitos humanos é incompatível com uma concepção positivista do direito. O positivismo contenta-se com a validade formal das normas jurídicas, quando todo o problema situa-se numa esfera

mais profunda, correspondente ao valor ético do direito” (COMPARATO, 1997, p.9). Ainda que o diapasão não seja a negligência com a história, a sedimentação do princípio, fundamento ou razão justificativa ao “autêntico direito humano” prescinde da averiguação da relação-capital como base material, o que daria o verdadeiro contorno do composto ideológico sustentado pela modificação das objetividades sociais determinadas, como vimos desde a nossa Introdução.

Vejamos como isso se dá novamente na letra jurídica do autor:

Uma das tendências marcantes do pensamento moderno é a convicção generalizada de que o verdadeiro fundamento de validade - do direito em geral e dos direitos humanos em particular - já não deve ser procurado na esfera sobrenatural da revelação religiosa, nem tampouco numa abstração metafísica - a natureza - como essência imutável de todos os entes no mundo. Se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou. O que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerado em sua dignidade substancial de pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias. (...) Seja como for, a animalidade da natureza humana não nos pode fazer esquecer o fato, não menos evidente, de que o homem é um ser essencialmente moral, ou seja, que todo o seu comportamento consciente e racional é sempre sujeito a um juízo sobre o bem e o mal. E este é mais um elemento componente da dignidade humana, tomando-se agora a palavra no seu sentido ambíguo, tanto de louvor quanto de reprovação, por ela apresentado na língua latina, como assinalado acima. Nenhum outro ser, no mundo, pode ser apreciado em termos de dever ser, de bondade ou maldade. Há mesmo, na história da antropologia filosófica, correntes de opinião que sustentam ora o caráter radicalmente mau, ora a índole essencialmente boa do ser humano. (COMPARATO, 1997, p.21)

Percebe-se, consonante com as reflexões que fizemos na Introdução desta Tese, que aquelas assertivas ideológicas que emergem na sociedade ascendente da generalização do valor prevalecem não descortinadas na reflexão acima, talhando o pulso manipulatório da defesa do “direito humano” no contorno do indivíduo burguês autárquico e essencializado com o brasão da “humanidade”: é o que o autor chama por “dignidade substancial de pessoa”. Não é, então, nem a sombra obscurecedora da religião, nem uma natureza oculta e metafísica que justifica (“razão justificativa”), que fundamenta o “direito humano”, mas uma antropologia filosófica que, pretensamente, logrou desvelar o fulcro ontológico caracterizante do “humano”. A preservação da “dignidade humana”, sustentada pelas

pretensas conquistas filosófico-científicas (antropologia filosófica) que definem “o humano”, engendra, por conseguinte, o fundamento/princípio ou razão justificativa (“exterior” e “superior”) da efetivação do “direito humano” (e do “direito em geral”). Em suma, “Vista ainda sob outro ângulo, a dignidade do homem consiste em sua autonomia, isto é, na aptidão para formular as próprias regras de vida. Todos os demais seres, no mundo, são heterônomos, porque destituídos de liberdade. É por isto que o homem não encontra no mundo nenhum ser que lhe seja equivalente, isto é, nenhum ser de valor igual. Todos os demais seres valem como meios para a plena realização humana”, ou mesmo, “A dignidade transcendente é um atributo essencial do homem enquanto pessoa, isto é, do homem em sua essência, independentemente das qualificações específicas de sexo, raça, religião, nacionalidade, posição social, ou qualquer outra” (COMPARATO, 1997, p. 27).

Fica a questão: como se estabelecer um “direito humano/direito do homem” congregando uma “razão justificativa” fundamentada em antropologia filosófica pautada na “autonomia”, liberdade, autodeterminação, isto é, “aptidão para formular as próprias regras de vida” e o próprio capitalismo que fere seus elementos fulcrais sem que, dessa feita, do “direito humano” dimanem um diapasão manipulatório? Em suma, esse “direito humano” preserva a liberdade, a igualdade e a autonomia no interior do capitalismo, emoldurando a manipulação abstrativante da respectiva antropologia filosófica que o fundamenta. Demonstra os limites gnosiológicos no plano do avanço ideológico burguês e o conservadorismo teórico-jurídico burguês. Enfim, poderíamos traçar essas reflexões a partir de outros autores da teoria do direito, sendo a referência a Comparato justificada por uma citação, quase recôndita, mas muito reverente, de Gomes ao autor em tela e aos seus predicados teóricos como congruentes aos seus.

Outra reflexão de Comparato, que remete a elementos vistos em Gomes, são as suas assertivas sobre uma espécie de intensificação da democracia como via de resolução dos conflitos sociais. No que tange à questão do trabalho, o autor assevera: “Se quisermos, portanto, avançar no rumo de uma digna proteção dos trabalhadores neste país, *deveríamos iniciar pela reforma profunda de nossa estrutura estatal, instituindo órgãos de previsão e planejamento autônomos, em relação aos Poderes clássicos do Estado*, notadamente em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais”. Complementa, mantendo o viés, “Tais órgãos seriam compostos não apenas por agentes públicos, mas também por representantes de empresários e trabalhadores, e sua principal função

consistiria na elaboração de planos de médio e longo prazo, a serem aprovados pelo Congresso Nacional, sendo sua execução controlada pelo governo federal” (COMPARATO, 2013, p.22). O mote ciriano da efervescência da sociedade civil, da participação democrática ativa, da junção das esferas mais representativas da sociedade e do rearranjo institucional-estatal converge completamente com a reflexão de Comparato.

Na mesma linha, Comparato (2013, p.268) adensa reflexões sobre a “alienação” contida na representatividade, o que subentende a crítica fundadora das propostas democratizantes e das reconfigurações institucionais contra as contrafações republicanas e democráticas do presente, lembrando os apelos cirianos aos plebiscitos e referendos como aparatos diuturnos de democracias maduras:

Há sempre, por trás do direito oficial, outro sistema jurídico, nunca formalmente reconhecido, mas sempre efetivo e poderoso. Essa duplicidade institucional ocorre, por exemplo, no sistema da mal chamada “democracia representativa”. Digo mal chamada, pois, como Rousseau bem advertiu, se a democracia é o regime da soberania do povo, somente esse pode exercê-la, pois a delegação do poder supremo equivale à sua alienação. *O povo soberano designa representantes para as tarefas de governo, que ele próprio não pode exercer; mas as decisões desses representantes podem ser revistas pelo povo, e eles próprios destituídos por votação popular (recall)*. Ora, o gênio do capitalismo consistiu em defender abertamente a absurda representação do poder soberano, como única forma possível de democracia no mundo moderno. Por essa forma, encobriu-se o verdadeiro poder de controle do grande empresariado sobre o conjunto dos órgãos políticos do Estado, inclusive o Judiciário!

Para diferenciar os autores nesse âmbito, todavia, vê-se que em Comparato surge uma crítica mais direcionada ao capitalismo, que aparece, no entanto, na figura, um tanto indecifrável, da superação dessa sociabilidade pela “civilização humanista do futuro”. Os processos de rearranjo institucional, em Comparato, são sequenciados pela necessidade de um salto qualitativo civilizacional. Nesse sentido, “Na agonia do regime empresarial-militar, eu, como tantos outros brasileiros, alimentava a ingênua convicção de que o nosso país tornar-se-ia uma *autêntica Democracia*. Era indispensável, para tanto, deixar de tratar apenas retoricamente do assunto e organizar as instituições próprias do regime democrático. *Com esse objetivo, propus, entre outras medidas, o reconhecimento constitucional do plebiscito e do referendo popular, como instrumentos indispensáveis ao funcionamento efetivo da soberania do povo*”. Arremata, “Além disso, sempre fiel aos

ensinamentos de Celso Furtado, incluí no anteprojeto de Constituição o Poder de Planejamento, autônomo em relação aos demais Poderes. Pequei, no entanto, por ingenuidade. Ignorava, então, que todo regime político funda-se numa mentalidade coletiva, feita de valores éticos e costumes bem assentados”; e que nesta circunscrição ideológica “desde o Descobrimento, sempre vivemos impregnados de uma mentalidade animada pelos valores capitalistas, isto é, antirrepublicanos e antidemocráticos” (COMPARATO, 2013, p.269). Para Gomes, todavia, a sociabilidade do valor aparece por si como uma conquista civilizatória indelével, não afeito aos saltos qualitativos possibilitados pela tessitura objetiva do presente, vislumbrados, é certo, de maneira bastante obnubilada, por Comparato. Em suma, o que ambos reivindicam é um capitalismo “aperfeiçoado” no qual se possa “separar o joio e o trigo”.

Outra noção ciriana que podemos identificar no campo teórico, desta vez, majoritariamente, no campo da ciência política, é a de “plutocracia”. Termo utilizado à renitência, com oscilações referentes ao decurso da economia brasileira, que é encontrado desde o mais incipiente em seu discurso, ganha suporte se enveredamos pela analítica politicológica e politicista das ciências sociais. Instrumento teórico bem ao cariz das formulações que empreendem a hipóstase dos complexos e alvejam, posteriormente, denunciar as influências “estranhas” entre estes e que estabelecem, a priori, um ponto ótimo, também liberal, para (a gestão) do estado burguês. Vejamos algumas acepções nos textos de Vieira de Melo (2011), Roberto Grun (2007) e Ruy de Carvalho (2020).

É possível identificar, em primeiro lugar, que o conceito em tela emerge na contextura teórica que pressupõe um antagonismo esquemático. Normalidade e degeneração institucional prismam, no seio do viés institucionalista e liberal, a reflexão que traz ao claro o agente plutocrático. Mais uma vez, trata-se da imposição idealista da política como campo ótimo do aperfeiçoamento de virtudes sociais, alijando para fator exógeno as causas que implicam o arrefecimento do sistema político (tal como deveria ser). Nesse diapasão, não se olvida as reflexões de Gomes sobre as impotências deflagradas na política como ultimatoss do perigo hodierno que exigem, paradoxalmente, sua preservação, e mais, que seja cevada como virtude única realizadora de “milagres”.

Nessa perspectiva, pode-se conceber, por exemplo, como em Melo (2011), o tema da corrupção como sintomática de uma “decadência institucional”. Mesmo que se refira aos “fatores endógenos”, a quebra institucional não aparece como reflexão sobre a

especificidade da práxis social política, sua delimitação ontológica e suas atualizações na processualidade das formas de ser. Os “fatores endógenos” aparecem como meros agentes públicos desviados. A corrupção é abordada nos seguintes termos meramente empíricos: “A diversidade de significado, no senso comum ou mesmo entre especialistas e órgãos governamentais, mostra assim a dificuldade de conceituar-se minimamente a corrupção”. Segue, “Conhecer quais as estratégias e as dinâmicas de agentes que desviam recursos públicos torna-se condição *sine qua non* para mensurar-se tal prática, verificar seus impactos ou mesmo coibi-la (...)” (MELO, 2011, p.56). A corrupção é analisada, entre os muitos autores que Melo cita, sob o ângulo da degradação da normalidade institucional política, em que, como se registrou, mesmo os ditos “fatores endógenos” não são mais que estancamentos ou anomalias, provocadas por indivíduos desviados, no curso normal, “alterando” seus “custos e benefícios” para a integralidade da sociedade.

Para precisar mais o fenômeno, Melo (2011, p.58) conduz a uma reflexão da degradação institucional e da corrupção com o termo que vimos justamente na teoria ciriana como via do amálgama entre plutocracia e oligarquia:

Deve-se inserir nessa conceituação o elemento acordo voluntário. Acordo pressupõe a existência de mais de um agente da ação, o que não seria o caso do funcionário público nem da merendeira citados acima. No caso do achaque do guarda, o cidadão achacado poderia estar sendo induzido à ação de maneira involuntária, ou seja, não estariam havendo interesse livre de ambas as partes, dado que só uma estaria forçando a participação da outra. No imaginário, o que lembra, mais classicamente, a corrupção é o conchavo e não a obrigatoriedade imposta por um dos lados. Quando ocorre um *vício* em uma licitação pública, por exemplo, o que está por trás é um acordo voluntário, iniciado por qualquer um dos lados, de modo que um dos agentes, visando beneficiar-se, favorece uma compra superfaturada, desconsiderando os interesses de sua instituição e beneficiando um comparsa externo.

A análise politicista acerca do tema da “degradação institucional” aborda, portanto, elementos empíricos e não os elementos essenciais que desvelariam o âmbito político. A totalidade articulada social capitalista, clivada unilateralmente em agentes públicos e privados, é pressuposta e estabelecida tacitamente como campo dos aperfeiçoamentos, logo, apenas passível de meros “desvios” e “vícios”. É nesse comboio teórico, cativo de toda imediaticidade, que a “plutocracia” aparece como “agente externo” corruptor. Grun (2007, p.86), outro analista, remete, precisamente, à plutocracia através do prisma da

“dominação financeira” – algo próximo da última acepção de Gomes para o conceito – em que “a dominação financeira é um fenômeno mais amplo do que o simples controle econômico da sociedade, a exploração da dinâmica e da polissemia na qual o ‘plutocrata’ nasce e se desenvolve pode ser uma boa entrada para a análise sociológica (...)”. Ainda, “O Brasil contemporâneo criou uma série de figuras públicas semelhantes ao ‘plutocrata’. Pode-se dizer que esse tipo se configurou na segunda metade do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, e desde os anos de 1930 passou a frequentar nosso imaginário, a partir do trabalho ideológico da extrema direita”.

Exemplificando a malha da plutocracia brasileira, Grun (2007, p. 86) envereda majoritariamente para o setor financeiro, embora não só: “Entre as personalidades que compõem tal categoria, podemos citar Horácio Lafer, personagem principal da sinagoga paulista de Barroso; antes dele, durante a crise do encilhamento, o próprio Ruy Barbosa, candidato a essa ‘honra’”. Mais recentemente, “segundo a exposição pública observada na mídia, pudemos observar uma galeria de indivíduos para os quais setores da sociedade tentam atribuir esse papel em diversas variantes: Naji Nahas, Benjamin Steinbruch, Armínio Fraga e Daniel Dantas”. Em suma, “Os plutocratas aparecem na esfera pública em episódios que de alguma forma chocam a sensibilidade social a respeito do funcionamento da economia ou da política”. Sobre a prevalência das finanças como campo plutocrático e constrangedor de uma suposta normalidade capitalista: “podemos olhar a os escândalos como parte obrigatória da história das finanças, na medida em que eles fazem a sociedade, em especial seus sistemas de representação política e de regulação econômica, romperem a inércia de cooperação quase automática com agentes econômicos específicos, que pode ser prejudicial ao sistema econômico como um todo”.

Embora a ação plutocrática não seja tomada como eventual idiosincrasia, o termo é renitentemente empregado na condição de “vício”, “desvio”, açambarcamento indevido promovido pelas classes “endinheiradas” como voluntarismo dos agentes públicos. Logo, “O poder do dinheiro, conseguido por arrivistas *sem vínculo com o mundo da produção*, é usado contra os interesses populares e da nação. Um indivíduo ou um pequeno grupo de financistas manipula os espaços econômicos e corrompe os políticos segundo seus interesses, graças ao poder do dinheiro e da sua desfaçatez” (GRUN, 2007, p.86). É de se depreender que os interesses do setor produtivo sejam também “interesses populares”, como bem se vê na forja ciriana: “reunir quem produz e trabalha”.

A ligação direta com um “mundo financista” também aparece na acepção madura de Gomes, logo após os processos que engendraram fortemente a desindustrialização relativa sobre a malha produtiva/industrial nacional, consequências de um subdesenvolvimento estrutural aprofundadas pelo Plano Real. Em consonância com o que se tem visto, segundo Grun (2007), o plutocrata é o agente externo, intrusivo e financista em uma cúpula ou terreno social que deveria estar protegido pelo arcabouço estatal-institucional. Nesse mesmo sentido, mesmo quando os programas de isenção fiscal – às indústrias - promulgados no Governo Dilma foram criticados por Gomes, a acusação não passou pela terminologia “plutocracia”, cada vez mais reservada ao setor financeiro (o próprio Gomes fora executivo em empresa de Steinbruch, como vimos):

É possível entender, assim, por que Daniel Dantas tornou-se “favorito” para assumir o papel social do plutocrata. De um lado, a confirmação dos atributos mais ou menos gerais que compõem tal papel: ele manipularia indivíduos, instituições e agendas para promover seus interesses particulares; disporia de recursos para isso e não hesitaria em usá-los, inclusive acaparando fundos das empresas que administra como delegado. De outro lado, ao se tornar o grande “demiurgo” da privatização, ele interferiria diretamente numa esfera da vida econômica e social que deveria ser autônoma relativamente às finanças. Nesse caso, notemos que sua presença na configuração tem efeito social diferente daquele que poderíamos esperar em relação a Steinbruch ou Antônio Ermírio de Moraes, que, por terem vindo da ordem industrial, têm suas presenças legitimadas no processo de privatização (GRUN, 2007, p.91)

Dessa forma, as ações empreendidas pelos bancos tradicionais, como também – e principalmente – por agentes financeiros mais ocultos (como Daniel Dantas, citado por Grun e também por Gomes no concerto das privatizações do governo FHC) implicariam em disfunções que, naturalmente, não fariam parte do circuito “normal” do mercado e da rotina estatal. Trata-se de uma crítica unilateral ao poder plutocrático como agência externa agressiva do setor financeiro que desestabiliza a política monetária, fiscal e o comportamento canônico do estado, eivando de deficiências qualquer desiderato desenvolvimentista e de justiça social. Passa-se a nutrir a mesma ideia vista anteriormente sobre o “modelo político-econômico” neoliberal, qual seja, de ser uma mera ação voluntária que coliga interesses particularistas em detrimento dos avanços coletivos, econômicos, sociais e até mesmo dos direitos humanos que a boa ação de estado e mercado concatenados poderia engendrar. Na esteira desse politicismo subjacente, Grun

(2007, p.100) arremata: “Duas possibilidades podem ser extraídas dessa aparente abulia: a primeira, mais concreta, é que a sociedade brasileira já naturalizou a dominação financeira; qualquer abalo nessa ordem simbólica seria rapidamente controlado pelos ‘intelectuais da ordem’”. E “A segunda, menos evidente, indica que esse movimento periódico das marés está produzindo um novo formato da estrutura simbólica da sociedade, criando categorias para expressar as sensibilidades antifinanceiras”.

O conceito plutocracia também é explorado por Carvalho (2020). O autor forja, com aparato conceitual mais perdulário, a seguinte abordagem para crítica das “caquistocracia” e “plutocracia” brasileiras: “Nada disso seria novidade se a resposta ao fim da sexta república não houvesse inaugurado em terra brasilis aquilo que já acontecia em boa parte do mundo dito desenvolvido: a chegada ao poder de *uma caquistocracia plutocrática, misóloga e quase imune à crítica*”. Explica, “Processo que na Europa foi chamado por alguns de oligarquização. A resposta político/institucional ao fim da sexta república, após uma horrenda ‘ponte para o futuro’, foi a eleição de um governo dos piores (2018), ampla e profundamente apoiado pelos ricos e muito ricos, com ramificações no parlamento (duas câmaras) e no judiciário, de cima a baixo e plataformas digitais, para não falarmos de outros bandos e seitas” (CARVALHO, 2020, p.8).

O autor em tela interpreta e refere a condição objetiva teratológica (caquistocrática-plutocrática) a uma série de crises do capitalismo, sem explicar seus termos próprios; cai em contradição ao admitir que em época ainda mais distantes, a “caquistocracia” também teria imperado, sugerindo certo vazio terminológico. Vejamos o argumento: “No cenário externo, de que somos em parte reflexo e refluxo, temos como resposta aos maiores desafios já enfrentados pelo assim chamado modo de produção capitalista, *igualmente o conluio de uma caquistocracia e uma plutocracia. A estas últimas cabe encaminhar soluções globais para a tempestade perfeita de crises que nos abatem: crise/catástrofe ecológica, talvez a pior de todas; crise social, crise econômica, crise sanitária, crise política (de governabilidade, segundo alguns), crise nuclear*” (CARVALHO, 2020, p.8).

A caquistocracia emerge como solução extrema e negativa dada pela plutocracia para “as crises” enfrentadas, pondo em risco todo rescaldo das conquistas “iluministas”. Vemos como em Gomes, mais moderadamente, é o “neoliberalismo” que aparece como modelo que consigna os escombros da política e, dessa feita, a emergência da barbárie. Voltando ao argumento de Carvalho: “Muito simplificarmente, este é o nosso desafio: como

pensar, com que categorias, sob que perspectivas a ascensão dessa caquistocracia cujo projeto de governo, se é que faz sentido chamar de projeto/programa”, já que “é nada menos que o desmantelamento das bases daquilo que sustenta a vida eco-social, minimamente saudável: os ecossistemas, biomas e recursos naturais; a possibilidade de distribuição igualitária dos bens socialmente produzidos; a participação popular nas decisões de questões de interesse público; enfim, ao conjunto dos direitos das assim chamadas sociedades democráticas” (CARVALHO, 2020, p.10).

Nosso autor define um breve escrutínio histórico acerca da “caquistocracia”, o que evidencia e ratifica, de vez, uma abertura bastante flexível para o termo-conceito:

Caquistocracia ou kakistocracia vem da junção de dois termos gregos, kákistos(pior) e krátos (governo); e plutocracia vem de ploutos(riqueza) e krátos. O termo caquistocracia nos leva ao século XVII, mais precisamente ao sermão de Paul Gosnold, A sermon Preached at the Publique Fast the ninth day of Aug. 1644 at St. Maries, em que Gosnold ora e incita seus fiéis a se oporem à tentativa de substituição de sua "velha Hierarquia", assim como de sua "bem temperada Monarquia" por uma loucura "parente da Caquistocracia". Ele está pregando contra "aqueles incendiários Santimoniais, que pegaram o fogo do céu para incendiar o seu país", contra aqueles que "fingiram que a religião levantava e mantinha uma rebelião muito perversa", contra os "Neros que rasgaram a mulher da mãe que os deu à luz, e feriram os seios que os chuparam", contra os "canibais que se alimentam da carne e estão embriagados com o barulho dos seus próprios irmãos", e por aí segue nosso pregador. No século XIX, Thomas Peacock, em 1829, retorna ao termo em seu romance *The Misfortune of Elphin*, opondo aristocracia e caquistocracia. Em 1838, nos EUA, o senador William Harper, faz analogia entre caquistocracia e anarquia, em *Memoir on Slavery*, quando afirma que "a anarquia não é tanto a ausência de governo, mas o governo do pior - não da aristocracia, mas da caquistocracia". Um pouco mais tarde, em 1877, o poeta James Lowell em uma carta a Joel Banton, pergunta: "É o nosso "governo do povo pelo povo para o povo" ou é antes uma Caquistocracia, em prol dos cavaleiros à custa dos tolos?". Seja como for, o uso do termo sempre foi muito raro, ressurgindo, seria à toa?, em 1981, na campanha do pai da guinada neoliberal nos países ditos centrais: Ronald Reagan; a mãe, sabemos, foi Margaret Thatcher, em 1980, no Reino Unido; nos países capitalistas ditos periféricos ele é introduzido por Pinochet, para a alegria de Hayek, Friedman e, posteriormente, de Guedes. Desde então, aparece como uma certa frequência, até entrar de vez no debate durante a campanha e vitória do plutocrata que inauguraria a caquistocracia americana: Donald Trump (CARVALHO, 2020, p.9)

Também aparece em Carvalho, como se assentou em Gomes e outros autores, a noção da plutocracia como classe afastada da esfera da produção, isto é, “financismo” como “causa” destruidora do sistema capitalista: “As caquistocracias são financiadas, geridas e voltadas para a defesa e satisfação dos interesses de uma plutocracia que, crescentemente, *deflaciona sua preocupação com a produção* e com a distribuição de bens, mercadorias e serviços, aferrando-se vorazmente ao incremento da própria renda e à acumulação voraz de patrimônio” (CARVALHO, 2020, p.10).

Acompanha a reflexão de Carvalho sobre a plutocracia-caquistocracia, a noção bastante etérea de “misologia” como uma aversão ao argumento racional, assim como uma dilapidação dos programas de políticas públicas assentados no planejamento racional, enfim, uma crítica de veio culturalista, isto é, hipóstase da cultura que não explica os corretos meandros entre solo social, determinação social do pensamento e ideação. Segundo o autor, na consignação hodierna da astenia de luzes do capitalismo, haveria o espargimento do gozo com suas contradições, disfunções e patologias, isto é, um espraiamento do pensamento misológico da caquistocracia.

Mais uma vez, latentemente, se fomenta a utopia do “estado em geral”, que por seccionar complexos artificialmente e negligenciar a concreção da particularidade de entificação dos capitalismo, dedica-se à verve liberal dos apontamentos de deficiências empíricas dos estados distanciados em relação a um suposto campo atilado da política, enfim, a panaceia do estado político acabado. Em suma, a plutocracia (seguida de agentes públicos corruptos, “caquistocráticos”, “oligárquicos” etc) aparece como disparadora da “disfunção”, “desvio”, “vício”, degeneração de arrimos políticos e alicerces econômicos capitalistas (e dos sustentáculos culturais do iluminismo), seja pelo novelo de crises que induzem à radicalização de respostas deletérias (acepção mais ampla que pretende mas não consegue ir ao núcleo da relação capital), seja pela açambarcamento do estado pelo modelo político equivocado neoliberal (acepção de cariz politicista, mais referente ao ideário ciriano).

Outro conceito que aparece de modo nevrálgico no elã ideativo ciriano, possivelmente pinçado nas teorias sociológicas/historiográficas, é “patrimonialismo”. Em última instância, como pôde ser demonstrado, sua “teoria” se confunde com o desvelamento do evoluer dinâmico das elites patrimonialistas, fazendo de sua prescrição política a exigência da imolação urgente dessa urdidura “viciada” e insidiosa, nó de esbulho

arraigado e multiclassista dos grupos “organizados” contra os “desorganizados”. No afã de perquirir suas influências recônditas, não poderíamos olvidar, de passagem, citações às obras clássicas de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

Não se poderia, nesse ensejo, fugir de uma primeira polêmica sobre o primeiro: aquela sobre o estatuto de cânone que envolve os autores designados por “clássicos intérpretes do Brasil”. No que tange, a exemplo, a Gilberto Freyre e Holanda, sempre cotejados, se pode inquirir, obtendo repostas distintas, se a estatura de ambos autores se apresentava em equivalência nos anos 60. Ainda mais importante para nossa Tese, se abre em investigação o dilema sobre a posição dos autores, isto é, a determinação social do pensamento se quisermos manter nossa dicção. Isso se dá, uma vez que os dois autores (Freyre e Holanda), quase sempre debatidos em conjunto, foram tanto imantados ao pensamento de jaez “disruptivo”, como receberam o carimbo de obras de talhe conservador, matizadas pela posição das classes, das clivagens sociais dominantes. Ou seja, se põe em escrutínio se o que tendenciou e fertilizou o pensamento das obras não foi senão uma admissão elitista, peremptória e unilateral da “mentalidade brasileira” alijada da concepção radical mais burilada acerca do desenvolvimento da sociabilidade capitalista em expansão mundial, como se o fez em Caio Prado Jr. Esse gigante debate sobre os clássicos, todavia, não pode ser resolucionado nesta Tese, mas voltaremos, brevemente, a ele com uma sugestão.

Em Holanda, estaria sedimentado, segundo certas interpretações, uma análise “sociocultural das estruturas”. Com base na sociologia da cultura alemã, crivada por tipologias de espelho weberiano, em apanágio ensaísta que remonta a Simmel, a interpretação do autor paulista estaria despida de aspectos aristocrático-nostalgistas, mas prenhe do pendor modernista de identificação do nacional e de suas possibilidades de desenvolvimento. Nesse ensejo modernista, caberia lembrar que fora o autor um dos mestres do Curso de Bandeirologia, junto a figuras como Afonso Taunay, Alfredo Ellis, Alcântara Machado, Afonso Arinos e Joaquim Ribeiro. Caberia lembrar que Paulo Prado, já citado por nossa Tese, mecenas e ideólogo modernista, também foi um pilar na apreensão da especificidade – mistificada – da psicologia paulista e sua superioridade racial e social, também dando azo aos aspectos reacionários presentes no comboio modernista.

Tratar-se-ia, também, no desiderato teórico de Holanda, de uma busca política pretensamente progressista do evolver brasileiro fazendo analisar e crispar os ingredientes culturais ibéricos, postos como obstáculos de raiz. Nesse diapasão, fulgurante está a noção de “modernização”, que tonifica certas tipologias como enxertos da modernidade e outras como entraves ao político e econômico modernos. Vê-se um culturalismo refulgente que demarca a cultura como um centro simbólico difusor de mentalidades, ou mesmo, cultura como mentalidade espargida, motivação da ação, compleição dos hábitos, que dá o tom da constelação das atividades sociais, consolidando-se como uma espécie de “mentalidade nacional”, “traço psicológico brasileiro”, embora a obra, em sua segunda edição, bastante modificada, procure superar a mera circunscrição de “psicologia social”. Ademais, fundamentalmente, essa segunda edição, em época posterior à Segunda Guerra (1948), atenua qualquer desconfiança em relação à democracia burguesa e aos valores liberais presentes na primeira edição (o que remete a outra diferença em relação aos nossos objetos de cotejo, dado o padrão apologeta de Gomes à democracia burguesa). Essa reedição de 1948 com “aspectos autoritaristas” apagados mostra o anelamento original de Buarque de Holanda a ideias reacionárias muito típicas de sua época.

Nesse sentido, como já se ousou citar, há interpretações que inspiram a noção de que a linha que identificara o “traço psicológico brasileiro” representaria, na verdade, uma “crise” do pensamento oligárquico no Brasil, em alguns casos, recheado de nostalgismo aristocrático (Freyre), e em outros, de ventos e aberturas progressistas (Holanda). Em contraste, devemos pensar que em C. Gomes não se cultiva, por exemplo em relação à questão do patrimonialismo, uma noção que remeta a uma generalizada “mentalidade nacional” taciturna. O autor e político cearense, dessa feita, não teria por mote uma “autocrítica elitista”, chamariz de projeções e ressentimentos oligárquicos generalizados, quando em verdade toma o patrimonialismo, ainda que sociologicamente depauperado, por mero “vício”, constrangimento do moderno por meio da volúpia de elites organizadas contra a massa desorganizada.

As reflexões de Buarque de Holanda, dessa feita, pisam a “chaga ibérica” relançando à luz: a mentalidade rastaquera e perdulária, o aspecto mandrião e cordial, a hegemonia da reação emotiva à autodisciplina individual, a inclinação de uma mentalidade “endomingada”, como posto em seu esboço ao seu título de maior divulgação, *Raízes do Brasil*. Em suma, confecção do conceito concentrado de “homem cordial”. Ainda, trata da preservação do “bacharelismo”, ponta-de-lança de um apanágio imitativo,

artificialesco, isto é, contrafação vistosa das urdiduras políticas e culturais exteriores europeias, principalmente. Nessa caracterização, o tónus político seria perpassado pelo “personalismo, autoritarismo e paternalismo” em que a fachada “liberal” é apenas um frontispício dotado de muitas lacunas nas quais predominaria, de fato, o “caudilho”. Se essa visão culturalista é uma projeção generalizada da autoimagem das elites oligárquicas, não poderemos resolver satisfatoriamente, o que nos faria entrar em uma outra crítica ontológica, mas cabe mencionar a questão para discriminar diferenças e semelhanças entre Holanda e Gomes.

Portanto, as minúcias sobre o caráter político (polêmico) elitista/progressista/modernizador e a transformação da obra prima de “psicologia social” à “análise histórica” e o despistamento das desconfianças em relação à democracia não podem ser desvelados a contento. Todavia, a obra de Buarque de Holanda será afirmada como “a mais radical leitura modernizadora da *tradição paulista*” (GUIMARÃES, 2012, p.121), “antitradicionalista”, isto é, distante das mistificações de monta sobre o “paulista” (advindo do português autêntico, não decaído) e as “bandeiras” como demiurgos que conectaram o “atlântico ao tietê”, submetendo a miscigenação mameluca aos seus propósitos ativos de descoberta e interiorização, como se pode ver nos já citados Paulo Prado, Afonso Taunay, Alfredo Ellis e Alcântara Machado. Importa afirmar, para nossa Tese, que no comboio teórico de Holanda, tratou-se da averiguação de “estágios civilizacionais”. Nesse sentido, podemos fazer mais uma breve aproximação com Gomes que toma a “renovação burocrática” (extirpando o patrimonialismo) na esteira de um avanço civilizacional em uma linha do tempo “modernizadora”.

O patrimonialismo arraigado aparece, enfim, como entrave ao diapasão modernizador, representando o imiscuir entre interesse público e interesse privado, desservindo ao compasso moderno atinente à “moral capitalista”. Predicado da “personalidade ibérica” e da “herança rural”, resultado de um personalismo extremado que predominara desde a origem e germinação colonial brasileira, o patrimonialismo seria, destarte, consagração de um tipo de moralidade antiburocrática e informal, perpassada pela tirania e pelo capricho individualista, estendendo a circunscrição familiar ao âmbito do estado. É certo, com o pendor da repetição, que no seio da noção buarqueana de “mentalidade nacional”, “traço psicológico brasileiro” há uma projeção generalizante do comportamento escravista, patriarcal, autocrático e perdulário das elites. Nesse sentido, resta claro, para o nosso breve registro, que Gomes utiliza o termo sem explorar o veio de uma

“arqueologia” cultural polêmica (mesmo vista progressivamente sem “nostalgias”), sustentando apenas a ideia sociologicamente mais frouxa de “vício” das elites, ainda que comungue com a ideia de uma linha do tempo de atraso/avanço civilizacional.

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 2016, p. 97)

Raymundo Faoro é outro clássico autor do pensamento social brasileiro a relatar, ao seu modo, o âmago da vivência patrimonialista. É importante, nesse contexto, relembrar que a tríade patrimonialista ciriana refere-se, na quase totalidade das vezes, às frações organizadas da política (oligarquia), da burguesia (plutocracia) e dos trabalhadores (corporativismo), o que implica na sua especificidade de análise de foco multiclassista, diante de Holanda e Faoro. Nesse mote, cabe repetir, vemos em Gomes algo que o diferencia dos autores aqui tratados: a divisa multiclassistas do país entre grupos “organizados” e grupos “desorganizados”, entendendo que a situação em tela cria o certame assimétrico em que os organizados açambarcam forças sociais na forma de privilégios políticos e econômicos. Como admitira outrora que o problema inflacionário brasileiro não seria senão derivação deletéria do perene esbulho exercido por essas elites enquistadas e organizadas.

Em Faoro, por sua vez, a excursão às raízes lusitanas serve, novamente, como cabedal teórico que ilumina a origem e o trajeto da transposição do patrimonialismo. Nesta noção faoriana de patrimonialismo, é o estamento patrimonialista, isto é, o patronato político (para Gomes, a “oligarquia”), desde o mais incipiente da empreitada colonial, que centraliza e dirige a reprodução social, concentrando poderes e recursos, comandando a sociedade de cima para baixo, o que implicaria em uma sociedade astênica em poder e decisão políticas. A assertiva sobredita aparece, de certo modo, no curso teórico ciriano

quando o autor remonta à ideia de um país inacabado, uma nação por ser feita, como vimos em seu ideário. Também em Faoro, reponta a atrofia da nação, da sociedade.

Do mesmo modo que vimos em Holanda, em Faoro a questão do patrimonialismo não se satisfaz, como em Gomes, na mera aferição de um “vício”. Trata-se, outrossim, de “curso” e “recurso”, ou mesmo, de uma “viagem redonda” (LEITE, 2013), em suma, de uma reprise da mácula original que poderia ser chamada de estrutural. Nesse ensejo, apresentação de um problema não meramente conjuntural, dado que característica que impregna a geração e o desenvolvimento de um país onde o estado se hipertrofiaria em detrimento da nação. Resta claro, os autores agem com o parcelamento, a hipóstase do complexo do estado dando-lhe uma autarquia, uma autonomia, um parcelamento impreciso. No caso dos dois clássicos, se poderia abrir também em debate – não para esta Tese - as condições objetivas que sustentariam uma linha de continuidade Portugal-Brasil. Contudo, em Faoro, a linha de argumentação é focada de modo mais detido na formação institucional da estrutura estamental do que na aclimatação brasileira de uma mentalidade ibérica.

Prismado pelos tipos de dominação de apanágio weberiano – outra semelhança com Buarque, e mais rarefeitamente, com Gomes - a permanência estamental-patrimonial no Brasil aparece como um subtipo da dominação tradicional que se consagra em um país capitalista remoto, distante em relação aos países capitalistas de vanguarda. No país colonizado, teria imperado um agrupamento tangido pelo prestígio social, pela honra e pela tradição que derogariam o funcionamento racional-legal, mesmo em sua vigência formal. Assim, “Em Faoro, percebe-se que as características institucionais e administrativas da metrópole portuguesa evidenciam, desde as origens do Estado Nacional, a concentração do poder e da riqueza nas mãos do rei e/ou soberano. Assim, este, como detentor e controlador – via dominação tradicional – das forças políticas e econômicas da metrópole, determinava a criação de companhias, distribuía cargos e títulos como privilégios a um estamento burocrático” (TAVRES; FONSECA, 2009, p.64).

Na própria reflexão de Buarque de Holanda sobre a dinâmica lusitana, a classe mercadora aparece submetida às entranhas palacianas, às entranhas culturais feudais remanescentes:

No caso particular de Portugal, a ascensão, já ao tempo do Mestre de Avis, do povo dos mesteres e dos mercadores citadinos pode encontrar menores barreiras do que nas partes do mundo cristão

onde o feudalismo imperava sem grande estorvo. Por isso, porque não teve excessivas dificuldades a vencer, por lhe faltar apoio econômico onde se assentasse de modo exclusivo, a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo. Não só a burguesia urbana, mas os próprios labregos deixavam-se contagiar pelo resplendor da existência palaciana com seus títulos e honrarias. (HOLANDA, 2016, p.34)

O estamento-patrimonial é em Portugal uma nobreza que gradativamente perdeu um leque de privilégios ao passo que logrou reencontrá-los no entorno do monarca, estabelecendo-se como um séquito divorciado de uma ação sobeja na economia, mas importante enquanto membro prestigiado e prestigiador no interior do estado. Remete-se, também, às formas iniciais da burocracia (por meio do que se diz sobre um “estamento-burocrático”), ainda distante de uma burocracia tecnicizada e profissional, mas um setor agrupado em torno da própria autorreprodução semiparasitária, afincada sobre privilégios, principalmente, extraeconômicos que, segundo se interpreta, no caso lusitano, teria contagiado a própria burguesia. Trata-se, enfim, de um “aparelhamento político elitizado” que “comanda e governa junto ao rei em nome próprio”. Nesse diapasão, semelhante ao que vimos no trecho de Holanda, em Portugal se teria uma classe burguesa nascente atada política, financeira e culturalmente ao poderio do círculo estatal hipertrofiado e conservador, um estamento burocrático patrimonialista.

Numa ordem de estamento, o vazio é rapidamente preenchido, por meio de chefes e líderes designados do seio da camada de domínio, líderes e chefes de que ninguém conhecia o nome. Este preenchimento das funções institucionalizadas do poder se faz num sentido conservador, num compasso provisório de espera, até que, da faixa dirigente, se decantem os dirigentes. Há, nesse processo, o jogo de muitos artifícios e falsidades: as mudanças estruturais provocam o alheamento da elite, em seu lugar opera a comunidade que a sustenta, que provê a sociedade de liderança. Essa liderança, em deslocamentos dentro da mesma faixa de origem, conquista a confiança popular e lhe infunde, de cima, a representação arbitral de interesses comuns. Nesta dança, orquestrada pelo estamento, não entra o povo: quem seleciona, remove e consolida as chefias é a comunidade de domínio, num ensaio maquiavélico de captação do assentimento popular. A soberania popular funciona às avessas, numa obscura e

impenetrável maquinação de bastidores, sem o efetivo concurso da maioria, reduzida a espectador que cala ou aplaude. (FAORO, 2000, p.94)

Outra similaridade que pode ser vista nos autores é a apresentação tácita do estado burguês democrático aperfeiçoado como aurora das soluções para as desigualdades, para combater a chaga dos particularismos, do personalismo, do estamento-patrimonial, dos esbulhos e vícios. A democracia vige como como complexo da plena liberdade, igualdade e racionalidade. O argumento liberal visa ora esgarçar a personalidade ibérica, ora a instituição estamental-patrimonial, ora os grupos organizados patrimonialistas, enfim, apresentando como panaceia, ou seja, sempre, um movimento no espectro da lapidação do capitalismo e da democracia, o que oculta a irracionalidade da relação-capital. Assim, em nenhum dos casos se logra uma delimitação das articulações peculiares à sociabilidade capitalista, como sequer se desenvolve uma concreção em que a realidade efetiva particular brasileira possa ser desvelada em sua característica própria enquanto entificação capitalista hipertardia dotada de uma burguesia ultrarretardatária que não engendrou suas “tarefas políticas” e suas “tarefas econômicas”. Dessa forma, fica ausente apenas o essencial, quando vige em todos os casos um antagonismo maléfico entre particularismos versus universalismo, ou mesmo, elites desviadas versus povo amordaçado, renovação burocrática versus vícios patrimonialistas, enfim, onde um universalismo obliterador é a apologia em-si-mesmada do “moderno”, do capitalismo otimizado e clássico, da democracia atilada, admitindo a relação de trabalho capitalista e a comunidade do cidadão como devir que deve ser requerido. Trata-se, como outrora se afirmou, das expectativas estreitas da via colonial lançadas diretamente aos discursos sofisticados dos pensadores sociais por meio do prisma burguês e pequeno-burguês, em entificação social em que a burguesia não completou suas tarefas políticas e econômicas.

A fragilidade das explicações se dá, portanto, no molde sociológico de uma comparação conceitual epistemologista: elege os conceitos a priori, os deposita na particularidade brasileira com sobeja enumeração de casos e, diante da pretensa explicação de máculas enraizadas ou vícios antimodernos, faz ainda mais refulgente os conceitos vincados ao “progresso”, substanciados por um universalismo abstrato que negligencia a totalidade articulada social do capitalismo, a função limitada do estado na reprodução social capitalista e a correta particularização brasileira. Fulgura antes um debate epistemologista em que a primazia, a despeito das vastas imersões historiográficas, é da armação

discursiva de conceitos, logo, onde os entraves e as soluções já estão dados de início na arquitetura mental, no embate entre a oferta de modelos a priori. Sobra, entre outras abstrações, a vacuidade do apelo ao “moderno”, à formação da “nação” (mas, de qual modo de produção?), onde o antagonismo de classes se esfumaça inexoravelmente.

8.2 O Novo-desenvolvimentismo: do levante das classes médias à coalizão desenvolvimentista

Antes de imergirmos propriamente na tessitura ideológica de outra influência explícita no ideário ciriano, qual seja, a matriz teórica do novo-desenvolvimentismo, cujo arauto destacado é o economista Bresser-Pereira, devemos apreender algumas assertivas desse autor principal sobre o estado que expressem sua captação desse complexo. A começar, consentâneo com Gomes, a “emancipação política” é louvada como “emancipação humana” e, nesse diapasão, o caráter oblíquo, desviante, da “emancipação política” não é sequer entrevisto. Nesse ensejo, o “estado moderno acabado” (estado moderno, estado burocrático), que nas palavras de Marx reponta repleto de teor “teológico” ou “religioso”, consagração do “céu estatal”, não é decifrado pelo seu pressuposto/sujeito concreto, a sociedade burguesa, mas tomado e naturalizado, peremptoriamente, em sua ideologia conservadora-manipulatória intrínseca. Bresser afirma que “Nas sociedades antigas, o Estado era o instrumento de dominação de uma oligarquia; na sociedade liberal do século XIX, ainda era um instrumento de dominação de uma grande classe burguesa”, todavia, “já nas sociedades democráticas, apesar de não se poder descartar o conceito de classe dominante, o Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação e da sociedade civil” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.117).

Outra problemática que aparece em Bresser, com alguma semelhança com o voluntarismo ciriano, é a conceituação baseada no indivíduo ao modo liberal: a sociedade como nascente do fulcro individual ou os indivíduos como bastião cujo brasão da humanidade e da própria personalidade é uma essência despida de nexos sociais. Nesse sentido, se avalia a individualidade burguesa, efetividade posta pela forma de ser ou modo de existência capitalista, pelo prisma de seu modo de representação enfeitado, fetichizado, isto é, posto na aparência, na imediatividade, no empírico: sujeito autogerado, autodominante, livre, igual e proprietário, em outras palavras, miríade de indivíduos partogenéticos. O estado, dessa feita, aparece como mera criação voluntária dos

indivíduos autoengenderados ou autopostos. Aduz-se, criação que maximizaria a racionalidade dos atos individuais coconstrutivos.

Além de construírem sua nação e sua sociedade civil, os cidadãos, através destas, constroem também seu Estado e seu Estado-nação. Trata-se de uma construção lenta e difícil, muitas vezes contraditória, mas que sempre procura ser racional – o que justifica o conceito de Estado de Hegel como consubstanciação da razão humana –; daquela razão que cada sociedade foi capaz de historicamente expressar em termos institucionais. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.117)

Quando aborda a questão da “sociedade civil”, Bresser não pondera sobre a configuração do capital, embora afirme sobre a preponderância das “classes” entre os demais grupos. Tampouco, faz o escrutínio entre a clivagem de classe e os “demais grupos”. Permanece, portanto, na visão dos “indivíduos” que pertencentes a “subsistemas sociais”, agem coletivamente para influenciar o poder político, este, como campo que se edifica, na democracia acabada, como um terreno neutro de ação dos “subsistemas sociais”, dos “grupos”. A relação entre as diferentes clivagens sociais fica apagada por um paralelismo simplista entre “grupos”, mesmo com acentuação das classes. Logo, “A legitimidade do Estado, ou seja, o apoio com que ele conta na nação ou na sociedade civil não pode ser logrado em uma sociedade civil ou em uma nação abstratas. Uma sociedade está sempre dividida em classes sociais, grupos étnicos, grupos nacionais, gêneros feminino e masculino, grupos de opção sexual”. Completa, “Ainda que todas essas divisões sejam politicamente relevantes, as classes sociais continuam a ter um papel maior”. Em suma, para Bresser, estado moderno democrático engendra um “instrumento de ação política”, algo que pode ser manejado pela demanda dos subsistemas sociais. Nos seus termos, “o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade politicamente organizada; é através dele que a sociedade realiza seus objetivos políticos. Assim, a nação e a sociedade civil são os agentes, constituem a variável independente, *enquanto que o Estado é o instrumento*” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.124). Aqui vemos uma diferença de abordagem para Gomes, para quem a divisa (multiclassista) central na sociedade é feita entre “grupos organizados” e “grupos desorganizados”, o que é essencial para entender a predominância das linhagens de “elites patrimonialistas”. Todavia, no conjunto da aceção, para os dois autores, tanto a investigação das classes é bastante superficial, quanto o estado é um “instrumento de ação política” que pode ser manejado, isto é, que meramente dependeria da efervescência ou organização da “sociedade civil”,

dos “subsistemas sociais”. No caso de Gomes, como foi visto, é emulado, através de seu projeto político, a contundência participativa das “classes médias”, pequeno-burguesas e da intelectualidade burocrática.

Como vimos, Gomes e Unger também acertaram contas com a acepção de “democratização da economia”. Enquanto, essa não fosse democratizada, enquanto o sistema naturalmente produtor de desigualdades não fosse corrigido pelo estado, a presença intensa e extensa desse último se exigiria definitivamente. Bresser-Pereira aborda a acepção pela visada de que só em sociedades democratizadas em seu âmbito civil, se poderia ter a participação política ativa espraiada pela sociedade. São posições que dialogam e se complementam: impera o estado nos países “pobres” como manipulando que transforma o sistema desigual e o democratiza (doravante, o estado poderia ser menos intrusivo), assim como é esta sociedade economicamente “democratizada” que poderá ter condições de superar a astenia política ou, nas palavras de Gomes, produzir uma democracia de alta intensidade.

A expressão de Bresser sobre a questão sobredita assim se define: “A política será tanto mais autônoma quanto mais democráticas forem a sociedade civil e a nação que a praticam ou onde ela é praticada. Quanto mais democráticas, menores serão as diferenças de educação, de renda e de poder entre seus membros, menores serão as diferenças decorrentes do dinheiro, do conhecimento e até mesmo da capacidade de organização, comunicação e mobilização social”. Segue, “Essas diferenças são ainda grandes nos países pobres que são também menos desenvolvidos do ponto de vista político. *São países que ainda não ‘completaram’ sua revolução capitalista e nacional, e nos quais, portanto, o excedente econômico ainda não é apropriado pelo mercado, mas por uma oligarquia através do controle direto do Estado*” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.131). No interior da acepção, parece se poder deslindar que nos países pobres e periféricos não se engendrou a “democratização” da sociedade ou da economia, e que esse seria o critério condicionante da abulia política de grandes frações sociais. Em suma, pode-se entrever o cenário descrito por Gomes sobre as elites patrimonialistas organizadas quando Bresser cita o poder de “uma oligarquia através do controle do Estado” que se apropria de grandes faixas do excedente. Assim como vimos na seção passada, transparece sempre uma acepção de aperfeiçoamento de um capitalismo anômalo, não revolucionado, no Brasil.

Bresser é, também, bastante explícito e congruente com Gomes ao expressar as exigências do processo de politização do país da seguinte maneira: “Em um segundo momento, implica o surgimento de *grupos de classe média burgueses e burocráticos que se organizam em termos de nação e se propõem a transformar um país formalmente independente em um verdadeiro Estado-nação. Em outras palavras, significa realizar a revolução capitalista e nacional, significa construir a nação e o Estado.* Uma tarefa bastante complicada porque é muito difícil governar um país pobre – um país ainda sem uma nação e uma sociedade civil razoavelmente estruturadas” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.132). Advoga-se, comumente entre os autores, a ideia de 1) nação em formação, 2) da ascendência da designada “classe média” burguesa e burocrática como baluartes da completação da nação inacabada, 3) da renitência de elites adstringentes ao “moderno” e “democrático”, 4) da renovação burocrática e refundação econômica, ou mesmo, nas palavras de Bresser, “realizar a revolução capitalista”.

Bresser apresenta-se, também como Gomes, como um agente ideológico a tentar demolir a suposta paralisia, calcificação do capitalismo brasileiro. A proposta de uma “revolução capitalista” extemporânea do primeiro versa, em suma, sobre as mesmas bases das exaustivas análises cirianas que propugnam a prescrição da “renovação burocrática” e “refundação econômica”. Em suma, arautos da completação da tarefa econômica e da tarefa política burguesas clássicas deixadas por fazer ou em destroços pelo caminho da via colonial. Bresser arremata: “O resultado da ação política nos países pobres é sempre incerto, *porque enquanto a revolução capitalista não se realiza e se completa, o regime político será necessariamente autoritário. Só a partir do momento em que a formação do Estado-nação e a revolução industrial se perfazem – só, portanto, em países de renda média e nos países ricos –, a política de construção do Estado oferece uma probabilidade elevada de bons resultados*”. Doravante, “o desenvolvimento econômico se torna autossustentado, e passamos a assistir a um processo de desenvolvimento político e social que leva à transição democrática e, em seguida, à melhoria da qualidade da democracia” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.134).

Aqui se coloca uma questão que não pode ser resolvida satisfatoriamente no ensejo de cotejar Bresser e Gomes: se só o estado pode agir em prol da democratização do mercado/economia, e só uma “economia democratizada” pode galvanizar a politização (produzir uma democracia de “alta intensidade”), isso significaria para Gomes, como em Bresser, que esse estado “democratizador da economia” deverá ser “autoritário” até o dia

da consignação da “renovação burocrática” e da “refundação econômica” (“revolução capitalista”)? Lembremos que Gomes advogou acerca de um estado forte e centralizador nas formulações e fiscalizações, mas descentralizado nas execuções; mas também, que no decurso de seu ideário foi ganhando corpo a reformulação político-institucional democratizante. De qualquer forma, para ambos, o outorgante dessa “revolução capitalista” parece ser a dita “classe média” (burguesa e burocrática), enquanto o promulgador é o estado. Enfim, em ambos, há um liame ideológico na expurgação das elites (aspecto mais desenvolvido por Gomes do que por Bresser), completação da democracia e da economia de mercado democratizada e a relevância das “classes médias” nesse processo de efetivação da nação, da economia e política atiladas, modernizadas.

Acrescenta-se um aspecto que divide Gomes e Bresser: o primeiro, como vimos, desde suas possíveis influências de Comparato, e certas influências de Unger, imerge na questão da reformulação institucional da política, amealhando e esposando propugnações para que se construam mais poros democráticos dentro do monólito institucional, liquefazendo o caráter rígido, pouco manejável e permeável de certas dinâmicas, dando azo e vazão para maior contundência e correção *a posteriori* nos processos representativos/participativos. Bresser, mais prudente, por sua vez, afirma que “Nas democracias, não se busca eliminar qualquer autonomia dos políticos em relação a seus eleitores, nem dar a estes a possibilidade de revogar os mandatos com facilidade. Esta é uma visão radical e perigosa da democracia” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.140).

Outra problemática que reúne Gomes e Bresser é a afirmação taxativa sobre o ocaso do estado nacional-desenvolvimentista e a necessidade de um outro estadotecnoburocrático prismado por uma reformulação do pensamento desenvolvimentista (80/90). Bresser assim se expressa: “A grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado. Entre os anos 30 e os anos 60 deste século, o Estado foi um fator de desenvolvimento econômico e social. Nesse período, e particularmente depois da segunda guerra mundial, assistimos a um período de prosperidade econômica e de aumento dos padrões de vida sem precedentes na história da humanidade”. Porém, “A partir dos anos 70 (...) face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo”. Nesse ínterim, “A onda neoconservadora e as reformas econômicas orientadas para o mercado foram a resposta a esta crise - reformas

que os neoliberais em um certo momento imaginaram que teriam como resultado o Estado mínimo” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.7). Para o autor, se tratou, em meados dos anos 70, de uma “crise do estado”; em cotejo com Gomes, vimos, semelhantemente, que se tratou de uma crise do antigo “modelo nacional-desenvolvimentista”, de um esgotamento do excesso intrusivo (e corrupto) do estado.

Destarte, se antes aproximamos os dois autores em um sentido conceitual mais amplo, pode-se dizer, também, que tanto Bresser quanto Gomes tratam da mesma conjuntura (80/90) com alguma semelhança: 1) o declínio, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, crise de um “modelo”, “crise do estado” 2) exigência de uma renovação burocrática justaposta à atualização do desenvolvimentismo 3) uma concomitante condenação do “modelo” neoliberal, todavia, que negligencia uma análise mais detida da peculiaridade da dinâmica capital.

Partirei da premissa de que o Estado é fundamental para promover o desenvolvimento, como afirmam os pragmáticos de todas as orientações ideológicas, bem como uma maior justiça social, como deseja a esquerda, e não apenas necessário para garantir o direito de propriedade e os contratos - ou seja, a ordem -, como quer a nova direita neoliberal. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.8)

De maneira bastante esquemática, Bresser repete a mácula teórica do esgarçamento entre complexo econômico e complexo do estado: a dita relação “dialética” entre estes aparece como mera influência mútua de esferas estranhas. Nesse sentido, o autor consegue dividir a conjuntura do fim da década de 20 e da década de 80 como crises distintas: uma seria a “crise do mercado” e a outra seria a “crise do estado”. Dessa feita, “A Grande Crise Econômica dos Anos 80 reduziu a taxa de crescimento dos países centrais à metade do que foram nos vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, levou os países em desenvolvimento a terem sua renda por habitante estagnada por 15 anos, e implicou no colapso dos regimes estatistas do bloco soviético”. Isso se deu porque “esta Grande Crise teve como causa fundamental a crise do Estado - uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado - está pressuposto que o Estado, além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados, tem um papel fundamental de coordenação econômica” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.8). Logo, não se nega a relevância e imprescindibilidade da ação estatal “Ou, em outras palavras, está

implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, mas também pelo Estado”. Referendando o aspecto esquemático, “Assim, quando há uma crise importante no sistema, sua origem deverá ser encontrada ou no mercado, ou no Estado. A Grande Depressão dos anos 30 decorreu do mau funcionamento do mercado, a Grande Crise dos anos 80, do colapso do Estado Social do século vinte” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.9). Vige uma grosseira analítica em que os “problemas do estado” pouco remetem à processualidade do capital, aos movimentos tendenciais e contratendenciasais, como outrora advertimos, no bojo dos quais o estado tem atuação fundamental.

Outra reflexão de Bresser, seguindo nossa enumeração, é que a partir da crise de 29, emergiu um capitalismo com mais ampla ação da “tecnoburocracia”, isto é, com maior respaldo regulatório de uma burocracia treinada para a coordenação social. Isso se põe do seguinte modo: “Em consequência entrou também em crise o Estado Liberal, dando lugar à emergência do Estado Social-Burocrático: social porque assume o papel de garantir os direitos sociais e o pleno-emprego; burocrático, porque o faz através da contratação direta de burocratas”. Trata-se de uma exigência do próprio sistema, que densifica o papel da classe burocrática para a reprodução do capitalismo: “Reconhecia-se, assim, o papel complementar do Estado no plano econômico e social. Foi assim que surgiram o Estado do Bem-Estar nos países desenvolvidos e o Estado Desenvolvimentista e Protecionista nos países em desenvolvimento”. A “crise do estado”, segundo Bresser, se revela como uma crise dessa “tecnoburocracia”, por conseguinte, daquele modo de administração, desenvolvimentista e de bem-estar social, que se sintetiza em uma crise fiscal, isto é, na impossibilidade de dar continuidade à garantia de direitos sociais e à emulação estatal dos negócios burgueses (muitas vezes corruptamente viciados). Logo, “em consequência seja da captura do Estado por interesses privados, seja da ineficiência de sua administração, seja do desequilíbrio entre as demandas da população e sua capacidade de atendê-las, o Estado foi entrando em crise fiscal - uma crise fiscal que, em um primeiro momento, no início dos anos 80, apareceu sob a forma da crise da dívida externa” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.13). A problemática, no entanto, só seria resolvida com uma outra espécie de burocracia, qual seja, a “burocracia-gerencial”, propugnação muito sintônica com a ideiação ciriana no bojo dos “governos mudancistas”.

A nova classe burocrática-gerencial aparece no influxo ideológico de Bresser muito afinada às expressões que vimos em Gomes no início da década de 90. O apelo à destruição de oligarquias e plutocracias (na época, também industriais), dimanando uma ideia a partir da posição da intelectualidade burocrática “desviciada”, atualizada em seu propósito desenvolvimentista, que não deixaria de lado as exigências conceituais e práticas daquele tempo: a estabilidade da moeda e a austeridade fiscal. Soma-se a isso a permanência da ação regulatória, da destruição de todo tipo de monopólio arcaico, a implementação da tecnologia pelo estado onde o mercado não lograsse êxito e, fundamentalmente, a galvanização da pequena-burguesia. Bresser parece, por conseguinte, tecer uma análise e uma propositura muito semelhante a Gomes em gênese (classe, clivagem, posição), especificidade (consistência autossignificativa, elementos intrínsecos do pensamento) e função (conservadora-manipulatória, apologia direta do capitalismo, no caso brasileiro, valendo-se de lacunas econômicas e políticas a se “completar”).

Bresser defende uma vitória, nos anos 90, da concepção de uma “centro-esquerda pragmática” (“socialdemocrata”) contra a esquerda antiga, ranzinza, “arcaica”, “estatista” e contra o neoliberalismo “radical”, despreocupado e irresponsável ideativamente com a agência (ainda que menos “intrusiva”) do estado nas “falhas” de mercado, quanto mais, em países em desenvolvimento, repletos, ainda, em desigualdades. Essa ação não se contrapõe, como se viu na ideia de Gomes e se vê na de Bresser, às privatizações, ao enxugamento eficiente da burocracia, às desregulamentações (“choque de capitalismo”), à saída do estado-empresa de determinados setores, reformulações institucionais democratizantes etc. Se põe ao claro, como as expressões sobreditas e a síntese de Bresser – no extenso trecho a seguir - apresentam um veio de confluência bastante grande com as assertivas de Gomes já esmiuçadas, libelo socialdemocrata vinculado a atualizado desenvolvimentismo adstrito à “responsabilidade fiscal”:

A centro-esquerda pragmática, social-democrática ou socialliberal, diagnosticou com clareza a Grande Crise como uma crise do Estado, delineou a interpretação social-democrática ou social-liberal da crise do Estado em substituição a interpretação nacionaldesenvolvimentista, e adotou as propostas da centro-direita pragmática visando a obediência aos fundamentos macroeconômicos - ou seja, políticas econômicas que envolvem ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas, preços de mercado, taxas de juros positivas mas moderadas e taxas de câmbio realistas - e a realização de reformas orientadas para o mercado. Mas alertou que estas políticas não bastavam, porque o mercado

apenas - o mercado auto-regulável do equilíbrio geral neoclássico e da ideologia neoliberal - não garante nem o desenvolvimento, nem o equilíbrio e a paz social. *Desta forma afirmava que as reformas orientadas para o mercado eram de fato necessárias, mas não com radicalismo neoliberal.* Eram necessárias para corrigir as distorções provocadas pelo excessivo crescimento do Estado e pela interferência arbitrária na definição dos preços relativos. Mas voltar ao Estado Liberal do século dezenove é definitivamente inviável. *Ao invés do Estado mínimo, a centro-esquerda social-liberal propôs a reconstrução do Estado, para que este possa - em um novo ciclo - voltar a complementar e corrigir efetivamente as falhas do mercado, ainda que mantendo um perfil de intervenção mais modesto do que aquele prevalecente no ciclo anterior.* Reconstrução do Estado que significa: recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento. A centro-direita pragmática e mais amplamente as elites internacionais, depois de uma breve hesitação, perceberam, em meados dos anos 90, que esta linha de ação estava correta, e adotaram a tese da reforma ou da reconstrução do Estado (...) *com maior governabilidade e maior governança, com mais capacidade, portanto, de promover e financiar, ou seja, de fomentar a educação e da saúde, o desenvolvimento tecnológico e científico, e, assim, ao invés de simplesmente proteger suas economias nacionais, estimulá-las serem competitivas internacionalmente.* Delineia-se, assim, o Estado do século vinte-e-um. Não será, certamente, o Estado Social-Burocrático, porque foi esse modelo de Estado que entrou em crise. Não será também o Estado Neoliberal sonhado pelos conservadores, porque não existe apoio político nem racionalidade econômica para a volta a um tipo de Estado que prevaleceu no século dezenove. Nossa previsão é a de que o Estado do século vinte-e-um será um Estado Social-Liberal: social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalhos mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.18)

Essa perspectiva conjuntural é interessante uma vez que no tecido propositivo do Novo-desenvolvimentismo há um diagnóstico relativamente crítico ao “esgotado” nacional-

desenvolvimentismo, assim como uma resistência ao estreito neoliberalismo, apresentando-se como alternativa aos dois “modelos”, inclusive, amalgamando preocupações presentes em ambos. Isso dá o tom da semelhança com o discurso do desenvolvimentismo atualizado de Ciro Gomes. No entanto, a crítica ao nacional-desenvolvimentismo “exuberante” e “esgotado” não se faz sem muita polêmica, mesmo no seio dos debates dos autores economistas designados heterodoxos (ou, economistas vulgares, para manter a inclinação de Marx). Mollo e Fonseca afirmam que:

Nos textos proponentes do novo-desenvolvimentismo, ao justificar o adjetivo “novo” em seu nome, faz-se referência a algumas críticas que, embora atribuídas à ortodoxia, foram assumidas parcialmente pelos autores. Destaque-se, em particular, a associação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária. Bresser-Pereira, por exemplo, chama atenção para o fato de que “a ortodoxia convencional torna o desenvolvimentismo uma expressão depreciativa: identifica-o com o populismo ou a irresponsabilidade em matéria de política econômica”. Mas ao propor uma terceira via entre o “populismo” e a ortodoxia convencional, chamando-a de novo-desenvolvimentismo, parece concordar com a crítica (MOLLO; FONSECA, 2013, p.228)

Assim, segundo a visão acima, o novo-desenvolvimentismo enxergaria o “antigo” (nacional-)desenvolvimentismo de forma equivocada. Com flertes com a ortodoxia, carimbaria o período criticado como economicamente populista e irresponsável. A preocupação com o equilíbrio fiscal, todavia, teria se manifestado, para Mollo e Fonseca, no aumento de impostos do Governo Vargas em relação à exportação e produção de café que garantiu ao estado as condições de implementar políticas anticíclicas no setor cafeeiro e, ainda, de ter elasticidade fiscal para demais investimentos industriais (assim, como a implementação de reformas tributárias em 1934 e 1937, visando galvanizar a arrecadação). Fonseca também complementa que a depreciação do câmbio foi artifício varguista na consignação de recordes de exportação agrária, o que inviabilizaria o argumento de um “populismo cambial”, como se viu no Plano Real; ao contrário, o governo Vargas teria conseguido um equilíbrio no balanço de pagamentos.

De todo modo, é também patente no discurso de Bresser, a compleição de “terceira via”: “propus o novo desenvolvimentismo como alternativa ao velho desenvolvimentismo e à ortodoxia liberal ou convencional. Explicava que existia uma alternativa macroeconômica viável e muito melhor. Ao mesmo tempo, desenvolvi modelos

econômicos, como o de crítica ao crescimento com poupança externa, o da doença holandesa etc., todos envolvendo a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio nos países em desenvolvimento”. Nesse diapasão, embora a taxa de lucro seja tomada por critério fundamental do capitalismo por Bresser, isto é, métrica que decide e emula o investimento, é a taxa de câmbio que será fulcral na exposição do autor. Por isso, “está muito claro para mim. O Brasil precisa ter uma taxa de câmbio que possibilite o *equilíbrio industrial*, ou seja, que torne competitivas as empresas e indústrias brasileiras que usam tecnologia no estado-da-arte mundial. Eu dizia que um bom valor era R\$ 2,90, R\$ 3,00 por dólar (...) Para isso, é preciso fazer uma desvalorização, o que é complicado, pois tem um custo, traz inflação, diminui salários e quebra empresas endividadas em dólar, isto é, três problemas incômodos” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.16).

Antes de imergirmos ainda mais a fundo no panorama novo-desenvolvimentista de Bresser, bastaria lembrar e sugerir que a crise cambial no início do segundo governo FHC não engendrou uma galvanização da indústria por automatismo, isto é, as falências, aquisições desnacionalizadoras, o esgarçamento da malha produtiva e a perda de parceiros comerciais não puderam ser revertidos pela simples depreciação da taxa de câmbio. Nesse ensejo, se poderia sugerir que Bresser hipertrofia os benefícios da depreciação do câmbio e edulcora as consequências negativas imediatas, considerando determinados “custos políticos e sociais” sobreditos, bastante práticos, como apenas “incômodos”, justificáveis contra o “populismo cambial” sustentado por liberais e, mesmo, por desenvolvimentistas: “Cheguei à conclusão de que tanto os desenvolvimentistas quanto os liberais — os primeiros defendem certo grau de intervenção do Estado e, os outros, o mínimo possível — revelam uma alta preferência pelo consumo imediato. Poderíamos chamar isso de populismo” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.17).

Bresser é apologeta de uma ciência “histórico-dedutiva” contra a edificação “hipotético-dedutiva” do diapasão neoclássico. Em sua perspectiva, não se poderia estar no seio da ideologia teórica e política neoclássica e neoliberal senão forcejando a realidade a encontrar-se com o formalismo posto *a priori*, mesmo em suntuosa edificação matemática. Para o autor, arauto maior do novo-desenvolvimentismo, haveria, por conseguinte, uma síntese confusa, no cerne neoclássico, entre “ciência metodológica”, repleta de uma autarquia, de uma autonomia absoluta, e de outro lado, a “ciência substantiva”, necessariamente, adstrita e cotejada com a tessitura empírica, ou seja, que

tem nas instâncias reais naturais e sociais o critério de seu valor gnosiológico. Dessa forma, uma série de questões “reais” ficam à deriva, uma vez que a teoria ortodoxa – ou, as teorias ortodoxas conjuradas em espesso “epistemologismo”, para utilizar nossa dicção – é lavrada à revelia das realidades efetivas particulares.

Todavia, a despeito da crítica refletida acima, Bresser, como vimos, também é vítima de uma espécie de epistemologismo, qual seja, aquele que trata da “revolução burguesa” inacabada no Brasil. Com essa retórica, resta claro, semelhante a elementos postos em Gomes, vige uma sólida e renitente procura de igualar itinerários capitalistas completamente diferenciados. Em sua tônica, admoesta “a crença na incapacidade dos povos na periferia do capitalismo de se organizarem como verdadeira nação, desenvolverem uma burguesia nacional e uma burocracia pública também nacional, definir uma estratégia desenvolvimentista e realizar sua revolução nacional e industrial”. De maneira ainda mais rasteira, indica o “complexo de inferioridade colonial, que leva as pessoas a considerar impossível formar-se uma burguesia nacional, como aconteceu nos países ricos quando formaram seu estado-nação e se industrializaram” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.862). Vige, como em Gomes, a busca incessante pela configuração da burguesia e burocracia acabadas.

Desfraldando, mais de perto, o novelo teórico novo-desenvolvimentista, mobilizado pelo apelo da recriação/atualização do desenvolvimentismo, temos um tema bastante fulcral: a crônica e cíclica sobreapreciação cambial que atinge os países em desenvolvimento. O problema é central na medida em que configura um obstáculo ao avanço da industrialização dos países como o Brasil. No seio de sua retomada atualizadora do desenvolvimentismo, Bresser admite como obliterações de monta, a alta taxa de juros e a sobreapreciação da taxa de câmbio, isto é, verdadeiras armadilhas que dilapidam um projeto de desenvolvimento sustentado. Nesse caso, a intervenção estatal deve perseguir as taxas de juros “moderadas” e a taxa de câmbio “competitiva”, eivando tacitamente uma crítica à abulia não intervencionista neoclássica.

No campo da taxa de juros, elevada em demasia, crisa-se a iniciativa empresarial uma vez que “A taxa de investimento, por sua vez, é determinada pelas expectativas de lucro, ou, mais precisamente, pela diferença entre a taxa de lucro prevista e a taxa de juros corrente. Logo, quanto mais satisfatórias foram as expectativas de lucro existentes em uma economia, maior será no curto prazo sua taxa de investimento e de poupança”.

Todavia, “Conclui-se, portanto, que o Brasil poupa pouco não porque os brasileiros são ‘gastadores’, mas porque desde o início dos anos 1980 as oportunidades de investimento são insatisfatórias, de forma que não houve o suficiente estímulo para investir” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.4). Há, para Bresser, uma camada de recursos tecnológicos e de “recursos humanos” empresariais e técnicos-científicos que não logra ser utilizada no país, fazendo conseqüente e deletéria justiça ao quadro de uma taxa de lucro desmobilizadora, encurralada pela alta taxa de juros. O alto patamar da taxa de juros, todavia, não poderia, segundo ele, ser explicado por meio dos desvios neoclássicos: meros preços “endógenos” edificados pelo mercado, insegurança jurídica, risco Brasil, ausência de equilíbrio fiscal, uma vez que a taxa de juros praticada por outros estados é menor tendo em vista variáveis sobreditas em situação mais agravada; trata-se, outrossim, segundo Bresser, de um problema político ou de economia política que, adverso e refringente à “economia nacional”, não logra ser debelado por agentes e classes que, em verdade, o sustentam por benefícios próprios.

Em relação à tendencial sobreapreciação da taxa de câmbio, Bresser expõe sobre a urdidura estrutural dos países em desenvolvimento: a elevada taxa de juros desses países implicaria na atração volumosa de capital estrangeiro, assim como uma taxa de lucro ainda superior aos países desenvolvidos devido à “escassez de capitais” seria outra porta de atração de investimentos. Nesse cenário, se estabeleceria, através da poupança externa, uma consolidação de um estoque de reservas internacionais e nível cambial refringentes ao “equilíbrio industrial” do país, isto é, aquele nível cambial de operação favorável aos produtos comercializáveis da indústria de transformação brasileira/no Brasil. Mas, o problema cambial não para por aí.

Outro problema central aventado pelo novo-desenvolvimentismo é o da doença holandesa derivada das “expressivas rendas ricardianas”, segundo a dicção de Bresser. Nesse caso, refere-se à apreciação do câmbio devido à performance da exportação da indústria primária (em particular, agravado com a elevação de preços internacionais), provocando a manutenção de uma taxa de câmbio adstringente para a indústria de transformação, que ataca sua performance de exportações em relação aos primários (perda de competitividade internacional), e que, por outro lado, facilita importações de manufaturados, não emulando a indústria de transformação nacional nem externa, nem internamente. Nesse caso, a manutenção do câmbio acima do câmbio de “equilíbrio industrial” dependerá dos preços internacionais das *commodities* e do grau de importação:

essas circunstâncias afetarão diretamente a balança comercial/balanço de pagamentos. Em todo caso, o decurso será de desindustrialização eminente, ainda que relativamente gradativa (Bresser não explica, mas se trata de uma “desindustrialização relativa”). O câmbio se manterá apreciado até que a balança comercial seja afetada pela queda dos preços das *commodities* referentes à indústria primária e/ou devido à galvanização das importações; no entanto, as consequências da desindustrialização – falências, aquisições, perda de parceiros comerciais, esgarçamento de cadeias produtivas – não poderão ser derogadas automaticamente, como aditamos. Mesmo com a queda do preço das *commodities* e a galvanização das importações, as taxas de juros poderão facultar a entrada capitais, sedimentando, ainda, o câmbio apreciado. Outro tema a se articular nessa tessitura é a desregulação financeira e a desregulação comercial que contribuem na efetividade da doença holandesa, isto é, na gradual desindustrialização, já que implica em uma disputa mundializada sem sobejas proteções nacionais em relação aos ativos financeiros e à “economia real”. Agindo contra essa tessitura estrutural, a prescrição de Bresser é que o estado:

imporá temporariamente restrições à entrada de capitais e aumentará as compras de reservas a fim de obter uma depreciação não é causada por crise. A depreciação permitirá ao governo definir uma retenção para as *commodities* que deem origem à doença holandesa. Essa retenção deverá variar de acordo com o bem e seu preço internacional, de forma a capturar a renda ricardiana envolvida e, ao mesmo tempo, deslocar a curva de oferta de seus produtores se desloque para cima de forma que não haja possibilidade de a taxa de câmbio voltar para o nível inicial apreciado. A retenção deve ser variável porque, em certos casos, quando os preços internacionais caem, ela poderá ser zerada. Esta estratégia macroeconômica supõe, naturalmente, uma estratégia de crescimento voltada para a exportação não apenas de bens primários, mas também de manufaturados. O mercado interno é fundamental, e continuará a crescer, mas a grande vantagem que um país como o Brasil tem é na área da exportação. E, desde que a taxa de câmbio esteja no nível do equilíbrio industrial, as exportações de manufaturados com valor adicionado per capita cada vez maior poderão ser uma extraordinária fonte de crescimento para o Brasil, sem nenhum prejuízo para a exportação de commodities. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.20)

As preocupações novo-desenvolvimentistas, destarte, indicam a necessidade da agência estatal para consignar freios à doença holandesa, “apesar de a doença holandesa que afeta a economia brasileira ser menos intensa ou menos grave do que a observada em países

cuja produção é especializada em uma ou poucas commodities que geram expressivas rendas ricardianas”, todavia, “suas consequências em termos de lenta desindustrialização são preocupantes” uma vez que “a doença holandesa vem de fato desindustrializando o país desde 1990/92, quando foram eliminados os mecanismos de sua neutralização, e se esse problema se agravou quando a doença holandesa se agravou com o aumento dos preços das commodities”, principalmente na primeira década do século 21. Em outros termos, “esta desindustrialização se manifesta no aumento da participação das commodities no valor adicionado total e na redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado da produção de bens comercializáveis” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p.2).

A preocupação relativa à indústria de transformação se dá pela importância consignada por esse setor na completude da economia. Segundo as bases conceituais sustentadas e repercutidas pelos autores novo-desenvolvimentistas, a galvanização dos exportáveis da indústria secundária tem efeitos encadeadores sobre toda a economia. Sob a égide do desenvolvimento industrial, se teria a propulsão do crescimento da economia, com elevação considerável da produtividade, dos ganhos de escala e da renda per capita. Também, se estabeleceria um padrão elevado de competitividade que pelo diapasão da concorrência estimularia o desenvolvimento tecnológico dos demais setores industriais, assim como contaminaria os setores não-industriais em assimilação de tecnologias mais avançadas. Nesse sentido, a atuação do estado é uma coluna indispensável contra a orgânica desindustrialização gradativa consignada pela doença holandesa:

As exportações brasileiras que vinham crescendo moderadamente entre 2000 e 2002, passam a crescer de forma acelerada a partir de então. Enquanto a média anual de crescimento naqueles três anos foi de 7,9%, entre 2003 e 2007 subiu para 21,6%. Em cinco anos, as exportações brasileiras mais que dobraram, crescendo 166%. Como no mesmo período as exportações mundiais evoluíram 115%, elevou-se nossa participação no comércio mundial em 22,9% entre 2003 e 2007. Mesmo com a elevação expressiva das importações, o país conseguiu manter a tendência de crescimento do saldo da balança comercial, que sofreu uma redução apenas em 2007. Assim, o Brasil aumentou ligeiramente o seu grau de abertura econômica e, o que é relevante, não somente através do aumento das importações, mas também da sua participação nas exportações mundiais. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p.2)

Em síntese, portanto, a “doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico”. As ditas “vantagens comparativas” em setores industriais primários agrários e extrativos deve também se relacionar com a mão de obra barata em países em desenvolvimento como o Brasil o que favorece ainda mais a lucratividade desses setores já alvissareiros pela renda da terra.

Este processo não é tão acentuado na economia brasileira como na Venezuela ou nos países árabes, por exemplo, cuja abundância de reservas de petróleo gera elevadas rendas ricardianas e leva tais economias a se especializarem na produção deste bem, o que desestimula o processo de industrialização. O Brasil possui uma estrutura industrial consolidada e nenhum recurso é tão abundante ou gera uma renda ricardiana tão elevada a ponto de resultar na especialização da produção. Entretanto, existem sinais claros de que, em menor grau, a doença holandesa exerce efeitos maléficis sobre a economia brasileira. Seu principal impacto seria o deslocamento dos fatores de produção para os setores que produzem as commodities das quais possuímos vantagens comparativas, o que pode implicar em um processo de desindustrialização (BRESSER-PEREIRA; MARCONI. 2008, p. 10)

Bresser-Pereira e Marconi demonstram que entre 1992 e 2007, o setor de commodities ofereceu uma elevada contribuição positiva para a balança comercial enquanto o setor de manufaturados, principalmente de média-alta e alta inserção tecnológica, ofereceram uma contribuição negativa considerável. Segundo os autores, as commodities ofereceram uma contribuição de 162,8% para a elevação do saldo comercial, enquanto os manufaturados de alta inserção tecnológica ofereceram uma contribuição negativa ao saldo comercial de 62,8%. Nessa linha, referindo-se novamente à primeira década do século 21, tem-se que “o comportamento do saldo da balança comercial de commodities se manteve relativamente constante entre 1992 e 2001 e se eleva substancialmente a partir de 2002, quando a demanda externa começa a se aquecer mais fortemente”, com elevação internacional dos preços das commodities (entre 2002-2007, se trata mais de um aumento dos preços do que da quantidade). Mesmo com apreciação cambial, o setor primário, pela renda da terra possuída, não é prejudicado. Associadamente, “é possível observar que o comportamento do saldo da balança comercial de manufaturados está fortemente

associado ao da taxa de câmbio. A partir de 2003, quando esta se aprecia, o déficit comercial dos bens manufaturados passa a aumentar correspondentemente” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p.12). Os autores citam e esposam o ano de 1992 tendo por referência consignação da retirada das proteções, isto é, a efetivação da desregulação financeira e da desregulação comercial a partir do governo Collor e os engendramentos desreguladores seguintes, que serviam como proteções – não conscientes - contra a doença holandesa.

Retomando os demais fios conceituais novo-desenvolvimentistas, podemos, de antemão, estabelecer por consolidada a compleição de apologia direta ao capitalismo presente em seu corpo teórico. Bresser admite que apesar de “implacável”, o capitalismo é a forma social que mais demonstrou capacidade para o desenvolvimento econômico. O autor aduz, contudo, que quatro outras lógicas “utópicas” precisam “temperar” o capitalismo. Seriam formas de edificar anódinos ao conteúdo competitivo, individualista, lucrativo e destrutivo que regenciará o capitalismo. São elas: a lógica republicana, a lógica democrática, a lógica socialista e a lógica ambientalista. Nos termos do próprio autor, “são quatro lógicas mais humanas, mas são em parte utópicas. Elas correspondem a ideais que estão de alguma forma presentes nas sociedades modernas, mas não são dominantes”. Ainda, “seu grande papel é o de temperar o capitalismo, é o de dar sentido a um projeto coletivo de nação e mesmo a um projeto coletivo de humanidade. É de tornar o capitalismo menos individualista, menos corrupto, menos autoritário, menos injusto, e menos predatório da natureza” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.7).

O projeto novo-desenvolvimentista é composto por camadas de desideratos que, ao fim, dedicam-se ao “alcançamento” (*catching up*) dos países centrais do capitalismo, tendo por medida basilar de cotejo a renda *per capita*. Nessa pletera de objetivos, o estabelecimento de uma política econômica desenvolvimentista correta e uma reforma gerencial-burocrática são duas linhas mestras. Parte-se, de modo geral, por conseguinte, da necessidade 1) da completação de nossa revolução capitalista, 2) do aperfeiçoamento do capitalismo em termos de junção às ideologias não-dominantes sobreditas, ou um capitalismo edulcorado, mais repleto de interesse público, igualitarismo, solidariedade e preocupações ambientais 3) do desenvolvimento econômico sustentado que, além dos conceitos keynesianos e desenvolvimentistas, deve aferir ou diagnosticar obliterações das economias em desenvolvimento (como a “doença holandesa”), assim como manejar os cinco preços macroeconômicos (taxa de câmbio, taxa de inflação, taxa de juros, taxa de

lucro e taxa de salários), 4) do combate aos “rentistas” e “financistas” que ganham com a “semiestagnação” do país, assim como 5) da superação do “populismo” fiscal e cambial. Tudo isso, como se verá, está baseado em uma “coalizão desenvolvimentista”. Gomes, espelhando Bresser, também se movimenta de arauto explícito das “classes médias” para arauto de uma “coalizão”. Todavia, registramos, essa “coalizão” não é mais que biombo das “classes médias” burocrática e pequeno-burguesa, como se deixará ainda mais claro em seguida.

Dessa feita, Bresser é postulador de uma junção ou coalizão de classes desenvolvimentistas. Isso vale a enredar empresários industriais, trabalhadores, burocratas, enfim, consenso multiclassista que visa atingir, principalmente, as frações progressistas dessas classes – o que é designado muito genericamente de “classes médias” em outro momento, como vimos - que não são a grande burguesia (e parte da “classe média” não progressista) do país associada aos “rentismo” ou “financismo” (a plaga “plutocrática” na dicção de Gomes). Vejamos que essa coalizão representa, aproximadamente, algo já tocado no início desta seção quando assemelhamos o projeto de completação da revolução capitalista de Bresser com a renovação burocrática/refundação econômica de Gomes, isto é, uma plataforma “popular”, civil, que sustentaria, em efervescente movimento de ideias, o corolário político aventado pelos autores e políticos, ambos com passagem pelo ministério da fazenda.

Trata-se, em todo caso, de reforçar o capitalismo e o mercado como “instituição” insubstituível. Nesse compasso, “o mercado é mais eficiente do que o Estado em realizar a coordenação econômica quando existe competição. E, por isso, há um princípio na boa teoria desenvolvimentista, o da *subsidiariedade*: quando há competição, o Estado deve retirar-se da coordenação direta da produção e deixar que o mercado, por meio da lei da oferta e da procura, se encarregue da determinação dos preços e da alocação dos fatores de produção”. Assim, “Dado que a grande maioria dos setores econômicos tende a ser competitiva, *neles o mercado é uma instituição coordenadora insubstituível*” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.18). A posição novo-desenvolvimentista, dessa feita, vai contra uma posição “estado-empresarial” e protecionista exacerbada que tenderia a manter a galvanização tecnológica de modo bastante lento, acomodado, aferição que também coaduna com a acepção ciriana, como vimos na esteira do “choque de capitalismo” e, também, na recusa ao “protecionismo” do antigo nacional-desenvolvimentismo, isto é, frontispício da forja de um atualizado (nacional)

desenvolvimentismo. Nesse novelo conceitual bastante esquemático, a averiguação da lógica específica ou legalidade imanente capital fica oculta, e o investimento e a inovação aparecem como simples virtudes “naturais” do mercado, as quais o estado teria a função de emular ou favorecer. O estado deve, por conseguinte, atuar na infraestrutura, nas empresas estratégicas não interessantes ao mercado, na educação científica/tecnológica, na oferta de financiamentos de longo prazo, nas correções em relação à insuficiência da demanda, mas também, na garantia da estabilidade de moeda, na austeridade fiscal, e, essencialmente nos casos em desenvolvimento como o brasileiro, no controle dos “preços macroeconômicos”, especialmente, a taxa de câmbio e na anulação consciente da “doença holandesa”.

Entre os preços macroeconômicos interessados ao composto teórico em tela, depreende-se a relevância da ação sobre a taxa de juros, infundindo uma política de moderação contra a atração de capitais externos que venham a apreciar o câmbio. Isso se revela, com clareza, nas assertivas de Bresser desta forma: “Como tornar baixo o nível da taxa de juros em torno do qual o banco central pratica sua política monetária? Para isto é preciso que os *policymakers* (a) rejeitem a política de crescimento com endividamento externo, (b) rejeitem a política de âncora cambial para controlar a inflação e (3) controlem entradas de capitais”. Arremata, “Já vimos que a política de atrair capitais externos é autoderrotante. Quanto ao uso de âncora cambial para manter a inflação baixa, é uma política absurda” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.45). Resta claro, o ponto fulcral mantém-se: as consequências deletérias à indústria de transformação, polo irradiador de encadeamentos produtivos e tecnológicos, e mesmo, de elevação da renda per capita. Há, sobretudo, subjacente, uma crítica à gestão do Plano Real, como em Gomes. Em outro momento, embora não possamos desdobrar, Bresser considerou Plano Real como “o melhor concebido”, “extremamente competente”, concepção “extremamente engenhosa”, entre os 13 últimos planos de estabilização. Nesse sentido, podemos afirmar, a “âncora cambial”, núcleo do Plano Real, não foi criticada absolutamente, mas como gestão política de longo prazo.

tendo Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, o Brasil afinal estabilizou a alta inflação inercial (indexada) que assolava o país há 14 anos. Estabilizou-a por meio de um plano de estabilização heterodoxo — o Plano Real — baseado na teoria da inação inercial que ajudei a formular no início dos anos 1980 (Bresser-Pereira, 2010), que garantiu a Fernando Henrique a eleição para a presidência. Nos anos seguintes o governo Cardoso (1995-2002) continuou a instalação do regime de política

econômica liberal, interrompida no governo anterior, e adotou a política de crescimento com endividamento externo, ou seja, a política de incorrer em déficits em conta-corrente financiados com o investimento direto estrangeiro (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.74)

Já no caso do principal e negligenciado preço macroeconômico, qual seja, da taxa de câmbio, o problema aparece renitentemente flertando com a crítica ao “populismo cambial”. Bresser já havia definido, em textos anteriores retomados, que tanto os economistas/políticos ortodoxos quanto heterodoxos têm preferências moldadas pelo pragmatismo da política, ou seja, submetem-se aos caprichos do “consumo imediato” que respalda popularidade, conquanto obliterem a galvanização industrial. Deve-se lembrar que a depreciação do câmbio em uma malha produtiva incompleta e esgarçada implica em conseqüente aumento inflacionário e, naturalmente, nos problemas sociopolíticos derivados aos engendrados dessa política econômica. Nesse sentido, Bresser procura enfrentar o comodismo coeso entre ortodoxos e desenvolvimentistas, ciente de que “no curto prazo, há um custo para baixar juros e tornar a taxa de câmbio competitiva: a desvalorização necessária reduz o poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores e das rendas dos capitalistas rentistas” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.46). Dessa feita, “os economistas heterodoxos, que defendem os interesses de curto prazo dos assalariados, e os liberais, que representam os interesses rentistas e financistas, acabam formando uma ‘coalizão política tácita’ contra a desvalorização”. Podemos ver que a questão do câmbio bem localizado aparece de modo fulcral e quase automático na reversão produtiva da economia, implicando em emprego e renda adicionais:

Para os trabalhadores a depreciação causará no curto prazo a diminuição do poder aquisitivo dos salários, mas eles logo serão recompensados com o aumento do emprego e, um pouco mais adiante, com o aumento da produtividade e o conseqüente aumento dos salários. Para os rentistas, o quadro é diferente. A desvalorização reduz igualmente o poder aquisitivo dos juros, dividendos e aluguéis, diminui o valor de sua riqueza e implica uma baixa do nível da taxa de juros que definitivamente não interessa aos rentistas. (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.46)

No mote de Bresser, a investigação da “revolução de 1930” segue, também, a posição alvissareira de Gomes: o aspecto conservador, bonapartista e contrarrevolucionário é ocultado, enquanto são alçados a primeiro plano a “coalizão de classes” (Bresser) e o

“levante das classes médias” (Gomes) que, supostamente, degradariam o poderio oligárquico anterior. Logo, “A Revolução de 1930 interrompeu esse processo, fortaleceu o poder central, deu estrutura ao Estado, que, assim transformado, passou a ser o principal *instrumento da Revolução Industrial e Capitalista que então começou*”. Adiciona de modo bastante positivista, “Essa revolução, pela qual todos os países têm que passar para realmente se desenvolver, contou com a liderança política de Getúlio Vargas, que se apoiou em uma coalizão de classes desenvolvimentista e nacionalista formada por empresários industriais, trabalhadores urbanos, burocracia pública e por parte da velha oligarquia proprietária de terras”. Ainda, “Foi uma clássica revolução burguesa, modernizadora e nacional, comandada por políticos oligárquicos ou aristocráticos, mas dela não participaram os setores oligárquicos envolvidos na exportação de café, cacau e algodão, porque o novo regime usaria as rendas dessas culturas para viabilizar o desenvolvimento industrial” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.51). A particular relação de classes, isto é, o decurso do capitalismo brasileiro é mal caracterizado por ambos autores, soçobrando qualquer aproximação com a concreção da via colonial de entificação do capitalismo.

A incompreensão sobre a via particular de objetivação do capitalismo se desvela, igualmente, no modo fragmentário de conceber os atrasos da sociabilidade capitalista brasileira, por exemplo, ao tocar na questão do estado sem esmiuçar as determinações recíprocas entre a compleição econômica de nossa burguesia ultrarretardatária e seu apanágio político. O autor menciona: “Com a Revolução Capitalista (1930-80), o Brasil deixara de ser uma sociedade oligárquica e se tornara uma sociedade moderna, mas ainda não era uma sociedade democrática. A nova classe capitalista industrial ainda não se sentia segura de que não seria expropriada por partidos socialistas se o voto ao analfabeto fosse garantido”. Do mesmo modo, autor é bastante epidérmico ao tratar da “transição transada”: “A democracia brasileira foi o resultado de uma grande coalizão de classes democrática, social e desenvolvimentista, que se formou a partir do final dos anos 1970, quando os empresários, que desde 1964 apoiavam o regime militar, transitaram gradualmente para o campo democrático dos trabalhadores e dos movimentos sociais” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.52). Os liames da “autorreforma da ditadura” já debulhados por esta Tese ficam ocultados, à deriva, por meio de uma investigação politicista focada em inclinações ou inflexões institucionais, pactos empíricos cifrados,

por isso, Bresser acaba esposando da tônica conservadora-manipulatória das classes e dos ideários que são (ou deveriam ser) objeto de estudo a se decifrar.

Buscando um fechamento para as assertivas de Bresser sobre o novo-desenvolvimentismo, gostaríamos apenas de destacar junto à letra do autor que a “macroeconomia keynesiana revolucionou a função investimento ao argumentar que a taxa esperada de lucro depende da demanda e que esta não estava assegurada devido à tendência à insuficiência de demanda”, todavia, essa acepção teórica é incompleta, por isso “o novo-desenvolvimentismo oferece sua contribuição à função investimento ao nela incluir a taxa de câmbio. A razão para isso é muito simples: é a taxa de câmbio que dá ou nega acesso à demanda existente tanto internamente quanto no exterior” (BRESSERT-PEREIRA, 2016, p.155), ou seja, é a taxa de câmbio do designado equilíbrio industrial que faculta uma competitividade adequada no plano interno e externo para a indústria de transformação (ou melhor, para os *tradables* não *commodities*) tecnologicamente avançada, tendo em vista, principalmente, os “países em desenvolvimento”; sem isso, mesmo diante das políticas de demanda agregada, se teria uma assimetria de competição com as indústrias estrangeiras de escol tecnológico.

Sumarizando, vê-se com clareza que o novo-desenvolvimentismo se volta para países que já alcançaram algum grau de industrialização, ou na dicção de Bresser, países de renda média; ainda, a lavra novo-desenvolvimentista se consigna ao arrepio dos argumentos desenvolvimentistas sobre a indústria infante, o protecionismo por princípio e sustenta como núcleo teórico a propositura da galvanização competitiva; rejeita, peremptoriamente, o endividamento externo como forma de engendrar o crescimento, tendo em vista as consequências cambiais deletérias; ao invés da substituição de importações, dentro da plethora desenvolvimentista-protecionista, propugna pela “integração internacional competitiva”, pelo desenvolvimento de uma manufatura de exportação no cenário da disputa mundial, tendo por método e matriz teórica a anulação da sobreapreciação cíclica e crônica do câmbio e a efetivação do câmbio de equilíbrio industrial.

Por último, ainda que de maneira mais lateral, Bresser não deixa de citar, subjacentemente, a questão da reforma tributária, questão cara também a Gomes, via de revitalização da poupança estatal:

Qual, então, deve ser a política distributiva do governo? Além de garantir um salário mínimo decente, deve se voltar para um

sistema de bem-estar social amplo, baseado na garantia de direitos universais à educação fundamental, aos cuidados de saúde e a uma velhice digna, financiado por um sistema tributário progressivo. A grande diferença entre a distribuição nos países escandinavos e os Estados Unidos, entre os países mais iguais e o mais desigual entre os países ricos, não acontece antes dos impostos, mas depois deles. Nos Estados Unidos o sistema progressista de impostos criado pelo governo democrático e desenvolvimentista do presidente Franklin Delano Roosevelt foi desmontado pelo governo neoliberal do presidente Ronald Reagan – o que tornou os Estados Unidos um país profundamente desigual e deixou uma sociedade dividida (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.161)

Depreendidos, os grandes delineamentos encontrados em Bresser, é possível constatar, brevemente, as confirmações postas em outros autores novo-desenvolvimentistas, como Nelson Marconi e Luiz Oreiro, antes de fazermos a perquirição comparativa com o Plano de Governo de Gomes em 2018. Os demais autores novo-desenvolvimentistas partem da mesma admoestação relativa ao liberalismo (que diverge sem efetivar uma crítica profunda e radical), qual seja, “Os mercados são fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico e excelentes instituições de coordenação em ambientes competitivos, sendo eficientes na definição de preços e quantidades produzidas para os bens e serviços privados em um mercado concorrencial” (MARCONI; BRANCHER, 2017, p.3). A inexorabilidade do mercado e a subsidiariedade do estado estão, resta claro, contidas no conjunto teórico do keynesianismo, do desenvolvimentismo e do novo-desenvolvimentismo.

O argumento principal de Marconi e Brancher também vai em direção ao manejo dos cinco preços macroeconômicos. Logo, de modo bastante concatenado com Bresser, a taxa de câmbio se apresenta como a novidade refulgente contra qualquer astenia política irresponsável propagada pelo novelo ortodoxo. A taxa de inflação apresenta um grande nível de preocupação pelos custos políticos contra rentistas e trabalhadores, mas não deve ser uma preocupação unilateral, mas sim, acoplada com a preocupação de pleno emprego e suscetível aos primeiros esforços de depreciação do câmbio, ceifando o talhe do populismo cambial (e fiscal). A taxa de juros deve ser moderada, o que remonta ao enfrentamento político que dimana da coalizão de classes novo-desenvolvimentista, tarefa sem a qual não se poderá emular o investimento (a taxa de juros elevada atrai capitais externos segurando um câmbio apreciado mesmo quando as commodities estão em declínio internacional de preços). A taxa de lucro e de salários (que se refere, em

verdade, à taxa de mais-valor) devem ser combinadas de modo a atingir um nível “satisfatório” da primeira e uma elevação da segunda em congruência com o aumento da produtividade, demonstrando, rigorosamente, a submissão da segunda pela primeira.

Os autores também inserem o tema da doença holandesa como análise fulcral que merece atenção uma vez que se deixada à deriva, pode impelir a economia à reprimarização ou desindustrialização relativa, forcejando a apreciação do câmbio, por meio da renda da terra e dos preços internacionais das *commodities*. Assim, se “esses países forem abundantes em recursos naturais, deverão também evitar que a economia se concentre na exploração destes e sua estrutura produtiva permaneça focada na produção de bens primários, sem alcançar a modernização necessária”. O problema já foi suficientemente tratado, concluindo que o “processo no qual o país não consegue avançar em sua industrialização, ou reprimariza sua estrutura produtiva, isto é, reduz a participação dos setores modernos no PIB em prol dos setores primários devido à abundância de recursos naturais, é consequência da chamada doença holandesa” (MARCONI; BRANCHER, 2017, p.5). Em um círculo vicioso, tem-se que o processo de apreciação do câmbio inibe o investimento, derroga avanços em produtividade, o que indica que insuflar avanços de produtividade/investimento enquanto o câmbio permanece inadequado é uma iniciativa inócua dada as condições desestimulantes da exportação, e mesmo, no mercado interno para os manufaturados. Enfim, trata-se da dilapidação dos setores mais tecnológicos da indústria, encadeadores de espargimentos tecnológicos em outros setores e da elevação da renda per capita.

Há, portanto, significativos indícios de ocorrência de um processo de doença holandesa no Brasil: elevação dos preços das *commodities*, valorização da moeda, relativa estabilidade da rentabilidade dos exportadores dos primários e deterioração da rentabilidade dos exportadores de manufaturados e, finalmente, redução da participação da manufatura no valor adicionado, bem como de outros setores de serviços mais modernos e sofisticados, interligados à produção industrial. (MARCONI; BRANCHER, 2017, p.22)

Um ponto importante trazido à luz pelas assertivas de Oreiro, por sua vez, é a crítica ao designado “social-desenvolvimentismo”, uma espécie de vulgarização do keynesianismo, segundo a sua dicção. O argumento de Oreiro possui uma verve defensiva contra as sínteses confusas premeditadas e engendradas pelos liberais, que se propõem a criticar o governo Dilma como fracassado devido ao aporte ideológico desenvolvimentista,

varrendo para debaixo do tapete das generalizações o próprio novo-desenvolvimentismo. O autor, dessa feita, é solerte em discernir, em distinguir o social-desenvolvimentismo – “keynesianismo vulgar” – de Rousseff, desde o primeiro governo (com heranças lulistas), das propostas políticas imantadas pela teleologia/representação/reflexão/planejamento novo-desenvolvimentista.

O principal eixo dessa crítica é que a combinação entre política fiscal frouxa, juros elevados, salários crescendo continuamente acima da produtividade do trabalho e sobrevalorização da taxa real de câmbio (herdada dos dois mandatos do presidente Lula, mas apenas parcialmente eliminada no governo Dilma) resultou em uma combinação perversa de inflação alta, fragilidade financeira do Estado Brasileiro e desindustrialização *cum* regressão da estrutura produtiva, ou seja, expansão da participação no valor adicionado total dos setores que apresentam níveis e taxas de crescimento mais baixos da produtividade do trabalho. (...) Tal regressão explica também uma parcela importante do processo inflacionário, pois a elevação da demanda por serviços, resultante da apreciação cambial, pressionou os seus preços, que não sofrem concorrência externa. Como resultado, desde 2004 a inflação de serviços é sistematicamente mais alta que a dos demais preços livres da economia. (OREIRO; MARCONI, 2016, p.168)

Ao contrário do que vimos no conjunto teórico novo-desenvolvimentista, o social-desenvolvimentismo teria por foco o gasto orçamentário indiscriminado e a emulação generalizada do consumo. A primeira linha de ação não indica, no entanto, o investimento público em setores de elevado grau de tecnologia, mas, a exemplo, o investimento contínuo ou intermitente em infraestrutura. A segunda linha está baseada no aumento salarial, no espessamento da assistência social e nos subsídios/créditos para os consumidores. Destarte, algumas preocupações vitais do novo-desenvolvimentismo ficam à revelia: ajuste fiscal para fortalecimento da poupança “ao contrário dos social-desenvolvimentistas que, inspirados em uma versão vulgar do Keynesianismo, advogam uma espécie de expansão fiscal perpétua” (OREIRO; MARCONI, 2016, p.174), investimentos públicos e privados com foco na exportação de manufaturas de maior valor agregado promulgando as empresas nacionais ao nível da concorrência internacional (emulando, assim, através da competitividade os diversos setores internos), o manejo dos cinco preços macroeconômicos, em especial, estabelecendo juros moderados e o câmbio depreciado de acordo com o necessário para o “equilíbrio industrial” e o combate à doença holandesa.

Acossando o governo Dilma (para diferenciá-lo do novo-desenvolvimentismo), o autor afirma acerca de uma “tempestade perfeita” que atingiu seu cume em 2015. O processo arrastado de dilapidação da competitividade de nossa manufatura (externa e internamente) herdado dos governos anteriores, desde 1990; os juros insuficientemente reduzidos já que a redução efetivada no primeiro governo Dilma provocou a depreciação do câmbio, mas não satisfatoriamente para chegar ao “equilíbrio industrial”, tecendo uma situação de inflação, sem, necessariamente, lograr galvanizar a indústria de transformação; ainda, a tentativa de emular a indústria, em 2014, com R\$ 90 bilhões em isenção fiscal, o que prejudicou a elasticidade de um futuro ajuste e a poupança pública; a lava-jato em 2015 como peça política que rompeu contratos da Petrobrás e outros investimentos infraestruturais; a queda do preço das *commodities* que interferiu na balança comercial/balanço de pagamentos gerando mais uma pressão inflacionária; um novo aumento dos juros buscando se contrapor à situação anterior, buscando salvaguardar a taxa de câmbio de uma depreciação excessiva; debilidade fiscal, traduzida em diminuição em 35% do investimento público; endividamento empresarial e familiar, jungido ao recuo do investimento privado; ampliação do desemprego; e aumento das tarifas de combustíveis e eletricidade.

A passagem ao novo-desenvolvimentismo, portanto, aparece como panaceia ideológica urgente, necessariamente, ao arrepio de improvisos de curto prazo, necessitando de um projeto de apanágio “estadista”. Resta claro, afirmam Oreiro e Marconi (2016, p.174), “não se trata de um programa que possa ser implantado imediatamente ou no espaço de um único mandato presidencial. O desafio político para os novo-desenvolvimentistas é transformar o seu modelo de desenvolvimento em Política de Estado. Para tanto será necessária uma nova coalização de classes em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e independente”.

Vamos imergir, neste momento, em grandes linhas do documento designado por Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil. O documento do PDT, no pleito da campanha presidencial de 2018, não é, abertamente, designado como um programa de governo, o que visa salientar o cariz democratizador do projeto, isto é, a emulação teórica, já observada anteriormente, da efervescência da sociedade civil, pondo o projeto político como súpula ou corolário de um movimento que parte do debate e dos anseios de bases sociais. O documento é, contudo, bastante descritivo, e em alguns temas, extremamente simplório, apresentando apenas uma posição rarefeita, sem detalhamento

satisfatório. Ademais, o nosso foco é rastrear, neste momento, a veracidade e qualidade da influência novo-desenvolvimentista no projeto ciriano. Nesse diapasão, vejamos a primeira indicativa: “esse não é o nosso Programa de Governo. São as diretrizes que vamos discutir com a sociedade. Elas serão discutidas e aperfeiçoadas com a participação de toda a sociedade brasileira e suas muitas instituições representativas ao longo da campanha eleitoral”. Logo, “o que alinhavamos a seguir, com o objetivo de iniciarmos o debate, são diretrizes gerais, ideias e passos que consideramos fundamentais para fazer do nosso Brasil um país verdadeiramente justo, solidário, unido, forte e soberano” (PDT, 2018, p.3).

De início, já abrolha no documento um marco decisivo que temos visto com acachapante constância na ideação de Gomes, a emulação da pequena-burguesia: “Nosso traço nacional mais importante é a vitalidade: uma vitalidade sem medida, assombrosa, anárquica e quase cega. O Brasil tem o recurso mais importante: uma cultura empreendedora amplamente difundida no país, inclusive e sobretudo entre pequenas e médias empresas”. Em tônica que reverbera um voluntarismo conservador-manipulatório, continua endossando a função fulcral de múltipla assistência estatal a ser promovida em função de uma ascendente pequena-burguesia: “Trabalharemos para dar a este empreendedorismo vibrante, porém desequipado de braços, asas e olhos. Inclusive ajudando esse imenso contingente de pessoas e famílias a reduzir seu atual endividamento (...) Para isso, é importante que tenhamos coragem para ser feito o que é necessário: priorizar quem trabalha e produz” (PDT, 2018, p.4). Arremata a assertiva com o epíteto caracterizante de sua inclinação contra plutocracia especificamente “rentista”, como vimos outrora na análise de seu percurso ideológico, elemento também repercutido, renitentemente, por Bresser Pereira.

Assim como se tem visto no novo-desenvolvimentismo, mas não só, “É estratégia porque é desenhada para o longo prazo, tem objetivos claros, sabemos onde queremos chegar, e incluirá metas ao longo do tempo, ainda que não estejam detalhadas neste programa inicial”. Complementa, doravante, que é necessário a “implementação de um processo dinâmico de planejamento de longo prazo, com um horizonte de 20 anos, no qual, a cada 4 anos, o planejamento seria atualizado para as próximas duas décadas, servindo de base para a elaboração dos planos plurianuais”. Para além do longo prazo, da necessidade de institucionalizar metas que se tornem desideratos consistentes e continuados, ressalta o caráter nacional de maneira renovada, sem talhar protecionismos bloqueadores e

extemporâneos: “porque defenderá os interesses do país, do povo brasileiro, junto aos outros países, e buscará fortalecer a produção local, visando o atendimento ao mercado interno ou externo, de forma a gerar bons empregos para a nossa população”. Por fim, “é de desenvolvimento porque visa o crescimento a partir da modernização de nossa estrutura produtiva” (PDT, 2018, p.4), implicando na industrialização, nos setores de elevada tecnologia, inflexão observada como mudança “estrutural” e irradiadora.

O diapasão da subsidiariedade do estado – em relação à ascendência do mercado – também é veio indelével desde a mais primígena manifestação ciriana, tônica que segue como coluna de seu pensamento e do novo-desenvolvimentismo: “Essa estratégia deverá, como sempre demonstrou a história, ser implementada sempre pela ação complementar dos setores público e privado (...) Para isso, é preciso, primeiro, colocar a casa em ordem e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade do setor produtivo para gerar empregos” (PDT, 2018, p.5). Nesse ensejo, passam a surgir as primeiras indicações explicitamente novo-desenvolvimentistas, ligadas à poupança pública e ao controle dos preços macroeconômicos:

Arrumar a casa significa o governo fazer o chamado ajuste macroeconômico, equilibrando as finanças públicas e reduzindo paulatinamente a participação de sua dívida no PIB do país, o que fortalecerá a capacidade do governo para realizar políticas sociais e de investimento; dessa forma, será possível reduzir a taxa de juros e, por consequência, os custos de financiamento para empresas e consumidores, e propiciar condições para que a taxa de câmbio oscile moderadamente em torno de um patamar competitivo para as empresas do país, tanto no mercado interno como externo. (PDT, 2018, p.5)

O padrão de investimento público, mais modesto do que nas assertivas da década de 1990, é bem semelhante ao enunciado por Bresser Pereira: “Ao recuperar a sua capacidade de investir, o Estado brasileiro liderará, com a participação do setor privado, o processo de melhoria da infraestrutura que tanto afeta a produção e as condições de vida da população e, ao mesmo tempo, possibilitará a geração de empregos”. Nessa linha, “O Estado precisa, junto com o setor privado, viabilizar um volume de investimentos de, aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano (praticamente 5% do PIB) para recuperar a infraestrutura do país e assim contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e da competitividade global das empresas brasileiras”. Articuladamente, fugindo do “keynesianismo vulgar” como apontado pelos novo-desenvolvimentistas: “Não haverá outra forma de fazê-lo que não

seja através do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da conseqüente queda das despesas com juros, e da sua associação como capital privado nessa empreitada” (PDT, 2018, p.5).

A importância da indústria de transformação jungida à exportação é eminente uma vez que é propriamente tomada como parâmetro geral do desenvolvimento da economia capitalista, e nesse sentido, também, segue os rumos ideativos novo-desenvolvimentistas em que tal relevância – manufatureira-exportadora - é bastião inamovível. A pleora de benesses aventadas envolve encadeamentos produtivos, dispersão tecnológica em múltiplos setores (alavancando, também, o setor de serviços de alta tecnologia), emulação da capacidade de competição internacional, elevação de salário e renda per capita, aumento da qualidade de vida:

Outra solução para recuperar o emprego no momento inicial (além do investimento em infraestrutura e um conjunto de ações emergenciais), já que o mercado interno está desaquecido e o elevado desemprego e endividamento inibem a sua recuperação, é o aumento das exportações, principalmente daquelas ligadas ao setor industrial. A história mostra que o processo de desenvolvimento de todos os países passou pelo surgimento e crescimento da indústria, e os dados também mostram que os países mais ricos exportam proporcionalmente mais produtos industrializados que outros tipos de produtos. É na indústria que é gerada a maioria das inovações; também é esse setor que mais estimula a produção de outros setores e gera empregos de qualidade, com bons salários, e em quantidade satisfatória. A indústria atual está totalmente associada aos chamados serviços modernos, como informática, design, logística, pesquisa, marketing, consultoria, projetos e publicidade, dentre outros, e esse é o caminho atual do processo de desenvolvimento – a chamada indústria 4.0. Portanto, a reindustrialização do país, já que este setor perdeu muito espaço desde a década de 1990, é um ponto central de nossa estratégia de desenvolvimento; sempre buscando inovar, agregar serviços modernos e exportar. Reindustrializar o país é uma das nossas metas principais, juntamente com o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em conhecimento, e ser o passo fundamental para o Brasil voltar a crescer e gerar mais empregos duradouros e de qualidade. (PDT, 2018, p.6)

No campo das reformas tributárias/fiscais, além da inadiável reforma previdenciária esposada, já sustentadas desde o início de suas manifestações públicas, o documento alinhava: “Redução, inicial, de 15% das desonerações tributárias; Revisão de todas as despesas do governo, de modo a eliminar desperdícios, sobreposições e privilégios; os

gastos com investimentos, Saúde e Educação deverão ser preservados”, ainda, “Isenção de tributos na aquisição de bens de capital; Recriação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos; Alteração das alíquotas do ITCD (imposto sobre heranças e doações); Revogação da EC 95 (Teto de Gastos), a ser substituída por outro mecanismo que controle a evolução das despesas globais do governo, preservando, como afirmado acima, os gastos com investimentos, Saúde e Educação”. O ajuste fiscal inexorável, dessa feita, não deve incidir no corte de investimentos, nem em áreas que corroborem, pelo seu dismantelo, em desigualdade social. Também, na linha do ajuste fiscal, deve-se incluir a parcela do orçamento com os elevados juros, derogando o biombo de proteção que sacraliza a dívida: “Compromisso com a redução da taxa de juros básica (Selic) em compasso com a realização do ajuste fiscal”. Ainda no comboio das modificações fiscais, o documento traz à luz, como vimos em Bresser, o “Estímulo à oferta de serviços públicos, não exclusivos de Estado, por organizações públicas não estatais, como organizações sociais” (PDT, 2018, p.13).

Voltando ao centro nevrálgico ciriano/novo-desenvolvimentista, aparece a amálgama entre as colunas teóricas: o controle fundamental das taxas de juros/câmbio e a emulação da pequena-burguesia, em vistas de uma “refundação econômica” industrializadora antiplutocrática: “Participação ativa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no processo de redução do *spread* bancário, garantindo a rentabilidade necessária às suas operações”. Doravante, “A defesa de uma taxa de câmbio competitiva é essencial para, junto com uma série de outras medidas, recuperar a capacidade das empresas brasileiras, produtoras de bens industrializados e serviços sofisticados, concorrerem no mercado externo”. Adita, “Também é fundamental para evitar que as empresas importadoras possam trazer produtos com preços em reais artificialmente baixos que impossibilitem as empresas brasileiras de concorrerem com elas, resultando na eliminação de muitos empregos no país”, logo, “A taxa de câmbio deve oscilar, com reduzida volatilidade, em torno de um patamar competitivo para a indústria nacional; A política fiscal equilibrada e a redução da taxa de juros serão os fatores determinantes desse comportamento da taxa de câmbio” (PDT, 2018, p.14).

Bastante importante, é notar que, cifradamente, sem mencionar a nomenclatura “doença holandesa”, o documento do pleito presidencial de Gomes vai ao cerne da questão já debulhada, âmago do diagnóstico novo-desenvolvimentista: “Recriação do fundo soberano, *para impedir as oscilações excessivas da taxa de câmbio em função dos ciclos*

de commodities, possibilitar a implementação de políticas anticíclicas e a estabilidade de preços importantes, como o petróleo, no mercado interno (sempre resguardando a rentabilidade das empresas produtoras desses bens)”. No núcleo dessa reflexão, adicionalmente, a política industrial não é concebida de forma hipostasiada, mas apenas de modo complementar ao controle dos cinco preços macroeconômicos e da doença holandesa, justamente, como asseguram os textos de Bresser, Marconi, Brancher e Oreiro: “A política industrial, junto com outros instrumentos como a política de ciência e tecnologia e creditícia, sempre auxiliou no desenvolvimento de setores considerados estratégicos, seja para a geração de inovações ou de empregos (ou ambos), tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento”. Contudo, “Deve ser desenhada de forma *complementar à política macroeconômica*, e não para compensar desequilíbrios, como foi no passado recente” (PDT, 2018, p.14). Vejamos um detalhamento da perspectiva de política industrial, em que se destacam a função estatal do subsídio de longo prazo, a exportação de manufaturados e o alavancamento das pequenas e médias empresas:

Políticas de incentivo à inovação e sustentabilidade financiadas pelo BNDES e bancos privados, visando primordialmente ao aumento da competitividade e elevação das exportações com maior conteúdo tecnológico e a sua diversificação, e ao estímulo à realização de investimentos complementares na cadeia produtiva, principalmente na integração entre indústria e serviços modernos, de forma a possibilitar nossa participação nas etapas mais relevantes das cadeias globais de valor; Reforço à política de preferência por insumos locais nos processos de compras governamentais; Uma política de inserção internacional que fomente o setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento, é fundamental para garantir que a globalização gere empregos de qualidade, ao invés de destruir os poucos empregos que restaram nesses setores. Para tanto, é preciso que haja uma estratégia com foco no longo prazo, com forte apoio às exportações desses produtos e serviços. Priorização na concessão de crédito, por parte do BNDES, às empresas que cumprirem metas de exportação, inovação, elevação da competitividade e geração de empregos; prática de menores taxas de juros para aquelas que inovarem e preservarem o meio ambiente; Estabelecimento de acordos comerciais, preservando os interesses do país; Estruturação de suporte às empresas brasileiras na prospecção de mercados e no atendimento aos clientes no exterior. Reforço do papel da CEF no financiamento de políticas sociais; Reforço do papel do BB na concessão de crédito à agricultura e capital de giro para pequenas e médias empresas. Revisão das atuais leis trabalhistas, de modo a adaptá-las às novas tendências do mercado de trabalho, alavancar o empreendedorismo, incentivar empresas e trabalhadores a

realizar contratos de trabalho mais longos, estimular aumentos na produtividade e diminuir a insegurança jurídica. (PDT, 2018, p.17)

Sobre a taxa de inflação, as reflexões também atinam com o libelo novo-desenvolvimentista, buscando assegurar o controle da inflação sem aliançar-se ao desemprego/recessão e ao artifício, típico do Plano Real e preservado, da âncora monetária/âncora cambial:

A manutenção da inflação em patamares baixos é fundamental para o crescimento e esse é outro ponto essencial de nosso programa. Queremos aliar a menor inflação possível à meta de criação dos empregos necessários à população brasileira. Portanto, o regime de metas de inflação será mantido, e o Banco Central perseguirá a menor taxa de inflação possível associada a uma taxa de desemprego que não sacrifique a população brasileira. O Banco Central terá duas metas: a taxa de inflação e a taxa de desemprego, como ocorre nos Estados Unidos; Desindexação de preços relevantes da economia; Ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional; Divulgação da transcrição das gravações das reuniões do Copom após seis meses, visando maior transparência das ações do Banco Central. (PDT, 2018, p.14)

Por fim, espelhando o adicionamento de anódinos ideológicos – que mais desmascaram a função conservadora-manipulatória, apologeta direta da sociabilidade do capital - que se viu na intelecção de Bresser, Gomes, em suas Diretrizes, equaciona o problema ambiental da seguinte forma: “Quando falamos em desenvolvimento econômico, reindustrialização, agricultura e infraestrutura, não podemos nos esquecer que esse processo deve ocorrer de forma sustentável, preservando o meio ambiente. A maior parte dos conflitos observados na Política de Meio Ambiente é fruto de uma oposição artificial entre dois conceitos originalmente interligados, a ecologia e a economia”. Aduz, “Percebemos que não há falta de espaço, mas sim de ordenamento no uso e ocupação das terras no Brasil. Existem áreas úteis de sobra para sistemas produtivos, ao passo que estes setores ocupam, em áreas já modificadas pela ação humana, mais de metade das áreas vocacionadas para preservação”. Endossando que seja uma contrafação a súmula que postula um paradoxo entre desenvolvimento e ecologia: “De outro lado, as políticas conservacionistas priorizaram a instituição de unidades protegidas como salvaguarda de nossa biodiversidade e pouco avançaram em políticas de harmonização da preservação

com a produção. É necessário solucionar essa apenas aparente contradição” (PDT, 2018, p.22). Desenhando sugestões para esgarçar o aparente paradoxo, é elencado pelo documento:

Necessidade de planejamento territorial e normas sobre o deslocamento da população em caso de grandes obras; Planejamento das políticas sociais destinadas a esses grupos; Ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural especializada para sistemas agrícolas tradicionais, especialmente na Região Norte; Apoio à gestão das associações produtivas das comunidades da floresta e a implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das cadeias produtivas; Desenvolvimento, no país, de defensivos agrícolas específicos para as nossas culturas e problemas, de menor conteúdo tóxico para pessoas e o meio ambiente, e incentivo à adoção de sistemas de controle alternativos na agricultura, prática essa que se constitui em uma tendência mundial. Estímulo ao desenvolvimento de setores que possam agregar mais valor à produção utilizando-se dos parâmetros de sustentabilidade (por exemplo, a indústria de móveis, que pode desenvolver design e utilizar madeira de reflorestamento certificada, e a indústria de cosméticos, que pode desenvolver e utilizar insumos vegetais ao invés de químicos). (PDT, 2018, p.24)

8.3 O inventário de uma Nação Adiada

Afiado e mobilizador, o epíteto, encontrado por Ciro Gomes em seu mais recente livro, desanuvia a própria demanda urgente e centralizadora de seus esforços, como vimos longamente: a efetivação do projeto de nação. Nação em crisálida, não desabrochada, “interrompida”, na dicção de Celso Furtado, “nação adiada”, na dicção de Ciro Gomes. Tratou-se, dessa feita, de esmiuçar o ideário e de promover a crítica ontológica por meio da consistência autossignificativa do discurso ciriano lastreado por um solo social – já debulhado e criticado - que lhe forjou necessidade e/ou possibilidade de gênese, desenvolvimento de especificidade e função social, só podendo ser compreendido definitivamente na totalidade articulada social em que atua e a partir da clivagem de classe da qual dimana. Portanto, importou à presente Tese buscar por âmago, o escrutínio dos elementos intrínsecos ao seu ideário esmiuçado pelo prisma da circunscrição da objetividade social determinada brasileira, sendo o que será também desdobrado nas próximas linhas, através do último livro de Gomes, *Projeto nacional: o dever da esperança*.

Nesta última seção do capítulo e da Tese, apenas sequenciada pelas Considerações Finais, buscaremos apresentar a síntese de diagnósticos e prescrições de Gomes, como está em seu último livro. Como virá ao lume, a maior parte das assertivas do autor e político já fora expressa em outros momentos, e dessa feita, criticadas por esta Tese. Retornam, neste momento, carregadas de mais algumas décadas de decurso político/teórico de Gomes, nem por isso, rompendo com compreensões já consolidadas, mas estabelecendo, de vez, seu estatuto de propositura atualizada e atilada para a construção do projeto nacional de desenvolvimento, postura ativa contra o opróbrio da “nação adiada”, epíteto refulgente em seu último livro. Devido a isso, a maior parte de nossas críticas (do capítulo 4 à seção 2 deste capítulo 8) já foi desenvolvida ao paroxismo, faceando e debulhando a plethora de diagnósticos/prescrições que agora, praticamente, se repetem, com poucas inclinações, mas sem divergências de monta, o que nos possibilitará adotar uma crítica mais sumária e derradeira, reforçando as críticas anteriores.

No curso do prefácio consignado por Mangabeira Unger, vem, logo, à tona, a marca decisiva encontrada pelo escrutínio realizado por nossa Tese, qual seja, o arrimo, mais que sugestivo, na (e para) pequena-burguesia: “Uma dinâmica, de cima para baixo, aproveita o potencial do complexo agropecuário, do complexo energético, do complexo de saúde e farmacêutico e do complexo de defesa como mananciais de vanguardismo produtivo e tecnológico”. Por outro lado, “Outra dinâmica, de baixo para cima, usa os instrumentos de que o Estado brasileiro já dispõe, como o Sebrae, o Senai, a Fiocruz, a Embrapa, a Finep e os bancos públicos, *para aproximar parte crescente da multidão de pequenas e médias empresas – os agentes mais importantes da economia brasileira – da nova vanguarda produtiva*”. Nesse ensejo, “Ciro compreende que não há escalada de produtividade socialmente inclusiva que se sustente se a maior parte de nossa força de trabalho continuar jogada no aviltamento salarial, no subemprego, na informalidade (onde pena hoje metade dos trabalhadores) e na precarização (para onde está indo parte crescente dos empregados na economia formal), além de vergada sob o jugo de dívidas impagáveis” (UNGER, 2020, p.15). As pequenas e médias empresas produtivas/indústrias são colocadas no posto de “agentes mais importantes da economia brasileiras”. A preocupação com os trabalhadores, também, é incisiva, mas a classe proletária aparece a reboque do projeto pequeno-burguês.

Como, decerto, já foi esmiuçado, as reflexões industrializantes de Gomes tinham por grandes linhas: a regulação múltipla do mercado; a desmobilização de monopólios de

toda sorte; o engendramento do pioneirismo tecnológico onde o mercado não lograsse êxito; e o alavancamento financeiro, técnico e tecnológico da pequena-burguesia. Veremos, em seguida, que a desmobilização dos monopólios soçobra, ao passo que se vai atilando a compreensão ciriana. Nessa linha, recordamos que mesmo os setores ditos de “monopólio natural”, como o setor elétrico, eram veementemente questionados por Ciro Gomes. Como adianta Unger, o veio do pioneirismo tecnológico também ganha uma inflexão, na medida em que Gomes, mais moderado em suas ambições, deslinda os setores específicos que devem receber os investimentos: agropecuária, energético, saúde e militar. Em outros termos, refere-se a um programa imediato de investimento estatal, de compras estatais garantidas emulando esses setores, onde já se teria alguma experiência e técnica amalhadas.

Lembramos, também, que a malha ideológica ciriana, coadunando com a crítica novo-desenvolvimentista ao “populismo fiscal”, ao chamado “equilíbrio fiscal”. Busca, todavia, desligar qualquer liame entre suas preocupações fiscais e a submissão à plutocracia “rentista”, fazendo emergir mais uma alça de sua aliança com o novo-desenvolvimentismo: a rejeição (menos enfática no caso de Ciro) ao desenvolvimento com poupança externa e a necessidade urgente da arregimentação da poupança interna, fulcro de um “estado forte” e seletivamente investidor.

Ciro não fica atrás de qualquer um na defesa do realismo fiscal, que ele entende, junto com a defesa, como parte do escudo de nossa rebeldia nacional. São ideias credenciadas por atos: ninguém que tenha atuado no primeiro plano da política brasileira se esmerou mais em assegurar superávits fiscais. Não o fez para atender aos mercados financeiros, mas sim para que o país não precise se ajoelhar diante dos interesses e preconceitos deles. O compromisso com o realismo fiscal dá a Ciro autoridade para combater, como fez ao longo de sua trajetória, uma pseudoortodoxia econômica que usa a política monetária para sacrificar a produção ao rentismo financeiro e a política cambial para disfarçar o empobrecimento do país. (UNGER, 2020, p.16)

As temáticas alçadas a primeiro plano por Unger colaboram para que exponhamos algumas inclinações de Gomes, e é por isso que insistimos nelas. Ao tratar longamente do expurgo das “elites patrimonialistas”, Gomes reivindicou, por algumas vezes, seu projeto como corolário político do “levante das classes médias”, bastião da intelectualidade, da burocracia técnica e do viço econômico pequeno-burguês não viciado. Todavia, sua referência às classes vai se aproximando, cada vez mais, do

diapásão novo-desenvolvimentista: a elucubração e a organização de uma “coalizão desenvolvimentista”. Vimos que Bresser também deu um espaço especial às designadas “classes médias”, o que foi ganhando a face, no íterim do abrolhar teórico novo-desenvolvimentista, de “coalizão desenvolvimentista” Logo, “A proposta de Ciro busca aliança social majoritária capaz de ganhar o poder e sustentar um novo projeto nacional de desenvolvimento. Por isso mesmo, não se pode cingir a esquerdismo estreito e convencional, rejeitado pela maioria da nação”. Assim, “ela tem o compromisso de equipar e soerguer a maioria trabalhadora, sobretudo os trabalhadores abandonados à informalidade e à precarização. Levantar os pobres, porém, não deve ser confundido com pobrismo: a primazia dada a transferências compensatórias que deixam inalteradas instituições e políticas formadoras da distribuição fundamental das vantagens econômicas e educacionais”. Ainda, “Ninguém deve passar fome ou sofrer pela falta de teto e assistência médica no Brasil. Mas nossos olhos têm que ficar vidrados em ordenar nossa economia e nossa sociedade de uma maneira que ancore a inclusão social na dinâmica do crescimento econômico, em vez de se limitar a dourar a pílula de um modelo econômico que deixa a maioria sem vez” (UNGER, 2020, p.19).

Como vimos em outro momento, Unger rejeita a classificação “capitalismo”, tomando por conceito equivocado que dissimula a apreensão da realidade. Embora, Gomes não fuja do conceito, ou mesmo, não o tome por ideação inócua, inefetiva para a compreensão da realidade, ambos se voltam contra a crítica marxista que pretende, derivando-se em atividade prática, superar esta sociabilidade. Resta claro, “O objetivo dos progressistas é a grandeza compartilhada: ver a vida dos homens e das mulheres comuns elevada ao patamar mais alto de capacitação, abrangência e intensidade”. Logo, “*A igualdade que mais importa é a participação no empoderamento, na capacidade de ficar de pé e atuar, de tomar posse da vida. Ascendendo juntos, não divididos entre opressores e oprimidos, incluídos e excluídos, minorias empoderadas e majorias cooptadas ou ludibriadas*”. Tanto para Unger quanto para Gomes, não se põe um confronto objetivamente configurado entre classes, proprietária dos meios de produção e proprietária da força de trabalho, mas, sim, um embate entre “maiorias organizadas” e “minorias desorganizadas”, uma diferença ocasional a ser superada no interior do processo de empoderamento da massa dos desorganizados. Nesse sentido, “O marxismo quis descrever o ‘capitalismo’ como sistema indivisível. Dessa concepção resulta a ideia binária da política: ou substituição revolucionária de um sistema por outro ou reformismo destinado a suavizar

o que desistiu de refazer. Como a alternativa revolucionária não se apresenta no mundo real, sua invocação fantasiosa dá pretexto para o inverso: conformar-se com a humanização do inevitável” (UNGER, 2020, p.20). Para Gomes e Unger, a proposta do “projeto nacional”, por conseguinte, não significa uma “humanização do inevitável”, de modo tal que o anátema ao “conceito de capitalismo”, por parte de Unger, é de alta serventia para justificar a suposta lapidação e correção humanizadora/modernizadora/nacionalista de uma sociedade em abstrato, não descortinada, não desvelada. Afasta-se do novelo “estatista” e “assistencialista” de uma esquerda “antiga” ou “conformada”, como também, do marxismo desertor revertido em “humanização do inevitável”, assim como se execra a aura ideológica da plutocracia rentista, o neoliberalismo.

Deflagrando a letra propriamente ciriana, veremos as teses sustentadas durante décadas em uma síntese um pouco atualizada. Permanece o conservadorismo liberal voltado ao tom socialdemocrático e desenvolvimentista. Insistimos que seja parte da plethora liberal, edificando uma contradição pouco esclarecedora ao neoliberalismo, uma vez que este é apresentado de maneira não atinente ao movimento da forma de ser capital, mas, como mero conceito ou modelo político-econômico equivocado, derogando questões estruturais como o certame entre lei da queda tendencial da taxa de lucro e o novelo de contratendências emergidas como necessidade para a reprodução da totalidade articulada social capitalista. A importância do estado (mesmo diante de sua “subsidiariedade” ao mercado) é desfraldada: “De repente, vemos o que é o mercado deixado à própria lógica e como o Estado deve intervir necessariamente para garantir não só o melhor para o bem-estar da população, mas para a economia como um todo, ainda mais em momentos de crise que exigem coordenação central da sociedade”. Questão indelével, “Esse truísmo, que cairá concreta e tragicamente sobre nossa cabeça, deixará nu o rei neoliberal, seu consenso será desafiado e anos de discurso único serão desmentidos pelos fatos. O neoliberalismo nos trouxe até aqui. Mas não nos tirará daqui. E como podemos ver agora, de repente o mundo inteiro recorre, novamente, ao keynesianismo” (GOMES, 2020, p.22).

A interpretação homogeneizadora do assim designado “período desenvolvimentista” brasileiro segue, também, oscilando entre as assertivas aglutinadas do “exuberante” e do “esgotado”. Ademais, adita-se, o autor e político requeixa uma crítica moral ao capitalismo ao passo que reitera o aspecto manipulatório da tese do “consumismo”,

obliterando a captação da lógica específica do capital, o que deixa a entender que este seja tanto mais uma mera relação social de compulsão pelo consumo de “coisas”, um excesso de “valores de uso”, propagandeados à renitência.

A Europa pede um novo Plano Marshall. Os EUA pedem um novo *New Deal*. É claro que nós, no Brasil, temos que pedir um novo plano de recuperação como o de Vargas, em 1930. Nas últimas décadas, transitamos de um padrão de busca da felicidade no ambiente subjetivo, espiritual, como a busca da justiça social ou da fruição artística, para a busca da felicidade cada vez mais concentrada no ambiente do consumo. Para mim, isso explica grande parte do drama contemporâneo. Minha geração foi uma geração de insurgentes, que buscava a felicidade em bens espirituais, no domínio dos valores. No valor do sagrado também, mas igualmente no valor do prazer, do belo, da justiça, da compaixão. Acreditávamos que nossa felicidade seria encontrada na paixão, no romance, no amor, na música, queríamos o contato com o transcendente, com o saber, queríamos a revolução e um mundo melhor. As novas gerações cresceram sob o imenso estresse do excesso de informações que vêm pelas redes sociais, pela mídia e pelo cinema, impregnadas de estímulos de consumo e propaganda. *São massacradas, dia e noite, com imagens e símbolos que tentam seduzi-las para abandonar o mundo dos valores, em busca do mundo das coisas.* (GOMES, 2020, p.24)

Adiantando uma crítica de conjuntura, Gomes expõe sua posição inexoravelmente engatada ao politicismo. Como vimos em outros momentos, é a política que aparece como panaceia insubstituível, linguagem das linguagens, caráter por excelência da civilização humana, da resolução de seus conflitos, de um modo bastante abstrato. Aparece, principalmente no bojo da democracia, como ação de indivíduos e grupos que, a despeito do “poder externo” financeiro, poderiam reverter a estratégia e o rumo das grandes linhas da política: o estado aparece, como vimos outrora, mais como “instrumento” do que como predicado de relações sociais estruturais, complexo de complexos de práxis sociais em reciprocidade, anelamento ontológico. Outra ideia que se retoma é a da “corrente de opinião”, isto é, de que o projeto político ciriano só será logrado no contexto ou na tessitura social de uma efervescência civil, em um momento de “alta intensidade democrática” do qual o projeto depende e que também estimulará, ao paroxismo, ao engendrar a “democratização do mercado”, liame profundo entre Gomes, Unger e Bresser.

As máquinas artificiais de rede do governo e a da fração corrompida do petismo oferecem e alimentam essa narrativa da polarização do país entre “comunistas” e “fascistas”. Tudo se

passa como se o país estivesse condenado a escolher entre um desastre ou outro. O radicalismo retórico, no entanto, esconde, dos dois lados, a absoluta falta de coragem e capacidade para fazer o que o país precisa para se desenvolver de forma soberana, fratura nossa nação e aumenta o estado de guerra de todos contra todos. A saída para o Brasil passa por aquilo de que infelizmente muitos de nós estão fartos e desiludidos: a democracia e a sua linguagem que é a política. Fora da democracia, as cortinas de fumaça são muito mais impenetráveis e ameaçadoras, pois silenciosas. E democracia é barulho sempre, mas que seja o barulho do diálogo com aquelas e aqueles de quem discordamos. Em síntese, o que quero é ajudar a criar uma corrente de opinião que prepare as bases sociais para refundarmos entre nós um Projeto Nacional de Desenvolvimento. (GOMES, 2020, p.29)

O cerne da “refundação econômica” volta a ser posto por Gomes, como vimos no excerto acima. Seus meios, suas teses, seus desafios postos e autopostos vão sendo desmembrados ao relembrar do homogeneizado período “30-80”: “o crescimento do produto per capita foi de uma média de 2,5% ao ano. Em outras palavras, o cidadão médio brasileiro em 2000 produzia doze vezes mais riqueza que em 1900. No mundo, só Japão, Taiwan, Finlândia, Noruega e Coreia do Sul conseguiram superar esse feito”. Segue que “essa façanha não se operou durante todo o século XX. Nas três primeiras décadas dele o Brasil patinava como país agrário, que mantinha suas estruturas escravistas praticamente intocadas, e baseadas, especialmente, na monocultura do café e da cana-de-açúcar”. Doravante, “O Governo Epitácio Pessoa, na virada da década de 1920, chegou a importar facões e enxadas, tamanha nossa indigência industrial. Pode-se dizer que o grande salto brasileiro se deu entre 1932 e 1980. Foram os 48 anos de maior crescimento de um país na história do mundo, em que multiplicamos por oito nosso PIB per capita”. Aduz: “A industrialização de uma nação não é uma etapa natural do desenvolvimento, algo como uma lei de evolução histórica. A industrialização é um processo induzido, planejado, que requer muita defesa dos interesses nacionais contra as sabotagens e tentativas de desestabilização do desenvolvimento por concorrentes estrangeiros”. Enfatizando a proeminência do feito político nacional e ocultando as mudanças nos países centrais do capitalismo: “Poderíamos perfeitamente continuar sendo uma nação agrícola como a Bolívia ou extratora como a Venezuela. Mas não aqui, porque aqui, em algum momento de nossa história, uma vanguarda política audaciosa se convenceu a industrializar o país e foi capaz de construir um projeto e uma hegemonia moral e intelectual aptos a levá-lo a cabo”. Completa, “o presidente João Goulart, nos menos de três anos que permaneceu no cargo, enfrentou todas as sabotagens a seu governo e tentativas de golpe com

serenidade e sem jamais recorrer à violência” (GOMES, 2020, p.35). Gomes, que se apresenta mais crítico aos movimentos “imperialistas”, mas, ainda, sem realçar o ponto de partida do crescimento brasileiro, a natureza da industrialização e a terceira revolução tecnológica engendrada no centro capitalista (que permitiu setores e tecnologias de retaguarda “migrarem” à periferia), completa:

O país ainda cresceu a uma taxa média de 5,2% ao ano, e ele conseguiu executar ações importantes, como a fundação da Universidade de Brasília (UnB), um projeto revolucionário de universidade, ou a Lei de Remessas de Lucros, que foi a resposta de seu governo para equacionar nosso problema crônico na balança de pagamentos e disponibilidade de dólares – o que já garroteava nossa capacidade de financiamento e, portanto, nosso desenvolvimento. Ao contrário do que a propaganda do regime militar alegava, o governo Jango e seu projeto nacional contavam com amplo apoio popular. Pesquisa Ibope de março de 1964 revela que, se pudesse se candidatar no ano seguinte, Jango teria mais da metade das intenções de voto na maioria das capitais pesquisadas. Mesmo em São Paulo, tradicional reduto antigetulista, o governo Jango contava com 45% de avaliações de bom e ótimo. Só 16% o consideravam ruim ou péssimo. Havia amplo apoio nas capitais às medidas anunciadas no comício da Central do Brasil, às “reformas de base”, como reforma agrária, reforma urbana, o voto dos analfabetos, a aposentadoria rural, a função social da propriedade, o dispositivo legal da medida provisória e o monopólio do Estado em setores estratégicos da economia, que começaria com a encampação de refinarias estrangeiras. Mas mais uma vez os interesses dos norte-americanos, inconformados com a Lei da Remessa de Lucros e a encampação de refinarias, em conluio com a direita brasileira e com parte das Forças Armadas, montaram um golpe de Estado no país com farto investimento em propaganda, apoio militar e subornos generalizados. E o país perdeu sua cambaleante e incipiente democracia. (GOMES, 2020, p.35)

Ao expressar críticas moderadas ao bonapartismo militar 64, Gomes o faz em busca de seu refúgio conceitual renitente, qual seja, a retórica do “se houve 30-80”, consolidando através de resultados empíricos selecionados, sem explicações de monta, de fôlego, da dialética brasileira, uma justificativa retrospectiva que legitimaria seu projeto de nacional-desenvolvimentismo atualizado. É da poesia taciturna do passado – pouco esmiuçado, fotografado topicamente – que se gera credenciais para o manejo do futuro. Vejamos seus repetitivos termos: “Com a consolidação do golpe em 1968, os militares reorientaram a economia tentando restabelecer um projeto de desenvolvimento. De novo, entretanto, evita-se o conflito político de construção de poupança nacional e se busca o

atalho do endividamento externo, então de longo prazo e barato, como fonte central desse novo ciclo de crescimento econômico”. Nessa linha, “Depois de uma intervenção no sistema financeiro nacional fixando limites para as taxas de juros cobradas nos empréstimos bancários e distribuindo incentivos para os bancos que reduzissem suas taxas, criaram as bases para a retomada de nossa vocação de crescimento”. Ademais, “o BNDES passou a assumir o oferecimento de crédito barato para financiar os investimentos do setor industrial brasileiro. O resultado dessas políticas recebeu o apelido de ‘milagre econômico’”. Quase em tom de superficial complacência, aduz que “O condutor da economia brasileira nesse período, o então ministro da Economia, Delfim Netto, costuma protestar contra esse apelido. Ele gosta de lembrar que ‘milagre’ é efeito sem causa, e o crescimento do país no período foi causado pelo planejamento e trabalho árduo do governo e de milhões de brasileiros. Justo” (GOMES, 2020, p;35). Logo, apresenta a conhecida conclusão:

Se o céu abençoado pelo Cruzeiro do Sul é o mesmo, se esse chão adorado é o mesmo e se nossa linda gente mestiça, caótica e culturalmente exuberante é a mesma, fica claro que nosso destino é o êxito civilizatório, não o fracasso liderado pelas mediocridades contemporâneas. O que vem falhando miseravelmente é a política, e, se protegermos a democracia, não demora nosso povo achará o caminho da grande virada histórica. O grande erro dos militares na época, e esse mesmo erro hoje se repete como tragédia, foi acreditar que se estivéssemos alinhados aos EUA estes deixariam o Brasil se desenvolver. Mas a questão em geopolítica não é alinhamento ideológico, é projeção e proteção do interesse nacional. Quando o Brasil começou a ameaçar “virar uma China” no “quintal” norte-americano, eles dispararam o gatilho dos juros da dívida e transformaram as finanças globais em armas de guerra contra a industrialização da América Latina. Não há outra solução: se quisermos nos industrializar, temos que ter soberania, um sistema de defesa forte, desenvolvimento de tecnologia própria, serviço de inteligência sofisticado e, principalmente, como forma de sustentar tudo isso, assumirmos como inadiável a tarefa de construirmos poupança interna. (GOMES, 2020, p.37)

Todas as indicações se endereçam ao impositivo de que a problemática é de “modelo político”, ou seja, mais recentemente, da subordinação aperfeiçoada na ideologia neoliberal. Em outros termos, vem ao lume, também, o cotejo empírico com entonação autoexplicativa: “Brasil, entre 1932 e 1980, cresceu 6,75% ao ano em média, tendo picos de até 14%, como aconteceu em 1973. Entre 1981 e hoje, o país cresce a insustentáveis 2,2% em média”. Nessa linha, “Dois agravantes a gritar por um olhar diferente à ideia

única que nos foi imposta ao longo dos últimos trinta anos de prostração neoliberal: nossa população ainda cresce a 0,8% ao ano e a crise estrutural parece estar indo para seu apogeu”. Arremata, “Estamos completando a pior década dos últimos 120 anos (...) *Trata-se de um problema de modelo econômico. Trata-se de construir uma alternativa atualizada ao modelo exaurido que nos guiou de 1930 a 1980*” (GOMES, 2020, p.38).

Ao entrar nas minúcias do diagnóstico, as assertivas de Gomes, já preexistentes ao livro, vão ganhando ainda mais semelhança com o aspecto novo-desenvolvimentista: crítica incisiva à taxa de juros, à taxa de câmbio, à abertura econômica sem medida, ao populismo cambial e fiscal, emergência da poupança interna. Se evidenciam, taxativamente, com a preocupação geral com as empresas, principalmente, de médio e pequeno porte, mas também sinaliza que “Depois de três décadas sobrevivendo aos juros mais altos do mundo, esse custo não tem mais como ser repassado para os preços oligopolizados, por causa da abertura econômica”. Por isso, mesmo “A maioria das trezentas maiores empresas brasileiras hoje não consegue mais fazer caixa sequer para pagar parcela vencida de suas dívidas com os bancos. Não podemos prosseguir por muito mais tempo nesse rumo sem arriscarmos acabar numa crise bancária”. O tema da expressiva taxa básica de juros e da poupança interna se aglutinam, ao contrário do que é posto na urdidura ideológica ortodoxa, já que “O rentismo desenfreado comprometeu em 2017 6,1% do PIB nacional com pagamento de juros líquidos do setor público, com a incrível quantia de R\$400,8 bilhões paga em juros. Só a União gastou R\$340,9 bilhões desse bolo”. Acusando a viga conservadora-manipulatória do “modelo político-econômico” adversário, “A prostração ideológica neoliberal conseguiu trazer setores inteiros da economia do Estado para o mercado, através da propaganda desmoralizante contra a suposta ‘ineficiência’ e ‘corrupção’ das empresas públicas e promotora da promessa de ‘eficiência’ e ‘honestidade’ do investimento privado, que supriria os motores estatais do Desenvolvimento” (GOMES, 2020, p.42). Lembremos, todavia, que o próprio Ciro, crítico da forma corrompida como se deram as privatizações nos anos 90, foi enfático ao defendê-las por princípio, sustentando uma harmonia entre incidência do mercado e do estado, e a necessidade de se despir de certos gastos em prol da recuperação fiscal.

A razão da inflação, no caso brasileiro, segundo a dicção de Gomes, é explicada como uma inflação de compleição excêntrica, política. O controle inflacionário, princípio também sustentado na teoria ciriana, coadunou com os anódinos incutidos na crítica do

Plano Real, que se inclinou, como vimos, à crítica de sua “má gestão”, já que o plano não foi sucedido por reformas estruturais de recuperação fiscal a forjar o volume de poupança interna/investimento estatal. Vimos algo próximo também em Bresser. Não é de se descartar, igualmente, a teoria do consórcio Unger-Gomes sobre o “choque de capitalismo” que alguma desregulação comercial ensejaria na acomodada e “inflacionada” burguesia nacional. De outro lado, mais explicitamente, vimos como no novo-desenvolvimentismo, a taxa de inflação de apresenta como encruzilhada inexorável: há de se enfrentar, inevitavelmente, o custo político e social de alguma taxa de inflação ao alcançar a taxa de câmbio do designado “equilíbrio industrial”. Vejamos a síntese neste longo trecho de Gomes:

Assim, de 1981 a 1994, vivemos a corrosão cotidiana da inflação que concentrava renda e acelerava a ciranda financeira de uma elite econômica que tinha ficado viciada em correção monetária e ganhos improdutivos. É muito importante brasileiro entender algo sobre esse nosso passado recente, algo que permanece nos destruindo até hoje. Inflação é doença da moeda, e como tal empobrece a todos. Por causa disso, ela sempre reúne em pouco tempo um consenso político no sentido de sua erradicação ou promove rupturas, tal como aquela que levou Hitler ao poder na Alemanha. Mas no Brasil tivemos três décadas de inflação acima de 20% sem nunca mexer no cerne da questão. Por quê? Porque nós inventamos uma moeda para os ricos que tinham excedente e estavam no sistema bancário: a correção monetária (que repunha primeiro mensalmente e depois diariamente as perdas da inflação). Enquanto isso, os pobres e a classe média ficavam com a moeda em espécie, que no fim do mês já tinha derretido em valor decimado ou como reserva de valor. A inflação era tributo cobrado dos pobres e dado aos ricos. Ninguém remediado neste país realmente tinha interesse pessoal no fim da inflação e de seu alimentador inercial, a correção monetária. Nunca nenhum manual de economia do mundo entendeu essa peculiaridade brasileira. Não há um *paper* que eu conheça produzido em qualquer academia respeitável que demonstre essa obviedade. A inflação no Brasil, ao contrário dos manuais, não era, como já disse, uma doença da moeda, mas sim uma negociata, como hoje segue sendo a especulação financeira. Quando fui chamado por Itamar para assumir o Ministério da Fazenda, a inflação projetada para o mês estava em 3%, além de haver ágio estabelecido em certos setores e uma pressão generalizada de desabastecimento na economia brasileira. Nessas circunstâncias, com a capacidade instalada da produção brasileira 100% ocupada trabalhando algumas vezes a três turnos e a taxa de desemprego ao seu menor nível histórico, só havia uma chance de salvar a estabilização e não deixar o Plano Real morrer da mesma doença que matou o Plano Cruzado: um choque de oferta. Então o fiz, explicitamente garantindo que aquilo não era paradigma de política industrial e comércio exterior, apenas uma medida emergencial. Antecipei a vigência da tarifa externa comum do Mercosul e baixe as tarifas

alfandegárias naqueles segmentos de produtos em que estava havendo ágio e desabastecimento, portanto, pressão inflacionária. Importando mais barato as mercadorias que o consumidor brasileiro queria comprar, acabamos com o jogo do ágio que quase enterrou o Real. O total da dívida líquida consolidada do setor público (a soma das dívidas e dos créditos internos e externos do Estado) em relação ao PIB estava num dos níveis mais baixos dos últimos quarenta anos: 30,01% do PIB. Era chegada a hora da segunda fase do Plano, necessária para a estabilização: a limpeza das contas públicas e a elevação das receitas do Estado, que garantissem uma suave, mas progressiva desvalorização do câmbio e a diminuição das taxas de juros, criando o círculo virtuoso de crescimento que caracteriza as economias saudáveis. Porém, com o fim da ciranda inflacionária, a elite brasileira logo viu nas altas taxas de juros o novo imposto para continuar a tirar dos pobres para dar aos ricos: foi o início do vício do rentismo. Para minha grande decepção, o partido que eu tinha ajudado a fundar para implantar uma socialdemocracia no Brasil, o PSDB, e o plano econômico que tinha ajudado a consolidar, o Real, se desvirtuaram completamente durante o Governo FHC, se deixando corromper pelos interesses do novo rentismo e pela embriaguez eleitoreira de uma emenda de reeleição obtida por suborno. Logo após a posse, esses novos protagonistas da vida econômica passaram a comandar o governo e a submeter todas as outras frações do capitalismo nacional, cooptando a maioria da classe política. Segundo estudo do Ipea de 2004, cerca de 20 mil clãs familiares, num país de mais de 200 milhões de habitantes, apropriavam-se de 70% dos juros que o governo pagava aos detentores de títulos da dívida pública. Desde então, rigorosamente nada foi feito para mudar esse descabro moral inédito no mundo. Estava estabelecida uma plutocracia rentista que controlava o sistema político. (GOMES, 2020, p.47)

Como apontamos outrora de forma mais completa, o ardil presente no conteúdo do Plano Real, em seu próprio cerne, já dificultaria, enormemente, a plausibilidade da proposta e crítica de Gomes. Vejamos: 1) A fórmula âncora cambial/âncora monetária (veementemente, recusada pelo novo-desenvolvimentismo) produziu uma dupla constrição: juros exacerbados interditando a inversão, o investimento (fomentando o endividamento privado no exterior para as empresas que pudessem fazê-lo), assim, como a perda de competição externa e interna da indústria secundária brasileira a partir do câmbio apreciado 2) o verdadeiro esgarçamento das estatais que, além da compleição corrupta do processo de privatização majoritariamente desnacionalizadora, degradou o mecanismo de vendas/compras estatais garantidas que sustentaram, anteriormente, um ciclo de crescimento 3) a austeridade fiscal, conseguida principalmente no governo FHC II, que derogou o investimento estatal, comprimindo novamente a economia em recessão

4) a desregulação comercial, combinada com o câmbio apreciado, que descerrou para a indústria brasileira um processo de desindustrialização relativa/gradativa, com as falências, aquisições, perda de cadeias produtivas e perda de parceiros comerciais internacionais. Se tratou não apenas de um vício político em “populismo cambial” (insustentável pelas perdas na balança comercial, com a perda expansiva de divisas com lucros e dividendos, juros e amortizações), mas de um projeto de inserção subordinada no que muito superficialmente se designou por “globalização”, dando azo à possibilidade contratendencial de recuperação das taxas de lucro das megaempresas, dos megafundos que oligopolizam o capitalismo contemporâneo.

Outro ponto fulgurante é que emerge, justamente, no decurso da desindustrialização do Plano Real, a inclinação que sinonimiza plutocracia e plutocracia rentista. A referência que engolfava o setor industrial é levada à inflexão crítica ao “rentismo”, por força das consequências objetivas. É nesse cenário que vai se enquistando a emulação do confronto contra as elites patrimonialistas, com mais força, contra as plutocracias rentistas, tendo por coluna social o “levante das classes médias”, ou em versão mais atualizada, a “coalizão desenvolvimentista”, que reúne a burocracia intelectualizada e técnica/ não-viciada (renovação burocrática) e a pequena-burguesia (refundação econômica), as empresas industriais, mormente, acossadas pelo “neoliberalismo” de compleição ideológica favorável ao “rentismo”, à fração burguesa, hegemônica e subordinante, enviesada pelo “rentismo”.

Nessa direção, segundo Gomes, o governo petista não conseguiu insuflar uma “coalizão desenvolvimentista”, logo, não logrou o embate e a imolação do périplo rentista, mas sedimentou, consolidou seus arrimos no interior da institucionalidade política. Aliançou tamanha subordinação política ao acréscimo assistencialista, fazendo da desindustrialização relativa um estado de ser da economia brasileira. Ainda, o suposto governo de “esquerda” petista foi responsabilizado, na pena de Gomes, pela dilapidação da mais potente força sindical brasileira e dos mais potentes movimentos sociais. Dessa feita, “Quando Lula assina a chamada ‘Carta aos brasileiros’, era então parte da esquerda brasileira que também se submetia ao modelo” (GOMES, 2020, P.47). C. Gomes crava, destarte, a oposição maniqueísta entre capital industrial e “financismo”, e toma tal quadratura como divisa que expõe o verdadeiro projeto de esquerda, de emancipação

Vamos entrar em um fato de maior minúcia conjuntural para trazer à luz o peso da influência novo-desenvolvimentista no ideário ciriano mais recente. Gomes analisa o período petista de Rousseff de maneira bastante próxima aos parâmetros da teoria encabeçada por Bresser Pereira. O primeiro governo incidiu na tentativa do rebaixamento da taxa de juros visando uma depreciação do câmbio, com alguma moderação, para benefício da indústria secundária. A iniciativa não alcançou o desiderato teologizado. Ao passo que não revertia de modo consistente a debacle da indústria secundária, provocava uma inflação de custo político gradativamente perigoso. A circunstância traz ao claro, imediatamente, o questionamento das esperanças demasiadas na taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” hipostasiada de todas as demais determinações sociais, como já afirmamos na seção passada. Nesse bojo, “Para aumentar a produtividade industrial, depois de uma alta nos seis primeiros meses, começou a baixar a taxa básica de juros até a Selic alcançar 7,25%. Paralelamente, para incentivar o consumo, pressionou o setor bancário a diminuir o *spread* com os créditos mais baratos oferecidos pelos bancos públicos”. Ainda, “Obrigou as prestadoras de energia a baixarem suas tarifas e tentou, via renúncia fiscal, desonerar fiscalmente a indústria. Esta última medida, além de completamente ineficaz, causou um buraco na arrecadação federal de R\$342 bilhões entre 2011 e 2015”. A cartada final, a isenção fiscal de monta para a indústria, dado o desfecho frustrante do manejo do câmbio, incidiu com virulência na crise fiscal, já pressionada pelo percurso de elevados juros. O segundo desfecho sem sucesso se deu porque “Esses recursos foram drenados pelas remessas de lucros das multinacionais, pressionadas por suas matrizes no momento agudo da crise, ou ainda diretamente para o bolso do empresariado nacional, que não investiu ou investirá neste país enquanto os juros pagos pelo governo remunerarem mais que a taxa de retorno médio dos negócios, e não tiver garantias da retomada dos investimentos do Estado para alavancar a economia” (GOMES, 2020, p. 50).

Seguindo a análise bastante atinente à crítica novo-desenvolvimentista, o político cearense afirma: “No geral, a política econômica do início do primeiro mandato de Dilma fez o país crescer entre 2011 e 2013 a uma média de 3% ao ano, mesmo diante da recessão mundial”. Todavia, “no começo de 2013, a política de queda das taxas de juros foi abandonada rapidamente sob pressão da mídia e dos bancos, os maiores sócios do rentismo brasileiro, que fizeram uma feroz campanha sobre uma alta inexistente da inflação, a famosa ‘inflação do tomate’”. Seguindo a trilha da falha na manobra dos

preços macroeconômicos e da ausência de poupança interna, o autor continua: “Como se não bastasse, então outra triste realidade, a da desindustrialização brasileira, novamente bateu à nossa porta. Já tivemos, em 1985, a indústria de transformação responsável por 21,8% do PIB nacional. Em 2016, a indústria de transformação respondeu por somente 11,7% do PIB”. Gomes ressalva que “É verdade que a diminuição da participação da indústria no PIB é um fenômeno comum às economias avançadas. Entre 1970 e 2007, a participação da indústria no PIB dos países da Europa Ocidental e países de língua inglesa caiu de 25% para 15%”, todavia, “Os apelos a uma economia ‘pós-industrial’ ainda são nada mais que um luxo no discurso de nações altamente industrializadas. Nos países em desenvolvimento da Ásia (incluindo a China), a participação da indústria no PIB praticamente se manteve: foi de 32% em 1970 para 31% em 2007. Já nós, chegamos em 2017 a valores correlatos aos que alcançávamos em 1910” (GOMES, 2020, p.50). O ponto, portanto, em questão, é a imperícia desenvolvimentista dos governos petistas.

Seguindo a análise da “tempestade perfeita” consignada pelos novo-desenvolvimentistas, Gomes atesta a conjuração de ineficácia política petista e ambiente internacional desfavorável. O segundo governo de Rousseff foi marcado pela queda considerável do valor das *commodities* (golpe na balança comercial), pelo aumento da taxa de juros, pelo aumento das tarifas públicas de energia, crise fiscal aguda (intensificada pelas isenções fiscais no final do mandato anterior), pela suspensão do investimento estatal, pela Operação Lava-Jato e a sequente paralisação de grandes contratos em infraestrutura/energia, pelo advento inflacionário, pelo contexto de recessão e endividamento privado. Doravante, “o preço das *commodities* que sustentavam nosso padrão de consumo e comércio com o exterior despencou, voltando a níveis do início dos anos 2000. Para termos uma ideia, nos primeiros meses do Governo Dilma chegamos a vender nossa tonelada de minério de ferro a cerca de US\$190. Em janeiro de 2016, às vésperas da derrubada de Dilma, o Brasil chegou a vendê-lo a US\$38.37”. Nessa oscilação típica referente ao fenômeno da doença holandesa (neste caso, em seu hiato), “O governo reagiu a isso com mais populismo cambial, mantendo nossa moeda sobrevalorizada para deter a inflação, e, diante do agravamento do desequilíbrio, em vez de esclarecer nossa nova situação à população, preferiu escondê-la para disputar as eleições”. Por conseguinte, “Dilma cai com o mesmo filme de FHC em 1999: passadas as eleições de 2014 o Brasil começa a desvalorizar sua moeda, levando a cotação do dólar de cerca de R\$2,40 para aproximadamente R\$4 em somente um ano. Ou seja, desvaloriza sua moeda em cerca de

40% e atira a taxa de juros a 14,25% com o ministro Joaquim Levy na Fazenda” (GOMES, 2020, p.50). O quadro se repete, segundo Gomes, nos governos seguintes, fomentando sua tese nevrálgica: a falha do modelo político neoliberal independentemente das cores da gestão política. Vejamos que, embora, os cinco preços macroeconômicos nunca tenham sido indiferentes para Gomes, é neste período recente que abrolha com mais ênfase a manobra, o manejo dessas taxas fulcrais, sob a égide da ideologia novo-desenvolvimentista, que rejeita a proposta nulificadora da política industrialautárquica.

O país, que já vivia os impactos econômicos negativos das desonerações e consequente degradação do superávit primário, da crise política e da Operação Lava Jato (que, segundo a Consultoria Tendências, derrubou o PIB de 2015 em 2,5%), viveu uma tempestade perfeita. (...) Em 2018 estima-se que tenha levado outros 52% de um orçamento de R\$3,55 trilhões, ou seja, R\$ 1,85 trilhão. O descontrole da dívida pública, sua apropriação do orçamento nacional foram galopantes sob o governo daqueles que a mídia trata como responsáveis fiscais. Para termo de comparação, podemos lembrar que a Previdência, ao contrário da campanha difamatória, consumiu somente 16,8% (R\$598,2 bilhões) do orçamento de 2018, os gastos com pessoal, 8,5% (R\$301,3 bilhões, aí incluídos inativos e pensionistas da União), e as despesas discricionárias, de onde saem os investimentos, tragicamente, somente 1,8% (R\$65 bilhões). Enquanto isso, os juros (R\$342,67 bilhões em 2018, ou 9,7% do orçamento) e a sonegação (estimada em R\$550 bilhões em 2018) destruíram as contas públicas. Ao contrário da maciça propaganda positiva de nossos meios de comunicação, o colapso da nossa economia só se agravou. Em março de 2018, o déficit do governo central era de assombrosos R\$25,53 bilhões, maior que o déficit de todo o ano de 2014 (de R\$17 bilhões). Curiosamente, agora esse déficit é tratado como fruto de “responsabilidade fiscal” por grande parte de nossos “especialistas econômicos”. Ao contrário da propaganda de gestão responsável da economia, o Governo Temer foi o maior desastre fiscal da história brasileira. Terminou seu mandato tendo como meta obter, em vez de um superávit primário, um déficit primário (!) de R\$139 bilhões. Obteve R\$120,3 bilhões, simplesmente, cerca de sete vezes maior que o de 2014. Um dos motivos para esse déficit foi a rápida degradação das contas da Previdência diante do desemprego e da informalidade crescentes. A crise atual dessas contas é fundamentalmente uma crise de receita, e não de despesa. (GOMES, 2020, p.55)

Outra tese comungada com o novo-desenvolvimentismo é aquela que esposa a ideia da retomada de um período desenvolvimentista no capitalismo em consequência do ocaso, segundo esses autores, do neoliberalismo. Trata-se da recolocação da ideologia política correta e atualizada para a administração dos desvios de mercado. Nessa direção, “A

primeira década do século XXI marcou a ruína da prática neoliberal de desregulamentação do mercado, com a segunda maior crise da história do capitalismo, que começa com a crise do *subprime*. A ruína do neoliberalismo foi tão grande que hoje é reconhecida até por órgãos que ajudaram a disseminá-lo, como o FMI, e o rótulo é rejeitado por neoliberais como uma manifestação de ‘ignorância’ daquele que o usa”. Gomes continua a explanação: “A essência do que o neoliberalismo quer para os governos nacionais é que eles somente exerçam o papel de administrar serviços públicos, executar programas de renda mínima e garantir os interesses do capital financeiro internacional”. Assim, assentado na crítica dos alcaguetes rentistas nacionais e internacionais, “o neoliberalismo exige que o Estado Nacional abra mão de sua capacidade de investimento direto e seu papel de coordenação da economia” (GOMES, 2020, p.66).

Infundindo, consentâneo com Bresser, a noção de uma nova fase em progresso nas economias centrais, ou seja, de atualização do desenvolvimentismo, o político decreta que “não pode se dar ao luxo de simplesmente deixar fechar todas as suas indústrias por elas não poderem produzir tão bem e barato quanto as grandes corporações dos países mais desenvolvidos”. Ao arrepio “do discurso de propaganda dos interesses estrangeiros, o consumidor de um país nem sempre tem a ganhar com isso, porque para pagar mais barato por um tênis ele primeiro tem que ter dinheiro suficiente. Não devemos praticar nem a abertura indiscriminada nem o fechamento indiscriminado”. Logo, afastando-se de um nacionalismo antigo e autárquico: “O que um país deve procurar é encontrar o ponto ótimo, cambial e alfandegário, no qual ele possa exportar todo excedente do que produz de forma competitiva para pagar com esses dólares a importação dos bens em que ele é mais improdutivo e as remessas de lucros que as multinacionais efetuam para suas sedes” (GOMES, 2020, p.67). Gomes demonstra-se, no entanto, mais moderado, como vimos desde o capítulo passado em seu “período petista”, em termos do patamar a ser alcançado na competição internacional, mesmo sob o escudo ou modelo político-econômico do atualizado nacional-desenvolvimentismo.

Não existem mais condições de competição entre retardo tecnológico e ponta. Dos anos 1990 para cá vimos a aceleração de uma mudança estrutural muito mais grave e insidiosa para nosso projeto nacional, a mudança nas velocidades dos ciclos tecnológicos na sociedade da informação, com a microeletrônica, a nanotecnologia, a inteligência artificial, e está chegando o 5G. No pós-guerra, os ciclos eram lentos e podiam ser alcançados por um país retardatário com projeto próprio em dez ou quinze anos. Hoje, simplesmente, isso não é possível. Não existem mais

condições de competição entre retardo tecnológico e tecnologia de ponta. E a indústria brasileira tem hoje um retardo tecnológico muito alto. Custo de capital, tecnologia e escala: um grande desequilíbrio em qualquer uma dessas variáveis elimina as condições de competição entre duas indústrias ou serviços. Estamos em desvantagem nas três. Isso explica por que quem quer e quer a abertura indiscriminada e definitiva no Brasil não quer o aumento de produtividade ou a diminuição dos preços de nossa indústria, mas sua dizimação, que significará diminuição brutal de empregos qualificados e renda nacional, assim como alto desemprego crônico. No entanto, essas mudanças econômicas mundiais também mostram por que não podemos optar simplesmente por uma volta ao nosso velho modelo nacional-desenvolvimentista baseado em empréstimos internacionais, protecionismo generalizado e dependência da inteligência tecnológica alheia. (GOMES, 2020, p.70)

O projeto nacional-desenvolvimentista atualizado só pode ser coordenado e engendrado pelo estado, porém, deve florescer “de baixo pra cima” como resultado de um debate civil consistente em busca de caminhos e modelos particulares de desenvolvimento. Deve forjar uma coalizão consciente entre os grupos sociais “desorganizados” para agir contra as “minorias organizadas” ou as “elites patrimonialistas”. Deve aliançar uma burocracia política técnica, a burocracia intelectual científico-acadêmica e o setor produtivo emergente (galvanizado multiplamente pelo estado), assim como deve alcançar os trabalhadores. Resta claro, os trabalhadores aparecem a reboque do “dever da esperança” reindustrializador, sendo o traço fraco da coalizão, isto é, são abordados na condição, inexorável, do trabalho alienado, do fortalecimento do mercado interno e da participação política no estado democrático (por meio de uma institucionalidade mais capilar e porosa a ser lavrada, é verdade) concebido como “instrumento” em disputa, donde pode surgir a consolidação de maiores e permanentes direitos sociais (socialdemocracia). Cabe ao “Estado (...) coordenar um projeto nacional, e para tanto ele tem que ter capacidade de planejamento e um corpo técnico competente. Para que mobilize a sociedade numa democracia, um projeto nacional deve ser fruto de um profundo debate público, efetivando uma aliança entre os trabalhadores, o mundo da produção e a academia”. Por sua vez, “O ‘nacional’ do termo lembra que não há um modelo universal a ser seguido, pois as condições de empreender, produzir e trabalhar seguem dramaticamente nacionais e não globais. Significa abrir mão da ideia mistificadora de globalização total” (GOMES, 2020, p.84).

Gomes endossa, “keynesianamente”, as estipulações do crescimento em curto prazo vinculadas à ação estatal. E, ademais, a mesma pletora de especificações propositivas para a reforma tributária, já vista anteriormente, necessária à condensação da poupança interna revitalizadora do investimento estatal em longo prazo:

A primeira ação para reaquecer a economia deveria ser restituir gradualmente a capacidade de financiamento das classes média e baixa, com um programa de refinanciamento governamental que ajudasse nossos compatriotas a limpar o nome no SPC e Serasa. A dívida média de cada pessoa com nome sujo no Brasil no fim do ano de 2018 era de R\$4.200,00. Mas cerca de 80% disso era somente de juros sobre juros, multas, comissão de permanência e outras taxas (no Brasil, os juros ao consumidor são os mais altos do mundo, mais de quatro vezes maior do que a maior taxa de nossos vizinhos latino-americanos). O que proponho é que o governo federal use sua força para negociar coletivamente essas dívidas com os credores, conseguindo o máximo de desconto nelas, e derrubá-las para uma média de R\$1.400, o que representaria um desconto médio de 70% na dívida (nos atuais leilões da Serasa, o cidadão desprotegido consegue até 90% de desconto).

Larry Summers, ninguém menos do que o ex-secretário do Tesouro americano, vendo a ineficiência dos juros próximos de zero que não estão conseguindo reanimar a economia global desde 2018, já fala claramente que o motor fiscal deve novamente ser chamado a cumprir sua insubstituível tarefa. É preciso ficar claro que não é possível pensarmos em voltar a crescer enquanto o governo gasta R\$0,33 (33 centavos de reais) de cada R\$100 do orçamento para investimento e gasta cerca de R\$10 de cada R\$100 para pagamento de juros líquidos. Mas é só olhar para o orçamento da União que salta aos olhos onde as despesas têm que ser cortadas substancialmente: na conta de juros. Temos que trazer os juros brasileiros abaixo da rentabilidade média dos negócios o quanto antes. Uma taxa real de 2% hoje já estaria muito acima da média mundial, hoje negativa. Na outra ponta, não podemos prescindir de um aumento de receita. Com o Brasil voltando a crescer, as empresas reestruturando suas contas e as famílias gradualmente voltando a consumir, a arrecadação voltará a subir. Mas esse é um efeito de médio prazo, e para o país voltar a crescer temos antes de aumentar o nível de investimento público.

A minha proposta é que retiremos 20% de todas as isenções fiscais distribuídas no país sem qualquer critério ou obrigação de investimento, ainda que, aqui e ali, bem-intencionadas. Só essa providência arrecadaria a preço de hoje algo ao redor de R\$66 bilhões por ano. Só esse passo é mais da metade do déficit primário de R\$130 bilhões previsto para o ano de 2019. No entanto, isso não é o suficiente, mesmo porque as vendas já estão deprimidas. Temos que aumentar impostos dos mais ricos, mas devemos fazê-lo de forma comedida e sem afetar a classe média, a produção e o investimento. Como medida imediata de aumento

de receita para os estados, que estão, na sua maioria, em situação pior que a União, proponho aumentar imediatamente o imposto sobre grandes heranças (esqueçam a classe média, que não tem mais nada para dar) para 8% em todo o Brasil, teto máximo permitido pela lei atual. O Ceará já cobra assim. A média hoje está em 3,86%, ousaria afirmar, uma das menores taxas do mundo. Isto nos garantiria ao menos R\$20 bilhões adicionais de arrecadação por ano, atingindo somente os 0,3% mais ricos do país. Da mesma forma poderíamos tirar da gaveta o projeto veiculado recentemente da criação de uma alíquota de 35% do imposto de renda para pessoas físicas que ganham acima de R\$20 mil por mês. É claro que esse valor é só um exemplo que deve ser negociado. Sou obrigado a lembrar aqui que na minha gestão como ministro da Fazenda eu criei essa alíquota, que FHC revogou assim que assumiu. Outra ideia na direção de um sistema tributário que, para além de arrecadar, mude estruturalmente uma das mais perversas distribuições de renda do mundo, é um tributo progressivo sobre patrimônios superiores a R\$10 milhões com alíquotas de 0,5% a 1%. Devo lembrar que esse tributo já existe na nossa Constituição e remanesce sem cobrança ou mesmo regulamentação desde 1988. Mas a medida que nos garantiria um aumento substancial mais rápido de receita seria a volta da tributação na distribuição de lucros e dividendos das grandes corporações. (GOMES, 2020, p. 91)

Em médio/longo prazo, Gomes estabelece a “Coordenação de um novo grande projeto de industrialização, começando por quatro áreas em que temos vantagem comparativa global potencial, através de uma nova política de ciência, tecnologia e inovação, financiamento, compras governamentais e *criação de uma nova geração de empreendedores*”. Reitera, circunscrevendo a posição de gênese que tendência ou fertiliza seu ideário: “*gostaria de reafirmar aqui, neste item sobre nossa política industrial, que acredito que o Brasil precisa investir fortemente nessa nova geração de empreendedores vindos das classes populares. Temos que democratizar a formação de capital e ajudar a contrabalançar os interesses de grandes corporações e da velha classe empresarial brasileira que se viciou no rentismo*” (GOMES, 2020, p.108). Explicita, mais uma vez, a classe, a clivagem, a determinação social do pensamento, a circunscrição objetiva fomentadora de seu leque ou repertório teleológico/ideológico, portanto, de seu novelo de proposições político-econômicas. O trecho seguinte, também, de suma importância, concatena a gênese social de seu pensamento, a especificidade de sua inteligência e a força de influência novo-desenvolvimentista assentada em seu discurso:

Hoje o Brasil assiste a um fenômeno novo: o de uma nova classe média, emergida das classes populares a partir do meio dos anos 2000, que superou a precarização dos anos 1990 e tem uma

proporção considerável de seus membros de micro ou pequenos empresários que trabalham com seus eventuais funcionários ombro a ombro em suas pequenas lojas, serviços, microindústrias ou oficinas. Esses novos empreendedores, que ascenderam por esforço pessoal dentro do período de crescimento econômico do Governo Lula, aprenderam a desprezar o Estado, que não os contempla em suas políticas públicas com financiamento, orientação e formação especializada. Eles não conseguem ver o papel que o Estado tem em suas vidas nem o que ele pode vir a ter para melhorar seus negócios. Levar aos novos empreendedores, tradicionais ou inovadores, o poder fomentador do Estado é tarefa urgente. Mas todas essas políticas aqui esboçadas não darão certo sem a estrutura geral que abordei em itens anteriores: uma taxa de juros reais mais baixa que a rentabilidade média dos negócios, a recuperação da capacidade de investimento do Estado, a manutenção de uma taxa de câmbio realista, que evite o populismo fácil do consumo de importados e dê segurança para os novos investimentos e, finalmente, uma forte coordenação entre governo, empreendedores e uma academia dedicada a produzir os avanços tecnológicos necessários para a criação de novos setores industriais nacionais. (GOMES, 2020, p.108)

Como visto outrora, a importância da agropecuária e do agronegócio é, também, ponto indelével do pensamento ciriano, ao mesmo tempo em que, no Programa de 2018 e neste livro, o autor e político tem clara consciência da natureza deletéria do fenômeno da “doença holandesa” evidenciado fulcralmente pelo “novo-desenvolvimentismo”. Segue sua reflexão: “Minha ênfase na necessidade da retomada do desenvolvimento industrial em nenhuma hipótese significa que devemos negar ou negligenciar nossa *vocação para ser o maior produtor de alimentos do mundo*. Nenhum país pode abrir mão de suas vantagens comparativas num projeto de desenvolvimento, e não é o Brasil, com sol o ano inteiro, a maior quantidade de terras agricultáveis e a maior reserva de água doce do mundo, que o fará”. Ou seja, “Nossas condições para a agricultura são incomparáveis. Estamos destinados a ser a maior potência agrícola mundial. Hoje estamos realizando esse destino através do agronegócio. Sua produtividade é imensa e, junto à mineração, sustenta nosso modo de vida e padrão de importações por meio dos recursos que gera com a exportação de nossas commodities. O setor primário é o único setor superavitário da balança comercial brasileira” (GOMES, 2020, p.114). O ponto mais atinente ao seu discurso de defesa da indústria primária se volta novamente à pequena-burguesia

Não deveria ser necessário dizer que nosso agronegócio dever ser respeitado. No entanto, vemos seguidamente se levantarem contra ele acusações, generalizações e apreciações negativas, que

ao longo dos anos contaminaram o imaginário popular. A agricultura brasileira, no entanto, não vive somente do agronegócio. No país convivem dois modelos agrícolas distintos, e o segundo deles é o da agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos que consumimos internamente e por 75% dos trabalhadores do campo. Uma coisa que a maioria do povo brasileiro não sabe é que, apesar de fazer maior uso de mão de obra, a agricultura familiar tira mais da terra: responde por 38% do valor da produção agrícola, ocupando apenas um quarto da área produtiva brasileira. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar garante a segurança alimentar do país. No entanto, o modelo familiar apresenta três desafios para seu desenvolvimento: 1) em comparação ao agronegócio, os custos são hoje mais altos para a maioria dos produtos, devido ao maior uso de mão de obra; 2) as dificuldades de armazenamento e escoamento de produtos perecíveis são maiores; 3) suas condições de financiamento são piores (...) retomada dos grandes projetos de infraestrutura para eliminar gargalos logísticos do escoamento de nossa safra; revitalização da Embrapa para que ela volte a produzir soluções tecnológicas para o desenvolvimento no Brasil de a) culturas que oneram nossa balança comercial, como o trigo; b) preservação e armazenamento das produções de frutas e legumes; c) sementes mais resistentes ao nosso clima e a pragas; e d) fertilizantes e defensivos nacionais; retomada da facilidade de crédito com a queda dos juros e a concessão pelo Estado de linhas de crédito especiais para a agricultura familiar; (...) assistência técnica e jurídica do Estado para a produção, armazenamento e formação de cooperativas de processamento industrial, evitando o perecimento das safras familiares; retomada dos assentamentos de reforma agrária direcionados pelo Estado, com estreita observância à paz e ao direito no campo, integrando os novos núcleos às outras políticas descritas. (GOMES, 2020, p.115)

Todo esse corpo teórico, voltado à pequena-burguesia urbana, mas também rural, se sustenta no esqueleto, na ossatura basilar seguinte: “*Tenho defendido a importância de construirmos, no Brasil, uma nova burguesia que democratize a formação de capital e oxigene a burguesia tradicional que se acomodou, em grande parte, nos ganhos fáceis do rentismo*” (GOMES, 2020, p.141). Enfatiza-se, dessa feita, a construção da “nova burguesia” como refundação econômica necessária para consignar o expurgo da plutocracia rentista. Assim como nas assertivas passadas, o bojo desenvolvimentista/industrializador é focado na múltipla assistência à pequena-burguesia emergente, principalmente, aquela industrial/produtiva, sob o epíteto de “unir quem produz e trabalha”. Se a derrogação dos monopólios pela investida do estado foi sublimada, se o “alcançamento” do ápice tecnológico – em setores que o mercado não o lograsse - pelo pioneirismo estatal foi transmutado em investimento, pela aliança estado-

mercado (compras estatais garantidas), em áreas definidas (agropecuária, complexo do petróleo, saúde, militar), a viga da múltipla assistência à “classe média” empresarial se realçou e se densificou. Assim, “Como já expus aqui, essa nova burguesia seria formada pela parcela bem-sucedida dos estudantes inovadores e emergentes empreendedores. Apesar de várias medidas de apoio e fomento do Estado que já foram esboçadas aqui, a chave básica para empoderar essa classe emergente é a restauração da normalidade das condições de crédito, ausentes no Brasil há quase quarenta anos”. Consagrando sua conjuração com o novo-desenvolvimentismo: “Apesar da queda da Selic, o crédito pessoal, o crédito empresarial, os juros ao consumidor, do cartão e do cheque especial continuam inalterados e entre os maiores do mundo, fazendo com que, em 2019, os bancos tenham batido, mais uma vez, um recorde histórico de lucros” (GOMES, 2020, p.141).

Enfatizando o efeito de democratização do mercado como intensificação da democracia política: “Uma vez que possamos criar no Brasil uma onda de novos pequenos negócios e novos empreendedores bem-sucedidos, essa nova classe emergente e aqueles que querem segui-la tenderão a cobrar do Estado o papel de indutor do crescimento e regulador das condições de crédito”. Logo, aproximando-se daquilo que outrora se desvelou no epíteto do “levante das classes médias”, congrega a sequente reflexão: “a montanha-russa de nossa vida política e econômica recente é uma oportunidade de ouro para finalmente realinhar uma classe média que entendeu que foi enganada pela terceira vez e de novo pagou o pato brasileiro, mas continua perdida e em boa parte apoiando seus maiores algozes e exploradores”. Nesse movimento é que “Além de uma nova burguesia empreendedora, comprometida como desenvolvimento nacional, é preciso trazer de volta os trabalhadores da pasmeira generalizada em que caíram nas quase três décadas de neoliberalismo” (GOMES, 2020, p.141).

Para confirmar sua refringência à “hegemonia” de uma esquerda “sem projeto”, o autor desenvolvimentista arremata com a crítica ao aspecto vacilante dos 14 anos petistas, em que as reversões “estruturais” não tiveram espaço, ao passo que também se degradou as forças reivindicatórias de base que poderiam oxigenar o partido. Repõe que “Para chegar ao Executivo, o PT transformou seu discurso de esquerda num moralismo udenista rasteiro e vazio de propostas” (GOMES, 2020, p.160). Esclarece, também, a inextrincável imprescindibilidade do mercado no projeto “emancipatório” de uma “centro-esquerda” responsável, socialdemocrata e desenvolvimentista, que,

verdadeiramente comprometida com o “lucro moderado”, a “legítima remuneração do risco” e o “capital imobilizado do capitalista”, efetivará, por sua vez, as reformas “estruturais” adiadas perenemente, em prol, decerto, de uma forma de capitalismo moderado, administrado, antirrentista, produtivo e calcado na emergência da “nova burguesia”:

Durante o período dos governos do PT, que sempre se vangloriou de poder legitimar suas ações no controle de amplas bases sociais, o que predominou foi a desmobilização e a passividade, frutos de uma perspectiva de militância inorgânica. Isso sem falar nos trabalhadores precarizados, que, longe do alcance do trabalho formal e da carteira assinada, acabaram também privados de uma participação política mais intensa. Base social não significa alinhamento passivo de expressões cooptadas da sociedade civil, e sim o empoderamento – respeitada sua autonomia diante das políticas oficiais – de uma interlocução com as entidades legítimas da sociedade. O que quero dizer com isso? Estudante a favor do governo, sindicalista a favor do governo perde o nexo de legitimidade com sua base. Por isso assistimos ao desmonte despuadorado dos direitos trabalhistas sem que qualquer reação popular notável tenha acontecido. Isso é fruto do anestesiamto das lideranças da sociedade civil pela cooptação e pelo suborno. Todo Projeto Nacional emancipatório de um país terceiro-mundista requer mais do que a mera participação dos trabalhadores organizados e desorganizados. Necessita do intenso protagonismo e da mobilização de bases esclarecidas, cientes do ideal de nação que é construído coletivamente. Para tanto, não se deve cair no expediente demagógico das promessas impossíveis nem acreditar em radicalismos meramente retóricos. É preciso mostrar com exemplo, ideia e militância, e não culto à personalidade, o que deve e como deve ser feito, concretamente. Enfim, a diferença entre esquerda e direita continua sob qualquer ponto de vista, mas a classificação de alguém como tal é sempre relativa à sociedade em que está atuando. Eu, por exemplo, se tivesse nascido na Coreia do Norte seria de “direita”, pois acredito na livre-iniciativa, no lucro moderado – a legítima remuneração do risco e do capital imobilizado do capitalista – e na diferença de remuneração entre seres humanos diferentemente capazes e esforçados como algo não só desejável e eficiente como justo. Também acredito no papel insubstituível da iniciativa privada na potência criadora da economia e na alocação de seus recursos de forma racional no nível local. Assim sendo, me considero de centro-esquerda. Eu diria que sou um social-democrata que tem grande admiração pelo modelo socioeconômico vigente nos países escandinavos ou na Alemanha. No entanto, sou um social-democrata latino-americano e conheço bem os imensos entraves em nosso continente à realização desse ideal. Defender modelos socialistas (ou comunistas) ideais que nunca existiram é o equivalente, na esquerda, à defesa radical que alguns setores da direita fazem do neoliberalismo, que não oferece um único caso de sucesso no mundo. (GOMES, 2020, p.150)

A crítica insistente, com compleição de genuína panaceia, ao “rentismo”, uma espécie de deformação do capitalismo em meio ao escudo neoliberal, se espelha e se desdobra, de forma ampliada, na crítica ao “globalismo”. O globalismo seria o “rentismo” de estatura mundial que teria enredado e, dessa feita, rendido os estados nacionais, quedados em função da manutenção de interesses internacionais escusos, contrários ao da “nação”, do “projeto nacional”. Resta claro, segundo a dicção do autor de *No país dos conflitos*, “A esquerda, principalmente a europeia, permaneceu perplexa diante dessa nova realidade, sem instrumentos teóricos ou políticos para reagir, enquanto o globalismo destruía economias e culturas locais e impunha a lógica especulativa do mercado financeiro internacional”. Assim, “Boa parte do povo europeu, desesperado por reação de sua classe política, se cansou de esperar dos partidos socialdemocratas qualquer postura distinta da rendição ideológica ao neoliberalismo, enquanto via o Estado de bem-estar social europeu ser aos poucos desmontado”. Seria esse processo que ao conduzir ao franco desalento, fez do povo europeu suscetível, passível a inclinações de direita: “Revoltado, viu somente a extrema direita assumir a luta contra o globalismo em defesa da economia nacional e de sua forma de vida, manipulando o fetiche da imigração” (GOMES, 2020, p.155). Ressalvando a particularidade da extrema direita brasileira (rendida ao neoliberalismo), o autor acrescenta, com verve conservadora-manipulatória, que obscurece a luta de classes configurada na objetividade social determinada capitalista em prol do “interesse nacional”, a irrazoabilidade que deflagramos desde a crítica fulgurante de Marx a List no Capítulo 1 desta Tese:

Somente no Brasil é que a extrema direita se afirma com um discurso patriota vazio e prega o aprofundamento do neoliberalismo e a dissolução da pátria com sua transformação em colônia ou protetorado. Faz isso sob o olhar omissivo ou, pior, cúmplice e traidor, de alguns de nossos ex-oficiais militares superiores. É uma vergonha única no mundo. Inexprimível. Defender os interesses de sua própria nação não faz ninguém ser de esquerda ou de direita. Mas é o que define alguém como um patriota ou um apátrida (...) Precisamos voltar a defender o Estado-nação soberano como uma das últimas forças ao nosso dispor para enfrentar a ditadura global do sistema financeiro e a ascensão das corporações da informação e sua acumulação de dados. O desenvolvimento de uma nação nunca se deu sem a proteção estratégica de seu mercado interno. Foram sempre políticas nacional-desenvolvimentistas que conseguiram criar um parque industrial contra uma indústria já desenvolvida em outros países. E isso continua a ser assim hoje na Ásia. (GOMES, 2020, p.165)

Para completar a síntese da malha crítica ciriana, que retoma e espessa as críticas e propostas passadas, deve-se lembrar seu caráter refratário, quão bruscamente redutor, do marxismo, delineado como retórica radical inexecutável, impraticável, infértil. Nessa linha, “Tanto o neoliberalismo quanto o marxismo defendem narrativas unimundistas, anseiam por um governo mundial. O neoliberalismo, para transferir todo o poder às grandes corporações e sistema financeiro. O marxismo porque considera que a classe trabalhadora é uma só, internacional, e deve apagar as falsas fronteiras entre as nações” (GOMES, 2020, p.165). Por outro lado, justamente, adentrando no coro manipulatório, mendaz, superindividualista intrínseco ao teor neoliberal, que nutre possibilidades, de feição pequeno-burguesa, da “democratização do mercado”, expressa: “considero que a defesa do Estado-nação é uma extensão da defesa do indivíduo. Deveríamos defender a democratização e a generalização da propriedade privada, e não sua posse pelo Estado, porque hoje vivemos num mundo em que cidadãos em suas casas podem ser cada vez mais proprietários de bens de produção” (GOMES, 2020, p.166).

É semeando certas ilusões e incompreensões, a partir de críticas desviantes ou oblíquas, que imergem, é certo, em problemas autênticos sem, porém, penetrarem o cerne social irradiador, que o autor fomenta a possibilidade da corregedoria, do concerto estado-mercado, da adequação, da correção da sociabilidade capitalista: “Humanizar o capitalismo não é só criar um Estado de bem-estar social, mas proteger nossas crianças de uma cultura de consumo que cria carências artificiais e infelicidade.” Para tanto, “temos que debater formas de desestimular o uso das novas tecnologias pela máquina de moer publicitária – produtora de desejos, carências, infelicidade, cultura da ostentação, sentimento de inferioridade, individualismo e indiferença à miséria” (GOMES, 2020, p.170).

Gomes, assim como na pena listiana (Friedrich List), não deixa de, lateralmente, flertar com tergiversações irracionistas, quais sejam, aquelas que vimos outrora, também no Brasil, em reacionários como P. Salgado e G. Barroso, sobre a mística “originalidade” brasileira, chão fecundo do abrolhar do “novo” e a dispensa, peremptória, das cópias estrangeiras inadequadas à nossa “essência”. Segue que “Acredito comovidamente que se há no mundo um país que tem capacidade de oferecer ao mundo um novo experimento civilizatório, este é o Brasil”. Doravante, “No momento em que voltar aos trilhos do

desenvolvimento e da conciliação nacional, poderemos vir a nos tornar um novo e original marco civilizatório da humanidade, *apresentando uma alternativa reespiritualizada de sociedade contra o materialismo voltada ao campo dos valores*”. Completa o aguilhão irracionalista, falso socialmente necessário: “Nosso país nunca alcançará seu máximo potencial se continuar reproduzindo modelos que outros povos desenvolveram para si mesmos baseados em seus próprios problemas, história, cultura, região geográfica, potencialidades e conflitos. Não devemos buscar construir aqui uma civilização estrangeira, somente buscar aprender com suas experiências” (GOMES, 2020, p.172).

Vinculado à crítica do “moralismo” da esquerda petista, mas instando, depois do apanhado de suas proposições teórico-políticas, uma “reespiritualização”, o autor deslinda as proximidades entre a religião e o projeto desenvolvimentista, semelhança conclusiva que não podemos deixar de considerar uma derradeira ironia desveladora.

Ele é também a materialização brasileira da Doutrina Social da Igreja e tem essa intenção de origem. Considere, por exemplo, este trecho: “É necessário que mercado e Estado ajam de concerto um com o outro e se tornem complementares. O livre mercado pode produzir efeitos benéficos para a coletividade somente em presença de uma organização do Estado que defina e oriente a direção do desenvolvimento econômico, que faça respeitar regras equitativas e transparentes, que intervenha também de modo direto, pelo tempo estritamente necessário, nos casos em que o mercado não consegue obter os resultados de eficiência desejados e quando se trata de traduzir em ato o princípio redistributivo”. Poderia ter saído de uma obra do trabalhista Alberto Pasqualini ou de alguma conferência de Keynes, mas é tão somente um excerto da Doutrina Social da Igreja. (GOMES, 2020, p.173)

Por fim, devemos registrar o adendo de que a “renovação burocrática”, liame inquebrantável do circuito ideológico de Gomes, sofre uma inflexão, se aproximando e quase se confundido com o comboio das “reformas políticas”. Se a noção de tecnoburocracia, e como vimos em Bresser, de burocracia-gerencial, se tornou muito cara nos anos 80 e 90, isso não se deu com a mesma intensidade nas décadas seguintes. Isso se justifica pela aura ideológica, no fim do bonapartismo militar 64, espaiada, espargida, em função da própria ruptura conservadora-manipulatória, como vimos, da burguesia com os gestores ditatoriais. À revelia de qualquer honestidade política progressista, mas utilizando do simulacro simbólico democrático, se recuperou e se espaiou a cantilena factível, quão oportunista e insidiosa, do “estatismo corrupto” (na qual, curiosamente, não

há corruptor empresarial), eivando a urgência democrático/burocrática/técnica (novamente, a serviço da acumulação de capital). O suposto acendrar da burocracia tecnocrática à burocracia gerencial, também, consolidou-se como aperfeiçoamento estatal que, de certa forma, resume o desiderato institucional-político depauperado no interior a hegemonia neoliberal, contratendência anelada às figuras contrariantes anteriores: a mundialização dos monopólios e a financeirização, que passam, então, a serem estimuladas ao paroxismo, por intermédio de metas cambiais/inflacionárias/monetárias/fiscais, desregulações (financeira e comercial), privatizações e contrarreformas políticas engendradas desde a última década do século 20 (no Brasil). No século 21, por sua vez, a tecnicização de burocracia foi se aliançando, quase se submetendo, ao conteúdo das reformas políticas. Em Gomes, como foi alinhavado outrora, esse processo se daria por meio das seguintes mudanças elencadas em seu último livro: financiamento público e financiamento de pessoa física às candidaturas; voto distrital misto; fidelidade partidária; revogação popular de mandatos (*recall*); eleições em três turnos (último turno concentrado no legislativo federal e estadual); diminuição gradual do número de cadeiras na câmara federal; adoção de urnas eletrônicas de terceira geração (GOMES, 2020).

Postas as assertivas finais, afirmativas conclusivas de nossa investigação, cabe realçar, em rápidas incisivas, a inconciliável diferença entre a criticada posição desenvolvimentista (ou nacional-desenvolvimentista atualizada) e a posição autenticamente marxista. Enquanto se tem uma ciência positiva que visa administrar (da ideologia teórica à ideologia política) o capital, na primeira, tendo que, sob esse jugo de classe matrizador, edificar tutelas conservadoras e diagnósticos manipulatórios sobre a relação capital, na segunda, se faculta a crítica ontológica, desde sua posição proletária, construindo, potencialmente, veredas teóricas que se inclinam à compreensão radical da sociabilidade capitalista e que podem derivar na ontoprática revolucionária.

Deve ser observado queo ideário do atualizado desenvolvimentismo, mesmo salientando a “subsidiariedade” do estado, mantém e sedimenta, preserva e assenta a tese oblíqua, desviante das “falhas de mercado”. Nessa direção, demarca, delimita seu espaço propositivo supostamente “antiliberal”, buscando contrapor-se à Lei de Say, ao apanágio canoro do mercado, como concebido por essa vulgata, sonoramente repetida nas reverberações ortodoxas. Resta claro, todavia, que é apologeta direta do capitalismo na medida em que não reage, sequer, misticamente, como anticapitalismo romântico, mas

defende, abertamente, a propugnação da lapidação, do aperfeiçoamento deste “sistema” por vias politicistas. Para isso, procurando distinguir-se da ortodoxia neoliberal, estado e mercado aparecem esgarçados em seus fios ontológicos, restando, oportunamente, a chave teórica do atilamento, do burilamento do estado como complexo hipostasiado, disposto ou não, a depender da tecnoburocracia e da hegemonia ideológica da política, a promover as expectadas correções das insuficiências de mercado, que permanece, todavia, como “instituição” indelével. Como vimos em Gomes, em confuso périplo conceitual, é o próprio sistema naturalmente desigual que faz abrolhar seu contrapeso corretor, revertendo, em médio e longo prazos, sua própria “natureza” desigual. Portanto, o afastamento do conservadorismo liberal é relativo, conquanto não se adeque às teses do neoliberalismo.

É bastante relevante indicar que na dicção dos keynesianos e desenvolvimentistas, se pode entrever uma tese de que a produção no capitalismo se volta para o consumo, ou melhor, para a realização das autênticas necessidades humanas (algo que não pode prescindir da ação direta e coordenadora do estado), mesmo tomando o parâmetro da taxa de lucro. Nesse bojo, bastaria inculcar racionalidade – estatal - na trama produção-circulação-troca-consumo onde o mercado se objetivasse de modo insuficiente, problemático em sua dinâmica. De outro lado, “para Marx, ao contrário, o capital é uma relação de produção reificada que não se orienta pelo consumo e pelo bem-estar das pessoas, mas, ao contrário, que tem a si mesmo como fim absoluto” (PRADO, 2016, p.125). Essa reprodução como sujeito automático, regência do autômato capital, que enreda os indivíduos como títeres, que lhes inclina, inexoravelmente, à barganha de suas capacidades físico-espirituais é deixada de lado pela rede conceitual conservadora-manipulatória. A questão fulcral do complexo alienação/estranhamento fica à deriva. Assim, “Eis que, para ele [Marx], essa relação, para sobreviver indefinidamente, precisa consumir o trabalho humano e a natureza, subordinando a si também as pessoas enquanto consumidoras de mercadorias” (PRADO, 2016, p.125), o que não pode ser derogado pelas sugestões “humanizadoras” do capitalismo de Gomes, Unger e Bresser.

A respeito das ressalvas heterodoxas à “situação ótima” supostamente engendrada pela “mão invisível”, tem-se que:

Como se sabe, a divergência central entre os “clássicos” e Keynes se apresenta nesse quadro de referência que postula a situação de ótimo individual e social como simplesmente possível. Encontra-se, precisamente, na questão de saber se essa situação, em

princípio, devem espontaneamente apenas por meio do funcionamento livre dos mercados. Em outras palavras, consiste em saber se equilíbrio do sistema tende a ser de pleno emprego ou pode se permanecer por longo tempo abaixo do pleno emprego. *Grosso modo*, segundo Keynes, a “mão invisível” não é perfeita, podendo, ao contrário, chegar a resultados bem insatisfatórios. (PRADO, 2016, p.129)

Em síntese, segundo Prado (2016), a concepção “heterodoxa” não rompe completamente com o paradigma “ortodoxo”, nem, portanto, com o conservadorismo liberal. Isso se daria, uma vez que preserva o individualismo metodológico, mas não só, como também, porque continua vislumbrando possibilidades otimizadoras, possibilidades, em médio/longo prazo, de estabelecimento de equilíbrio, tendo em vista as ações individuais não coordenadas, ou seja, inserção de racionalidade e estímulos à anarquia do capital. Entretanto, “o processo mercantil apenas se ajusta de modo difícil, lenta e anarquicamente, por meio de movimentos compensatórios que se dão no tempo histórico”. Resta claro, “de qualquer modo, em sua perspectiva, tanto a oferta, quanto a demanda, em seu desacerto contínuo, encontram-se igualmente determinadas pela lucratividade da inversão na produção corrente, assim como na produção futura” (PRADO, 2016, p.131).

É o próprio movimento compulsório de busca de autoexpansão, a busca compulsória por maiores taxas de lucro que configura o âmago irradiador da irracionalidade. A manifestação do superendividamento, da superprodução de capital constante, da superprodução de mercadorias, do subconsumo, da subutilização de mercadoria especial força de trabalho (ampliação, cada vez mais conflitiva, da superpopulação relativa, do lumpesinato e de um exército de reserva “global” que pode colaborar em uma equalização da taxa diferencial de exploração nos países centrais), enfim, toda espécie de crise, negativo do capital, é expressão, mais ou menos epidérmica, do núcleo reificado da reprodução desta sociabilidade.

Se em algum momento da processualidade capital, se logra algum “equilíbrio” (relativo às taxas de lucro e ao designado “pleno emprego”), não se poderia ver essa circunstância de modo estanque, ou unilateralmente como circunstância parcelada (e tentar repeti-la), mas como parte de modificações e processos em que a “situação de equilíbrio” é “posta por meio de um processo turbulento em que o estado eventual de balanceamento configura-se apenas por meio de desbalanceamentos constantes e recorrentes e que se

compensam apenas em largos períodos” (PRADO, 2016, p.134). Por isso, para sermos sumários, é impraticável que se outorgue a inflexão que aglutina ou amalgama, de modo inevitavelmente incongruente e incoerente, formulações, a exemplo, de Keynes e Marx.

Atualmente ocorre algo semelhante em relação à teoria de Marx, por tentativa de autores pós-keynesianos e mesmo marxistas, que sugerem a existência de significativas afinidades entre as teorias de Keynes e Marx. As tentativas de aproximação têm consistido, mais frequentemente, na tentativa de assimilar conceitos de Marx a conceitos mais ou menos correspondentes de Keynes, distorcendo – mesmo que involuntariamente – os significados originais dos conceitos marxistas e neutralizando ou omitindo os seus aspectos incompatíveis com a teoria keynesiana (...) o resultado mais aparente é a descaracterização da teoria de Marx e a redução deste autor ao papel de precursor menor de Keynes. (GERMER, 1996, p.53)

Claus Germer (1996) argumenta, ademais, que uma das vias tortas dessa aliança, desse anelamento adstringente entre Marx e Keynes é a igualação das referências “modo de produção capitalista” do primeiro e “economia monetária” do segundo. Essa identificação indica, de um lado, uma confusão entre as categorias dinheiro e capital, ou por outro, uma subsunção do capital ao dinheiro em uma compreensão unilateral bastante diferente da dialética exposta por Marx. Do mesmo modo, a utilização da expressão “economia monetária” poderia deixar a entender que a diferença específica, ou seja, o elemento caracterizante, o apanágio da sociabilidade capitalista seria o dinheiro, quando em verdade esse elemento não é, propriamente, o que diferencia o capitalismo das demais sociedades. Em suma, a existência do dinheiro em formas de ser ou modos de existência anteriores não implicaram na existência da lógica específica, legalidade imanente, nexos ou relação capital. Concebido como “movimento continuamente repetido”, o capital se expressa, fulcralmente, na valorização do valor, tendo por fundamental o momento da produção, enquanto o dinheiro (em sua materialidade), como equivalente geral, expressor, refletor da relação social do valor, é integrado no movimento do capital, mesmo que na aparência se represente como demiurgo do processo pelas suas funções operativas.

Em síntese, retomando a determinação social do pensamento que veio ao lume em nossa Introdução e ganhou sentido específico em todo decurso da pesquisa, “se há classes, então a razão ampliada que julga o sistema como um todo também não pode se exprimir unitariamente”, ou seja, se está derogando a possibilidade de um influxo autárquico da razão e afirmando sua atinência às posições, classes, clivagens das quais dimana, de modo

não automático, mas relativo à circunscrição possibilitadora de um repertório ideológico de diferentes e limitadas alçadas gnosiológicas. Nesse sentido, a posição proletária, ao arrepio de automatismos simplificadores, é aquela que fertiliza mais generosamente, se jungida à investigação teórica de escol, a apreensão ou captação da lógica específica ou legalidade imanente que se repõe na reprodução da sociabilidade capitalista. Nesse bojo, “a razão crítica está, pois, a serviço da transformação fermentativa do existente – e não de sua construção tecnocrática. O objetivo que se propõe é suprimir historicamente a abstração real, o valor, a relação de capital inscritos na duplicidade constitutiva do trabalho no modo de produção capitalista, tendo em vista criar em processo um novo modo de produção baseado na livre associação dos produtores” (PRADO, 2008, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas Considerações Finais, não pretendemos engendrar um resumo às pressas, necessariamente, insuficiente e precário, da Tese em término. Ao arrepio de formalizações que procuram efetivar uma conclusão fragmentária, seccionando em tópicos uma exposição, fundamentalmente, encadeada, procuraremos, outrossim, dar um cenário amplo à nossa concatenada reflexão. O resultado do escrutínio desta Tese já se encontra suficientemente demonstrado em seu corpo, acreditamos. A questão em tela, neste momento, é repisar as insuficiências objetivas consignadas na entificação do capitalismo brasileiro e identificar a contemporaneidade capitalista “mundializada” como fresta que se abre à reconfiguração econômica radical, endereçando as atualizações do desenvolvimentismo (e de forma mais geral, o concerto das autodesignadas “esquerdas” brasileiras) ao espaço das ideologias decadentes – existentes há dois séculos – que, cada vez mais extemporâneas, visam abertamente cevar uma sociabilidade senil ou oferecer a crítica de matiz mistificador. O ideário de Gomes, como vimos, faz parte da primeira.

Lembremos parte da reflexão sobre a orquestração industrial do capitalismo hipertardio que já foi expressa no deslinde dos processos da entificação brasileira do capitalismo. Sobrinho (2017), sob insumos loquazes de Marini, avalia que, a partir da metade da década de 50, a indústria de transformação tomou espaço considerável no todo da economia nacional. Chasin (2000) já houvera marcado que só em 56 essa indústria teria tomado para si o posto majoritário na economia, processo que se seguiu até a década de 80 e por ali se rompeu. Nessa marca, as asseverações, conquanto corretas, insuflam certo amorfismo e precisam ainda serem desdobradas. Basta relatar, por um lado, que o processo de industrialização de 50 foi majoritariamente emplacado pelo capital estrangeiro e monopólico na produção de bens suntuários (SOBRINHO, 2017). Ou seja, bens que serviam às classes burguesa e altamente assalariada, enquanto a massa de trabalhadores não teve, largamente, os bens de consumo básico/não duráveis rebaixados (em valor unitário) pela alta produtividade desse setor, o que poderia propiciar melhores condições de reprodução da força detrabalho, maior poder de compra etc. Outras questões candentes referentes a esse processo de industrialização glorificado por certos cientistas sociais e políticos, enquanto se oculta sua malha autocrática e excludente, é o inacabamento dos projetos de galvanização dos bens de produção (o que se evidenciou,

com clareza, na década de 80), além de se tratar de tessitura que assimilou os avanços tecnológicos e os setores adstritos à segunda revolução tecnológica, enquanto os países centrais galvanizavam sua indústria a partir da terceira revolução tecnológica com a inovação básica da microeletrônica. Já debulhamos, outrora, essas questões bastante obscurecidas.

No mesmo contexto, as pequenas e médias empresas ratificaram a superexploração do trabalho para providenciar sua manutenção no mercado, enquanto os grupos estrangeiros monopólicos também se beneficiavam da mácula da superexploração, da isenção fiscal na remessa de lucros e aferição de melhores condições de realização de mais-valor dada a menor produtividade alastrada e a apropriação de valor das empresas de menor composição orgânica (SOBRINHO, 2017). Demarca-se, as tentativas de transferência de tecnologia só ocorreram no período de Geisel em meio a um “nacionalismo de circunstância” precário já estudado; o mesmo pode ser dito sobre uma legislação que implicasse em obrigação de reinvestimentos. Se a capacidade interna de consumo se manteve, até certa data, estreita (o que originou parte da debacle do “milagre brasileiro”), o comércio exterior foi a solução para não obliterar a produção e circulação dos grandes monopólios aqui sitiados em excelentes condições de extração de mais-valor. Esse problema se explicita, como já demarcamos, uma vez que “diferentemente da industrialização dos países centrais, que contaram com a formação de um mercado interno de consumo, a industrialização brasileira nos seus momentos iniciais não produzia ou produzia de modo muito restrito os bens de consumo da força de trabalho” (SOBRINHO, 2017, p.11). Vejamos o sintético trecho:

A aceleração da industrialização somente ocorreu a partir da segunda metade da década de cinquenta, sob o impulso do capitalismo internacional, após a recuperação europeia do pós-Segunda Guerra Mundial, - quando os pólos imperialistas visavam expandir os seus investimentos produtivos e de mercado por meio da industrialização dos países periféricos garantindo assim tanto a aplicação dos grandes recursos financeiros de que dispunham quanto o mercado para a sua indústria de bens de capital, em geral, aqueles que já lhes eram obsoletos. A industrialização avançou sob uma nova divisão internacional do trabalho – que reserva aos países periféricos etapas inferiores da produção industrial -, sem previamente contar, vale sublinhar, com um setor dinâmico de bens de capital interno, o que fez com que a dinâmica da indústria dependesse, em parte, do setor de bens de capital desenvolvido pelos países centrais, via comércio mundial, e no conhecimento tecnológico destes, via, por exemplo, pagamento de *royalties* (MARINI, 1979a). Dessa forma, a expansão da industrialização, por meio de investimentos

externos diretos e da presença mais acentuada do capital financeiro internacional, que é denominada por Marini de “o novo anel da espiral”, inflectiu os mecanismos nos quais se assentava a fase anterior - cuja orientação nacionalista pretendia desenvolver a chamada indústria de base. *E, ao contrário do que supunham os “desenvolvimentistas” - que a aceleração do desenvolvimento capitalista bastaria para resolver os problemas econômicos e sociais da região -, o avanço da industrialização acentuou as contradições do desenvolvimento industrial do país, repôs a sua subordinação e, pois, a superexploração do trabalho* (SOBRINHO, 2017, p.12, grifos nossos).

Adiante, “A partir do golpe de 1964, essas contradições foram intensificadas com o aprofundamento da presença do capital estrangeiro e da subordinação do capitalismo brasileiro”, porquanto “o estado ditatorial alterou de forma discriminatória os mecanismos de subsídios, que anteriormente incluíam as pequenas e médias frações burguesas, e passou a privilegiar as frações monopólicas nacionais e internacionais”. Dessa forma, “a ditadura minou de vez o esforço anterior, de cunho nacionalista, para estabelecer as bases de um desenvolvimento nacional autônomo. Em conformidade com esse processo de concentração do capital”, o estado bonapartista autodesignado por “verdadeira democracia”, hasteando a bandeira da “segurança nacional” e, depois de Castello Branco, do desenvolvimento, “ampliou as políticas de atração para os investimentos externos e facilitou a remessa de lucros, ao mesmo tempo em que excluiu o segmento da classe trabalhadora, que fora *relativamente* contemplado pelo estado no pré-64”, o que, por sua vez, “exigiu a institucionalização e a intensificação da exploração da força de trabalho: conter pela força o movimento reivindicativo das massas, determinar a fixação do reajuste salarial e substituir a estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)”, ampliando “a rotatividade do emprego e, pois, colaborou para a fixação do salário abaixo do seu real valor” (SOBRINHO, 2017, p.15). Trata-se, pois, da subordinação financeira (o endividamento externo explosivo do estado), da subordinação tecnológica, do congraçamento de condições ímpares para o capital estrangeiro, a apropriação massiva de lucros sem taxações de monta, a superexploração e facilidades de remessas de dividendos e lucros às matrizes pelos monopólios instalados no solo nacional.

Enquanto se defenestrava a aurora dos sonhos cândidos nacional-desenvolvimentistas, que não solucionou o apanágio contrarrevolucionário/bonapartista (a despeito da CLT apenas para os trabalhadores urbanos e da incipiência democrática 45-64 que ao flertar

com direitos sociais foi derogada), excludente e violento contra as classes subalternas, no plano internacional, a partir da década de 70 do século XX, vivificava a designada “crise estrutural”, como na assertiva do marxista húngaro István Mészáros, entre outros autores marxistas. Nesse ensejo bastante polêmico, “é curioso que o filósofo magiar [Mészáros] pudesse apreender, ainda que sem elementos probantes, um aspecto tão específico [queda] quanto às taxas de lucro” (PAÇO CUNHA, 2018, p.157), já no final dos anos 60. Fica ambivalente em Mészáros a questão tão importante atinente à capacidade do capitalismo de promover, a partir de então, o deslocamento de suas contradições, isto é, se as potências renovadoras autoexpansivas do sistema do valor se inseriam, a partir de 70, em uma trama que talhava a iminência de suas impossibilidades de prorrogamento (o que não significa automaticamente autodestruição).

J. Chasin, por sua vez, se referirá à “perturbação estrutural permanente e irreversível”, e mesmo, “à condição de atos de pura gerência continuada de uma crise ininterrupta”, em 1983 (PAÇO CUNHA, 2018, p.160). Parece remeter, dessa feita, à problemática do autor magiar supracitado, isto é, à incapacidade de todos os âmbitos engolfados pelo capitalismo de servirem como campo para a autoexpansão do capital. Em outras palavras, crise que fundamentalmente significaria crise totalizante, portanto, estrutural, quer dizer, não apenas porque parte obviamente das contradições internas da lógica específica ou legalidade imanente capital, mas porque refringe, refrata ao máximo a solução dentro de sua própria dinâmica estrutural. Crise que aponta não para um estertor inexorável do sistema (autodestruição automática), mas para o cume de sua conjuração mais exangue de todos os tempos e “fases” do desenvolvimento capitalista. A incapacidade, nos últimos 50 anos, da contratendência neoliberal, ideologia teórica e política, de reverter esse quadro, é um componente contributivo à correção da apreensão. Nesse sentido, permanece a ambivalência de um sistema “campeão” em transcender suas problemáticas e que, nos últimos 50 anos, sinaliza becos e impossibilidades reversoras: “Seria tolice negar a possibilidade de o capital retomar certa tendência expansiva, mas essa possibilidade está diminuta e cada vez mais diminuta e perigosamente explosiva, seguindo a tônica [de Mészáros]” (PAÇO CUNHA, 2018, p.162). Todavia, essa mesma reflexão de Mészáros também é meandrada porque:

Empoucas palavras, “não há crises permanentes” (MARX, 1980, p. 932). A exposição exortativa de Mészáros, à qual aderiu Chasin nos anos de 1980, ajuda a criar certo tipo de embaraço, ainda que capture aspectos verdadeiros da crise de 1970. Disseio

filósofo húngaro que a melhor representação dessa crise é a de um “continuum depressivo, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada”, quer dizer, uma espiral decrescente com limites absolutos já à vista. Mas fica a dificuldade em explicar o que seria uma crise mais ou menos permanente. Esse tipo de embaraço surge, como nos parece, do nível de abstração (plano lógico) que se pretende resolver a questão e da submissão do conteúdo real e correto a um modo dramaticamente exortativo de exposição. (PAÇO CUNHA, 2018, p.168)

Ou seja, segundo Paço Cunha (2018), faltam elementos probantes no escrutínio de Meszáros e Chasin, no que tange ao aspecto da crise de 1970, ao passo que em ambos sobra o aspecto exortativo da exposição do problema fulcral. Nesse quesito, Meszáros, principalmente, açoita o problema com um tom bastante dramático. Conquanto capte certos elementos da inflexão da década (e, por conseguinte, dos últimos 50 anos), não faz depreender o escrutínio mais concreto e cabal do que chama de “crise estrutural”. Chasin, por sua vez, deslocaria-se, nas décadas de 80 e 90, de uma concordância com a noção de “crise estrutural” para uma assertiva da multiplicidade das crises (além de acusar o “catastrofismo” de Kurz e Mészáros) que teria por base a crise ou o afogamento da temática da “autoconstrução do homem” (PAÇO CUNHA, 2018). Ainda, o filósofo brasileiro teria acalentado a suposição de um fim da “crise estrutural” propalada por Mészáros (com anuência de Chasin até a década de 80) com as inovações tecnológicas de monta e o processo da mundialização que tenderia, em suas contradições espargidas, a abrir novos horizontes para o capital (e, também, para a revolução social).

Buscando resolver a querela através da letra marxiana, obtém-se que “De partida, devemos distinguir, como faz Marx, as crises gerais das crises parciais. As segundas podem se dar em razão de desproporções entre setores específicos da produção total, como superprodução de capital fixo”, enquanto as “primeiras são a confirmação da unidade entre produção e circulação e seu restabelecimento violento e, por isso, elas são manifestação da integração mais ampla do sistema total”. Logo, “não há redundância em ‘crise estrutural’ considerando que existem diferentes magnitudes de crises, pois está embutida na crítica de Chasin vista acima a suposição de que toda crise é necessariamente ‘estrutural’”. Por outro lado, sendo a “crise estrutural” algo assemelhado à “crise geral” na acepção marxiana, “O aspecto frágil está em determinar um tipo de crise como uma

espécie de ‘desintegração estrutural final’, que é precisamente o que se retém pelo modo expositivo do autor húngaro [Mészáros]” (PAÇO CUNHA, 2018, p.169). Ou seja, se teria por correta a noção de crise estrutural, referindo-se à transcendência à parcialidade (“crise parcial”), sendo, por isso, “crise geral”, a despeito de que com isso não se poderia flertar com tonalidades catastróficas, que o tom exortativo de Mészáros (e até certo momento, de Chasin) poderiam sugerir.

Assim, a crise de lucratividade da última parte do século XIX, a grande crise de realização em 1929 e a de lucratividade que se estende desde os anos 1970, são crises gerais em “contraste”, nos termos de Marx, com crises “parciais”. Outra questão igualmente importante é explicar a particularidade da crise que se inicia nos anos de 1970, a única para Mészáros, que seria “estrutural” (PAÇO CUNHA, 2018, p. 169)

De todo modo, o que se pode deixar afirmado, nos subtraindo da resolução cabal da polêmica “crise estrutural”, é que a ausência de reversão rigorosa da queda da taxa de lucro a partir do início de 70 sugere fortemente demarcar as insuficiências das práticas contratendências, quer dizer, das atuações governamentais nacionais, supranacionais e das investidas beligerantes que poderiam exercer uma interrupção do caráter longo, rastejante da crise geral instaurada. O mesmo valeria, de modo muito geral, para classificar ou demarcar a impotência de governos neoliberais ou “desenvolvimentistas”. Junto ao aspecto da queda da taxa de lucro nos setores produtivos, há uma conseqüente transmissão dos volumes de valores para setores não produtivos, robustamente, o setor financeiro.

Tem-se em vista as contradições do próprio complexo econômico, da regência capital, como a ascendência dos investimentos em capital constante e a diminuição considerável em capital variável, a dificuldade de reversão da ampliação de produtividade em realização do mais-valor, o que deve ser investigado e revisto sempre de maneira *post festum*, e não pela investidura formal que se apegue a uma onisciente “teoria das crises” *a priori*. Nesse sentido, as reflexões devem derivar de investigações diretas das determinações da crise geral atual, isto é, das crises como possibilidade intrínsecas do movimento do capital de reativação do sistema, das possibilidades lucrativas. Nesse sentido, é o caráter estreito das resoluções hodiernas à crise que caracteriza a crise estrutural/geral presente, isto é, o “que a realidade efetivamente mostra é que esse ciclo foi reiniciado nos anos de 1990, em condições, porém, consideravelmente problemáticas

porque as tendências contra-arrestantes não operaram com a potência devida precisamente na fase decrescente do ciclo industrial”. Isso porque as “condições de possibilidade para um novo processo de acumulação bem-sucedido dependem, entre outras coisas, do grau de destruição promovido nas próprias crises que as engendram. Esta é a função das crises gerais como necessidade, não como efeito” (PAÇO CUNHA, 2018, p.179).

Estamos inseridos, dessa feita, em uma fase que, exemplificada a partir dos dados dos Estados Unidos, maior potência econômica, sinalizava uma queda da utilização da capacidade industrial, de aproximadamente 85% em 1973 para 78% em 2006. De maior avanço da capacidade industrial, de menor necessidade investimento em capital variável, das problemáticas relacionadas à superprodução, de maior competição oligopólica gerada pela equalização das forças produtivas sociais e de maior disparidade em relação às empresas que não podem competir no contexto célere inovador de tecnologias.

As crises podem destruir fisicamente os capitais, como nas guerras, mas também destruir o capital simplesmente pela paralização da produção ou em termos de depreciação de valores (MARX, 1980, p. 931). Pode igualmente acelerar processos de fusão, compras ou simples eliminação de capitais individuais. *Há também as inúmeras medidas governamentais mais diretas sobre a economia que produzem efeitos não desejados. Ao procurar resguardar a permanência do capital como um todo (mesmo contra determinados setores), ajudou a produzir efeitos menos devastadores da crise e, com isso, limitou a destruição de capitais necessária ao início de outro ciclo em condições mais propícias para um novo processo de acumulação.* A questão é paradoxal apenas *prima facie*. Uma menor destruição de capitais limita precisamente a funcionalidade da crise, qual seja, a de realizar a necessidade instauradora de um novo ciclo. Ao se evitar a destruição maciça de capital, evita-se também um escape mais duradouro para o problema que irá se manifestar, mais cedo ou mais tarde, como bolhas nos setores financeiros. Desse modo, permanecem irresolutivas as medidas frente às contradições que formam a base para possibilidades de novas crises. *Mas não se deriva daí que a medida prática deva ser a simples destruição, procurando ser mais irracional do que a irracionalidade do sistema. De fato, e é aqui que o modo exortativo tem lugar, apenas o revolucionamento das relações de produção pode dar cabo do processo.* (PAÇO CUNHA, 2018, p.182)

Voltando ao caso brasileiro, depois da digressão acima, pode-se concluir como o projeto ideológico ciriano, de cariz pequeno-burguês e burocrático, não pode ser alimentado, senão como proposta que quer “resguardar a permanência do capital”, todavia, sob

condições das mais deletérias e utópicas, nutrindo a viga ideológica de uma ascensão sustentada de uma “nova burguesia” mais que hipertardia. Jorge (2019), em seu escrutínio do evoluer nacional, ratifica a renovação da configuração atrofica atravessada pela diretiva de parte do capital industrial, quando do “boom das *commodities*”, na primeira década do século XXI, “o setor da indústria nacional em que os gestores foram mais comedidos nos investimentos é justamente o setor em que mais se esperava uma alta nos investimentos: o setor baseado em Engenharia e P&D” (JORGE, 2019, p.104-105). Ademais, o autor aduz, tornando manifesto o panorama refringente à afirmação de “capitalismo verdadeiro” robusto no Brasil, que enquanto a taxa média de investimento da indústria pairava em 24%, indústria extrativista investia 35%. Nota-se, entretanto, nesse período, que não só as indústrias primárias agropecuária e extrativista fulguravam o pódio da obtenção de lucro, como também o setor financeiro. Em vistas do estertor de 2008 do elevado preço das *commodities*, ditado pela crise mundial, desenrolou-se um pacote ineficiente para a reversão do quadro exangue da indústria de transformação: a isenção fiscal às indústrias de bens de consumo duráveis e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Consta, entretanto, que tais medidas não efetivaram cristalina inflexão do cenário, algo evidenciado pela redução dos investimentos e pela diminuição da “utilização da capacidade instalada em quase 20%” (JORGE, 2019, p. 110), ainda que a expansão do consumo (crédito popular, assistência social, aumento real do salário mínimo) postergasse a debacle. Cabe alertar, nesse ensejo, que:

Dia 22 de janeiro de 2007, o Governo Federal anunciou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que consiste na suposta realização de investimentos de R\$ 503 bilhões até 2010. Tais investimentos estariam divididos em três grandes áreas: “Logística” (transportes), “Energia” e “Infra Estrutura Social e Urbana” (habitação e saneamento). Com este Programa, o governo busca obter taxas de crescimento econômico maiores que as pífias taxas ocorridas nos últimos anos. (...) Para implementar a ideia proposta por um dos maiores ícones da ditadura militar, o governo Lula incluiu no PAC medidas que visam cortar gastos sociais pelos próximos 10 anos. Não por acaso, um dos itens do Programa denomina-se “Medidas Fiscais de Longo Prazo”, e prevê a limitação por 10 anos dos gastos com os servidores públicos, a limitação do reajuste do salário mínimo a índices pífios até 2011 e a criação do Fórum Nacional da Previdência Social, que visa propor uma nova Reforma da Previdência, para retirar mais direitos duramente conquistados pelos trabalhadores (ÁVILA, 2007, p.1)

Converge adicionar ao nosso quadro que mesmo em momento (2005) de largos superávits primários, de declarado controle das contas públicas, abrolharam “As emissões antecipadas de títulos da dívida externa brasileira no montante de US\$ 3,5 bilhões (previstos inicialmente para serem emitidos apenas em 2006)” que “se deram a taxas de juros que variaram de 8% a 12,75% ao ano”. Ademais, “Durante o ano de 2005, o Tesouro Nacional efetuou inúmeros leilões de títulos da dívida interna”, observando taxas SELIC que ofereciam elevados e arditos rendimentos, quando esta “apresentou média de 19,13% em 2005”. Para que se traduza o opróbrio nacional, “Esta taxa é a maior do mundo, e equivale a mais que o dobro [considerando a inflação] da taxa praticada pelo México (6,1%), o segundo colocado”. Não bastasse, vicejando a conjuração da gestão política nacional em favor dos rendimentos da miríade financeira, o Brasil antecipou o pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (a juros de 4%), emplacando a retórica do fenecimento das dívidas, ao passo que engendrou “o endividamento em títulos da dívida externa ao custo de cerca de 10% ao ano em dólares, aumentou o endividamento ‘interno’ ao custo real de 13% ao ano (sendo que os investidores externos ganharam 35%)” (FATTORELLI, 2005, p.3), evidenciando o joguete dissonante entre retórica e inflexão real da gestão política.

Averiguando, também, o ANUÁRIO 2019 do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos, o cenário apresenta-se ainda mais deletério. Pode-se verificar e triar dos volumosos dados algo ainda mais assombroso, conquanto seja sintônico ao que estamos afirmando, ou seja, como “No Brasil o papel do capital produtivo cai sem parar”. Em termos claros, “Em 1995, a participação do capital produtivo na economia era de 36,22%, este percentual cai de maneira continuada desde 2012, atingindo a casa de 31% desde 2015, justamente quando a crise brasileira atingiu maior proporção” (ILAESE, 2019, p.11). Em particular, atualizando os dados da “atrofia”, a indústria de transformação migra entre 1995 a 2018 de 16,81% a 11,31%.

Nesse ensejo, ainda cabe ressaltar o que já fora afirmado, ou seja, é preciso fazer uma extração da feição numérica pura e decantar a análise que faz alvorecer as determinações essenciais, estas sim, explicativas do real talhe da situação averiguada. No diapasão da subordinação, por exemplo, é preciso considerar que “O PNB considera a produção de riqueza não de um país considerado como uma ilha fechada, mas das empresas nacionais, estejam ela onde estiverem”. Nesse sentido, “os lucros remetidos para os Estados Unidos oriundo de multinacionais como Ford e General Motors, entram no PNB estadunidense”.

Ou seja, “os lucros de alguma multinacional brasileira assentada em terras norte-americanas (JBS, por exemplo) não entra no cálculo do PNB dos Estados Unidos”. O que se quer ratificar agora é o que nossa análise e dados já contribuíram para apreender, até aqui, “que nos Estados Unidos o PNB é maior que o PIB, enquanto no Brasil o PIB é maior que o PNB. Isto já mostra [ou pelo menos, sugere] a posição subalterna e dominada do Brasil no mercado mundial” (ILAESE, 2019, p.13). Dessa forma, podemos evidenciar a dinâmica da subordinação remetendo, por exemplo, à comparação explicitante e probatória do afirmado, ou seja, as rendas remetidas para fora do país e as rendas remetidas de fora ao Brasil: nessa linha, vê-se que, em 2010, as rendas de propriedade remetidas ao resto do mundo foi de mais de 82,2 bilhões de reais enquanto as rendas de propriedade recebidas do resto mundo foi de pouco mais de 13,2 bilhões de reais; em 2015, as rendas de propriedade remetidas ao resto do mundo foi de mais de 159,2 bilhões de reais enquanto as rendas de propriedade recebidas do resto mundo foi de 28,6 bilhões; em 2018, as rendas de propriedade remetidas ao resto do mundo foi de mais de 173,5 bilhões de reais enquanto as rendas de propriedade recebidas do resto mundo foi de 68,75 bilhões de reais (ILAESE, 2019). É esse o panorama rastejante que se pretende superar a partir de uma “coalizão desenvolvimentista” baseada nas pequenas e médias empresas.

O aspecto alvissareiro em relação ao, forçadamente, homogeneizado “período 30-80”, constante na dicção de certos economistas heterodoxos e cientistas sociais, foi, extensa e intensivamente, criticado por esta Tese. Os economistas heterodoxos Mollo e Fonseca asseveram sobre um “protodesenvolvimentismo” que, paulatinamente, foi amalgamando nacionalismo, intervencionismo e industrialismo e que, apenas posteriormente, pôde dar um salto qualitativo concatenando e engendrando políticas econômicas, sintetizando um resultado diferente das linhagens autônomas sobreditas, e efetivando o verdadeiro (nacional-)desenvolvimentismo como política deliberada, de aspecto racional-positivista em vista de um rígido pensamento de progresso. O facho desenvolvimentista, pois, só se iluminou a partir de uma determinada quadra histórica, para o autor, conquanto, não como ideia solitária transposta, transferida de repente, mas alicerçando-se em situação histórica propícia e em ideologias já circundantes antes de 1930. Para Fonseca:

Nesse sentido, defende-se que o desenvolvimentismo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco surgiu em decorrência da crise econômica desenrolada com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque. Tratou-se, pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados

atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país, de modo que ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele ulteriormente adicionadas. A novidade da década de 1930 é que a profundidade da crise, associada a mudanças nas elites dirigentes em alguns países da América Latina, criaram condições para que vários deles passassem a adotar políticas desenvolvimentistas, associadas à industrialização por substituição de importações (...) a experiência histórica brasileira dos governos considerados desenvolvimentistas concluiu que três elementos sempre constituíram um “núcleo duro” comum às várias manifestações, que são a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro e sempre o subordinando a um “projeto nacional” (...) (MOLLO; FONSECA, 2013, p.224)

A resultante desse “período exuberante e esgotado”, como visto, foi o insucesso no “alcançamento” dos países centrais, em suma, mantendo a sina de um capital industrial ainda atrofado e caudatário. Com isso, retomamos Chasin (2000, p.205) em seus dizeres: “Fico apenas com um exemplo, para remeter à *afinidade estrutural* e indicar as diferenciações singularizadoras entre 37 e 64”, isto é, “dois momentos de vigência da forma bonapartista, e entre 45/6 e nossos dias [autorreforma da ditadura 64, década de 80], duas manifestações de passagem à autocracia burguesa institucionalizada”. Nesse diapasão, o autor crava que “No plano econômico, 64 é muito mais amplo que 37, ao passo que, do ponto de vista político, 45/6 é muito mais generoso que o quadro atual [década de 80]”, já afirmando e fustigando, por último, a acabrunhada, lastimável e inquietante dilapidação de perspectivas da esquerda na década de 80, títere e coro, mais oportunista que irresponsável, do bojo politicista na plaga severamente decadente do último quartel do século XX. É, portanto, nos últimos umbrais do insucesso da “completação econômica”, em que a esquerda foi levada a reboque, que se densificaram os apelos solitários pela “completação política”. No esteio do desenvolvimentismo atualizado, as duas tarefas retornam em condições objetivas ainda mais deletérias e extemporâneas, em meio à senilidade e crise estrutural capitalista, e ao hiato tecnológico e de competitividade insuperáveis já abordados. Enfim:

À saída do Estado Novo, o Brasil, dono então, no exterior, de significativos créditos em dólares, era um país a meio de um trânsito hiper-tardio para o capitalismo verdadeiro (industrial), apresentando um perfil econômico extremamente regionalizado, cuja interligação das partes era ainda frouxa, desenhando um

mercado capitalista puntiforme; *sua subordinação ao capital estrangeiro continha ainda ambigüidades, lacunas ou latências próprias de um processo inconcluso, que ainda permitiam, talvez, a suposição ou a projeção de possibilidades de um capitalismo autônomo. Hoje, emergindo da forma bonapartista do sistema montado em 64, o país, titular, negativamente privilegiado, de uma imensa e inamortizável dívida externa, atestado e radiografia da natureza da acumulação praticada no período, é um território econômico estruturado na figura de um capitalismo monopolista subordinado, sotoposto às engrenagens de um mundo definido pelos monopólios imperialistas. País que conservou e inflou desníveis e contrastes regionais, mas que se apresenta organicamente centralizado, com um mercado capitalista integralmente formado. A internacionalização da economia completou e aprofundou sua subsunção econômica, conferindo-lhe os limites de sua acumulação industrial, que se concretizou na distorção e na incompletude, determinando a total e definitiva impossibilidade de qualquer fantasia quanto à autonomização do sistema capitalista nacional. (CHASIN, 2000, p.206)*

J. Chasin, na década de 80, enervado por análise aprofundada da “lógica específica do objeto específico”, em concreção egrégia do evoluer nacional, é taxativo ao inferir que se no estertor do Estado Novo, apresentavam-se ambigüidades, lacunas, virtualidades mal resolvidas, facultando, por sua vez, conquanto não de modo plenamente favorável, simples ou iminente, a projeção de um capitalismo “concluso” e “autônomo”. No contexto avançado da mundialização dos monopólios e da financeirização, do diapasão do endividamento externo, do não desenvolvimento e equacionamento satisfatórios de setores de alta tecnologia e da produção de insumos básicos, da manutenção grosseira da concentração de renda, na década de 80, já grassava, refulgente, a impossibilidade dessa projeção nacional-desenvolvimentista, a despeito do “milagre econômico” e do II PND já esmiuçados em suas debilidades. País entrevado por uma burguesia aconchegada às antigas elites rurais (“tributo ao arcaico”) e sócia menor do capital estrangeiro, que nunca se admitiu teórica ou efetivamente anti-imperialista, assentou sua linhagem produtiva de *commodities*, megadependente do setor financeiro internacional (naquela data) e dos bens de produção e consumo avançados internacionais, obliterando de vez, por falta de agentes e forças exequíveis, uma reversão nacional-desenvolvimentista de sucesso. Permaneceu, como vimos, na ideologia de nossa burguesia ultrarretardatária um máximo estreito de nacionalismo: defensivo (preservação de seu espaço nos setores de bens de produção básicos e bens de consumo básico, o que foi sendo dilapidado) e autocrático (refringente

às tarefas políticas do direito político/emancipação política, abertura de passo para o direito social).

Por conseguinte, engendra-se o escrutínio do caso brasileiro para além de frontispícios conceituais sociológicos, armados sobre dados empíricos empilhados e somados, como se faz na ótica daqueles que operam pela chave retórica do “se houve 30-80”. Traceja-se, fulcralmente, a importância da escavação da objetividade, da intensificação ontológica, da concreção, da particularização, na medida em que os tensionamentos presentes no modo de existência do capitalismo devem ser apreendidos para além das primeiras abstrações razoáveis, do cariz geral dessa forma de ser. Nesse sentido, mesmo o avanço industrial (homogeneizado incorretamente) no interior das décadas de 30 a 80 deve ser esmiuçado para além da frieza dos números, demonstrando o peso e a condição sobrepujante dada ao capital internacional nesse processo. No capitalismo brasileiro, pela incompletude das tarefas econômicas e políticas, sob manejo subalterno da burguesia nacional, a esquerda – organizada – viu-se, desde muito cedo, impelida a agir no terreno de construções arruinadas, mal começadas, de lacunas deixadas, buscando, assim, complementá-las, destinando a si própria a suportar o fato/fardo absurdo de que teria que ser a propulsora de uma “burguesia esclarecida” inverídica, utópica, ou, em sùmula grosseira, “ser mais burguês que a própria burguesia”. Mais uma vez, o panorama ideológico do “desenvolvimentismo atualizado” tem de digladiar com a realidade efetiva brasileira e com os rumos do capitalismo mundial.

O silêncio ensurdecedor da esquerda, quanto à investigação das condições de possibilidade da democracia em países de extração colonial, tem muito a ver com a incompletude de classe do capital. Quando, às vésperas da metade do século passado, as revoluções por toda a Europa “proclamaram, de forma ruidosa e ao mesmo tempo confusa, a emancipação do proletariado”, a emersão social e política, prática e teórica, desta nova categoria social fez-se, lá onde alcançou seu significado mundial, contra a figura integralizada da burguesia, que fora, anteriormente, a cabeça de sua própria criação, ou seja, da revolução de “tipo europeu” (inglesa e francesa) para usar a precisa designação de Marx, e da qual brotara “o triunfo de um novo sistema social” e não apenas “a vitória de uma classe particular da sociedade sobre o antigo sistema político”. Com efeito, a crítica prática e teórica do trabalho, isto é, da esquerda, nos países capitalistas de “tipo europeu”, pode principiar por onde findava a crítica e a prática revolucionária dos proprietários. Figuras do capital que haviam efetivado sua dominação econômica e sua soberania política na identidade formal da soberania popular. (CHASIN, 2000, p.251)

Demarca-se, nesse diapasão melancólico de irrealizações, junto a Marx, que a “burguesia universal” terminou suas tarefas econômicas e políticas dando azo para que a crítica ao capital e à república democrática avançassem, uma vez que o mundo burguês grassava já lapidado, plenipotente e em trânsito ao apanágio decadente-contrarrevolucionário particularista. No caso da *via colonial*, dessa feita, não há uma sociabilidade ascendente do capitalismo, uma burguesia revolucionária, uma ideologia progressista incipientes, ao menos temporárias, isto é, a classe trabalhadora não desfruta do “privilégio” de começar do cume estrelado da vida burguesa clássica, do direito político e social em aberto, mas sotoposta a uma burguesia geneticamente contrarrevolucionária e uma burocracia de estado que é, francamente, a curadoria do opróbrio, do atraso, da opressão e da exploração mais violentas e aviltantes.

Dessa forma, “nas formações sociais que objetivaram revoluções de ‘tipo europeu’, a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomam e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários”. Assim, “A figura integralizada da burguesia é a cidadela material e espiritual contra a qual principia a integralização do proletariado. Este começa por onde aquela termina”. Em contraste, “Muito distinta é a situação da esquerda, onde a objetivação capitalista foi processada pela via colonial. Já deveria ser um truísmo a afirmação de que, em países desse tipo, jamais houve qualquer revolução burguesa”. Na esteira do atraso, “Considerando a determinação de revolução de ‘tipo europeu’, Marx advertiu que era ‘necessário não confundir a revolução de março (Prússia/1848) nem com a revolução inglesa de 1648, nem com a revolução francesa de 1789’”. Ou seja, repelindo confusões (como se vê, em Bresser, acerca da completação da revolução capitalista brasileira ou, em Gomes, sobre a renovação burocrática e refundação econômica), “Dizia que ‘bem longe de ser uma revolução europeia, ela não foi senão o *eco debilitado* de uma revolução europeia num país retardatário’ que ‘era desde a origem uma revolução secundária’” (CHASIN, 2000, p.253), ou seja, ambição temporã, audácia do anacronismo.

Em síntese, no Brasil, mais gravosamente que no caso alemão que nos serviu de comparação, como notamos outrora, a classe burguesa não “termina seu parto”; é cativa de seu mau nascimento e guardiã das conseqüências brutalizantes dessa atrofia e caudatarismo originais, que, sem véus, sufoca e alija “os de baixo”. Mais uma vez, no terreno esquadrinhado, a investida nacional-desenvolvimentista (quanto mais, o atualizado desenvolvimentismo) abrolha menos como projeto factível e mais como

impetração ou súplica, “eco (mega) debilitado” de um passado burguês já sepulto, anacronismo surgido e repostado no novelo de situações mal resolvidas, efetivadas e configuradas tortuosamente.

Ou seja, [burguesia que] jamais completou seu parto. Sua face é a de um embrião maldito condenado a uma gestação eterna. Cresce e encorpa na reprodução de sua incompletude, engrossando sempre mais os cordões umbilicais que o atam às fontes que o tolhem e subordinam. Nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, por que só abriu os olhos quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares. (CHASIN, 2000, p.253)

Dessa feita, imiscuída na pletora atordoante do atraso, a esquerda organizada brasileira tem de “bracejar no abismo”, com o projeto burguês à brasileira, isto é, com uma burguesia subordinada, de veio autocrático como predicado. Nesse sentido, torna-se mais exigente a clarificação particularizadora, a dissolução das abstrações, a captação do concreto brasileiro, como temos asseverado à renitência, visto que a esquerda brasileira sofre da crise crônica de ideários e práticas, rebaixando-se a empréstimos teóricos deformadores que a impelem à abstrativante prédica do sistema, ainda mais decadente por vezes (a partir dos anos 80 com o Partido dos Trabalhadores), quando versa unilateralmente acerca dos “aperfeiçoamentos institucionais”, no que C. Gomes demonstrou determinada razão crítica. Ao fim e ao cabo, (a esquerda brasileira) tem um dever de formação agigantado, pois, imprescinde saber “o solo onde pisa”, mais desertificado, é certo, para que tática e estrategicamente formule atividade prática consequente, não se apoie em arrimos carcomidos, nem projete o impossível dando carnatura a “ecos debilitados”, como oferece o atualizado desenvolvimentismo.

Visto o contorno da problemática em seu sumo, pode-se bem resumir que “A esquerda brasileira, portanto, não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada”. Prematura, “Viu-se em face da integralização histórico-social de um inacabamento. A crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. *Estes não só não haviam terminado, como não podiam terminar nunca*”. Ao certo, “a esquerda

bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. *Obra que, sob a mesma planta, jamais poderia ser sua*". Cercada pela ambientação teratológica da via colonial, "No mínimo e em outros termos, a esquerda principia, neste caso, aquém dos limites da crítica da burguesia clássica, e toma os parâmetros abandonados desta", assumindo as vestes despidas da burguesia clássica. Enfim, "A esquerda brasileira nasce, portanto, submersa no limbo, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores". Nasce presa pelos tornozelos, "Alma morta sem batismo, não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere" (CHASIN, 2000, p.254).

Embotada e "posta entre a mera possibilidade genérica de uma revolução abstrata, e a realidade concreta de um capital incompleto e incompletável, a esquerda sucumbe", tendencialmente, "à presença real e às tensões e pressões efetivas da segunda. *Entre a idealidade esgarçada de uma revolução incogitável e o credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o objetivismo da empreitada que visa a última*". Ou seja, não só a burguesia se torna artilosa e cativa do próprio mau nascimento, mas enreda a esquerda, que não logra seu projeto ideológico e político independente. Pela situação espargida das "incompletudes incompletáveis", tentou historicamente ser a face esclarecida da burguesia: utopia ainda desfraldada, que se hasteia na bandeira do desenvolvimentismo atualizado. Assim, "É a subsunção aos nexos mortos do que fora a lógica do capital concluso. É a submissão à lógica extinta do ideário liberal", pois tem de voltar ao tempo e a outro espaço para levantar bandeiras decaídas e derruídas. Além, bandeira "duas vezes morta: a primeira vez, enquanto cadáver ideológico da própria burguesia de 'tipo europeu'; a segunda, enquanto fantasma de empréstimo do conservantismo civilizado", ou seja, bandeiras que hodiernamente não são mais que mero formalismo oco na tessitura do capitalismo contemporâneo em crise geral permanente. Em suma, viceja como "boneco liberal na ventriloquia da autocrática burguesia brasileira" (CHASIN, 2000, p.255), e é por isso que precisa sustentar a falácia, socialmente necessária da posição que dimana, da invenção e alavancagem da "nova burguesia" e da "nova burocracia".

Nessa quadra, "O devaneio de principiar a integralização de classe dos trabalhadores reduz-se a miserável voto piedoso", ao mesmo tempo em que "*a empresa impossível de*

levar à completude o capital incompletável amesquinha-se, progressivamente, em simples e melancólico ativismo caudatário". Premida em seus nascedouros, "Sem independência teórica, sem autonomia política, sem vitalidade ideológica, raquíticas em número e anacrônicas nas formas de organização, e por isso mesmo débeis e cismáticas", vítima e reprodutora do cenário acabrunhado, "as esquerdas organizadas vêm se arrastando por décadas, num processo que atinge e desencanta, limita e desorienta o conjunto dos trabalhadores do país". Aponta para o velho como panaceia, busca oxigênio e luminosidade no cemitério de bandeiras mortas e decaídas do capitalismo central, por isso, "Trôpegas, desconhecidas e sem fascínio para a esmagadora maioria destes, vem fazendo sua história, lamentavelmente para todos nós que estamos do outro lado do capital, como a história de uma esquerda *in partibus infidelium*" (CHASIN, 2000, p.255).

Mesmo seus movimentos menos acanhados, isto é, seus arroubos de modernização, estão inclusos e não são exceções ao apanágio dessa entificação particular. Por isso, "A miséria brasileira é o território precípua de nossas categorias dominantes. O corpo e a alma possíveis de sua prática capitalista". A sanha bonapartista getulista, a despeito de buscar uma inflexão de modernização/industrializadora nacionalista, foi corolário da conciliação pelo alto, de oscilações de acordos por cima, sem resoluções revolucionárias, portanto, prismada por um conflito abrandado e nunca aberto entre frações dominantes, que, ao certo, não obteve os resultados mais exponenciados projetados, como já esclarecemos. Desse modo, "Não abstraídas suas equações modernizadoras, e nem mesmo seus eventuais e pretensos arroubos menos acanhados". Assim, "A reprodução ampliada da miséria brasileira é todo o horizonte dos proprietários do capital inconcluso. É do que se nutrem, é o que podem, é o que lhes basta. A conta fica sempre para os que não devem, paga à custa de força de trabalho" (CHASIN, 2000, p.256), engendrado e reeditado o morticínio multifacetado da superexploração.

Em síntese, não se deve nunca olvidar a configuração societal nacional sob o risco de reivindicarmos a caminhada ao impossível. Acerca da "esquerda tradicional" e da "nova esquerda" brasileiras, respectivamente, tem-se um duplo investimento decadente, isto é, na primeira, "Ao reboquismo corresponde a fé na conclusibilidade do capital inconclusível, do mesmo modo que", na segunda, "ao participacionismo corresponde a fé na totalização do poder liberal instaurado e ininstaurável". Trata-se de dois momentos débeis de nossa esquerda organizada: reboquista e destroçada pelo golpe ditatorial, quão

politicista em seu pior aspecto institucionalista-formalista como complementação da democracia. É de se destacar que o desenvolvimentismo busca atualizar as duas vias.

Subsumidas, as duas, ao universo teórico do capital, distinguem-se, neste campo, apenas pela modalização de suas ideologias: a esquerda tradicional efetiva esta encarnação como torcida liberal pela integralização do capital, e a nova esquerda toma o corpo da teimosia liberal, conversão da hipóstase do liberalismo, numa formação de liberalismo impossível. (CHASIN, 2000, p. 258)

Na curvatura nascente deste século, XXI, entre o júbilo dos grandes monopólios e a degradação material e espiritual humana na outra ponta, espremem-se as possibilidades transicionais. Porém, se o projeto de um capital concluso e autônomo ficou, há muito, degredado, também são severamente remotas, para não dizer utópicas, a elevação da pequena-burguesia à nova burguesia industrial pujante e progressista. Não deixa de caber à esquerda ultrapassar as tendências reboquistas, politicistas, e ir à “consciência, organização, luta e poder”. Se se pode afirmar que a entificação brasileira configurou determinações, influxos tendenciais para que a esquerda inflitisse ao erro da “complementação” do capital e do estado democrático, não se pode esquecer de que a esfera subjetiva não é epifenômica. Logo, é marcante como o esgarçamento teórico e as decisões equivocadas fomentaram também o dilaceramento da práxis revolucionária.

A Nova República, precisamente pelo que tem de mais débil - sua intrínseca e necessária instabilidade e incoerência - traz inscrita a oportunidade para o resgate de uma esquerda real, pois o enigma daquela esfinge exige uma resposta ao seu dilema econômico. Para o qual a incompletude de classe do capital, definitivamente, não tem resposta, e ao qual só o arranque da integralização de classe dos trabalhadores pode oferecer perspectiva. Ao passo que a completude de classe do capital se dá ou não, em formas e graus distintos, na dependência de suas formas particulares de objetivação (“tipo europeu”, via prussiana, via colonial...), *a incompletude de classe do trabalho é universal, mas universalmente integralizável pela objetivação de sua potencialidade de consciência, organização, luta e poder.* (CHASIN, 2000, p.260)

A intrínseca necessidade de expansão do capital levou ao mundo dito “globalizado”, ao esbulho mundializado. Contudo, ao abarcar e - sangrentamente – derruir outras formações sociais, não o fez e não o faz como um balão que infla, atingindo e preenchendo, distribuindo e congregando a todos da mesma maneira, quanto antes, amplia-se ao passo

que integra desigualmente cada país. Nesse diapasão, “É sabido que a mundialização do capital subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimento desiguais e combinados”, ou de outra forma mais robusta, “A universalização capitalista, não sendo uma expansão uniforme de lavra homogênea, mas a irradiação da lógica substantiva de um modo de produzir, compreende um bom número de variações e índices de efetivação”. Portanto, não se pode ser aquiescente com o voluntarismo mais bem-intencionado, nem sequer com o politicismo/estatismo que afunda em formalismo incrível. Ou seja, “Com ela não se processa, a não ser formalmente, é óbvio, uma igualização internacional, mas a constituição de uma cadeia de elos muito desiguais”, em que a “dinâmica constitutiva, grau de configuração, capacidade de autossustentação e potência reprodutiva são profundamente distintos”. Nota fulcral: “Diversidade necessária pela própria legalidade do capital, uma vez que a expansão em tela é uma forma de reprodução ampliada de certos capitais circunscritos, que ultrapassam seus limites” e vicejavam “à procura de circunscições mais alargadas, para efeito de suas exercitações”, como se viu na privatização desnacionalizadora brasileira. Em particular, contra os arautos honestos das bravatas desenvolvimentistas comoventes, “é que pela *via colonial* da objetivação do capitalismo o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global de desenvolvimento”. Em suma, “pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital”, ou seja, “são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis”. Por conseguinte, “tal como hoje é formulada, a contraposição abstrata entre o arcaico e o moderno e a *pregação da modernização sem ruptura é meramente a reciclagem do arcaico, o reajustamento da desatualidade*” (CHASIN, 2000, p.345), porque, reposição da tessitura já configurada, “sem o qual a formação receptora fica imprópria para a exercitação do capital dominante”. Nesse diapasão, mesmo os dados mais empíricos trazidos o fazem notar: só se trata de desenvolvimento/modernização se se tratar de ruptura, ou seja, ao se tratar de revolução socialista/comunista.

Nessa estruturação, a exercitação dos capitais avançados depende da incompletude e subordinação dos países periféricos, da sua subsunção perene, da sua modernização sempre incompleta e em consonância com as súmulas instrutivas dos países centrais e seus organismos. Supor por possível uma pletora capitalista em que todos os países são completos e autônomos (algo que, literalmente, nem os países centrais o são), indicaria

um desentendimento do desenvolvimento “desigual e combinado” que modula sua expansão. Assim, a também teoria (conservadora-manipulatória) da “modernização dependente-associada”, abarcada anteriormente (e que se insere, em parte, no atualizado desenvolvimentismo de Gomes que pretende consertar os excessos nacionalistas), não distinguiu, discerniu (por debilidade ou oportunismo) com rigor o que é a proposta de modernização dependente-associada impulsionada para a manutenção do *locus* dos países periféricos. Como uma panaceia – dissimulada, falsa - obscureceu os “detalhes” desse trânsito ao futuro prometido pela “globalização” e pesou a análise no seu urgente pressuposto: a “renovação burocrática”, mediação necessária para tal incursão econômica.

Fica claro, outrossim, que “O projeto do Capitalismo nacional supunha, em última análise, a reprodução do padrão integral do capital desenvolvido, autonomizado pela ruptura com o capital metropolitano, de modo que seria alcançado o traçado clássico do sistema do capital”, ainda que “abstraídas distinções quantitativas”, o que, por sua vez, “sugere um inverossímil sistema capitalista internacional formado pela justaposição de parcelas similares”. Logo, “A teoria da modernização [dependente-associada] (...) tem como impossível a autonomização do capital local, porém, omitindo por inteiro a problemática das diferenças essenciais entre a completude do capital subordinante e a incompletude do capital subordinado”, e “*projeta o acabamento do capital atrofico em termos de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional*”, obnubilando o passo dado em direção à sustentação do próprio âmago subordinado na tessitura mundializada dos monopólios. Premidas por enganos de uma mesma base, a prescrição da modernização nacionalista e dependente-associada, ou a mescla atualizada de ambas, todas atinentes à “renovação burocrática”, “perseguem a completude do capital, a primeira contra [nacional-desenvolvimentismo], a segunda [neoliberal] através do capital metropolitano”, e a terceira, forma atualizada do desenvolvimentismo, prometendo as condições de infraestrutura, políticas industriais, monetárias e cambiais, sem retorno ao seio de exacerbadas proteções anacrônicas, que, enfim, lograrão o desarranjo da engrenagem configurada, isto é, o alto patamar de competitividade aos países periféricos. No bojo da insensatez, mesmo límpida em intenções, tem-se que o “sonho arcaico do capitalismo autônomo, consciente ao menos do lugar da batalha, corresponde a moderna quimera desgraciosa de civilizar o imperialismo, de humanizar o capital em meio à produção destrutiva” (CHASIN, 2000,

p.346), galhardia renitente, mas utópica e veementemente hipertardia, contra um monstro que se aceita, desde a partida, por indestrutível.

BIBLIOGRAFIA

- ABU-EL-HAJ, J. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. **Políticas Públicas e Sociedade**, n. 6, p.11-21, 2003
- ALBINATI, A. S. Lukács: pensar a ética a partir de Marx. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 17-30, 2015.
- ALBUQUERQUE, A. **A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária**. São Paulo: Página 7 Artes Gráficas, 1990.
- ALVES, A. J. L. A crítica marxiana da questão do método. **Sapere Aude** vol. 6, n. 11, p. 31-68, 2015.
- ALVES, A. J. L. A questão do *Standpunkt* na cientificidade marxiana: a querela do trabalho produtivo na economia política. **Revista Verinotio**, n. 12, p. 86-93, 2010.
- ALVES, A. J. L. J. Chasin e a descoberta do estatuto ontológico da obra de Marx. **Revista Verinotio**, n.º 9, pp. 63-72, 2008.
- ANTUNES, J. Marx e o fetiche da mercadoria dinheiro. **Revista Dialectus**. Ano 5, n. 12, 2018
- ANTUNES, R. **A Desertificação Neoliberal no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRUDA, M. A sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo Social**, v.22, n.1, p.9-27, 2010.
- ASSUNÇÃO, V. Apresentação: da teoria das abstrações à crítica chasiniana de Lukács. **Revista Verinotio**, v.27, n.1, p.146-156, 2021.
- ASSUNÇÃO, V. O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica São Paulo, 1999
- ASSUNÇÃO, V. Pandemônio de infâmias: classes sociais, estado e política nas obras de Marx sobre o bonapartismo. 2005. Tese (doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ÁVILA, R. V. PAC: Programa de Atendimento aos Credores. 2007. Disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Programa-de-Atendimento-aos-Credores.pdf> Acesso em: 07 jul. 2020.

BAPTISTA, D. M. Em torno do manuscrito bruxelense de 1845, de Karl Marx – contribuição para a investigação da formação da crítica da economia política. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em Sociologia, 2013.

BARBALHO, A. Modernos e distintos. Política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). III Jornada internacional de política públicas, 2007.

BARBALHO, A. Os modernos e os tradicionais: cultura política no Ceará contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, v. 12, n.22, p. 27-42, 2007

BARREIRA, C. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. **Rev.Inst.Est.Bras**, v.40, p.31-49, 1996.

BELLUZZO, L. **O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2016.

BERRIEL, C. **Dimensões de Macunaíma**: Filosofia, Gênero e Época. 1987, Tese (mestrado) apresentada ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERRIEL, C. Paulo Prado, Modernismo e Geração de 70. **Est.Port.Afri**, n.32, p.69-83, 1998

BERRIEL, C. Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado. 1994. Tese (doutorado) apresentada ao departamento de Teoria Literária da universidade Estadual de Campinas.

BOARATI, V. A discussão entre os economistas na década de 1970 sobre a estratégia de desenvolvimento econômico II PND: motivações, custos e resultados. 2003. Dissertação (mestrado) apresentada ao Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

BIANCHI, A. O ministério dos industriais: a Federação dos Industriais do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. 2004. Tese (doutorado) apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP, Campinas.

BOITO JUNIOR, A. Vargas e a herança populista. **Revista Politéia, história e sociedade**, v. 3, n. 1, p. 29-37, 2003.

BOITO JUNIOR, A. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. **Revista da adusp**, v.34, p. 6-11, 2005.

BOITO JUNIOR, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 323-338, 2010.

BRANDÃO, R. ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979). Laboratório de história econômico social, 2007.

BRENNER, R. **The Economics of Global Turbulence**. London-New York: Verso, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. A construção política do estado. **Lua Nova**, v. 81, p. 117-146, 2010

BRESSER-PEREIRA, L. A economia e a política do Plano Real. **Revista de economia política**. V.14, n.4, p.129-149, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE**, p.7-57, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. **Em busca do desenvolvimento perdido**. São Paulo: FGV EDITORA, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. Nacionalismo econômico e desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 853-874, setembro-dezembro 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. Novo-desenvolvimentismo: um possível caminho para o Brasil. **GVEXECUTIVO**, v.13, n.1, p.8-17, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. Tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio e desenvolvimento sustentado no Brasil. Trabalho apresentado ao painel Empresa Nacional e Estratégia de Desenvolvimento do 5º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.145-165, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? Trabalho apresentado ao IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 831-851, 2012.

CARCANHOLO, M. Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. 2002. Tese (doutorado) apresentada ao instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro.

CARLI, R. Dois lados de uma mesma moeda: A dissolução da economia clássica e o nascimento da Sociologia. **Emancipação**. v.9, n. 2, p. 259-269, 2009.

CARLI, R. As raízes históricas da sociologia de Max Weber. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em serviço social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/>

CARVALHO, R. de. Caquistocracia plutocrática: crítica, misologia e o fim da sexta república. **LAMPEJO**, v.9, n.2, p.6-26, 2020.

CARVALHO, R. Imagem Marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. **COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001.

CASTRO, A.; SOUZA, F. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CEPÊDA, V. O lugar da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. **IN: Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. **Revista Verinotio**, n.º 15, pp. 43-59, 2012.

CHASIN, J. **A Miséria Brasileira**. Santo André: Ad Hominem, 2000.

CHASIN, J. Da razão do mundo ao mundo sem razão. **Revista Verinotio**, n.º 23, vol. 1, pp.71-105, 2017.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHASIN, J. Rota e perspectiva de um projeto marxista. **Revista Ad Hominem**. Tomo III: Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

CHASIN, J. Superação do Liberalismo.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1988/02/liberalismo.pdf>

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia política**, v.25, p.83-106, 2005.

COELHO, H. A travessia da consciência de classe: obstáculos e potenciais da luta sindical. 2014. Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

COMPARATO, F. 2013. A proteção do trabalho assalariado no Brasil. Palestra de abertura do 14º Curso de Formação Inicial de Magistrados, realizado pela Enamat – Escola Nacional da Magistratura do Trabalho

COMPARATO, F. Fundamentos dos direitos humanos. 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos>

COSTA, D. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. ANAIS do I circuito de debates acadêmicos IPEA, 2011.

COSTA, M. As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

COSTA, M. Das categorias de O Capital à vida cotidiana. Tese apresentada ao Programa de Pós- graduação em Serviço Social da UFRJ como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, 2010.

COTRIM, A. **O realismo nos escritos de György Lukács dos anos 30**: a centralidade da ação. Zouk: São Paulo, 2009.

COTRIM, I. Karl Marx, A determinação ontonegativa originária do valor. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

COTRIM, I. O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso. Dissertação apresentada ao departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

COTRIM, L. A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana. IN: **Nova Gazeta Renana**. São Paulo: EDUC, 2010.

COTRIM, L. A autorreforma da ditadura militar – a reiteração da autocracia burguesa. **Revista Arma da Crítica**, n.12, 2019

COTRIM, L. Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-45). **Revista Verinotio**, v. 25, n. 2, 220-252, 2019.

COTRIM, L. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. IN: **A Miséria Brasileira**, Santo André: Ad Hominem, 2000.

COTRIM, L. **O Ideário Getúlio Vargas no Estado Novo**. Dissertação (mestrado) apresentada ao Departamento de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideais e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo, Debates & Perspectivas, 2010

CRUZ, P. Endividamento e transferência de recursos reais ao exterior: os setores públicos e privados na crise dos anos 80. **Nova Economia**, v.5, n.1, p. 121-144, 1995.

ENDERLE, R. Ontologia e Política: a formação do pensamento marxiano de 1842 a 1846. 2000. Dissertação (mestrado) apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

ENGELS, F. Segundo Discurso de Eberfeld. IN: Em torno do manuscrito bruxelense de 1845, de Karl Marx – contribuição para a investigação da formação da crítica da economia política, 2013.

FAORO, R. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2012.

FATTORELLI, M. L. Contradição Inexplicável: Por quê o Governo Lula acelera endividamento caro e quita antecipadamente dívida bem mais barata?. 2005. Disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wpcontent/uploads/2012/09/Contradi%C3%A7%C3%A3o-Inexplic%C3%A1vel-Maria-Lucia-Fattorelli.pdf>

FILGUEIRAS, L. **A história do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIORI, J. L. A propósito de uma “construção interrompida”. IN: **Celso Furtado e o Brasil**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

FONSECA, P. As artimanhas da heterodoxia: uma interpretação do Plano Bresser. **Indicadores Econômicos**, v.15, n.2, p.23-16, 1987

FONSECA, P.; MONTEIRO, S. O estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v.28, n. 1, p.28-46, 2008.

FONSECA, P. MOREIRA, C. O projeto do governo Goulart e o II PND: um cotejo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 33, p. 5-37, 2012.

FONTES, V. A Incorporação Subalterna Brasileira ao Capital-imperialismo. **Crítica Marxista**, n. 36, p. 103-113, 2013.

FORTES, R. **As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento**. Saardbrüeken: Novas Edições Acadêmicas, 2013

FORTES, R. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora. Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. **Revista Verinotio** Ano XI, n. 22, 2016

FORTES, R. Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista: desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação das formas de produção arcaicas. **Revista Verinotio** v. 25, n. 1, p. 58-87, abr. 2019.

- FORTES, R. Procedimento investigativo e forma expositiva em Marx - duas leituras: Lukács/Chasin. **Revista Verinotio**. n. 9, ano V, 2008
- FORTES, R. **Trabalho e gênese do ser social na “ontologia” de Gyorgy Lukács**. Florianópolis: Em Debate, 2016
- FORTES, R. Sobre o Conceito de Exército Industrial de Reserva: aspectos históricos e atualidade. **Temporalis**, ano 18, n. 36, p. 256-273, 2018.
- FREITAG, B. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, v.10. n.26, p.129-176, 1996.
- FURTADO, C. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro: Parz e Terra, 1999.
- GERMER, C. Economia monetária ou economia capitalista? Marx e Keynes: sobre a natureza do capitalismo. **Est.Econ**. v.26, p.51-81, 1996.
- GOMES, C.; UNGER, M. **O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo**. 1996. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/14467077/aeaaf8>
- GOMES, C. **No país dos conflitos**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- GOMES, C. **Projeto Nacional: o dever da esperança**. São Paulo, LeYa, 2020.
- GOMES, C. **Um desafio chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GONDIM, L. Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo weberiano? XIX Encontro anual da Associação de Pós-graduação em Pesquisa em ciências sociais (ANPOCS), 1995.
- GONTIJO, C. A “nova dialética” de Christopher Arthur e O Capital de Karl Marx: uma análise crítica. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td433.htm>
- GORENDER, J. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1990.
- GRUN, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.22, n.65, p.85-107, 2007.
- GUIMARÃES, E. O Atual e o Inatual em Sérgio Buarque de Holanda. 2012. Tese (doutorado) apresentada ao Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de Celso Furtado. **IN: Celso Furtado e o Brasil**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v.10, n.26, p. 25-33, 1996.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Pespectiva**, v. 31, p. 67-83, 2013.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (ILAESE). **De Volta ao Passado Colonial: A desindustrialização do Brasil.** 2019. Disponível em: <http://ilaese.org.br/category/anuario-estatistico-ilaese/> Acesso em: 04 jul. 2020.

JORGE, T. M. **Gestores do Capital e a Crise Econômica Brasileira (2009-2018).** 2019 Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

KEYNES, J. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo, Brasiliense, 1998.

LEITE, A. Os Donos do Poder: sobre a origem da nação brasileira. **Temporalidades**, v.5, n.2, p.34-45, 2013.

LESSA, C. **A Estratégia de desenvolvimento 1974/76 – Sonho e fracasso.** Campinas: UNICAMP, 1988.

LESSA, S. **Proletariado e sujeito revolucionário.** São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

LOWY, M. Prefácio. **IN: Lutas de classes na Alemanha.** São Paulo, Boitempo: 2010

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever? In: **Ensaio sobre literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: **Marxismo e teoria da literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. **Meu caminho para Marx.** In: CHASIN, J. (Org.) **Marx hoje.** São Paulo: Ensaio, 1983.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Realismo crítico hoje.** Brasília: Coordenada Editora, 1969.

MACHADO, G. **Marx e a História: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista.** São Paulo: Sundermann, 2018.

MACHADO, G. O papel da história no modo de exposição de O capital de Marx. **Verinotio**. v. 24, n. 1, pp. 238-269, abr./2018.

- MACHADO, R. Contrarrevolução permanente, antiliberalismo e anticomunismo: as raízes ideológicas do bonapartismo de Alfredo Buzaid, o jurista ditatorial (1965-1974). **Revista Verinotio**, v. 25, n. 2, p. 287- 330, nov. 2019.
- MARCONI, N.; BRANCHER, M. A política econômica do novo-desenvolvimentismo. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., p. 1-31, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel (Introdução)**. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, K. Glosas Críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano. IN: **Lutas de Classes na Alemanha**, São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. Manuscrito Bruxelense de 1845. IN: **Em torno do manuscrito bruxelense de 1845, de Karl Marx – contribuição para a investigação da formação da crítica da economia política**, 2013.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Mônica Hallak Costa. Belo Horizonte, 1999.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. **Lutas de Classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010
- MARX, K. **Lutas de Classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012
- MARX, K. **O Capital**. Vol 1. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. LusoPress, 1989.
- MARX, K. Teses ad Feuerbach. IN: **A Ideologia Alemã**, São Paulo: Boitempo, 2007.
- MELO, C. Elementos constitutivos e dinâmicos da corrupção: um exercício conceitual. **ARIÚS**, v.17, n.2, p.51-71, 2011.
- MENDES, F. O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira. 2015. Tese (doutorado) apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas
- MENDES, F. Quarenta anos de um elegia: Francisco de Oliveira e o nordeste. **Caderno CRH**, V.31, N.84, p.555-566, 2018.
- MENDONÇA, M. A formação intelectual de Celso Furtado. IN: **Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.
- MÉSZÁROS, I. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In: **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

- MOLLO, M.; FONSECA, P. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, v. 33, n 2, p. 222-239, 2013
- MONTE, C. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. **Revista NEP**, v. 5, n. 2, p.118-140, 2019.
- MONTE, C. Os Caminhos do poder no Ceará: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014). Tese apresentada ao Doutorado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, 2016.
- MOTTA, L.; SERRA, C. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 125-147, 2014.
- NETO, L. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. 1986. Tese (doutorado) apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas;
- NOBRE, M. Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da Era Tasso. 2008. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- NOGUEIRA JR, P. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estudos Avançados**, v.10, n.28, p.129-197, 1996.
- OLIVEIRA, F. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Caderno CRH**, v.25, n.66, p. 601-622, 2012.
- OREIRO, L.; MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, v. 11, n. 19, p.167-179, jul.-dez. 2016
- OLIVEIRA, F. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? **IN: Celso Furtado e o Brasil**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OURIQUES, N. A sedução revolucionária e o Plano Real. **IN: No fio da navalha**. São Paulo: Xamã, 1997.
- PAÇO CUNHA, E. Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidades. **Revista Verinotio**, v. 25, n. 1, p.88-128, 2019.
- PAÇO CUNHA, E. Chasin e Meszáros: a propósito da assim chamada crise estrutural. **IN: ANUÁRIO LUKÁCS**. Maceió: Instituto Lukács, 2018.
- PAÇO CUNHA, E. Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista. **Marx e o Marxismo** v.4, n.7, 2016

- PAÇO CUNHA, E. O limite da politicidade para superação da desigualdade econômica. **Libertas**. v. 2, n. 11, p.1-19, 2011.
- PDT. **Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil**. 2018.
- PINHO, R. O pensamento integralista de Miguel Reale. **Revista Verinotio**, v. 25, n. 2, p. 331-363, nov. 2019.
- PINTO, E. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. 2019. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>
- PRADO, E. A dialética de Marx e o evolucionismo de Hayek. 2008. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-6.pdf>
- PRADO, E. Como Marx e Keynes demarcam o campo da macroeconomia. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, v. 45, p.119-142, 2016.
- QUEIROZ, H. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: contribuições para a administração política no entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro. **Revista Farol**, v. 4, n.10, p.760-821, 2017.
- RAGO, A. A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 1989.
- RAGO, A. **A ideologia 1964**: os gestores do capital atrofico. 1998. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- RAGO, A. J. Chasin: a crítica ontológica do anticapitalismo romântico típico da "Via Colonial" – os integralismos. **Revista Verinotio**, n. 9, ano V, 2008
- RAGO, M. A. de P. A práxis política de José Ermírio de Moraes: nacionalismo sem nacionalistas. 2004. Tese (doutorado) apresentada ao Departamento de História da UNICAMP, Campinas.
- RAGO, M. A. de P. Nacionalismo sem nacionalistas: o empresário José Ermírio de Moraes. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario.
- RAGO, M. A. de P. O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral. **Revista Verinotio**, v. 25, n. 2, p. 444-481, 2019.
- ROCHA, A. Dialética e ideologia em Althusser. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Tomo XXXII-3, p.1-20, 1976.

SAES, F. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. **IN: Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

SARTORI, V. Acerca da individualidade, do desenvolvimento das forças produtivas e do “romantismo” em marx. Parte 1: o desenvolvimento de cada um e o de todos. **Práxis Comunal**, v. 1, n.1, 2018

SARTORI, V. **Ontologia nos Extremos**. São Paulo: Intermeios, 2019.

SILVA, S; ALVES, A. J. L.. J. Chasin e a tese da via colonial. **Revista Verinotio**, ano V, n. 9, 173-185, 2008.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOBRINHO, M. G. A inserção subordinada do capitalismo brasileiro na mundialização do capital. **Revista Verinotio**, v. 25, n. 2, 40-63, 2019.

SOBRINHO, M. G. Apreciação do mecanismo de superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini. **Cadernos CEPEC**, v.6, n. 11, 1-25, 2017.

SOBRINHO, M. G. A política externa do governo FHC e a reinserção da economia brasileira na mundialização do capital (1995-2002). Tese apresentada para obtenção do título em doutor em ciências sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SOBRINHO, M. G. O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso. **Ponto-e-vírgula**, v. 4, p. 53-70, 2008

SOUZA, A.; RAGO, M. Caio Prado: vida e obra transgressoras e o destino trágico de seu pensamento. **Revista Verinotio**, n.17, p.135-151, 2014

STEDMAN, G. **Karl Marx, Grandeza e Ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SUZIGAN, W. Celso Furtado e o processo histórico de industrialização na América Latina. **IN: Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

SZMRECSÁNYI, T. Análise da estrutura agrária na teoria de desenvolvimento econômico de Celso Furtado. **IN: Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

TAVARES, P.; FONSECA, P. Estamento burocrático e intencionalidade: Raymundo Faoro, Florestan Fernandes. **Revista de Economia Política e História Econômico**, n.16, p.56-75, 2009.

TAVARES, M. Uma matemática portuguesa no além-mar. **IPEA**, 2011.

TERTULIAN, N. A destruição da razão: 30 anos depois. **Revista Verinotio**. n. 13, p.15-25, 2011.

THÉVENIN, N. Ideologia jurídica e ideologia burguesa (ideologia e práticas artísticas). **IN: Presença de Althusser**. Campinas: Coleção Ideias, 2010.

TONET, I. **Método Científico**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013

TOSI FURTADO, A. Progresso técnico no pensamento de Celso Furtado. **IN: Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Verinotio**, n.12, 2010.

VAISMAN, E. A determinação marxiana da ideologia. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

VAISMAN, E. A Usina Onto-societária do Pensamento. **Revista Verinotio**, Ano IV, n.2, 2006

VAISMAN, E. Há um “momento hegeliano” na obra tardia de G. Lukács? Disponível em:https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Ester_Vaisman.pdf

VASCONCELOS, W.; NETO, M.; LINS, P. Liderança no sangue: a família Ferreira Gomes e a história política cearense. Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, 2018.

VIEIRA, R. A presença da história no pensamento de Celso Furtado. **IN: Celso Furtado Os desafios do desenvolvimento**, Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

APÊNDICE

1991 (1)

<https://www.youtube.com/watch?v=QVC1vahiLVw&list=WL&index=386>

1992 (2)

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34219/1/1992_art_cfgomes.pdf

1993 (3)

<https://www.youtube.com/watch?v=v201DMkquFc&list=WL&index=375>

1994 (4)

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/07/brasil/5.html>

1994 (5)

<https://www.youtube.com/watch?v=UnhWumlsRak&list=WL&index=393>

1995 (6)

<https://www.youtube.com/watch?v=YGIYnMabF-M&list=WL&index=409>

1996 (7)

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/22/brasil/18.html>

1997 (8)

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc140916.htm>

1998 (9)

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110130.htm>

1999 (10)

<https://www.youtube.com/watch?v=By7dt-b5cQM&list=WL&index=380>

2001 (11)

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR49755-6009,00.html>

2001 (12)

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200116.htm>

2002 (13)

<https://www.youtube.com/watch?v=JXrP5qq0Qd0>

2003 (14)

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44393.shtml>

2003 (15)

<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL825288-16020,00-ENTREVISTA+COM+CIRO+GOMES.html>

<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL825282-16020,00-ENTREVISTA+COM+CIRO+GOMES+PARTE+II.html>

2003 (16)

<https://www.youtube.com/watch?v=qy7fjESGUL4&list=WL&index=377>

2004 (17)

<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/2005/02/entrevista1.htm>

2005 (18)

<https://www.youtube.com/watch?v=IYVfkLkKzBU&list=WL&index=402>

2006 (19)

<https://www.youtube.com/watch?v=WVI3Sfb3enc>

2007 (20)

https://www.youtube.com/watch?v=_yo96juL72c

2008 (21)

<https://www.youtube.com/watch?v=G8neGsOIh18>

2009 (22)

<https://www.youtube.com/watch?v=fMJ2Mx205u4>

2009 (23)

<https://www.youtube.com/watch?v=17i8Of4X2GI>

<https://www.youtube.com/watch?v=xtXPpgUdMyY>

<https://www.youtube.com/watch?v=uKgJAmHKXOU>

<https://www.youtube.com/watch?v=y1iNeEMFJbM>

2009 (24)

<https://www.youtube.com/watch?v=5KkRQZUkxmE>

<https://www.youtube.com/watch?v=irZPZSDUWVc>

<https://www.youtube.com/watch?v=olgxdR1O4Ug>

https://www.youtube.com/watch?v=7P_oWoNGzvE

<https://videos.band.uol.com.br/13007818/entrevista-com-deputado-federal-ciro-gomes---parte-6.html>

2009 (25)

<https://www.youtube.com/watch?v=EQhA0o8co4M>

2010 (26)

<https://www.youtube.com/watch?v=zFGP46CAQ58>

<https://www.youtube.com/watch?v=0EOuP2GBvWM>

<https://www.youtube.com/watch?v=SEKA8CYbZMY>

https://www.youtube.com/watch?v=9_wFVE4Rj2Y

<https://www.youtube.com/watch?v=reZZREWYKeA>

<https://www.youtube.com/watch?v=oUxbwKytEls>

2011 (27)

<https://www.youtube.com/watch?v=Oz1Ucj-ogkY&list=WL&index=105>

2012 (28)

<https://www.youtube.com/watch?v=Y56eHpgTxZM>

2012 (29)

<https://www.youtube.com/watch?v=DYR7b3uMGrQ>

2013 (30)

<https://www.youtube.com/watch?v=IMbQrIDhwal>

2013 (31)

<https://www.youtube.com/watch?v=2zOoCrwjYnE&list=WL&index=106>

2014 (32)

<https://www.youtube.com/watch?v=miH5YA-oJFk&list=WL&index=104>

2015 (33)

<https://www.youtube.com/watch?v=iTp6NNLZszY&list=WL&index=84>

2015 (34)

<https://www.youtube.com/watch?v=FbNtX-Mjxo4>

2016 (35)

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160411_entrevista_ciro_gomes_if

2016 (36)

https://www.jornalcomercio.com/_conteudo/2016/04/politica/491293-interromper-o-governo-e-o-pior-dos-erros-afirma-ciro-gomes.html